

# LIBERALISMO E DITADURA NO CONE SUL

JOÃO QUARTIM DE MORAES

**Coleção Trajetória 7**



UNICAMP

**IFCH**

INSTITUTO DE  
FILOSOFIA E  
CIÉNCIAS  
HUMANAS

**JOÃO QUARTIM DE MORAES**

**LIBERALISMO E  
DITADURA NO  
CONE SUL**

**Coleção Trajetória 7**

**I F C H**  
INSTITUTO DE  
FILOSOFIA E  
CIÉNCIAS  
HUMANAS  
**UNICAMP**

# **COLEÇÃO TRAJETÓRIA 7**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas

**DIRETOR:** Rubem Murilo Leão Rêgo

**DIRETOR ASSOCIADO:** Rita de Cássia Lahoz Morelli

## **COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES**

**Coordenação:** Prof. Dr. Marcelo Ridenti (DS) e Prof. Dr. Marcio B. Naves (DS)

**Comissão de Publicações:** Profª Dra. Suely Kofes - DA, Profª Dra. Amneris Ângela Maroni - DCP, Prof. Dr. Italo A. Tronca - DH, Prof. Dr. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof. Dr. Lucas Angioni - DF, Prof. Dr. Marcelo Ridente - DS (Editor das revistas), Marilza A. Silva (representante de funcionários), Felipe Ferreira Vander Velden (representante discente da graduação) e Henrique Amorim (representante discente da pós-graduação)

**SETOR DE PUBLICAÇÕES:** Marilza A. Silva, Magali Mendes e M. das Graças Almeida

**GRÁFICA:** Sebastião Rovaris, Marcos Josué Pereira, Luiz Antonio dos Santos, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana

**Editoração:** Marilza A. Silva

**Revisão:** João Quartim de Moraes

**Projeto da capa:** Carlos Roberto Fernandes

**Capa:** Vlademir José de Camargo

**Impressão e acabamento:** Gráfica do IFCH/UNICAMP

Sa16e

Moraes, João Carlos Kfouri Quartim de  
Liberalismo e ditadura no cone sul / João Quartim de Moraes  
- Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, 2001.  
490 p. - (Coleção Trajetória; 7)

1. Militares. 2. Regime militar. 3. Forças Armadas 4.  
Neoliberalismo. 5. Poder 6. Contra-revolução. 7. Democracia.  
I. Título. II. Série.

CDD-320.1

Catalogação na Fonte - Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas - UNICAMP

CRB nº 08/5124 / Sandra Ferreira Moreira

*Em memória de minha mãe, Lygia Kfouri de Moraes,  
presente nas horas difíceis.*

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
PREFÁCIO .....	13
CAPÍTULO I	
DESENVOLVIMENTO E LEGITIMIDADE NA IDEOLOGIA DOS MILITARES NO BRASIL E NO PERU.....	17
1. As “funções” dos militares .....	17
2. As forças armadas e as instituições .....	21
3. Os militares face à crise: ideologia e ação .....	28
4. Brasil e Peru: orientações divergentes.....	31
5. A ditadura militar e a ordem burguesa.....	38
6. Caminhos e descaminhos da legitimação .....	46
7. Adendo sobre as doutrinas militares do Peru e do Brasil: papéis do CAEM e da ESG .....	49
CAPÍTULO II	
ALFRED STEPAN E O MITO DO PODER MODERADOR.....	57
1. Os militares brasileiros à luz da teoria: nota introdutória .....	57
2. O Exército na I República: poder moderador ou poder desestabilizador .....	63
3. Salvacionismo, tenentismo e “Revolução Nacional”: da política no Exército à política do Exército.....	72

4. A “função moderadora” e sua problemática legitimidade .....	84
5. As “elites civis” e as alianças militares de “modernização conservadora” .....	95
6. À guisa de conclusão: razões da sobrevivência de um mito.....	104

### CAPÍTULO III

EM TORNO DE 1964: CONTRA-REVOLUÇÃO LIBERAL, GOLPE DE ESTADO, DITADURA .....	111
1. Origens do movimento golpista: do duplo fiasco da direita ao IPES (1961) .....	111
2. Resistência a golpes militares: análise comparativa .....	117
3. O colapso da resistência militar ao golpe de 1964 .....	125
4. Causas políticas da vitória dos golpistas .....	133
5. O mandato político da ditadura militar .....	139
6. Do golpe à ditadura: rumo ao Estado de <i>Segurança Nacional</i> .....	142
7. Papel pretoriano ou papel hegemônico? Apologia e crítica do poder militar nos escritos de Oliveira Ferreira.....	151

### CAPÍTULO IV

PERU: DA ESPERANÇA AO RETROCESSO .....	163
1. Um golpe militar da esquerda .....	163
2. Alcance e riscos das reformas .....	171
3. Jorge Fernández Maldonado: “as forças armadas devem ficar com o povo” .....	180
4. Generais com o povo .....	194
5. A difícil guinada à direita.....	201
6. Peru: como responder à guinada à direita?.....	205
7. A Constituinte começa mal: o que vai restar das reformas democráticas do general Velasco Alvarado?.....	213
8. Peru: o caminho do retrocesso .....	215

9. Vitória eleitoral da esquerda .....	220
10. Peru: uma herança difícil.....	221

## CAPÍTULO V

## CONE SUL: DO ESTADO TERRORISTA AO REFLUXO DA MARÉ

MILITAR.....	227
1. Chile: a greve dos patrões .....	228
2. Os militares no governo: segurança para quem?.....	234
3. Para onde vai a via chilena? .....	237
4. A vitória da Unidade Popular.....	239
5. <i>Estado de sítio</i> de Costa-Gravas: a revolução não é uma questão de sorte .....	243
6. Argentina: os militares e a vitória de Perón .....	247
7. Uruguai: tudo é possível.....	251
8. As violências da via pacífica .....	261
9. Ditadura militar criofascista no Uruguai.....	268
10. Refluxo da maré militar? .....	272

## CAPÍTULO VI

FIGUEIREDO, SARNEY E A TRANSIÇÃO LIBERAL NO CONE SUL.....	281
1. Argentina, Brasil: comparações pejorativas.....	281
2. Uruguai: a democracia dos generais .....	287
3. Da abertura política considerada como consolidação institucional: notas críticas .....	292
4. A derrota do malufismo.....	301
5. A vitória reacionária de Jânio Quadros.....	305
6. A transição bloqueada .....	314
7. A cultura política da Nova República: raízes históricas de uma transição sem rumo .....	324
8. Dos conúbios espúrios ao argumento da força.....	329

**CAPÍTULO VII**

A TUTELA MILITAR NA “NOVA REPÚBLICA” .....	337
1. O congresso constituinte e a “profissão militar” .....	337
2. Burocratização e autonomização da função militar .....	339
3. Sobre o refluxo da ditadura militar .....	341
4. O conceito de tutela militar .....	345
5. A tutela militar: efeitos políticos perversos .....	351
6. O caráter corporativo da participação dos militares no governo e a questão do Ministério da Defesa Nacional .....	355
7. O golpe palaciano de José Sarney .....	357

APÉNDICE.....	365
As forças armadas e a democracia .....	365
1. Introdução .....	365
2. As FFAA e a sociedade civil.....	366
3. Uma proposta à sociedade civil.....	368
4. Conclusão .....	370

**CAPÍTULO VIII**

AS FORÇAS ARMADAS E A DEFESA NACIONAL DA ELABORAÇÃO À APLICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	371
1. O debate sobre os militares: os conceitos e as posições .....	371
2. A tutela militar e o processo constituinte .....	375
3. A capitulação do Congresso Constituinte .....	378
4. Objetivos da luta pelo controle democrático das Forças Armadas....	382
5. A profissão militar e o poder de Estado: notas teóricas .....	385
6. O controle democrático das forças armadas: ilusões e imposturas.....	391
7. Da ofensiva anti-operária de Sarney e Leônidas à tragédia programada de Volta Redonda .....	395

## CAPÍTULO IX

IMPOSTURAS NEOLIBERAIS .....	403
1. Liberalismo e fascismo: afinidades .....	403
2. Significado histórico das ditaduras militares .....	409
3. “Trinta anos de safadeza”: a Rede Globo e a liberdade de desinformar .....	414
4. Eleições presidenciais e hegemonia liberal.....	422
5. Lula contra o primeiro Fernando .....	427
6. A sombra de Deus na apoteose do segundo Fernando .....	434
7. Carandiru, Candelária, Eldorado, Diadema e outros massacres a ordem liberal se defende.....	444

## CAPÍTULO X

O VERNIZ DEMOCRÁTICO NO ESPELHO DO TRÂNSITO .....	449
1. Da dificuldade de ser concretamente democrata em nosso país .....	449
2. Porque o trânsito é um espelho da (falta de) cidadania .....	453
3. Barbárie da “sociedade civil”.....	457
4. Miséria sociológica .....	463
5. Políticos irresponsáveis .....	467
6. Judiciário omissو .....	471
7. O novo código do trânsito e o “antiautoritarismo” antisocial.....	474
8. O modo petista de desgovernar o trânsito.....	478
9. Quem são, nas ruas, os inimigos do povo? .....	483
10. A lógica automobilística do capitalismo periférico .....	487

## **Apresentação**

A coleção **TRAJETÓRIA** mantém seu objetivo de estimular os professores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP a reunir e submeter à crítica acadêmica escritos dispersos que expressem, a critério exclusivo do autor, os momentos fundamentais de sua formação intelectual.

A exemplo dos volumes publicados até agora, compete ao autor selecionar, organizar e apresentar os textos, em obediência à sua versão original, transferindo para a introdução as observações que considerar necessárias para posicionar-se quanto ao estado atual de suas reflexões sobre a(s) unidade(s) temática(s) incluídas no volume.

Direção do IFCH

## Prefácio

Para minha geração, a relação contraditória entre militares e democracia constituiu uma experiência prática antes de se tornar um objeto de estudo. A 31 de março de 1964, com vinte e três anos incompletos, já era velho o bastante para compreender o alcance do desastre político que se abatia sobre o Brasil. Constatado o colapso da resistência frontal ao golpe,<sup>1</sup> encontrei, como tantos outros, um paliativo à sordidez das circunstâncias, participando de formas embrionárias de resistência à ditadura militar, a começar pela mais pacífica e proveitosa: procurar compreender exatamente o que havia ocorrido. Tal foi a origem longínqua dos textos que compõem o presente livro.

O marco seguinte da trajetória que me levou a arriscar os primeiros escritos sobre política e revolução no Brasil inscreveu-se numa linha de consequência com a resistência à ditadura. Em 1968, participando da primeira vaga do movimento de luta armada, publiquei na

---

<sup>1</sup> No Colóquio organizado pelo IFCH/UNICAMP para discutir o golpe de 1964, trinta anos depois, uma mesa foi consagrada à questão: “porque não houve resistência ao golpe?”. Embora não tenha dela participado (acabei, por força de imperativos organizatórios, deslocando-me para outra mesa), transformei em artigo o texto que havia preparado, publicando-o em *História*, 14, 1995, sob o título “O colapso da resistência ao golpe de 1964” e, em versão ampliada, em 1964: *Visões críticas do Golpe*, obra coletiva organizada por Caio Navarro de Toledo (Campinas, Editora da UNICAMP, 1997). Retomei-o, com modificações, na preparação do Capítulo III deste livro.

revista *América Latina*, clandestinamente editada pelas organizações mais tarde conhecidas por COLINA e VPR, um artigo que analisava criticamente os preceitos estratégicos elaborados por Régis Debray em interpretação assumidamente militarista (no sentido que então dávamos a este termo: superestimação dos aspectos militares do combate revolucionário) dos fatores que haviam assegurado o triunfo da Revolução Cubana. Além de apontar as faláciais da argumentação de Debray (então no auge do prestígio como teórico revolucionário), minha crítica procurava mostrar que a doutrina do foco guerrilheiro tinha levado à tragicamente fracassada tentativa de Ernesto Guevara na Bolívia, não podendo nem devendo, portanto, servir de guia para a ação dos revolucionários brasileiros.

Traduzido para o francês e publicado, sob pseudônimo, na revista *Les Temps Modernes* (maio de 1969), o artigo chamou a atenção para a luta armada que se desenvolvia no Brasil. No início de setembro de 1969, quando cheguei em Paris após o desmantelamento da chamada Iº VPR, recebi convite de Perry Anderson para escrever um livro sobre a luta revolucionária no Brasil a ser publicado pela New Left Books de Londres. Nele trabalhei durante quase um ano, até meados de 1970, publicando-o, em 1971, com o título *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. O livro ressentente-se de certo esquematismo analítico explicável pela limitação de meus conhecimentos sobre a história econômica e política nacional. Foi entretanto o primeiro consagrado ao combate revolucionário nos “anos de chumbo”, defendendo-o e ilustrando-o sem perder o sentido crítico. Tanto que na ocasião foi considerado “pessimista” pelos mais exaltados porta-vozes da luta-armada no exílio. (A maioria deles engrossaria, mais tarde, o cordão dos ex-guerrilheiros arrependidos).

Voltei a trabalhar o texto em 1972, para preparar a edição italiana publicada naquele ano (Gabriele Mazzotta, Milão). Entremes, publicara em dois números sucessivos de *Les Temps Modernes* (novembro e dezembro de 1971) o artigo "La nature de classe de l'État brésilien". Publicado também em espanhol na revista marxista colombiana *Ideología y sociedad* (nº 8, dezembro de 1973) e entre nós clandestinamente por estudantes da USP, constituiu tentativa de compreensão sintética das origens, condições e significado histórico da ditadura militar. Como tal cumpriu sua função no debate político que então se travava no movimento revolucionário e especialmente entre os marxistas brasileiros. Em minha trajetória pessoal, correspondeu a uma duradoura inflexão de rumo: naquele ano de 1971, decidi abandonar, no meio do caminho, meu doutorado em História da Filosofia Antiga, para me concentrar no estudo do Brasil. Inscrevi-me no curso de pós-graduação ("3º Cycle") da Fundação Nacional de Ciência Política (Academia de Paris), começando a preparar um projeto de tese de doutorado tendo por fio condutor a fundamentação histórica e analítica das teses avançadas no citado "La nature de classe de l'État brésilien".

Vários capítulos do presente livro foram extraídos da tese. Dois já haviam sido publicados inteiramente, o 1º ("Desenvolvimento e legitimidade"), na versão original em francês e o 2º ("Alfred Stepan e o mito do poder moderador") em versão brasileira. O 3º ("Em torno de 1964: contra-revolução liberal, golpe de Estado, ditadura") fora publicado parcialmente.

Os capítulos IV e V, consagrados ao Peru e a outros países latino-americanos, estão compostos, como se indica em notas, de artigos escritos entre 1972 e 1985, para as revistas *Afrique-Asie*, *L'Économiste*

*du Tiers Monde, Africasia*<sup>2</sup>. As crônicas e análises relativas ao Brasil dos anos 80 (capítulos VI e VIII), assim como o primeiro tópico do capítulo X, foram escritas para a revista *Presença*, com a qual colaborei regularmente entre 1983 e 1989, salvo, como indicado em nota, um estudo sobre a “abertura política” publicado em livro, um artigo para a revista *Novos Rumos* e outro para *Educação e Sociedade*. Todos foram revistos e corrigidos, às vezes condensados, com o objetivo de evitar repetições e aprimorar o texto final. Ocionalmente, acrecentei em notas algum comentário ao texto original. Neste caso, coloquei entre parêntesis, no final da nota, a data (mês e ano) do comentário. Os capítulos VII, IX e X, enfim, além dos comentários de atualização redigidos em 1996-1998, foram total ou majoritariamente preparados a partir de anotações esparsas, em vista da publicação deste livro, que reúne, portanto, conforme o espírito da coleção *Trajetória*, para a qual foi composto, a seleção dos textos relativos ao tema escritos a partir de 1974.

\*\*\*

J.Q.M.

São Paulo e Campinas, 1999

---

<sup>2</sup> Publicados originalmente em francês (ou inglês, no caso de *Africasia*), estes artigos foram traduzidos por Eduardo Mei, Ana Matilde Mota Sampaio e Eduardo Lasserre, graças a financiamento concedido pela Coordenação de Pós-Graduação do IFCH. Aos tradutores e aos financiadores, nosso reconhecimento. Obviamente, a revisão das traduções é de nossa inteira responsabilidade. Registramos também nosso agradecimento à equipe de Publicações e à Gráfica do IFCH, nomeadamente a Marilza A. Silva, pelo zelo incansável na busca da qualidade editorial.

## **Capítulo I**

### **Desenvolvimento e legitimidade na ideologia dos militares no Brasil e no Peru<sup>1</sup>**

#### **1. As “funções” dos militares**

Em estudo consagrado ao que chama o *novo profissionalismo* nas Forças Armadas brasileiras, Alfred Stepan, após ter evocado a doutrina de Samuel Huntington sobre as relações entre civis e militares segundo a qual à medida que a profissão militar torna-se mais especializada os militares são menos tentados a intervir na vida política nacional, observa que há ao menos dois casos na América Latina que desmentem essa concepção: o Brasil e o Peru. Ainda segundo Samuel Huntington: “a vocação do oficialato absorve todas suas energias e os contempla com toda satisfação ocupacional. O oficialato, em poucas palavras, é um papel exclusivo, incompatível com qualquer outro papel social ou político significativo”. “O essencial para qualquer sistema de controle civil é a minimização do poder militar. Objetivamente o controle civil opera esta redução pela profissionalização do militar e também confi-

<sup>1</sup> Texto apresentado no IX Colóquio da Association Internationale des Sociologues de Langue Française Menton, França, de 12 a 17 de maio de 1975, sob o título “Développement et légitimité dans l’idéologie des militaires au Brésil et au Pérou” Publicado, sob o mesmo título, em *Le Progrès en Questions*, Anthropos, Paris, 1978, p. 79-111.

nando-o a uma esfera restrita e tornando-o politicamente estéril e neutro em todos os assuntos exteriores a essa esfera".<sup>2</sup> Alfred Stepan é levado a constatar, tentando em parte justificar Huntington, que: "Nos anos 60, os papéis políticos das instituições militares brasileiras e peruanas sofreram uma grande expansão. Contudo, avaliadas por vários indicadores, essas instituições militares são provavelmente as duas mais profissionais na América Latina".<sup>3</sup>

Longe portanto de distanciar os militares da política, o desenvolvimento do "profissionalismo" combinou-se, nesses dois países, com a instauração de regimes militares solidamente apegados ao exercício do poder de Estado. Deixamos de lado por ora a questão do conteúdo social, econômico e político da intervenção militar, isto é, o exame das condições históricas concretas que em cada caso a provocaram e que lhe explicam a natureza e a orientação. Tentemos em primeiro lugar simplesmente determinar até que ponto e sob quais condições podemos nos servir da dicotomia "profissional/político" para dar conta do comportamento das Forças Armadas nos países onde se implantou um regime militar.

Devemos, com este propósito, ter em conta, além das teses de Samuel Huntington revistas por Alfred Stepan, aquelas de Irving Horowitz para o qual, na América Latina, "a função dos militares é mais política que profissional".<sup>4</sup> Ele não é o único a sustentar essa idéia. Como o nota Alain Rouquié a propósito de E. Lieuwen, este

<sup>2</sup>Huntington (Samuel), "Civilian Control on the Military": A theoretical Statement", in *Political Behavior: A Reader in Theory and Research*, ed. H. Eulau, S. Eldersveld, and M. Janowitz (New York: Free Press, 1965, p. 381, citado por Stepan (Alfred), "The New Professionalism of Internal Warfare and Military Rule Expansion", in *Authoritarian Brasil*, ed. Alfred Stepan, New Haven and London, Yale University Press, 1973, pp. 48-49.

<sup>3</sup>Stepan (Alfred), *ibidem*, p.47.

<sup>4</sup>Horowitz (I.L.), "Los Militares de America Latina", in *Elites y Desarrollo en América Latina*, ed. S. M. Lipset e A. E. Solari, Buenos Aires, Paidos, 1967, p. 212.

último considera que para compreender o papel político dos militares latino-americanos, “é preciso descartar o mito segundo o qual ‘as Forças Armadas são antes de mais nada instituições militares’. Numerosos autores parecem partilhar essa opinião”<sup>5</sup>. Sempre segundo Rouquié, há aí um “aparente paradoxo” que entretanto “recobre uma parte de verdade”.<sup>6</sup> Não estamos de acordo. Parece-nos com efeito: a) que se trata de um paradoxo puro e não de um paradoxo aparente, b) que ele introduz uma confusão evidente nas categorias mais fundamentais para o tema em exame e c) que na base dessa confusão há um certo número de preconceitos ideológicos que é importante pôr em evidência.

A primeira observação a fazer concerne à noção mesma de “profissional”. Qual pode ser sua significação em fórmulas como aquela de Horowitz citada acima? Tanto em seu último trabalho sobre os militares brasileiros, que já citamos, como em seu artigo para o Departamento de Estado norte-americano, escrito em colaboração com Luigi R. Einaudi<sup>7</sup>, Alfred Stepan caracteriza o “profissionalismo militar” das Forças Armadas do Brasil e do Peru pelos seguintes indicadores: a) “procedimentos relativamente universalísticos para o recruta-

<sup>5</sup>Rouquié (Alain), “Le rôle politique des Forces Armées en Amérique Latine: état des travaux”, *Revue Française de Science Politique*, 19(4), 1969, p. 864.

<sup>6</sup>Rouquié, *ibidem*, p. 864.

<sup>7</sup>Einaudi (L.) and Stepan (A.), *Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brasil*, Santa Monica, Rand Corporation, 1971. O trabalho é aberto por uma definição rigorosa de nosso problema: “As instituições militares no Brasil e Peru são organizationalmente bem desenvolvidas e ‘profissionais’. Em ambos os países, por exemplo, o nível educacional é muito importante para avançar a postos superiores. No Brasil, a promoção para o posto de general requer que um oficial seja um graduado da Academia Militar (AMAN), da Escola Superior de Aspirantes a Oficiais (ESAO), e três anos na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME). Para entrar na última escola, um oficial deve passar por um rigoroso exame escrito, que elimina três-quartos dos candidatos. O oficial superior peruano exibe realização educacional similar, aproximadamente 80% dos generais de divisão em atividade entre 1940 e 1965 graduaram-se entre os 25% melhores de suas turmas na academia militar”.

mento e promoção de oficiais”, b) “programas de instrução militar altamente estruturados que preparam oficiais para passagem ao estágio seguinte de suas carreiras”, c) “doutrinas militares altamente articuladas e bem difundidas”, d) “ciclos bem programados de treinamento das unidades militares”, tudo isso e) “coordenado por abrangentes sistemas de estados-maiores”.<sup>8</sup> Julgada em relação a esse emprego da palavra “profissional”, a tese segundo a qual na América Latina “a função dos militares é mais política que profissional” é manifestamente falsa, porque são justamente os militares mais “profissionais” que mais fazem política. Mas talvez Horowitz empregue a palavra profissional em um sentido mais banal, mais próximo da linguagem corrente, segundo a qual um militar é tanto mais “profissional” quanto menos interessado no que não concerne ao seu ofício. Ou ainda a expressão teria uma significação sobretudo jurídica ou ideológica: o militar “profissional” seria o militar “legalista”, “fiel à Constituição”, “politicamente neutro”. Mas então teses como a de Horowitz ou Lieuwen não passariam de truismos, pois levariam a constatar que na América Latina os militares se envolvem freqüentemente nos assuntos políticos e por vezes chegam mesmo a instaurar ditaduras militares.

Em realidade, é a própria noção de “papel” aplicada ao comportamento dos militares enquanto atores sociais e de “função” aplicada às Forças Armadas enquanto aparelho e instituição que causa problema. Pois a tomar a palavra “profissão” no sentido mais amplo, chegamos à tautologia de que a profissão do militar é ser militar. Lieuwen teve, neste sentido, o mérito de exprimir sob uma fórmula clara (as Forças Armadas na América Latina não são instituições militares) a contradição que permanece somente implícita em Horowitz (a função dos militares é, na América Latina, mais política que profissional militar). De onde vêm esses paradoxos? Parece-nos típico de uma certa Socio-

<sup>8</sup>Stepan (A.), “The New Professionalism”, op. cit., p.47-48.

logia Política aplicada às questões militares jogar constantemente com a ambigüidade das noções de “função” e de “papel” na medida em que não leva devidamente a sério aquilo que Lieuwen, de maneira um pouco apressada, chama um “mito”, a saber, que os militares são militares... Na verdade, o papel político que os militares podem exercer é inseparável de sua condição de detentores profissionais do monopólio dos meios bélicos. Fórmulas do tipo “os militares são... mais políticos que profissionais” ou, mais radicalmente: “os militares não são militares” apenas exprimem o abuso político da força militar. Criam confusão na medida em que se esquecem de que é exatamente por serem militares que os militares podem exercer papéis “extra-militares”. Em definitivo, o que é escamoteado na maior parte dos trabalhos sobre o assunto é a diferença de natureza entre a função social que define os militares enquanto tais (especialistas da arte da guerra que a este título controlam os grandes meios de violência armada) e as diferentes funções derivadas que eles podem representar ou exercer nas diferentes situações concretas. Por consequência é também escamoteada no plano conceitual a diferença entre a intervenção dos militares na política – fenômeno geral, do qual a “neutralidade” é o “grau zero” – e a tomada do poder pelas Forças Armadas, isto é, o fenômeno específico da ditadura militar.

## 2. As Forças Armadas e as instituições

Todo Exército – mesmo o mais bem comportado – tem ao menos uma função política: defender as instituições existentes. Constitui neste sentido um componente essencial do aparelho de Estado, e é a esse título que sua relação com as instituições políticas é originária e fundamental. Tanto no plano dos conceitos como no da análise concreta de uma situação concreta é totalmente incorreto separar o pro-

blema das Forças Armadas e o do Estado, como se faz com demasiada freqüência. (Um dos grandes méritos da concepção materialista histórica do Estado, do *18 Brumário de Marx* ao *Estado e a Revolução* de Lênin foi pôr em relevo esta inseparabilidade, isto é, o caráter essencialmente político do aparelho de Estado, portanto das Forças Armadas). Todavia, não se pode tirar da relação geral entre Forças Armadas e Estado, entre a violência e a política, nenhuma conclusão geral a respeito do que Stepan chama “a expansão do papel militar”, expressão que tem a vantagem da simplicidade, mas o inconveniente de colocar em termos quantitativos (“expansão”) a questão da mudança de *qualidade* do papel dos militares em um certo número de países latino-americanos. Embora não tenhamos nenhum gosto particular pelos neologismos, preferimos falar de *extrapolação funcional* para denotar as situações nas quais as Forças Armadas enquanto tais (enquanto aparelho/instituição) assumem o controle dos organismos essenciais do aparelho estatal, cessando portanto de ser o “braço armado” do poder de Estado para tornar-se governo. Por *extrapolação funcional* entendemos portanto o fato de que em certas condições históricas concretas, que são aquelas, entre outras do Brasil e do Peru atuais, as Forças Armadas assumem funções novas, derivadas de suas funções fundamentais, mas perturbando a relação normal entre poder político e aparelho militar no Estado moderno (capitalista e socialista).

Não poderíamos fundamentar aqui, de maneira teoricamente satisfatória, o percurso que nos conduziu a chamar de “*extrapolação funcional*” essa forma especial de ditadura na qual o “braço armado do Estado” assume sua direção. É evidente que ela está ligada a uma situação de *crise nacional*. Mais precisamente, ela constitui uma forma de *resposta* dada à crise. Veremos abaixo que nessa resposta o papel das Forças Armadas pode ser preponderantemente ativo ou preponderantemente reflexo. Mas parece-nos importante sublinhar desde

agora a diferença qualitativa entre a simples “expansion” do papel extra-militar das Forças Armadas e a tomada do poder político pelo aparelho militar. A ditadura militar, tal como a conhecem hoje numerosos Estados do Terceiro Mundo, tornou-se uma forma de governo durável. Por conseguinte, o aspecto mais significativo da questão não é o golpe de Estado militar enquanto acontecimento descontínuo e sim as novas instituições às quais ele dá lugar.

Conviria precisar, antes de passar à análise das condições históricas concretas da tomada do poder pelos militares no Brasil e no Peru, em que consiste a originalidade dos regimes que eles estabeleceram. Configuram mera repetição de fenômenos já conhecidos no passado, ou constituem uma forma relativamente inédita de organização do poder do Estado? Convém, antes de mais nada, distinguir o conceito de *ditadura militar* tanto da noção de ditadura em geral quanto de outros regimes militares no sentido lato. Com efeito, é apenas mostrando o que as ditaduras militares contemporâneas da América Latina têm de específico que poderemos compreender o que têm de universal.

Não poderíamos retomar aqui a análise comparativa entre ditadura militar e fascismo que desenvolvemos em outro estudo<sup>9</sup>. Distinguiremos simplesmente a ditadura militar contemporânea da ditadura *pessoal* do *chefe militar*. Nesta, as Forças Armadas enquanto aparelho/instituição permanecem à parte do exercício do poder de Estado. Em última análise, o próprio fato de que o chefe de Estado seja um

<sup>9</sup>Quartim, (João) – “La nature de classe de l’Etat brésilien”, *Les Temps Modernes*, 27(304 et 305), novembre et décembre 1971, pp. 656-657 particularmente. No que concerne às diferenças entre o fascismo europeu e a ditadura militar no Brasil sublinhamos que esta (1) não dispõe de um *partido de massa*, nem (2) do complemento dialético de um tal partido, a saber, o Chefe (*Duce*, *Führer*). Retomamos esse tema, no contexto mais geral do processo de formação política do Brasil contemporâneo, a propósito das relações entre nacionalismo, populismo e fascismo no doutorado que preparamos na Fondation Nationale de Sciences Politiques de Paris.

militar é secundário. Pois ele não exerce a ditadura enquanto *mandatário* da burocracia das Forças Armadas, do Alto-Comando, mas graças às suas qualidades mais ou menos tradicionais, mais ou menos carismáticas, de “Caudillo”. Isso é verdade nas repúblicas hispano-americanas, e também num certo número de regimes para-fascistas, como o de Franco, e antes dele os de Piłsudski, Horthy, etc. O caso de Franco teve uma evolução particular, pois no momento do *putsch* de junho de 1936 é indiscutível que os oficiais reacionários agiram como uma casta. Mesmo após ter vencido a competição com Mola e Queipo de Llano, Franco permaneceu o mandatário do aparelho militar. Só aos poucos logrou personificar o regime de terror instaurado pela contra-revolução vitoriosa.

No que concerne à América espanhola, Alain Rouquié pergunta se “a intervenção coletiva de um exército profissional moderno, tecnicamente desenvolvido e dotado de um armamento complexo apresenta evidentes semelhanças com a irrupção na história dos caudilhos, notáveis proprietários de terras, conduzindo tropas improvisadas de camponeses que ignoram totalmente a arte militar”. Cita diversos autores que respondem negativamente a essa questão. O caudilho é “fruto da desorganização social” e “desaparece... quando nasce a casta militar”<sup>10</sup>.

Com efeito, nos países agrários, onde o poder central era fraco, onde o centro de gravidade da vida social era o latifúndio, não poderia mesmo ocorrer “extrapolação funcional” das Forças Armadas no sentido indicado acima. Opomo-nos portanto a concepções anti-históricas como as de Johnson e Lieuwen, que, como bem notou Rouquié, malgrado suas divergências sobre outros aspectos do problema, estão de acordo em considerar as intervenções militares como “resíduos culturais das guerras civis do século XIX”. “O homem a

<sup>10</sup>Rouquié, *ibidem*, pp. 869-870.

cavalo tornou-se técnico de blindados, os caudilhos se metamorfosearam em juntas de generais, mas não houve soluções de continuidade. (...) Em resumo, isso leva a dar crédito à explicação do fenômeno pela psicologia dos povos. Está fora de dúvida todavia... que o regime do coronel Nasser assemelha-se mais àquele do general Perón do que esse último tem parentesco com a ditadura de Santa Anna no México, de Estrada Cabrera na Guatemala ou de Cipriano Castro na Venezuela”<sup>11</sup>. Concordamos com essas observações, que desmentem a separação anti-histórica entre instituições sociais e a organização do poder de Estado.

Convém entretanto, para não cair em um determinismo mecanicista, que de resto não encontra apoio nos fatos (pois a ditadura militar não é uma fatalidade no desenvolvimento histórico), circunscrever melhor a natureza do processo que conduziu (a) à tomada do poder de Estado pelas Forças Armadas, (b) à reprodução no tempo, portanto à “estabilização” do regime instaurado pelo golpe de Estado. É evidente que convém ligar esse processo à problemática da crise, que se poderia definir como uma situação de “equilíbrio catastrófico” – segundo a fórmula de Gramsci – entre forças sociais antagônicas.

Nesse sentido a ditadura militar constitui uma saída singular, contingente, para a crise nacional. Trata-se portanto de determinar o conjunto de fatores cuja conjunção contingente tornou necessária

<sup>11</sup>Rouquié, ibidem, p.869. Porém, para Johnson (J.J.), *The military and society in Latin America*, Standford, Standford University Press, 1964, as “intrusões militares na política civil” são desde a Introdução apresentadas metafisicamente como um duelo através dos séculos entre os “civis” e os “militares”: “Ingerências militares na política há muito têm sido um fato corriqueiro na América Latina. A influência dos militares toca em virtualmente toda relação individual ou social, e os civis têm sido incapazes de encontrar sistemas viáveis para manter permanentemente os oficiais sob controle e os aparelhos militares subordinados a objetivos políticos... Esta situação perdura há um século e meio, e as condições históricas que têm contribuído para o predomínio dos militares permanecem, em variados graus, em todas as repúblicas” (p.3).

essa saída antes que uma outra. Em resumo, trata-se de determinar os nexos causais entre a crise nacional e a ditadura militar. Partimos para tanto de duas observações prévias.

(1) – Duas vias distintas podem conduzir à extração funcional das Forças Armadas. Ou ela é diretamente determinada por uma crise nacional maior, isto é, por uma situação na qual as contradições sociais levam à ruptura o quadro institucional existente – e neste caso o papel das Forças Armadas é inicialmente reflexo, é a crise que as põe em movimento. Ou então a burocacia militar toma a iniciativa da intervenção após ter constatado a inadequação entre as instituições políticas existentes, a realidade social e os objetivos nacionais tais como eles são formulados pelos militares. Neste segundo caso as Forças Armadas se encontram diante de um certo “vazio institucional”. É notadamente o caso das sociedades desintegradas pelo colonialismo que não foram capazes de engendrar espontaneamente as condições de sua própria “modernização”, nem de retornar ao que eram antes da colonização. Este fenômeno foi muito bem estudado, a propósito da África e da Ásia, por W. Gutteridge<sup>12</sup>.

Poder-se-ia dizer de maneira geral que o fato de aparecer como um instrumento já dado antes da crise e de, para “resolvê-la”, assumir uma função nova (a de dirigir o Estado) constitui a essência mesma daquilo que chamamos extração funcional. O fenômeno evoca a noção de *bricolage* tal como a desenvolveu Lévi-Strauss no *Pensamento Selvagem*, ao menos no sentido de que as soluções possíveis para a crise “permanecem sempre limitadas pela história particular de cada peça e pelo que subsiste nela de predeterminado, em função do uso original para o qual foi concebida ou das adaptações que sofreu em

<sup>12</sup>Gutteridge (William) – *Military Institutions and Power in the New States*, London and Dunmow, Pall Mall Press, 1964.

vista de outros empregos”<sup>13</sup>. Basta ler “aparelho/instituição” no lugar de “peça” para ter uma descrição assaz justa do processo através do qual as Forças Armadas adquirem, em vista de resolver a crise, uma função derivada, de ditadura.

(2) – Nem toda ditadura é militar. Nenhum poder de Estado se abstém de coação. Duas proposições indiscutíveis mas esquecidas por aqueles que, como Johnson, proclamam que “a América espanhola foi a primeira parte do Novo Mundo onde a ditadura se tornou normal...”.<sup>14</sup> Um regime militar não é necessariamente mais coativo que um governo civil. Depende do ponto de vista que se escolhe, portanto do tipo de coação que se considera mais significativo. Quem pode negar que o regime do general Velasco Alvarado no Peru e do general Torrijos no Panamá sejam ditaduras militares? Todavia, jamais os camponeses e os assalariados tiveram tanta liberdade para se organizar quanto sob esses regimes.

Em contrapartida, o fascismo e o nazismo, as formas mais patológicas de coação estatal na época contemporânea, não eram ditaduras militares. Nos dois casos, de resto, no momento em que a derrota tornou-se evidente, a burocracia militar tentou mudar de regime, com sucesso na Itália (=ditadura militar do general Badoglio), sem sucesso na Alemanha (fracasso da conspiração de 1944). A ditadura militar caracteriza-se pelo fato das Forças Armadas exercerem em seu próprio nome a coação inerente ao poder de Estado (em lugar de simplesmente ser seu braço armado). Elas abolem a relação instrumental que fazia delas um simples executante e tornam-se simultaneamente o braço e a cabeça do poder estatal.

<sup>13</sup>Lévi-Strauss (Claude) – *La Pensée Sauvage*, Paris, Plon, 1962, pp. 28-29.

<sup>14</sup>Johnson, *ibidem*, p.3

### 3. Os militares face à crise: ideologia e ação

Traço característico do conhecimento científico é sua capacidade de prever o curso dos acontecimentos em seu domínio de observação. Não é por isso sem interesse notar que muito raros são os autores que anunciaram o peso crescente dos militares sobre a vida política latino-americana. Uma notável exceção, para o Peru, é representada pelos trabalhos do major Victor Villanueva que, já em 1962, na época em que Lieuwen descobria um “movimento a longo prazo na direção de governos civis”<sup>15</sup>, declarava que em seu país, “alguma coisa de novo, completamente original e inédito poderia acontecer”, a saber, que “a revolução social poderia ser feita pelo Exército”, impondo uma ditadura “com uma função social, de conteúdo revolucionário, de transformação das estruturas sociais e econômicas”. Certamente, acrescenta ele, “a história não assinala nenhum antecedente” suscetível de tornar plausível uma tal hipótese, mas não há aí “uma razão para descartá-la inteiramente”<sup>16</sup>.

A possibilidade histórica que Villanueva quase se desculpa por ter considerado tornou-se realidade alguns anos mais tarde. Como explicar esse destino singular das Forças Armadas peruanas? Em primeiro lugar, determinando o significado dessa singularidade. Ela consiste menos no fato mesmo da tomada do poder pelos militares (os regimes militares são antes regra que exceção na América Latina) do que no conteúdo da política que aplicaram uma vez chegados ao po-

<sup>15</sup>Citado por Rouquié, *ibidem*, p. 868.

<sup>16</sup>Villanueva (Victor) – *El militarismo en el Perú*, Lima, 1962, pp. 180-181. O livro tira, com uma notável lucidez, a conclusão da intervenção militar de 1962, notando que “o golpe militar do 18 de julho é em realidade a expressão mais típica do militarismo peruano, sua intrusão na política e a tomada do poder empregando os meios de força que lhe deu a Nação para sua defesa; porém é um militarismo evoluído, a serviço da maioria; já não é o indivíduo quem se subleva, é a instituição; não obedece à inspiração de um caudilho, segue o seu comando orgânico...” (Villanueva, *ibidem*, p.225).

der. O fenômeno da expansão do papel militar, da “extrapolação funcional”, tem um alcance geral e merece a esse título ser estudado como tal. Porque se produz em certos países e em certas situações mais que em outras? Quais são as condições sociais cuja conjunção a favorece? De qual crise ela é sintoma? Basta considerar os Estados latino-americanos cujo regime político se pode definir como ditadura militar para constatar desde logo não só o alcance geral da intervenção militar na política como também a orientação distinta de cada um destes regimes. Temos com efeito de um lado o Brasil, o Chile, a Bolívia, o Uruguai, a Argentina, regimes classificados por alguns como “militares-fascistas”, por outros eufemisticamente como “autoritários”, em todo caso, indiscutivelmente repressivos e conservadores; de outra parte regimes reformadores ou revolucionários que praticam uma política externa de independência nacional e que promovem importantes transformações econômicas e sociais (Peru e Panamá), aos quais convém acrescentar os casos do Equador e de Honduras (que podem ser considerados como de inspiração progressista, mas hesitantes em se engajar na via das transformações sociais profundas).

Ao lado desses regimes nos quais as diferenças institucionais são apenas variações em torno do tema do controle do poder de Estado pela burocracia militar, figuram um certo número de ditaduras “arcaicas”, ou se preferirmos “residuais”, isto é, exercidas a título mais ou menos pessoal por um déspota que em geral é militar – Stroessner no Paraguai, por exemplo – mas cujo *status* de “caudilho” exprime menos um mandato do Alto-Comando militar do que a fraqueza dos organismos estatais. Além do caso citado, vêm imediatamente ao espírito pequenos Estados da América Central e do Caribe, nos quais um clã tirânico (os Somoza, os Trujillo) exerce o poder com a ajuda de métodos que lembram mais a “*máfia*” ou o gangsterismo que o terrorismo policial “ultra-moderno” de algumas ditaduras militares latino-

americanas, como o Brasil, o Chile, e o Uruguai. Casos como o da Guatemala (ditadura militar terrorista diretamente colocada pelo governo norte-americano no quadro da repressão anti-guerrilha) são intermediários entre a extração funcional e a ditadura arcaizante, característica de países nos quais o centro de gravidade da vida econômica e social está no campo, na grande propriedade fundiária. Nossa intenção não sendo entretanto estabelecer uma classificação geral dos regimes militares na América Latina, mas fornecer instrumentos teóricos para a compreensão do que chamamos extração funcional, nos contentaremos em notar que as ditaduras militares no sentido preciso caracterizam justamente os países industrialmente mais avançados da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile).

As considerações precedentes nos colocam em face de dois problemas: de um lado determinar o conjunto de fatores cuja síntese dá conta da “necessidade histórica” da extração funcional das Forças Armadas e de outra parte produzir a análise diferencial suscetível de explicar a orientação política oposta dos dois grandes grupos de ditaduras militares no sentido estrito mencionado acima.

Parece-nos preferível, nos limites desta exposição, não separar os dois problemas, mesmo porque eles representam dois aspectos (o universal e o particular) do processo real. É a esse título que tomamos como ponto de partida da investigação sobre a gênese e a diferenciação das ditaduras militares contemporâneas da América Latina o estudo de sua relação com a crise. Somos forçados a empregar este termo no sentido corrente com todas as imprecisões que ele comporta. Retomamos portanto a distinção habitual entre crise de conjuntura e crise de estrutura, sublinhando que elas são inseparáveis qualquer que seja a teoria que adotemos sobre suas relações recíprocas. Mas preferimos a expressão “contradição” a “crise de estrutura”, reservando assim na medida do possível a expressão “crise” à caracterização de

uma conjuntura, preservando o sentido etimológico de “situação que exige um decisão rápida”.

#### 4. Brasil e Peru: orientações divergentes

Em que sentido os casos do Brasil e do Peru confirmam essas hipóteses de trabalho? Na gênese histórica da extração encontramos de imediato elementos semelhantes para esses dois países, particularmente no que concerne ao “lado ativo” da intervenção militar. Segundo o exemplo do “War College” norte-americano (fundado em 1947) surgiram a Escola Superior de Guerra (ESG) no Brasil e o Centro de Altos Estudos Militares (CAEM) no Peru, respectivamente em 1949 e 1950. Todos os autores estão de acordo em sublinhar a importância dessas duas instituições na elaboração da ideologia dos movimentos militares que iriam tomar o poder em cada um dos dois países. Thierry Maliniak insiste a propósito do Peru na evolução do CAEM, cujas ambições, no início bastante limitadas (tratava-se “essencialmente de ‘formar’ os coronéis suscetíveis de se tornarem generais”), ampliaram-se progressivamente: “se o objetivo de base permanece sempre o estudo de problemas militares, trata-se sem embargo de tentar integrá-los numa visão global da sociedade peruana e da razão de ser do Estado. Para os oficiais do CAEM, este tem duas missões: velar pelo bem-estar da nação e assegurar a defesa nacional. No início esses dois objetivos são concebidos independentemente...”. Foi descobrindo sua relação recíproca que os militares teriam transposto “o primeiro passo decisivo”, tomando consciência particularmente do fato de que “uma população é tanto mais motivada a colaborar na defesa de um Estado quanto maior for o bem-estar que este lhe proporciona”<sup>17</sup>. O major

<sup>17</sup>Maliniak (Thierry), *Le Pérou devient-il socialiste?*, Bruxelas, Vie Ouvrière, 1974, pp.12-13. Maliniak cita mais adiante um trabalho de Carlos Delgado, Diretor do

Villanueva é da mesma opinião. Ele sublinha que “o CAEM enunciou um princípio que se pode considerar como revolucionário nos meios militares: ‘sendo a finalidade suprema do Estado o bem-estar da nação... as Forças Armadas têm por missão velar pelo bem-estar social, fim supremo do Estado’. Por ‘defesa nacional’ eles entendem portanto... fundamentalmente, tudo o que concerne ao bem-estar da nação...”.<sup>18</sup>

Essas observações já permitem distinguir nitidamente a ideologia do CAEM daquela da Escola Superior de Guerra (E.S.G.) no Brasil. Qualquer que seja o texto que tomemos como referência – a mais habitual é o livro *Geopolítica do Brasil* do General Golbery do Couto e

SINAMOS, portanto membro do governo Velasco Alvarado, no qual este nota a propósito das relações entre os problemas da “segurança nacional” e da “denominada frente interna” que estes eram a consequência de profundos desequilíbrios próprios do subdesenvolvimento e da condição, dominada pelo imperialismo, da economia peruana...”(ibidem, p.14).

<sup>18</sup>Villanueva (Victor), ibidem, pp. 174-175. É interessante notar que após ter com tanta lucidez previsto, com uma antecedência de mais de seis anos, o curso dos acontecimentos em seu país, Villanueva, em um livro publicado em 1969 (*La nueva mentalidad militar en Perú*, Buenos Aires, Replanteo) adotou uma atitude crítica em relação ao regime dirigido pelo general Velasco Alvarado. Reconhece o caráter patriótico da nacionalização do petróleo, mas duvida da capacidade do governo militar de ir mais longe na via das transformações econômicas e sociais. Declara mesmo – era o início de 1969 – que “à medida que passa o tempo nos apercebemos de que o governo do general Velasco se aproxima dos setores burgueses e se distancia das camadas populares, cuja oposição é cada vez maior” (ibidem, pp. 257-258; citamos segundo a tradução brasileira, publicada em 1969 sob o título *O golpe de 1968 no Peru: do caudilhismo ao nacionalismo?*). Mas sua honestidade intelectual e política o levou a retificar essas opiniões em dois “post-scriptum” incorporados ao texto original. No segundo particularmente, que tem em conta a lei de reforma agrária (promulgada em 24 de junho de 1969), Villanueva considera esta lei como “o que podemos pretender de mais avançado no atual contexto capitalista-burguês” (p. 285) e acrescenta que mesmo que não se possa “considerar o governo militar do Peru como revolucionário... é preciso admitir seu caráter profundamente reformador” (p. 286). E conclui: “é impossível ignorar que as Forças Armadas peruanas mudaram o modelo clássico que inspirou até o presente os regimes militares latino-americanos. E elas o alteraram de maneira positiva...” (p. 288).

Silva<sup>19</sup> – a defesa nacional é concebida antes em relação com as noções de “poder nacional” e de “objetivos nacionais”; em definitivo, preferem-se as noções de “segurança e desenvolvimento” como mais suscetíveis de exprimir o essencial do pensamento militar sobre a questão crucial da política nacional àquelas de “povo” e de “bem-estar social”, muito freqüentes na linguagem dos dirigentes peruanos.

Evidentemente, não se poderiam tirar conclusões globais do simples exame das concepções explícitas do CAEM e da ESG sobre os diferentes problemas econômicos e políticos. Tanto mais que as noções essenciais das quais se servem os teóricos das duas instituições, principalmente os brasileiros, remetem a um léxico abstrato e a-histórico, no qual toda determinação concreta é obnubilada em proveito de entidades tais como a Nação, o Poder, os Objetivos Nacionais, etc. Um exemplo característico, que reaparece na maior parte dos trabalhos publicados pela ESG, é a definição de poder nacional como “expressão integrada dos meios de toda ordem dos quais dispõe efetivamente a Nação, em uma época dada, para a promoção pelo Estado... da conquista e preservação dos Objetivos Nacionais a despeito dos antagonismos existentes”<sup>20</sup>. A definição é articulada em torno da noção de *Objetivos Nacionais*, sendo estes por sua vez definidos como o resultado “de uma interpretação dos interesses nacionais e das inspirações que se originam da integração desses interesses na

<sup>19</sup>Couto e Silva (Golbery), *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Jamais pudemos compreender a importância teórica que certos autores (entre eles alguns de esquerda) atribuíram a esse livro atravessado de um extremo a outro por uma única idéia, que “o que nos ameaça hoje, como ontem, é uma ameaça que não é, propriamente falando, dirigida contra nós, mas diretamente contra os Estados Unidos da América...”. Trata-se, claro, do “imperialismo comunista de origem exótica” (p. 53).

<sup>20</sup>Trata-se de uma definição oficial da ESG. Ela é citada em quase todos os artigos que compõem o número da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* dedicado à “segurança nacional” (nº 21, julho de 1966).

consciência coletiva da Nação".<sup>21</sup> Parece-nos inútil insistir na natureza ideológica das noções de "consciência coletiva", de Nação entendida como totalidade homogênea e indivisa, tanto como sobre o silêncio no qual é deixado o sujeito que supostamente deve determinar os interesses nacionais, portanto os objetivos nacionais. O discurso ideológico dos militares brasileiros apresenta-se nesse sentido como uma contínua petição de princípio na qual as noções fundamentais remetem umas às outras sem que jamais o verbo se faça carne. Os interesses sociais dominantes são dissimulados por trás de uma noção vazia de nação.

Se a diferença entre a linguagem da ESG e a dos militares peruanos do CAEM é já clara nesse nível, não se deve nem por isso atribuir uma importância excessiva à biografia intelectual dos grupos militares que tomaram o poder nos dois países. Mais precisamente, o essencial é compreender como e em qual medida essas concepções ideológicas foram retomadas na prática política, em qual medida elas se tornaram o programa político efetivo dos dois regimes militares. Em resumo, uma vez constatada uma certa diferença ideológica nas doutrinas do CAEM e da ESG, a primeira mais voltada para as necessidades da sociedade, a segunda para a "segurança", coloca-se a questão de determinar o papel dessa diferença no movimento histórico concreto.

Luigi Einaudi e Alfred Stepan tentaram aproximar as doutrinas militares do Brasil e do Peru, notando que "os dois sublinham o laço entre desenvolvimento e segurança", sendo que os peruanos "insistem mais no desenvolvimento" enquanto os brasileiros "have emphasized security issues". Estaria principalmente no contexto em que ocorreu a tomada do poder pelos militares a explicação dessa diferença. Em outubro de 1968, no Peru, nada parecia ameaçar a ordem es-

<sup>21</sup>Domingues de Oliveira (E.), "Segurança Nacional", pp. 71-79 in *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (21), p. 88.

tabelecida. Tendo reconhecido que o Peru “estabeleceu modelo politicamente mais simpático que o Brasil”<sup>22</sup>, Einaudi e Stepan notam que as doutrinas militares do CAEM e da ESG “salientam ambas o nexo entre desenvolvimento e segurança, mas a ausência de uma ameaça imediata à segurança quando os militares assumiram o poder no Peru em 1968 contribuiu para a ênfase peruana no desenvolvimento, ao passo que os militares brasileiros enfatizaram a defesa da ordem, e freqüentemente repeliram o terror com o terror, mesmo quando buscavam o desenvolvimento”<sup>23</sup>. Segundo Einaudi e Stepan portanto, a ideologia dos militares peruanos e brasileiros seria no essencial idêntica. A diferença entre os regimes políticos que instaura-

<sup>22</sup>Einaudi (L.) e Stepan (A.), *Latin American Institutional Development: Changing Military Perspectives in Peru and Brasil*, op. cit., pp. 126-127. Como sublinhou Einaudi a propósito do Peru, “entre as classes operárias urbanas, a reação ao militar é geralmente favorável... O militar... está associado a sentimentos patrióticos para membros das classes operárias em maior medida que entre as mais cínicas classes alta e média” (ib., p. 49) Mas nada mostra melhor o antagonismo entre o regime brasileiro e o peruano que a linguagem mesma dos dirigentes (pensamos obviamente no antagonismo ideológico, tal como ele se desenvolveu sobre a base de uma prática política oposta). Foi nesses termos que o general Velasco Alvarado concluiu seu discurso de 24 de junho de 1969 (promulgação da reforma Agrária): “Ao homem da terra podemos dizer na voz imortal e libertária de Tupac Amaru: camponês, o patrão já não comerá mais tua pobreza!” E em seu discurso de 3 de outubro de 1970, comemorando o segundo aniversário da revolução: “A oligarquia e seus cúmplices, que governaram sempre nossa pátria, são os responsáveis por todos os grandes problemas, as grandes injustiças e a dura miséria do Peru. Por isso ninguém os livrará jamais do opróbrio de terem sido exploradores do povo, vendedores de sua soberania, virtuosos do entreguismo, traficantes da esperança popular, corruptores de consciências, suma e raiz da anti-pátria”. A esse discurso basta opor as declarações que fizeram na mesma época ao jornalista francês Marcel Niedergang colaboradores próximos de Delfim Netto, então ministro e eminência parda da ditadura militar: “Sabemos que o desenvolvimento da tortura é muito prejudicial a nossa ação em favor do progresso econômico e do sancramento das finanças e do sistema fiscal... Estamos persuadidos de que a própria expansão econômica trará uma solução aos problemas sociais. Mas temos necessidade ainda de três ou quatro anos de estabilidade social”. (*Le Monde*, 24-25 de maio de 1970).

<sup>23</sup>Einaudi e Stepan, ib., p. 127.

ram explicar-se-ia por fatores históricos concretos, particularmente o fato de que a tomada do poder pelos militares se verificou, no Peru, em uma situação na qual a ordem estabelecida não estava ameaçada, enquanto no Brasil “a inflação e tentativas para sindicalizar os sargentos conferiram uma tendência anti-trabalhista à... revolução de 1964”<sup>24</sup>.

Para demonstrar esta tese, cujo objetivo evidente é tornar politicamente menos antipática a ditadura militar brasileira, os dois pesquisadores da Rand Corporation distorcem o encadeamento dos fatos. Por exemplo, quando apresentam o terror militar como resposta ao terrorismo da esquerda. Embora tenham triunfado praticamente sem encontrar resistências, os golpistas de 1964 desencadearam truculenta repressão, onde não faltaram nem torturas nem assassinatos. Foi a esquerda armada que respondeu à violência reacionária com a violência revolucionária.

Além disso, é totalmente falso supor que a noção de *desenvolvimento* pudesse ter a mesma significação no caso peruano e no caso brasileiro. Como também o é explicar a diferença de objetivos políticos entre os dois regimes pela diferença das situações sociais nos dois países, a saber, ausência de lutas populares importantes no Peru, presença dessas lutas no Brasil no momento do golpe de Estado. É infantil, com efeito, querer deduzir desta diferença conjuntural o caráter anti-popular e anti-operário do golpe de 1964 no Brasil, e o caráter anti-oligárquico e anti-imperialista do golpe de 1968 no Peru. No fundo sustentam que a natureza da crise determina mecanicamente a natureza da resposta militar, como se as Forças Armadas fossem um meio-termo neutro que se contentasse em refletir de maneira automática as contradições sociais. Sob a aparência portanto de uma escrupulosa atenção para com o curso efetivo do processo histórico, Stepan e

<sup>24</sup>Einaudi e Stepan, ib., p. 127.

Einaudi subtraem dos militares toda iniciativa política e da noção de desenvolvimento seu conteúdo social. Convém examinar cada um desses pontos mais de perto.

O general Domingues de Oliveira, em artigo citado, acima coloca a questão de saber em quais proporções o Estado deve consagrar seus recursos ao desenvolvimento e à segurança. "Canhões ou manteiga?", pergunta o general<sup>25</sup>. Raciocínio idêntico ao de Einaudi e Stepan quando reduzem a uma questão de "ênfase" na segurança a atitude diferente do regime militar brasileiro em relação ao peruano face às duas grandes questões da repressão e do desenvolvimento econômico e social. Essa maneira simplista de colocar o problema – cuja versão mais vulgar consiste em conceber a distribuição de renda em termos de "partilha do bolo" – nem mesmo uma crítica atenta merece, tanto ela se choça com a evidência mais elementar. Notemos somente que segundo o senador do MDB Franco Montoro, citando os dados elaborados sobre a base de documentos oficiais, de resto bem conhecidos, "durante os dez primeiros anos (a saber, de 1964 a 1974) o PNB aumentou 56% ao passo que o salário mínimo caiu 55%"<sup>26</sup>. Segundo as mesmas fontes para um índice 100= fevereiro de 1964, o custo de vida atingiu 1.661 em fevereiro de 1974 de sorte que o salário mínimo real caiu a 45, cifra tanto mais chocante que a produtividade do trabalho progrediu de 100 a 156<sup>27</sup>. Para não atravancar demais a análise

<sup>25</sup>Domingues de Oliveira, ib., p. 82.

<sup>26</sup>Franco Montoro, *Da 'democracia' que temos para a democracia que queremos*, Brasília, Paz e Terra, 1974, p. 5.

<sup>27</sup>Fontes: DIEESE e Fundação Getúlio Vargas, citadas por Franco Montoro (p. 199). O que pensar, face a uma tal deterioração das condições de existência dos trabalhadores, contrastando com o crescimento de 10% ao ano, quando o novo ministro das Finanças do regime, Mário Simonsen com a desenvoltura típica daqueles que amordaçaram os seus adversários proclama, em sua primeira declaração à imprensa, que "a fórmula da política salarial do regime "pacificou as negociações coletivas, resolvendo pela aritmética o que muitos países tentam resolver pelas greves e pelas pressões político-sindicais". A revista *Visão* observou pertinentemen-

sublinhamos apenas uma última particularidade do “desenvolvimento” tal como o entende o regime militar brasileiro: em 1965, o Ministério da Educação e Cultura recebia 11,07% do orçamento nacional. Em 1974, após 10 anos de ditadura ele recebia apenas 4,95%! Quanto ao Ministério da Saúde, sua participação no orçamento recuou de 4,29% em 1966 para 0,99% em 1974<sup>28</sup>. A manutenção, após 1968, de uma taxa de crescimento elevada (em torno de 10% ao ano) vai de par, no Brasil, com a miséria crescente das grandes massas da população e com o bloqueio, pelo regime militar, de toda medida, mesmo tímida e parcial, de reforma agrária em um país no qual mais de 40 milhões de pessoas vivem ainda no campo. Conhece-se em contrapartida a amplitude e o alcance da reforma agrária empreendida pelo governo de Velasco Alvarado<sup>29</sup>. Ela mudou para melhor as condições de existência e de trabalho da maioria do povo peruano. Isso não se traduz no imediato pelos indicadores prestigiosos de crescimento econômico, os únicos que conhecem alguns autores, mas representa, mais que o “modelo politicamente mais simpático que o do Brasil” constatado por Einaudi e Stepan, um desenvolvimento voltado principalmente para as necessidades da população.

## 5. A ditadura militar e a ordem burguesa

Stepan calculou em 20% aproximadamente os oficiais atingidos pelos expurgos que seguiram o golpe de Estado de 1964<sup>30</sup>. Sem contar

---

te a propósito desta declaração que os sindicalistas não estão de acordo com o ministro pois “se as negociações coletivas são hoje mais pacíficas, isso se explica por outra coisa e não a aritmética” (*Visão*, 44, 7, 8 de abril de 1974, p. 40).

<sup>28</sup>Citado por Franco Montoro, *ibidem*, pp. 6-7.

<sup>29</sup>Para um balanço da reforma agrária peruana, ver Maliniak, op. cit., pp. 25-62.

<sup>30</sup>Stepan, “The New Professionalism”, op. cit., p. 64. Para o conjunto da América Latina, Edwin Lieuwen levanta um balanço interessante, ainda que desatualizado, pois data de 1961, sobre a luta e os acertos de conta entre os oficiais (*Arms and*

os suboficiais e marinheiros implicados no movimento de sindicalização de 1962-1964. Se o confrontamento político no seio das Forças Armadas não chegou, como no Chile de 1973, no nível da luta armada, foi no Brasil suficientemente sério para “levar o país à beira da guerra civil”, segundo fórmula em uso na época. Vitoriosa, a direita se encontrou diante da contradição que estava na própria base de sua brutal intervenção na cena política. Com efeito, foi em nome do respeito à Constituição de 1946 então em vigor que o aparelho militar depôs o presidente João Goulart, acusando-o de querer instaurar uma “república sindical” no gênero daquela de Perón. Infelizmente para a direita, as liberdades constitucionais tinham conduzido o centro-

---

*politics in Latin America*, New York, Praeger, 1961). Tendo notado, não sem um certo exagero, que “quase invariavelmente, as revoluções populares da América Latina desse século foram lideradas por jovens oficiais”, tornados “os responsáveis por mudanças e reformas fundamentais, os solapadores das instituições tradicionais, os proponentes das medidas de bem-estar público” (p. 126). Lieuwen dá a lista desses “administradores militares de novo tipo, oficiais que ascendiam ao poder como líderes de movimentos de reformas populares”, o primeiro dos quais foi “o General Carranza no México, que em 1915 apelou para as novas forças sociais e devotou-se, sem atendê-las, às suas demandas. Seus sucessores, Generais Obregón e Calles, foram mais atenciosos para com demandas semelhantes. Antes de 1930, o Major Ibáñez do Chile foi o único outro líder desse novo tipo na cena latino-americana. Entre 1930 e 1957, onze dos cinqüenta e seis militares que exerceram o cargo de presidente nas vinte repúblicas latino-americanas por pelo menos um ano podiam ser descritos dessa maneira: Major Ibáñez (1930-1931), Coronel Perón (1945-1955), Coronel Rafael Franco (1936-1937) do Paraguai, Coronel Busch (1936-1938) e Major Villaroel (1943-1946) da Bolívia, General Rojas Pinilla da Colômbia (1953-1957) Coronel Remón do Panamá (1952-1955), Coronel Arbenz da Guatemala (1950-1954) General Cárdenas do México (1934-1940), Sargento Batista de Cuba (1933-1944) e Major Osorio de El Salvador (1948-1956). Em três países jovens oficiais que conduziram revoluções sustentaram regimes reformistas dirigidos por civis. Esta foi a situação no Brasil sob Vargas (1930-1945), Venezuela sob Betancourt e Gallegos (1945-1948), e Equador sob Velasco Ibarra (1944-1947)”. Vê-se a amplitude do fenômeno, mas a característica desse período histórico é que a extração funcional enquanto tal não se produz; não eram as Forças Armadas enquanto aparelho/instituição, mas alguns chefes militares que assumiam a direção do Estado.

esquerda ao governo. A “defesa da Constituição” de 1946, o caráter “preventivo” do golpe de Estado não poderiam ser nada mais que pretextos mentirosos, como no Chile de Pinochet. Uma vez no poder, a direita militar começou rasgando o texto constitucional em nome do qual tinha deposto Goulart e prosseguiu assumindo através do Ato Institucional nº 5 (de 13 de dezembro de 1968), poderes discricionários que incluíam carta branca para os torturadores da OBAN e do DOI-CODI.

ENTREVISTA ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

# O AI-5 não faz mal a ninguém

O GOVERNADOR BAIANO RECOMENDA PRUDÊNCIA  
aos políticos, diz que  
não é profeta e que oposição não atrapalha

Por Edson M. Carvalho



Magalhães: abris ou estrangular?

Durante sua passagem pela Câmara e deputado, Antônio Carlos Magalhães foi um cidadão de boga. Seu fervor partidário levava-o desde discursos agressivos até agressões durante discussões. Passados os tempos duros da opinião, o político violento da área federal desapareceu e ressurgiu em Salvador como prefeito durante o governo Luiz Viana Filho. Em quatro anos acumulou horas, amigues e popularidade e, em 1970, quando o governo federal escolheu os novos governadores, seu nome foi o que mais garantiu uma possível identidade entre o resultado da indicação do presidente Emílio Garrastazu Médici e um hipotético resultado eleitoral.

Agora, instalado no palácio Guadalupe, cercado de livros, sós na banheira e as-

cado para que possa vencer as eleições. Este é o meu grande recado quanto às eleições diretas. Agora, é evidente que os órgãos federais estão muito mais capazes do que eu para julgar qual o processo a ser escolhido em 1974.

**VEJA** — O senhor, saiu da sala do presidente. Ali não permanece, disse que a hora da volante política ainda não chegou e que tentar colher agora é um erro. O que quer dizer esta parabéu?

**ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES**

— Não, eu não disse assim. Eu disse que na política, como na agricultura, não se pode colher fruta de horro. Com isso quis avisar que se na agricultura você não pode tirar um fruto ainda verde, na políca você não pode desejar absurdas

**A “sensibilidade social” do caudilho baiano.**

**VEJA**, de 26 de janeiro de 1971.

Um regime que se mantém há onze anos não pode ser concebido como mero acidente. Ele tira sua razão de ser de uma crise profunda, cujas causas são estruturais. Manifestam-se por toda a América Latina embora seus efeitos possam se diferenciar em função das diferentes situações nacionais concretas em que se exercem. Conforme a situação, a ditadura militar pode representar uma solução senão aos problemas que conduziram à crise ao menos à própria crise entendida no sentido estrito de agravamento conjuntural das contradições econômicas e políticas da sociedade.

Essencial é compreender a quais interesses sociais corresponde a consolidação durante todo um período histórico de regimes políticos baseadas na extração funcional das Forças Armadas. A resposta mais categórica – e apologética – no que concerne ao caso brasileiro é a de Oliveira Ferreira. Segundo ele, “nas condições particulares do desenvolvimento brasileiro”, o “único grupo capaz de exercer as funções de *partido* (sublinhado pelo autor) eram as Forças Armadas”. Apenas elas poderiam “impedir o cesarismo no Brasil” (a ditadura de um chefe popular apoiado na mobilização das massas) “dada a incapacidade das classes sociais de se organizarem politicamente”<sup>31</sup>. Essa tese aparece, sob formas às vezes menos claras, em outros autores. Ela se funda sobre a idéia de um vazio institucional ou ao menos de um baixo nível de institucionalização da vida política e social. Sem ser inteiramente falsa, essa concepção merece ao menos duas críticas: (a) ela parece esquecer que o nível de organização das Forças Armadas não é independente daquele da sociedade como um todo, particularmente de seu aparelho de produção e de seu aparelho de Estado e que por conseguinte não se deve conceder ao aspecto técnico da questão

<sup>31</sup>Ferreira, (O.) – “La geopolítica y el ejército brasileño”, in *Aportes*, 12, abril de 1969, p. 122.

(as Forças Armadas como “único corpo disciplinado”, como “moderna burocracia” de vocação nacional, etc.) uma importância excessiva e (b) acusando as classes sociais em geral de serem “incapazes de se organizar politicamente”, Oliveira Ferreira e aqueles que partilham esse ponto de vista omitem o fato de que *determinadas* ditaduras militares puseram fora de combate as organizações políticas e militares de *determinadas* classes sociais: no Brasil, o golpe de Estado de 1964 teve lugar para impedir a “institucionalização” das Ligas Camponesas, da CGT, do movimento comunista e nacionalista de esquerda, etc. Foi a ditadura militar que rebaixou consideravelmente o nível de organização política da sociedade; ela empobreceu institucionalmente a sociedade civil para reforçar o aparelho estatal posto abertamente ao serviço do poder do dinheiro<sup>32</sup>. Os casos mais recentes do Chile, da

<sup>32</sup>Ela em contrapartida criou uma polícia secreta onipotente cujos dois primeiros chefes foram o general Golbery do Couto e Silva, teórico da ESG, atualmente “super-ministro” sem pasta de Ernesto Geisel, e Garrastazu Médici, chefe de Estado de 1969 a 1974, os anos mais sombrios da tortura e do terrorismo policial e militar no Brasil. Stepan, após notar que “quase todos os oficiais concordam que, sendo os problemas agrários, fiscais e educacionais intrínsecos para a segurança nacional, era legítimo e necessário para os militares se ocuparem dessas áreas” (*Latin American...*, p. 85), explica que “um aspecto dessa definição geral do que constitui áreas de segurança foi a criação no Brasil, após a revolução, do *Serviço Nacional de Informações* (SNI) uma combinação de CIA e FBI, cujo diretor tem posto de ministro. O general Golbery do Couto e Silva, o mentor ideológico da Escola Superior de Guerra, foi o primeiro diretor. O segundo diretor foi o general Garrastazu Médici, e a experiência que ele adquiriu nesse posto foi um dos mais poderosos argumentos a favor de sua seleção pelo ‘Colégio Eleitoral’ militar para ser o terceiro presidente da Revolução. Em 1968 e 1969 a Lei de Segurança Nacional determinou enorme aumento das atribuições do SNI e outras unidades de inteligência. Desde 1968 todo ministério tem um representante do SNI, que é responsável para assegurar que toda decisão política do ministério leve em consideração os objetivos de segurança nacional. É importante entender que os oficiais do SNI não são um corpo permanente. Precisamente porque o SNI é tão poderoso politicamente, cada novo presidente desde 1964 apontou para os postos chave homens que refletem exatamente seus próprios pontos de vista pessoais e políticos. O primeiro diretor, Golbery do Couto e Silva, foi, como o seu presidente, Castello Branco, estreitamente identificado com a ESG e com a

Bolívia e do Uruguai confirmam que não foi a falta e sim o “excesso” de instituições sociais (mais exatamente o “excesso” de organizações sindicais e políticas dos trabalhadores) a motivação dos golpes e das ditaduras naqueles países.

Stepan prefere não enxergar esta evidência, indagando com ingenuidade demasiada para ser sincera quais são as relações recíprocas entre militares e as “elites industriais e agrícolas” no Brasil atual, e tendo descoberto que eles “compartilharam algumas metas” [“share some goals”], declara que “as dimensões, a complexidade, e a importância econômica do setor privado brasileiro têm feito líderes militares hesitar em assumir um grande grau de controle direto nesse setor. Ao mesmo tempo, precisamente porque o setor privado brasileiro é tão crucial para a economia, eles reconheceram que a revolução militar não poderia ser bem-sucedida a menos que o setor privado prosperasse”<sup>33</sup>. Social e politicamente, essa última proposição é uma pura tautologia; economicamente ela passa ao largo da única particularidade observável do crescimento econômico brasileiro, a saber, que ela se apoiou, em uma larga medida, na expansão do setor público, posto claramente a serviço da acumulação capitalista, mas constituindo, segundo uma fórmula famosa, a negação da propriedade capitalista no interior mesmo do capitalismo e representando nesta medida a base econômica em que se apoia uma camada burocrática freqüentemente de origem militar (o atual chefe de Estado brasileiro, Ernesto Geisel, foi presidente da *Petrobras*). Já em 1969, o governo foi o responsável por 60% dos investimentos de capital fixo no país; a relação despesas

---

política de participação ativa com os Estados Unidos nas polícias hemisféricas e anticomunistas. O segundo diretor do SNI, Garrastazu Médici, era, como o presidente Costa e Silva, por quem ele foi nomeado, originário do Rio Grande do Sul, mas não foi ligado à ESG...” (ib., p. 85)

<sup>33</sup>Einaudi e Stepan, “Latin American...”, p. 89.

do governo/PIB passou de 12,5% em 1920, para 17,1% em 1947 e para 32,3% em 1969<sup>34</sup>.

Não é possível discutir aqui as razões econômicas do papel ampliado do setor de Estado, mas os órgãos de imprensa brasileira consagraram e consagram mais e mais sua atenção à questão da “estatização” da economia. Não há um único pronunciamento oficial do governo que não faça menção ao problema, esforçando-se para tranqüilizar os capitalistas brasileiros, que se sentem mais e mais encurralados entre os grandes monopólios “multinacionais” e as empresas estatais. Está aí uma fonte permanente de contradições no seio do aparelho militar. Ideologicamente ligados à propriedade privada dos meios de produção e à ordem burguesa, os militares foram obrigados, para assegurar um crescimento econômico sustentado, a fazer o Estado assumir a carga de certas atividades determinantes da vida econômica. Suscitam assim a desconfiança daqueles mesmos que são seus beneficiários, a saber os capitalistas e boa parte dos próprios chefes militares. Oliveira Ferreira apresenta o general Golbery do Couto e Silva como “um militar formado na escola do liberalismo” – um liberalismo, é verdade, “sem vigor social”<sup>35</sup>. É irônico que tais homens, de-

<sup>34</sup>Baer (W.), Kerstenetzky (I.) e Villela (A.), “As modificações no papel do Estado na economia brasileira”, in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 4(3) dezembro de 1973, pp.898 e 904.

<sup>35</sup>Oliveira Ferreira (O.) – “Geopolítica y ejército”, ib., p. 120. O pensamento de Ferreira não é todavia muito claro a esse propósito. Ele descobre no “pensamento” do general Golbery uma “filiação a Hobbes” que se traduz por um “antiliberalismo de caráter conservador e não revolucionário” (p. 118). Como reconciliar esse traço da mentalidade política do fundador do SNI com sua “crítica veemente dos regimes totalitários?” (p. 120). O general, explica Ferreira, “é consciente do fato de que o ideal liberal do Estado de Direito sucumbiu...”. Sua única “referência, quando se trata de defender a liberdade, é aquela que sua experiência concreta... lhe permite encarar, isto é, a liberdade da qual gozam os oficiais – e que os regimes nazistas e comunistas suprimiram subordinando-os ao Partido. É por isso que a *polis* deve se organizar como o Exército, no qual os oficiais, livres, querem o bem-estar da tropa”

pois de terem sacrificado o liberalismo político, venham ameaçar o liberalismo econômico...

Do ponto de vista marxista, essa contradição foi recentemente assinalada nos seguintes termos: “a grande burguesia pode perfeitamente abdicar do exercício direto do poder de Estado e aceitar o terrorismo de Estado (isto é, o contrário do liberalismo político), mas ela se torna imediatamente reticente e apreensiva quando o “liberalismo econômico” está ameaçado. A bandeira do “liberalismo econômico” recobre, no momento atual e nas condições específicas do Brasil, dois objetivos de classe fundamentais da burguesia monopolista: (1) evitar que a importância crescente do setor estatal da economia acabe por ameaçar a propriedade privada capitalista dos grandes meios de produção – donde as críticas às veleidades ‘estatizantes’ que ela crê descobrir em alguns grupos de pressão (...) e (2) evitar a formação de um bloco nacional-burguês que, apoiado nas correntes nacionalistas (moderadas ou de direita) no seio da burocracia militar (...), questione, mesmo apenas parcialmente, as vantagens que os grandes monopólios tiram da dependência financeira e diplomática do Brasil em relação ao sistema imperialista, particularmente os Estados Unidos”<sup>36</sup>. Tentando descrever as relações entre os interesses econômicos dominantes e a organização existente do poder de Estado, o texto constata que aqueles nem sempre encontram nesta sua expressão política mais adequada e daí tira a conclusão que da fricção entre a grande burguesia e a burocracia militar pode resultar um questionamento, senão do regime, ao menos de seus aspectos mais odiosos.

A extração funcional, enquanto resposta à crise do desenvolvimento capitalista e da hegemonia burguesa encontraria nesse

(ib., p. 120). A doutrina do general Golbery sobre a liberdade é, como se vê, muito peculiar...

<sup>36</sup>Plate-forme pour l'union des communistes, ed. Debate, 1975, p. 33.

conflito seu limite histórico. Não que toda extração funcional seja necessariamente ligada à manutenção, através de um regime político distinto, das relações econômicas existentes: foi esse o caso no Brasil, mas não o foi no Peru. Esta diferença entre os dois regimes remete à questão do grau de autonomia da burocracia militar relativamente aos interesses da classe dominante, de sua capacidade de definir objetivos políticos convergentes com os interesses e aspirações nacional-populares. Por si mesmo, encontra-se colocada a questão geral da relação entre governantes e governados sob as ditaduras militares contemporâneas na América Latina, portanto, no quadro mais estreito do problema que nos colocamos, a da legitimidade dos regimes militares do Brasil e do Peru.

## 6. Caminhos e descaminhos da legitimação

Distinguem-se habitualmente dois aspectos da legitimidade, o estático e o dinâmico, o primeiro resultando da maneira segundo a qual o governo foi investido, se chegou ao poder com um mandato explícito da sociedade ou se dele se apoderou pela violência; o segundo é condicionado por sua ação, pela maneira como governa. “Segue daí que a legitimidade não é indelével. Um governo legítimo por sua origem pode cessar de sê-lo em razão de sua atividade...”<sup>37</sup>. Desse ponto de vista, deve-se desde logo constatar que o regime brasileiro se encontrava, no início, em melhor posição que o peruano no que con-

<sup>37</sup>Cf. o capítulo sobre o *Pouvoir dans l'Etat, Encyclopédie Française* – X, Paris, 1964, p. 114. O problema da legitimidade foi colocado a propósito das eleições parlamentares de novembro de 1974 pela revista marxista brasileira Debate, editada na França, em seu editorial “As eleições e a luta contra a ditadura” (nº 17, janeiro de 1975). Nela se apresenta a “descompressão política” que preconiza o atual chefe de Estado, Ernesto Geisel, como uma tentativa por parte da grande burguesia de recuperar o controle do aparelho estatal.

cerne ao aspecto estático da legitimidade, pois, graças à campanha de intoxicação desenvolvida pelos grandes meios de comunicação contra o governo do presidente João Goulart, o golpe militar não somente dispôs de uma base larga, composta de pequenos proprietários – e da pequena burguesia em geral – apavorados com o “comunismo”, mas logrou também aparecer aos olhos de parte importante da população como defensor da legitimidade constitucional. O arbítrio e a truculência do regime militar logo desfizeram essa ilusão. Em 1968, a legitimidade da ditadura descera abaixo de zero. Para se manter, recorreu ao Ato Institucional nº 5 e ao terrorismo de Estado. No início dos anos 70, entretanto, aniquilando a resistência clandestina e promovendo acelerado crescimento econômico, conseguiu reativar o apoio da burguesia. A carência de “legitimidade estática” foi assim compensada pelo “desenvolvimento”, isto é, pela forte expansão capitalista daquele período, que funcionou ideologicamente como “legitimização dinâmica”. As atrocidades praticadas pelos celerados da OBAN e do DOI-CODI “explicavam-se” como a dose de “segurança” necessária ao desenvolvimento...

O regime peruano, em contrapartida, teve desde logo de colocar a questão da legitimidade em termos dinâmicos (ou se preferirmos, em termos de conteúdo antes do que de forma). Tomou o poder sem mandato de quem quer que seja e contra a legalidade constitucional existente. Entretanto, tinha uma concepção do desenvolvimento que colocava em questão as relações econômicas existentes e por conseguinte implicava em reformas profundas. Segundo o “Plano Inca”, elaborado por um grupo de oficiais do CAEM ligados ao general Velasco Alvarado sob a inspiração direta deste, a “*Revolución de la Fuerza Armada*” devia cumprir “um processo de transformação das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, a fim de criar uma nova sociedade na qual o homem e a mulher peruanos possam viver em li-

berdade e com justiça". O Plano, que permaneceu secreto durante alguns anos (foi divulgado apenas em 1974), constituiu o programa de governo do grupo militar dirigente reunido em torno de Velasco Alvarado. Em seu artigo 31 atribui o papel de "gestão" e de "suporte principal" da "Revolução Peruana" à "*Fuerza Armada*", que deveria conduzir "o processo de mudanças até que estas se tornem irreversíveis". Vinculou portanto explicitamente a legitimidade do regime militar a seu desempenho, reconhecendo implicitamente que sua legitimação só pode ser dinâmica.

Vale assinalar, nesse sentido, as duas grandes diferenças (ignoradas por Einaudi e Stepan)<sup>38</sup> que separam os dois regimes. Jamais o regime peruano assumiu o caráter *terrorista* (onipotência da polícia secreta, tortura sistemática e em larga escala, assassinato seletivo de dirigentes da resistência clandestina, etc.) que caracteriza a ditadura militar no Brasil e tornou-se um modelo para aquelas da Bolívia, do Chile e do Uruguai. Ligando explicitamente a legitimidade do regime a sua capacidade de promover o progresso econômico e social, de mudar a vida da maioria da população, o regime peruano se assumiu abertamente como "governo revolucionário das Forças Armadas". Não tinha necessidade de manter um Congresso de fachada, como o do Brasil, cujos membros podiam ser atingidos, a qualquer momento, pelo poder de cassação do qual dispõe o chefe de Estado através do Ato Institucional nº 5 de 13/dez/1968 (que transformou em regra permanente as medidas ditatoriais adotadas após o 1º de abril de 1964).

Um regime como o peruano não tenta dissimular sua natureza porque não tem necessidade de esconder atrás de um Parlamento fantasmagórico o despotismo real da polícia política dirigida pelo Al-

<sup>38</sup>Cf. nesse sentido a análise comparativa que eles desenvolvem em "Latin American...", pp. 123-132, e que Stepan retoma em "The New Professionalism", pp. 62-65.

to-Comando Militar. Não é forçado a prometer continuamente o restabelecimento da democracia porque continuamente ele se legitima segundo seus próprios critérios levando adiante o programa cuja realização constitui sua razão de ser. Um regime como o brasileiro faz exatamente o inverso, pois o único programa que ele se propõe cumprir, além do aniquilamento da resistência clandestina, é assegurar um crescimento que, como o reconheceu publicamente o ex-ditador Garrastazu Médici, fez do Brasil um país “cujo povo vai mal”. Não basta portanto constatar que “uma vasta gama de posições possíveis sobre metas econômicas está ao alcance de um regime militar”<sup>39</sup>. Muito mais importante é identificar os fatores que levaram a optar por uma e não outra das posições possíveis face aos interesses, às aspirações e às necessidades das diferentes classes da sociedade.

## 7. Adendo sobre as doutrinas militares do Peru e do Brasil: papéis do CAEM e da ESG

A insuficiência dessa análise comparativa advém do fato de ela superestimar o papel das instituições em detrimento da explicação histórica. Sem dúvida, as funções do Centro de Altos Estudos Militares (CAEM) criado no Peru em 1950 eram sensivelmente idênticas às da ESG, criada um ano mais cedo, os dois, aliás, diretamente inspirados no “War College” norte-americano, fundado em 1947. Mas no Peru o corpo de oficiais não havia sido dilacerado pelos confrontamentos ideológicos e políticos que atravessaram as Forças Armadas brasileiras desde o início dos anos 1950 e que conduziram aos grandes expurgos de 1964. Ficamos chocados ao constatar que em momento nenhum Stepan e Einaudi se dão conta de que o programa político da equipe do general Velasco Alvarado (sintetizado no “Plano Inca”,

<sup>39</sup>Einaudi e Stepan, “Latin American...”, p. 129.

elaborado em segredo por quatro coronéis de sua roda: Gallegos, Hoyos, Leônidas Rodriguez e Maldonado), aplicado já no dia seguinte ao golpe de Estado de 3 de outubro de 1968, pela nacionalização da refinaria de Talara, estava centrado na palavra de ordem pela qual os oficiais nacionalistas de esquerda brasileiros se bateram durante os anos 1950: “O petróleo é nosso”. A orientação nacionalista e reformadora do regime militar peruano de 1968 a 1975, parece-nos, explica-se muito mais pelas convicções políticas dos que o dirigiram do que pela ausência de uma organização revolucionária e/ou de uma ofensiva das massas. Se é para atribuir papel causal a uma ausência, a dos oficiais nacionalistas de esquerda, vítimas dos expurgos de 1964, é mais suscetível de explicar o primado da segurança na ideologia militar brasileira do que a da ameaça de explosão pela esquerda, o primado do desenvolvimento na ideologia militar peruana.

Na verdade, nos defrontamos aqui com o problema das condições políticas da extração funcional das Forças Armadas. Na maioria dos casos, ela representou uma reação do aparelho militar a uma situação de crise nacional maior, em que as Forças Armadas representam o papel de último baluarte da ordem estabelecida. O primado da segurança está inscrito nas causas diretas e imediatas da intervenção, já que esta era dirigida contra o “inimigo interior”.

Inteiramente outra é a situação dos regimes militares oriundos de uma intervenção dirigida contra o controle estrangeiro sobre os recursos energéticos do país (Peru, e em menor medida o Equador) ou sobre uma parte do território nacional (Panamá). A condição negativa posta em evidência por Stepan e Einaudi (ausência de ameaça revolucionária) é aqui tanto menos significativa quanto são justamente as causas positivas e imediatas da tomada do poder pelas Forças Armadas que precisam ser explicadas. Na verdade, é quando uma sociedade não está à beira da guerra civil que a intervenção militar coloca um

problema para a explicação política. Se Einaudi e Stepan o escamotearam, é porque, por meio da noção de “novo profissionalismo”, já examinada, eles fazem da intervenção política uma competência técnica (nova) dos militares, institucionalizada no CAEM.

Ora, a ideologia e o programa do regime militar peruano não foram, no essencial, elaborados no CAEM. O general Leônidas Rodríguez nos confirmou esta tese. “O CAEM, sem dúvida, exerceu influência, mas o grupo dirigente do processo revolucionário, em sua maioria, não participou dele. Nem o general Maldonado, nem o general Gálvez, nem o general De la Flor, nem eu mesmo, passamos pelo CAEM. Em sentido contrário, acrescentou maliciosamente, Morales Bermúdez seguiu os cursos do CAEM...”<sup>40</sup>

Desse modo, se é certo que com o que José Nun chamou de “revolução estratégica” a problemática da defesa nacional foi inteiramente transformada, tanto no plano tecnológico (introdução da arma nuclear) quanto no plano político (divisão do mundo em dois blocos antagônicos), não se segue que essa transformação tenha conduzido em todas as partes aos mesmos resultados, quer dizer, a um “novo profissionalismo” que redefina de maneira relativamente homogênea a função militar em nossa época.

A doutrina da ESG tornou-se a ideologia oficial do regime militar brasileiro porque trazia um fundamento teórico ao movimento contra-revolucionário de 1964. A doutrina do CAEM desempenhou um papel bem mais modesto no regime militar peruano, já que o “Plano Inca”, que constituiu o programa de governo do general Velasco Alvarado, foi elaborado por oficiais que não freqüentaram os cursos ministrados nessa instituição. Definitivamente, portanto, é a doutrina militar que se adapta às orientações políticas do “grupo dirigente” e não o inverso.

<sup>40</sup> Entrevista feita em Paris em 5 de dezembro de 1977.

O pensamento do general Golbery se origina e se nutre da guerra fria. O “Plano Inca” inspira-se, ao contrário, na estratégia de não-alinhamento. Para o general Golbery, a “posição geopolítica do Brasil” se define em relação a uma “ameaça” que “não é, propriamente falando, dirigida contra nós”, mas “contra os Estados Unidos da América”, a saber, “o imperialismo comunista de origem exótica”. Essa ameaça expressaria o “antagonismo dominante” na cena internacional, opondo “os Estados Unidos e a Rússia”, ou, o que dá no mesmo, “a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente”. Donde o caráter “impotente” e “necessariamente oscilante” de toda “neutralidade”, ainda que animada de propósitos honestos.<sup>41</sup> O “Plano Inca”, ao contrário, no artigo consagrado à política internacional, caracteriza a política exterior do Peru como “tímida e dependente”, sobretudo dos Estados Unidos; e constata, entre outras coisas, seu “fraco prestígio” junto à “opinião internacional”, a limitação de suas relações “apenas aos países capitalistas” e sua ausência no “grupo dos países do terceiro mundo”. Face a essa situação o Plano preconiza dez medidas essenciais que vão da “recusa de qualquer intervenção estrangeira” e da “eliminação de toda forma de pressão e de dependência estrangeira seja qual for o centro de poder de que elas provenham”, até a “participação ativa no grupo do terceiro mundo” e “uma ação decidida, visando à integração sub-regional andina e regional latino-americana”<sup>42</sup>.

A oposição entre as duas análises da situação internacional e as conclusões que delas decorrem para a determinação das grandes orientações da política exterior do Brasil e do Peru salta aos olhos. Nos

<sup>41</sup> A primeira passagem é de 1952; a segunda, de 1959. Cf. *Geopolítica do Brasil*, op. cit., pp. 52-53 e 192.

<sup>42</sup> O Plano Inca foi aprovado em 3 de outubro de 1968 pelo grupo de oficiais revolucionários dirigido pelo general Velasco. Só foi tornado público em 28 de julho de 1974. Foi publicado nas pp. 68-79 de *Tercer Mundo* nº 1, setembro de 1974.

dois casos, os atos acompanharam as palavras: ruptura com Cuba, participação na ocupação de São Domingos, do lado brasileiro; ocupação das refinarias norte-americanas, desapropriação das usinas de açúcar, em que predominavam capitais estrangeiros, principalmente norte-americanos, do lado peruano.

A vontade de alinhamento que caracteriza a doutrina da ESG foi retomada sem reservas pelo primeiro governo militar, no seio do qual o general Golbery ocupou o cargo de chefe do Serviço Nacional de Informações, organismo criado pelo general Castelo Branco com o objetivo de centralizar os serviços de informação. Desde 1º de julho de 1964, num discurso pronunciado na sede do Ministério das Relações Exteriores, o chefe de Estado declarava que a política externa brasileira era “condicionada” por “uma opção fundamental que se traduz por uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental”. Um mês mais tarde, em 31 de julho, ainda no Ministério das Relações Exteriores, Castelo Branco reformulava, à luz das concepções da ESG, a noção de independência nacional, precisando que “no presente contexto de confronto de poder bipolar, com um radical divórcio ideológico entre os dois centros de poder respectivos, a preservação da independência supõe a aceitação de um certo grau de interdependência, tanto no campo militar quanto no campo econômico e político”.<sup>43</sup>

<sup>43</sup> Citamos o discurso de 1º de julho de acordo com Carlos Meira Mattos, “O pensamento revolucionário brasileiro”, *Jornal do Brasil* de 15 de novembro de 1964. (O artigo é, na realidade, uma compilação de discursos pronunciados por Castelo Branco entre maio e outubro de 1964). Quanto ao discurso de 31 de julho (citado e comentado por Vivian Trias, *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*. Montevideu: El Sol, 1977, pp. 342-343), a passagem que citamos foi retomada quase literalmente pelo ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, e depois pelo próprio chefe de Estado, principalmente para justificar a participação ativa do Brasil na ocupação militar de São Domingos (cf. Trias, *ibidem*, pp. 343-344). Coincidência curiosa, o coronel Meira Mattos comandou as forças brasileiras integradas às “forças pan-americanas” encarregadas de “manter a ordem” em São Domingos (o co-

À oposição das políticas externas dos regimes militares brasileiro e peruano correspondem concepções igualmente opostas da defesa nacional e do papel político das Forças Armadas. Sem dúvida, nos dois casos, a preocupação com a defesa do país contra uma agressão militar estrangeira passa a segundo plano. A vontade de não-alinhamento, não poderia, com efeito, se traduzir, num país industrialmente subdesenvolvido como o Peru, em uma estratégia de defesa nacional tal como foi preconizada na França pelo general De Gaulle. Ou seja, não se tratava de trazer uma mudança qualitativa aos meios militares da defesa nacional, de reorientá-la materialmente, mas de livrar-se dos grandes blocos militares, jogando com suas contradições.

A política brasileira de segurança nacional, ao contrário, constitui uma definição nova das tarefas militares das Forças Armadas. Ela as reorienta com vistas a combater o inimigo interno. Como apenas os dois "centros de poder" (Washington e Moscou) são capazes de assegurar o equilíbrio de forças no plano internacional, pelo monopólio que exercem sobre a mais avançada tecnologia militar, o papel das Forças Armadas dos demais países consistiria no essencial em manter o "statu quo" em seus respectivos territórios, algumas delas exercendo certa supremacia regional no quadro da supremacia global exercida pela potência dominante em cada campo. É atribuição, portanto, do "centro de poder" amigo o fazer face à ameaça de agressão direta do "centro de poder" inimigo; as Forças Armadas dos países não-hegemônicos inscrevem-se como tropas auxiliares do respectivo centro de poder na divisão internacional do trabalho militar imposto por aquilo que o general Golbery chama de "antagonismo dominante" do mundo atual.

---

mandante em chefe dessa força era também um brasileiro, o general Panasco Alvim).

A lei de Segurança Nacional, promulgada em 13 de março de 1967, no final do mandato de Castelo Branco, institucionalizou essas novas tarefas. O autor do projeto de lei, o Ministro da Justiça Carlos Medeiros (que havia colaborado com Francisco Campos na redação do Ato Institucional nº 1) encarregou-se de esclarecer à imprensa, ao apresentar o novo dispositivo legal, que ele se baseava em “conceitos da Escola Superior de Guerra” já que “reunia num mesmo contexto a segurança externa e a segurança interna”, esta última sendo definida com relação à “guerra psicológica e (à) guerra revolucionária ou subversiva”.<sup>44</sup>

A idéia de um “mesmo contexto” é sintomática. Graças aos Estados Unidos, a União Soviética não ameaça diretamente o Brasil. Ela só o ameaça indiretamente, por intermédio da “guerra psicológica”, que a Lei de Segurança Nacional define como “o emprego da propaganda ou da contrapropaganda e toda atividade nos planos político, econômico, psicossocial e militar, que tem por finalidade influenciar ou suscitar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos, de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contrários à realização dos objetivos nacionais” e a “guerra revolucionária ou subversiva”, definida como “conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou ajudado do exterior, visando à conquista subversiva do poder, pelo controle progressivo da nação”.<sup>45</sup> As Forças Armadas são portanto

<sup>44</sup> Cf. *Correio da Manhã* de 14 de março de 1967.

<sup>45</sup> O decreto-lei de Segurança Nacional foi severamente criticado, quando de sua promulgação, pela opinião pública liberal e progressista. Por exemplo o artigo “Segurança Nacional contra o Brasil”, in *Correio da Manhã* de 19 de março de 1967, em que o autor, Mário Pedrosa, ataca vivamente o chefe do Estado e o ministro da Justiça, Carlos Medeiros: “o documento Castelo-Medeiros não tem sequer a forma jurídica adequada a uma lei. É o produto híbrido de um ódio cansado e já impotente, fabricado às escondidas na orgia liberticida de um marechal esquizofrênico e um bacharel em Direito frustrado...; sua finalidade política é bem definida, no entanto: aterrorizar a nação, amordaçar a imprensa... calar qualquer veleidade de oposição”.

chamadas a desempenhar o papel de uma grande polícia política na eventualidade de uma guerra civil contra o inimigo interno. Dois anos depois, antes do Chile, do Uruguai e da Argentina, o Brasil se transformaria no “país da tortura”...

---

O texto do decreto-lei de 13 de março de 1967 foi alterado pelo decreto-lei de 30 de março de 1969, depois pelo de 27 de setembro de 1969. Os dois remanejamentos sucessivos da lei de Segurança Nacional acentuaram consideravelmente os dispositivos repressivos.

## Capítulo II

### Alfred Stepan e o mito do poder moderador

#### 1. Os militares brasileiros à luz da teoria: nota introdutória

A intervenção militar na política ocupa na produção teórica de nosso país um lugar singularmente modesto quando comparado à influência determinante que tem exercido sobre as instituições nacionais. Os condicionamentos extrateóricos que fizeram do tema, durante muito tempo, senão um assunto tabu, pelo menos um objeto de estudo extremamente delicado, explicam apenas parcialmente o contraste entre a forte presença dos militares na política e sua fraca presença na teoria política. Cabe lembrar, neste sentido, que o estudo mais completo de que dispomos sobre a função política dos militares no Brasil foi publicado em 1971 pelo "brazilianist" norte-americano Alfred Stepan (*The Military in Politics*)<sup>1</sup>.

É sabido que o sucesso do livro de Stepan decorre em larga medida da abundância, diversidade e originalidade do material empírico em que se apóia e que estas qualidades, abstração feita do coeficiente de talento e de competência do autor, são frutos das extraordinárias facilidades de que dispôs para sua pesquisa, não somente a nível de financiamento mas também no referente ao acesso a fontes inéditas e sobretudo aos protagonistas da intervenção militar.

---

<sup>1</sup> *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971. A tradução brasileira, *Os Militares na Política* é de 1975, Rio de Janeiro, Artenova.

Escapa ao intuito do presente trabalho oferecer um comentário bibliográfico, ainda que sumário, sobre os estudos de Sociologia Política dos militares brasileiros publicados posteriormente – e “a fortiori” anteriormente – ao de Stepan. Não que uma tal resenha seja desprovida de interesse. Ao contrário, embora quantitativamente fraca, a produção teórica no domínio da sociologia e da história política dos militares brasileiros comprehende estudos importantes e em certos aspectos inovadores. Dentre estes estudos, no entanto, os mais sólidos são historiográficos: é o caso notadamente de “As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador” de J. M. de Carvalho<sup>2</sup>. O ensaio *Em busca de identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira* de E. Campos Coelho é historiograficamente bem documentado e analiticamente sólido mas repousa numa hipótese interpretativa que ao mesmo tempo mutila o processo social por sua estreita unilateralidade (já que tenta explicar o comportamento político dos militares exclusivamente pela lógica organizacional das Forças Armadas) e subordina a construção teórica a uma teleologia explícita no próprio título do ensaio (*Em busca de identidade...*)<sup>3</sup>.

Estas sérias limitações teóricas, claramente ligadas a um “parti pris” apologético do autor, afetam as conclusões globais de seu livro, mas não invalidam os resultados concretos de suas análises concretas. Em particular, sua crítica da noção de “função moderadora” aplicada ao papel político dos militares, embora sumária e voltada mais para sua utilização prática (na retórica “laudatória” dos chefes políticos interessados em granjejar o apoio dos militares) do que para sua utilização teórica (como princípio de interpretação da função política dos militares), assinala com precisão o caráter puramente ideológico da noção enquanto tal e portanto contesta implicitamente uma constru-

<sup>2</sup> Publicado em *O Brasil Republicano (2). Sociedade e Instituições* p. 181-234. Rio de Janeiro e São Paulo. Difel, 1977.

<sup>3</sup> Publicado pela Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1976.

ção teórica como a de Alfred Stepan, baseada na hipótese do caráter “moderador” da função política exercida pelos militares brasileiros<sup>4</sup>. Mas justamente por ter permanecido implícita, esta contestação não constitui uma refutação teórica. Sobretudo na medida em que Stepan, como veremos mais adiante, confere à demonstração de sua hipótese os requisitos formais e convencionais do cientifismo sociológico. Como, de resto, a fronteira entre determinada prática ideológica (em nosso caso, o apelo retórico ao papel “moderador” dos militares) e seu significado político efetivo (a que interesses e aspirações corresponde este apelo e a eventual intervenção por ele suscitada) é de traçado incerto e flutuante, poder-se-ia argumentar, em defesa de Stepan, que a “função moderadora” dos militares, embora originariamente constituísse uma simples peça no arsenal ideológico das camadas dirigentes, acabou se tornando realidade política. Por conseguinte, só o exame da teoria do “modelo moderador”, isto é, das provas sociológicas e historiográficas com que Stepan procura demonstrar o caráter objetivo da “função moderadora”, permitirá fazer justiça a essa pretensão de científicidade, isto é, decidir, de maneira tão “científica” quanto é possível nestas matérias, se, efetivamente, “desde a queda da monarquia, em 1889, os militares não só assumiram como também lhes foi delegado o tradicional poder moderador, originariamente exercido pelo imperador” e se “este padrão de relacionamento entre civis e militares predominou (entre 1945 e 1964) até sua dissolução com a revolução de 1964”<sup>5</sup>.

Além de um estudo nosso, onde examinamos dois textos de Stepan posteriores a *The Military in Politics*, ambos consagrados à “expansão do papel dos militares” tal como se configurou no Brasil a partir do golpe de 1964 e no Peru a partir do golpe de 1968 e, portanto, a

<sup>4</sup> Campos Coelho, *ibidem*, p. 68-70.

<sup>5</sup> Stepan, *Os Militares na Política*, p. 51-52. Salvo indicação em contrário citaremos a edição brasileira.

situações históricas onde, por hipótese, o “modelo moderador” havia sido superado<sup>6</sup>, o único trabalho publicado que examina criticamente a obra de Stepan é a curta reflexão metodológica de A. C. Peixoto, inserida em *Le Parti Militaire au Brésil*.<sup>7</sup>

Após ressaltar que o que lhe parece constituir o mérito teórico de Stepan, a saber ter colocado o problema das relações entre civis e militares em termos de interação, tentando assim superar a antinomia entre as interpretações instrumentais (para as quais o comportamento político dos militares é essencialmente heterônomo) e as interpretações organizacionais (para as quais é essencialmente autônomo), Peixoto procura mostrar que embora bem colocado, o problema é mal resolvido, isto é, que Stepan não consegue efetuar concretamente a “articulação entre civis e militares”.<sup>8</sup> Mas como justamente é através da noção de “modelo moderador” que esta articulação se exprime em *The Military in Politics*, a argumentação crítica de Peixoto insiste na persistente ambigüidade que acompanha tanto a gênese do modelo enquanto sistema de normas práticas regendo as relações entre civis e militares, quanto a formulação mesma das normas que o regem. Esta ambigüidade já fica patente na apresentação do “modelo moderador”, o qual, segundo Stepan, “não se apóia sobre um conjunto de controles impostos pelos civis, mas sobre uma série de normas que operam, a um tempo, dentro e fora das instituições militares”.<sup>9</sup> Justapor, através da conjunção “e” (“dentro e fora...”), o lado da autonomia e o lado da heteronomia não é superar as unilateralidades metodológicas das teorias “instrumentais” e “organizacionais”, mas, no melhor dos casos, apontar aquilo que deve ser superado.

<sup>6</sup> O estudo a que nos referimos é o capítulo I do presente livro.

<sup>7</sup> A. C. Peixoto, “Armée et Politique au Brésil”, p. 25-39 in *Le Parti Militaire au Brésil*, Paris, Presses de la Fondation Nationale de Science Politique, 1980.

<sup>8</sup> Peixoto, *ibidem*, p. 34-35.

<sup>9</sup> Stepan, *ibidem*, p. 50.

Não surpreende que, exorcizada por uma síntese puramente gramatical, a unilateralidade reapareça, sob a forma patológica do retorno do reprimido, nas proposições em que se explicita o modelo. Com ela, aparece também a insuficiência da crítica de Peixoto: questiona a pertinência descritiva das proposições do modelo, mas não a pretensão de aprisionar num “modelo” as relações entre as Forças Armadas, o Estado e a Sociedade. Seja, por exemplo, a 1<sup>a</sup> proposição: “Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é um militar politizado”.<sup>10</sup> Para Peixoto, trata-se de uma “semi-verdade”, já que “a cooptação supõe uma atitude de passividade por parte das forças armadas que nunca existiu no caso brasileiro”.<sup>11</sup> Stepan poderia no entanto replicar que em boa lógica o fato de que os políticos procurem cooptar os militares não implica numa avaliação do comportamento dos militares, mas tão somente dos políticos. De resto, na fórmula em questão, a segunda frase (“a norma é o militar politizado”) atenua a impressão de passividade contida na primeira (“os... políticos procuram cooptar os militares”). Mas esta discussão não nos levaria muito longe. O grau de precisão de uma proposição descritiva pode ser indefinidamente aprimorado, sempre que se trate efetivamente de uma descrição. O verdadeiro problema, no que a Stepan se refere, é que suas proposições só são descritivas em aparência. A imprecisão e a ambigüidade de expressões como “cooptar militares”, “militares politizados”, nos parece insanável na medida em que a elas não correspondem objetos (isto é, fenômenos, processos, sujeitos) historicamente determinados.

O exame pormenorizado das demais proposições que compõem o “modelo moderador” nos levaria a constatar a mesma ambigüidade, a mesma indeterminabilidade histórica. Embora algumas dessas pro-

---

<sup>10</sup> ibidem, p. 50.

<sup>11</sup> Peixoto, ibidem, p. 35.

posições sejam à primeira vista menos imprecisas (a proposição nº 5, por exemplo, é verificável: "Existe uma crença firme entre as elites civis e militares de que, embora seja legítima para estes a intervenção no processo político e no exercício temporário do poder, é ilegitimo que assumam a direção do sistema político por longos períodos de tempo"),<sup>12</sup> padecem todas da mesma ambigüidade epistemológica. Numa primeira aproximação apresentam-se como condições de equilíbrio do sistema político, definindo as normas a que devem subordinar-se civis e militares em suas relações recíprocas em vista de estabilizá-lo. Mas qual o estatuto teórico destas normas? Juízos empíricos induzidos do exame das intervenções militares no processo político ao longo do período considerado? Hipóteses interpretativas deduzidas de uma sociologia geral da função militar? Ou de uma sociologia política da América Latina? Stepan recorre sucessivamente a cada um destes fios condutores metodológicos: a existência de um "modelo moderador" lhe é sugerida pela impossibilidade de subsumir as relações entre civis e militares no Brasil nos modelos conhecidos (aristocrático, liberal, comunista e profissional);<sup>13</sup> esta impossibilidade parece-lhe corresponder a especificidades políticas das sociedades latino-americanas, que seriam "pretorianas", isto é, caracterizadas por alto nível de politização de todas as instituições (Igreja, Escola, Trabalho) e por baixo nível de conversão das reivindicações políticas em resultados efetivos<sup>14</sup> e, finalmente, o exame das intervenções militares ao longo da história política brasileira permite-lhe constatar que só tiveram êxito aquelas conformes às normas do "modelo moderador".<sup>15</sup>

Face a esta construção teórica em teia de aranha, o exame crítico corre o risco de enredar-se, seja numa polêmica abstrata (contestando

<sup>12</sup> Stepan, *ibidem*, p. 51.

<sup>13</sup> *ibidem*, pp. 46-49.

<sup>14</sup> *ibidem*, p. 49.

<sup>15</sup> *ibidem*, pp. 62-65 e todo o capítulo V (pp. 66-92).

os pressupostos conceituais e doutrinários de Stepan sem levar em conta os conhecimentos empíricos que através deles pretende ter produzido), seja em escaramuças historiográficas de pouco alcance para o fundo do debate (pode-se, por exemplo – e deve-se – contestar várias apreciações de Stepan sobre o significado histórico de protagonistas, conjunturas, processos e resultados de nossa evolução política, sem que com isso desabe sua construção teórica). Ao acusador incumbe o ônus da prova: se nosso objetivo é demonstrar que a obra de Stepan, em que pese a considerável documentação sobre a qual se apóia e a massa de informações sociológicas que dela fazem referência indispensável, não produz o conhecimento de seu objeto (a função política exercida pelos militares no Brasil contemporâneo) mas, ao contrário, seu ocultamento, é a estrutura global de sua argumentação que temos de avaliar.

## **2. O Exército na I República: poder moderador ou poder desestabilizador?**

A explicação política – e em geral sociológica – por construção de modelos tem atrás de si já longa tradição. A ponto que Stepan não julgue necessário qualquer esclarecimento no sentido de fundamentar-lhe o emprego. Deve considerar, sem dúvida, que a legitimidade teórica dos modelos em geral e do seu em particular constitui incontestável e irreversível conquista da “Political Science” norte-americana. Por conseguinte, não começa por perguntar em que medida a participação dos militares na vida política brasileira é suscetível de ser pensada em termos de modelos, mas sim a qual modelo obedecem, no Brasil, as relações entre civis e militares.

A construção do modelo consiste na definição de um certo número de constantes que regeriam o funcionamento de determinada esfera de relações sociais. Unidade sintética das proposições que e-

nunciam estas constantes, o modelo se apresenta por conseguinte como uma totalidade de pensamento exprimindo uma totalidade real. Stepan, com efeito, não manifesta nenhuma inquietação face à possibilidade de que a função moderadora que atribui aos militares seja uma pura criação do espírito. (Não exatamente do seu, porque como lembrou oportunamente Campos Coelho, o “mito da função moderadora” já se tinha assentado no universo ideológico brasileiro bem antes de ser teorizado por nosso autor).<sup>16</sup>

O leitor de *The Military in Politics* objetará que parte substancial da argumentação do livro está consagrada à demonstração das proposições que integram o modelo moderador. Sem dúvida. Mas o que está em jogo nessas demonstrações (deixemos de lado por ora a questão de saber se são convincentes) não é a existência do correlato objetivo, entendido como um sistema de normas políticas regendo o relacionamento entre os civis e os militares, mas o caráter moderador do modelo, ao qual sub-repticiamente o autor conferiu o estatuto de realidade ético-política. O paralogismo – diríamos quase, o truque – é simples: perguntando se o modelo é moderador, fica admitido que, seja-o ou não o seja, o modelo é.

O ocultamento da pergunta sobre a realidade do modelo se opera segundo a figura retórica da sinédoque. Mais exatamente, configura um uso ilegítimo deste tropo. Se um arqueólogo descobre uma rótula ou um pedaço de crânio e infere da forma e do volume destas peças características gerais do hominídeo a que provavelmente pertenceram, o procedimento é inatacável do ponto de vista metodológico. O debate estritamente científico e, eventualmente, novas descobertas arqueológicas, poderão confirmar ou não a inferência da parte para o todo. Mas que determinada rótula ou determinado crânio sejam partes de determinado esqueleto, por maiores que sejam as dúvidas a respeito da

<sup>16</sup> Campos Coelho, ibidem, pp. 68-70.

caracterização deste esqueleto na evolução biológica, é algo absolutamente incontestável. Quando porém o politólogo infere, da descoberta presumida de uma ou algumas constantes nas relações entre civis e militares, a existência de um sistema de normas regendo estas relações e definindo as condições objetivas de equilíbrio do sistema político, essa passagem da parte para o todo é falaciosa, porque nada assegura nem que exista este todo nem que a presumida parte seja parte de um todo.

Até agora deixamos entre parênteses a demonstração histórico-sociológica de Stepan e só nos referimos incidentalmente às normas integrantes do “modelo moderador” para assinalar-lhes a ambigüidade. Observarnos, a esse respeito, que varia o grau de imprecisão das proposições que exprimem estas normas, desde a de número 1 (em que não se vê com clareza em que medida a cooptação dos militares pelos civis implica em atribuir àqueles um papel puramente passivo) até a de número 5 (a única das seis proposições que a rigor seria historicamente verificável, embora, como veremos, a ausência de ambigüidade semântica não a exima da ambigüidade epistemológica que está na raiz de toda a construção teórica de nosso autor). Por causa, justamente, desta ambigüidade, Stepan não tenta demonstrá-las diretamente. O que significaria demonstrar, por exemplo, a proposição de número 2: “Os militares são politicamente heterogêneos, mas também procuram manter um grau de unidade institucional”?<sup>17</sup> Trata-se, com toda evidência, de uma proposição desprovida de qualquer conteúdo histórico concreto, podendo ser dita de qualquer formação militar, da guarda pretoriana dos imperadores romanos como dos exércitos contemporâneos, isto é, genericamente aplicável a todas elas e por isso mesmo inapta para caracterizar qualquer uma delas em particular.

Na impossibilidade de demonstrar historicamente as proposições que compõem o “modelo moderador”, Stepan transfere o “onus pro-

<sup>17</sup> Stepan, *ibidem*, p. 50.

bandi” para duas hipóteses sociológicas, ambas sem dúvida verificáveis, sobre a dinâmica do golpe militar. A primeira “relaciona a propensão dos militares a intervir com a coesão das camadas políticas importantes e afirma que esta propensão é elevada quando a coesão civil é baixa e reduzida quando a coesão civil é elevada”. A segunda “liga o êxito dos golpes ao grau de legitimidade pública outorgada ao Executivo e ao militar. Os golpes militares tendem a ter sucesso quando, antes da tentativa do golpe, a legitimidade do Executivo é reduzida e a legitimidade conferida pelas camadas políticas à intervenção dos militares é elevada. Segundo esta hipótese, os golpes tendem a fracassar quando a legitimidade do Executivo é elevada e a legitimidade atribuída dos militares é reduzida”.<sup>18</sup>

A demonstração da primeira hipótese, extremamente concisa se comparada à da segunda,<sup>19</sup> se apóia nos resultados das eleições presidenciais durante a I República. O autor constata que nas eleições de 1910, 1922 e 1930, as três em que houve “envolvimento militar como instituição”, a percentagem de votos obtida pelo candidato vitorioso oscilou entre 57,74% e 56,03% enquanto que nas eleições “em que não houve um ativismo militar importante, a média percentual de votos dos vencedores foi de 91,6%”. Evidentemente, o autor supõe que “num sistema partidário de baixa mobilidade, a percentagem de votos para os candidatos vitoriosos é um bom indicador da coesão entre as camadas políticas civis mais importantes”, com o que fica demonstrado que os três casos de envolvimento institucional dos militares em eleições ocorreram justamente quando era muito baixa a coesão das elites civis.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> ibidem, p. 62.

<sup>19</sup> Cf. respectivamente Stepan, ibidem pp. 62-65 (demonstração da 1<sup>a</sup> hipótese) e pp. 66-92 (demonstração da 2<sup>a</sup> hipótese, que ocupa todo o V Capítulo).

<sup>20</sup> Stepan, ibidem, pp. 64-65.

É difícil dizer o que se sustenta nesta demonstração. O único fato incontestável sobre o qual se apoia é a nítida discrepância dos resultados eleitorais: três eleições em que o vencedor obtém cerca de 57% dos votos, sete outras em que obtém um mínimo de 71% (1919) e um máximo de 97,99% (1926) com uma média de 91,6%. Mas, como observou Aristóteles, se, ao me banhar num rio, produz-se uma eclipse, não é porque me banhei no rio que a eclipse se produziu. Objetar-se-á que a inexistência de nexo causal entre um banho e uma eclipse é incomensuravelmente mais nítida que entre uma eleição presidencial mais disputada e uma intervenção militar. Sem dúvida, mas de qualquer modo o ônus de provar que uma certa concomitância entre duas séries de fenômenos exprime um nexo causal entre ambas pertence ao autor da demonstração. Que pensar deste nexo?

Antes de mais nada que, excluindo o golpe militar que proclamou a República, tiveram papel determinante na evolução política brasileira durante a I República as seguintes intervenções militares:

— em 1891, rebelião da esquadra sob o comando do almirante Custódio de Melo, que forçou o marechal Deodoro da Fonseca a demitir-se.

— entre 1910 e 1912, as chamadas “salvações”, isto é, intervenções militares a nível estadual, principalmente no Nordeste — mas com sequelas e reflexos em escala nacional —, visando a desalojar do poder político, neste nível, os representantes da oligarquia agrária tradicional.

— a partir de 1922 e sobretudo de 1924, surto tenentista, abrindo um período de levantes que acabou por assumir, com a Coluna Prestes, o caráter de guerra de guerrilhas.

— em 1930, levante vitorioso da Aliança Liberal, pondo fim à I República.

Destas intervenções, duas apenas atingiram plenamente seus objetivos: a primeira e a última. Embora o almirante Custódio de Me-

lo, indiferente ao labor dos polítólogos futuros, tenha dado seu golpe num ano não-eleitoral (mais exatamente, no ano da eleição indireta de Deodoro, ungido presidente pela Assembléia Constituinte por 129 votos contra 97 obtidos por seu rival Prudente de Moraes), dificultando assim sobremaneira a mensuração do grau de coesão das “elites”, não é admissível que Stepan simplesmente ignore-o na “verificação” de suas hipóteses. Afinal, uma eleição puramente parlamentar, embora signifique muito pouco para a aferição das contradições políticas da sociedade como um todo, exprime as que dividem a classe dominante talvez com mais fidelidade até que as eleições diretas, as quais, como ninguém ignora, sempre foram, durante a Velha República, perfeitamente fraudulentas. Que Deodoro, malgrado seu prestígio de proclamador da República e de seu presidente provisório tenha obtido menos de 57% dos votos da Constituinte é um claro sintoma de falta de coesão das “elites”. Sobretudo considerando que seu companheiro de chapa, almirante Eduardo Wandenkolk, obteve 57 votos, contra 153 para o candidato à vice-presidência pela oposição, o marechal Floriano Peixoto. O problema, para a dicotomia simplista de Stepan (civis/militares) é que a “falta de coesão das elites” se exprime como divisão *entre chefes militares*, embora consista também numa divisão entre os civis (isto é, entre os membros da Assembléia Constituinte). O golpe do almirante Custódio de Melo implicou na destituição de um presidente militar (Deodoro) mas também na acessão à presidência de outro militar (Floriano). Este, como se sabe, governou em estado de sítio, enfrentando rebeliões federalistas em vários pontos do país. O que indica que o “grau de legitimidade” que lhe conferiam as “elites” não era muito grande. Em resumo: as duas leis sociológicas de Stepan mostram-se irremediavelmente incapazes de dar conta do significado político das intervenções militares durante os anos cruciais em que se forjou o sistema político da I República.

São sintomáticas, nesse sentido, as liberdades que toma com a periodização histórica. Exclui de seu exame, de maneira arbitrária, as situações políticas complexas, como a do período 1889-1894, para buscar a verificação de suas hipóteses em situações que se lhe afiguram mais simples. Para fundamentar a hipótese de que “a tendência dos militares a intervir em acontecimentos políticos centrais aumenta quando o Executivo e as camadas pró-regime (a fórmula é canhestra, mas traduz tão fielmente quanto possível “proregime strata” do original inglês) estão profundamente divididos quanto aos objetivos políticos”,<sup>21</sup> considera “o período que vai da consolidação da República Velha em 1898, até sua queda em 1930”.<sup>22</sup> É metodologicamente injustificável começar o exame histórico do comportamento político dos militares na I República não em sua proclamação (obra de militares), mas em sua consolidação (quando estes já tinham sido alijados do poder). Em 1898, com efeito, a questão do poder já estava resolvida em escala nacional. Não somente os militares haviam sido alijados do Executivo federal, mas a aliança dos fazendeiros de São Paulo e de Minas Gerais já assumira caráter hegemônico, assegurando-lhes, através da “política dos governadores”, a direção do país. Esta operação metodológica mutiladora, que exclui do campo de verificação de sua hipótese justamente o período em que se engendrou o sistema de relações políticas que pretende explicar com o “modelo moderador”, obnubila todas as questões referentes à compreensão histórica da posição das Forças Armadas face ao poder político numa virada decisiva para a evolução das instituições nacionais. A começar pela derrubada do Império: seria absurdo pretender que os oficiais liderados por Benjamin Constant lutaram por uma República governada pelos fazendeiros paulistas. Longe de moderar conflitos no seio da classe

<sup>21</sup> Stepan, p. 62.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 63.

dominante, os militares jacobino-positivistas – ou simplesmente “deodoro-ristas” e “florianistas” – erigiram-se em intérpretes da nacionalidade contra os particularismos egoístas e preconizaram uma reforma moral e mesmo, como escreveu Floriano Peixoto, uma “ditadura militar” para acabar com “a podridão que vai por este pobre País”.<sup>23</sup> Nada mais oposto ao sistema político que começou a se instaurar em 1894, através do controle do poder central pelos centros regionais de poder, eles mesmos controlados pelos representantes políticos diretos da classe dominante. Para esta, objetivamente segmentada pelas características próprias à estrutura de produção do país naquela época, já que, como assinalou Maria do Carmo Campello, o Brasil se apresentava então “como um ajuntado de unidades primário-exportadoras”, atrelando-se ao mercado internacional independentemente uma da outra e cada uma “indiferente à soma das demais”<sup>24</sup>, não interessava o fortalecimento de nenhuma organização vinculada à estrutura do Poder central – a começar pelas Forças Armadas – pela evidente razão de que uma organização burocrática centralizada em escala nacional constituiria objetivamente – senão subjetivamente – a negação do princípio do controle do governo federal pelas oligarquias agrárias, já que deslocaria o centro de gravidade do poder político dos Estados economicamente preponderantes, isto é, dos centros regionais de poder, para o aparelho administrativo e coercitivo federal. Tal foi o conteúdo da contradição entre o “jacobinismo” militar que governou o Brasil de 1889 a 1894 e a “aliança do café” que assumiu o controle do poder federal em 1894 para nele se manter, com uma única interrupção (1910-1914) até a Revolução de 1930. É evidente que esta

<sup>23</sup> Carta a um amigo, citada por José Maria Bello, *História da República*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959, p. 98 e reproduzida por Hélio Silva, *1889: A República não esperou o amanhecer*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, pp. 194-195.

<sup>24</sup> M. C. Campello, “O processo político-partidário na República Velha”, in *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1969, pp. 186-187.

contradição se torna rigorosamente impensável na ótica do “modelo moderador”.

Do caráter artificial do “corte diacrônico” com que opera Stepan, abrindo sua periodização na “consolidação” da I República em 1898, não se infere, no entanto, que a demonstração histórica da primeira de suas hipóteses sociológicas (a propensão dos militares a intervir é inversamente proporcional ao grau de coesão das elites civis) seja necessariamente inadequada. Mas mesmo a supor que fosse adequada – investigaremos este ponto mais adiante ao examinar as intervenções militares de 1910, 1922 e 1930 – isto não provaria que os militares tivessem passado a exercer, a partir de 1898, uma função “moderadora” no sistema político. Com efeito, a divisão das elites civis pode favorecer a intervenção militar na política, mas não determina o conteúdo dessa intervenção. Tanto assim que enquanto para Stepan ela constitui “o método normal de composição na vida política”<sup>25</sup>, J. Murilo de Carvalho, apoiando-se em documentação historiograficamente mais rica e rigorosamente controlada, caracteriza as intervenções militares durante a I República como um “poder desestabilizador”.<sup>26</sup> Esta interpretação, frontalmente oposta à de Stepan, já que “moderar”, “compor” significam *estabilizar*, confirma nossa própria hipótese sobre as condições institucionais da hegemonia da “aliança do café”, especificamente no que concerne à necessidade de contrabalançar o peso institucional do Exército, isto é, da força militar federal, pela Guarda Nacional – verdadeira organização militar de classe das oligarquias agrárias – e pelas polícias militares estaduais, algumas das quais constituindo, como observou, no início do século, Pierre Denis,

<sup>25</sup> Stepan, *ibidem*, p. 51

<sup>26</sup> Esta caracterização constitui o título mesmo do trabalho de José Murilo de Carvalho: “As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador”. As referências deste texto estão na nota 2.

“verdadeiros Exércitos”.<sup>27</sup> Contrabalançar militarmente o Exército não significava afastá-lo da política, mas impedi-lo de monopolizar os meios da guerra e da coerção armada para impor às “elites civis” – isto é, aos círculos dirigentes das oligarquias agrárias – uma visão nacional e portanto, em alguma medida, centralista, dos problemas políticos. Significava marginalizar os militares, enquanto corpo constituído, dos centros de decisão política e por conseguinte impedir que a corporação militar se tornasse ela mesma um centro de decisões políticas. Foi por isso mesmo que o intenso ativismo político dos militares durante a I República assumiu um caráter “desestabilizador”, traduzindo o inconformismo de parcela ponderável do corpo dos oficiais diante da posição subalterna que lhes fora reservada no interior das estruturas do poder de Estado. Este caráter é particularmente evidente nas intervenções militares de 1911-1912, 1922-1926 e 1930, todas voltadas contra a hegemonia da “aliança do café”<sup>28</sup>.

### **3. Salvacionismo, tenentismo e “Revolução Nacional”: da política no Exército à política do Exército**

Em 1910, a eleição do marechal Hermes da Fonseca à presidência correspondeu sem dúvida a uma “perda de coesão” (para manter a terminologia de nosso autor) da classe dominante, ou melhor, de suas “elites civis”. Como se sabe, a candidatura do marechal Hermes foi articulada por Pinheiro Machado que conseguiu provocar a única ruptura da aliança hegemônica entre as oligarquias de São Paulo e de Minas Gerais em toda a história da I República, atraindo as elites mi-

<sup>27</sup> Pierre Denis, *Le Brésil au XXe Siècle*, Paris, Armand Colin, 1909, p. 55.

<sup>28</sup> Embora diferentemente interpretado, este conflito é reconhecido por praticamente todos os autores, salvo Stepan, ao qual falta, por conseguinte, base bibliográfica, além de base histórica.

neiras para uma coligação dos Estados até então alijados do controle do Executivo federal. Para assegurar o triunfo desta tentativa – bem sucedida – de romper o monopólio da aliança São Paulo-Minas sobre a presidência da República, Pinheiro Machado colocou à frente da coalização um chefe militar. Vale dizer, concluiu uma aliança daqueles que a hegemonia dos cafeicultores deixara para trás: os Estados mais débeis e o Exército. Isolada, a oligarquia paulista lançou mão da candidatura “civilista” de Ruy Barbosa. Quer tomemos ao pé da letra o confronto eleitoral de 1910 (civis contra militares), quer o encaremos como deslocamento da aliança hegemônica São Paulo-Minas (e o fato de que Ruy Barbosa fora ministro da Fazenda do marechal Deodoro mostra a relatividade de seu “civilismo”), não vemos em que sentido ele anuncia uma função moderadora das Forças Armadas. A rigor, não se deve nem mesmo falar em “intervenção militar” em 1910. O grande articulador da candidatura anti-hegemônica do marechal Hermes foi Pinheiro Machado, que era tão pouco “militarista” quanto seus adversários “civilistas”, mas que pretendia atrair para a dissidência oligárquica, da qual era o chefe incontestável, as simpatias da oficialidade. Falar, neste caso, em “intervenção” militar é forçar o sentido das palavras.

A intervenção militar ocorreu de fato *após* a posse do marechal Hermes, isto é, não no contexto das eleições, mas como consequência de seu resultado. A presença de um chefe militar na presidência encorajou a fração politicamente ativa da oficialidade a levantar-se, em nome da “salvação” da República, contra o poder político das oligarquias estaduais, sobretudo no Norte e no Nordeste. Discute-se o conteúdo social e o significado político destas “salvações” que configuraram, em 1911-1912, uma situação de guerra civil larvar em vários Estados da Federação. Mas tanto a interpretação mais aceita, que inscreve as “salvações” e o “hermismo” no longo enfrentamento dos mili-

tares com a oligarquia agrária, retomado na década seguinte pelo tenentismo,<sup>29</sup> quanto a interpretação “organizacional”, que vê na posição subalterna do Exército no interior das estruturas estatais e na consequente degradação do estatuto social e profissional dos oficiais os fatores determinantes da intervenção militar na política durante a I República,<sup>30</sup> excluem radicalmente a idéia de que esta intervenção tenha cumprido uma função moderadora no sistema político. Na realidade, quem acabou desempenhando função estabilizadora naquela conjuntura foi o próprio Pinheiro Machado. Havia apoiado, em outubro de 1910, a primeira “salvação”, no Amazonas. Quando o movimento se estendeu, assumindo o caráter de contestação generalizada ao poder político das oligarquias tradicionais, Pinheiro Machado tratou de se afastar de seus turbulentos aliados, para finalmente passar a combatê-los quando o governo de seu Estado natal, Rio Grande do Sul, epicentro da oposição à hegemonia São Paulo – Minas Gerais, foi reivindicado pelo general Mena Barreto, ministro da Guerra e chefe salvacionista”. Contra esta pretensão mobilizou sua forte influência sobre o Congresso, onde, para conjurar a ameaça “salvacionista”, as “élites” reencontraram o caminho da coesão, constrangendo o marechal Hermes da Fonseca a demitir seu Ministro da Guerra, acusado de “fomentar a guerra civil”.

Com o fim das “salvações”, o ativismo político da oficialidade refluiu (durante dez anos, até o surto tenentista de 1922). Paralela-

<sup>29</sup> “As salvações foram fenômenos típicos em que alguns militares, geralmente coronéis, tentavam desalojar oligarquias estaduais, contando com o apoio real (ou presumido) da organização” (J. M. de Carvalho, op. cit., p. 215). A opinião deste autor é tanto mais significativa que foi ele o introdutor da perspectiva “organizacional” no estudo dos militares brasileiros. Sobre o caráter antioligárquico das salvações, cf. nossa tese *Les militaires et les régimes politiques au Brésil*, Paris, Fondation Nationale de Science Politique, 1982, pp. 68-80.

<sup>30</sup> Além de J. M. de Carvalho, a interpretação “organizacional” é desenvolvida por Edmundo Campos Coelho. Cf. as notas 2 e 4.

mente, o centro de gravidade do poder político em escala federal, deslocado em 1910 em proveito das oligarquias estaduais dissidentes, voltou a seu eixo histórico com a recomposição da “aliança do café” nas eleições de 1914, que conduziram Wenceslau Braz à presidência.

Quanto à rebelião tenentista, seu caráter de contestação do sistema político é evidente. O fato de que tenha eclodido num ano eleitoral (1922) é de pouca relevância, sobretudo porque seu surto mais importante desencadeou-se em 1924 e prolongou-se, sob formas diversas, até a Revolução de 1930.

A “cisão das elites” que precipitou a Revolução de 1930 obedeceu no essencial às mesmas linhas de clivagem que a de 1910. Uma vez mais, o centro de contestação à hegemonia da “aliança do café” foi o Rio Grande do Sul. Uma vez mais, os militares foram chamados a se integrar numa aliança dirigida contra a hegemonia dos grandes agrários de São Paulo e Minas Gerais. Mas desta vez, para participar de uma efetiva revolução política (a “Revolução Nacional” como foi significativamente designada por seus protagonistas)<sup>31</sup>, que supriu o sistema jurídico-constitucional ultrafederalista sobre o qual a “aliança do café” assentava seu papel dirigente.

Não se chegou ainda, em nosso entender, a uma avaliação histórica satisfatória do significado militar da “Revolução Nacional”. A epopeia tenentista, a lucidez maquiavélica – no sentido histórico, não vulgar, do termo – do general Goes Monteiro, a fraquíssima perfor-

<sup>31</sup> Neste sentido, a tentativa de centrar o debate sobre o significado histórico da Revolução de 1930 na oposição entre interesses industriais e interesses agrários padece de economicismo. Em particular a revisão crítica empreendida por Boris Fausto, exclusivamente preocupado em refutar a tese de que em 1930 triunfaram os interesses industrializantes, passa ao lado da verdadeira questão: primado do ponto de vista nacional sobre o ponto de vista regional na condução dos assuntos políticos. A *Revolução Nacional* é o título de uma edição de *O Cruzeiro* publicada na época, contendo rica documentação, particularmente iconográfica, sobre o movimento de 1930.

mance das forças legalistas têm constituído os ingredientes quase exclusivos dos estudos historiográficos e sociológicos consagrados ao tema. Mas não tem sido ressaltada a mais notável singularidade da Revolução de 1930 no que concerne à questão decisiva do confronto armado enquanto tal. Singularidade notável, porque a rebelião de 1930 veio justamente suprimir as próprias condições institucionais que tornavam possíveis rebeliões deste gênero, a saber, a dispersão ultrafederalista e semifeudal dos órgãos e das atribuições do poder de Estado. Graças a esta dispersão, a Aliança Liberal pode *organizar seu próprio Exército* para derrubar a I República. Organizou-o não apenas no aspecto conspirativo do termo, o único que tem chamado a atenção de historiadores e polítólogos, isto é, não apenas cooptando chefes militares, compondo interesses e articulando alianças com grupos de oficiais – inclusive os “tenentes” –, mas sobretudo reunindo formações militares heteróclitas que incluíram tanto unidades regulares do próprio Exército, quanto milícias estaduais e toda sorte de “irregulares”. Este Exército rebelde derrotou em três semanas o Exército regular.

É preciso forte dose de zelo apologético e muita desenvoltura no lidar com os fatos históricos para escrever que em 1930 os militares (sem maiores especificações) “saíram vitoriosos”, “pondão fim à guerra (civil) depondo o presidente em exercício e entregando o poder a Getúlio Vargas, o candidato derrotado”.<sup>32</sup> Basta elementar bom senso para constatar que em todo conflito armado onde há militares vitoriosos há também militares vencidos: o verbo vencer é transitivo. No entanto, por mais estranho que possa parecer, a fórmula de A. Stepan sugere, ao atribuir ao sujeito “militares” tornado universalmente, o predicado “vitoriosos”, que nos combates entre o Exército rebelde da Aliança Liberal e as forças governamentais ninguém foi derrotado.

<sup>32</sup> Stepan, *ibidem*, pp. 63-64.

Essa curiosa conclusão não maltrata somente o bom senso mas também a historiografia. Ninguém ignora que o levante de 1930 foi dirigido por civis ainda que o general Goes Monteiro – e em menor medida, o “tenente” Juarez Tavora – tenham desempenhado papel determinante no desencadeamento e no desenvolvimento do processo insurrecional. Mais ainda, constituiu, em nossa história moderna, o único movimento armado dirigido por civis que conseguiu tomar o poder.

Na verdade, em 1930, o Exército cindiu-se enquanto organização e foi derrotado enquanto instituição, na medida em que esta se identificava à defesa do regime (aquele definido pela Constituição de 1891) e do governo (de Washington Luiz). O tão citado aforisma de Clausewitz se aplica limpidamente ao confronto de outubro de 1930. A Aliança Liberal realizou sua política pela guerra (civil). Mas aplica-se também, só que de maneira invertida, ao Estado-maior legalista instalado no Rio de Janeiro. Suas forças, batidas no campo de batalha e em franca retirada ou rápida capitulação em todas as frentes, encontravam-se, a 24 de outubro, praticamente encerraladas na antiga Capital federal. Entre continuar pela guerra a política de Washington Luiz (que queria resistir) e continuar pela política a guerra que estavam perdendo, os generais que compunham o Estado-maior legalista (Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro) ficaram com a segunda opção. Depuseram Washington Luiz e se erigiram, no dia 4, em Junta Governativa. O primeiro objetivo deste golpe de Estado era obter dos rebeldes um cessar-fogo. Mas como se depreende da leitura do “ultimatum” dirigido a Washington Luiz, os membros da Junta Governativa acentavam outras ambições. Não se pode interpretar de outra maneira, com efeito, a declaração taxativa de que “o destino do Brasil, no momento atual, deve ser confiado a seus generais de terra e mar”.<sup>33</sup> Os

<sup>33</sup> O texto integral do ultimatum está reproduzido em Hélio Silva, *A Revolução traidora*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 366.

chefes da Aliança Liberal concebiam de modo distinto o destino do país. Ao general Tasso Fragoso que lhe enviara um telegrama anunciando a formação da Junta, Getúlio Vargas respondeu que “a solução definitiva da situação militar” dependia “da solução definitiva da situação política”, isto é, da “aceitação integral do programa revolucionário”.<sup>34</sup> Outros chefes revolucionários fizeram chegar à Junta declarações de teor análogo. Osvaldo Aranha notadamente lembrou ao general Tasso Fragoso que as “forças nacionais” (isto é, o Exército rebelde) contavam com “mais de 70” das 100 unidades do Exército brasileiro, além “das forças de polícia de 15 Estados e os voluntários, que somente no Rio Grande do Sul são mais de 100.000”.<sup>35</sup> Argumento levado extremamente a sério pelos membros da Junta, em cujo nome Tasso Fragoso, ainda a 25 de outubro, respondeu a Getúlio que estava pronto “a passar o governo a V. Excia. quando V. Excia. aqui se apresentar”.<sup>36</sup> A promessa foi cumprida até porque não havia como não cumpri-la.

Esse desfecho pacífico – e político – da guerra civil teve notáveis consequências para a evolução do regime instaurado com a vitória da “Revolução Nacional”. Criou as condições para a rápida integração das Forças Armadas – desta vez, enquanto instituição – no processo de centralização do poder político ao qual Getúlio Vargas associou seu nome, sucessivamente como chefe do governo revolucionário provisório, presidente da efêmera República de 1933 e ditador do Estado Novo. O fortalecimento do Executivo federal, marcando o irreversível declínio do ultrafederalismo oligárquico, convinha perfei-

<sup>34</sup> O texto do telegrama se encontra em depoimento do próprio general Tasso Fragoso, reproduzido pelo general Alencar de Araripe, *Tasso Fragoso, um pouco da história do nosso Exército*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959, pp. 573-575.

<sup>35</sup> Telegrama de Osvaldo Aranha a Tasso Fragoso, publicado por este em seu depoimento *A Revolução de 1930*, publicado em 1937 e reproduzido pelo general Alencar de Araripe, op. cit., pp. 576-577.

<sup>36</sup> Alencar de Araripe, pp. 575-576.

tamente, com efeito, ao duplo processo de autonomização institucional e de monopolização orgânica da função militar pelas Forças Armadas.<sup>37</sup> Já em 1931, Goes Monteiro definiu lapidarmente o que chamamos de “autonomização institucional”, observando que se tratava, doravante, de “fazer a política *do* Exército e não a política *no* Exército”.<sup>38</sup> Quanto à “monopolização da função militar”, tratava-se de levar às últimas consequências o processo dito de “reforma do Exército” que compreendeu notadamente a efetivação do serviço militar obrigatório, com controle pela autoridade militar (e não pela autoridade municipal) do recrutamento e da incorporação e, em geral, a subordinação de todas as formações militares e paramilitares ao comando centralizado da hierarquia das Forças Armadas.

Neste sentido a chamada “Revolução constitucionalista” de 1932 representou uma tentativa frustrada de voltar ao federalismo da I República. A presença de Bertoldo Klinger à testa do dispositivo militar da sublevação é particularmente reveladora. Membro destacado da corrente dita dos “jovens turcos”, empenhada desde o início dos anos 1910 na “reforma do Exército”, Klinger, já em 1913, no editorial de lançamento da revista *A Defesa Nacional*, expunha – com inegável sentido de antecipação histórica – a concepção do papel das Forças Armadas que iria prevalecer no Brasil a partir da repressão anticomunista de 1935 e da implantação do Estado Novo: “o exército precisa estar aparelhado para sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns na vida tumultuária das sociedades que se

<sup>37</sup> Sairíamos muito do nosso tema se procurássemos explicitar o conteúdo deste duplo processo. Estudámo-lo, tanto em sua dimensão lógica quanto em sua dimensão histórica, em nossa citada tese *Les militaires et les régimes politiques au Brésil*.

<sup>38</sup> Goes Monteiro, *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*, Rio de Janeiro, Anderson, 1931, p. 163. Texto citado e comentado por José Murilo de Carvalho, op. cit., p. 214 e por E. Campos Coelho, op. cit., p. 103.

formam".<sup>39</sup> Na década seguinte, encontramos Klinger, coerente com este postulado, perseguindo a Coluna Prestes. João Alberto, em suas *Memórias de um revolucionário*, traça um sugestivo retrato político de seu principal perseguidor: "Ao aproximarmo-nos de Goiás, tivemos um encontro com a tropa do coronel Klinger, o mesmo que comandava os governistas na cabeceira do Apa. Dirigia a principal reação contra nós. Para se compensar do revés que sofrera no Apa, ele prometia agora acabar com a revolução, dar fim ao movimento libertador que explodira violento em todas as almas livres brasileiras, das quais nós éramos a encarnação e a resistência. Nossa Coluna simbolizava os anseios liberais do povo e não podia ser batida pelos profissionais e oportunistas da legalidade".<sup>40</sup> Durante a revolução de 1930, nosso "oportunista da legalidade" permaneceu no Rio de Janeiro, junto ao Estado-maior legalista. Quando este, face à derrota de suas tropas em todas as frentes, derrubou o representante eminentíssimo da ordem legal que pretendia defender (a saber, o presidente Washington Luiz) e se erigiu em junta de governo, Klinger foi aquinhoadão com a chefia da polícia do Rio de Janeiro. Entretanto, ao se voltar contra o presidente, o Estado-maior perdeu sua condição de defensor da ordem legal, sem poder disputar à insurreição vitoriosa a representação da ordem legítima. O ex-perseguidor da Coluna, que até então sempre havia optado pela legalidade contra a legitimidade, desta vez cedeu à tentação golpista, declarando à imprensa, a 28 de outubro de 1930 – quando os generais membros da junta, mais realistas e mais responsáveis, já haviam entrado em acordo com os dirigentes da Revolução Nacional para a transmissão do poder – que "as rédeas do governo" não seriam de modo algum entregues "ao dr. Getúlio Vargas". A declaração causou

<sup>39</sup> Citado por Murilo de Carvalho, op. cit., p. 213.

<sup>40</sup> João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um Revolucionário*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 102.

impacto, mas logo se constatou que era pura fanfarronada. E o próprio Klinger, uma semana depois, foi procurar Osvaldo Aranha para lhe garantir que não tinha tido a intenção de instaurar uma “ditadura militar”.<sup>41</sup> Em julho de 1932, já promovido a general, tenta a revanche contra a revolução de 1930, assumindo o comando militar da “Revolução constitucionalista”. Sua única iniciativa notável, nesta qualidade, foi a de solicitar prematuramente o armistício às forças comandadas por Goes Monteiro. O coronel Euclides Figueiredo, que combateu a seu lado, deixa bem claro o quanto esta capitulação precipitada chocou seus companheiros de armas.<sup>42</sup>

O aspecto puramente anedótico destas peripécias apresenta, sem dúvida, escasso interesse. O personagem é pequeno e o contraste com os “tenentes” seus contemporâneos em termos de bravura e de grandeza moral – ou com um Goes Monteiro no que se refere ao talento militar e à envergadura política – torna-o menor ainda. E no entanto, é este o personagem que, no entender de um de nossos melhores historiadores das Forças Armadas – José Murilo de Carvalho –, teria sido o inspirador do primeiro ensaio de intervenção “moderadora” das Forças Armadas na política, a saber, o golpe que depôs Washington Luiz. Segundo Murilo de Carvalho, Klinger concebeu-o como uma intervenção arbitral destinada a promover novas eleições e resolver assim “o impasse entre legalistas e revolucionários”.<sup>43</sup>

Não se pode, evidentemente, confundir a caracterização histórica de um novo tipo de *ideologia* intervencionista com o caráter *objetivo* que

<sup>41</sup> Quem o relata é o próprio Klinger em *Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil*, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, pp. 349-350.

<sup>42</sup> Em sua *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932* (São Paulo, Martins, 1954), Euclides Figueiredo traça um quadro pouco lisonjeiro do comportamento de Klinger, que na pressa de se render ao governo federal evitou consultar seus companheiros de armas e o próprio governador de São Paulo. Cf. op. cit., pp. 265-302.

<sup>43</sup> J. Murilo de Carvalho, op. cit., p. 223.

Alfred Stepan confere ao modelo moderador. Para Murilo de Carvalho, com efeito, o fenômeno objetivo é a *intervenção* militar. O fato de que, a partir de 1930, este fenômeno passe a corresponder a uma nova postura política dos militares (a uma nova “ideologia intervencionista”), constitui o resultado concreto de uma conjunção singular de fatores historicamente determinados, notadamente “a racionalização do exército através do alistamento universal e do crescimento do contingente e, principalmente, pelo desenvolvimento do Estado-maior...”.<sup>44</sup> A nova postura dos militares constitui também, por conseguinte, um *fenômeno* historicamente determinado, a saber, uma representação coletiva elaborada pelos oficiais que redefiniram as funções do Exército. Mas como os fenômenos ideológicos não apresentam a opacidade do *fato* político, o conteúdo da ideologia intervencionalista que começou a se explicitar por ocasião da Revolução de 1930 não se deixa determinar univocamente. O recurso à hermenêutica é inevitável. Todo o problema consiste no seu bom uso.

O sucesso da hermenêutica freudiana da vida onírica repousa menos na distinção entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente do sonho do que na passagem do manifesto ao latente. Tanto mais *determinada* é a relação que este mantém com aquele, tanto maior será a precisão da interpretação. Ora, esta relação é extremamente tênue no que concerne à caracterização da nova ideologia intervencionista como “moderadora”. Antes de mais nada porque seu “conteúdo manifesto” comporta, segundo José Murilo de Carvalho, duas versões diferentes: uma formulada por Goes Monteiro, outra por Bertoldo Klinger. Não é difícil mostrar que nenhuma das duas corrobora a interpretação de seu “conteúdo latente” como moderador.

Bertoldo Klinger permaneceu fiel à tese da função “conservadora e estabilizante” do Exército. Quase vinte anos depois de tê-la ex-

<sup>44</sup> ibidem, p. 214.

posto no nº 1 de *A Defesa Nacional*, ele a retomou, num artigo publicado no nº 202-203-204 da mesma revista, datado de outubro-novembro-dezembro de 1930 (as vicissitudes da Revolução obrigaram a publicação de um número tríplice), chegando mesmo a afirmar, numa antecipação algo profética do caráter burocrático que assumirá a ditadura militar instaurada trinta e quatro anos mais tarde, que “o posto supremo de direção do país é problema de estado-maior”.<sup>45</sup> Em nenhuma das fórmulas que o próprio José Murilo de Carvalho escolheu para expor o “conteúdo manifesto” da ideologia intervencionista de Klinger, aparece o termo “moderador”. E não vemos por qual processo analítico se efetua a passagem das idéias expressas por este (“função conservadora e estabilizante”, “direção do país” como “problema de estado-maior”) à idéia de moderação que estaria latente em seu pensamento.

Mas é sobretudo a Goes Monteiro que é atribuída a paternidade intelectual da intervenção moderadora. Duas passagens de *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército* são invocadas para comprová-lo. Aludimos acima a uma delas: “Sendo o exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* exército e não a política *no* exército”.<sup>46</sup> Para nós, a idéia latente nesta fórmula é a afirmação da necessidade da *solidariedade corporativa* do Exército como condição de sua *autonomização político-institucional*. Quanto à outra passagem, anuncia muito mais a concepção “desenvolvimentista” que Morris Janowitz, notadamente, identificará nos militares das “novas nações” afro-asiáticas, ou mesmo um nasserismo “avant la lettre”, do que a de um papel de arbitragem, composição, tutela política ou qualquer outra conotação que se atribua à idéia de “intervenção moderadora”. Goes Monteiro opõe nitidamente o Exército e a Marinha, enquanto “únicas forças” providas

<sup>45</sup> Citado por José Murilo de Carvalho, *ibidem*, p. 214.

<sup>46</sup> *ibidem*, p. 214.

de caráter de “instituições nacionais” ao resto da nação, considerado como organicamente amorfó. Só “à sombra” das Forças Armadas é que “poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade”.<sup>47</sup> Não escapará ao leitor o estreito parentesco entre esta tese e aquela, cara aos “ideólogos autoritários”, de que compete ao Estado organizar a sociedade e não inversamente.

#### **4. A “função moderadora” e sua problemática legitimidade**

O “modelo moderador” só teria vigorado plenamente no Brasil entre 1945 e 1964, vale dizer, com o regime liberal instaurado pelo golpe antigelista de 29 de outubro de 1945 e derrubado pelo golpe antijanguista (e por conseguinte antigelista) de 31 de março de 1964.

Metodologicamente, o exame deste período corresponde à verificação da segunda hipótese sociológica de *The Military in Politics*, a saber a que vincula o êxito dos golpes militares à legitimidade que lhes é atribuída pelas elites políticas.<sup>48</sup>

Novamente nos defrontamos com o paralogismo consistente em dar por resolvida a questão sobre a existência objetiva de determinado sistema de integração social (no caso entre civis e militares) para examinar exclusivamente as características do sistema cuja realidade ficou implicitamente pressuposta. Também aqui a aparência de objetividade do modelo se apoia numa falsa analogia. É inegável que as intervenções militares de 1945 e de 1964 delimitam um período histórico. Mas, desculpando-nos do truismo, toda história sendo sempre história de um determinado processo, delimitar um período histórico consiste em identificar o termo inicial e o termo final *deste* processo. No caso presente, o processo sobre o qual incide a periodização é a evolução

<sup>47</sup> ibidem, p. 214.

<sup>48</sup> Stepan, op. cit., p. 62.

das formas de governo e das instituições jurídico-constitucionais da sociedade brasileira. O artifício de Stepan consiste em aplicar a mesma periodização a *outro* objeto, a saber às relações entre civis e militares. Que mudamos de regime político e de Constituição em 1945-1946 todo mundo sabe. Mas não é evidente que tenhamos mudado também, na mesma ocasião, de “padrão de relacionamento entre civis e militares”. Ora, segundo Stepan, o “padrão moderador” “predominou no Brasil durante “o período de 1945 a 1964”. Embora tenha também se manifestado “em muitos outros países latino-americanos”, foi no Brasil que se realizou de forma mais acabada: nosso país apresenta, neste sentido, o “paradigma” deste modelo de relações civis-militares.<sup>49</sup> Stepan não fornece nenhuma explicação desta súbita erupção da enteléquia moderadora em nossa história política. O que faz supor que tenha simplesmente calcado o surgimento deste período paradigmático na mudança político-constitucional de 1945-1946. Mas esta suposição esbarra em pelo menos duas dificuldades:

- a) Toda a construção teórica de Stepan repousa sobre o pressuposto implícito de que as relações entre civis e militares obedecem a um complexo de fatores sociais e culturais independentes das fórmulas dos legisladores e das ideologias oficiais. Tanto assim que malgrado o caráter liberal das instituições jurídico-constitucionais tanto da I República quanto da de 1946, o modelo das relações civis-militares não teria sido liberal em nenhuma delas, mas moderador em ambas (mais exatamente, proto-moderador naquela e plenamente moderador nesta). Como, então, admitir que uma mudança jurídico-constitucional (a saber, a de 1945-1946) tenha sido a causa de uma mutação sócio-cultural afetando padrões duráveis de comportamento das elites militares e civis? Poder-se-ia responder que

<sup>49</sup> Ibidem, p. 51.

justamente neste exemplo não houve mutação brusca de um padrão sócio-cultural para outro, uma vez que o modelo moderador vinha se cristalizando desde a I República. A mudança político-constitucional de 1945-1946 teria apenas permitido a plena consolidação daquele padrão pré-existente. (Evidentemente, estamos aqui tentando acompanhar a lógica interna da argumentação de Stepan, já que, para nós, como pensamos ter mostrado, não houve durante a I República nada que se assemelhasse nem de longe a uma função moderadora das Forças Armadas). Mas, justamente, trata-se de saber por que esta plena consolidação, realização paradigmática do modelo moderador, ocorreu em 1945-1946 e não em um outro momento. Veremos mais adiante, quando contrapusermos nossa própria periodização da evolução política dos militares à de Stepan, que de fato esta evolução foi afetada, na década que precedeu o golpe de 1945, por duas mutações decisivas, ambas ignoradas por nosso autor, que concebe a evolução da fase proto-moderadora à fase paradigmática do modelo moderador sob o modo da continuidade, vale dizer, como um processo uniforme e linear ao longo do qual civis e militares teriam permanecido essencialmente idênticos. Mas se não foram eles que mudaram, se em 1945-1946 relacionavam-se substancialmente da mesma maneira que em 1898, 1910, 1922, 1930 e 1937, então a mudança responsável pela plena atualização da enteléquia moderadora só pode ter vindo *de fora* desta relação, isto é, não como mutação intrínseca e sim como alteração de suas condições extrínsecas, isto é, do quadro político-institucional no qual estava inserida. A predominância do modelo moderador aparece assim ligada à instauração do regime liberal, o que tende a confirmar a incongruência entre o projeto teórico de *The Military in Politics* (determinação das leis sociológicas exprimindo a dinâmica específica das relações entre civis e milita-

res) e sua execução prática (o modelo que deveria exprimir o funcionamento destas leis é, na realidade, calcado nas formas jurídico-constitucionais e nos regimes políticos que se sucederam ao longo de nossa história política).

- b) É possível tratar da intervenção política dos militares sem colocar a questão da democracia? É possível determinar o significado dos golpes militares e dos regimes militares sem examinar em momento algum de que maneira afetam a evolução democrática de um país? Alfred Stepan realiza esta proeza em *The Military in Politics*. Nesta obra copiosa, não há lugar para o tema e o próprio termo aparece raríssimas vezes. É mencionado só *uma vez* no índice analítico, como simples adjetivo, na expressão “cesarismo democrático”, citada numa nota de rodapé.<sup>50</sup> A omissão é flagrante e seguramente sintomática. Estamos diante de um “parti-pris” do autor, para o qual o significado das categorias políticas se reduz à interação de atores sociais abstratos (“o Governo”, “as elites”, “os militares”). Esta interação é concebida mecanicamente como um processo sem conteúdo lógico-histórico, isto é, como mero jogo de poder pelo poder segundo um ritmo sempre recomeçado de composição/conflito/recomposição de interesses: Um jogo onde nada está em jogo salvo os cacifes dos jogadores e que dura enquanto suas regras são respeitadas. Quando deixam de sê-lo, instaura-se novo jogo (isto é, novo “modelo”) definido por novas regras, tão arbitrárias, isto é, tão desconectadas de qualquer determinação lógico-histórica, quanto as anteriores. Evidentemente, não estamos considerando o calendário, gregoriano ou outro, como uma determina-

<sup>50</sup> Trata-se da nota 5, p. 22. A expressão em questão constitui o título do estudo de um autor venezuelano, Laureano Vallenilla, para o qual “a anarquia civil provocada por conflitos na sociedade sendo sempre iminente,” o “cesarismo democrático” representa “a forma mais viável de governo”.

ção lógico-histórica. Por isso, quando Stepan indica a data (1964) em que a função política dos militares passou de “moderadora” a “dirigente”<sup>51</sup>, o *fato histórico* para o qual aponta (a saber, que os generais assumiram o poder de Estado) não prova que tenha ocorrido a alegada mudança de função, nem determina o conteúdo desta mudança nas relações entre civis e militares. As relações entre certos militares (os golpistas) e certos civis (a UDN lacerdista e contrarrevolucionária) já se haviam cristalizado muito antes: neste sentido o golpe de 1964 foi uma repetição – mais bem sucedida – do de 1954, barrado pelo suicídio de Getúlio. A República do Galeão anunciou, com dez anos de antecedência, o regime codificado no Ato Institucional nº 1. O que mudou efetivamente em 1964 foi o regime político. Constatação que seria mero truísmo se não tivesse ficado obscurecida pela confusão que introduz Stepan ao calcar a periodização da mudança de seus modelos sobre a das instituições político-constitucionais.

Cabe agora examinar de que maneira estas dificuldades e incongruências afetam a demonstração de sua segunda hipótese sociológica, que “liga o êxito dos golpes ao grau de legitimidade pública outorgada ao executivo e aos militares”. Resumindo a formulação de Stepan, trata-se de provar que o sucesso dos golpes é diretamente proporcional ao grau de legitimidade conferido aos militares e inversamente proporcional ao conferido ao Executivo.<sup>52</sup> O 5º capítulo de *The Military in Politics* é consagrado a esta demonstração. Ela compreende, notadamente, a análise da atitude dos principais órgãos de imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo nas diferentes conjunturas em que ocorreu intervenção militar: 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964. Constata-se, de modo geral, que os militares não tiveram sucesso quando agi-

<sup>51</sup> Stepan, *ibidem*, p. 101.

<sup>52</sup> *ibidem*, p. 62.

ram em desacordo com a opinião da grande imprensa e tiveram-no quando sua intervenção havia sido previamente legitimada por campanhas de imprensa antigovernamentais.

A questão da legitimidade, no entanto, é colocada a nível das “elites”: na perspectiva sociológica positivista do autor, a opinião pública tende a se confundir com a opinião daqueles que dispõem dos meios institucionalizados de influenciar o público. A espontaneidade das massas no processo histórico é desconsiderada sempre que não se exprime pelos canais institucionais (notadamente pela via eleitoral). Ora, em 1954 especialmente, mas também em boa medida em 1961, a comoção nacional provocada pelo suicídio de Getúlio e a mobilização popular pela posse de Jango, respectivamente, constituíram fatores determinantes na evolução dos acontecimentos. Sem dúvida, as idéias políticas das “elites” refletiram de alguma maneira o estado de espírito das massas. Mas justamente em 1954, as “elites” e seus jornais estavam numa trincheira e as massas na trincheira oposta. Como observa Stepan, “algumas semanas antes de os militares exigirem a renúncia de Vargas, a maioria dos jornais havia instigado abertamente os militares a fazê-lo”.<sup>53</sup> O profundo e espontâneo clamor popular contra os que levaram Getúlio ao suicídio mostra, melhor do que qualquer análise sociológica, que a massa da nação tinha uma concepção exatamente oposta à das elites (civis e militares) sobre o legítimo e o ilegítimo. Mostra também que o que se configurava na convergência antigelutista dessas elites era aquela aliança contra-revolucionária e antipopular que tomaria o poder em 1964.

Mesmo enquanto análise das relações entre elites civis e militares, isto é, enquanto interpretação sociológica da aliança contra-revolucionária responsável por todos os golpes de Estado ocorridos no país a partir de 1945, com a única exceção do contragolpe legalista do general Lott, o modelo de Stepan constitui uma representação

<sup>53</sup> *ibidem*, p. 73.

fragmentária e unilateral. Sem dúvida, cabe-lhe o mérito, assinalado por A. C. Peixoto<sup>54</sup>, de ter procurado explicar o comportamento político dos militares em sua interação com os civis (dentro das limitações que acabamos de apontar). Mas esta interação entre as duas elites é concebida como condicionamento recíproco entre dois sujeitos coletivos ("os" militares e "os" civis), considerados como dispostos de uma identidade anterior à própria interação e, por conseguinte, como não tendo sido constituídos, enquanto sujeitos, ao longo e através da própria interação. Mais radicalmente, são tratados como não tendo sido constituídos historicamente, o que não impede Stepan de considerá-los como *agentes* do processo histórico. Defrontamo-nos aqui, a propósito do *sujeito sociológico*, com o mesmo paralogismo subjacente à noção de *modelo sociológico*. Abstrações nominais, designando descritivamente correlatos objetivos tomados em sua máxima generalidade (de um lado os civis, de outro os militares), são consideradas como protagonistas reais de interações sociais concretas e por conseguinte como sujeitos históricos singulares.

Para nós, não se trata evidentemente de negar realidade aos sujeitos sociais coletivos, organizados ou espontâneos. Trata-se, ao contrário, de estudá-los como *realidades* sociais, o que implica, antes de mais nada, em considerar sua condição de *sujeitos* (isto é, de agentes históricos dotados de vontade e portadores de um projeto) como o resultado de um processo de constituição histórica a ser explicado e não como o ponto de partida dado "a priori" (isto é, antes de qualquer processo de constituição histórica) da explicação política. Ora, como procuraremos mostrar em seguida, a segunda hipótese sociológica de Stepan só parece coerente na medida em que os sujeitos políticos são tratados como entidades já dadas antes e aquém do processo histórico e atravessando-o como mônadas sem por ele serem afetados.

<sup>54</sup> Cf. acima a nota 7.

Trata-se, com efeito, de demonstrar que os golpes militares só são bem sucedidos quando previamente legitimados pelas elites civis. Embora o período escolhido para a demonstração comece em 1945 e termine em 1964, levaremos também em conta o golpe de 1937, não somente porque o próprio Stepan o menciona como exemplo de “cooptação dos militares” (lembremos que a norma nº 1 do “modelo moderador” afirma: “Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares”),<sup>55</sup> mas também porque, pelo menos num aspecto crucial, o golpe de 1945 constituiu uma repetição do de 1937.

Não há como demonstrar que o golpe que introduziu o Estado Novo tenha sido legitimado pelas elites civis. Seus autores estavam tão cientes de sua ilegitimidade que o mantiveram em segredo até mesmo em relação à cúpula militar. O depoimento do general Goes Monteiro que, não fora a dramaticidade do assunto, seria pitoresco, não deixa margem a qualquer dúvida a este respeito. Ele e Dutra se encontravam, na manhã do dia 10 de novembro de 1937, no gabinete do ministro da Guerra, quando ali entrou um general que, farejando algo estranho, quis saber o que estava acontecendo. O general Dutra puxou do bolso o seu relógio e disse: “– O que há é que daqui a 10 minutos teremos nova Constituição para o País”. De fato, dez minutos depois, o Diário Oficial publicava a nova Carta Magna outorgada... “O País, num abrir e fechar de olhos, tinha mudado de regime”. A seqüência do relato merece também ser referida: como subsídio à sociologia do poder em nosso país é mais expressiva que um longo tratado: “Sai, depois, para almoçar no Restaurante Touriste, à rua Senador Dantas... Quando terminava de almoçar, o meu chefe de Gabinete no Estado-Maior comunicou-me, por telefone, que o presidente me chamava com urgência ao Palácio Guanabara, onde fui ter

<sup>55</sup> Stepan, *ibidem*, p. 53. As normas do modelo moderador estão expostas nas pp. 50-51.

imediatamente. O ajudante de serviço, lá, me informou que ele estava à mesa e me convidava para o almoço. Escusei-me, alegando já ter almoçado, porém mandou que eu entrasse... Quando me viu, abraçou-me e insistiu que eu almoçasse, mostrando-me um prato de lagostas muito apetitoso, que lhe mandara naquele dia o sr. Alencastro Guimaraes... Como sou glutão, não resisti e resolvi repetir o almoço....".<sup>56</sup> Em abono do general Goes Monteiro, cabe observar que mais vale se perder por um prato de lagostas do que por um prato de lentilhas.

Seria difícil classificar como moderador um golpe desferido tanto contra a fração das elites que apoava a candidatura de José Américo quanto a que sustentava a de Armando de Oliveira e do qual a nação, menos três homens, foi informada pela leitura do Diário Oficial. No entanto, o golpe de 1945, paradigma da intervenção moderadora, foi desfechado por dois destes três homens (Goes Monteiro e Dutra) contra o terceiro (Getúlio). Seríamos os últimos a subestimar a diferença entre os regimes políticos que cada um destes dois golpes respectivamente instaurou. Mas justamente porque, ao contrário de Stepan, não confundimos as condições específicas da intervenção militar com as condições políticas gerais em que ela vem se inserir, constatamos que embora instaurando regimes opostos (ditadura num caso, democracia liberal no outro) os golpes de 1937 e de 1945 constituíram intervenções burocraticamente centralizadas do aparelho militar (mais exatamente, de sua cúpula) no processo político. Sem dúvida, nos dois casos, os generais foram "cooptados": em 1937 por Getúlio, em 1945 por seus inimigos. Mas não estamos afirmando – como tanto faz Stepan – que estes golpes foram "puramente" militares: é óbvio que não o foram. O que nos importa ressaltar é que a "cooptação" (pelo governo num caso, pelas "élites antigoverno" no outro)

---

<sup>56</sup> Lourival Coutinho, *O general Góes depõe*, Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955, pp. 317-318.

constitui um traço comum dos dois golpes, que se acrescenta ao fato de terem ambos sido desfechados pelos mesmos chefes militares (Goes Monteiro e Dutra). Com a diferença, já assinalada, que o de 1937 não foi e o de 1945 foi legitimado pelas elites civis. O que não impediu o primeiro de ser bem sucedido, contrariando a segunda hipótese sociológica de Stepan. Obtemos enfim um terceiro traço comum aos dois golpes: embora tenha desempenhado papel decisivo na mudança de regime, a cúpula militar não reivindicou o poder para si. O que se explicaria, segundo Stepan, por ser “ilegítimo” no modelo moderador, que os militares assumam “a direção do sistema político por longos períodos de tempo”.<sup>57</sup> Mas, como acabamos de ver, o golpe que instituiu o Estado Novo foi ilegítimo do ponto de vista das elites civis e portanto, na ótica de Stepan, ilegítimo “tout court”. Não há de ter sido, por conseguinte, a falta de legitimidade que dissuadiu a cúpula militar de exigir o poder em 1937 e sim o fato de que, para atingir seu objetivo político essencial naquela conjuntura — a manutenção “sine die” do regime de exceção implantado com a repressão ao levante da ANL em novembro de 1935 — tinha necessariamente de compor com Getúlio, isto é, no jargão moderador, deixar-se cooptar por ele.

Já em 1964 a configuração da cena política foi oposta. Não faltou aos golpistas legitimidade no sentido de Stepan, vale dizer, apoio ativo das elites civis. Só que desta vez a cúpula militar queria o poder para si. Agiu segundo o cânones moderador ao derrubar Goulart, mas violou-o ao ocupar-lhe o lugar. Violação suficientemente grave para que Stepan decrete o fim da secular função moderadora dos militares, que, como já foi assinalado, teriam então passado a exercer função dirigente. Para ele, portanto, o significado histórico do confrontamento de 1964 se exprime em termos de mudança de modelos. Conseqüência paradoxal para a verificação de sua segunda hipótese sociológica, porque justa-

<sup>57</sup> Stepan, *ibidem*, p. 51.

mente o golpe que a verifica de maneira mais evidente (em nenhum outro golpe o sucesso da intervenção militar esteve tão ligado à mobilização das elites civis) já não mais correspondeu à função moderadora...

As conclusões deste exame comparativo dos golpes de 1937, 1945 e 1964 são claras. Os três conduziram à mudança do regime político vigente. Dois para instaurar ditaduras (1937, 1964), um para instaurar um regime liberal (1945). Um a favor de Getúlio, mas sem o apoio das elites civis (1937), dois contra o getulismo, mas com o apoio das elites civis (1945, 1964). Dois com o Exército funcionando como braço armado de forças civis (o getulismo em 1937, a oposição liberal em 1945), um em que os generais assumiram o poder que tinham conquistado (1964).

Estas combinações mostram que, nas três mudanças de regime que o Brasil conheceu após a Revolução de 1930, o aparelho militar, embora tenha sempre desempenhado papel determinante, não respeitou valores políticos constantes, não manteve a mesma atitude em relação às elites civis e não perseguiu objetivos coerentes no plano institucional. A identidade abstrata postulada pelas normas do modelo moderador se resolve num sistema de diferenças, também abstratas, porque consideradas sincronicamente e portanto separadas do processo histórico, mas pelo menos tão pertinentes analiticamente quanto aquelas normas. Cada uma das combinações e das diferenças que articulam a análise dos três golpes poderia servir de base para a construção de outros tantos modelos de intervenção militar. Mas a multiplicação das classificações não somente não resolveria o problema da significação histórica da função política dos militares, como também criaria inutilmente problemas inéditos. Não se trata portanto, para nós, de propor novos aspectos da intervenção militar suscetíveis de servir de base para novas classificações, mas de superar o ponto de vista classificatório, isto é, o ponto de vista consistente em contrapor uma hipótese interpretativa abstrata aos exemplos históricos escolhi-

dos para corroborá-la. Para tanto, conforme preceito metodológico no qual temos suficientemente insistido, é necessário *determinar historicamente* os aspectos abstratos arbitrariamente isolados para fins hermenêuticos e restituir aos protagonistas do processo político, sociologicamente concebidos como sujeitos já dados de interesses não-especificados, sua concretude social, examinando-os em sua constituição e em sua evolução histórica.

### 5. As “elites civis” e as alianças militares de “modernização conservadora”

O que confere, à primeira vista, uma aparência de concretude aos sujeitos políticos de Stepan e uma aparência de historicidade às normas que regeriam sua interação é o fato de serem imediatamente (isto é, sem nenhum trabalho crítico) extraídos da linguagem corrente. “Militares”, “elites”, “governo” são termos que parecem designar adequadamente seus correlatos objetivos. Mas esta impressão inicial se desfaz por pouco que não nos contentemos em ver no processo histórico a simples diferença na indiferença, isto é, a diferença *sem conceito*. Basta perguntarmos, por exemplo, *por que* os “militares” em 1937 apoiaram Getúlio mas em 1945 o derrubaram, em 1954 o levaram ao suicídio e em 1964 derrubaram seu herdeiro político. Ou *por que* em 1937 ajudaram Getúlio a instaurar o Estado Novo, em 1945 abriram caminho para a República liberal e em 1964 impuseram sua própria ditadura? Isto para não voltarmos a diferenças mais antigas, ao “poder desestabilizador” que representaram durante a I República e a seu dilaceramento e ambigüidade durante a Revolução de 1930.

A pergunta: qual o conceito destas diferenças? é escamoteada pela sociologia dos modelos na medida em que o modelo é justamente a diferença sem conceito erigida em conceito (por exemplo, temos *de um*

*lado* a função moderadora até 1964 e *de outro lado* a função dirigente dos militares a partir de 1964, mas a relação entre moderar e dirigir permanece impensada, já que o pensar sociológico contenta-se em descrever a função moderadora e a função dirigente). Terá ficado claro em que direção cumpre buscar resposta a nossa pergunta: é a determinação histórica que confere conteúdo objetivo ao sujeito político e inteligibilidade tanto ao sistema de suas interações quanto ao processo em que os sistemas se compõem, decompõem e recompõem. A explicitação destas determinações históricas é, evidentemente, tarefa da teoria e não da crítica. Por isso limitar-nos-emos, a título de conclusão de nossa crítica do modelo moderador, a indicar os principais elementos teóricos suscetíveis de conferir concretude aos sujeitos políticos e determinabilidade histórica às relações políticas constituídas por suas interações.

1. O processo de centralização do poder militar, que se estendeu por três décadas, acabou por assegurar às Forças Armadas, a partir dos anos 1930, o monopólio legal e real dos meios organizados da coerção armada em escala nacional. A principal consequência política desta centralização foi a criação das condições objetivas para que a cúpula do aparelho militar pudesse fazer obedecer a seu comando burocraticamente hierarquizado e monolicamente unificado o conjunto dos detentores daqueles meios de coerção. O fato de que esta obediência nem sempre tenha sido automática (em 1961, notadamente, o III Exército recusou-se a acatar o veto dos ministros militares erigidos em junta de governo à posse de João Goulart) mostra apenas que nenhuma cúpula militar dispõe de um poder absoluto e que, por conseguinte, uma decisão sua *pode* ser desobedecida. Mas a desobediência concerne não ao princípio orgânico da unidade de comando burocraticamente hierarquizado e sim a uma decisão que, embora tomada por aqueles que estavam exercendo o comando, foi percebida pelos comandados como ilegítima e ilegal.

A centralização do poder militar criou, neste sentido, uma situação orgânico-institucional distinta daquela em que a cúpula da hierarquia militar não dispunha dos meios legais (até a supressão da Guarda Nacional e a implantação do serviço militar obrigatório) e muito menos dos meios reais para o exercício do monopólio da coação armada: nem o Exército, nem a Marinha obedeciam a um comando operacional centralizado e as unidades dispersas ao longo do território nacional não estavam *de fato* submetidas a controle regular e efetivo por parte do comando central, sem esquecer que vários Estados dispunham de forças policiais militarizadas capazes de enfrentar as tropas federais. Mesmo quando a falta deste monopólio não se fez sentir abertamente *no ato* da intervenção militar (como quando o marechal Deodoro proclamou a República – e ainda assim, a decisão não se originou dele, mas dos jovens oficiais que o cercavam), ela veio à tona logo a seguir, sob a forma de guerra civil larvar, e às vezes aguda (rebeliões da Armada sob o comando de Custódio de Melo).

Embora tenha escapado a Alfred Stepan, que dispunha no entanto de um recuo histórico de quatro décadas, esta mudança orgânico-institucional decisiva das Forças Armadas foi em seu tempo e a seu modo anunciada pelo general Goes Monteiro na fórmula lapidar cuja importância J. M. de Carvalho e E. Campos Coelho tiveram o mérito de assinalar: não mais fazer política no Exército mas a política do Exército. Foi a centralização do poder militar que criou as condições objetivas para que as Forças Armadas se tornassem sujeito político coletivo, isto é, para que utilizassem o monopólio dos meios de coerção armada, do qual se tornaram detentoras, conforme projetos coerentes elaborados por um estado-maior funcionando como cérebro de uma corporação militar monolicamente unificada.

2. O que nos conduz à segunda observação histórica a respeito das condições de concretude e de determinabilidade do objeto obscu-

recido pela hipótese do poder moderador. A centralização do poder militar explica como se tornou possível a “política do Exército”, mas por si só não nos faz compreender o *conteúdo* desta política. Explica como as Forças Armadas se converteram efetivamente num aparelho burocrático de coerção capaz de intervir na cena política como um sujeito coletivo, isto é, como expressão de uma *vontade* política (interpretada, evidentemente, por sua cúpula). Mas deixa em aberto o sentido em que, em cada circunstância histórica, essa vontade haveria de se exercer. Ora, sabemos que, concretamente, ela se exerceu em sentidos opostos a propósito de pelo menos três alternativas cruciais do último meio século de nossa história política: ditadura/democracia liberal; getulismo/antigetulismo; caução militar ao governo civil/governo militar. Trata-se, por conseguinte, de saber se estas posições políticas, contraditórias se consideradas simultaneamente, se tornam compreensíveis enquanto momentos de um processo (precisamente o processo de evolução política das Forças Armadas enquanto “sujeito coletivo”) ou se são mesmo contraditórias, não no sentido lógico (já que não foram tomadas simultaneamente) mas no sentido político (na medida em que se resolveriam numa oscilação pendular entre os termos opostos de cada grande alternativa da vida nacional).

Estamos convencidos de que a boa hipótese é a primeira. Há um processo que leva do getulismo de 1937 ao antigetulismo posterior e uma “coerência estratégica” na caução ao Estado Novo em 1937, à República liberal em 1945 e na instauração da ditadura militar em 1964. Esta coerência é obscurecida por Stepan na medida em que, de antemão, ele já a havia postulado ao diluir as diferenças dadas pela experiência histórica na homogeneidade abstrata da função moderadora. Mas justamente porque esta não constitui o resultado de um processo histórico e sim um padrão fixo de interação social, sua relação com a diferença histórica se dá sob o modo da compatibilidade ou incompatibilidade. As diferenças compatíveis com as normas do

modelo não são levadas teoricamente em consideração, mas tratadas como diferenças indiferentes. Quando porém surge uma diferença que contradiz frontalmente uma dessas normas, Stepan a erige em princípio de explicação da mudança sem conceito, isto é, considera abrogado o modelo até então vigente e faz da diferença com ele incompatível a norma definidora de um novo modelo. Foi o que teria ocorrido em 1964, quando os militares assumiram o poder de Estado, em vez de se contentar, como dantes, em derrubar governos que não lhes convinham substituindo-os por governos que lhes convinham: o modelo caracterizado pela função moderadora foi substituído pelo modelo caracterizado pela função dirigente dos militares.

Pensamos já ter deixado claro que esta interpretação se apóia numa objetividade ilusória e por isso mesmo apresenta como solução aquilo que constitui o problema a ser solucionado, a saber, a determinação das condições históricas que levaram as Forças Armadas, enquanto instituição detentora do monopólio do poder militar, a assumir a direção do país.

A partir de 1930, isto é, durante o último meio-século de nossa história, as Forças Armadas sempre participaram do poder político, primeiro integrando-se ao regime de poder pessoal de Getúlio Vargas e mais tarde, uma vez rompida esta aliança, exercendo em favor de seus novos aliados (a direita liberal antagetulista) um poder de voto contra um corpo eleitoral que teimava em conduzir à presidência o antigo ditador e seus herdeiros políticos. Em larga medida, por conseguinte, a explicação do papel político desempenhado pelos militares gravita em torno desta inversão de alianças. A que determinações históricas corresponde o processo que levou as Forças Armadas da aliança getulista à aliança antagetulista? Em que medida esta passagem de um oposto ao outro se resolve na identidade de um processo evolutivo? Stepan pressente a questão ao fazer da cooptação dos militares pelas elites civis um traço essencial do modelo moderador. Sua se-

gunda hipótese sociológica visa justamente a provar que o sucesso das intervenções militares depende do apoio das elites civis, vale dizer, depende de uma *política de alianças*. O problema está em determinar o conteúdo destas alianças.

3. A “política do Exército” preconizada pelo general Goes Monteiro encontrou na centralização getuliana do poder político e na consequente afirmação do primado do ponto de vista nacional sobre os interesses regionais sua primeira expressão histórica. A cúpula militar foi getulista porque Getúlio foi centralista. Até 1935, o conteúdo desta primeira “aliança hegemônica” integrada pelo Exército enquanto instituição foi predominantemente modernizador. A reação ao levante da ANL em 1935 conduziu à cristalização de uma síndrome contrarrevolucionária, que seria ritualmente reativada ao longo das cinco décadas que nos separam da “Intentona”. Ao caucionar o Estado Novo, a cúpula militar acompanhou o regime getulista em sua guinada à direita, ratificando a “aliança hegemônica”, mas agora com conteúdo predominantemente conservador.

A passagem à aliança política oposta, isto é, com os liberais e a direita antagetulista, correspondeu à reação da mesma cúpula militar a uma nova guinada de Getúlio, desta vez para jogar seu destino político na mobilização das massas urbanas e no nacionalismo. A síndrome reacionária da Forças Armadas, até então concentrada no espectro do comunismo, passou a se alimentar também de uma tenaz hostilidade contra os dois componentes fundamentais da política de massas do getulismo: a mobilização sindical e a agitação nacionalista. Esta incorporação do antagetulismo aos “objetivos permanentes” do aparelho militar não foi apenas o reflexo passivo, nas Forças Armadas, da virada “populista” de Getúlio. Mesmo porque tanto a orientação sindicalista quanto a nacionalista representavam elementos constantes da retórica getuliana, acentuados, durante o Estado Novo, pelo flerte

ideológico com o fascismo. Na ruptura entre Getúlio e a cúpula militar a iniciativa coube mais a esta (movida por sua visceral ojeriza contra a política de massas) do que àquele (que estava apenas acentuando componentes preexistentes de sua política). A irreversibilidade desta ruptura e, sobretudo, a exacerbação do antigelulismo no seio da oficialidade nos anos seguintes desfizeram o mito de que a intervenção de 1945 tenha sido principalmente motivada pelas convicções liberais dos chefes militares: Getúlio adaptou-se perfeitamente às regras eleitorais da democracia liberal, enquanto que seus adversários fizeram da técnica do golpe de Estado sua principal arma política.

4. A atitude dos militares em relação à democracia, este impensado da obra de Stepan, tem na República liberal de 1946 seu terreno privilegiado de observação histórica. Paradoxalmente, sobretudo para os que pensam que a ideologia dominante nos Estados Unidos se assemelha ainda àquela descrita por Tocqueville há um século e meio atrás, foi a incorporação do pró-americанизmo ao arsenal doutrinário das Forças Armadas brasileiras – no contexto exaltante do esforço de guerra contra o eixo nazi-fascista – que levou à institucionalização do pensamento antidemocrático consubstanciado nos ensinamentos da Escola Superior de Guerra. As circunstâncias que cercam sua criação são reveladoras de sua destinação. Em 1946, criou-se nos Estados Unidos o “National War College”. Em 1949, criou-se no Brasil a Escola Superior de Guerra, primogênita de numerosa família de instituições similares: a “Escuela de Defensa Nacional” na Argentina, o “Centro de Altos Estudios Militares” no Peru e o “Colégio Interamericano de Defesa”, sediado em Washington, em 1962 (nos moldes do Colégio de Defesa da OTAN, instalado em Roma em 1952). Esta eclosão de escolas bélicas correspondeu, obviamente, à montagem do dispositivo norte-americano de guerra fria. A vasta literatura disponível sobre a doutrina de segurança nacional nos dispensa de uma de-

monstração de seu caráter radicalmente antidemocrático.<sup>58</sup> Lembraremos apenas que as sucessivas leis de exceção que aplicaram a doutrina homônima reservaram à cúpula militar, no âmbito do Conselho de Segurança Nacional, o poder de fixar os “objetivos nacionais” e, por via de consequência, de apontar os cidadãos portadores de determinadas opiniões políticas como obstáculos à realização daqueles objetivos e portanto como nocivos à “segurança nacional”. No interior das Forças Armadas, a difusão desta doutrina pela via hierárquica estendeu o dever militar de obediência à esfera ideológica. A “política do Exército” assumiu assim, ao identificar-se com a política da segurança nacional, uma dimensão totalitária, salientada por Michel Schooyans em seu *Destin du Brésil*.<sup>59</sup> Já não se trata somente, como o pretendia o general Goes Monteiro, de fazer da instituição militar o depositário do interesse nacional, mas de impor ao conjunto da cidadania uma concepção deste interesse elaborada, sem nenhuma consulta aos interessados (isto é, aos representantes da nação escolhidos pela cidadania), por uma cúpula militar. O princípio fundamental da democracia moderna, de que a soberania nacional reside no povo e é exercida por seus representantes, é frontalmente violado na questão crucial de determinar quais são os interesses da nação.

Não escapa a Stepan a participação decisiva da Escola Superior de Guerra no processo que chama eufemisticamente de “expansão do papel político dos militares”. Além do estudo publicado com este título em 1972,<sup>60</sup> consagra ao tema o oitavo capítulo de *Military in*

<sup>58</sup> Além dos numerosos estudos publicados por organizações de defesa dos direitos humanos, dentro e fora do Brasil, alguns deles assinados por juristas eminentes, merece referência o ensaio de M. Schooyans, *Destin du Brésil*, Gembloux, Duculot, 1973.

<sup>59</sup> Schooyans, *ibidem*, pp. 70-71.

<sup>60</sup> Alfred Stepan, “The New Professionalism of Internal Warfare and Military Role Expansion”, pp. 47-65 in *Authoritarian Brazil*, New Haven and London, Yale University Press, 1972.

*Politics*, no qual descreve a história daquela instituição, insistindo naquilo que constitui sua originalidade em relação às instituições análogas, a saber a integração das elites civis em suas atividades, facilitando assim a “congruência de valores” entre civis e militares. A principal conseqüência política desta convergência foi a rearticulação, no âmbito da instituição encarregada de elaborar a doutrina militar, da aliança antigelulista. A “expansão do papel político dos militares” a que se refere Stepan, se produziu, neste sentido, em detrimento de seu papel propriamente militar (organização da capacidade bélica do país enquanto meio e atributo de sua soberania). Esta expansão e a retração correspondente se exprimem semanticamente no abandono progressivo da noção de “defesa nacional” em proveito da de “segurança nacional”. O aparelho militar já não mais se contentou em tomar *partido* nas grandes questões políticas. Passou também a exercer *funções de partido*, cimentando ideologicamente, através da E.S.G, o bloco político que deflagraria o golpe de 1964.

Tampouco escapa a Stepan o caráter antidemocrático desta “aliança hegemônica”. Só que inverte a relação de causa a efeito entre o agente político e a instituição política. Segundo ele, não foi o intervencionismo militar que tornou inviável a democracia, mas a “corrosão” da “confiança civil na estrutura democrática da política” que levou os militares a abandonar a idéia (própria ao modelo moderador) de que lhes faltavam condições, tanto em termos de legitimidade, quanto de competência em matéria política ou econômica, para assumir a direção do país.<sup>61</sup> Como se nada tivessem a ver com esta “corrosão” a “Cruzada Democrática”, o “Manifesto dos Coronéis”, a “República do Galeão”, as tentativas golpistas de 1955 para impedir a

<sup>61</sup> Stepan, *Os militares na política*, op. cit., p. 127. Cf. também p. 113. Temos aqui uma das raras aparições do termo *democracia* no texto de Stepan, mas novamente adjetivado e numa expressão que não prima pela clareza (“estrutura democrática da política”, no original “democratic framework of politics”).

posse de Juscelino Kubitschek, o “pronunciamento” dos ministros militares após a demissão de Jânio Quadros em 1961. Na verdade, com a única exceção da intervenção legalista do general Lott, garantindo a posse de Kubitschek, todas as demais não somente enfraqueceram as instituições liberal-democráticas indiretamente (na medida em que qualquer violação das normas constitucionais pelas Forças Armadas debilita a legalidade vigente), mas também golpearam-nas diretamente, já que se insurgiram contra governos escolhidos pelo sufrágio universal. Para sermos inteiramente exatos: as mencionadas intervenções militares, salvo a do general Lott, embora não tenham contestado abertamente o princípio do sufrágio universal, recusaram suas *consequências* práticas, isto é, insurgiram-se, senão contra o voto em si, ao menos contra um povo que “votava mal”.

Significativamente, Stepan data de 1961 o começo da “corrosão” da crença na “estrutura democrática da política”.<sup>62</sup> É que em agosto daquele ano a única vitória da aliança antagetulista numa eleição presidencial (a de 1960) terminou com o mais estrondoso fiasco de nossa história política, a demissão de Jânio Quadros após alguns meses de exercício de seu mandato. Seguramente, as peripécias de agosto-setembro 1961 consolidaram no espírito de parte importante da cúpula militar a idéia de que um governo de estabilização conservadora não era viável sobre a base das instituições liberais de 1946.

## 6. À guisa de conclusão: razões da sobrevivência de um mito

Metodologicamente a hipótese do “modelo moderador” constitui uma forma ingenuamente dogmática de funcionalismo, que supõe, sobre a base de uma falsa analogia, a persistência secular de uma função política originariamente exercida pelo Imperador e assumida pe-

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 127.

los militares após a queda do regime monárquico. Uma analogia pode ser falsa em vários sentidos. Sua falsidade *enquanto analogia* consiste em supor uma semelhança que não existe. Se dizemos, por exemplo: a função das patas dianteiras nos quadrúpedes corresponde à das mãos no homem, temos uma falsa analogia. Mas os termos das duas relações não são eles mesmos falsos: os quadrúpedes têm patas dianteiras e os homens têm mãos. Quando porém se diz que ao dispositivo da Constituição de 25 de março de 1824, que atribui ao Imperador o “poder moderador”, corresponde (mais exatamente: correspondeu até 1964) um poder análogo exercido pelos militares no quadro das instituições republicanas, nos vemos não somente diante de uma falsa analogia (já que os militares *não estão* para o regime republicano como o Imperador para o regime monárquico), mas também diante de um termo de *comparação* (a saber o “poder moderador”) cuja *existência* é mais do que problemática. Pensamos tê-lo mostrado com suficiente clareza, no que concerne aos militares. Mas tampouco a existência da matriz moderadora, enquanto poder *sui generis* exercido pelo Imperador do Brasil, é evidente. Ao contrário, foi cáustica e convincentemente negada por um Tobias Barreto, que desnudou, em seu ensaio sobre *A questão do poder moderador*, a nulidade teórica dos apologistas do Império, empenhados em demonstrar ao longo de prolixos tratados a consistência jurídica e institucional do poder definido nos artigos 98 a 101 da Constituição de 1824. De resto, basta consultá-los, em especial o artigo 101, onde são taxativamente enumeradas as nove atribuições daquele poder<sup>63</sup>, para constatar que configuraram tão so-

<sup>63</sup> O texto do artigo 101 da Constituição de 1824 é o seguinte:

“O Imperador exerce o poder moderador:

1º) Nomeando os senadores (...)

2º) Convocando a assembléia geral extraordinária nos intervalos das sessões quando assim o pede o bem do Império.

3º) Sancionando os decretos e resoluções da assembléia geral, para que tenham força de lei.

mente um compromisso híbrido entre o absolutismo monárquico e o constitucionalismo, entre o “l'Etat c'est moi” e o “O Rei reina mas não governa”. Mesmo um Pandiá Calógeras, pródigo em elogios a Pedro II, se refere ao “chamado” Poder Moderador exclusivamente para constatar que, não podendo “evitar de decidir e tomar posição nos conflitos de interesses, quer partidários, quer de ordem outra”, o Imperador era objeto de “objurgatórias e maldições dos grupos políticos que se vira obrigado a contrariar”. De tal sorte que, quando “da mudança de gabinete, ou na substituição rotativa dos partidos no poder, o que se visse apeado do governo acusava e cobria de apodos o supremo detentor, constitucionalmente irresponsável, do Poder Moderador”.<sup>64</sup> Parece-nos claro, por conseguinte, que não só a analogia na qual se inspirou Stepan para efetuar a transposição institucional que faz dos militares os herdeiros do Imperador carece de fundamento, mas que dele também carece a interpretação que atribui ao poder moderador definido na Constituição de 1824 um conteúdo político-institucional próprio, distinto dos três poderes clássicos da democracia liberal e exercendo sobre eles, enquanto poder “neutro”, uma função articuladora e estabilizadora.

O mito, no entanto, é tenaz. O que significa que é ideologicamente “funcional”. Sua reativação num período recente não chega

- 4º) Aprovando e suspendendo interinamente as resoluções dos conselhos provinciais.
- 5º) Prorrogando ou adiando a assembleia geral, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos em que o exigir a salvação do Estado; convocando imediatamente outra que a substitua.
- 6º) Nomeando e demitindo livremente os ministros de Estado.
- 7º) Suspendendo os magistrados nos casos do art. 154.
- 8º) Perdoando ou moderando as penas impostas aos réus condenados por sentença.
- 9º) Concedendo anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade e bem do Estado”.

<sup>64</sup> Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, 1945, p. 290.

portanto a surpreender. Inscreve-se na perspectiva da “normalização controlada” do sistema político empreendida pelo general Ernesto Geisel, coadjuvado pelo general Golbery do Couto e Silva. Vale dizer: a partir do momento em que o regime militar se encaminhou efetivamente no rumo de sua reconversão liberal, colocou-se na ordem do dia a questão do papel político a ser exercido pelas Forças Armadas no novo contexto institucional que se pretendia instaurar. Para políticos e ideólogos conservadores das mais diversas tendências – do centro liberal à extrema-direita – a idéia de institucionalizar o exercício pelos militares do “Poder Moderador” surgiu como alternativa à solução liberal-democrática da “volta aos quartéis”, isto é, como compromisso entre a ditadura e a democracia (do mesmo modo que o poder moderador exercido pelo Imperador constituiu um compromisso entre a Monarquia Absoluta e a Monarquia Constitucional). A idéia foi notadamente defendida por Arrobas Martins em discurso pronunciado quando assumiu, a 27 de outubro de 1975, a chefia da Casa Civil do então governador de São Paulo, Paulo Egydio. Sustentou nessa ocasião a necessidade de “institucionalizar juridicamente a intervenção militar na política”, já que esta constitui “um fato de nossa História”. Sua proposta é sensivelmente igual à hipótese moderadora de Stepan. O Poder Moderador não poderia “como no Império, pertencer a um só homem”; deve, no Brasil atual, assumir a forma de um “colegiado” integrado pelos altos escalões militares.<sup>65</sup> O próprio governador Paulo Egydio retomou a sugestão alguns meses mais tarde, em sua mensagem à Assembléia Legislativa na abertura dos trabalhos de 1976. Na peroração final, invocando o apelo do general Ernesto Geisel à “imaginação criadora” dos políticos e reiterando suas convicções democráticas, disse não ver “como compatibilizar a pretendida

<sup>65</sup> O discurso de Arrobas Martins foi publicado em *O Estado de São Paulo* de 28/X/75.

evolução democrática com a nossa tradicional fraqueza partidária e com as forças em conflito, sem a existência de força moderadora". Donde a conclusão: "Impõe-se a figura do Poder Moderador".<sup>66</sup>

Estas sugestões são significativas não somente devido à posição de seus autores, mas também em vista do momento em que foram emitidas, isto é, quando se esboçava a fisionomia jurídico-institucional que os círculos dirigentes do regime pretendiam legar ao país ao termo do "ciclo dos generais". É sua funcionalidade, seu "servir para", que confere a uma doutrina política seu caráter propriamente ideológico. A doutrina do poder moderador serve, neste sentido, para justificar a permanência da presença das Forças Armadas na política não mais, claro, com a função dirigente que assumiram em 1964, mas como último recurso da ordem burguesa e portanto como solução de força para as situações de crise de hegemonia. Faz parte desta funcionalidade ideológica atribuída ao mito do poder moderador a idéia de que a "Revolução" de 1964 desvirtuou-se com a promulgação do Ato 2 e mais ainda com a do Ato 5. Encontrâmo-la, por exemplo, reiterada em editoriais do jornal *O Estado de São Paulo* (sem dúvida o órgão liberal de direita ideologicamente mais consistente do país), para o qual o golpe de 1964 foi necessário enquanto *solução de força* para a crise de hegemonia aberta pela ruptura do governo Goulart com a política de "modernização conservadora", mas perdeu o rumo quando o aparelho militar pretendeu erigir-se em *solução hegemônica alternativa*, vale dizer, quando pretendeu dirigir o país *no lugar dos representantes políticos* da burguesia.

Na perspectiva da abertura política em curso, a doutrina do Poder Moderador constitui uma resposta de direita à pergunta crucial

<sup>66</sup> O texto da mensagem do governador Paulo Egydio foi publicado em *O Estado de São Paulo*, de 2/III/1976.

sobre a função política dos militares num Brasil democrático. Não é este o lugar para discutir qual há de ser esta função, embora os termos em que ela se colocará sejam previsíveis: a democracia precisa de militares “apolíticos” ou de militares democratas? Desde logo é certo, em todo caso, que atribuir às Forças Armadas o papel de Poder Moderador é atribuir-lhes uma função política *não democrática*.<sup>67</sup>

<sup>67</sup> Num período bem mais recente ainda, duas tentativas de reativar o mito do Poder Moderador merecem ser registradas. Uma, teórica, veio da direita do espectro ideológico, sob a forma de longo tratado, semelhante àqueles que áulicos da Coroa haviam composto um século antes e que com sua cáustica verve Tobias Barreto reduzira em seu tempo à devida expressão, isto é, a muito pouco. Trata-se de *O Poder Moderador* de João de Scatimburgo, ensaio impresso em 1980 pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (governo Paulo Maluf). Para o autor, o poder moderador constitui panacéia universal de nossos males passados, presentes e futuros. Mas, monarquista intransigente, não concorda com “o professor Eugênio Gudin e o historiador João Camillo de Oliveira Torres” que “atribuíram às Forças Armadas... sobretudo com a vitória do movimento revolucionário de 1964” o papel de “poder moderador”. (Stepan não é mencionado, inclusive porque para este, em 1964, os militares trocaram a função moderadora pela função diretora). Embora deva ser “apoiado pelas Forças Armadas”, o poder moderador é “função exclusivamente monárquica” (Scatimburgo, op. cit., p. 1). Na espera de que a família Bragança volte a ocupar o trono do Brasil, Scatimburgo descobriu em Paulo Maluf o Príncipe que há de preparar a Restauração. De outra maneira não se entenderia sua atuação como um dos principais coordenadores da campanha presidencial do candidato do PDS. A segunda tentativa de reativação do mito moderador se deve ao ministro do Exército, general Valter Pires, que em discurso de saudação ao general Figueiredo salientou que as Forças Armadas entendiam preservar seu “histórico papel moderador para ação decisiva em momentos de crise”. O mérito de denunciar esta fundamentação doutrinária da intervenção militar pertence ao deputado Airton Soares, em comunicação de liderança na Câmara Federal, a 5 de setembro de 1983. Significativamente, apartaram Airton Soares para sustentar a doutrina moderadora do general Valter Pires os deputados Nilson Gibson e Siqueira Campos, vale dizer os dois mais agressivos porta-vozes da extrema-direita malufista na Câmara Federal.

# DEBATE

## Problemas da revolução brasileira

ALÉRIA DE REBELDE



Os marialicíos se entusiasmaram, dando rivos a sua rebeldia.

Nº 9

ABRIL 72

Revista Debate. nº 9, abril de 1972.

## Capítulo III

### Em torno de 1964: Contra-revolução liberal, Golpe de Estado e Ditadura

#### 1 - Origens do movimento golpista: do duplo fiasco da direita ao IPES (1961).

É notável a proximidade cronológica entre o duplo desastre sofrido pela direita em agosto-setembro 1961 (renúncia de Jânio Quadros e o subsequente malogro do pronunciamento militar visando a impedir que seu sucessor legal, João Goulart, assumisse a presidência) e a fundação do discretamente intitulado Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) a 29 de novembro de 1961, bem como de organizações congêneres, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), integrantes do “feixe”<sup>1</sup> cripto-fascista que iria assaltar com sucesso o poder em 1964. Embora tal proximidade cronológica sugira que as pré-condições para a mobilização contra-revolucionária da burguesia industrial e financeira estivessem reunidas desde antes (não se forja uma vanguarda de classe, mesmo tratando-se de uma classe dominante, num tão curto espaço de tempo<sup>2</sup>), é incontestável o víncu-

<sup>1</sup> Servimo-nos deste neologismo político para enfatizar a semelhança da mobilização contra-revolucionária brasileira com o “fascio” mussoliniano.

<sup>2</sup> Sobre as origens do IPES, ver Dreifuss, 1964: *A conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981, pp. 161 e ss. Faltou-me, nos textos escritos ao longo dos anos 70, em particular no artigo “La nature de classe de l’État brésilien”, publicado em *Les Temps*

lo de causa a efeito entre o duplo fiasco do governo Jânio Quadros e do golpe anti-Goulart e a iniciativa de organizar fora e acima dos quadros partidários o estado-maior do patronato de choque.

Se o vice de Jânio fosse, como o de Collor, um plácido cidadão politicamente anódino, o grande patronato e a direita militante não teriam se empenhado com tanto zelo em preparar o golpe de Estado. Embora carecendo dos traços caracteriológicos próprios a um dirigente de estatura histórica (não se pode compará-lo a um Salvador Allende, por exemplo), João Goulart não era um politiqueiro vulgar. Mostrara coerência em sua trajetória política, alinhada no centro-esquerda do PTB e vinculada ao sindicalismo getulista. Candidato a vice na chapa de Lott, foi eleito graças à recusa de parcela importante do eleitorado popular de Jânio de votar no candidato a vice de sua chapa, o udenista Milton Campos, beneficiando-se da legislação eleitoral de então, que não obrigava a votar nos candidatos da mesma chapa. A vitória da direita nas eleições presidenciais de outubro 1960 foi portanto ambígua (triunfou um aventureiro auto-investido de uma nebulosa missão regeneradora) e parcial (já que seu candidato a vice, politicamente mais confiável que o presidente, foi derrotado pelo candidato da esquerda).

Ela o havia apoiado por não dispor de um candidato “orgânico”, confiável e obediente, capaz de ganhar as eleições. Ganhou-as com um demagogo ciclotímico, enredado em megalomânicas fantasias estimuladas por forte consumo de bebidas alcoólicas. Jânio, não é inútil lembrar, no início dos anos 50 modesto vereador do insignifi-

---

*Modernes*, a documentação historiograficamente decisiva que René Dreifuss divulgaria na obra acima citada, para avaliar a importância do IPES na contra-revolução de 1964. Publicado em 1981, o livro, inicialmente redigido em inglês como tese de doutorado, apoia-se nos arquivos do IPES, até então inéditos. O método marxista permitiu-me, porém, não perder de vista, naqueles escritos, o caráter de classe da ditadura e portanto os interesses econômicos a que servia a ditadura militar.

cante Partido Democrata Cristão (PDC), tornou-se em galopante carreira política, prefeito de São Paulo em 1953, governador do Estado em 1954 e presidente da República em 1960. Eficientíssimo caçador de votos, combinava retórica enfática, demagogia carismática e rançoso moralismo pequeno-burguês. Embriagado, inclusive no sentido literal, por tão vertiginosa ascensão, confiou em sua própria (e nebulosa) inspiração para assumir, acima dos partidos políticos, uma pretensa missão regeneradora dos costumes cívicos<sup>3</sup>.

A UDN, partido da direita liberal bem-pensante, solidamente articulada aos interesses industriais e financeiros da burguesia pró-estadunidense, tivera de superar compreensíveis relutâncias para apoiar, em 1960, a candidatura de Jânio à presidência. Na verdade, não tinha muita escolha: o marechal Henrique Lott, candidato de uma aliança nacional-democrática em que era forte a presença da esquerda<sup>4</sup>, dispunha de perspectivas concretas de vencer a eleição presidencial. Para a direita, não era hora de indicar o candidato preferido, fosse ele um plutocrata com ambições presidenciais, um político bem comportado e sempre às ordens ou um reacionário de choque, como o ácido Carlos Lacerda, e sim de apoiar o melhor caçador de votos

<sup>3</sup> Em sua própria versão, mais exatamente, na pluma de Antônio Houaiss, um dos coadjuvantes do próprio Jânio Quadros e de Afonso Arinos, co-autores de *História do povo brasileiro* (São Paulo, J. Quadros Editores Culturais, 2º edição, 1968, VI Volume), da qual extraímos as notas (auto) biográficas que seguem, Jânio conquistou "a suprema magistratura do país na base de suas qualidades pessoais, já que não se fizera, no curso de rápida vida pública, nem catalisador de tendências político-partidárias definidas, nem defensor, ostensivo ou velado, de grupos de pressão poderosos, visto como, ao contrário, ousara apresentar-se sempre com ampla mobilidade crítica, verberando -através de pregação moral e de externados anseios de justiça social- partidos, tendências, instituições, correntes e indivíduos" (op. cit., p.213).

<sup>4</sup> A candidatura de Lott foi apresentada pela coligação governamental PSD-PTB, majoritária no Congresso e no país. Constituía um passo à esquerda relativamente à aliança que elegera Juscelino Kubitschek em 1955.

capaz de derrotar Lott. Cooptou Jânio, como, "mutatis mutandis", cooptaria o inescrupuloso "play-boy" Fernando Collor em 1989. Venceu a batalha eleitoral como a venceria de novo em 1989. Fechou os olhos para os delírios bonapartistas do "Homem da Vassoura", como os fecharia para a kleptomania aguda de Collor. Até ser obrigada a abri-los quando Jânio fracassou na tentativa de se erigir em Bonaparte de terceiro mundo, como os abriria em 1992, quando a rede de extorsão organizada no Palácio do Planalto tornou-se escândalo nacional.

Em 1964, *A Conquista do Estado*, Dreifuss caracteriza o IPES enquanto articulador da heteróclita aliança reacionária que derrubou Goulart, como "elite orgânica da burguesia multinacional e associada". Como qualquer outra fórmula definitória, esta se apóia numa visão teórica, no caso, numa determinada análise da sociedade brasileira, que pode ser mais ou menos pertinente e adequada, mas que, de qualquer modo, é exposta clara e cuidadosamente pelo autor. Foge a nosso escopo discuti-la enquanto tal. Importa aqui tão somente enfatizar a relevância da noção de organicidade para a compreensão da dinâmica política que fez pender para o lado do golpe a correlação de forças. Mesmo porque a caracterização do IPES como "elite orgânica" parece-nos confirmar-se pela forte presença, na dinâmica de sua criação, da percepção de uma "crise de hegemonia". O fiasco do janismo – versão periférica do bonapartismo reacionário, isto é, o de Napoleão III e não o do primeiro Bonaparte – anulou a primeira, efêmera e única vitória eleitoral da direita udenista na disputa da presidência.

A elite burguesa tirou deste fracasso a conclusão de que suas posições e privilégios de classe estavam ameaçados pelo que a imprensa a seu serviço iria chamar de *comunismo-peleguismo* e, pior ainda, de que não lograria debelar tal ameaça recorrendo apenas aos partidos políticos disponíveis. Ela precisava de um partido de tipo novo, vale dizer de uma organização capaz de erigir-se, numa situação de crise de direção

política da sociedade e de ascensão potencialmente revolucionária das classes subalternas, em bastião da ordem estabelecida.

Simplificariamos a dinâmica deste processo complexo e tortuoso se sustentássemos que o IPES ou o IBAD, que com ele se fundiu na prática (Dreifuss se refere ao “complexo IPES-IBAD”) formaram-se na perspectiva imediata de tomar de assalto o poder de Estado. Tal propósito, sem dúvida, estava presente no espírito de seus chefes, civis e militares, alguns dos quais vangloriar-se-iam mais tarde, sem mentir, de terem começado a conspirar em 1961. Mas justamente por encararem com critérios orgânicos (isto é, do ponto de vista dos interesses históricos da ordem do Capital) a solução de força que estavam preparando, atuaram sem precipitação, com cautela correspondente à magnitude dos interesses e privilégios que pretendiam (e lograram) preservar, superpondo aos instrumentos habituais de dominação burguesa (propaganda e agitação eleitoral de massas, intoxicação “mediática” da opinião pública) formas conspirativas de atuação, coordenadas por uma direção estratégica disposta a recorrer a todos os meios, inclusive os piores, para resolver pela força a crise de hegemonia burguesa. Além do patronato industrial e financeiro, a rede envolveu a hierarquia da Igreja católica (na época com posições virulentamente reacionárias) e sobretudo a das Forças Armadas (que, contrariamente à Igreja, estavam então profundamente divididas, o que só aumentava a importância de articular sua Ala direita na perspectiva do golpe). Nunca duvidaram, entretanto, do princípio marxista-leninista de que as grandes questões da vida dos povos se resolvem pela força.

Da conclusão teórica à aplicação prática o prazo, como notamos, foi curto. Iniciativa direta do grande patronato capitalista, banqueiros, industriais, comerciantes e outros plutocratas, apoiados pelas principais associações e federações patronais do país, o IPES assumiu, por trás de uma “fachada legal” de “pesquisas e estudos” que não engana-

va quase ninguém<sup>5</sup> mas encobria comodamente atividades conspirativas multiformes (exaustivamente documentadas no livro de Dreifuss), a direção da mobilização contra-revolucionária. A montagem do dispositivo golpista entre os militares coube ao general Golbery do Couto e Silva, integrado desde o início ao núcleo dirigente do IPES. Supervisionou com zelo metódico e eficiente a montagem, peça por peça, de uma tentacular rede conspirativa, formando através do controle das “empresas” políticas disponíveis (partidos, jornais, sindicatos patronais, etc.) uma “holding” da conspiração contra-revolucionária, que centralizou contatos regulares com grupos reacionários extremistas, lavagem de dinheiro para suborno de plumitivos e outros sicofantas instalados nos meios privados de comunicação social, etc.

No início de 1962, sob a coordenação do general Golbery, o IPES lançou sua primeira ofensiva ideológica. Para convencer as correntes de opinião assustadas com o avanço (mais presumido do que real) das forças de esquerda de que, para salvar Deus, a Família e a Propriedade, era preciso derrubar o presidente João Goulart, uma tropa de jornalistas alugados passou a anunciar com mercenária disciplina que o espectro do comunismo rondava o país. Paralelamente, desenvolveram-se profícios contratos com o clero reacionário. Um certo padre Veloso, ex-reitor da PUC do Rio de Janeiro, ajudava a “branquear” os fundos ilegais repassados ao IPES pela plutocracia assustada. Outro sacerdote, também mais preocupado com o profano do que com o sagrado, o padre Leovigildo Balestieri, organizou uma das mais importantes frentes de massa da reação, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), de onde saíram as furibundas “marchadeiras”<sup>6</sup>. Che-

<sup>5</sup> A esquerda traduzia-lhe a sigla oficial como “instituto de pressão econômico-social”.

<sup>6</sup> Elio Gaspari, apresentando em *Veja* (nº 670, de 8-7-1981) o livro de Dreifuss observa que o retrato do IPES e o da atividade de seus intelectuais “orgânicos” “permitem um fascinante passeio pela plutocracia brasileira, seus usos e costumes políti-

gada a hora da batalha final contra Goulart, não foi preciso improvisar. Estudos posteriores ao livro de Dreifuss, notadamente *Os Senhores das Gerais*, de Heloisa Starling, consagrado à conspiração e à mobilização golpista em Minas Gerais<sup>7</sup> confirmam ampla e circunstancialmente a função hegemônica exercida pelo IPES, incontestavelmente o principal centro da articulação contra-revolucionária.

## 2. Resistência a golpes militares: análise comparativa

Porque não houve resistência ao golpe de 1964? A pergunta ocorre imediatamente aos que interrogam os acontecimentos de março-abril daquele ano. Outra maneira imediata de formular a mesma questão é perguntar, como se fez no Seminário realizado no IFCH/UNICAMP por ocasião do 30º aniversário do infeliz evento, se o golpe de 64 era inevitável. Sob esta forma, a questão acentua os fatores econômicos e os interesses sociais em confronto no Brasil de então. A discussão tende assim a girar em torno da avaliação do peso determinante destes fatores, de maneira a discernir, na trama do processo histórico, a margem de responsabilidade dos vencidos na derrota que não foi apenas deles, mas de todos os democratas e de todos os trabalhadores brasileiros. Obviamente, cumpre descartar de imediato, por demasiado simplista, a opinião que podemos caracterizar como fatalismo vulgar, ou previsão retrospectiva. Mencionámo-la apenas porque encobre, atrás de seu simplismo, uma questão de fundo. Há sempre, na dinâmica dos processos históricos, um momento em que determinada tendência assume a força de uma irresistível ava-

---

cos". Os métodos de lavagem de dinheiro para financiar a conspiração, muito bem resumidos por Gaspari em sua resenha, sugerem-nos um comentário de ordem psicanalítica. Ao acusar os vencidos de 1964 de "subversão e corrupção", os golpistas estavam simplesmente projetando nos adversários seus próprios métodos de ação.

<sup>7</sup> O livro de H. Starling foi editado pela Vozes (Petrópolis, 1986).

lancha. O interesse está em determinar quando e como ocorreu esta “decisão” objetiva.

A questão inicial exige outro esclarecimento. Quem resiste a um golpe, espera derrotá-lo. A História registra resistências ditadas pelo heroísmo em que a esperança de sucesso era praticamente nula. Não longe de nós no tempo e no espaço, o presidente chileno Salvador Allende ao morrer sob as bombas do golpe militar fascista comandado pelo sinistro Pinochet, escreveu com o próprio sangue uma página de grandeza moral que honrou a causa da democracia e do socialismo, em nome dos quais disputara e vencera as eleições de 1970. Evidentemente, teria sido muito melhor para o Chile e para a Humanidade, se não tivesse sido reduzido a tão trágica extremidade. Tal constatação, de um lado, nos remete de volta à questão anterior: como e quando a derrota do governo de Unidade Popular tornou-se inexorável? De outro lado, aponta para a questão presente: qual o sentido da resistência? Para Allende e para os que com ele morreram a 11 de setembro de 1973 no bombardeio do Palácio presidencial de La Moneda, o sacrifício supremo teve valor de exemplo: com os fascistas, a luta é de vida ou morte, antes morrer que aceitá-los. Mas para os milhares de operários, estudantes, camponeses, intelectuais que durante alguns dias resistiram de armas na mão ao golpe militar-fascista, havia esperança, senão de uma vitória imediata, ao menos de prolongar a resistência na perspectiva de impedir a consolidação da ditadura. A esperança frustrou-se: alguns bolsões de operários e estudantes enfrentaram durante vários dias as forças golpistas. Cercados, foram aniquilados um a um.

Se portanto houve resistência ao golpe no Chile, não houve, em momento algum, qualquer perspectiva de resistir com sucesso. Vale insistir em que não é indiferente, para a moral de uma causa, que seu máximo dirigente e seus mais corajosos militantes tenham preferido morrer a capitular. Entre o ora indeciso, ora abúlico, João Goulart e o

heróico Salvador Allende o contraste é gritante. Mas para o povo chileno, suportar a ditadura odiosa de Pinochet, foi uma desgraça tão grande quanto a de suportar, no Brasil, o “ciclo dos generais”.

Por isso, a questão politicamente decisiva concerne à possibilidade (nos casos referidos, à impossibilidade) de resistir com sucesso ao golpe militar. Já vimos que a possibilidade não é absoluta, mas historicamente determinada: por hipótese houve um momento em que a vitória dos golpistas se tornou inelutável. Cabe à historiografia política detectar este momento, isto é, o momento em que a correlação de forças se tornou a tal ponto desfavorável à resistência que esta viu-se acuada ao duro dilema de capitular sem glória ou ser heroicamente massacrada.

Dentre os exemplos de resistência vitoriosa a golpes militares, dois são especialmente significativos. (a-) O chamado putsch Kapp, desferido pelo general alemão portador deste nome que pretendeu resolver pelo método prussiano a “questão social” na nascente República de Weimar, foi completamente esvaziado a 13 de setembro de 1920, por uma greve geral que paralisou completamente o país, inclusive e principalmente seu sistema de transportes ferroviários. (b)- A resistência popular que em Madri, Barcelona, nas Astúrias e em várias outras regiões da Espanha desbaratou os golpistas e só não logrou salvar a causa da democracia e da República porque Hitler e Mussolini prestaram constante e maciço apoio militar a seus correligionários franquistas, enquanto que as potências liberais ocidentais, sob o hipócrita pretexto da “não-intervenção”, impediram o governo legal e legítimo da Espanha de adquirir no exterior as armas de que carecia para defender a liberdade. Fazer comparações históricas é fácil. Mais difícil é fazer comparações pertinentes. Do putsch Kapp não há conclusões a extrair para o caso brasileiro. Uma quartelada mal preparada, desferido com um Exército gravemente abatido pela derrota de 1914-1918, fracassou canhestramente diante de um movimento operário

que embora dilacerado pela ruptura entre sociais-democratas e comunistas, dispunha de longa e larga experiência de organização sindical. Nada que se assemelhe ao golpe de 1964.

Já na Espanha de 1936, há semelhanças notáveis. Do lado dos golpistas, sobretudo. Prepararam-se meticulosamente: o general Franco, cuja fama de carniceiro quando da repressão da greve geral nas Astúrias em 1934 lhe assegurou a confiança do comando civil do golpe, fez depositar forte soma de dinheiro num banco inglês para manter bom padrão de vida caso a sublevação fracassasse. O apoio civil ao golpe foi tão decisivo quanto o seria no Brasil de 1964 e no Chile de 1973. Evidentemente, em cada caso as formas de organização e de ação da direita eram diferentes, mas em todos ela pesou decisivamente no curso dos acontecimentos. Já o apoio externo foi muito mais importante no golpe de Franco do que nos de Castelo Branco e Pinochet. No Chile a intervenção foi mais policial do que militar: o auxílio de fora para a subversão reacionária interna foi, como se sabe, proporcionado pela CIA. No Brasil, ele *poderia ter sido* tão grande ou maior ainda do que na Espanha. Embora ainda haja sicofantas que o neguem, o deslocamento para o Brasil de algumas das mais aguerridas unidades da Esquadra norte-americana está provado até em documentos oficiais do arquivo do presidente Lyndon Johnson, que confirmam o desencadeamento, às 15:30 de 31 de março de 1964, da operação *Brother Sam*, tendo por objetivo fornecer aos golpistas o carregamento de quatro petroleiros gigantes, bem como 110 toneladas de armas e munições, a serem transportadas por aviões militares. Incluía também e sobretudo o envio de um *fast carrier task group* do qual fazia parte o porta-aviões *Forrestal*. O sucesso fulminante do golpe de 31 de março tornou desnecessária esta expedição colonial-fascista.

Do lado dos golpeados, entretanto, a comparação entre Espanha e Brasil oferece sobretudo contrastes. O maior deles está na forte e

decidida resposta dos sindicatos e das forças democráticas espanholas, que, sem esperar iniciativas governamentais, encarregaram-se, com amplo embora não generalizado sucesso, de enfrentar na rua e até invadindo quartéis, a sedição militar-fascista. No Brasil, como se sabe, a greve geral anunciada pelos dirigentes sindicais em caso de golpe fracassou melancolicamente. No que concerne à resistência militar ao golpe, o contraste é menor. Como no Brasil, houve na Espanha uma parcela, minoritária, mas não insignificante, de militares que permaneceram leais à República e à democracia. Mas muito dificilmente teriam logrado esmagar a sedição militar-fascista se o próprio povo não tivesse tomado a iniciativa de enfrentá-la. Como este é o ponto nevrálgico de toda e qualquer resistência democrática a um golpe liberticida, parece-nos valer a pena examiná-lo mais de perto.

O golpe militar na Espanha, seja notado desde logo, foi desfechado e conduzido com uma carga de violência e ódio muito mais forte do que o de 1964 no Brasil. Para não nos alongarmos na descrição das atrocidades cometidas desde o início pelos golpistas, lembraremos somente que a regra foi fuzilar em massa os militantes de esquerda, até mesmo os que sequer esboçaram um gesto de resistência. O caso de Lorca foi típico, neste sentido. O prestígio internacional de que dispunha, como um dos maiores poetas espanhóis de todos os tempos, longe de protegê-lo da sanha assassina dos fascistas, espicaçou-a.

Do lado da resistência anti-golpista tampouco faltaram execuções sumárias, mas se pode, com toda objetividade histórica, afirmar que não assumiram o caráter de execuções em massa como as efetuadas pela sedição militar-fascista. De qualquer modo, o sucesso da resistência pode ser avaliado com precisão na carta político-militar da Espanha uma semana após o desencadeamento do golpe, iniciado na tarde de 17 de julho de 1936. (O prazo de uma semana significa, obviamente, o tempo histórico do golpe. A partir daí, começou a guerra

civil.) Os dados mais relevantes desta carta ou se preferirmos, desta fotografia da situação político-militar tal como se configurou em torno de 23 e 24 de julho, são os seguintes:

- (a) 21 capitais de províncias, incluindo as regiões mais industrializadas do país, estavam sob controle do governo republicano; 29 capitais de províncias, além das colônias e do "protetorado" marroquino, nas mãos da sedição fascista;
- (b) o território sob controle republicano atingia cerca de 270.000 km<sup>2</sup>, enquanto os sublevados controlavam cerca de 230.000 km<sup>2</sup>;
- (c) a população do território sob controle republicano era de cerca de 14 milhões de pessoas, enquanto cerca de 10,6 milhões viviam nas zonas ocupadas pelos sublevados (sem contar a população das colônias).

A conclusão é clara. O golpe de Estado, enquanto conspiração político-militar visando a tomar o poder por um ato de força fulminante, havia fracassado. Não havia fracassado completamente, como o putsch do general Kapp. Se tivesse, teria pouparido à Espanha uma atroz guerra civil e o imenso retrocesso histórico de quatro décadas de ditadura franquista. Falamos em fracasso do golpe e portanto em sucesso da resistência ao golpe, relativamente ao *projeto* dos golpistas que pretendiam resolver a questão do poder na Espanha não através de uma longa e terrível guerra civil (cujo resultado permaneceu incerto até a asfixia final da causa republicana graças à intervenção maciça de Hitler e Mussolini e à hipócrita neutralidade da Inglaterra e da França) e sim, pelo aniquilamento, no curto tempo histórico de um golpe, de toda e qualquer resistência.

É difícil saber se a experiência espanhola esteve presente ao espírito dos conspiradores brasileiros de 1964. Considerando-lhes o nível cultural médio, parece pouco provável que tenham meditado profundamente sobre os antecedentes históricos do golpe que preparavam.

Não há entretanto dúvida alguma de que levaram muito a sério a possibilidade de um sucesso (e portanto de um insucesso) parcial. Tinham em todo caso fresca na memória a experiência de 1961, quando a tentativa de impedir, através de um pronunciamento militar, a posse do vice-presidente João Goulart frustrou-se a partir da resistência organizada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola apoiado pelo III Exército, lá sediado.

São de domínio público, como já lembramos, as articulações dos conspiradores com a Embaixada norte-americana, a CIA e o Pentágono. Dentre os muitos documentos que comprovam tais articulações, um telegrama da CIA ao governo dos Estados Unidos é particularmente significativo, tanto pela data quanto pelo conteúdo. Enviado a 12 de abril de 1963, um ano antes do golpe, portanto, descreve o armamento de que necessitariam os golpistas “nos dez dias seguintes ao desencadeamento da ação” e sugere que o governo norte-americano “poderia fornecer uma parte deste equipamento”<sup>8</sup>. Outro telegrama, enviado ao mesmo destinatário pela mesma agência de espionagem a 30 de abril (menos de três semanas depois, portanto) anuncia que o primeiro objetivo do golpe em preparação seria derrubar Goulart, pondo em seu lugar um presidente provisório, mero “boneco controlado”, “provavelmente Ranieri Mazzili, presidente da Câmara de Deputados”. Este é o nome preferido pelo general Mourão (fascista impenitente e conspirador crônico), embora, prossegue o telegrama, “não seja esta a escolha do almirante Sílvio Heck”<sup>9</sup>.

Dos dois telegramas infere-se que a CIA, em estreito contato com a conspiração militar, tanto assim que conhecia até divergências em torno de quem seria o boneco de molas a ser sentado na cadeira presi-

<sup>8</sup> CIA, Report nº TDGS 3/543, 633 de 12-4-1963. Arquivo John F. Kennedy.

<sup>9</sup> CIA, Report nº TDGS 3/545, 753 de 30-4-1963. Arquivo John F. Kennedy.

dencial, previu com um ano de antecedência a possibilidade de uma guerra civil e preconizou o envio de material bélico para os sediciosos.

Na medida em que não chegou a se concretizar na forma de intervenção militar direta, a participação norte-americana no golpe de 1964 interessa-nos apenas pelo encorajamento que a certeza deste auxílio, se necessário, trouxe aos conspiradores. Vale lembrar a este respeito que, em depoimento a um jornalista, Carlos Lacerda evocando sua participação (decisiva, como se sabe) na articulação do golpe de 1964, admitiu que Magalhães Pinto, na dupla qualidade de governador de Minas Gerais e, ao lado do próprio Lacerda, de chefe civil da conspiração golpista, havia mantido negociações visando a obter armas e apoio diplomático dos Estados Unidos<sup>10</sup>. Magalhães Pinto, também em declaração à imprensa, havia reconhecido, até por serem evidentes, seus contatos com a Embaixada norte-americana, negando, entretanto (mas só os muito ingênuos poderiam levá-lo a sério), ter pedido armas a seus interlocutores estrangeiros<sup>11</sup>. Vale lembrar, enfim, que a participação norte-americana na conspiração e na preparação do golpe está amplamente documentada no livro de Phylis Parker inteiramente consagrado ao tema, bem como em trabalhos de L. Moniz Bandeira<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> A entrevista de Lacerda está publicado em *O Estado de São Paulo*, em dias sucessivos. A passagem citada é do dia 9 de junho de 1977.

<sup>11</sup> Em entrevista ao *Jornal do Brasil* do dia 23-12-1976 .Esse jornal havia publicado, a 18 e 20 de dezembro, vários documentos do arquivo Lyndon Johnson relativos à participação norte-americana na articulação do golpe, notadamente um memorandu, do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, classificado como "ultra-secreto" e dirigido aos principais conselheiros políticos, diplomáticos e militares do presidente L. Johnson (Dean Rusk, Thomas Mann, coronel J. C. King, representante da CIA junto ao presidente, general Maxwell Taylor, adido militar da presidência e outros). Com a data de 27 de março de 1964, o memorandu dá o sinal verde para o golpe, salientando o papel a ser desempenhado pelo general Castelo Branco, cuja "cristalização" como "líder de um grupo de resistência militar" é considerada como "o mais significativo desdobramento" da situação no Brasil.

<sup>12</sup> Phylis Parker, *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. Além dos conhecidos *Presença dos Estados Unidos no Brasil*

### 3. O colapso da resistência militar ao golpe de 1964

Colocada à luz das considerações precedentes, a questão sobre o colapso da resistência ao golpe poderia significar tanto “por que não houve resistência militar *eficaz* ao golpe?” quanto “por que não houve *qualquer espécie* de resistência militar ao golpe?”. Se o primeiro significado dispensa comentários, já que o fato pressuposto no enunciado (=não houve resistência eficaz) é incontestável, o segundo merece algum esclarecimento. Não houve, com efeito, *atos bélicos* de resistência: os golpistas não precisaram combater para triunfar. Houve, porém, uma tentativa séria de organizar a resistência militar, a empreendida pelo general Ladário Teles. Nomeado *in extremis* comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, Ladário tentou, com firme determinação (que faltou à grande maioria dos demais chefes militares antigolpistas) estabelecer, no sul do país, a base territorial da resistência ao golpe. Ainda na noite e na madrugada de 1 para 2 de abril de 1964, ele insistiu, com o apoio de Brizola, em persuadir Goulart, que chegara a Porto Alegre após haver deixado Brasília às pressas, a aceitar a luta. Só depois de reiteradas recusas por parte do presidente, que já aceitara a derrota e a deposição, Ladário considerou inútil prosseguir em seu corajoso esforço e inclinou-se diante do fato consumado.<sup>13</sup>

---

(Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973) e *O governo João Goulart* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977), Moniz Bandeira trata da questão em seu recente artigo “Segurança continental e o golpe de 64”, in *Carta' (Informe de distribuição restrita do senador Darcy Ribeiro)*, nº 11, Brasília, Senado Federal, 1994, pp. 91-104. Cf. também Marcos Sá Corrêa, *1964 visto e comentado pela Casa Branca*, Porto Alegre, LPM, 1977.

<sup>13</sup> Ver em Hélio Silva, *1964: golpe ou contra-golpe?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, pp. 434-446, o depoimento do general Ladário Teles, bem como sua ordem do dia ao assumir a 1º de abril (e por menos de dois dias) o comando do III Exército (ib., pp. 472-473).

Embora isolado, este gesto, por parte de quem partiu (ninguém pôs em dúvida a determinação de Ladário de passar das palavras aos atos, desde que autorizado pelo presidente) constitui a prova histórica de que se não houve nenhum *ato* de resistência militar ao golpe, foi por decisão, aliás claramente assumida, da única autoridade à qual, na já moribunda legalidade constitucional, Ladário devia obediência, isto é, o presidente João Goulart.

Não é portanto gratuita a suposição de que se, no interior do chamado “dispositivo militar” de sustentação do governo Goulart, tivessem sido tomadas atitudes semelhantes à de Ladário, o curso dos acontecimentos teria sido diferente. Goulart era hesitante, mas não covarde. Tanto assim que recusou-se, repetidas vezes, a ceder às pressões de chefes militares como o general Peri Beviláqua, então à frente do Estado-Maior das Forças Armadas e o general Amauri Kruel, comandante do II Exército (com sede em São Paulo) que, a 31 de março, quando as forças sediciosas do general Mourão Filho já avançavam em direção ao Rio de Janeiro, ofereceram-se para servir de mediadores “desde que Goulart se comprometesse a proibir a greve geral anunciada..., intervir nos sindicatos, governar com os partidos políticos, não com o CGT, apoiando-se nas Forças Armadas”<sup>14</sup>.

Ladário não foi o único general fiel à legalidade democrática que tomou iniciativas decididas no sentido de organizar a resistência militar ao golpe. Embora colocado num escalão inferior de comando (o da Infantaria Divisionária da II Divisão de Infantaria, com sede em Caçapava, Estado de São Paulo), o general Euríalo Zerbini cumpriu sem hesitações nem reservas mentais seu dever de oficial fiel à legalidade republicana. Informado em São Paulo, na tarde de 31 de março, que o

<sup>14</sup> Cf. o depoimento do general Peri Beviláqua in H. Silva, op. cit., p.403. Kruel, na noite do mesmo 31 de março, ofereceu sua mediação em termos semelhantes (cf. Moniz Bandeira, *O governo João Goulart*, op. cit., p. 180).

general Kruel, a quem estava subordinado, dispunha-se a aderir ao golpe, procurou seu superior imediato, o general Aluísio Mendes, que lhe assegurou estar decidido a defender o governo legítimo e até mesmo a prender o general Kruel, se ele de fato confirmasse sua adesão ao golpe. Zerbini seguiu então para seu Q.G. em Caçapava e logo ao chegar consultou os oficiais sob seu comando para tomar o pulso da situação. Constatou haver condições para defender o setor sob sua responsabilidade, mas não de enfrentar o grosso do II Exército se este, com Kruel à frente, aderisse à causa sedicosa. Às 10:30 da noite, ao conseguir se comunicar com o general Aluísio Mendes em São Paulo, recebeu deste a informação de que “a situação mudara” e que Kruel convocava-o em São Paulo. Obviamente, a principal mudança na situação militar do II Exército era que tendo este, através de seu comandante, aderido ao golpe, o general Aluísio Mendes inclinara-se diante do fato consumado, abandonando qualquer veleidade de resistência.

Longe de se deixar contagiar pelo mau exemplo de seu interlocutor, Zerbini, em contato com o chefe da Casa Militar do presidente, general Assis Brasil, informou-o de que controlava a situação em sua área, mas sem reforços do Rio de Janeiro não poderia deter o ataque de Kruel. Assis Brasil prometeu-lhe enviar o Grupamento de Unidades Escolas e um batalhão de carros blindados. Às 11:30 da noite, recebeu um telefonema do próprio João Goulart, que confirmou o envio urgente do reforço prometido por Assis Brasil. A promessa não foi cumprida. Ao longo da madrugada, o vírus adesista alastrou-se pelas forças de que Zerbini pensava dispor. Na manhã de 1º de abril, já na condição de general sem tropa, dirigiu-se para a Academia Militar de Resende, onde, diante de cerca de duzentos oficiais, o comandante do I Exército, general Moraes Âncora, disse-lhe que estando “acéfalo” o governo, nada mais havia a fazer. Zerbini tentou ainda, de São Paulo, para onde retornara, tomar um avião que o conduzisse ao

Rio Grande do Sul: tendo tido notícia de que Ladálio dispunha-se a resistir à frente do III Exército, tratou de juntar-se a ele. Não conseguiu. Foi juntar-se, a 4 de abril, aos presos do Forte de Copacabana.<sup>15</sup>

Dignas, corajosas, mas raras, atitudes como as de Ladálio e Zerbini contrastaram com a em muitos casos também digna, mas passiva e resignada atitude da maioria dos oficiais legalistas. A passividade de mais graves consequências ocorreu perto da divisa entre Rio de Janeiro e Minas Gerais na noite de 31 de março. No final da tarde, as forças golpistas do general Mourão Filho, com um sentido ofensivo de que tanto careciam os legalistas, haviam atravessado o Rio Paraibuna, penetrando em território fluminense. Compunham-se de 4 batalhões de infantaria (cerca de 2.500 combatentes), de 2 grupos de artilharia e unidades menores perfazendo um total de cerca de 4.000 homens. Seguiam-nas 12 batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais com cerca de 18.000 homens. Caía a noite quando a vanguarda de Mourão deparou-se com patrulhas do 12º Batalhão de Caçadores, de Petrópolis, que constitua a vanguarda das forças do I Exército, que seu comandante, o general Moraes Áncora, enviara para deter os sediciosos. Eram forças respeitáveis, compostas de dois regimentos de infantaria e de um grupo de obuses, num total de cerca de 5.000 combatentes, bem armados. Em termos estritamente militares, não teriam grandes dificuldades para obrigar os sediciosos a recuar tão rapidamente quanto haviam avançado.

Não foi entretanto em termos puramente militares que o conflito se decidiu. Embora vulgar, a expressão “guerra da saliva”, utilizada mais tarde para descrever o episódio, é pertinente. Logo no primeiro contato entre o 12º B.C. de Petrópolis e as forças de Mourão, um tenente daquele batalhão bandeou-se para os golpistas. Deserção sintomática, cujo caráter epidêmico revelar-se-ia algumas horas depois,

<sup>15</sup> O depoimento de Zerbini está em Hélio Silva, op. cit., pp. 390-393.

quando as forças do I Exército, comandadas pelo general Cunha Melo, chegaram à altura de Três Rios, a poucos quilômetros das posições dos golpistas. Na cidade, um moço, em trajes civis, apresentou-se ao coronel Raimundo Ferreira de Souza, comandante do 1º Regimento de Infantaria (dito Regimento Sampaio), uma das tropas mais aguerridas do Exército brasileiro. Filho do coronel João Batista da Costa, que fazia parte do estado-maior do general Mourão, pede ao coronel Raimundo que entre em contato telefônico com seu pai, que estava em Juiz de Fora. O simples fato de aceitar a proposta revelava pouca disposição de combater. Ela se tornou menor ainda quando, do outro lado do fio, em vez da voz do coronel João Batista, o coronel Raimundo ouviu a do marechal Odílio Denis, patriarca da conspiração golpista:

“ — Você está contra mim, Raimundo?”<sup>16</sup>.

Se ainda estivesse, deixou de estar no ato. O poderoso Regimento Sampaio bandeou-se com armas e bagagens para o lado do golpe, seguindo seu comandante. Desfalcado do melhor de suas forças, o general Cunha Melo retrocedeu para Areal. Só lhe restava negociar sua rendição. Tanto ele, comandante do teatro de operações, quanto Moraes Áncora, chefe do I Exército, rimaram lealdade com passividade. Não mudaram de trincheira durante a “guerra da saliva”. Mas a indecisão que mostraram desde o início das operações encorajou as deserções espontâneas e facilitou as estimuladas pelos adversários. Basta notar que o 1º B.C. de Petrópolis, vanguarda do I Exército, havia recebido instruções para não disparar o primeiro tiro e autorização para recuar.

No Rio de Janeiro, em vez de “guerra de saliva”, houve uma batalha de fantasmas, produzidos pela convergência objetiva da fanfarronice de dois exibicionistas, um de direita, outro de esquerda, respectivamente o governador Carlos Lacerda, cujo anticomunismo doentio

<sup>16</sup> Extraímos o relato deste episódio de Carlos Chagas “Goulart foge e termina a ‘resistência’”, in *O Estado de São Paulo* de 4-4-1984.

# ..... DEBATE .....

## Problemas da revolução brasileira



Nº 6

abril 71

Revista Debate, nº 6, abril de 1971.

costumava se expressar em freqüentes surtos histérico-paranóicos e o contra-almirante Aragão, que à frente dos fuzileiros navais, criara fama de revolucionário duro e intransigente. Vivera, durante a semana que precedeu o golpe, seu maior momento de glória: aclamado como herói pelos marinheiros e fuzileiros anistiados por Goulart após os dramáticos episódios ocorridos na sede do Sindicato dos Metalúrgicos,<sup>17</sup> parecia destinado a um papel decisivo no enfrentamento desencadeado a 31 de março. Lacerda e seus amigos davam como provável uma fulminante investida de Aragão, à frente de fuzileiros e marinheiros, contra o Palácio da Guanabara, onde se entrincheirou desde o início do golpe. Numa atmosfera confusa de fortaleza cercada, centenas de voluntários, militares e civis, provindos da fina flor da direita carioca, esperaram, ao lado do governador, fantasiado de guerrilheiro, metralhadora em punho, o ataque anunciado. Ninguém os incomodou.

Se o grau de responsabilidade é proporcional à importância do cargo, o maior responsável militar pela paralisia e desmoronamento do dispositivo legalista nas Forças Armadas foi o general Argemiro de Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência. Como Goulart, manteve um irresponsável otimismo que chegou ao burlesco no episódio da deposição de Arraes pelo IV Exército. Ao oficial que lhe deu voz de prisão, dizendo-lhe para se recolher à sua residência, o governador de Pernambuco respondeu “-Não tenho casa. Moro no Palácio”. Intimado a nele permanecer até segunda ordem, Arraes telefonou para Brasília e ouviu de Assis Brasil lapidar conselho: “- Resista, Governador, porque estamos vencendo em todas as frentes”<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> A análise das consequências do movimento dos marinheiros e fuzileiros navais, bem como dos sargentos, para a dinâmica do golpe, exigiria um tópico especial. Bastará aqui notar que não lograram escapar do efeito de inércia que vinha de cima e assistiram impotentes ao triunfo da reação. No que, de resto, partilharam do destino de toda a esquerda, militar e civil.

<sup>18</sup> Citado em Hélio Silva, ib., p 411.

Sem dúvida, a intervenção cirúrgica a que fora submetido o general Jair Dantas Ribeiro, ministro da Guerra (estava ainda hospitalizado quando eclodiu o movimento golpista), contribuiu para desarticular a cúpula militar do governo. Tanto mais que o chefe do estado-maior do Exército, general Castelo Branco, estava participando discreta mas ativamente das articulações sediciosas<sup>19</sup>. Mas a demora em destituí-lo<sup>20</sup> foi de exclusiva responsabilidade de Goulart e de Assis Brasil. Este, correndo sempre atrás dos acontecimentos e chegando sempre atrasado, travou, já nos estertores de seu melancólico desempenho (por volta das 14:00 do dia 12 de abril, no Rio de Janeiro) o seguinte diálogo, curto mas patético com o general Moraes Áncora: - “General, está tudo perdido?” “- Está tudo perdido. Não há mais nada a fazer”, respondeu Áncora. “E o III Exército no Rio Grande do Sul?” indaga Assis Brasil. “- O III Exército está em deliquescência”<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> Logo após o famoso comício pelas reformas de base de 13 de março de 1964, redigiu um documento dito LEEX -Lealdade ao Exército- visando “harmonizar duas principais correntes: a dos conspiradores mais antigos... que havia dois anos ou mais trabalhavam para a derrubada armada do governo e a daqueles que esperavam provas mais contundentes de ação subversiva do governo antes de qualquer ação armada”. Em estilo eufemístico digno de figurar numa antologia do jesuitismo político, Castelo Branco define, com incontestável talento organizatório, as linhas mestras do plano estratégico e dos prováveis desdobramentos táticos da intervenção militar golpista. A passagem entre aspas foi tirada de José Stacchini, “O ritual tardio da deflagração”, oitavo de uma série de dez artigos intitulada *Março 64: mobilização da audácia*. Embora assumidamente apologético, o trabalho de Stacchini contém importantes informações e apresenta razoável objetividade jornalística. Utilizamos a reedição do artigo, in *O Estado de São Paulo* de 27-3-1984.

<sup>20</sup> Por si só o documento LEEX constituía um ato de sedição contra o governo. Mas Goulart perdeu dias preciosos para tomar a iniciativa de demiti-lo do posto-chave que ocupava. Quando se decidiu, às vésperas do golpe, era tarde demais. O general Benjamin Galhardo, designado para substituição, não logrou sequer tomar posse.

<sup>21</sup> O diálogo está em José Stacchini, “Em algumas horas, a metamorfose”, décimo da série supra-referida. Cf. *O Estado de São Paulo* de 29-3-84.

#### 4. Causas políticas da vitória dos golpistas

Em seu conhecido estudo sobre os militares e a política no Brasil, o sociólogo norte-americano Alfred Stepan, constatando a existência de uma relação de causa e efeito entre a extensa distribuição espacial das unidades militares e a dispersão do “*decision-making power*” no Exército brasileiro, conclui que um “*broad political consensus*” entre os militares é necessário para que eles possam empreender uma ação política “decisiva” contra um “presidente eleito”<sup>22</sup>. Mas pode-se verdadeiramente afirmar que a amplitude do consenso político deve ser, para os militares, proporcional à extensão da distribuição espacial dos corpos do Exército?

Sim, diria Stepan, na medida em que a dispersão espacial implica na autonomia operacional. A esse título, teria constituído “fator crucial” na “crise civil-militar” de 1961 e de 1964<sup>23</sup>. Sem dúvida, é razoável supor que as chances de que os chefes militares, tentando impor sua vontade política ao conjunto do aparelho, chocassem-se com uma resistência por parte dos escalões inferiores da hierarquia, são proporcionais à autonomia operacional de cada unidade. Menos razoável parece-nos classificar como “fator crucial” o aspecto geográfico da autonomia operacional. Como compreender, com efeito, que o mesmo fator possa, com três anos de intervalo, conduzir a resultados opostos, isto é, ao fracasso da intervenção militar em 1961 e a seu sucesso em 1964? Questão tanto mais pertinente quando se sabe que, em 1961 como em 1964, o Terceiro Exército, isolado no Rio Grande do Sul, teve a mesma atitude, recusando-se a aderir ao golpe de Esta-

<sup>22</sup> Alfred Stepan, *The military in Politics, changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton University Press, 1971, p.28.

<sup>23</sup> “Because of the virtual operational autonomy of many regiments, divisional and army commanders run the very real risk of having theirs orders disobeyed unless they have first sounded out opinion among middle-level officers”, observa Stepan; “in the explosive situations during the 1961 and 1964 civil-military crises, this factor was crucial” (*ibidem*, p.28).

do. O que mudou nesse ínterim foi a *correlação política de forças entre partidários e adversários de Goulart*. Do fator geográfico, no caso a distribuição espacial dos corpos do Exército pode-se dizer o que o general Giap disse a propósito da função da floresta na guerra de guerrilhas: ela é neutra e ajuda apenas os que se ajudam a si próprios.

De resto, a “difusão do poder militar” determinada pela autonomia operacional está em interação com o que se pode chamar de “difusão do poder político” no interior das Forças Armadas, isto é, pela possibilidade de que dispõem os oficiais de patente inferior de exercer uma influência sobre as atitudes e os comportamentos de seus superiores. Conseqüentemente, essa segunda forma de difusão do poder não é determinada pela distribuição do poder de fogo disponível, mas pelo grau de “democracia interna” do aparelho militar, quer se trate de cada unidade considerada separadamente (batalhão, regimento, divisão, corpo de Exército) ou das Forças Armadas tomadas em seu conjunto. Ora, esse grau de “democracia” que caracteriza, em uma situação dada, o mecanismo de tomada de decisões no interior do aparelho militar é a expressão e o resultado de uma conjunção singular de fatores complexos; pode corresponder a múltiplas formas de “cisão” que vão das clivagens ideológicas à contestação das formas mais opressivas da hierarquia e da disciplina. A identificação, pela via analítica, das condições de funcionamento desse mecanismo só tem sentido no quadro da compreensão sintética de uma situação política global, relativamente à qual cada um dos fatores explicitados pela análise assume seu peso determinante próprio.

O relato das manobras militares de 31 de março a 2 de abril de 1964 mostra claramente que nas fileiras legalistas a vontade de resistir foi exceção e a indecisão, logo transformada em apatia, a regra. No conjunto, portanto, as forças anti-golpistas partiram de moral baixa para o confronto. Não somente, de resto, os militares, mas também os

sindicatos e as forças de esquerda em geral. Donde a hipótese, sustentada inclusive por alguns dos mais sérios e respeitáveis protagonistas e analistas do campo anti-golpista, de que este estava politicamente derrotado antes mesmo de que os generais Mourão e Guedes, secundados pelo governador Magalhães Pinto, iniciassem o golpe em Minas Gerais.

A discussão sobre a inevitabilidade do golpe travada no IFCH/UNICAMP com uma perspectiva histórica de trinta anos, concentrou-se nos fatores econômicos e sociais que fizeram pender para o lado dos golpistas a correlação política de forças no Brasil de então. Particularmente significativa e, parece-nos, equilibrada, foi a opinião sustentada por Nelson Werneck Sodré. Retomou-a em artigo publicado em *Carta*, do qual reproduzimos a conclusão relativa às causas da paralisia dos militares anti-golpistas:

“A ausência de resistência militar por parte do governo surpreendeu os próprios empreiteiros do golpe. Na verdade, Goulart dispunha de elementos militares suficientes para a resistência. Se tal resistência - face à presença dos heróis da *Brother Sam* - teria sido suficiente, teria condições de deter o golpe, é outro problema. O que paralisou a ação das forças militares de que o governo dispunha foi, justamente, a prévia derrota política das forças populares que apoiavam o governo (...). Daí o fato de que o golpe foi político, embora operado por forças militares”. Lembrando que, de 1945 em diante, as intervenções políticas das Forças Armadas foram inspiradas pelas partidos reacionários derrotados nas urnas, acrescenta: “Devidamente dopados pelo anticomunismo e pela ação maciça da mídia, os militares faziam sempre o serviço que lhes era solicitado. Jejunos em política, alimentados pela propaganda, supunham, que estavam mesmo salvando *Deus, a Pátria e a Família*, nada menos do que isso”<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Nelson Werneck Sodré, “Trinta anos depois”, in *Carta* nº 11, op. cit., p. 40.

Especialmente relevante para nossa questão é a afirmação de que Goulart dispunha de meios militares de resistência. O exame da correlação militar de forças às vésperas do desencadeamento do golpe confirma-o claramente. Não somente o I e o III Exércitos permaneceram sob o controle dos oficiais legalistas (o II Exército, como vimos, só balançou para o lado do golpe na noite de 31 de março), mas também na Força Aérea havia muitos oficiais decididos a resistir. Mesmo na Marinha, onde, como consequência da crise provocada pela mobilização dos marinheiros e dos fuzileiros navais, a motivação golpista da oficialidade estava especialmente exacerbada, o ministro Paulo Mário, secundado por um grupo de oficiais “que fizeram a difícil opção de colocar-se em antagonismo à grande maioria dos de sua classe”<sup>25</sup> defendeu com dignidade e firmeza a causa da legalidade.

Entretanto, e esta é a tese fundamental da explicação de Sodré, a correlação política de forças na sociedade brasileira havia se tornado tão favorável aos golpistas que já não mais podia ser contrabalançada pelos meios militares de que dispunha a resistência. Não teria sido a desproporção militar e sim a desproporção política de forças o fator decisivo para o fulminante sucesso do golpe. Enquanto linha geral de interpretação a tese nos parece justa, mas para aquilatar seu grau de pertinência explicativa é indispensável desdobrá-la em questões mais concretas, como de resto sugere o próprio Werneck Sodré ao lembrar a influência dos meios de comunicação e das Marchas da Família com Deus pela Liberdade sobre a oficialidade.

O exame da correlação política de forças às vésperas do golpe deve, com efeito, levar em conta as diferentes frentes em que se desenvolvia o confronto, notadamente a luta de massas. A superioridade da mobilização reacionária de massas sobre a das forças progressistas

<sup>25</sup> A frase é de Hélio Silva, op. cit., p. 142.

resultou de um enorme esforço de organização exaustivamente documentado e analisado no já citado livro de Dreifuss. Importa-nos ressaltar apenas as que concernem mais diretamente ao exame da tese de Werneck Sodré. Na falta de um estudo minucioso e aprofundado sobre os movimentos e tendências da opinião pública, devemos nos ater a suas manifestações mais evidentes: o comício de 13 de março no Rio de Janeiro, a favor das reformas de base propostas pelo governo, e as Marchas da Família promovidas pelos golpistas.

O comício de 13 de março foi a mais notável manifestação de massa da esquerda na conjuntura do golpe. Reuniu uma multidão calculada entre 150.000 e 200.000 pessoas. No palanque, ao lado de Goulart, estava o cunhado Brizola, bem como dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), membros do governo e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

A direita replicou, no dia 19 de março, em São Paulo, onde cerca de meio milhão de manifestantes votaram com os pés, em nome de Deus, da Família e da Liberdade, a favor do golpe liberticida. À frente da gigantesca passeata reacionária estava o folclórico governador Adhemar de Barros, trocando momentaneamente seu estilo cínico e debochado (lapidamente expresso na fórmula “rouba mas faz”) pela postura compungida de sacrifício improvisado. Marchas semelhantes estavam programadas para outros grandes centros urbanos. O golpe veio antes, transformando a mobilização da direita em desfiles de triunfo. Ela provara, de qualquer modo, antes do 31 de março, que podia pôr na rua muito mais gente do que a esquerda.

Evocaremos apenas, para concluir, como ela operou no interior das Forças Armadas, lembrando a importância, na interpretação de Werneck Sodré, do argumento de que os militares foram manipulados e intoxicados pelos “empreiteiros do golpe” e de que portanto o que ocorreu em março-abril 1964 foi um golpe reacionário da direita do

qual os militares constituíram, o instrumento decisivo. Dreifuss consagrou um capítulo (o VIII: “A ação de classe da elite orgânica: o complexo IPES/IBAD e os militares”) a esta questão. Contém, como o resto do livro, preciosas informações, das quais salientaremos apenas a minuciosa descrição das atividades conspiratórias do general Mourão Filho. Já no final de 1961 e início de 1962, quando comandava um regimento em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Mourão estava vinculado ao IBAD, ao qual prestou desde logo alguns serviços, notadamente ajudando a promover uma reunião do patronato rural gaúcho. Engajado na conspiração com o zelo de fascista impenitente, tornou-se rapidamente um de seus principais articuladores. Imaginava ser também um de seus principais dirigentes, mas como mostra Dreifuss com amplos pormenores, estava sendo manipulado pelos verdadeiros chefes da conspiração, isto é, pela cúpula do “complexo IPES/IBAD”<sup>26</sup>. Quando, guindado ao comando da 42º Região Militar e da 42º Divisão de Infantaria do I Exército, com sede em Juiz de Fora, decidiu agir por conta própria, desfechando o golpe de Estado, por pouco não pôs a perder o tenaz e metódico trabalho subversivo do IPES. Era grande o risco de que, se permanecesse isolada, a quartelada de Mourão seria contida e derrotada pelo governo federal. Posta diante do fato consumado da intempestiva sublevação mineira, a direção do IPES não podia deixar de apoiá-lo, precipitando seus planos. Mais tarde, vitorioso o golpe, iria colocar Mourão em seu lugar<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Cf. Dreifuss, op.cit., pp.373-396. E.Gaspari, em sua mencionada resenha, considera “divertido como a leitura de um romance policial” o capítulo “mostrando como o general Mourão Filho era manipulado pelo IPES, que lhe dava ou tirava gás, infiltrando militares que agiam sob sua coordenação no estado-maior de sua tropa”.

<sup>27</sup> O tópico que se encerra aqui e os dois precedentes retomaram, ampliados e modificados, textos publicados em *História*, UNESP, 14 (1995), pp. 49-59, sob o título “O colapso da resistência ao golpe de 1964” e em Caio Navarro de Toledo (org.), 1964. *Visões críticas do golpe*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, pp. 117-133, sob o título “O colapso da resistência militar ao golpe de 1964”.

## 5. O mandato político da ditadura militar

A fórmula *ditadura militar* é a designação mais adequada para o regime instaurado em 1964 no Brasil. Expressões como *regime autoritário* ou *autoritarismo* não passam, no melhor dos casos, de eufemismos, explicáveis enquanto vigorava a censura ditatorial, mas constituindo flagrantes imposturas quando utilizadas pelos politólogos do dólar e do Pentágono para distinguir as “boas” ditaduras (Franco, Pinochet e consortes) do “totalitarismo comunista”. Em seu uso vulgar, alimentam o confusionismo sociológico, designando, a gosto do freguês, maridos, pais, professores, patrões, políticos e generais autoritários...

*Ditadura militar* não carrega, como *autoritarismo*, uma ambigüidade intrínseca, mas também apresenta inconvenientes, que no uso corrente se manifestam principalmente na confusão entre os militares enquanto *categoria social* e as Forças Armadas enquanto *corporação da burocracia estatal*. Vulgarmente, ou irrefletidamente, entende-se a ditadura *militar* como ditadura *dos militares*. É evidente, porém que não são os militares enquanto categoria indiferenciada, massa de funcionários armados e uniformizados, que *exercem o poder de Estado* e sim a corporação enquanto tal que *extrapolou suas funções profissionais, transponde para o poder político suas normas constitutivas internas*, cujo primeiro princípio é a disciplina hierarquizada sob comando central. A massa da oficialidade permanecia na dúvida condição de estar objetivamente associada ao poder sem no entanto exercer sobre ele influência regular, já que submetida ao princípio da unidade de comando.

Obviamente tal transposição não é completa: não conduz à *militarização integral* do poder político, nem menos ainda, da sociedade. Dizia-se da Prússia que não era um Estado com um Exército, mas um Exército com um Estado. Exagero retórico cujo fundo de verdade estava em que os *junkers*, aristocracia agrária militarizada, cumulavam a posição de classe dominante sobrevivente da ordem feudal e a função

de corpo superior da oficialidade. Osmose inconcebível numa sociedade capitalista desenvolvida, ou mesmo sudesenvolvidamente desenvolvida, como as do “terceiro mundo”. A ordem burguesa, com efeito, especializa crescentemente as funções hegemônicas, coercitivas, econômicas e administrativas do Estado, aprofundando a diferenciação e a complementaridade de suas atribuições e competências respectivas. É na cúpula e no leme da máquina do Estado, no nível mais alto da burocracia, que elas se centralizam e coordenam. Portanto, por *ditadura militar* entendemos o regime político em que o poder de Estado é assumido pela cúpula da hierarquia das Forças Armadas (e não pelos militares enquanto categoria).

Ao se instaurar no Brasil com o golpe de 31 de março de 1964, a ditadura militar apresentou-se investida de um “mandato revolucionário”. Com efeito, os militares golpistas estavam incontestavelmente investidos de um *mandato* que, no sentido reacionário do termo (=ato de força que rompe a legalidade constitucional para preservar os interesses estabelecidos), pode ser chamado de *revolução*, embora configure no sentido historicamente adquirido pelo termo desde a Revolução Francesa, uma *contra-revolução*. O mandato, embora efetivo, era confuso, porque muitos eram os *mandantes*. Os mais ostensivos, que se expressaram ruidosamente nas Marchas da Família e truculentamente nos inquéritos policiais militares (IPMs), não eram entretanto os mais importantes. Para a massa dos “marchadeiros” e “marchadeiras”, o 1º de abril foi mesmo um 1º de abril, ou, para utilizar a expressão francesa, uma *journée des dupes*. Deixando de lado estes tolos, que eram e continuam sendo muitos (em 1964 apoiaram o golpe por motivos análogos aos dos que em 1989 votaram em Collor), identificamos facilmente os principais *mandantes* do golpe nos detentores do poder econômico, agentes do Capital, tendo como coadjuvantes os latifundiários. (Vale notar que embora não tenha sido aplicado, o *Estatuto da Terra* promul-

gado pelo ditador Castelo Branco marcou a diferença entre o *projeto begemônico* do novo regime, de *modernização conservadora*, e o *conservatismo sem projeto* de seus aliados “ruralistas”, como hoje se auto-intitulam).

Jactanciosamente, logo no preâmbulo do *Ato Institucional nº 1*, de 9 de abril de 1964, os mandatários do golpe, como que aumentando a tarifa política a cobrar dos mandantes pela fulminante vitória, declararam que “a revolução vitoriosa se investe no exercício do poder constituinte”, o qual, esclarecem, “se manifesta pela eleição popular ou pela revolução”. Esta (a revolução) “é a forma mais expressiva e mais radical do poder constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como o poder constituinte, se legitima por si mesma”. Por conseguinte, “fica... bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste ato institucional, resultante do exercício do poder constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação”.

O Congresso fizera por merecer este arrogante tratamento. Reunido a 2 de abril, com a presença de apenas 178 parlamentares num total de 475, não tivera sequer a decência de esperar, para declarar a vacância da Presidência, que Goulart deixasse o território nacional. Nomeou o presidente da Câmara de Deputados, Ranieri Mazzili, substituto interino do presidente deposto. De olhos fechados e ouvidos tapados para as perseguições a que estavam sendo submetidos seus pares ligados à esquerda ou meramente ao governo deposto, os parlamentares remanescentes fingiram durante uma semana não ter percebido que nenhuma outra função política lhes restava salvo a de prepostos do “poder constituinte” dos generais...

Concebido como único, mas destinado a ser o primeiro de longa e sinistra série, o *Ato Institucional* de 9 de abril de 1964 foi redigido pelo fascista Francisco Campos, plumífero veterano do Estado Novo e assinado por três generais, Costa e Silva pelo Exército, o brigadeiro Correia de Melo pela Aeronáutica e o almirante Rademaker pela Marinha.

Comportava medidas de caráter permanente que por si só desmentiam o caráter excepcional e provisório anunciado em seu 11º e último artigo (que limitava-lhe a vigência até o dia 31 de janeiro de 1966). Na verdade, a única medida de exceção que deveria expirar naquela data era o poder de cassar mandatos e demais direitos políticos. (Seria ressuscitado, com renovado ímpeto, pelo *Ato 5* de 13 de dezembro de 1968). As demais, que modificavam a Constituição de 1946 (em cuja “defesa”, nunca será demais repetir, tinha sido desfechado o golpe) iam no sentido de reforçar os poderes presidenciais e portanto a máquina do Executivo.

## 6. Do golpe à ditadura: rumo ao Estado de *Segurança Nacional*

Uma coisa ficou certa logo após o 1º de abril: a “revolução” não havia apenas deposto um presidente e afastado seus aliados da cena política. Ela queria suprimir as condições que lhes haviam favorecido a subida ao poder, não podendo, sem se renegar, admitir que o sufrágio universal reconduzisse ao governo os políticos considerados responsáveis pela crise que acabara de resolver. Mas ela também se renegaria se condenasse o princípio da liberdade política cuja preservação lhe havia servido de pretexto para derrubar o governo legal. Esta contradição originária fornece a chave para a compreensão do processo inicial de consolidação do regime ditatorial.

Não se poderia, com efeito, reduzir o estudo das causas que conduziram ao regime militar à determinação dos fatores que explicam o sucesso do golpe de Estado. Uma coisa é mostrar como as Forças Armadas tomaram a decisão de derrubar o governo legal; outra, bem mais complexa, é compreender como, no lugar deste, pôde se consolidar uma ditadura militar, quando o objetivo oficial do movimento sedicioso era a defesa da Constituição de 1946 e das instituições democráticas ameaçadas pela “subversão” e pela “corrupção”.

Com certeza, a pretensão de defender a democracia pelo golpe de Estado e pelas cassações, de combater o totalitarismo, substituindo o sufrágio universal pela força armada como expressão da soberania popular, já indicavam uma certa inadequação entre o objetivo proclamado e os meios postos em prática para atingi-lo. Mas seria proceder como moralista transformar essa contradição em princípio explicativo do desenvolvimento concreto dos acontecimentos. Com a perspectiva histórica de que dispomos hoje é fácil constatar que a pretendida “Revolução Libertadora” de 1964 abriu caminho à pior forma de opressão estatal que a sociedade brasileira conheceu ao longo de sua história. Mas o regime militar não foi criado de um só golpe. A situação política no dia que se seguiu à derrubada de João Goulart se distingua, sob muitos aspectos, da existente durante os anos mais sombrios do governo do general Garrastazu Médici. Que fatores determinaram essa evolução degenerescente? Se é verdade, como acreditamos, que a consolidação da ditadura militar, entendida como sistema generalizado de opressão estatal exercida pelo Alto Comando das Forças Armadas, não foi o resultado automático de um movimento inercial desencadeado pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964, mas corresponde também a condições e fatores posteriores, é preciso começar por diferenciá-los, ou seja, por separar pela via da análise os efeitos de inércia do golpe de Estado e a dinâmica do regime ditatorial.

Nesse sentido, a primeira constatação que se impõe no tocante à lógica imanente do movimento sedicioso que derrubou o governo legítimo do país está ligada à própria profundidade da crise no interior da qual ele nasceu. Contrariamente ao que ocorreu em 1930, em 1945, em 1955, quer dizer, em três dos quatro golpes de Estado bem sucedidos da história moderna do Brasil (o outro foi o de 1937), em 1964 as Forças Armadas destituíram um governo legitimamente eleito. A-

tropelaram, portanto, o sufrágio universal, não podendo, portanto, submeter-lhe a apreciação de seus atos. Foi por isso, aliás, que os líderes sediciosos definiram seu movimento como uma “revolução”, entendendo pelo termo que ela extraía legitimidade de si própria, não precisando submetê-la a nenhuma outra instância. Se considerarmos também que em 1937, ou seja, quando do único outro golpe de Estado vitorioso contra o sufrágio universal, não houve senão uma espécie de “novação” institucional, de mudança do título em nome do qual o governo estabelecido conservava o exercício de suas funções, perceberemos melhor o caráter politicamente inédito da pretensa “Revolução Libertadora” de 1964. Ela representou uma busca e violenta ruptura do princípio segundo o qual todo poder emana do povo e em seu nome é exercido, sem que por isso - e esta restrição é essencial - os chefes e os ideólogos do movimento sedicioso tenham procedido a uma crítica frontal e coerente das instituições democráticas, como havia feito, em seu tempo, o fascismo europeu. Os vencedores de 1964 não assumiram, portanto, a ideologia de sua prática. Em alguma medida, agiam contra suas convicções. Diante do aprofundamento da recessão combinado ao aumento contínuo da inflação, ao recrudescimento e ampliação das lutas sociais, com a particularidade de que pela primeira vez na história brasileira o movimento camponês chegava a se organizar em plano nacional, face à rápida elevação das tensões e dos ódios políticos (se for permitido referir-se a lembranças pessoais, estes eram tão fortes no Brasil de 1963-1964 quanto no Chile de 1972-1973, com o detalhe de que no caso chileno a polarização da opinião cobria mais claramente as diferenças de classe), face, enfim, à crise militar, o apego (bem frágil, aliás) da burguesia brasileira aos valores liberais foi reduzido a uma profissão de fé sem substância nem consequência. Mas uma vez superada a crise, pelo menos no que ela tinha de ameaçador para os interesses estabelecidos, o problema

das instituições políticas, portanto dos valores ideológicos que regulavam a organização e o exercício do poder de Estado e exprimiam a integração da sociedade civil sobre a base das relações econômicas existentes, voltou à superfície.

As tensões entre os chefes militares e os civis de 31 de março manifestaram-se muito rapidamente, conduzindo à ruptura entre Castelo Branco e Carlos Lacerda e ao bloqueio do processo de normalização institucional. Através desses conflitos o aparelho militar firmou seu domínio sobre o poder político, conservando seu vínculo de princípio com a legalidade republicana que se propunha a restabelecer, mas controlando-a de modo a que ela não levasse a uma volta ao passado. Ditadura militar auto-limitada ou República sob tutela militar, o novo regime atribuía ao chefe de Estado uma enorme soma de poderes, como notou a revista *O Cruzeiro* numa reportagem sobre a posse de Castelo Branco. No entanto, no mesmo número dessa revista de direita, cuja tiragem de 425.000 exemplares a tornava o principal semanário do Brasil, o editorialista David Nasser, conhecido pela extrema virulência de seus ataques contra Goulart, Brizola e os comunistas, alertava o Comando Supremo da Revolução contra as cassações dos dias anteriores, lembrando que “a injustiça é um *boomerang* que se volta contra os que o lançam”<sup>28</sup>.

A “enorme soma de poderes” recebidos por Castelo Branco lhe havia sido delegada pelos chefes militares e, indiretamente, pelos chefes civis do golpe. Seu poder pessoal, apesar do desaparecimento rápido do Comando Supremo da Revolução, nunca foi, porém, discricionário: o regime militar no Brasil se apresentou desde logo como uma *ditadura de aparelho*, tendo à testa um general-ditador (para fins decorativos intitulado presidente). Para exercer poderes ditoriais,

<sup>28</sup> *O Cruzeiro* de 9 de maio de 1964.

um aparelho deve ser coeso. Pela primeira vez após três décadas, os conflitos ideológicos entre militares foram decididos de modo radical pela eliminação, através de sucessivos expurgos, de toda uma corrente de pensamento que podemos chamar de esquerda verde-oliva. O primeiro expurgo ocorreu a 11 de abril de 1964, dez dias depois da vitória dos golpistas: 122 oficiais foram expulsos das Forças Armadas<sup>29</sup>. Mas os nacionalistas de esquerda não foram os únicos atingidos pelo primeiro “ciclo punitivo” da “Revolução”. Os oficiais “legalistas”, que, sem ter opiniões de esquerda, se recusaram a aderir ao movimento sedicioso, foram, na maioria, passados para a reserva. Essas medidas não pouparam escalão nenhum da hierarquia. Como salientou Alfred Stepan, dos 29 oficiais promovidos ao generalato por Goulart, apenas cinco estavam na ativa em 1968. Cifra tanto mais significativa que, no mesmo momento, 17 entre 29 oficiais promovidos ao generalato por *predecessores* de Goulart ainda estavam em função<sup>30</sup>.

É claro que os sargentos e marinheiros acusados de atividades sindicais e políticas foram tratados com particular severidade. O “esprit de corps” que limitou as sanções contra os oficiais não funcionou no caso dos subalternos. David Nasser, no editorial a que aludimos, se indignava com o fato de os militares terem sido enviados à “aposentadoria remunerada” enquanto os civis eram condenados à “velhice desamparada”. Fórmula jornalística, certamente, mas o tratamento desigual de civis e militares é incontestável. Já os subalternos, por sua humilde condição social, e por terem abalado os fundamentos da disciplina e da hierarquia, constituíam o alvo privilegiado do acerto de contas que seguiu o golpe de Estado. Denunciando em termos viru-

<sup>29</sup> Alfred Stepan, *The Military in Politics*, op. cit., p.223.

<sup>30</sup> Stepan, ib., p.223. Como nos disse, no exílio, o próprio presidente Goulart, mais se polarizavam as opiniões no seio do Exército, mais “as promoções se politizavam”.

lentos a decisão de Goulart de anistiar os marinheiros que participaram da reunião de 25 de março no Sindicato dos Metalúrgicos, o Almirantado difundira um manifesto no qual deixava claro que essa “minoria insignificante de subalternos” havia cometido “não apenas infrações disciplinares”, mas “crimes”. Os atos seguiram as palavras. A perseguição a marinheiros e sargentos foi tão implacável que, confirmado o adágio de que a injustiça é um *boomerang*, dezenas deles responderam às truculências e injustiças sofridas colocando-se na linha de frente da “guerrilha urbana” desencadeada por uma parte da esquerda, quatro anos mais tarde.

Não resta dúvida, entretanto, de que, de imediato, as medidas de depuração e repressão no interior das Forças Armadas mostraram-se eficazes, na medida em que foram aplicadas de modo diferenciado segundo os escalões hierárquicos. O sorriso descontraído do general Assis Brasil ao desembarcar no aeroporto do Galeão após ter acompanhado Goulart a Montevidéu constitui, nesse sentido, um documento histórico extremamente significativo. O ex-chefe da Casa Militar do presidente deposto, cuja inércia durante o golpe facilitara decisivamente a ação da direita, conserva uma expressão soridente nas quatro fotografias que mostram sua prisão, efetuada, segundo as regras do Código Militar, por um general de divisão, ou seja, por um oficial de grau imediatamente superior ao seu (Assis Brasil era general de brigada). A reportagem informa que ele dormiu durante quase toda a viagem Montevidéu-Rio e que se contentou em declarar que “executava ordens”<sup>31</sup>.

Em sua esmagadora maioria, os oficiais superiores afastados das Forças Armadas em 1964 aceitaram a “aposentadoria remunerada” que o novo regime lhes oferecia. Nada de comparável ao destino trá-

<sup>31</sup> A reportagem sobre a prisão do general Assis Brasil se encontra em *O Cruzeiro* de 25 de abril de 1964.

gico dos generais Prats e Bachelet após o golpe de Estado de Pinochet, no Chile. A coesão do aparelho militar, e das Forças Armadas em geral, viu-se, portanto, reforçada por um processo de depuração bastante vasto para eliminar os conflitos ideológicos que a haviam dividido ao longo da República Liberal, mas suficientemente suave para neutralizar o revanchismo entre os oficiais punidos e não ferir o “esprit de corps” da massa dos oficiais, que teriam reagido desfavoravelmente (ou, pelo menos, experimentado um certo mal-estar) diante da degradação social de seus ex-companheiros de armas.

O conflito ideológico foi eliminado em benefício da doutrina ingenuamente auto-intitulada “da Sorbonne”, elaborada principalmente pelo general Golbery do Couto e Silva durante os anos 1950, sob a forma de conferências e ensaios publicados de 1952 a 1960 e reunidos, em 1967, no livro *Geopolítica do Brasil*. Ainda que se inscrevendo no quadro de uma reflexão coletiva, da qual participaram outros chefes militares, entre os quais os generais Castelo Branco e Lira Tavares, assim como numerosos intelectuais agrupados na Escola Superior de Guerra, os trabalhos do general (na época coronel) Golbery conferiram um estatuto teórico às idéias da direita pró-estadunidense sobre a defesa nacional.<sup>32</sup> Ao sistematizá-los, eles favoreceram sua difusão sob a forma de ensino ministrado nas academias militares, e isto no momento em que falhava a tentativa de integrar no ISEB os militares nacionalistas, já que essa instituição não sobreviveu ao governo Kubitscheck, que a havia criado.

<sup>32</sup> Há abundantes indicações bibliográficas sobre a doutrina da segurança nacional em M. Schooyans, *Destin du Brésil*. Gembloux, Duculot, 1973, pp. 42-45. Além do livro de Golbery, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1967, há a exposição de Francisco de Souza Brasil (“Segurança Nacional”, pp. 517-558 in *Brasil, Realidade e Desenvolvimento*, São Paulo, Sugestões Literárias, 1972, que exprime o ponto de vista oficial sobre a questão, tendo sido a obra publicada sob a responsabilidade da Escola Superior de Guerra.

O novo regime, portanto, já encontrou pronta a doutrina militar de que necessitava para redefinir o papel das Forças Armadas, chamadas a se transformar em “fator de poder” por excelência do sistema político oriundo do golpe de Estado de 31 de março de 1964. Os fundamentos “geopolíticos” da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) nos parecem de interesse secundário; às reflexões pessoais do general Golbery sobre a filosofia da história, correspondem, em textos posteriores (artigos, manuais didáticos, decretos e documentos oficiais, etc.) definições muito gerais do “poder nacional” e dos “objetivos nacionais” que remetem à noção-chave de “segurança nacional”, entendida como o “grau relativo de garantia que... um Estado está em condição de assegurar, numa época determinada, à Nação que tem sob sua jurisdição, com vistas a promover a obtenção e a salvaguarda de seus objetivos nacionais, apesar dos antagonismos ou pressões existentes ou virtuais”.<sup>33</sup> Os meios para atingir esses fins constituem o “poder nacional”; quanto aos fins mesmos, quer dizer, os “objetivos nacionais,” eles resultam “de uma interpretação dos interesses nacionais e das aspirações oriundas da integração desses interesses na consciência coletiva da Nação”.<sup>34</sup> Essa referência à “consciência coletiva” é pura cláusula de estilo: a própria Escola Superior de Guerra encarregou-se de interpretar os interesses e as aspirações nacionais. Cumpriu assim a fórmula famosa de Karl Marx: as idéias (portanto os interesses e aspirações) dominantes são as idéias das classes dominantes.

Esse procedimento apriorístico corresponde a uma escolha metodológica: como explicou um responsável da ESG, é próprio às doutrinas em geral e às doutrinas militares em particular, ser “fundamentais” (entenda-se apriorísticas), “definitivas” e “exclusivas”. Elas não são o

<sup>33</sup> F. de Souza Brasil, op. cit., pp. 519-521.

<sup>34</sup> Trata-se de uma definição oficial, citada por exemplo em praticamente todos os artigos reunidos no número especial da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* consagrado à “segurança nacional” (nº 21, julho de 1966).

resultado de um “processo indutivo”, mas de uma “reflexão dedutiva”<sup>35</sup>. Não é de admirar, portanto, que as noções básicas da doutrina militar remetam umas às outras numa contínua petição de princípio. O que se esconde, na verdade, atrás dessa metodologia escolástica é uma concepção tecnocrática da política que o general Meira Matos (editorialista de política exterior da *Revista do Clube Militar* no tempo da “Cruza- da Democrática” e comandante das forças de ocupação da OEA em São Domingos em 1965), num artigo sobre o “pensamento revolucionário brasileiro” publicado no *Jornal do Brasil* de 15 de novembro de 1964 explicitou bem, ao sublinhar a “inestimável contribuição” da ESG “à formulação de nossa política revolucionária” através “da determinação de objetivos nacionais”, “trabalho de pesquisa incansável”, precisou ele. Mas como a dedução tem primazia sobre a indução, ele acrescenta imediatamente que “os objetivos nacionais são a expressão legítima dos interesses e aspirações do povo brasileiro”.

A concepção tecnocrática da política está estreitamente ligada, na doutrina da ESG, à concepção política do papel das Forças Armadas. Nada o expressa melhor do que o desaparecimento da noção de defesa nacional em benefício da noção de segurança nacional. A primeira atribui aos militares uma tarefa específica, a “defesa da Pátria”, forma adotada por todas as Constituições brasileiras, desde a de 1934, e mantida tal qual na primeira Constituição promulgada pelo regime militar, a de 1967. A “Emenda Constitucional” de 1969 (na realidade uma nova Constituição) acrescentou a essa função consagrada, uma fórmula nova precisando que “as Forças Armadas” são “essenciais à execução da política de segurança nacional” (artigo 91). Dito de outro modo, a elas compete, enquanto função essencial, “promover a obtenção e a salvaguarda dos objetivos nacionais”. A burocracia militar se erigia, assim, em intérprete da vontade nacional.

<sup>35</sup> F. de Souza Brasil, *ibidem*, p.540.

## 7- Papel pretoriano ou papel hegemônico? Apologia e crítica do poder militar nos escritos de Oliveiros Ferreira

Devido à “incapacidade de as classes sociais se organizarem politicamente”, as Forças Armadas seriam, “nas condições particulares do desenvolvimento brasileiro”, o “único grupo capaz de exercer as funções de *partido* (sublinhado no original)”<sup>36</sup>. Não se poderia atribuir de modo mais claro um papel hegemônico à intervenção dos militares brasileiros em 1964. Mas essa tentativa de fundar nas “condições particulares do desenvolvimento brasileiro” a necessidade histórica da ditadura militar não é senão uma aplicação apologética da concepção funcionalista do “vazio institucional” a uma realidade social que se caracterizava mais pelo “excesso” do que pela “falta” de instituições políticas. É claro que, segundo Oliveiros Ferreira, essas instituições exprimiam apenas “a divisão artificial do país entre a “direita” e a “esquerda”, entre o privilégio antinacional e a demagogia totalitária a serviço da corrupção e dos desejos das potências estrangeiras”<sup>37</sup>. Seria preciso explicar que ao suprimir da cena política o Comando Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes, a AMFNB, a Frente de Mobilização Popular, os Centros Populares de Cultura, em síntese, todas as organizações que, bem ou mal, traduziam a participação crescente das camadas populares urbanas e rurais na vida sindical e política, as Forças Armadas rebaixaram brutalmente o “nível de institucionalização” da vida social brasileira?. Para se erigirem em “partido”, elas desorganizaram politicamente os trabalhadores.

O pressuposto teórico em que se apóia esta interpretação repousa no conceito funcionalista de “vácuo institucional”, que, sob formas

<sup>36</sup> Oliveiros Ferreira, “La geopolítica y el ejército brasileño”, in *Aportes* (12), abril de 1969, p.122.

<sup>37</sup> Oliveiros Ferreira, “Chamamento à Pátria”, in *As Forças Armadas e o desafio da Revolução*, op. cit., p.140.

diversas, está também presente nas interpretações de autores como Morris Janowitz, José Nun e Alfred Stepan. A falta das instituições aptas a dirigir politicamente a sociedade (os partidos) cria um vácuo que a organização militar é levada a preencher, exercendo, por substituição, a função de aparelho de hegemonia. Não é aqui o lugar para procedermos ao exame crítico dos pressupostos epistemológicos do funcionalismo. Notaremos apenas que, aplicado ao Brasil, o conceito de “vácuo institucional” leva a uma contra-verdade manifesta. Não foi, com efeito, para suprir uma ausência, mas para suprimir uma presença (a da frente popular que se gestava no Comando Geral dos Trabalhadores, na mobilização crescente dos camponeses, na Frente de Mobilização Popular, nos centros populares de cultura, na UNE etc.) que as Forças Armadas derrubaram o governo legítimo e implantaram a mais longa ditadura de nossa história. Para contestar os funcionalistas com seu próprio léxico, podemos concluir que o golpe de 1964 *rebaixou* o nível de institucionalização da sociedade brasileira ao destruir aquelas e outras organizações sindicais, políticas e culturais ligadas à causa do povo.

A destruição se estendeu, com o Ato Institucional nº2, de 27 de outubro de 1965, a todos os partidos políticos, inclusive os da direita. Foi, portanto, como na Argentina em 1966 e em 1976, na Bolívia em 1971, no Chile e no Uruguai em 1973 (para não sair do “cone sul” do continente), desorganizando a sociedade que as forças armadas brasileiras teriam assumido em 1964 a função de “organizá-la”. Na verdade, longe de preencherem um vazio, esvaziaram a “demasiada densidade” da mobilização social. Seu papel, nesse sentido, foi essencialmente burocrático. Quebraram as forças políticas que encarnavam o projeto de uma nova organização da sociedade e substituíram em toda parte a expressão multiforme dos conflitos de interesse no seio da sociedade civil pelos mecanismos uniformes da máquina de Estado.

Esse resultado incontestável da tomada de poder político pelo aparelho militar foi percebido de maneira oposta pelos dois principais

apologistas das Forças Armadas na literatura sociológica brasileira, Oliveiros Ferreira e Edmundo Campos Coelho. Para este, a história das Forças Armadas nada mais é que o processo pelo qual elas se emanciparam progressivamente da tutela da sociedade civil. Outrora, “as decisões sobre o destino da organização militar eram tomadas no quadro da sociedade civil, (no presente) as decisões sobre o destino da sociedade civil passaram a ser tomadas no interior das fronteiras da organização militar”<sup>38</sup>. Evolução positiva, já que permitiu que o Estado escapasse da “privatização” imposta pelas “facções políticas ou setores da sociedade constituídos em clientelas”<sup>39</sup>. De modo definitivo, “a construção do Estado” e “a institucionalização do papel do Exército” representavam “um só e mesmo empreendimento”<sup>40</sup>.

A perspectiva de Oliveiros Ferreira é inteiramente outra. Já em 1963, quando o destino do governo Goulart ainda não estava decidido e a conspiração militar para derrubá-lo começava apenas a articular-se, ele participou do lançamento da Frente Patriótica Civil-Militar através de um “Apelo ao Povo” datado de 14 de julho de 1963. Mesmo tendo fracassado, embora tivesse na cabeça o almirante Sílvio Heck, ex-ministro da Marinha e membro, a esse título, da junta militar que ocupou o poder em agosto-setembro de 1961, após a demissão de Jânio Quadros, o significado político dessa iniciativa, enquanto primeira tentativa, “na história do Brasil”, de “unir civis e militares numa mesma organização”<sup>41</sup>, merece ser considerado.

A vontade de unir civis e militares com vistas a restabelecer a autoridade e purificar a República exprimiria uma concepção “hegemô-

<sup>38</sup> Campos Coelho, *Em busca da identidade...*, op. cit., p. 162.

<sup>39</sup> ib., p. 168.

<sup>40</sup> ib., p. 170.

<sup>41</sup> O. Ferreira, ib. p. 138. Para que a afirmação fosse historicamente correta seria preciso acrescentar: na mesma organização *reacionária*. Os comunistas, desde os anos 20, vinham tentando, com êxito, unir civis e militares revolucionários numa mesma organização...

nica” da intervenção militar, em oposição a uma concepção puramente burocrática e repressiva<sup>42</sup>. Ela está ligada, no pensamento de Oliveira Ferreira, à idéia de que o Estado brasileiro desde sempre “impediu que a sociedade civil se organizasse”<sup>43</sup>. À primeira vista, estamos aqui nas antípodas da concepção de Campos Coelho: o mal não consiste na privatização do Estado, mas na estatização da sociedade. O ponto de partida dessas duas formas de apreciar é, no entanto, muito próximo: a crítica, implícita num caso, explícita no outro, do Estado dito populista. Mas enquanto Campos Coelho sublinha principalmente a manipulação das Forças Armadas por políticos que representam interesses privados, Oliveira Ferreira denuncia principalmente a manipulação dos sindicatos por políticos ligados ao aparelho administrativo do Estado. A crítica do imposto sindical (pago por todos os trabalhadores, sindicalizados ou não) constitui, com efeito, como bem viu Roberto Schwarz<sup>44</sup> o centro de sua reflexão sobre o “sistema”, entendemos, o “Estado populista”. Ao invés de serem financiados pelas cotizações voluntárias dos associados, os sindicatos obtêm seus recursos de fundos recolhidos pelo Estado. Não têm, portanto, nenhum interesse material em promover a participação das grandes massas de trabalhadores em suas atividades, tanto mais que, para um dado orçamento, a possibilidade de que um sindicato realize um trabalho de assistência (centros médicos, de lazer, etc.) é inversamente proporcional ao número de sócios. Em suma, o imposto sindical corrompe as direções sindicais, subordinando-as ao governo e desviando-as da ação na base em proveito de uma obra de “benfeitoria” dirigida a uma minoria de trabalhadores. Tal é, aos olhos de Oliveira Ferreira, o

<sup>42</sup> Cf. ib. p. 139.

<sup>43</sup> Oliveira Ferreira, *O fim do poder civil*. São Paulo, Convívio, 1966, p. 6-7.

<sup>44</sup> Roberto Schwarz e Ruy Fausto, “Sobre o raciocínio político de Oliveira S. Ferreira”. *Teoria e Prática* (1), 1967, pp. 99 e seguintes.

principal mecanismo por meio do qual o Estado impede a organização da sociedade civil.

Nos dois principais documentos da Frente Patriótica Civil-Militar, o “Apelo ao Povo” e os “Mandamentos da Lei do Povo”, bem como nos dois livros que Oliveiros Ferreira publicou após o golpe de Estado, a “abolição de todas as formas de intervenção do Estado nos sindicatos” aparece como uma condição essencial para o desbloqueio da sociedade civil<sup>45</sup>. As incoerências e contradições do pensamento político de Oliveiros Ferreira foram postas em evidência por Roberto Schwarz e Ruy Fausto<sup>46</sup>, que, no entanto, não criticam o caráter unilateral do “anti-populismo” de O. Ferreira, exclusivamente preocupado com a manipulação do imposto sindical. Ora, o chamado “populismo” não era apenas a instrumentalização da classe operária e das massas assalariadas urbanas em geral pelo trabalhismo varguista, mas a forma historicamente predominante da *mobilização* política dos trabalhadores. Sua evolução, a partir principalmente das grandes greves de 1953, foi no sentido da autonomia crescente do *movimento sindical* com relação ao dispositivo de controle dos sindicatos estabelecido por Vargas nos tempos do *Estado Novo* e conservado pela Constituição liberal de 1946.

À semelhança de Mussolini do período 1918-1922, Oliveiros utiliza uma linguagem revolucionária para defender uma política contrarrevolucionária. Sua desenvoltura verbal chega a ser pitoresca, cômica, como quando sustenta que os militares são “os proletários do sistema (político brasileiro)”. Reconhece honestamente, entretanto, que as tarefas que ele havia preconizado para as Forças Armadas, na qualidade de propagandista da Frente Patriótica Civil-Militar, contrastam

<sup>45</sup> Ela constitui o “sexto mandamento” da “Lei do Povo”: cf. *As Forças Armadas e o destino da Revolução*, op. cit., p. 143, bem como o Manifesto da Frente (ibidem, p. 139).

<sup>46</sup> R. Schwarz e Ruy Fausto, op.cit., pp. 98-112.

<sup>47</sup> O. Ferreira, *As Forças Armadas...,* op. cit., p. 53.

com o balanço que ele próprio fez da política do regime militar com relação aos sindicatos e à sociedade civil em geral.

No tocante aos sindicatos, a ação do regime foi essencialmente repressiva. Mais de 600 organizações sindicais foram postas “sob intervenção”, quer dizer, sob a autoridade de um funcionário nomeado pelo Ministério do Trabalho após a destituição da direção eleita<sup>48</sup>. A central CGT, bem como todas as organizações “paralelas” de coordenação horizontal, oriundas das lutas operárias de 1953, que romperam a compartimentação corporativista imposta pela legislação sindical em vigor, foram suprimidas. Mas o imposto sindical, “pedra angular do sistema”, “não foi abolido”, constata Oliveira Ferreira acusando a “Sorbonne” (ou seja, o grupo que rodeava o general Castelo Branco e sua “eminência parda”, o general Golbery do Couto e Silva) de “nada ter feito para consolidar seu ponto de sustentação... a Sociedade Civil”<sup>49</sup>.

Com efeito, a subordinação dos sindicatos não obedeceu apenas à preocupação política de eliminar as direções trabalhistas de esquerda, principalmente os comunistas. Ela constituiu a verdadeira pedra angular do programa de controle da inflação através do arrocho salarial posto em prática pelo governo Castelo Branco. Não vemos, nessas condições, como poderia ser encarada a abolição “de todas as formas de intervenção do Estado nos sindicatos” exigida pela Frente Patriótica. A não ser que entendamos: todas as formas *não-policiais*, porque o regime pelo qual lutaram O. Ferreira e consortes foi, de longe, o que mais brutalmente interferiu na atividade sindical, sempre, claro, no interesse do patronato.

Mas os postulados políticos de Oliveira Ferreira, em especial o que atribui vocação hegemônica às Forças Armadas brasileiras, na qua-

<sup>48</sup> Pedro Varela, “Situação dos trabalhadores” in *Revista Civilização Brasileira* (9-10), setembro-novembro de 1966, pp. 17-38.

<sup>49</sup> O. Ferreira, *O fim do poder civil*, op. cit., p. 57.

lidade de única organização capaz de desempenhar o papel de partido, não lhe permitiam examinar, para explicar a orientação repressiva e burocrática assumida pelo regime militar, a hipótese mais simples, a saber, que o golpe de Estado de 1964 teve caráter contrarrevolucionário. Em lugar, portanto, de associar o amordaçamento dos sindicatos (e das instituições políticas) à natureza "pretoriana" do novo poder, ele o deriva de um "ethos burocrático" que impedia os militares e principalmente seu ideólogo, mais importante, o general Golbery, de se desembaraçarem da desconfiança com relação às massas. Reconhece assim, pelo menos, a contradição entre a função hegemônica que gostaria de ver exercida pelas Forças Armadas e o burocratismo anti-popular que inspirava a visão do mundo dos doutrinadores da Escola Superior de Guerra (ESG), em particular do grupo conhecido pela ingenuamente provinciana designação de "Sorbonne", ao qual pertencia o primeiro general-presidente da ditadura, Castelo Branco.

Em última análise, segundo ele, a explicação da incapacidade do regime de conquistar bases populares decorreria da invencível desconfiança dos chefes militares ("sorbonnards" de periferia) em relação às massas, decorrente, por sua vez, da formação intelectual do general Golbery, fortemente influenciada pela leitura de Hobbes<sup>50</sup>. Essa influência é inegável e se manifesta, com efeito, não apenas nos escritos do general Golbery (que a reivindica explicitamente), mas no conjunto da doutrina da Escola Superior de Guerra, como mostrou Mi-

<sup>50</sup> O. Ferreira, "La geopolítica y el ejército brasileño", op. cit., pp. 117-120. O autor constata que para o general Golbery "o povo... não é o sujeito da história da nação... é apenas o objeto da ação estatal". Esse "desprezo jurado pelo povo" corresponde, segundo ele, tanto ao "ethos burocrático" do oficial, para o qual "o recruta (é) um simples objeto das decisões na rotina das casernas ou nos campos de batalha", quanto ao caráter "igualmente aristocrático, igualmente anti-popular" do "liberalismo brasileiro", tal como o concebia o grupo dito "da Sorbonne", do qual o general Golbery foi o principal teórico (ib., pp. 129-130).

chel Schooyans<sup>51</sup>. Ela não é, no entanto, nem a única nem a principal referência ideológica da concepção brasileira de “segurança nacional”. O que caracteriza sua elaboração através dos escritos do general Golbery não é o culto abstrato do Estado, mas a preocupação, mais banal, com a “ameaça comunista”.

Schooyans reuniu inúmeros textos do general Golbery e da Escola Superior de Guerra sustentando uma concepção “integrada e totalitária” do poder<sup>52</sup>. Mas abstrai o contexto político no qual eles foram elaborados, e particularmente o fato de que o postulado de base da doutrina do general Golbery, a saber, a irreversível vinculação do Brasil ao campo ocidental e cristão, se ajustaria muito mal, pelo menos no plano das declarações de princípios, a qualquer aproximação com o fascismo ou o totalitarismo de direita em geral. A liberdade democrática, escreveu em 1958 o general Golbery, “é um valor inestimável para a civilização do Ocidente, e renegá-la frente ao agressor totalitário, seria, no fundo, confessar-se vencido ‘a priori’”<sup>53</sup>.

O “ethos burocrático” do grupo militar que assumiu a direção do país em 1964 explica-se, portanto, no plano ideológico, pela impossibilidade de combater o comunismo e seu “cavalo de Tróia”, o populismo varguista, em seu próprio terreno, o da luta de massas. A idéia de uma direita nacional e popular que denuncie ao mesmo tempo os “privilegios” e os “exploradores da classe operária, dos trabalhadores rurais e dos mais puros sentimentos da juventude brasileira”, tal como ela foi lançada por ocasião da preparação do golpe de Estado pela Frente Patriótica Civil-Militar<sup>54</sup> cedeu lugar à concepção mais “razoável” de um governo militar ditatorial quanto aos métodos, mas respeitoso da forma jurídico-constitucional do poder de Estado “ocidental e

<sup>51</sup> Michel Schooyans, *Destin du Brésil*, op. cit., pp. 68-70, 76.

<sup>52</sup> Schooyans, ib., pp. 70-71.

<sup>53</sup> Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, op. cit., p.244.

<sup>54</sup> Cf. Oliveiros Ferreira, *As Forças Armadas...*, pp. 140-141.

cristão". A base política de tal governo só poderia ser a direita clássica, liberal e conservadora.

Contrariamente, portanto, ao fascismo histórico (da forma como ele se desenvolveu na Europa entre 1920 e 1945) a doutrina militar do general Golbery não se apresentava como uma alternativa ao liberalismo. O general Castelo Branco, de quem ele foi conselheiro e que o encarregou de organizar o Serviço Nacional de Informações (SNI), também havia notado num manuscrito que permaneceu inédito até sua morte que o poder que vem de uma revolução vitoriosa também é legítimo, desde que, em prazos que excluam a usurpação, garanta sua continuidade pela legitimidade dos votos<sup>55</sup>.

Quando se apela a dois fundamentos heterogêneos da legitimidade, supõe-se que um confirme o outro, que o eleitor votará pela "revolução". Mas se eles entrarem em contradição, a "revolução" deverá inclinar-se diante do voto adverso ou erigir-se em fonte exclusiva do poder. Portanto, toda a evolução institucional do regime instaurado no Brasil em 1964 será marcada por um esforço constante para escapar dessa alternativa. Contestada pelo voto, a "revolução" tentará corrigi-lo, primeiramente remanejando o sistema de partidos, outorgando depois duas novas Constituições e instaurando, por fim, através do Ato Institucional nº 5, a ditadura aberta.

Se a natureza globalmente contra-revolucionária do golpe desfechado a 31 de março de 1964 é evidente, o significado político do regime militar então instaurado não apresenta a mesma transparência. Na interpretação de José Nun, constituiu mais um "golpe hegemônico" da classe média, que, alarmada com a mobilização crescente das forças operárias e camponesas, passou com armas e bagagens para o campo contra-revolucionário, formando com as oligarquias agrárias e

<sup>55</sup> Cf. *Veja*, nº 187, de 5 de abril de 1972, onde se publicou uma série de extratos dos arquivos do general Castelo Branco.

a extrema-direita uma aliança reacionária na qual os militares golpistas funcionaram como ponta-de-lança e como núcleo hegemonic<sup>56</sup>. Por operar com um conceito de hegemonia mais denso e fiel ao significado que lhe atribuiu Gramsci do que aquele de que se serve José Nun (que o entende num sentido estreitamente *instrumental*), Oliveira discerne um problema ali onde Nun vira uma solução. Para este, o golpe de 1964 foi hegemonic porque as Forças Armadas serviram de *instrumento* à classe média. Para aquele, não o foi, porque a função hegemonic, isto é, a função de *partido dirigente*, constitui uma *mediação institucionalizada* entre a sociedade e o Estado e supõe, portanto, que desta instituição participem forças sociais organizadas para dirigir o Estado. Aquilo que Nun chama de “golpe hegemonic” não passou, portanto, de uma solução golpista para resolver, por meios burocráticos e coercitivos, a crise de hegemonia (isto é, de direção política) da sociedade. Foi este o significado histórico da ditadura militar no Brasil, como das demais ditaduras militares reacionárias do Cone Sul e, em geral, da América Latina. Não por acaso, foram as ditaduras “nasseristas” do general Velasco Alvarado no Peru e do general Omar Torrijos no Panamá que, por promoverem reformas sociais e adotarem medidas anti-imperialistas de defesa da soberania nacional, puderam assumir vocação hegemonic, mobilizando a população em torno do “partido militar”. Nenhuma dessas duas experiências, no entanto, resistiu ao desaparecimento dos dois chefes militares que as dirigiram. Aos olhos da História,

<sup>56</sup> O texto de José Nun, embora contestável em muitas de suas apreciações, constitui uma das mais brilhantes sínteses históricas sobre as funções políticas das Forças Armadas que conhecemos. Publicado inicialmente em *Desarrollo Económico* (22-23) de julho-dezembro 1966 sob o título “America Latina: la crisis hegemonic y el golpe militar”, foi traduzido, com ablação de boa parte das notas, para o francês (*Sociologie du Travail*, julho-setembro 1967) e para o inglês (publicado, com o título truncado de “The middle-class military coup” in Veliz, *The politics of conformity in Latin America*, 1967).

portanto, elas aparecem mais como ditaduras progressistas do que como exercício, pelo aparelho militar, da função de partido hegemonicó.

Se a “revolução”, tal como a desejou o grupo militar que assumiu o poder no início de abril de 1964, foi não-popular no sentido em que Oliveira Ferreira fala de um “ethos burocrático”, isto é, de uma desconfiança com relação à mobilização das massas, ela só se tornou profundamente impopular devido à política que pôs em prática. Quando um regime discricionário toma o poder, a coerção que exerce sobre os aparelhos de hegemonia adversos (partidos, sindicatos, associações culturais), suprimindo qualquer possibilidade de contestação aberta, sistemática e regular da ordem estabelecida, favorece o controle da opinião pública, mesmo na ausência de um enquadramento totalitário das massas. Sem dúvida, o sucesso das “lavagens cerebrais” na escala da sociedade é muito mais problemático do que temia George Orwell em seu *1984*. Elas pressupõem que a coerção e a propaganda, a violência e a hegemonia se reforcem reciprocamente como foi o caso na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. Nenhum dos regimes militares contra-revolucionários latino-americanos teve os meios (supondo-se que tenha tido a vontade) de aplicar essa receita totalitária. Tiveram de se contentar com a supressão da oposição radical e a neutralização da oposição moderada, substituindo a vontade fascista de enquadramento totalitário das massas pela vontade burocrática de despolitização da vida social.

Não se pode entretanto sustentar que esses regimes sejam “pura mente” repressivos. Já no plano dos conceitos, a idéia de um poder puramente coercitivo é uma abstração tanto quanto a de uma direção política que não disponha de nenhum meio de constrangimento. Mas principalmente a situação de crise nacional que precipitou a contra-revolução no Brasil dava crédito à idéia de que só um “governo forte” poderia solucionar problemas graves e urgentes como a inflação galopante.

pante, o caos monetário e financeiro, a fuga de investimentos, a estagnação da produção, a desordem administrativa, etc. Daí a possibilidade, para o novo regime de atribuir-se uma “legitimidade dinâmica” através de uma boa performance governamental. Mas pretendendo substituir a ação política enquanto expressão de interesses e pontos de vista conflituosos sobre a sociedade pela gestão tecnocrática de uma economia em crise, ele aplicou, com mão de ferro, a política reclamada pela direita.



Revista *Debate*, nº 25, abril de 1977.

## Capítulo IV

### Peru: da esperança ao retrocesso

#### 1. Um golpe militar de esquerda<sup>1</sup>

Diante de um fato que contradiz idéias pré-concebidas, há sempre duas possibilidades: ou reexaminar estas idéias à luz dos fatos, ou esforçar-se – com maior ou menor talento – para mostrar que as velhas idéias permanecem totalmente válidas e apenas “aparentemente” foram desmentidas pelo processo histórico. O golpe de Estado militar de 3 de outubro de 1968, no Peru, constituiu e constitui uma dessas experiências que deixam confusos os espíritos dogmáticos. Em menos de um ano no poder, os militares peruanos realizaram uma boa parte do “programa mínimo” das organizações revolucionárias do país: a nacionalização do petróleo e a reforma agrária democrática. Podemos discutir o alcance real dessas medidas e nos preocupar por não terem sido acompanhadas de mobilização popular. Não podemos entretanto negar seu conteúdo progressista e anti-imperialista como tentam fazê-lo grupúsculos sectários a propósito da nacionalização da I.P.C. (International Petroleum Company, filial da Standard Oil).

Os fatos são os seguintes: o grupo Rockefeller (proprietário da I.P.C.) não tinha pagado durante vários decênios os impostos devidos ao Estado peruano, e, além disso, havia remetido lucros ultrapassando

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em *Afrique-Asie*, Paris, nº 8, de 10 a 23 de julho de 1972, sob o título “Qui sont donc ces militaires?” e o pseudônimo de Fernando Moraes. Indicamos o título original em francês sempre que ele tiver sido modificado na presente versão.

em muito o teto fixado pela lei peruana. Calculou-se que a I.P.C. devia ao Estado peruano a soma de 690 milhões de dólares, correspondentes ao valor dos impostos não-pagos e das remessas de lucros ilegais. Dois meses antes do golpe de Estado nacionalista de outubro de 1968, Belaunde Terry, que era então presidente da República, fez um acordo com a I.P.C. pelo qual, mediante compensações ridículas, a dívida da companhia foi perdoada. Este acordo foi a causa direta do golpe de Estado dos militares nacionalistas, que se recusaram a aceitar uma capitulação vergonhosa diante do grande capital imperialista.

Assumindo o poder, o general Velasco Alvarado denunciou imediatamente o acordo espúrio e expropriou a I.P.C. Juridicamente, os fatos se apresentaram de uma maneira um pouco mais complicada: com efeito, tendo as instalações da I.P.C. sido avaliadas em aproximadamente 154 milhões de dólares, o verdadeiro problema era saber quem pagaria a diferença, isto é, a soma de 536 milhões de dólares que constituíam o excedente da dívida da I.P.C. para com o Estado peruano após dedução do valor de suas instalações.

Obviamente, a I.P.C. negava a existência da dívida e queria ser reembolsada dos 154 milhões de dólares. O governo peruano, por sua vez, queria receber os impostos devidos há 50 anos: não se considerava devedor e sim credor. Tanto mais que a pilhagem do petróleo pelos monopólios estrangeiros começara em 1890, quando a companhia britânica London and Pacific Petroleum comprou as concessões petrolíferas de Brea y Parinas e, já em 1911, foi revelado após uma investigação efetuada pelo governo peruano de então que a companhia inglesa havia declarado mentirosamente ao fisco que a área das concessões não ultrapassava 40 quilômetros quadrados, quando em realidade atingia 1.644. Em lugar portanto de pagar 300 sóis de imposto por ano, a companhia deveria pagar 1.248.420. A pressão inglesa e norte-americana (a London and Pacific era uma filial da Standard Oil) falou

mais forte que as pretensões manifestamente legítimas do governo peruano e a pilhagem prosseguiu por intermédio da I.P.C. até 1968.

Tal era a situação herdada pelo general Velasco Alvarado. Alguns grupos de "ultra-esquerda" argumentaram que ele se contentara em expropriar o complexo petrolífero de Talara e as concessões de Brea y Parinas sem, contudo, conseguir o reembolso da soma de 536 milhões de dólares correspondentes à pilhagem imperialista. Na realidade, a alternativa era a seguinte: ser conivente como Belaunde Terry, que "esqueceu" a dívida da I.P.C. permitindo que continuasse a pilhagem do país, ou então expropriar suas instalações no Peru. Adotando a segunda atitude, o governo peruano fez o máximo que podia fazer para acabar com essa verdadeira "vergonha nacional" que constituía o acordo firmado entre Belaunde Terry e a I.P.C. Quanto a recuperar todas as somas pilhadas pelo imperialismo, só mesmo fazendo andar para trás a roda da História...

Críticas semelhantes foram feitas a propósito da reforma agrária de 1969. Sabe-se quanto era dramática a situação do campesinato peruano, do qual boa parte era não apenas explorado como força de trabalho, mas igualmente oprimido enquanto nação. Falando quechua, e freqüentemente compreendendo com dificuldade o espanhol, massas de milhões de camponeses, reduzidos a uma situação de servidão após a chegada dos colonizadores no século XVI, manifestaram, no período mais recente, uma notável capacidade de luta cujo episódio mais importante foi a organização dos sindicatos de camponeses por Hugo Blanco, no início dos anos 60.

A reação das classes dominantes a esse avanço das lutas populares no campo não poderia ter sido mais truculenta: os sindicatos revolucionários, embora não apresentassem caráter insurrecional, foram destruídos e seus principais dirigentes encarcerados. Alguns anos depois, particularmente em 1965-1966, tiveram lugar as experiências dos

focos guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (E.L.N.) e do Movimento de Esquerda Revolucionária (M.I.R.). A reação foi ainda mais fulminante: segundo um especialista nas questões militares do Peru (o major Villanueva, que deixou o exército peruano e tornou-se um dos melhores historiadores marxistas de seu país), para aniquilar os focos guerrilheiros “os meios de destruição mais terríveis, com exceção da bomba atômica, foram empregados. Os bombardeios com napalm não atingiram apenas regiões onde havia operações militares, mas... todas as regiões onde se podia supor a existência de campões suscetíveis de apoiar as guerrilhas”.

Os militares peruanos também aplicaram o método dos campos de concentração, tal como os imperialistas norte-americanos no Vietnã do Sul (batizando-os de “aldeias estratégicas”). Segundo uma publicação clandestina citada por Villanueva, o balanço da repressão antiguerilha compreendia 3.600 camponeses aprisionados, 14.000 hectares de terra cultivada incendiados, o deslocamento forçado de 19.000 camponeses, 8.000 camponeses e 56 militares mortos. O E.L.N. e o M.I.R. foram aniquilados. (O M.I.R. reorganizou-se e hoje constitui, depois do Partido Comunista Peruano, a organização marxista mais importante do Peru).

Pode-se portanto compreender o ceticismo dos militantes revolucionários, sobretudo dos que acompanharam a dura experiência de 1965-1966, diante do projeto de reforma agrária do governo militar. Pois, se é historicamente falso dizer que os principais responsáveis pela carnificina dos camponeses revolucionários figuram hoje na chefe do governo nacionalista, seria igualmente falso – e ingênuo – acreditar que o atual grupo dirigente do país tenha sido totalmente inocente no massacre. As forças armadas foram unânimes, em 1965, ao exigir do governo Belaunde Terry total liberdade de ação para derrotar a guerrilha. Mas para a consciência dos militares patriotas foi alto o custo moral do “trabalho sujo” de repressão das lutas sindicais e revo-

lucionárias de seus compatriotas. Afinal, eles estavam combatendo aquela mesma oligarquia que o general Velasco Alvarado iria expropriar. Evidentemente, há apenas uma resposta a essa questão: o Exército, acreditando representar os interesses da nação peruana, não podia tolerar uma revolução social dirigida por formações políticas de ideologia proletária, dispostas a destruir o aparelho de Estado burguês e consequentemente as próprias forças armadas. O mais importante, entretanto, é que hoje nenhum observador sério nega a realidade e o alcance da reforma agrária realizada pelo regime nacional-militar. Os críticos se limitam a insistir em que ela não abole as relações capitalistas de produção e as indenizações concedidas aos latifundiários expropriados transformaram-nos em capitalistas. Mas esquecem que a propriedade da terra foi transferida dos latifundiários aos que nela trabalham.

Aqueles que, não obstante, falam ainda de “caricatura de revolução” no Peru, ou estão confundidos ou querem confundir os outros. É óbvio que no sentido profundo e rigoroso do termo, a auto-intitulada “Revolução das Forças Armadas” pode ser definida tão somente como uma revolução nacional-democrática conduzida pelo alto. Mas não como uma caricatura. As mudanças que introduziu são reais, embora limitadas. Os limites são claros. As grandes massas da população permanecem a reboque dos acontecimentos e não dispõem de organizações independentes capazes de assumir a curto prazo a direção da sociedade. O sistema econômico, malgrado o fortalecimento considerável do setor público e o estabelecimento, em larga escala, de cooperativas agrícolas que em princípio deveriam ser geridas pelos trabalhadores, é um sistema no qual as relações capitalistas de produção permanecem dominantes. A luta de classe entre o proletariado e a burguesia prosseguirá portanto inevitavelmente, mas sobre uma base material e social incomparavelmente mais avançada do que era no Peru de antes de 1968. O que confirma o caráter historicamente progressista do regime,

que cumpriu tarefas democráticas e nacionais da revolução, embora limitando o alcance dessas transformações até o ponto em que permanecem compatíveis com o modo capitalista de produção.

Em livro publicado em 1962 em Lima, o major Villanueva, a quem já nos referimos acima, escreveu estas palavras proféticas: “A revolução social poderá ser realizada pelo Exército [o qual] imporá uma ditadura de conteúdo revolucionário, de transformação social e econômica. Certamente, isso de modo algum aconteceu em outros lugares e a História não nos indica nenhum precedente, mas isso não nos deve fazer descartar essa eventualidade”<sup>2</sup>. Tais previsões baseavam-se essencialmente em dois fatores:

(a)- Durante os anos 50, um grupo de oficiais nacionalistas tinha organizado um Centro de Altos Estudos Militares (CAEM) cujas posições políticas eram bastante avançadas. Em uma declaração de princípios o CAEM sublinhava entre outras coisas que “as forças armadas têm a missão de zelar pelo bem-estar social” e que a defesa nacional consiste essencialmente na “busca do bem-estar que a nação reclama”.

(b)- A atitude dos militares em 1962-1963, quando, na seqüência das eleições presidenciais de 1962 (nas quais nenhum dos três candidatos tinha obtido o terço dos sufrágios necessário para ser proclamado presidente) e diante das manobras da reação – que preparara a eleição, pelo Parlamento, do antigo ditador Odria, o homem dos latifundiários e da corrupção política – um golpe de Estado estabeleceu uma junta militar de governo, que organizou novas eleições, cujo vencedor foi o dirigente reformista Belaunde Terry. Durante o ano em que os militares permaneceram no poder (julho de 1962 – julho de 1963), embora não tenham tomado nenhuma das decisões fundamentais que iriam adotar a partir de 1968, agiram apesar de tudo de maneira muito diferente daquela das ditaduras militares tradicionais da

<sup>2</sup> *El militarismo en Peru*, pp. 180-181.

América Latina. Por exemplo, em lugar de ir pedir fundos ao governo norte-americano, dirigiram-se à C.E.P.A.L. (Comitê Econômico das Nações Unidas para a América Latina) com vistas a uma ajuda técnica. Elaboraram também uma lei de reforma agrária enquanto reprimiam o movimento camponês (atitude típica de um regime militar que já compreendeu a necessidade de reformas profundas mas não se libertou do temor da iniciativa das massas). Entretanto, no conjunto, permaneceram no nível dos projetos, não tornando a resolução de nacionalizar as jazidas de Brea y Parinas. Definitivamente, um balanço magro que não deixava prever – salvo por um observador lúcido e bem informado como aquele que citamos – que algo novo estava ocorrendo no Exército peruano. Em 28 de julho de 1963, fiéis a sua promessa de transferir o poder ao presidente escolhido nas novas eleições que haviam provocado, os militares deixaram o poder.

A capitulação de Belaunde Terry, incapaz de realizar as reformas que havia preconizado, sem dúvida reforçaram a convicção dos militares ligados ao CAEM de que era preciso intervir diretamente, por um bom tempo, na vida política nacional. É importante notar que a formação de “grupos de pressão” nacionalistas no interior das forças armadas não foi, nessa época, um fenômeno específico do Peru. No Brasil, por exemplo, os oficiais nacionalistas exercearam um papel importante na luta pelo monopólio estatal do petróleo e pela não participação do Brasil na agressão imperialista contra a Coréia. Uma instituição análoga ao CAEM peruano, o I.S.E.B. (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) exerceu durante alguns anos (sobretudo no fim dos anos 50) o papel de centro de elaboração de uma ideologia nacional-democrática, agrupando intelectuais progressistas, militares nacionalistas e um punhado de capitalistas nacionais. A especificidade do nacionalismo militar no Peru está em que logrou assegurar o controle do aparelho militar, enquanto no Brasil (como na Argentina) os oficiais nacionalistas foram reduzidos ao silêncio (no caso do Brasil, com

o golpe de Estado reacionário de 31 de março de 1964, milhares de militares nacionalistas foram expulsos das Forças Armadas).

Seria falso dizer que as forças armadas peruanas são no momento atual uma espécie de “partido político da burguesia”, um partido fardado. Na medida em que as reformas foram postas em prática e em que, consequentemente, a relação de forças no seio da sociedade mudou em proveito das massas trabalhadoras da cidade e do campo (sobretudo do campo), uma diferenciação entre os interesses da burguesia e os da massa do campesinato e dos trabalhadores urbanos da cidade se produz infalivelmente e não cessará de se desenvolver. O Exército não poderia permanecer acima desse processo. Ele evolui no sentido popular, como o testemunha a furiosa campanha de imprensa que se faz em todos os jornais pró-imperialistas da América do Sul, e particularmente do Brasil. O governo peruano foi “condenado por toda a imprensa livre”, “informa” *O Estado de S. Paulo* de 7/3/1970. A grande burguesia não se engana: não somente o regime nacional-militar peruano constitui uma brecha importante no sistema de dominação do imperialismo estadunidense na América do Sul, mas seu caráter popular se afirma à medida que vai enfrentando, no interior do país, a reação burguesa e pró-imperialista.

Ainda é cedo para saber até que ponto evoluirá o regime peruano. Tendo realizado a maior parte das tarefas burguesas da revolução, será levado inelutavelmente a se definir na prática a propósito das tarefas socialistas. Será portanto forçado a dar um conteúdo positivo à “via não capitalista”. Enquanto isso, é preciso seguir de perto os acontecimentos e evitar previsões demasiado categóricas, como aquela de Hugo Blanco que declarara ainda na prisão ao jornalista Marcel Niedergang (*Le Monde*, 29/01/1970): “Não digo talvez... Estou categoricamente seguro de que não me beneficiaria de uma eventual anistia. Aliás, esta campanha pela anistia é apenas uma manobra destinada

a frear o movimento de contestação popular". Todavia, no fim do mesmo ano, todos os prisioneiros políticos foram libertados e um dos beneficiários dessa medida foi o próprio Hugo Blanco, que não a recusou... Meses depois, sem medo de ser desmentido, o general Velasco Alvarado declarava em entrevista à revista *Veja* de 14/04/1971 que "Hugo Blanco foi liberado há muito tempo e hoje apoia o governo... Bastou começar a reforma agrária, em lugar de se contentar em falar e a defender a dignidade e independência do país, em lugar de se inclinar diante dos imperativos do estrangeiro, para que desaparecesse o problema das guerrilhas". A única oposição interna a seu governo, acrescentou o general, "vem da oligarquia".

## 2. Alcance e riscos das reformas<sup>3</sup>

Há seis anos, uma experiência econômica original está em curso no Peru. Algumas de suas orientações fundamentais são conhecidas. Elas bastam para conferir ao regime militar dirigido por Velasco Alvarado uma fisionomia progressista: recuperação das riquezas nacionais, reforma agrária, plano de industrialização, política estrangeira independente e orientada para a cooperação com os povos do terceiro mundo e particularmente com os povos vizinhos da América do Sul, formação de um setor público poderoso o bastante para servir de base a uma séria tentativa de planificação, etc.

Mas outros aspectos dessa política econômica levantam muitas questões. Quais são o alcance e a eficácia real das grandes reformas empreendidas? O que se deve pensar da pretensão, muitas vezes repetida, de encontrar para o país uma via original, distinta do capitalismo e do comunismo? Não estariamos face a uma nova forma da bastante

---

<sup>3</sup>Publicado originalmente em *L'Économiste du Tiers Monde*, Paris, nº5, agosto-outubro 1974.

velha e sempre ilusória “terceira via”? De outra parte, dado que o Peru continua a aceitar capitais estrangeiros em sua economia, pode-se estar seguro de que ele efetivamente rompeu seus laços de dependência com respeito ao imperialismo? Tentar responder a estas questões implica num esforço para apreender, para além de julgamentos precipitados, a viva complexidade de um processo de reformas sociais audaciosas das quais se pode até discutir o alcance histórico global mas que convém começar por conhecer.

A situação em que se encontrava o Peru quando da chegada ao poder do governo militar lembrava, no essencial, a grande maioria dos países latino-americanos: começo de industrialização em um país ainda agrário (50% de população rural em 1965), dívida externa em contínuo crescimento face a débeis excedentes na balança comercial, baixíssimo nível de vida para a grande maioria da população e presença, simultaneamente insolente e predatória, dos monopólios estrangeiros, sobretudo norte-americanos, nas minas, na agricultura de exportação, na indústria, em resumo, em todos os lugares onde havia lucros a arrebatar.

Desde o início, o governo militar enfrentou dois desses problemas: a dominação imperialista e a questão agrária. Estendeu em seguida sua ação aos outros domínios da vida econômica e social do país, e chegou, em larga medida, a definir uma orientação coerente da transformação da sociedade peruana. Entre as medidas já adotadas e aplicadas, a reforma agrária é de longe a mais importante. Mudou simultaneamente a estrutura do sistema econômico peruano e as condições de existência e de trabalho de milhões de camponeses, para não falar de seus efeitos indiretos sobre a sociedade como um todo. É sobre a base dessa experiência que tentaremos fazer uma avaliação de conjunto das conquistas da revolução peruana. Com o México e a Bolívia, o Peru é um dos raros países da América onde a população indígena não foi aniquilada pelos colonos europeus. Submetida a um regime de servidão em proveito dos grandes *haciendados*, essa popula-

ção guardou, particularmente na região da cordilheira dos Andes (a “*sierra*”), sua identidade cultural, inclusive lingüística: o quechua prima sobre o espanhol oficial.

Mas, se a servidão tinha desaparecido enquanto instituição jurídica no Peru independente, a exploração dos camponeses indígenas por uma pequena oligarquia de grandes proprietários de terra permaneceria integralmente. Ela condenava os camponeses seja a trabalhar nos latifúndios – como meeiros ou assalariados – em uma terrível miséria, seja a se encolher, como camponeses independentes, em minúsculas parcelas de dois hectares e meio, nas quais as condições de existência não eram de modo algum superiores àquelas que eles conheceriam nas terras dos latifundiários.

O crescimento demográfico, que atingiu uma taxa anual de 3% durante os anos 50, agravou a situação. Suscitou lutas camponesas cada vez mais intensas no início dos anos 60 (os sindicatos rurais organizados por Hugo Blanco, depois os focos guerrilheiros de De la Puente, Lobaton e outros, esmagados em 1966) mas principalmente a emigração maciça para os centros urbanos, nas tristemente célebres *barriadas* de Lima e do porto de Callao, imensas favelas agrupando, em 1962, quase um milhão de pessoas, praticamente todas desempregadas.

O insucesso das guerrilhas assim como do sindicalismo revolucionário de Hugo Blanco, duramente reprimidos, tiveram pelo menos o efeito de abrir os olhos dos elementos mais lúcidos da burguesia peruana: uma tentativa de reforma agrária sob o governo Belaunde Terry conseguiu entretanto apenas legalizar a situação de fato criada pelas numerosas ocupações de terra. Os camponeses contemplados foram reconhecidos, sob algumas condições, como proprietários, particularmente nas regiões superpovoadas da “*sierra*”. Mas apenas os grandes proprietários absenteistas e as terras pertencentes às concessões mineiras foram tocadas. Paliativo mínimo, dada a amplitude do problema, e sobretudo, levando em conta que o setor mais avançado

da agricultura, as modernas plantações de cana de açúcar e de algodão situadas ao longo da costa, permaneceram intocáveis.

Quando os militares, chegando ao poder em outubro de 1968, após terem derrubado Belaunde Terry, começaram a evocar o problema da reforma agrária, chocaram-se com um compreensível ceticismo. Todavia, a lei de reforma agrária de 24 de junho de 1969 era extraordinariamente avançada: ela compreendia o conjunto dos latifúndios e não somente os menos interessantes economicamente. Seu primeiro artigo estipulava: "A reforma agrária é um instrumento de transformação da estrutura agrária do país, destinado a substituir os regimes de latifúndio e minifúndio por um sistema justo de propriedade, manejo e exploração da terra..."

A abolição simultânea dos latifúndios e dos minifúndios é um elemento essencial da reforma agrária peruana. Conhece-se o argumento segundo o qual a simples fragmentação da propriedade fundiária não assegura aos camponeses que dela se beneficiam uma melhoria sensível de sua produtividade e pode mesmo ter efeitos regressivos, sobretudo onde a exploração agrícola está tecnicamente desenvolvida. Que esse argumento tenha sido utilizado quase sempre pelos adversários da reforma agrária não lhe retira uma indubitável parte de verdade. Se de um lado, uma reforma agrária só é progressista se implica numa mudança radical do regime de propriedade da terra, se expropria os grandes proprietários em proveito dos pequenos e dos camponeses sem terra, é preciso ainda que os camponeses que acedem à propriedade disponham dos meios de valorizar a terra, sem o que sua sorte material poderá melhorar um pouco (pois a sorte de um camponês em sua minúscula propriedade é melhor que a de um camponês sem terra), mas o desenvolvimento econômico e social do mundo rural permanecerá bloqueado. É preciso portanto que a expropriação dos latifúndios não se reduza à mera fragmentação da propriedade

fundiária: é preciso que instaure “um sistema justo de propriedade, manejo e exploração da terra”, como diz a lei agrária peruana.

Essa linha foi respeitada. A expropriação dos grandes proprietários foi ampla mas adaptou-se às características naturais e técnicas de cada região e de cada setor agrícola. Nas plantações férteis e modernas da costa (das quais uma boa parte pertencia a grupos estrangeiros, particularmente norte-americanos), a reforma compreendeu todas as propriedades que ultrapassavam 150 hectares de terras irrigadas ou 300 hectares de terras não irrigadas. Onde condições excepcionais de produtividade e vantagens sociais excepcionais concedidas aos trabalhadores estavam reunidas, esses limites foram elevados a 200 e 400 hectares. Mas em lugar de fragmentar essas importantes unidades de produção, criaram-se, sempre que possível, cooperativas de produção autogeridas.

O primeiro dos grandes defeitos da maior parte das reformas agrárias propostas na América Latina é que elas jamais foram aplicadas, ou sua aplicação assemelha-se ao projeto como a caricatura ao original. Cinco anos após a promulgação da lei de reforma agrária peruana, constatou-se que ela já tinha sido aplicada em quase 100%. Na “serra” e em geral onde a partilha da terra em parcelas individuais era a única solução economicamente viável, a reforma procurou preservar o espírito comunitário da aldeia camponesa fazendo os trabalhadores sentir, sem pressão administrativa, as vantagens da cooperação, tanto no nível da produção (utilização coletiva de máquinas agrícolas, etc.), quanto no da comercialização: vendas cooperativas protegendo o pequeno produtor da rapina dos grandes comerciantes.

Na costa, predominava uma agricultura capitalista relativamente desenvolvida, e em todo caso altamente concentrada. Imediatamente após a promulgação da lei de reforma agrária, doze grandes plantações de cana de açúcar, representando aproximadamente 90% da produção nacional, e constituindo em realidade imensos complexos

agro-industriais empregando milhares de trabalhadores, foram expropriadas e transformadas em cooperativas de trabalhadores. Nesse caso, o problema não era, como nas comunidades pobres da "sierra", evitar que a experiência fracassasse por falta de recursos financeiros e técnicos. Ao contrário, tratava-se de impedir que as cooperativas de autogestão engendrassem uma aristocracia camponesa que tirasse proveito de suas condições superiores de produtividade para dominar o mercado e deturpar o sentido da reforma.

Dar aos trabalhadores a terra e os instrumentos de produção deixando subsistir um médio e pequeno capitalismo agrário já era um enorme progresso em relação à situação anterior. Mas em que isso conduziria à ultrapassagem do capitalismo e da lógica do lucro? Qual controle poderia exercer o Estado sobre unidades de produção autônomas? Particularmente, como ele poderia coordenar a produção agrícola e a política de industrialização? Questões que remetem à política econômica global do governo.

A nacionalização da poderosa International Petroleum Company (I.P.C.), primeira medida do general Velasco alguns dias após sua chegada ao poder, não foi um ato isolado mas o primeiro gesto de afirmação da soberania nacional sobre as riquezas nacionais do país e sem dúvida a mais dramática. Nacionalização sem indenização de um grande monopólio estrangeiro que pilhou descaradamente o Peru: medida politicamente necessária antes mesmo de ser economicamente útil. A "dignidade nacional", segundo a expressão do general Velasco Alvarado, estava em jogo. A dignidade é necessária mas não é suficiente: não basta para definir e aplicar uma política econômica viável. Os militares peruanos mostraram a este respeito um notável senso da realidade. Primeiramente, definiram a área de propriedade estatal e procederam, sem precipitação mas com grande firmeza, à nacionalização de um número relativamente importante de indústrias chaves que iriam formar a

ossatura do setor estatizado. Foi assim que se formaram a Petroperu (petróleo), a Electroperu (energia elétrica), a Mineroperu (minas), a Pescaperu (pesca, farinha de peixe, grande produto de exportação), etc. Em seguida, abriram a porta aos investimentos estrangeiros.

Não que ignorassem ou subestimassem os riscos que comportava a reintrodução no país dos cavalos de Tróia imperialistas. Mas o aproveitamento das riquezas minerais por sua amplitude e condições de exploração ultrapassava em muito as capacidades de investimento da economia peruana, cujas prioridades, bem definidas, incluíam o bem-estar material da população. A escolha real era portanto a seguinte: ou deixar dormir as riquezas minerais que o país não podia valorizar diretamente, ou então fazer com os monopólios estrangeiros interessados um acordo preservando a autoridade econômica do Estado e impedindo que as novas concessões servissem de ponto de apoio à pilhagem imperialista e à reação interna. Globalmente, o governo peruano teve êxito em atrair os investidores estrangeiros em condições vantajosas para o Peru.

O exemplo do petróleo é bem claro: o decreto-lei nº 17 440 de 1969 estabeleceu que as concessões de petróleo seriam feitas apenas às sociedades estrangeiras que cumprissem um certo número de condições, entre as quais:

- taxa fixa de participação do Estado nos benefícios realizados;
- os investidores estrangeiros assumem os custos de operação e recebem em troca a livre disposição de 44 a 50% da produção;
- as concessões são válidas por um período de quatro a sete anos, durante o qual as companhias petrolíferas devem perfurar ao menos dez poços;
- após esse período, as companhias estrangeiras podem manter a metade das explorações, o restante sendo retrocedido à companhia do Estado Petroperu;
- após 35 anos, o conjunto da concessão deve ser devolvido ao Estado.

A firmeza do governo militar com respeito às multinacionais autorizadas a funcionar no país recebeu uma nítida confirmação com a recente expropriação da Cerro Pasco Corporation, a mais importante indústria cuprífera do Peru, que não tinha respeitado a legislação peruana.

A estatização da economia peruana é concebida pelos militares como um *meio* de recuperação do controle dos setores-chave da economia que estavam em mãos estrangeiras. O objetivo final se inscreve, entretanto, na orientação “autogestionária” que o governo se esforça para imprimir na economia peruana.

No momento atual, o papel dominante no interior do sistema composto por quatro setores (estatal, “propriedade social” autogerida, cooperativo e capitalista privado) é exercido pelo setor estatal, reforçado pelo controle que o governo exerce sobre o comércio exterior, sobre o sistema bancário, etc. A longo prazo, o sistema de autogestão deverá ser estendido de maneira a ocupar o lugar dominante.

Mas, até então, permanecerá o risco de que o processo seja interrompido pela burguesia industrial e comercial, que continuam fortes. Poderiam, em particular, recuperar o controle do setor estatal, imprimindo orientação capitalista às cooperativas e comunidades produtivas e escancarando as portas do país aos grupos imperialistas. Donde a recente tentativa, mal camouflada, de um golpe de Estado segundo o modelo chileno: organização da sabotagem e do pânico econômico pelos setores mais reacionários, apoiados em fração das Forças Armadas, principalmente da Marinha e utilizando alguns instrumentos econômicos, notadamente comerciais, que permaneceram sob controle do capital privado.

Se a resposta política do governo foi fulminante, a questão de eliminar as bases econômicas e sociais da contra-revolução permanece colocada, o que significa reforçar o papel já considerável do Estado. Apenas ele está em medida de consolidar a experiência da reforma

agrária e de levar adiante um desenvolvimento industrial voltado para as necessidades das grandes massas. O período que se inicia será decisivo nesse sentido.



Nas minas do Peru.

### 3. Jorge Fernández Maldonado: "As Forças Armadas devem ficar com o povo"<sup>4</sup>

(entrevista realizada por Ernesto González Bermúdez e Marta Harnecker)

Ministro de Energia e Minas do Peru, um dos quatro militares (com o General Velasco Alvarado, Leonidas Rodríguez y Hoyos) que estiveram na gênese do processo peruano; considerado um de seus mais lúcidos dirigentes; general de prestígio, defensor decidido da tese de que as Forças Armadas não podem se conceber senão ao serviço dos seus povos e não das oligarquias, Jorge Fernández Maldonado fala com modéstia, paixão e energia, do peculiar fenômeno de transformações que há quatro anos vive seu país. Conhecendo seus antecedentes, *Chile Hoy* não quis submetê-lo a uma entrevista cômoda, que se reduzisse a uma simples enumeração, mais ou menos conhecida, dos traços de um processo que suscita a solidariedade da esquerda chilena (e latino-americana), mas pelo contrário, que esmiuçasse os aspectos aparentemente contraditórios, que geram dúvidas, perseguindo seu esclarecimento.

**Chile Hoy:** Depois de quatro anos de iniciado o processo peruano, na sua opinião qual teria sido sua principal conquista e qual a sua principal fraqueza?

J.F.M.: Na frente externa, a medida mais resoluta e sólida foi a expulsão da International Petroleum Company. Como braço visível do imperialismo, essa expulsão inflamou a consciência de luta e elevou a capacidade combativa do povo peruano. Na frente interna, realizamos sustentada e indeclinavelmente

---

<sup>4</sup> Publicado originalmente, como matéria de capa, em *Chile Hoy*, Santiago, ano 1, nº 26, 8 a 14 de dezembro de 1972. Tradução de Marcos Claudio de Jesus e Antônio Mannucci.

um conjunto de medidas de constante enfraquecimento da oligarquia plutocrática que tinha governado o Peru. A Reforma Agrária, a constituição das Comunidades de Trabalhadores, a comercialização dos produtos naturais pelo Estado, a nacionalização da maior parte dos bancos, o fortalecimento incomparável da gestão empresarial do Estado em quase todos os campos da atividade econômica, o manejo pelo Estado dos serviços públicos essenciais, tais como as telecomunicações, a televisão, o rádio, o sistema telefônico, a energia elétrica, as ferrovias. Teríamos que acrescentar que, pelo fato de terem sido revertidas para o Estado todas as jazidas minerais que se encontravam em mãos das empresas transnacionais e mantidas como reservas estratégicas, começamos a exploração direta de várias grandes minas. Estes são fatos contundentes, concretos, de cuja importância o povo peruano tem tomado consciência. Não obstante, acredito que a conquista mais importante e que define o processo é a criação da Área de Propriedade Social. Os agoureiros do processo peruano que o identificavam como uma simples modernização do capitalismo têm através desta decisão política o mais rotundo desmentido. Talvez sua fraqueza mais visível, se assim pudéssemos chamá-la, é a lentidão da incorporação das massas ao processo, porém acho que isso acontece, fundamentalmente, pela desconfiança natural com que o povo tem recebido os pronunciamentos políticos. Se nós mesmos, os homens da Força Armada, fomos utilizados pela oligarquia e o imperialismo no passado, lógico é supor que, no começo, as massas populares desconfiassem do caráter revolucionário da Força Armada. Hoje acredito que essa situação tenha sido superada. A Força Armada tem provado com fatos categóricos sua limpida e pura vocação revolucionária.

nária e tem demonstrado ser a instituição mais sólida, coe-rente e disciplinada capaz de conduzir o processo.

**C.H.: No discurso diante do CIPEC [Conselho Intergovernamental de Países Exportadores de Cobre], você reiterou conceitos expressos recentemente pelo General Velasco Alvarado, dizendo que o processo peruano “rechaça de forma irredutível o sistema capitalista”. O que poderíamos chamar “via peruana” pretende ser uma nova via entre o capitalismo e o socialismo ou se propõe a construção de um socialismo de novo tipo?**

**J.F.M.: Efetivamente. Rechaçamos o capitalismo de forma irredutível. Mas sua pergunta poderá ser respondida com os fatos concretos e com o esquema social que desenha a Revolução Peruana. Como definiria você – e agora me permito devolver-lhe a pergunta – uma sociedade com um sólido e poderoso setor estatal, planificador, que ademais tem uma atividade empresarial e de controle ligado à economia básica e aos serviços públicos essenciais, assim como ao comércio exterior; um setor de caráter prioritário de propriedade social dos trabalhadores sobre os meios de produção, para o qual se canalizará fundamentalmente grande parte do esforço financeiro do Estado e os recursos técnicos e organizativos, setor ao qual pertencerá uma porcentagem majoritária das massas operárias do Peru, as quais serão donas, gestoras e administradoras das próprias riquezas geradas e que derivarão para o setor em seu conjunto a parte da renda não gerada pelo seu trabalho, isto é, que devolverão ao patrimônio social o que em verdade lhe pertence, para garantia da justiça social, e, finalmente com o setor de co-propriedade e co-gestão através das Comunidades de Trabalhadores que fa-**

zem aceder os trabalhadores até a 50% da propriedade e à gestão dessas empresas?

A uma sociedade assim organizada, com uma economia desenhada, na sua esmagadora maioria, ao redor da propriedade social dos meios de produção, seja através da propriedade estatal, da propriedade direta dos trabalhadores, ou da co-propriedade e da co-gestão, você chamaria de caminho intermediário entre o capitalismo e o socialismo? Até onde eu sei, o caráter socialista de um processo define-se pela propriedade social dos meios de produção, e acho que, além de todos os esquematismos, essas relações de propriedade seguem sendo um meio eficaz e irrefutável para caracterizar um processo revolucionário.

**C.H.: Como se concilia a posição anti-imperialista de seu governo com as inversões de empresas imperialistas no petróleo (os casos da Occidental Petroleum, British Petroleum, Texaco, etc.), cobre (o contrato de Cuajone com a Southern Peruvian Corp.), ferro (Marcona Mining Co.) e recentemente com a empresa Bayer? Existem mecanismos de proteção dos interesses nacionais peruanos? Quais?**

**J.F.M.: Chegamos a um ponto muito importante. Acho honestamente que nenhum processo revolucionário do Terceiro Mundo pode se dar ao luxo de receber cooperação econômica exclusivamente do campo socialista. Por mais que dito campo quiser nos ajudar com plenitude, tem as limitações próprias do seu desenvolvimento planificado. Não esqueçamos que seus compromissos internos são muito grandes e o fato de pertencer a um mundo convulsionado pelo equilíbrio nuclear o faz jogar suas próprias cartas geopolíticas. Portanto, seria ilusório supor que iniciado um processo revolu-**

nário, vai chegar a cooperação total do campo socialista na quantia, na oportunidade e nas proporções necessárias. Portanto, requeremos também a cooperação do campo capitalista para financiar nosso desenvolvimento revolucionário. O *quid* da questão radica em transformar o clássico investimento privado em cooperação econômica mediante fórmulas contratuais novas e audazes que garantam à Revolução não cair novamente na dependência nem no domínio imperialista.

Para isso há que atender a duas considerações muito claras e importantes. Em primeiro lugar é necessário negociar com a empresa média do campo capitalista, isto é, aquela que não tem outro recurso além de ser absorvida pelos monopólios ou desaparecer. Uma nova saída se lhe apresenta dirigindo-se para o Terceiro Mundo, aceitando as fórmulas de participação econômica que se lhe apresentem como uma alternativa à perspectiva de absorção ou desaparição. Temos que usar das contradições do próprio campo capitalista. Em segundo lugar, essa empresa média tem que optar por fórmulas de participação que lhe garantam um ganho razoável – que não se preste a lucros indevidos –, porém simultaneamente limitando sua participação econômica com o tempo, com a correspondente obrigação de transferência de tecnologia.

O importante do assunto decorre do fato de que o país que é receptor da cooperação econômica esteja desenvolvendo um processo revolucionário. O problema radica não em definir quem realiza a cooperação econômica, e sim em quem a recebe. Também a URSS chega a acordos com empresas do campo capitalista, sem que ninguém possa dizer, na verdade, que está marchando para o capitalismo. E acho que a China Popular também está interessada em comprar

tecnologia e chegar a acordos de mútuo e verdadeiro benefício com empresas capitalistas.

Os contratos petroleiros peruanos – fórmula transitória através da qual conseguimos financiar os recursos que a Petroperu requer para dirigir sozinha todas as fases da indústria de hidrocarbonetos – estão nos limites do interesse nacional.

Primeiro, porque foi garantida contratualmente ao Estado peruano a propriedade do petróleo que venha a se extrair. Segundo, porque paga à empresa contratada pelos seus serviços e em produtos os trabalhos de prospecção e exploração realizados por conta de Petroperu, e terceiro, porque com os 46% com que é paga, a empresa contratada tem que arcar com os custos totais. Isso deixa em mãos do Estado peruano aproximadamente 54% do produto.

Além do mais a área de concessões corresponde a 15% da área prospectável para petróleo. E o Estado está já presente com seus próprios campos e conseguindo êxitos sustentados e consistentes para os restantes 85% da área prospectável para petróleo. Acho que assim conseguimos transformar o clássico investimento privado em cooperação econômica, protegendo os interesses do Estado peruano no seu conjunto.

**C.H.: No mesmo sentido, como você explica a diferença de tratamento que está recebendo o Peru relativamente ao Chile em organismos internacionais, como o Clube de Paris, que autorizou seus associados a outorgar empréstimos ao governo peruano por 780 milhões de dólares em momentos em que dificulta a renegociação da dívida externa chilena?**

**J.F.M.:** Posso lhe dizer que essa tem sido a consequência de árduas negociações. Mas, como você mesmo disse, são empréstis-

mos e financiamentos à Revolução Peruana em seu conjunto e não ao fortalecimento da dependência imperialista e capitalista no Peru. Grande parte dos financiamentos são a projetos do Estado peruano. No que diz respeito aos organismos da órbita americana, controlados pelos Estados Unidos, devo manifestar que estamos sofrendo uma longa e indubitável discriminação, que ninguém, medianamente informado, pode negar.

C.H.: Alguns críticos de esquerda ao processo peruano entendem que se está configurando um projeto de tipo corporativista; que há uma tendência a segmentar as classes sociais e a integrá-las em organizações sindicais comuns, sob a tutela, que entendem autoritária, do Estado. Afirma-se – pelos ditos críticos – que o SINAMOS (Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social) tenta penetrar nas organizações sindicais e se erigir no único instrumento de intermediação com as massas. Como deseja responder a essas críticas? Que papel corresponde no processo às organizações de classe, como os sindicatos?

J.F.M.: Acredito que estes críticos de esquerda estão desinformados, para dizer o mínimo. O corporativismo é uma seqüela do fascismo dentro de uma estrutura de capitalismo de Estado, e isso é absolutamente oposto em perspectiva histórica e política ao projeto revolucionário do Peru atual. Justamente o SINAMOS tem por missão apoiar, não manipular, a livre determinação das massas e seu direito de se organizar livremente também. E o Estado nada tem a ver com isso. O que acontece é que é um pouco difícil conceber um simples organismo de apoio sem ligá-lo à manipulação que, historicamente, tem sido imposta às massas pelos partidos politiqueiros.

ros que não respondiam a seus interesses de libertação humana e política. A própria esquerda peruana tradicional, atomizada e profundamente dividida em minigrupos inoperantes, com honrosas exceções, ficou impactada pela opção participacionista que coloca o SINAMOS e teme, amparada muitas vezes no seu esquematismo estéril, a concorrência política, que uma nova fórmula direta de participação a ultrapasse. A medida que entendam seus fins, o SINAMOS será respeitado, como já está ocorrendo atualmente, por vastos setores da esquerda mais lúcida do Peru, aquela esquerda cuja conduta política e cujo poder de análise concreta da realidade peruana significam um aporte à Revolução. Acho que mais que nunca necessitamos homens de esquerda na tradição mais ilustre do pensamento político e libertário de José Carlos Mariátegui, para que contribuam ao processo peruano, abandonando o esquematismo e o dogmatismo que tanto dano fazem a uma Revolução.

Devo lhe dizer que a Revolução Peruana não somente respeita mas considera indispensáveis as organizações sindicais que refletem a vontade das maiorias trabalhadoras do Peru. Por isso, é totalmente falso que pretendamos penetrar ou fazer desaparecer as organizações sindicais, como organismos de luta e conscientização dos trabalhadores revolucionários do Peru.

**C.H.: Como podem se canalizar as críticas ao processo que provenham de fileiras que também possam se considerar revolucionárias?**

**J.F.M.: Acho que essas críticas provêm da desconfiança sincera de alguns deles ou do esquematismo inaudito de outros. Acredi-**

to que deve haver humildade, fraternidade e respeito em aceitar que estamos lutando a partir do poder e em todos os níveis de decisão, pela Revolução Peruana, pela qual muitos revolucionários deram sua vida no passado. Esse foi o espírito da ampla anistia política que demos em dezembro de 1970. Alguns lutadores de outrora, que inclusive se opuseram à Força Armada, com visão, honestidade e humildade revolucionária que os honra, estão participando ativamente no processo peruano com a lealdade que a hora demanda. Aceitamos qualquer crítica bem-intencionada, porém "dentro" da Revolução. E nesse sentido a saúde do processo não somente aceita como que necessita da crítica criativa de todos os revolucionários honestos. O que não aceitamos é a pose, a soberba nem o messianismo. Todos temos que dar os passos necessários para garantir canais de diálogo e participação de todos os que defendem as bandeiras da Revolução Peruana.

**C.H.: Que fatos ou considerações explicam alguns atos de repressão contra setores operários ou estudantis como os casos de Cobriza, o ano passado, o de Puno ou a intervenção policial da Universidade Agrária (La Molina)?**

**J.F.M.: A repressão, tal qual se conhece num regime de opressão popular, jamais se pode apresentar e de fato não se tem apresentado no Peru revolucionário de hoje. O que tem ocorrido em algumas oportunidades são incidentes que somos os primeiros a lamentar, mas basicamente, açulados por uma aliança inacreditável entre as forças retrógradas do aprísmo com setores ultraesquerdistas delirantes. Ou seja, um contubérnio vergonhoso entre setores tão dessemelhantes tem se produzido de fato. (...) O subdesenvolvimento conceitual de**

certa pseudo-esquerda (...) chega a limites inauditos, como por exemplo, classificar Mao Tsé-Tung de traidor do movimento operário, declarar Fidel Castro fascista encoberto, e caracterizar a Revolução Cubana como o movimento democrático burguês mais avançado da América Latina, porém incapaz de chegar ao socialismo. A União Soviética e o campo socialista são para certos dirigentes da ultraesquerda países capitalistas natos. Portanto, classificam a Revolução Peruana de pró-imperialista, fascista, vendida ao Pentágono. Com setores assim, pode-se sequer dialogar? Sabemos que alguns líderes sindicais ultraesquerdistas estão mudando. Na medida em que se batem contra a realidade, e também na medida em que começam a perceber que estão sendo utilizados pelo APRA<sup>5</sup>, sua ação, se são honestos, deverá se traduzir numa atitude consequente com a Revolução Peruana.

**C.H.: Dentro do setor da propriedade social, mediante que mecanismos se pensa evitar a formação de “aristocracias” operárias ou camponesas? Como se pensa distribuir a renda social em benefício dos trabalhadores no seu conjunto e não somente de alguns setores deles?**

**J.F.M.: Estamos elaborando uma solução. Seria mais fácil transladar outros modelos, embora não seja esse o caminho escolhido pela Revolução Peruana: estamos ao longo deste duro caminho construindo nossa própria via revolucionária; não pense que é fácil. Estamos trabalhando no projeto de Lei da Empre-**

<sup>5</sup> Inicialmente de inspiração anti-imperialista, a APRA tornou-se um movimento populista de direita liberal pró-americana com métodos do sindicalismo social-democrata. Dispõe de influência não desprezível entre algumas camadas assalariadas. Em muitas ocasiões, mobilizou suas forças contra Velasco Alvarado.

sa de Propriedade Social e estamos desenvolvendo a concepção do que vai ser esse tipo de empresa. Não é a empresa autogestionária iugoslava, por exemplo: seria fácil transladá-la; estamos trabalhando num modelo nosso. E nos preocupa evitar justamente isto: que se produzam diferenças injustas entre os vencimentos que recebam os trabalhadores. Nas Comunidades de Trabalhadores já encontramos uma fórmula que nos permite, dentro de cada setor pelo menos, eliminar essas diferenças mediante a criação da Comunidade de Compensação, na qual se verte 80% dos ganhos das empresas de cada setor. Essa Comunidade de Compensação é que redistribui proporcionalmente, de maneira a nivelar os vencimentos. Isto resolve o problema num determinado setor. Mas não resolve as diferenças entre um setor e outro. O setor mineiro, por exemplo, é privilegiado neste momento com respeito aos outros. Teremos que criar um mecanismo no qual exista, na minha opinião pessoal, uma Comunidade de Compensação Nacional. Se falamos que estamos construindo uma sociedade justa e solidária temos que resolver isto. Mas, como lhe digo, este é um problema que se encontra em plena elaboração.

**C.H.: Aqui no Chile, como você sabe, aos capitalistas não interessa investir porque existe a área social e um certo projeto econômico que não lhes interessa como capitalistas. No Peru, o que tem acontecido a respeito disso? Há estímulo para os investimentos? Há evasão de capitais para o estrangeiro?**

**J.F.M.: Não, evasão não há em absoluto. É claro que ainda não superamos a etapa difícil, porque com a criação da comunidade industrial, a atitude dos empresários tradicionais, do capitalista, é de rejeição; eles não admitem, em sua maioria, que**

neste momento o trabalhador esteja sentado na diretoria, que participe dos ganhos e das decisões sobre a gestão da sua empresa. Então foram-se embora; muitos têm ido embora, mas não levaram o dinheiro, o dinheiro ficou. Há outro setor empresarial que está compreendendo que o processo é irreversível e qual é o papel que nele corresponde ao novo empresário. Em todo caso, estamos avançando, duramente, mas estamos avançando.

**C.H.: Que razões explicam a ampliação da política internacional peruana – por exemplo, relações com numerosos países socialistas – e a vigorosa solidariedade, expressa por você, com países que estão sendo agredidos pelo imperialismo, como o Chile?**

**J.F.M.: Sejamos francos, antes da Revolução, o Peru era um satélite dos Estados Unidos, sem política internacional própria. Como muitos países latino-americanos, nos foi negado ter relações com os países socialistas, porque nossa política internacional era dirigida pelo Departamento de Estado dos EUA. Vamos falar com toda clareza. A Revolução está mudando radicalmente esta situação: temos relações com todos os países do mundo, porque assim convém à Revolução Peruana. Um tratamento de igual para igual com todos os países do mundo, dentro do pluralismo ideológico, do respeito ao princípio da não intervenção nos assuntos internos de cada país – no qual somos muito exigentes porque também somos muito zelosos defensores de nossa soberania: estes são os fundamentos de nossa política internacional. Isto explica a segunda parte de sua pergunta, nossa solidariedade com o Chile. Tal como muitas vezes o General Velasco disse, o processo peruano é um processo essencialmente anti-imperialista,**

porque sofremos e continuamos sofrendo na própria carne as consequências do imperialismo. Por isso, o primeiro passo de nossa Revolução foi um passo anti-imperialista: expulsar a IPC. Estamos neste momento em pleno processo de enfrentamento com os Estados Unidos. O que significa a lei aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos pela qual se pretende aplicar sanções a países que capturem pesqueiros piratas dentro do limite das 200 milhas? É uma medida tipicamente imperialista, que rechaçamos e condenamos de imediato. Então, necessariamente temos que ser solidários perante uma situação como a que vive o Chile, que sofre também uma agressão imperialista. É uma obrigação revolucionária. A resposta às agressões imperialistas deve ser conjunta. Isolados nada faremos.

**C.H.: Que papel corresponde hoje às Forças Armadas nos processos de libertação dos países dependentes? O que há de particular na experiência peruana e o que é generalizável dessa experiência?**

**J.F.M.:** Nisso temos uma posição muito clara: os caminhos revolucionários cada país os determina, de acordo com a sua própria realidade, de acordo com os seus próprios problemas, de acordo com suas próprias características. No caso do Peru, durante dezenas de anos tivemos partidos políticos que respondiam a manobras de grupos oligárquicos, que respondiam a nomes, inclusive o Partido "Pradista", o Partido "Odriista"; o APRA, um partido que inicialmente foi revolucionário e posteriormente entregou-se sem escrúpulos à oligarquia e ao imperialismo e outros partidos menores de boa direção, provavelmente, porém sem massas. O Plano de Governo da "Ação Popular", que Belaúnde apresentou em 1963,

pelo seu conteúdo, podia ter permitido que efetivamente se realizassem – pelo voto popular – as transformações que o Peru requeria com urgência. Lamentavelmente, este senhor Belaúnde fez totalmente o contrário do que prometera, com um caso muito claro como o da IPC, que concluiu num arranjo vergonhoso. Então, a Força Armada – muito ao nosso pesar – não encontrou outro caminho que o de assumir essa responsabilidade de se erigir na vanguarda do povo peruano na luta pela sua libertação. E essa responsabilidade a assumimos para levá-la até o logro pleno dos objetivos da Revolução.

Penso que as Forças Armadas, em geral, de todos os países latino-americanos devem ficar com o povo e lhes cabe uma responsabilidade muito importante nos processos de libertação, mas de acordo, como digo, com a realidade de cada país. Não se pode falar de receitas.

**C.H.: De qualquer maneira, General, você não pode ignorar a influência que o papel da Força Armada peruana tem tido em outras Forças Armadas de América Latina, de tal maneira que por comodidade de expressão se diz que um Exército se “peruaniza” quando assume posições progressistas e pela libertação nacional.**

**J.F.M.: O que nos honra sobremaneira.**

#### 4. Generais com o povo<sup>6</sup>

Mais do que nunca, a experiência peruana está na ordem do dia. Numerosos estudos lhe foram consagrados, tanto no próprio Peru quanto no exterior. Tentaremos evocar, aqui, os principais dentre eles. Em língua francesa assinalemos desde logo o estudo, ao mesmo tempo, vivo e rigoroso, engajado e objetivo, descriptivo e analítico do Peru contemporâneo, do jornalista belga Thierry Maliniak, articulado em torno à questão que lhe serve de título *Estará o Peru tornando-se socialista?*<sup>7</sup>

Maliniak levanta inicialmente a questão da orientação política das Forças Armadas peruanas, citando duas vezes o livro *O C.A.E.M. e a Revolução nas Forças Armadas*, escrito em 1963, isto é cinco anos antes do levante militar patriótico de 3 de outubro de 1968, pelo major Villanueva, a quem já nos referimos. Nesse livro, para o qual não se deu, à época, a devida atenção, Villanueva previa a possibilidade histórica da instauração no Peru de um governo revolucionário das Forças Armadas<sup>8</sup>. Reproduzimos aqui a segunda dessas citações, que exprime bem o estado de espírito dos militares nacionalistas reunidos no CAEM (isto é, o Centro de Altos Estudos Militares no qual forjaram-se as grandes orientações teóricas e políticas que o governo do general Velasco Alvarado iria pôr em prática, alguns anos mais tarde): era “uma triste e desesperadora verdade que, no Peru, os reais poderes não são nem o legislativo, nem o executivo, nem o judiciário e nem o eleitoral; mas os latifundiários, os exportadores, os banqueiros e as empresas americanas”. Tal estado de espírito é marcadamente progressista quando se pensa na mentalidade da maior parte dos oficiais latino-americanos “formados” (isto é deformados) nas escolas especiais direta

<sup>6</sup> Publicado originalmente em *Afrique-Asie* nº 79, de 24 de março a 6 de abril de 1975.

<sup>7</sup> Bruxelas, Edições Vic Ouvrière.

<sup>8</sup> Ver o tópico 1 do presente capítulo.

ou indiretamente dirigidas pelo Pentágono: anticomunismo histérico, ignorância profunda da realidade econômica e social de seu país, desconfiança – ou até desprezo – em relação às massas populares, admiração incondicional pela potência material dos Estados Unidos.

Como explicar que nessa América Latina do início dos anos 1960, patrulhada de alto a baixo pelo imperialismo estadunidense, disposto a não se deixar surpreender por uma nova Cuba, um grupo de oficiais patriotas reunidos em torno do general Velasco Alvarado tenha podido constituir-se, liberar-se da influência ideológica do imperialismo, dotar-se de uma doutrina política e, finalmente, passar aos atos e vencer? Maliniak dá muita importância ao fato de que “no decorso de sua carreira, o oficial peruano é levado a efetuar freqüentes estadias nas mais diversas regiões do país... Durante tais estadias, por vezes em locais isolados na montanha, os graduados entram em contato direto com uma realidade social que só transparece de forma muito amortecida na longínqua Lima! E a impressão provocada por essa permanência dos militares no interior do país torna-se mais profunda porque não se trata de efetuar breves viagens, mas de viver nesses recantos remotos por algum tempo em condições geralmente muito espartanas”.

Parece-nos porém que esse fator, por si só, não é explicativo, na medida em que os oficiais de outros países têm, muito frequentemente, condições de vida tão duras quanto as de seus colegas peruanos, sem entretanto atingir a consciência política da necessidade de transformar a sociedade. É o caso, entre outros, do imenso Brasil, em que a carreira militar implica em deslocamentos a milhares de quilômetros de distância, sem que os oficiais estejam alojados em hotéis de luxo... No entanto, sabe-se que o Brasil está submetido a um regime militar reacionário, pro-imperialista, profundamente antidemocrático e anti-operário, isto é, um regime oposto em todos os pontos ao regime peruano.

Não nos parece, pois, que se deva buscar na experiência individual dos militares a chave de sua evolução política. É menos o que cada oficial pode ver ou sentir *enquanto indivíduo* ao longo de sua carreira do que aquilo que um grupo de oficiais pode fazer *coletivamente* que permite compreender o fenômeno totalmente surpreendente à época (atualmente, os exemplos do Panamá, na América latina, e de Portugal o tornam retrospectivamente menos surpreendente) de um exército voltando-se resolutamente para o lado das forças progressistas e colocando-se decididamente ao serviço do povo (deixando, por conseguinte, de estar ao serviço de seus opressores).

Sem dúvida, o aparecimento nos diversos países da América Latina (dominados financeira e diplomaticamente pelo imperialismo americano) de uma corrente nacionalista e democrática é um fenômeno bastante generalizado. O que há de específico no caso do Peru como, mais recentemente, no do Panamá, é o fato que essa corrente tenha conseguido sobrepujar aquela que identifica a defesa nacional à defesa da ordem estabelecida e que goza, por isso, do apoio do sistema de poder existente, isto é, das classes dominantes locais e do imperialismo americano.

Como o grupo patriótico, nacionalista e democrático formado no CAEM e dirigido pelo general Velasco Alvarado decidiu tomar o poder? E o que fez desse poder após tê-lo tomado? Tais são as questões de que trata o livro de Augusto Zimmermann Zavala *Objetivo: revolución peruana*, recentemente publicado em Lima. Esse livro propõe-se a descrever detalhadamente os seis meses que precederam e os dez meses que sucederam à tomada de poder pelos militares patriotas.

Zimmermann mostra, de modo concreto, a desmoralização progressiva do governo Belaunde Terry, eleito presidente da República com o apoio dos militares em função do compromisso de recuperar os depósitos petrolíferos de La Brea e de Pariñas em mãos da International Petroleum Co., filial da Standard Oil. Mas, ao fim de longas

negociações com os homens da Standard Oil, Belaunde Tery acabou por capitular vergonhosamente.

A questão do petróleo era capital, pois envolvia, como sublinhou frequentemente o general Velasco Alvarado, a “honra nacional”. Tratava-se para o Peru de determinar se os trustes petrolíferos poderiam impor sua lei ou se conseguiria fazer respeitar sua soberania e sua dignidade. O petróleo, entretanto, foi só o catalisador do movimento dos militares patriotas, que resultou da evolução ideológica de um núcleo de oficiais progressistas que haviam elaborado uma doutrina política coerente, cujas bases teóricas remontam ao CAEM, e cujo projeto foi formulado pelos então coronéis Gallegos, Rodriguez, Maldonado e Hoyos, todos ligados a Velasco Alvarado. O “Plano Inca”, preparado secretamente e mantido secreto mesmo após a vitória do levante (só foi divulgado em 1974), compreendia um conjunto de medidas cuja aplicação consequente representaria uma verdadeira transformação democrática e nacional da sociedade peruana. Zimmermann Zavala lembra, numa passagem que figura entre as mais interessantes de seu livro, as tomadas de posição mais importantes e as grandes orientações do Plano, entre as quais escolhemos as que seguem:

“Acabar com tudo que está podre, salvar o país (...) A questão do petróleo não era a única que contava... Decerto, o ouro negro do Peru, sua riqueza, o sangue dos fósseis de seu subsolo estava em mãos de estrangeiros (...) Mas, mesmo supondo-se esta questão resolvida com a expropriação dos bens da I.P.C., o Peru permaneceria, no essencial, o mesmo: seria um doente que, ao invés de – como outrora – estar deitado na cama de outrem, estaria deitado em sua própria cama”.

Política externa: “A política externa era uma vergonha. O Peru dependia em suas decisões dos critérios do Departamento de Estado americano que lhe proibia de ter outros amigos senão entre os países capitalistas. A consciência do terceiro-mundo desperta-

va, mas o governo encarava esse fato com a maior indiferença. Tinham-nos definido um papel de nação ocidental e cristã... O Peru não tinha nenhum prestígio... Ninguém pedia sua opinião em assuntos importantes. Bastava pedir a de Washington..."

Os grandes objetivos do Plano : Política externa independente com aplicação intransigente do princípio da soberania nacional, recusa de toda ingerência estrangeira nos assuntos internos do Peru, supressão de toda forma de dependência diplomática, estabelecimento de relações com todos os povos do mundo etc.. Mais concretamente, tratava-se, como enfatiza Zimmermann Zavala, de: "mudar de orientação e inserir o Peru entre os países do terceiro-mundo, buscando a união dos povos pobres da Terra". No país: reforma agrária, reforma industrial, reforma bancária, reforma do setor de mineração, estatização da pesca (uma das principais riquezas do Peru, fonte de uma parte importante de seus ingressos de divisas), a reorganização do sistema de transportes e de comunicações, a reforma urbana (notadamente habitacional) e outras medidas de importância nas áreas da educação, da saúde, da justiça, etc. Finalmente, ressalte-se – e essa qualidade do Plano Inca equivale a todas as outras, que só existem devido a ela – que o Plano foi fielmente posto em execução.

O caráter coerente, consequente e sistemático da política do governo revolucionário das Forças Armadas dirigido pelo general Velasco Alvarado está bem sublinhado num terceira livro: *Modelo Peruano* escrito pelo brasileiro Neiva Moreira, ex-deputado, exilado de seu país e anti-imperialista militante. Em seu relato, publicado em 1974, em Buenos Aires, Neiva Moreira faz um balanço extremamente concreto da aplicação do modelo peruano, isto é do "Plano Inca". Seu livro é tão engajado quanto os dois primeiros já citados. Mas justamente porque é engajado, levanta problemas e expõe as dificuldades e contradições com as quais se defrontaram os dirigentes e as massas peruanas na construção de uma nova sociedade.

A reforma agrária, a primeira grande transformação social adotada pelo regime, constitui, na medida em que quase seis anos já passaram desde sua implementação, um ponto de referência essencial para todos os que desejarem apreciar o que se passa no Peru dos militares patriotas. Neiva Moreira insiste, inicialmente, na originalidade das formas econômicas que se desenvolvem hoje no campo peruano: a S.A.I.S. (Sociedade Agrícola de Interesse Social) "modalidade autogrida de empresa camponesa, que compensa as desigualdades socioeconómicas de uma dada região ao redistribuir os benefícios coletivos em função das necessidades de desenvolvimento de cada um dos grupos camponeses co-proprietários"; as Cooperativas Agrárias de Produção, em que a terra, o gado, as instalações, as lavouras e os equipamentos pertencem, enquanto todo indivisível, à cooperativa e não a seus membros individualmente e às Empresas Comunais cuja vocação será, segundo os responsáveis da reforma agrária, assumir o lugar das velhas comunidades camponesas herdadas do período pré-colonial, isto é da organização econômica dos Incas, ali onde elas existem.

Mas o autor não esconde as contradições da transformação agrária. Entre elas, a provocada pelas cooperativas açucareiras é a mais marcante. A produção de açúcar era o setor tecnicamente mais avançado e lucrativo da agricultura peruana. Nele, as relações capitalistas de produção estavam, de fato, plenamente desenvolvidas. De repente, de um dia para outro, os trabalhadores do açúcar, acostumados a lutar duramente para defender seus salários e melhorar suas condições de trabalho, tornaram-se proprietários coletivos das cooperativas. Boa parte desses trabalhadores "reinvindicam sempre salários mais elevados, sem levar em conta o fato que a figura do patrão foi suprimida". A essa contradição no seio da cooperativa, acresce-se aquela, mais grave ainda, entre a cooperativa e aqueles que dela estão excluídos. A autogestão implica que cada cooperativa é livre de contratar os tra-

lhadores de que necessita. Ela não traz portanto solução ao problema do desemprego. Isso torna-se ainda mais verdade nas cooperativas açucareiras muito modernas, muito mecanizadas e, portanto, altamente rentáveis. Porque diminuir os dividendos de cada cooperado ao aumentar o número de trabalhadores? Esta é a pergunta que Neiva Moreira fez na cooperativa açucareira de Casagrande: "Criticam Casagrande porque ela bloqueou, por uma decisão egoísta de sua assembleia, a admissão de novos trabalhadores como membros da cooperativa". "Não é verdade" responde um dos responsáveis. "Nós já absorvemos o máximo de trabalhadores que esta cooperativa comporta... A solução é criar novas indústrias".

Evidentemente, esta resposta não satisfaz. De certo, a longo prazo, todo mundo terá um emprego, mesmo deixando-se de lado o fato que todos os empregos não serão tão remuneradores quanto os das cooperativas açucareiras. Mas, a longo prazo, provavelmente estaremos mortos... A autogestão como base da produção, se não for completada por medidas de planejamento global, pode acarretar uma diferenciação ainda mais profunda entre os que são membros de cooperativas e os outros.

Devolvamos, para terminar, a palavra a Thierry Maliniak que viu muito bem o problema :

"Já que os benefícios eram partilhados entre todos os associados do complexo, alguns concluíram que, quanto menos associados houvesse, maior seria a parte de cada um. Daí a mostrarem-se reticentes diante da perspectiva de novas contratações de trabalhadores, só há um passo que muitos deram sem hesitar. Ora, nessas regiões costeiras, desérticas e não-irrigadas, a proporção de terra cultivável por habitante é particularmente fraca. Os complexos açucareiros eram pois suscetíveis de integrar uma parte do excesso de mão de obra. Mas essa ausência de "solidariedade operária" entre os trabalhadores estáveis e os outros complicaria as coisas."

Isso permite talvez entender como é superficial criticar o governo do general Velasco Alvarado, cada vez que enfrenta uma dificuldade séria, por sua condição de governo militar.

## 5. A difícil guinada à direita<sup>9</sup>

Tornada possível pela evicção do general Velasco Alvarado, há dois anos, seguida pelo afastamento do general Fernandes Maldonado, há um ano, a guinada à direita do regime militar peruano ainda busca seus métodos e sua orientação final. Em 1976, o retrocesso do reformismo militar para o monetarismo liberal marcou-se pela designação de um civil, Luis Burua, como Ministro da Economia e das Finanças. Fato duplamente significativo. Politicamente, era a primeira vez depois da instauração, em 1968, do regime militar, que responsabilidades governamentais de um tal nível não eram confiadas a um oficial. Tendo perdido sua unidade, o “governo revolucionário da Força Armada” ia buscar nos meios empresariais os substitutos da ala esquerda militar afastada do poder. Economicamente, era um recuo para as concepções monetaristas ditadas pelo FMI e pela alta finança imperialista, traduzindo-se, particularmente, no método dito de “tratamento de choque” da inflação, na restrição das despesas públicas, na compressão salarial, em resumo, em medidas que privilegiavam os interesses dos financistas e investidores em detrimento do desenvolvimento econômico e das condições de vida da população.

Para aplicar tal política, era preciso que o regime, após ter-se voltado contra sua própria ala esquerda, reprimisse as massas, acertando o passo com as ditaduras militares contra-revolucionárias do continente. O desmantelamento da frota de pesca estatal (Pescaperu), restituída ao

<sup>9</sup> Publicado originalmente em *Afrique-Asie* nº 144, de 19/09 a 30/10/1977, pp. 59-60, sob o título “Le virage difficile”.

setor privado, pareceu por um momento o início de uma vasta operação militar-policial visando a derrotar a greve dos trabalhadores do mar que se opunham bravamente a tal medida, econômica e socialmente retrógrada.

Contrariamente a Roberto Campos no Brasil e Martinez de Hoz na Argentina, Luis Burua não tinha à disposição, para tirar as consequências econômicas da guinada à direita do regime e promover o "saneamento financeiro" exigido pelos credores imperialistas, o arsenal repressivo das ditaduras militares cripto-fascistas vizinhas. Negociou com o Fundo Monetário Internacional um plano de estabilização do "sol" (moeda peruana), mas os ministros militares julgaram-no inaceitável, sobretudo porque a redução das despesas orçamentárias teria um efeito paralisante sobre a economia, na qual o setor estatizado exercia um papel determinante. Desaprovado pela maioria dos membros do governo, Burua demitiu-se em 17 de maio de 1977. Tínhamos observado então<sup>10</sup> que esta pausa nas concessões ao imperialismo poderia anunciar um retorno à política de independência nacional que havia caracterizado até 1976 o regime peruano.

O sucessor de Burua, o industrial Walter Piazza, permaneceu no cargo apenas quinze dias. Tempo bastante para assumir as posições capitulacionistas de seu predecessor, entre elas uma brutal elevação do preço da gasolina (o qual, como se sabe, repercute sobre os preços dos alimentos ao incidir nos custos de transporte). Em fins do mês de junho de 1977, Piazza anunciou, pela televisão, a iminente aplicação do conjunto das medidas preconizadas pelo F.M.I. Nenhum outro ministro tinha sido colocado a par dessa decisão. Tratava-se simplesmente de colocar os militares diante de um fato consumado. Piazza não queria lhes deixar tempo para recusar seu projeto, como já o tinham feito com o de Burua.

<sup>10</sup> Em *Afrique-Asie* n° 137.

Mas a manobra fracassou. Os ministros militares, apoiados pela maioria dos oficiais das armas de terra e de ar (a Marinha permanece o baluarte da direita pró-americana), manifestaram firmemente sua determinação de não aceitar um plano de estabilização com custo social elevado e redução considerável dos investimentos públicos. O conflito se desenrolou nos bastidores do poder e se encerrou, em 6 de julho de 1977, pela evicção de Walter Piazza, para o lugar do qual foi nomeado um militar, o general Alcibiades Saens.

Enquanto se desenrolavam essas manobras no cume do poder, o movimento operário e sindical iniciava sua primeira ofensiva política contra o regime. Uma onda de greves e confrontamentos de rua atravessou o país. Em Cuzco, Puno, Arequipa, Tacha e Huancazo, os choques fizeram mortos e feridos e ocasionaram numerosas prisões. Em Huancazo, particularmente, o toque de recolher foi imposto das cinco horas da tarde às seis horas da manhã. A principal central operária do Peru, de orientação comunista, que tinha até então hesitado em suspender o apoio crítico concedido ao governo Velasco Alvarado, decidiu pôr-se à frente do combate contra a política social de Morales Bermudez e organizou, com o apoio da C.N.T. (controlada pela democracia-cristã) uma greve geral de amplitude nacional para o dia 19 de julho de 1977. Mesmo alguns sindicatos filiados à C.T.P.R. (Central dos Trabalhadores da Revolução Peruana, criada pelo regime na época de Velasco Alvarado) deram sua adesão à palavra de ordem de greve. Somente permaneceu à parte a C.T.P., inspirada pela APRA, assim como os sindicatos autônomos de transportes coletivos (o que não deixa de lembrar o Chile da Unidade Popular, onde os caminhoneiros exerceram o papel de ponta de lança da reação). A alta dos preços dos transportes coletivos, duramente sentida pelas camadas populares, foi a primeira das causas imediatas da greve.

No último minuto, o governo adotou medidas de apaziguamento em favor dos trabalhadores, visando desmobilizá-los. Anunciou para o dia 15 de julho de 1977 uma baixa dos preços do pão e das massas alimentícias e, desse modo, um retorno discreto à política de subvenção de algumas importações de primeira necessidade. (O Peru é importador de trigo e o preço do pão e de outros produtos à base de trigo aumentou brutalmente com a desvalorização do "sol" em 45% decidida um ano antes pelo ministro Burua no quadro da política de "verdade dos preços" preconizada pelo F.M.I.).

Mas tais medidas eram demasiado limitadas e tardias para serem levadas a sério. Ainda que os carros e ônibus, em sua maioria, tenham circulado, a indústria, a construção civil, os bancos e o comércio foram paralisados, num clima de disciplina consciente e de responsabilidade fortemente contrastante com as manifestações da A.P.R.A., que descambararam para pilhagens e vandalismos.

A situação é difícil para o atual governo. É preciso reconhecer que ele tem se esforçado para manter as medidas repressivas aquém do limite do terrorismo militar fascista. Morales Bermudes está tentando encontrar uma solução política para o impasse em que se perdeu o regime peruano após sua guinada à direita. É assim que, enquanto condenavam asperamente a greve geral de 19 de julho de 1977, as autoridades governamentais – e o próprio chefe de Estado quando de seu discurso em 28 de julho – anunciaram uma "política mais flexível de preços e de salários" cujo primeiro sinal foi a elevação, em 3 de agosto, do salário mínimo mensal ao equivalente a 70 dólares aproximadamente, assim como a supressão dos tetos salariais nas negociações coletivas.

O problema da dívida externa permanece colocado e, através dele, o da posição do Peru nas relações econômicas internacionais. Face à habitual intransigência do F.M.I., de um lado, e a inviabilidade (salvo

assumindo riscos imprevisíveis) de uma moratória da dívida, mesmo que parcial, de outro, a única saída satisfatória, ao menos no curto prazo (mas é justamente do curto prazo que se trata), consistiria em encontrar novas linhas de crédito que não implicassem em renunciar à soberania nacional. É nesse sentido que se orienta no presente a diplomacia peruana. Contestado pela esquerda, em que se incluem os dirigentes históricos da fase revolucionária do regime, reagrupados no Partido Socialista Revolucionário (cujo presidente, o general Leonidas Rodriguez, antigo chefe da região militar de Lima, está hoje exilado no México), o regime do general Morales Bermudez está jogando sua última cartada política.

## 6. Peru: como responder à guinada à direita?<sup>11</sup>

(entrevista)

Um dos principais dirigentes da corrente revolucionária no seio das Forças Armadas peruanas, o general Leonidas Rodriguez exerceu as mais altas responsabilidades militares e políticas durante o governo do general Velasco Alvarado (1968-1975). Enquanto ideólogo da esquerda militar, foi um dos inspiradores do "Plano Inca", elaborado antes de outubro de 1968, e que permaneceu por muito tempo secreto. Este plano compreendia um conjunto de reformas sociais avançadas e uma política anti-imperialista consequente que se propunham conduzir o Peru ao socialismo. Após a guinada à direita de 1975, ele deixou suas funções militares para atuar junto à Confederação Nacional Agrária (C.N.A.) que agrupa quatro milhões de camponeses. Em 1976, engajou-se a fundo na formação do Partido Socialista Revolucionário (P.S.R.), movimento político cuja vocação é defender as conquistas do

<sup>11</sup> Entrevista publicada originalmente em *Afrique-Asie*, nº 151, de 26/12/1977 a 7/01/1978.

período 1968-1975 e organizar as massas peruanas para a conquista do socialismo.

O governo do general Morales respondeu à criação do P.S.R. deportando seus dirigentes mais conhecidos, a começar pelo general Leonidas. Exilado no México, Leonidas Rodriguez, hoje à frente do P.S.R., é sem nenhuma dúvida o líder mais prestigioso da esquerda peruana. Quando da entrevista que nos concedeu, ele estava acompanhado por outros dirigentes do P.S.R., particularmente Rafael Roncagliolo, responsável por questões internacionais. Ao longo da conversa, Leonidas Rodriguez e Roncagliolo responderam alternativamente a nossas questões.

Pode-se dizer que o general Velasco Alvarado perdeu o poder porque não foi compreendido pelas massas?

Leonidas Rodriguez – Uma das principais falhas do regime militar do general Velasco Alvarado foi não fazer as massas participarem das grandes decisões e não as ter organizado em um movimento político.

Entretanto, Velasco Alvarado lançou sua organização de massas, o Sinamos<sup>12</sup>...

L.R. – O Sinamos era uma organização burocrática que servia, certamente, para estimular a mobilização do povo; mas sobretudo no nível dos sindicatos e das comunidades locais. Não pôde exercer o papel de organização política.

Vocês governaram, portanto, para o povo, mas sem o povo...

L.R. – Isto não é exato. Ao longo de sete anos de transformação social, cometemos certamente o erro de adotar medidas de

---

<sup>12</sup>A sigla contém um trocadilho: "Sin amos" = sem amos.

nacionalização e mudanças de estrutura econômica sem fazer o povo participar politicamente delas. Mas, o essencial é que de 1968 a 1975 a grande massa do povo peruano foi levada a uma tomada de consciência política. Setores sociais tradicionalmente excluídos da atividade política, como os campões, que constituem aproximadamente a metade da população, foram despertados para a vida sindical e política. São esses setores, bem como os operários e outros assalariados urbanos, os sem-teto, a juventude e os intelectuais, que tomaram a iniciativa de formar o Partido Socialista Revolucionário, juntamente com os que já estavam organizados em outros movimentos políticos.

O P.S.R. recebeu portanto a herança revolucionária da experiência inaugurada em 1968...

L.R. – Sem dúvida, ele é o produto da grande mobilização social e política iniciada em 1968. O P.S.R. assume as inspirações nascidas do processo revolucionário desencadeado pelas Forças Armadas, e visa aprofundá-las e consolidá-las na direção do socialismo. É um partido constituído essencialmente por camponeses, operários e *pobladores* (sem-teto) dos bairros periféricos. Não é, como pensam alguns, um “partido de gerais”. Nem mesmo no nível de sua direção, onde figuram operários, camponeses e estudantes.

Como se situa o P.S.R. com respeito à esquerda, digamos, tradicional, particularmente o partido comunista?

Rafael Roncagliolo – O problema da esquerda peruana, como o de toda a esquerda latino-americana, são as cisões e o fracionismo. A

criação do P.S.R. contribuiu para melhorar o clima na esquerda. Primeiramente porque não somos provenientes de uma fratura ideológica no seio de um partido preexistente, mas de uma mobilização política concreta, a dos setores populares após 1968. Nascemos portanto de uma prática social e não de uma doutrina. O peso das nuances e das sutilezas ideológicas é, por consequência, menor entre nós que em outros partidos. Enfim, consideramos que o socialismo latino-americano deve se incorporar à história nacional: deve, de alguma maneira, ser "nacionalizado". Mariátegui, o grande marxista peruano, falava de "peruanizar" o Peru. Nosso partido recebeu esta inspiração como a mais característica de sua via ideológica. Nas relações com as outras forças da esquerda, guiamos-nos pelo princípio: "*Nenhum inimigo na esquerda*". Não temos tampouco que nos definir em relação a questões tais como as revoluções chinesa, albanesa, etc. Nosso partido simplesmente se recusa a tomar posição quanto a esse gênero de querelas.

### E o trabalho nos sindicatos?

R.R. – O P.S.R. preconiza uma política unitária, tanto no plano político quanto no plano sindical. No momento atual, há no Peru quatro centrais sindicais, a C.G.T.P., influenciada pelo partido comunista, a C.N.T., pequena central influenciada pela democracia-cristã, a C.T.R.P., criada pelo governo do general Velasco Alvarado, e a C.T.P., de influência aprista muito fraca. Convém acrescentar uma quinta tendência, ligada às organizações políticas à esquerda do P.C., que não é muito importante. Nesse contexto, temos sustentado a tese da unidade do movimento sindical, que deveria nascer do combate unitário contra a política anti-operária e antinacional de Morales Bermudez.

Em 19 de julho de 1977, pela primeira vez na história do Peru, houve uma greve nacional: a classe operária paralisou inteiramente o país. Podem-se imaginar os esforços que foram necessários para se alcançar esse resultado, superando as divisões da esquerda. Apenas a C.T.P. aprista se recusou a aderir à greve. Mas sua própria base seguiu a palavra de ordem unitária. A unidade de ação dos operários e dos camponeses traçou também o caminho da unidade política da esquerda.

Há quem negue ainda hoje o alcance da reforma agrária empreendida no Peru pelo governo militar de 1968-1975.

Leonidas Rodriguez – A reforma agrária cumprida sob o governo do general Velasco respondeu a uma aspiração dos camponeses. O Peru estava submetido a um estado quase feudal, contra o qual os camponeses sempre se levantaram. Ora, a reforma agrária efetivamente lixidou os latifúndios. Não existem mais grandes propriedades fundiárias privadas. O mapa do Peru foi inteiramente reformulado pela reforma agrária. As terras foram transferidas aos camponeses sob forma coletiva numa proporção de 85%.

Mas, por outro lado, essa reforma agrária criou novas necessidades e novos problemas, particularmente quanto à comercialização e quanto aos meios de produção (máquinas, adubos, sementes, etc.) utilizados pelos camponeses. Essas novas necessidades só podem ser satisfeitas no quadro do socialismo, pois, enquanto os circuitos comerciais estiverem nas mãos dos capitalistas, a conquista da reforma agrária permanecerá incompleta e ameaçada.

O general Morales Bermudez acaba de confirmar a convocação de uma Constituinte para o próximo ano. Qual é a posição do P.S.R. a esse respeito?

Rafael Roncagliolo – Eis o cerne da questão: o regime militar não é mais, no Peru, um regime de reformas sociais avançadas. Até por isso, somos favoráveis às eleições. Em todo caso, é melhor a burguesia assumir diretamente o poder em lugar de governar por intermédio das Forças Armadas, o que pode apenas levar a comprometer, mais e mais, os militares com a restauração capitalista. De outro lado, as eleições nos permitirão demonstrar até que ponto se desenvolveu a consciência popular. Para nós, o problema é de reconquistar a legalidade após as medidas repressivas das quais fomos vítimas. Até o presente, sem falar da deportação dos dirigentes mais conhecidos, deve-se notar que mesmo nossa imprensa é clandestina no Peru.

Voltemos ao passado recente. Eu gostaria de colocar ao general Leônidas uma questão muitas vezes repetida pelos que acompanharam a experiência revolucionária peruana e não compreenderam em quais condições teve lugar a deposição do general Velasco Alvarado. Nessa época, uma grande parte da imprensa progressista do terceiro mundo – inclusive nós mesmos – falávamos de “segunda fase da revolução” para exprimir a transferência do governo do general Velasco Alvarado para o general Morales Bermúdez. E um dos critérios mais importantes nesta apreciação foi, justamente, a atitude dos principais dirigentes da esquerda militar – entre os quais o próprio general Leonidas – que apoiaram a destituição de Velasco. O que se passou exatamente na reviravolta que em definitivo abriu caminho ao retrocesso do regime militar?

Leonidas Rodriguez – Algumas circunstâncias tornaram necessária a substituição do general Velasco Alvarado. Ele estava gravemente doente, há vários anos. Depois, as dificuldades econômicas, ligadas particularmente ao desequilíbrio da balança de

pagamentos, acentuaram as clivagens no seio das Forças Armadas. A corrente dirigida pelo general Tantalean Vanini, ministro da Pesca, criou uma organização denominada Movimento Trabalhista Revolucionário, de fato composta de sindicalistas pelegos e depois um movimento político fascizizante chamado Braço Político e Armado do Processo Revolucionário. O surgimento, no próprio seio do regime, de uma tal tendência nos alarmou muito. Ora, em 1974, a crise econômica castigou duramente o país. A partir de fevereiro de 1975, a doença do general Velasco Alvarado se agravou consideravelmente. A facção de Tantalean aproveitou-se disso para passar à ofensiva: homens de esquerda foram deportados, as publicações progressistas suspensas e o anticomunismo tradicional encontrou um novo alento. Obviamente, eram chamados de "comunistas" todos os partidários da mudança social. Em resumo, esse conjunto de circunstâncias mostra porque Velasco não podia conservar seu posto.

Mas era preciso substituí-lo por Morales Bermudez?

L.R. – A escolha de Morales era natural. Ele estava há muito tempo identificado com a corrente progressista. Depois, enquanto Primeiro Ministro do general Velasco, cabia a ele substituí-lo na Presidência. Além disso, em seu discurso diante dos representantes dos países não alinhados, reunidos em Lima quando Velasco deixou a Presidência, declarou: "A revolução que vos diz até logo (era o encerramento da conferência) é a mesma que vos acolheu". Morales Bermudez, durante os primeiros meses de seu governo, adotou medidas progressistas tais como a redução da superfície máxima das propriedades agrícolas privadas: de 150 para 50 hectares e limitou a especulação fundiária nas zonas urbanas.

Mas logo depois, Morales começou a se desfazer dos ministros progressistas...

L.R. – Exagerou-se a significação de minha partida. Um general sob meu comando tinha sido transferido de posto sem mesmo que eu fosse consultado. Bem entendido, quiseram me desacreditar e me fazer partir. Mas a eliminação da esquerda enquanto tal no seio do governo teve lugar apenas alguns meses mais tarde, quando o general Morales deixou-se dominar pelos representantes, civis e militares, da burguesia peruana da qual se tornou o instrumento.

A guinada à direita se manifesta também na política estrangeira de Morales?

Rafael Roncagliolo – Ele pensa que não convém abandonar o não-alinhamento, mas que o acento deve ser colocado nas relações inter-americanas. Para ele, o essencial é se entender com as ditaduras militares fascistas da América Latina. A posição internacional do Peru mudou muito claramente. Face a esse retrocesso, o P.S.R. preconiza a participação ativa do Peru no movimento dos não-alinhados e enquanto partido, esforçamo-nos por reforçar nossos laços com os governos e movimentos de libertação da África e da Ásia.

Mas o Peru continua se definindo como não-alinhado...

R.R. – O que não nos impede de estar mais e mais submetidos ao imperialismo. Prova disso é a capitulação diante do Fundo Monetário Internacional. Certamente, o Peru continua não-alinhado, mas não se encontra mais na vanguarda do não-alinhamento: juntou-se ao bloco dos moderados.

## O que propõe o P.S.R.?

L.R. – O P.S.R. não se contenta em denunciar o atual governo e preconizar os objetivos finais do socialismo. Nada mais estranho a sua trajetória que a fraseologia, mesmo a revolucionária. Preconiza portanto, no imediato, medidas econômicas e sociais urgentes, expostas de maneira muito detalhada e concreta em seu programa de conjuntura publicado no órgão *O socialista*.

## 7. A Constituinte começa mal: o que vai restar das reformas democráticas do general Velasco Alvarado? <sup>13</sup>

O balanço das eleições para a Assembléia Constituinte que ocorreram no Peru, no domingo de 18 de junho, traz três resultados, um deles surpreendente: o grande vencedor foi a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), partido reformista fundado há meio século por Vitor Raul de la Torre. A despeito de seu nome, a APRA, que no início encarnou as aspirações progressistas da burguesia nacional e das camadas médias urbanas, não parou depois de escorrer para a direita, a ponto de se tornar o “partido americano” por excelência no Peru. O que não a impediu de conservar uma audiência importante nesses mesmos meios e nas correntes sindicais reformistas. Em 18 de junho, ela obteve 35% dos votos e 36 cadeiras na Constituinte, num total de 100.

O Partido Popular Cristão (PPC), de direita, obteve 27 cadeiras. Com a APRA, vão configurar na Assembléia Constituinte do Peru uma larga maioria de centro-direita. A APRA não parece entretanto decidida, ao menos no momento, a se amarrar numa aliança estreita

<sup>13</sup> Publicado originalmente em *Afrique-Asie* nº 165, de 10 a 23 de julho de 1978, sob o título “La Constituante est mal partie”.

com a direita, a qual, de seu lado não está muito satisfeita com os resultados da consulta, primeiro passo, após dez anos de regime militar, para a normalização constitucional do Peru.

O segundo resultado marcante do escrutínio de 18 de junho foi o fraco desempenho das forças políticas de esquerda que reivindicavam o espólio do governo progressista do general Velasco. De uma parte, porque a impopularidade do regime militar atual (do general Morales) devia infalivelmente recair sobre a imagem do governo de seu predecessor, o general Velasco, destituído em agosto de 1975 por Morales.

Doutra parte, porque o principal partido da esquerda, o Partido Socialista Revolucionário (PSR), dirigido pelo general Leônidas Rodrigues, foi objeto de toda sorte de perseguições e de entraves à liberdade de propaganda. O general Leônidas Rodrigues foi deportado na mesma tarde do escrutínio, logo após ter votado, e Rafael Roncaglio-lo, outro dirigente importante do PSR, teve de se refugiar na embai-xada do México. Nessas condições, os 6% de votos obtidos pelo PSR não parecem corresponder à sua influência real sobre as massas populares, sobretudo camponesas.

O Partido Comunista Peruano obteve igualmente perto de 6% dos sufrágios, a Unidade Democrática Popular, frente de vários agrupamentos de esquerda, 4%, e o Partido Democrático Cristão, de centro-esquerda, 2%, num total de 18% dos votos para o conjunto da esquerda, sem contar a extrema-esquerda, protagonista da maior surpresa do escrutínio. Recebeu, com efeito, cerca de 12% dos votos. Soube catalisar a frustração popular, mais amarga por contraste com as esperanças suscitadas pelo general Velasco. Entretanto, para se tornar força determinante nas lutas políticas da sociedade peruana, a extrema-esquerda terá de superar a pulverização orgânica, hoje materializada nas dezessete siglas que a compõem.

## 8. Peru: o caminho do retrocesso<sup>14</sup>

Dois meses antes das eleições presidenciais de maio último, que levaram à vitória, por uma surpreendente maioria, do candidato liberal de centro-direita Belaunde Terry (o antigo presidente deposto em 1968 por um golpe de Estado de oficiais nacionalistas ligados ao general Velasco Alvarado), o chefe de Estado em fim de mandato, general Francisco Morales Bermudes, havia se felicitado pela consolidação da “propriedade social” na economia peruana, a saber, as empresas autogeridas, que são em número de 57, contando com um total de 6.500 trabalhadores.

Este otimismo oficial, expresso em linguagem progressista (gracas à propriedade social, declarou notadamente Morales Bermudes, “o trabalho se afirma como a fonte principal da riqueza”), não chega a dissimular o balanço, decididamente demasiado magro, de um regime que governou o Peru durante uma dúzia de anos e se prepara para restituir o poder aos civis.

Certamente, esse regime conheceu uma “fase ascendente” de 1968 a 1975. Durante esse período, com efeito, a equipe anti-imperialista reunida em torno do general Velasco Alvarado procedeu à nacionalização do petróleo, e, sobretudo, a uma reforma agrária de grande amplitude, que permitiu o acesso de milhões de camponeses, seja sob forma autogestionária, seja sob uma forma privada, à propriedade da terra e dos meios de produção. Mas, em 1975, o general Morales Bermudes destituiu o general Velasco Alvarado e, sob pretexto de passar a uma “segunda fase da revolução”, bloqueou-a sem renunciar a alguns de seus resultados.

---

<sup>14</sup> Publicado originalmente em *L'Economiste du Tiers Monde*, nº 48-49 de julho-agosto de 1980, sob o título “La voie de l'abandon” e o pseudônimo de Otacílio Nunes.

Um processo de transformações sociais interrompido a meio-caminho e do qual se cortou o ímpeto, está condenado pela própria ação daqueles cujos interesses ele ameaçava. Diante da ameaça de asfixia financeira – à pesada dívida externa se somavam as dificuldades crescentes na balança comercial -, o general Morales Bermudes, depois de numerosas negociações e de penosas hesitações (pois sempre pretendeu se inspirar na política externa de independência nacional aplicada pelo seu predecessor), finalmente se ajoelhou diante das exigências do Fundo Monetário Internacional. Este último subordinava a renegociação da dívida externa peruana à aplicação de uma política de “austeridade financeira”, que implicava na redução de investimentos e de despesas sociais do Estado, na restrição de importações e numa ampla gama de medidas complementares.

A história da asfixia e em seguida da capitulação financeira do Peru constitui um exemplo particularmente revelador dos métodos de pressão e do poder de chantagem do qual dispõe a alta finança imperialista com respeito aos países endividados. Em 1976, observa um estudo do Banco Sudameris, a situação dos pagamentos ao exterior do Peru era “quase catastrófica”. Com efeito, ao déficit comercial de 739 milhões de dólares, faltava acrescentar os juros da dívida, que atingiram 500 milhões de dólares naquele ano.

Além disso, contrariamente ao Brasil, México, Chile, Coréia do Sul, Singapura, Hong Kong, a economia peruana atraía cada vez menos os investidores estrangeiros: não lhes oferecia nem taxas de expansão atraentes nem as “garantias políticas” que eles poderiam encontrar alhures. Donde a queda contínua tanto dos investimentos diretos de capitais externos estrangeiros quanto dos empréstimos a longo prazo concedidos por governos estrangeiros e organismos financeiros internacionais. Essa atitude pesou gravemente na balança de pagamentos: em 1976, as entradas de capitais estrangeiros repre-

sentaram a metade do ano precedente, que já não tinha sido um ano particularmente fasto. Face a uma tal conjunção de fatores adversos, apenas um governo que dispusesse de uma grande autoridade moral e tendo à retaguarda o povo unido teria podido não se prostrar diante dos usurários internacionais.

Evidentemente, tal não era o caso da equipe do general Bermudes. De modo que a "política de austeridade" foi aplicada e, ao preço de uma sensível degradação do poder de compra dos trabalhadores assim como de uma clara diminuição dos investimentos públicos, o Peru chegou a alcançar, a partir de 1978, saldos positivos na balança comercial, graças aos quais pôde fazer frente a seus credores. Para se fazer uma idéia da sangria dos recursos financeiros sofrida pelo país, basta notar que em 1978 o pagamento das amortizações e juros da dívida externa custou ao Peru 1.061 milhões de dólares, ou seja, 55% do valor de suas exportações (que se elevaram, naquele ano, a 1.941 milhões de dólares). A contrapartida desses "bons" resultados financeiros foi, ainda em 1978, uma taxa negativa de crescimento do produto interno bruto de 1,8%. Como poderia ser de outro modo, quando os recursos obtidos pelo comércio exterior passaram imediatamente para as mãos dos agiotas internacionais?

Os planos de austeridade impostos pelo FMI implicam sempre na restrição do consumo popular: a luta contra a inflação baseia-se em larga medida na compressão salarial. Os meios sindicais estimam em 150% a alta do custo de vida durante os anos 1978-79, quando o salário mínimo progrediu apenas 50%. Certamente, as categorias profissionais bem organizadas no plano sindical defenderam obstinadamente seu poder aquisitivo, que recuou em proporções menos brutais do que o dos trabalhadores mal ou não organizados sindicalmente.

As fontes oficiais indicam uma degradação menos intensa dos salários, mas admitem igualmente que, malgrado a elevação geral dos

salários nominais ocorrida em outubro último, o poder aquisitivo atingiu, para um índice 100 em 1973, apenas 68,5. A retração dos investimentos levou ao agravamento do desemprego. Todavia, graças ao progresso das exportações, os resultados econômicos de 1979 foram menos maléficos que os do ano precedente. Certamente, a produção de farinha de peixe (outrora a principal fonte de divisas para o país), essencialmente assegurada pelas pequenas anchovetas ("anchovetas"), continua a sofrer os efeitos das pescas predatórias efetuadas pelos barcos estrangeiros. Compreende-se assim porque o Peru sempre foi um dos mais firmes advogados da extensão das águas territoriais. Com efeito, enquanto em 1970 a captura de anchovetas se elevou a 12,2 milhões de toneladas, em 1978 não atingiu mais que 1,2 milhões de toneladas. Foram sobretudo o petróleo, o cobre e o minério de ferro que asseguraram os bons resultados comerciais do Peru em 1979.

Espera-se para 1980 um crescimento considerável das exportações de ferro assim como um rápido desenvolvimento da produção de aço graças à implantação, no complexo siderúrgico de Chimbote, de dois fornos elétricos de redução direta, de uma siderurgia e dum central térmica anexa que funciona a carvão. Em 1982, a produção de aço deverá atingir 2,2 milhões de toneladas.

A transferência do poder dos militares aos civis se efetua portanto numa conjuntura de recuperação lenta da atividade econômica, apoiada na indústria mineira, e essencialmente voltada para os mercados de exportação. Em qual sentido essa evolução será afetada pela ascensão de Belaunde Terry à Presidência? A resposta lamentavelmente não deixa dúvidas! Esse liberal de direita, cuja campanha eleitoral foi sustentada a fundo pelo Departamento de Estado norte-americano (enquanto a social-democracia alemã apostava no candidato centrista da APRA), propôs abrir amplamente a economia peruana ao capitalismo internacional. Portanto, a consolidação de uma indústria pesada estatal, conquista

indústria pesada estatal, conquista do governo do general Velasco Alvarado, está seriamente colocada em questão.

Mas, de fato, há um questionamento mais geral, esboçado a partir do momento em que o governo do general Morales Bermudes se inclinou diante do "diktat" do FMI, que se anuncia claramente na cena econômica e social do Peru. O projeto de um desenvolvimento econômico autônomo, de uma industrialização em profundidade, tecnológica e economicamente integrada no quadro do Pacto Andino (ambicioso, projeto de desenvolvimento regional que agrupa, além do Peru, a Colômbia, o Equador, a Venezuela, e a Bolívia) será sem dúvida postergado por prazo indeterminado em proveito do crescimento industrial voltado para o exterior, como ocorreu no Brasil, Coréia do Sul, Taiwan e outros países industrializados do Terceiro Mundo que, aproveitando-se de sua mão-de-obra "abundante e barata", tornaram-se exportadores de produtos manufaturados. Tal é o caminho que o Peru já está trilhando. Em 1979, as exportações peruanas, cuja competitividade é inversamente proporcional aos salários, atingiram 3.400 milhões de dólares, ao passo que as importações não ultrapassaram 2.100 milhões de dólares. A inflação, abrandada graças à compressão salarial, alimenta-se ainda da desvalorização da moeda peruana (da ordem de 400% entre 1976 e 1979), para maior vantagem dos exportadores que disso se aproveitam duplamente: ela aumenta a competitividade de seus produtos no mercado internacional ao mesmo tempo que o contravalor em moeda nacional de suas exportações. No Peru de Belaunde Terry, a economia poderá se comportar bem, segundo os critérios da rentabilidade capitalista. Mas o povo corre o risco de passar muito mal.

## 9. Vitória eleitoral da esquerda<sup>15</sup>

Três anos depois das eleições gerais que encerraram doze anos de regime militar, os peruanos voltaram às urnas, em 13 de novembro de 1983, para escolher os prefeitos e os conselheiros dos 1.517 municípios do país. Há consenso em que esta nova eleição deve ser encarada como um referendo. Em 1980, o povo votou, em grande maioria, na Ação Popular (AP) e em seu candidato, o atual presidente Belaunde Terry, que pareciam representar os elementos estabilizadores da democracia. A nação ficara desapontada com o regime militar, inspirado originalmente no fervor anti-imperialista e reformista de 1968, mas que perdera o rumo depois que o general Velasco Alvarado e seus partidários progressistas foram marginalizados, alguns até perseguidos. Desta vez, os eleitores não se deixaram enganar pela identificação de Belaunde Terry com os aspectos exteriores de democracia, pois sua trajetória pode ser resumida como subserviência às exigências reacionárias e antisociais do Fundo Monetário Internacional e abuso da repressão militar. Incapaz de chegar à raiz do problema, ele se contenta em "gerenciar" a crise econômica que afeta o Peru (e o resto do Terceiro Mundo) e em dar ao exército carta branca para esmagar os guerrilheiros.

Entende-se assim a indiscutível vitória da esquerda unida nos grandes centros urbanos. Em escala nacional, a APRA, com uma plataforma de centro-esquerda, ficou em primeiro lugar com 37% dos votos, graças a seu grande sucesso nas áreas rurais. O partido do governo, a AP, teve que se contentar com 18% dos sufrágios e o terceiro lugar.

Belaunde Terry permanecerá na presidência durante pelo menos mais dois anos. Continuará a política impopular que reduziu a votação de seu partido a menos de um quinto do corpo eleitoral? Os observadores

<sup>15</sup> Publicado originalmente sob o título "Peru turns left" em *AfroAsia*, (edição em inglês), nº 2, fevereiro de 1984.

admitem a possibilidade de vitória da esquerda nas eleições presidenciais de 1985. Até lá, a contínua recessão e o recrudescimento dos movimentos contra-revolucionários no seio do exército (que considera a repressão do Sendero Luminoso como primeira etapa rumo a um golpe de Estado) pode modificar radicalmente a situação política do Peru.

## 10. Peru: uma herança difícil<sup>16</sup>

Meio século depois de ser fundada, a Aliança Revolucionária Popular Americana (APRA) vai finalmente governar o Peru, graças à vitória do secretário geral do partido, Alan García Perez, nas eleições presidenciais de 14 de abril (de 1985). Conquistando 48% dos votos, sua vitória no primeiro turno foi suficientemente nítida para converter o segundo turno em mera formalidade. O segundo colocado, Alfonso Barrante Lindan, candidato da Esquerda Unida e prefeito da cidade de Lima, decidiu não concorrer no segundo turno: suas possibilidades de vitória eram demasiado remotas. Não obstante, obteve 24% dos votos, resultado honroso, especialmente em função da plataforma eleitoral da APRA haver atraído o apoio de muitas pessoas que foram influenciadas pela propaganda tenaz e insidiosa da direita, voltada para a exacerbção do medo da política marxista de Barrante. A APRA conquistou 32 das 60 cadeiras do Senado e 107 das 180 cadeiras da Câmara dos Deputados, garantindo a Alán García maioria absoluta no Congresso peruano.

O resultado mais evidente das eleições gerais foi a esmagadora derrota das forças reacionárias e conservadoras. Os candidatos presidenciais da APRA e da Esquerda Unida obtiveram conjuntamente 72% dos votos do primeiro turno. Os diversos candidatos da direita

<sup>16</sup> Publicado originalmente sob o título "Peru: a difficult inheritance", em *AfricAsia*, (edição em inglês), nº18, junho de 1985.

tiveram que se contentar com 18% dos votos, incluindo os 12,2% concedidos a Luis Bedoya Reyes, da Convergência Democrática, e os 5 % a Javier Alva Orlandini, apoiado por Belaunde. Em 1980, Belaunde havia conquistado 43% dos votos. Assim, seu Partido da Ação Popular perdeu 38% de apoio eleitoral.

A derrota revela o repúdio do povo peruano ao governo que se encerra. A única conquista real que o Presidente Belaunde Terry pode reivindicar é haver chegado ao fim do seu mandato. Essa "normalização" institucional não compensou o considerável declínio do padrão de vida da grande maioria dos peruanos. Apesar do alarde sobre o movimento Sendero Luminoso, os peruanos sabem que Lima não foi chamada de "Calcutá da América do Sul" em decorrência da guerrilha, que normalmente opera muito longe da capital, nas regiões andinas de Ayacucho, Huancavelica e Apurímac. A principal causa do incremento da pobreza e do desemprego é o próprio Belaunde Terry. Uma de suas primeiras medidas, em 1980, foi abrir o mercado peruano a todo tipo de importações. Centenas de milhões de dólares foram gastos em mercadorias de luxo importadas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Essa posição econômica ultraliberal também havia sido adotada por Pinochet, no Chile, e Videla, na Argentina, com resultados semelhantes: o rápido esvaziamento das reservas em moeda estrangeira e a falência das indústrias nacionais pressionadas pelos trustes e cartéis estrangeiros.

Os efeitos perversos da política econômica liberal podem ser resumidos em alguns fatos e números. O valor real do salário mínimo caiu em mais da metade, desde 1973 (quando o General Velasco Alvarado encabeçava o governo); dois em cada três trabalhadores não detêm empregos de tempo integral e a taxa de inflação, que foi de 130% em 1984, continua a crescer. A dívida externa de 15 bilhões de dólares é maior do que o produto interno bruto, que vem declinando desde

1980, depois de atingir 16,8 bilhões de dólares. Apenas em 1983, o PIB caiu em 12%. Uma criança em cada dez morre antes de completar o primeiro ano de vida.

Embora essa já seja uma herança suficientemente difícil para o Presidente Alan Garcia e a APRA, o governo terá que enfrentar também o desafio representado pelo Sendero Luminoso, cujas atividades cresceram durante o mandato de Belaunde Terry. Foi exatamente no dia em que este tomou posse, em 28 de julho de 1980, que o Sendero anunciou o início da guerrilha na região de Ayacucho, onde o movimento teve origem. A rigidez ideológica do "Partido Comunista do Peru" (marxista-leninista-maoista), denominação oficial do Sendero, isolou-o do restante da esquerda. O que não parece preocupar seus dirigentes: o prefeito de Huancayo (cidade andina não distante de Ayacucho), membro da Esquerda Unida, foi morto pelas mãos de um comando do Sendero.

Apesar de seu isolamento voluntário, que o leva a encarar como inimigas até mesmo as forças da esquerda que não seguem sua linha, o movimento sobreviveu a ferozes tentativas de aniquilamento efetuadas pelo exército e, especialmente, pelos *sinchis* anti-guerrilha. Este braço especial da guarda civil espalha o terror em todos os vilarejos camponeses da área de Ayacucho e regiões próximas na cordilheira. Em 1983, a Anistia Internacional elaborou um relatório detalhado sobre o seqüestro, tortura e execução de 138 camponeses, pelos *sinchis* das regiões de Ayacucho, Huancavila e Apurimac. As estimativas quanto ao número total de vítimas são muito imprecisas, porque a área foi declarada "zona de guerra" pelo exército e está sujeita a severos controles militares que praticamente a amputaram do restante do país. No entanto, acredita-se que tenham sido assassinadas pelo menos 10.000 pessoas durante os cinco anos passados. Tendo-se em mente que o Sendero opera na forma de pequenas unidades e evita

engajar grandes contingentes em confronto direto com o inimigo, parece ser claro que a maioria dos mortos foi constituída por camponeses assassinados em ações "punitivas" realizadas pelos *sinchis*. O Sendero também foi acusado de assassinar camponeses suspeitos de colaboração com a polícia e o exército, o que é muito provável. Não obstante, as informações fornecidas pelo governo de Lima são altamente discutíveis, porque, se os *Senderistas* fossem apenas os terroristas sangüinários que se pretende que sejam, seria difícil entender porque estão tão bem estabelecidos entre os habitantes da cordilheira, descendentes dos orgulhosos Incas cuja civilização se espalhava pela metade ocidental da América do Sul, antes que fossem aniquilados pelos conquistadores espanhóis.

Além disso, diversos oficiais do exército peruano afirmaram claramente que o problema da guerrilha exige uma solução social e política e não militar. Entre eles o general Adrian Huaman, comandante da região de Ayacucho, que solicitou ao governo o fornecimento de aproximadamente 15 milhões de dólares em fundos especiais, em 1984, para financiar projetos de desenvolvimento local. A resposta foi a mesma que receberam seus colegas que pensavam da mesma forma. Belaunde Terry destituiu-o do posto. Foi em julho de 1984 que o exército assumiu a tarefa repressiva da polícia na região. Desde então, os comboios blindados e os vôos de helicópteros têm sido uma visão comum na cidade de Ayacucho e seus arredores, onde se tornou evidente que o governo central havia decidido empreender uma guerra prolongada.

Alan Garcia não parece disposto a fazer nenhuma declaração apressada sobre seus planos em relação ao Sendero. Compreende-se. Em suas primeiras declarações como presidente eleito, ele enfatizou os aspectos mais progressistas de sua plataforma. Adotou a idéia de uma moratória no pagamento da dívida externa da América Latina,

falou em defesa do governo da Nicarágua, retomou a posição não-alinhada que marcara o regime militar nacionalista do General Velasco Alvarado e descartou a hipótese de manter medidas severamente repressivas. Enfatizou assim o papel da APRA como força dirigente da "Esquerda Democrática". Não obstante, ainda que ele tente controlar as tropas que reprimem o "Sendero" e tenha encerrado as atividades terroristas dos *sinchis* e de outros grupos especializados na "contra-insurreição" é duvidoso que consiga chegar a um acordo político com a guerrilha. Essa possibilidade parece totalmente afastada pelos *Senderistas* e tudo sugere que a luta esteja longe de acabar na cordilheira dos Andes.

As eleições que levaram Alan Garcia à presidência e fizeram da APRA o maior partido político do Peru representam porém uma séria derrota para o Sendero, que fez tudo que estava a seu alcance para promover um boicote das eleições. Enquanto o povo peruano não souber se a APRA vai concretizar suas promessas eleitorais ou ao contrário, desapontar seus eleitores tanto quanto o Partido da Ação Popular de Belaunde Terry, o clima continuará sendo desfavorável para o Sendero Luminoso.

A virada para a esquerda do eleitorado peruano já era aparente nas eleições municipais de 1983 em Lima, quando a Esquerda Unida conquistou uma vitória importante e Alfonso Barrantes se tornou prefeito da capital. Em vista do resultado das eleições de 14 de abril, Alan Garcia terá que ponderar cuidadosamente suas decisões. Se ele se comprometer seriamente com as reformas econômicas e sociais e adotar uma posição nacionalista não-alinhada, poderá contar com o apoio – embora crítico – da Esquerda Unida. Apoiado por mais de dois terços do eleitorado, poderá avançar muitos passos, abrindo o caminho para um futuro melhor.

## **Capítulo V**

### **Cone Sul: do Estado terrorista ao refluxo da maré militar**

Ao longo dos anos 60, a vaga revolucionária desencadeada pela Revolução Cubana rompeu-se de encontro às muralhas da oligarquia na Venezuela, na Colômbia, na Guatemala, no Peru, no Paraguai. Paralelamente, o golpe militar pró-americano no Brasil, em 1964, seguido em 1965 da invasão de São Domingos pelos estadunidenses, o golpe militar fascista na Argentina, em 1966, e a morte de Guevara, na Bolívia, em 1967, assinalaram a amplitude da ofensiva contrarrevolucionária na América Latina. No final da década, porém, a situação se inverteu : desencadeamento da guerrilha urbana no Brasil, no Uruguai e na Argentina, particularmente, tomada do poder por militares nacionalistas no Peru, na Bolívia e no Panamá e avanço das lutas de massa no Chile da Unidade Popular, na Bolívia sob o governo Torres com a Assembléia Popular, no Uruguai, onde malgrado os golpes muito duros sofridos pelos Tupamaros, o movimento popular continuou mostrando sua presença.

Em agosto de 1971, o truculento golpe de Estado do coronel Banzer, na Bolívia, abriu caminho a uma nova ofensiva contrarrevolucionária que se acelerou em junho de 1973 (27 de junho: golpe de Estado militar no Uruguai; 29 de junho: "tancazo"<sup>1</sup> em Santiago), e

---

<sup>1</sup>A primeira tentativa de golpe militar contra o governo de Salvador Allende ficou conhecida como "tancazo".

sobretudo, a partir de 11 de setembro, quando os militares fascistas, após bombardearem o palácio presidencial para assassinar o presidente Salvador Allende, deram livre curso à mais furiosa repressão policial e militar que a América Latina conheceu em seu passado recente<sup>2</sup>. Os textos que seguem, escritos todos “em cima” dos acontecimentos, reconstituem alguns de seus momentos e aspectos decisivos.

### **1. Chile: a greve dos patrões<sup>3</sup>**

“Os transportes ferroviários estão incrivelmente desorganizados, e a desorganização se agrava. As ferrovias vão parar. As entregas de matérias-primas e de carvão para as usinas cessarão. Do mesmo modo, as entregas de cereais. Conscientemente, sem descanso, os capitalistas sabotam (negligenciam, param, solapam, freiam) a produção na esperança de que essa catástrofe sem precedentes leve à falência da república e da democracia... facilitando... a restauração da onipotência da burguesia e dos grandes latifundiários”. Os que acompanharam de perto a evolução da greve das ferrovias e dos comerciantes possivelmente acreditariam reconhecer nesse sombrio balanço o retrato do Chile atual. De um ponto de vista estritamente histórico eles estariam enganados, pois foi Lênin que o traçou, em setembro de 1917, às vésperas da Revolução de Outubro. Ele não pensava, obviamente, no Chile, mas no destino da situação revolucionária aberta na Rússia pela insurreição de fevereiro de 1917 e pela constituição de um duplo po-

<sup>2</sup> Três anos depois, a ditadura terrorista contra-revolucionária do general Videla e capangas na Argentina iria cometer atrocidades iguais e até piores.

<sup>3</sup> Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 18, de 27 de novembro a 10 de dezembro de 1972, pp. 38-40. Este, como os demais textos reunidos no presente capítulo, são análises da conjuntura e da evolução política do Cone Sul latino-americano, escritos e publicados num período historicamente muito curto, mas terrivelmente decisivo.

der coexistindo em equilíbrio instável. As analogias não têm enquanto tal valor demonstrativo. Podem ser úteis, entretanto, desde que se respeitem as condições específicas de cada situação concreta.

A eleição presidencial de setembro de 1970 criou uma dinâmica revolucionária no Chile. Contrariamente às "previsões" céticas que afirmavam alternadamente, quando não simultaneamente, que o governo Allende seria derrubado rapidamente ou que ele acabaria por recuar diante da burguesia, o balanço dos dois primeiros anos da Unidade Popular é, no conjunto, positivo: nacionalização dos setores chave da grande indústria, reforma agrária democrática levada a seu termo com a liquidação da grande propriedade fundiária (de mais de 80 hectares), aumento considerável do poder de compra dos trabalhadores (malgrado a inflação). Isto não quer dizer que todas as condições para a construção do socialismo no Chile já foram realizadas pelo governo da Unidade Popular. Se o julgamos relativamente a seus próprios objetivos, e não pela idéia que tal ou qual organização política faz do "verdadeiro" socialismo, não podemos deixar de reconhecer que ele transformou a economia e a sociedade chilenas fazendo-as avançar no sentido do socialismo. É preciso porém esclarecer até que ponto e a qual preço.

Num país cujo setor público da economia tomou tal amplitude (os principais meios da produção industrial, do comércio exterior, do sistema bancário, estão sob seu controle), no qual, na agricultura, consolida-se o cooperativismo camponês, num tal país, a alternativa é um capitalismo de Estado burocrático reacionário, ou um capitalismo de Estado democrático e revolucionário. Este pode constituir o instrumento de transição do capitalismo para o socialismo, desde que o conjunto dos trabalhadores, dirigidos pela classe operária e por suas organizações políticas, assegurem e consolidem sua hegemonia sobre o Estado e sobre a sociedade. Se, ao contrário, a burguesia lograr a-

gravar as dificuldades intrínsecas a toda tentativa de transformação revolucionária da sociedade e, através de eleições ou de um golpe de Estado, recuperar as posições perdidas, o setor estatal será posto a serviço da acumulação capitalista no setor privado<sup>4</sup>.

A gravidade do perigo é proporcional à importância das posições que o setor privado conserva no sistema econômico, como mostraram as greves das empresas de transporte rodoviário e dos comerciantes. O mais curioso nestas greves é a confusão estabelecida pela maioria dos comentadores sobre seu “caráter político”. Sem dúvida, o próprio presidente Allende denunciou os objetivos políticos, de resto manifestos, dos organizadores da greve. Inferir daí, como o jornalista Charles Vanhecke num artigo recente, que “de hoje em diante, todo movimento corre o risco de tornar-se político no Chile”, confunde mais do que esclarece. Não é só “de hoje em diante” (a saber, a partir da greve dos rodoviários e comerciantes) que todo movimento social pode ser manipulado pela direita para contestar o governo. Muito antes da deflagração da greve, um dos responsáveis pela confederação do comércio varejista declarou ao semanário *Chile Hoy* que era preciso “coordenar a ação do setor privado contra o marxismo pois, no mar-

<sup>4</sup> (nota de junho de 1998). Esta alternativa repousa numa indevida extração para o Chile do que então ocorria no Brasil, onde a ditadura militar expandia o capitalismo de Estado. A hipótese implícita era a de que um poder político burocrático-militar, portanto vinculado orgânicamente ao aparelho de Estado, tenderia a fortalecer o *estatismo* capitalista. Pinochet, Videla, prepostos e sucessores, no Chile, na Argentina e alhures, encarregaram-se de desmentir completamente tal hipótese. Meu erro de avaliação consistiu em superestimar a chamada “autonomia específica da instância política” e consequentemente, subestimar a capacidade da burguesia “stricto sensu” (=patronato capitalista) de impor seus específicos interesses de classe à corporação militar. Tampouco previ (mas quem, na esquerda de então, podia prever?) que a vitória da contra-revolução no Chile abriria caminho para o neoliberalismo, cujo patriarca político é o ex-ditador carniceiro e hoje senador da “democracia” chilena.

xismo, desaparece o setor privado". A oposição burguesa e pequena-burguesa já não tinha dúvidas sobre a necessidade de derrubar Allende. Isto a despeito dos porta-vozes da Unidade Popular terem assegurado um milhão de vezes que não pretendem socializar o pequeno comércio.

"De que se queixavam os rodoviários chilenos, pergunta Vanhecke, quando começaram a fazer greve há quinze dias, arrastando comerciantes, médicos, engenheiros, bancários, motoristas, e provocando a crise mais grave que a Unidade Popular conheceu? Sua principal queixa é o projeto de criação de uma empresa pública de transportes rodoviários, cuja concorrência eles temiam. Em sua maioria, com efeito, trata-se de pequenos empresários. Pertencem à categoria de chilenos que se sentiram ameaçados, a partir de novembro de 1970, pelo programa da Unidade Popular, que visa fundar um vasto setor de *propriedade social*, em outras palavras, um capitalismo de Estado"<sup>5</sup>. Essa análise repousa num mal-entendido. Claro que todos os setores e camadas da burguesia, dos grandes capitalistas aos pequenos empresários do transporte rodoviário, se opõem à nacionalização das empresas que lhes pertencem. Mas a projetada empresa pública rodoviária iria apenas ampliar a muito insuficiente oferta de transportes. Não pretendia se apoderar das empresas privadas dos rodoviários, nem, menos ainda, dos comerciantes e profissionais liberais. Estes, portanto, aderiram à greve reacionária por razões políticas. No caso dos rodoviários, a motivação econômica, como salientou o próprio jornalista francês, era impedir a concorrência em seu setor.

Falar de "capitalismo de Estado" sem esclarecer esses "pequenos detalhes", sem lembrar que, na maioria dos países capitalistas dominantes, o sistema de transportes de mercadorias e de passageiros é público,

---

<sup>5</sup> *Le Monde* de 24 de outubro de 1972.

equivale a adotar a linguagem e o ponto de vista da própria oposição burguesa, que não é contra todas as formas de “capitalismo de Estado”, mas contra a forma democrático-revolucionária que assumem, no Chile atual, as nacionalizações e o fortalecimento da “área social”.

É preciso compreender, com efeito, que “a obstinação” de Allende na questão da greve dos rodoviários, mais que compreensível, era necessária. A fragmentação dos transportes rodoviários em numerosas pequenas empresas, controladas por um sindicato reacionário (onde a voz dos grandes e pequenos patrões pesa incomparavelmente mais que a dos assalariados) constitui, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista político, um fator de atraso no desenvolvimento do Chile. No plano técnico, por razões evidentes: quando está em questão o abastecimento dos centros urbanos e o escoamento das riquezas produzidas nos pontos mais diversos do país, não há lugar para acordos com as associações patronais (ainda que sejam pequenos patrões) suscetíveis de afetar a melhoria do aparelho produtivo. No plano político, igualmente, os fatos são claros: a democracia-cristã e seus aliados de extrema-direita mostraram que estão dispostos a utilizar até o fim a influência que exercem sobre o sindicato dos rodoviários para criar toda sorte de dificuldades para o governo e particularmente para sabotar a produção.

Para aqueles que não querem discutir com o governo, mas derribá-lo, todas as garantias que a Unidade Popular puder dar serão vãs. É preciso que o governo consiga impor sua vontade aos que raciocinam apenas em termos de relações de força, explicando aos outros (isto é, aos pequenos comerciantes enganados pela propaganda reacionária) que a verdadeira alternativa para eles não é a “estatização” ou a situação atual, mas a subordinação aos grandes capitalistas ou a planificação democrática.

No comércio atacadista, em 1967, sessenta grandes empresas de distribuição realizaram 76,1% do total de vendas do setor empregando 52,9% da mão-de-obra, contra 1.689 pequenas empresas que venderam apenas 4,7% daquele valor total, empregando 20,6% da mão-de-obra total. Em outras palavras, abstração feita das médias empresas existentes no comércio atacadista, havia, nessa data, 2,7% das empresas que dispunham de 76,1% do mercado e 64,6% das empresas que se contentavam com 4,7% do mesmo mercado. É preciso muita má fé para acusar o governo da Unidade Popular de querer expropriar os pequenos comerciantes!

Agora que a greve terminou, pode-se traçar um balanço, apenas provisório, dada a amplitude da crise política que o país ainda atravessa: (a) A greve reacionária fracassou na medida em que seu caráter de sabotagem econômica e de contra-ofensiva política da direita tornou-se mais manifesto. (b) Não há porém razões para muito otimismo: o caráter democrático-revolucionário do regime se mede também pela sua capacidade de mobilizar as massas na defesa de seus próprios interesses. Nesse sentido, é preciso notar ainda uma vez que a manutenção da ordem, durante toda a crise, foi confiada no essencial às Forças Armadas. (c) Finalmente, a greve mostrou que a burguesia permanece capaz de arrastar, na sua esteira, setores importantes da pequena burguesia e das camadas médias da população em geral. As forças reacionárias permanecem dispostas a lutar e se desmobilizarão apenas diante da mobilização cada vez maior dos trabalhadores. O inimigo atacou, a esquerda recuou organizadamente, agora o inimigo recua (para preparar um novo ataque). É preciso que a esquerda ataque, e com firmeza.

## 2. Os militares no governo: segurança para quem?<sup>6</sup>

O governo de Unidade Popular recuou: tudo consiste em saber se é para melhor atacar ou se para preparar uma retirada geral. Não nos parece necessário discutir o fato do recuo em si. Os três militares que entram no novo governo chileno não pertencem a nenhum dos partidos da Unidade Popular. Basta dizer que nele ingressam na qualidade de militares, e que, consequentemente, um novo componente se acrescenta às forças representadas no governo: as forças armadas.

Em dois dos ministérios, a presença dos militares não parece colocar grandes problemas: trata-se dos Trabalhos Públicos e das Minas. Entretanto, isso pode significar uma tendência de confiar à burocracia – no caso presente, ao aparelho militar – a gestão do setor público da economia, e particularmente as empresas nacionais. Os ministérios da Economia e das Finanças permanecem ainda nas mãos da Unidade Popular, respectivamente nas de Fernando Flores (MAPU) e Orlando Millas (PC). Porém, o Ministério do Interior, isto é, o aparelho repressivo, tem por titular de agora em diante o general Carlos Prats, chefe das forças armadas, que jamais pretendeu ser um homem de esquerda.

Devemos concluir que o presente remanejamento ministerial constitui o fim da fase revolucionária do governo de Unidade Popular e que – como foi o caso das Frentes Populares – passa-se à etapa do compromisso sem princípios e em seguida à fase da capitulação? Não nos parece. Com efeito, para avaliar corretamente o sentido da presente entrada dos chefes militares no governo do presidente Allende, é preciso responder a três questões:

a) Em que situação política ela ocorreu? A greve reacionária dos proprietários de caminhões e dos comerciantes não foi um sucesso para a direita. Causou entretanto prejuízos enormes à economia na-

<sup>6</sup> Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 18, de 27 de novembro a 10 de dezembro de 1972, pp. 40-41.

cional e agravou suficientemente o clima político para que o governo fosse forçado a negociar. Nos termos do acordo final, firmado em 5 de novembro, entre os responsáveis pelas greves e o governo, este aceitou renunciar, provisoriamente, à criação de uma empresa pública de transportes rodoviários, deixar sem efeito a ação judiciária empreendida contra os fomentadores de desordem e anular as ordens de requisição ou de intervenção tomadas após o início da greve.

Em contrapartida, os patrões das empresas rodoviárias e do comércio aceitaram que medidas severas sejam tomadas doravante contra os que se contrapuserem às medidas oficiais concernentes à distribuição e ao transporte de mercadorias e se dispuseram a não exercer nenhuma represália contra os trabalhadores que se recusaram a aderir à greve patronal e a pagar os que foram privados de seus salários enquanto durou o conflito. Em resumo, a entrada dos militares no governo tem lugar numa situação de esgotamento das forças da direita e de recesso tático das de esquerda: situação, portanto, de equilíbrio de forças.

b) Quem são os militares chamados a participar do governo? O general Prats, que o MIR denunciou como "gorila" há dois anos, deu muitas provas, após ter sido nomeado chefe das forças armadas, de seu vínculo com a legalidade constitucional. Foi recorrentemente atacado pela direita, justamente por não aceitar as provocações anti-governamentais que visam lançar o Exército contra Allende. No início do mês de outubro último, isto é, às vésperas da deflagração da greve reacionária, ele endereçou uma carta à associação dos jornalistas na qual pedia que se pusesse um fim à campanha de injúrias contra as forças armadas organizada por elementos e jornais de direita. Ele lembrava os princípios que orientam as forças armadas chilenas nas suas relações com o governo e o papel que lhes atribui a constituição republicana. Sublinhava sua decisão inabalável de respeitar e fazer respeitar esses princípios. A direita replicou pela voz da vice-presidente da associação,

a jornalista reacionária Maria Eugenia Oyarzun, que, no tom mais dramático do mundo, e levando a demagogia ao ponto de fazer valer sua condição de mulher (que alegou ofendida pelos militares), recomendava ao general Prats cumprir seu dever como ela cumpria o dela. Antes de publicar sua réplica na imprensa contra-revolucionária, a senhora Oyarzun teve o cuidado de lê-la no rádio...

No exercício de suas funções de chefe das forças armadas chilenas, Prats nunca hesitou em “bater na direita”. O que não quer dizer que ele seria incapaz de criticar a esquerda: foi ele mesmo que declarou que “a participação das forças armadas no governo não é um compromisso político”. Se quiséssemos fazer comparações, poderíamos dizer que a conduta de Prats será aproximadamente como a dos generais republicanos que não aderiram ao golpe de Franco em 1936. Se a direita tentar o golpe e se as forças populares não se deixarem pegar de surpresa, provavelmente homens como Prats ficarão do lado do governo legítimo e legal. A mobilização popular para assegurar o abastecimento durante a greve patronal foi extraordinária: mesmo se a Unidade Popular teve de fazer acordos com o Exército, o povo continua a contar antes de mais nada com suas próprias forças. Pode-se portanto prever que, enquanto o povo permanecer mobilizado, os oficiais legalistas como Prats permanecerão do lado do governo. Allende recuou; não capitulou.

c) Até que ponto as forças armadas, enquanto tais, constituem um importante fator de poder no Chile? Os otimistas respondem a essa questão lembrando que o exército chileno “não é como os outros” (na América Latina), embora também seja um pouco como os demais (basta mencionar a derrubada do presidente nacionalista Balmaceda, em 1891, a insurreição dos militares socialistas, em 1932, e finalmente as recentes tentativas golpistas fracassadas). A questão concreta é saber o que representa o exército, enquanto força política.

A diferença essencial entre a situação chilena e a dos outros países sul-americanos a esse respeito reside no fato de que a burguesia, assim como o proletariado, o campesinato, as camadas médias, são organizados desde há muito tempo em grandes partidos de massa, pelos quais passam as grandes decisões políticas. A capacidade das forças armadas de exercer um papel relativamente autônomo (seja para estabelecer um regime reacionário como o do Brasil, ou um regime nacionalista e reformista como o do Peru) é limitada. As forças armadas chilenas agirão em vista da correlação política de forças entre as principais classes da sociedade chilena. É portanto falso concluir da presença de militares no governo Allende que o poder real passou para as mãos do alto comando das forças armadas ou que o poder se abriga atrás dos fuzis...

### 3. Para onde vai a via chilena?<sup>7</sup>

A passagem ao socialismo pela via da legalidade, pela via pacífica, portanto, é uma experiência inédita sob vários aspectos. Primeiramente porque ela se realiza em um país situado na esfera de influência do imperialismo norte-americano, quando a hipótese de derrubada da ordem burguesa sem guerra civil parecia viável apenas para os países capitalistas avançados, em especial para os da Europa ocidental. Também porque a vitória eleitoral da Unidade Popular, no Chile, foi duplamente limitada: Salvador Allende obteve apenas, em 1970, um terço – 36% – dos votos, enquanto a oposição burguesa conservou a maioria no Parlamento. Mesmo em termos puramente eleitorais, não obteve, portanto, uma vitória completa. Finalmente, porque em 1970 o corpo eleitoral estava e, em certa medida, ainda está, dividido em

<sup>7</sup>Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 24, de 19 de fevereiro a 4 de março de 1973, p.35.

três grandes tendências políticas: a direita reacionária, o reformismo burguês e o movimento operário e popular.

Estes três elementos definem a originalidade da situação chilena com relação às experiências de Frente Popular dos anos 1930, às quais tentou-se muito identificá-la. Com efeito, nas experiências precedentes de Frente Popular, a polarização do eleitorado interveio antes das eleições e a escolha proposta aos eleitores se resumia à alternativa direita-esquerda.

Em 1970, no Chile, em contrapartida, entre Alessandri, o candidato da direita, e Allende, o candidato da esquerda, havia um candidato democrata-cristão de centro-esquerda, Radomiro Tomic. O desaparecimento desta tendência durante os últimos dois anos diz muito sobre o embate eleitoral de março próximo: desta vez os chilenos estarão de modo incomparavelmente mais claro que antes, diante da alternativa revolução/contra-revolução, esquerda/direita.

Os eleitores serão chamados primeiramente a decidir o conflito de poder que vem se agravando entre o Executivo e o Legislativo. O sistema político chileno é presidencialista, o que significa que o presidente da República é o mandatário da nação e, em certa medida, pode governar contra o parlamento. Mas somente em certa medida. A constituição prevê, na verdade, que uma maioria parlamentar de dois terços pode destituir o chefe de Estado, em certos casos de crise nacional. A direita não faz nenhum segredo de sua intenção de usar essa medida suprema no caso de obter os dois terços no Parlamento por ocasião das próximas eleições. Mais do que nunca o destino do Chile e de sua via para o socialismo depende dos resultados da consulta eleitoral.

Nas pesquisas divulgadas tanto pela esquerda quanto pela direita há uma concordância geral em que nenhum dos dois grandes blocos políticos, a Confederação Democrática, que agrupa o Partido Nacional e o Partido Democrata-Cristão e a Unidade Popular, obteriam os dois

terços que lhes permitiriam “clarear” de uma vez por todas a situação. Estima-se que a Unidade Popular poderá recolher entre 40 e 45% dos votos, resultado considerado positivo, já que estaria consideravelmente acima dos 36% obtidos por Allende na eleição de 1970, mesmo sendo bastante inferior aos 50,9% dados à Unidade Popular por ocasião das eleições municipais de abril de 1971. Mas abril de 1971 era a euforia do início da longa marcha para o socialismo. Apesar das conquistas destes dois anos e meio de Unidade Popular sejam positivas, nuvens sombrias acumularam-se no horizonte. A esquerda unida vem conseguindo dissipá-las, a custo de alguns recuos táticos, o mais recente dos quais – a entrada dos militares no governo – não é o menos importante.

O presidente Allende possui pelo menos uma das qualidades que fazem os grandes dirigentes políticos: a de permanecer fiel ao objetivo perseguido. Ele foi, com efeito, rigorosamente coerente com seu programa de lançar as bases do socialismo no Chile, colocando a legalidade a serviço da causa popular. Não hesitou em “sujar as mãos”, convocando os militares a aplicarem, contra a sedição reacionária, a mesma Constituição que lhe permitiu ocupar o posto de chefe de Estado. No momento em que o poder do dinheiro e os agentes do imperialismo norte-americano estão prestes a enfrentá-lo numa luta que, embora eleitoral, não deixa de sintetizar os interesses opostos dos exploradores e dos explorados, nós lhe devemos, por respeito ao ideal que o anima, nossa inteira solidariedade.

#### 4. A vitória da Unidade Popular<sup>8</sup>

Todo mundo sabia que as eleições legislativas de 4 de março de 1973, no Chile, constituiriam um teste difícil para a Unidade Popular,

<sup>8</sup>Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 26, de 19 de março a 1º de abril de 1973, pp. 34-35.

após dois anos de exercício do poder e de confronto, no plano interno, com a sabotagem desenfreada de reacionários de toda laia, completada pela hostilidade do imperialismo norte-americano. As forças de direita, sempre desrespeitosas para com o povo, acreditavam que as dificuldades materiais, principalmente o abastecimento das massas trabalhadoras em produtos de primeira necessidade, provocariam o fracasso eleitoral do governo da Unidade Popular. Como se os operários e camponeses só fossem capazes de desejar um pouco mais de dinheiro e como se sua ligação a um movimento político fosse determinada apenas por esse critério.

Evidentemente, as coisas não se resolvem no plano da "consciência". Um governo que se propõe construir o socialismo deve dar a demonstração prática de que é capaz de melhorar, de imediato, as condições de existência e de trabalho da grande massa da população. A imprensa reacionária mente ao "informar" que a vida dos trabalhadores não melhorou durante os dois primeiros anos do governo Allende. Os salários subiram mais que a inflação e medidas especiais como a distribuição de meio litro de leite por dia a todas as crianças do Chile (ou refeição matinal para todas as crianças das escolas primárias) e almoço àquelas cujos pais não o poderiam oferecer (duas das quarenta primeiras medidas previstas no programa do governo popular) foram escrupulosamente aplicadas. É necessário espesso desprezo pelo sofrimento alheio para considerar pouco importantes tais medidas.

"De todos os terremotos e outras catástrofes naturais que o Chile conheceu, a mais ruinosa de nossa história é a passagem da Unidade Popular ao poder", dizia um porta-voz da direita chilena a um jornalista seu amigo, às vésperas do escrutínio de 4 de março. Em certo sentido, ele tinha razão: a Unidade Popular semeou o pânico entre os proprietários de terra, entre os testa-de-ferro dos grandes grupos estrangeiros, entre banqueiros e industriais. Para eles, o governo Allende

é pior do que um terremoto. Mas um terremoto pode transformar-se em algo muito útil para os agentes do imperialismo e para todos aqueles que se aproveitam da miséria do povo: basta olhar para a Nicarágua, onde o gângster Somoza aumentou consideravelmente sua fortuna e poder após a catástrofe que destruiu Manágua.

Daí o ódio da direita, expresso em atos de vandalismo e de banditismo praticados não apenas pelos grupos fascistas de Pátria e Liberdade, mas também por manifestantes da "boa sociedade" enquadrados por ativistas do Partido Nacional, por ocasião da "greve dos patrões" em outubro passado. Os complôs e sabotagens fomentados pelo imperialismo ianque e desmascarados de modo irrefutável, as provocações e assassinatos cometidos pelos setores mais raivosos das classes dominantes mostram quão furibundamente a grande burguesia e os latifundiários chilenos reagem à perda de seus privilégios.

Daí a importância da vitória eleitoral da esquerda unida, em 4 de março. A coalizão burguesa ainda tem a maioria no Parlamento: dispõe de 87 cadeiras na Câmara dos Deputados e de 30 cadeiras no Senado, num total de respectivamente 150 e 50 cadeiras. Mas o recuo é claro, pois ela dispunha na Câmara cujo mandato termina, de 93 cadeiras e de 32 no Senado. Confirmando nossas análises sobre a polarização da luta política no Chile, observa-se que o maior perdedor foi o Partido Democrata-Cristão. O retrocesso da democracia-cristã fica mais claro se compararmos seus resultados nas eleições de 4 de março com os que obteve nas duas eleições legislativas precedentes.

Em 1965, a D.C. havia conquistado a maioria absoluta na Câmara dos Deputados, com 82 cadeiras (e 13 no Senado). Em 1969, caiu para 55 cadeiras e, agora, em 1973, para 50. A esquerda unida avança tanto na Câmara dos Deputados (onde passa de 57 a 63 cadeiras) quanto no Senado (onde progride de 18 a 20 cadeiras). O sucesso é notável: o presidente Allende havia declarado, no dia das eleições, que

se a Unidade Popular obtivesse 38% dos votos, seria suficiente (ele próprio, como candidato à presidência da República, obteve apenas 36% dos votos); se ela obtivesse 40%, dizia ele, seria bom, e tudo o que ultrapassasse 40% seria muito bom. Ora, a Unidade Popular recebeu 43,4% dos votos; tem, portanto, o direito de proclamar alto e bom som sua vitória.

No interior da Unidade Popular, os dois principais partidos, o Partido Comunista e o Partido Socialista, registraram progressos com relação às eleições legislativas de 1969. O P.C. passa de 22 deputados e seis senadores em 1969 a 25 deputados e nove senadores. O P.S., de 15 deputados e cinco senadores a 28 deputados e sete senadores; seu progresso foi, portanto, mais marcante que o do P.C. A extrema-direita registra progresso no Senado, onde o Partido Nacional passa de cinco a oito cadeiras e conserva suas posições na Câmara dos Deputados (onde tem 34 cadeiras, obtidas já em 1969).

Globalmente, o novo Parlamento, que ficará até 1977 (o mandato do presidente Allende termina em 1976), compõe-se de uma oposição de direita com 117 cadeiras contra as 83 de que a Unidade Popular disporá. A situação, no entanto, é tanto mais encorajadora quanto a democracia-cristã permanece profundamente dividida: se sua tendência majoritária, dirigida pelo ex-presidente Eduardo Frei, não mais esconde seu alinhamento com o Partido Nacional, a minoria, cujo principal dirigente é Radomiro Tomic, será cada vez mais tentada a se aproximar da Unidade Popular. É certo, pelo menos, que ela se recusará a praticar uma obstrução sistemática às iniciativas do governo. Aliás, é Radomiro Tomic que gosta de repetir para a ala direita de seu partido que "quando ganhamos com a direita, é a direita que ganha". Essas palavras, pronunciadas por ocasião da onda de provocações organizadas pela direita no ano passado, revelaram-se mais proféticas do que ele mesmo poderia supor: o centrismo democrata-cristão recua de eleição em eleição, na mesma medida em que a alternativa "a favor

em eleição, na mesma medida em que a alternativa "a favor ou contra a Unidade Popular" impõe-se a todos os chilenos. Cabe aos que estão do lado do povo tirar as consequências.

### 5. *Estado de sítio* de Costa-Gravas: a revolução não é uma questão de sorte<sup>9</sup>

Um filme vale, em primeiro lugar, pelo que mostra. Ou melhor, pelo que faz os espectadores verem. Não se pode pedir ao cineasta que dê aulas de teoria revolucionária ou decida um debate sobre tática. É mostrando – e fazendo ver – como uma teoria e uma tática são postas em prática, e qual o resultado, que o cinema pode contribuir eficazmente, a seu modo e com seus recursos específicos, para a causa revolucionária. Nesse sentido "Estado de sítio" é um bom filme e, com certeza, merece ser visto.

O quadro que ele apresenta dos Tupamaros, de seu duelo com a polícia e o Estado uruguaios, dá uma idéia bastante fiel das condições em que se desenvolve, há vários anos, a ação revolucionária dessa organização clandestina. É certo que os Tupamaros não são mostrados em suas atividades cotidianas. Nada é dito sobre a evolução do movimento, principalmente sobre seus primeiros passos. Nesse sentido, "Estado de sítio" nos ensina bem menos sobre os fenômenos que descreve do que, por exemplo, a "Batalha de Argel", em que o espectador é perfeitamente informado sobre o modo de recrutamento, a base social, os métodos cotidianos de ação clandestina etc. da luta de libertação nacional da Argélia.

<sup>9</sup> Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afriq-Asie*, nº 26, de 19 de março a 1º de abril de 1973, pp. 38-39.

É que Costa-Gravas articulou seu relato em torno de um “grande momento” – e um só – da experiência dos Tupamaros: o seqüestro de Dan Mitrione, alto funcionário dos serviços secretos norte-americanos, professor de uma singular Academia Internacional de Polícia que, instalada em Washington, prepara todos os anos especialistas da repressão vindos de países ligados aos Estados Unidos por razões sensivelmente idênticas: Brasil, Guatemala, São Domingos, Bolívia, Colômbia, Vietnã do Sul, Grécia etc. Com Mitrione são seqüestrados dois outros funcionários estrangeiros: um agrônomo norte-americano, com certeza inofensivo (a “ajuda” americana se esforça por dosar sabiamente a cooperação policial e a cooperação técnica) e o cônsul do Brasil em Montevidéu. Por grotesca que seja a figura do diplomata brasileiro, membro da organização fascista Tradição, Família e Propriedade e, nesta qualidade, cúmplice dos crimes cometidos por um governo que não só utilizou a tortura mais cedo e mais sistematicamente do que o Uruguai, mas que pratica com relação a esse país uma política arrogante de “grande potência de segunda classe”, é em torno de Mitrione que se concentra a tensão dramática do relato.

Escolhendo Yves Montand para interpretar o personagem de Mitrione, Costa-Gravas mostou sutileza. Não é preciso ser um “habitue” do cinema para se lembrar de ter visto Montand “do outro lado do muro” em filmes como “O salário do medo” ou, mais recentemente, “A guerra acabou”. Ei-lo agora encarnando um opressor. Transmite-lhe um pouco de calor humano, um certo senso de dignidade (que contrasta com a covardia do brasileiro), uma certa coragem, aos quais, aliás, seus guardas não são insensíveis... É que os agentes do imperialismo americano são bem escolhidos: trata-se de conservar a imagem do “cowboy”, esse simpático matador de índios, com a aparência de aventureiro solitário, mas que se apóia, em sua avidez de conquistador, nos recursos mais avançados da indústria moderna,

principalmente da indústria militar. A desmistificação de Mitrione, incessantemente posto diante das atrocidades cometidas por seus ex-alunos da Academia Internacional de Polícia, constitui um dos momentos fortes de "Estado de sítio". O simpático Mitrione-Montand, afinal de contas, nada mais é do que um técnico da tortura, do terrorismo e da espionagem em favor dos banqueiros e industriais...

Toda a experiência dos Tupamaros é "concentrada" nesse triplo seqüestro. O argumento não poderia ser, portanto, mais dramático: tudo se passa em alguns dias, e o acaso, que, no início, favoreceu os Tupamaros (os três seqüestros foram bem sucedidos) pendeu a balança para o lado do governo. O acaso? É preciso ter cuidado. Talvez seja neste ponto que o pressuposto dramático de Costa-Gravas mostre seu lado fraco. E, mais uma vez, a comparação com "A Batalha de Argel" é significativa. Aqui, comprehende-se perfeitamente bem porque um certo coronel M. conseguiu destruir a rede clandestina urbana da F.L.N. Os patriotas argelinos eram como "peixe n'água". O povo os apoiava, os protegia, os seguia. O coronel M. apela ao único método capaz de separar o peixe da água: a tortura "científica", sistemática, aplicada quase sem irritação, com um refinamento de barbárie que a torna sumamente eficaz. O elo de causa e efeito entre o emprego sistemático da tortura e a destruição da rede clandestina urbana dos revolucionários é perfeitamente bem sublinhado no filme. Em contrapartida, no "Estado de sítio", a denúncia da tortura, mesmo apoiada num sólido dossier (as aulas de tortura "ao vivo", como elas são praticadas no exército brasileiro), não é suficientemente articulada à lógica de conjunto da situação. A inversão dramática da relação de forças entre os Tupamaros e o governo parece muito mais ser fruto de uma feliz investida da polícia (a descoberta e o cerco de um local clandestino dos Tupamaros, que permitiu a prisão de vários dirigentes) do que o resultado metódico da "coleta" sistemática de informações a-

través da tortura. Notemos aliás que a câmera de Costa-Gravas descreve magistralmente essa operação de cerco e captura. Inicialmente, vê-se apenas um pequeno número de policiais, comandados pelo oficial uruguai, ex-aluno de Mitrione na Academia Internacional de Polícia (interpretado por Renato Salvatori), tomar o "aparelho" tupamaro; sua audácia pode até causar admiração. Depois, à medida que a seqüência se desenvolve, percebe-se que o quarteirão inteiro está cercado, que os tiras estão em toda parte e que, na realidade, sua coragem reside apenas na esmagadora superioridade de força. Mais exactamente, no contraste entre essa força e as fraquezas dos Tupamaros, que foram muitas. Primeiramente, o "furo" colossal que consiste em juntar num mesmo local, no momento em que a polícia os caça furiosamente (não é "Estado de sítio" o nome do filme?), tantos dirigentes, capturados um atrás do outro. (A rede da F.L.N. de Alger era muito mais rigorosa em seus métodos de ação clandestina.) Depois, porque sua perplexidade frente à redada vitoriosa da polícia (que os obriga a organizar, num esforço comovente de fazer reinar a democracia interna numa organização clandestina que acaba de sofrer um golpe terrível, um referendo sui-generis para decidir o destino de Dan Mitrione) mostra claramente que sua influência política era demasiadamente dependente do sucesso (ou do fracasso) técnico de suas operações. Não é de admirar, portanto, que sua vulnerabilidade organizacional se traduza em vulnerabilidade política.

"Era preciso ter pensado antes". É a reflexão do único operário entre os militantes tupamaros consultados sobre o destino de Dan Mitrione. Matá-lo, é dar argumentos à reação: seria acabar com a vida de um prisioneiro que se pretendia trocar. Não matá-lo, é ceder às exigências iniciais e capitular de vez diante do governo. Efetivamente, era preciso ter pensado antes, pois um movimento revolucionário que se propõe libertar a nação não pode se perder nesse tipo de dilema. Mas

nisso está colocada toda a questão da tática. Não é ser injusto com Costa-Gravas dizer que seu filme não estimula a discussão dessa questão. Saímos do cinema emocionados com o que foi visto. Mas gostaríamos de ter melhor entendido o que se esconde atrás das bruscas reviravoltas do destino...

## 6. Argentina: os militares e a vitória de Perón<sup>10</sup>

A vitória eleitoral peronista nas eleições de 11 de março ultrapassou largamente as previsões. Pode-se até falar em maremoto. Com efeito, se não é exato, em termos puramente aritméticos, dizer que o candidato peronista Hector Campora obteve a maioria absoluta dos votos, já é certo que ele se aproximou muito dela. Segundo os resultados oficiais, mas incompletos, ele obteve 5.982.100 votos, ou seja, 49% do total, contra 2.584.257 dados a Ricardo Balbin, candidato radical, o segundo colocado. O atual chefe de Estado, general Lanusse, já tirou as consequências: depois de ter reconhecido a vitória peronista, no dia seguinte às eleições, ele garantiu a passagem do poder ao candidato "virtualmente vencedor", Hector Campora. Mesmo que uma nova contagem de votos se revele necessária, o que poderá dar a Campora o ponto suplementar de que ele precisa para ter a maioria absoluta, sua vitória está perfeitamente assentada no plano político, e o próprio Lanusse reconheceu a inutilidade de um segundo turno.

Mas nem todos os militares estão de acordo com o general Lanusse. Alguns tentam retroceder e tentar mais uma vez a implantação de um militarismo "à brasileira", cuja receita lhes parece tão simples quanto eficaz: esmagar a oposição e assegurar grandes lucros aos trus-

<sup>10</sup>Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 27, de 2 a 15 de abril de 1973, pp. 35-36.

tes e cartéis. Num país convulsionado por uma crise política prolongada, como é o caso da Argentina, habituada a golpes militares, não se poderia eliminar a possibilidade de uma nova aventura do mesmo gênero. É preciso, no entanto, ir rápido, porque se Campora assumir o governo (e Perón o poder, de acordo com a fórmula que empolgou a campanha eleitoral) em 25 de maio, as coisas se tornarão mais difíceis para os militares de extrema direita. Mas as forças armadas não estão em muito boa posição para passar à contra-ofensiva.

Desde a queda do general Onganía, em junho de 1970, elas estiveram constantemente na defensiva, e as divisões internas não param de se agravar. Os chefes militares que poderiam, de imediato, contestar a autoridade do general Lanusse (empenhado em respeitar o veredito das urnas), são os mesmos que, na maior desordem, destituíram Onganía em 1970 e, em seguida, seu substituto, o general Levingstone, em 1971. Duas vezes, num espaço de tempo bastante curto, derrubaram dois ditadores instaurados por eles próprios. É possível que a perspectiva do retorno de Perón ao poder, depois de um ostracismo de quase vinte anos, os leve a atos de desespero e a excessos. Mas é de duvidar que eles alcancem seus fins.

A derrota do “partido militar” é tanto mais manifesta que seu candidato, Ezequiel Martínez, obteve menos de 3% dos votos, enquanto os peronistas e radicais (o presidente Illia, derrubado em 1966 pelo golpe de Estado militar do general Onganía, pertencia ao Partido Radical) juntos obtiveram mais de 70% dos votos (49% para os peronistas e 21,1% para o candidato radical, Ricardo Balbin). Balbin, que está na terceira derrota eleitoral (1951, 1958 e 1973), apressou-se a declarar, no entanto, que “o povo votou em Campora, portanto, contra o governo”. O que mostra que um segundo turno, caso ocorresse, só poderia confirmar a vitória do candidato peronista, a menos que houvesse uma fraude escandalosa.

As eleições traçaram um quadro bastante significativo das opiniões políticas dos argentinos. Se somarmos os votos obtidos pelas três grandes correntes de centro-esquerda, mais os pequenos grupos de extrema-esquerda, ou seja, se acrescentarmos aos 70% dos votos obtidos por peronistas e radicais os 7% dados à Aliança Popular Revolucionária de Oscar Alende, apoiada pelo Partido Comunista e 1% dividido entre os esquerdistas Abelardo Ramos e Juan Coral, teremos um total de 78% de votos que condenam a ditadura militar. Os 3% obtidos pelo candidato dos militares, acrescidos dos 2% do fascista Julio Chamizo e dos 14% do "populista de direita" Francisco Manrique, que foi ministro de Lanusse, mostram que a direita está reduzida a 20% do eleitorado.

Se não é razoável descartar a hipótese de um golpe militar, nada prova que ele seja fatal ou que, caso ocorra, consiga sufocar a voz e a vontade de um povo que acaba de dizer bem alto o que pensa do despotismo militar a serviço dos trustes imperialistas. É preciso não esquecer, entretanto, que mesmo na hipótese mais verossímil – e mais favorável, segundo a qual o candidato vitorioso, Hector Campora, se tornará presidente da República Argentina no próximo 25 de maio, resta a levantar uma hipoteca pesada. Com efeito, antes de autorizar a convocação de eleições gerais, o alto comando das forças armadas da Argentina fixou condições draconianas para a entrega do poder ao eleito do povo. Entre elas figuram o "direito" de escolher três ministros cujas funções tocam de perto a Segurança Nacional e o de veto contra eventuais medidas de anistia a prisioneiros políticos que tivessem participado de ações armadas. Nem os peronistas, nem os radicais, nem as formações políticas da esquerda aceitaram essas condições. O conflito terá necessariamente de ser resolvido, tornando inevitável o confrontamento entre peronistas e militares.

Mas os problemas que o governo oriundo das eleições gerais de março deverá enfrentar são numerosos e difíceis. Indagando o que pode o peronismo fazer em 1973, não é inútil lembrar que, de 1945 a 1955, durante o primeiro governo de Perón, a Argentina conheceu um período de prosperidade econômica graças ao superávit de sua balança de pagamentos, acumulado durante a Segunda Guerra Mundial. A política de redistribuição de rendas em benefício dos trabalhadores, mola mestra do peronismo, pôde ser suportada pelas classes dominantes na medida que se apoiava em uma conjuntura econômica favorável. Quando as potências imperialistas conseguiram retomar a expansão econômica, os mecanismos de "troca desigual" recomeçaram a funcionar em detrimento da Argentina. Daí a baixa dos preços da carne e do trigo, a pressão crescente dos bens industriais produzidos nas metrópoles capitalistas sobre o mercado interno argentino, o afluxo de capitais estrangeiros apoderando-se dos setores mais rentáveis da produção nacional etc. Recusando-se a fazer recair sobre o nível de vida dos trabalhadores o custo da nova conjuntura, agora desfavorável, Perón foi derrubado.

Voltando ao poder, quase vinte anos mais tarde, o peronismo recebe uma pesada herança. Entre janeiro de 1970 e março de 1972, o índice dos preços passou de 100 a 201. A dívida externa se aproxima dos 5 bilhões de dólares, enquanto o essencial dos investimentos imperialistas na América Latina se dirige ao Brasil e não à Argentina (durante os últimos dez anos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, controlado pelos Estados Unidos, concedeu créditos de 1,031 bilhões de dólares ao Brasil, enquanto a Argentina recebeu apenas 0,663 bilhões).

Nenhum governo se manterá na Argentina se não for capaz de relançar o crescimento econômico e de melhorar as condições de vida e de trabalho da grande maioria da população. (Estima-se o número

de desempregados em um milhão). Mas a solução fácil que o despotismo militar brasileiro aplicou para assegurar a expansão e os altos lucros dos capitalistas, aumentando a taxa de investimento através da redução do nível de vida das massas trabalhadoras, revelou-se inadequada num país como a Argentina, onde o movimento operário manifesta extraordinária combatividade. Para retomar o crescimento, a Argentina teria de realizar profundas reformas sociais. Estará Perón pronto para encetar esta via? Logo saberemos. Mas é inegável que a grande corrente anti-imperialista, que não pára de crescer na América Latina, terá obtido um grande avanço no momento em que o eleito em 11 de março assumir o governo.

## 7. Uruguai: tudo é possível<sup>11</sup>

Não faz muito tempo, os uruguaios se sentiam na obrigação de explicar aos estrangeiros que seu país já não era a "Suíça da América Latina". Durante os últimos anos, o país mudou tanto que é difícil imaginar como o Uruguai das greves gerais e do desemprego, dos políticos corruptos e dos militares ameaçadores, das ações dos Tupamaros e das truculências policiais, pôde um dia ser comparado ao pacífico país dos esportes de inverno e dos banqueiros, do chocolate e dos relógios, da neutralidade e do imobilismo.

A comparação, no entanto, se fundava em analogias que por superficiais não deixavam de corresponder a uma certa realidade: como na Suíça, na Europa, o Uruguai permaneceu durante longos anos, até a última década, o país da prosperidade tranquila, que contrastava com o que ocorria no restante da América Latina. As causas dessa prosperidade remontam ao século passado. Prendem-se, essencial-

<sup>11</sup>Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 32, de 11 a 24 de junho de 1973, pp. 37-40.

mente, à natureza da economia uruguaia, articulada em torno da criação de gado e seus sub-produtos (principalmente a lã e o couro). País relativamente pouco povoado, já que em 1908 tinha apenas 5,8 habitantes por km<sup>2</sup>, gozando de clima bastante temperado e relevo regular (o Uruguai praticamente não tem montanhas, no que sempre se diferenciou da Suíça...), apresenta vastas planícies cobertas de abundante pasto que, como na Argentina, são chamadas pampas. Tudo parecia, pois, predispor o Uruguai a transformar-se em país criador de gado. Com efeito, desde o tempo da colonização, a região onde se encontram hoje o Uruguai e o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul constituíam um reservatório quase inesgotável de bovinos, soltos na pastagem imensa. Eram mortos simplesmente para a extração da gordura e do couro porque a falta de meios para a conservação da carne, na época, não permitia sua exportação. Antes do final do século passado, surgiram alguns processos químicos para a conservação da carne; depois, com o desenvolvimento dos transportes, principalmente marítimos, e a invenção do sistema frigorífico, todos os obstáculos técnicos à produção e à exportação da carne em grande escala foram superados. O segredo da prosperidade uruguaia não é mais complicado do que isto.

Comparada à plantação, a criação de gado exige um número limitado de trabalhadores. Estimou-se que na região do pampa argentino e uruguai, um contra-mestre e dez trabalhadores rurais eram suficientes para fazer funcionar uma "estancia" (isto é, uma grande propriedade rural) com cerca de 10.000 cabeças de gado e superfície de 15 a 20.000 hectares. As consequências sociais e políticas desta particularidade técnica da criação de gado são perceptíveis:

a- tendência à concentração da propriedade fundiária, tanto mais marcada quanto o limiar de rentabilidade de uma estância se situava em torno dos 200 hectares; como notaram Bride e Roche-

fort<sup>12</sup> o conjunto da zona pastoril é... o domínio das grandes "estancias" já que cerca de 300 propriedades ultrapassam 5.000 ha. Ao norte do Rio Negro, a grande propriedade é preponderante, ao passo que ao sul domina a média propriedade de 300 a 1.000 hectares". De acordo com recenseamento de 1966, enquanto 7.000 grandes explorações rurais dispunham de mais de 12 milhões de hectares, uma maioria composta de 60.000 pequenas explorações só dispunham de 1,3 milhões de hectares.

b- Dispersão da população rural combinada à sua fraqueza com relação à população urbana. De uma população total estimada em 2,8 milhões de habitantes, há 2,3 milhões de pessoas vivendo em meio urbano e somente 500.000 vivendo em meio rural. Como observaram Bride e Rochefort: "dois terços da população nacional concentram-se em Montevidéu e seus arredores... A característica essencial desta repartição demográfica é o alto índice de urbanização: 82%. É a taxa mais elevada da América (Estados Unidos e Canadá: 70%, Argentina: 62%)." Além disso, na zona de criação, os trabalhadores estão dispersos através das pequenas comunas rurais cuja população não ultrapassa em muito duzentas pessoas. É apenas nas regiões agrícolas, principalmente nas plantações de cana de açúcar do norte do país, que os camponeses estão concentrados. É preciso, ainda, fazer a distinção entre a zona das pequenas e médias propriedades agrícolas (leite, horticultura etc.) e a zona das plantações (cana de açúcar, trigo, arroz); na primeira, a classe dos pequenos e médios camponeses é dominante: os produtores de leite estão agrupados na Conaprole, cooperativa fundada em 1935 com a ajuda do Estado, e logram, nesse quadro, defender suas condições de produção e nível de vida.

<sup>12</sup> No estudo "Organização do espaço... no Uruguai", in *Notes et études documentaires*, número 3749-3750, p. 102.

Nas grandes plantações, a situação é diferente. Nestas encontramos um proletariado rural explorado diretamente pelos proprietários fundiários ou por fazendeiros e arrendatários. Nesta região é que foi criada, no início de 1960, a União dos Trabalhadores Agrícolas de Artigas (UTAA). Artigas é o nome do Departamento onde se concentram as grandes plantações de cana de açúcar. A UTAA organizou várias marchas sobre a capital para mostrar à população e ao governo o quanto eram terríveis suas condições de existência e de trabalho. Um dos organizadores das primeiras marchas foi Raul Sendic, na época, um jovem advogado socialista ligado ao proletariado rural e à UTAA, que se tornou, mais tarde, um dos fundadores e principais dirigentes dos Tupamaros.

c - Desproporção entre o papel econômico do campo e seu peso social e político. Os produtos da criação de gado, que representavam praticamente a totalidade das exportações uruguaias no final do século passado (ao redor de 1925 eles contribuíam com 97% do valor total das exportações), continuam a dominá-las quase inteiramente: a criação de gado e seus sub-produtos constituem, na atualidade, cerca de 90% das exportações do Uruguai contra 5% das exportações agrícolas (trigo, principalmente) e 5% de artigos industriais. Basta comparar estas cifras às da repartição da população entre a cidade e o campo para que a desproporção salte aos olhos:

---

População(%)	Participação no valor das exportações(%)
Cidade 82%	5%
Campo 18%	95%

---

Num país tão dependente do comércio exterior quanto o Uruguai, estes dados são extremamente significativos. Evidentemente, seria ridículo acreditar que os 82% da população que vive nas cidades tira sua subsistência do campo. Do ponto de vista da produção nacional, se atribuirmos índice 100 ao valor de conjunto da produção agrária, a produção industrial será de 150. Dito de outro modo, seu valor seria 50% superior ao valor da produção do campo. Mas uma parte importante da indústria uruguaia constitui um prolongamento da criação de gado: indústria "frigorífica" e alimentícia em geral, indústria têxtil e curtume. A situação econômica nacional é, portanto, estritamente dependente das vicissitudes do setor agro-exportador.

Enquanto este setor foi próspero, o Uruguai viveu à grande. Os pastos naturais eram ainda abundantes, a demanda internacional de carne, lã e couro, praticamente ilimitada. Beneficiando-se de um custo de produção consideravelmente inferior à média internacional (basta pensar no caso europeu, onde o pasto era geralmente artificial, exigindo, portanto, investimentos fixos importantes, que aumentavam na mesma proporção o custo da produção e onde o plantel de bovinos e ovinos era muito menos abundante, logo muito mais caro do que no Uruguai), os "estancieros", vendendo seus produtos ao preço do mercado mundial, obtinham um lucro excedente igual à diferença entre o preço do mercado internacional e o custo da produção local. Trata-se de um fenômeno estudado por Marx no livro III do "Capital", na sessão consagrada à renda fundiária. Para uma dada demanda, o preço de mercado de um produto agrário corresponde ao custo de produção desse produto sobre as terras menos férteis, mais o lucro médio. Segue-se que aqueles que produzem em terras mais férteis (caso dos "estancieros" do Uruguai), se beneficiam de um bônus, de um excedente de lucro que será tanto maior quanto suas terras forem mais férteis.

Pode-se agora compreender porque e como o Uruguai tornou-se no início do século XX a "Suíça da América Latina". A luta de classe entre a oligarquia fundiária e a burguesia de Montevidéu ocupou todo o século XIX e se traduziu na tradicional oposição entre blancos e colorados, os primeiros representando o ponto de vista da oligarquia fundiária e dominando amplamente o campo, os segundos, o da burguesia comerciante que controlava Montevidéu, capital e principal porto do país. A guerra civil era praticamente permanente entre as duas facções, e foi só no início do século atual que o chefe colorado José Battle y Ordóñez conseguiu pôr ordem na casa. Governando o país por duas vezes (1903-1907 e 1910-1915), ele começou por submeter os chefes blancos, assegurando o domínio político da cidade sobre o campo. Reorganizou o aparelho de Estado, apoiou-se nas massas urbanas para restabelecer a unidade nacional e empreendeu uma série de reformas econômicas e sociais, que, sem questionar o caráter mercantil da economia nem o regime de propriedade da terra, melhoraram consideravelmente o nível de vida e as condições de existência e de trabalho das camadas populares. Sobre que bases materiais se fundava esse compromisso, do qual todos acreditaram tirar proveito e com o qual ninguém parecia estar descontente? Essencialmente, sobre o fato de que uma parte do lucro excedente embolsado pelos estancieros foi drenada por intermédio de taxas sobre a exportação (de até 30% do valor dos produtos exportados), por intermédio, portanto, do Estado, para as camadas urbanas.

Os sindicatos operários, tradicionalmente combativos, puderam adquirir, particularmente sob o segundo governo de Battle, uma série de direitos e garantias muito avançadas para a época, mesmo em relação à situação dos trabalhadores europeus: aposentadoria, pensões, previdência social, plena liberdade de organização etc. Outras medidas democráticas, de alcance geral, foram adotadas, tais como a nacionali-

zação de um número importante de serviços públicos, gratuidade do ensino, divórcio, separação entre o Estado e a Igreja. Depois, a constituição de 1917, que traduzia no plano jurídico as conquistas do governo Battle, adotou o poder executivo colegiado, diretamente inspirado no sistema helvético. O Uruguai tornou-se, assim, a Suíça da América Latina...

Mas o elemento mais característico e original da política de Battle, bem como de seus sucessores, foi a formação de uma camada média de funcionários, financiada pelas taxas da exportação e justificada pela multiplicação dos serviços públicos e o reforço considerável da burocracia. Esse fenômeno apresentava um aspecto indiscutivelmente positivo, que se traduziu entre outras coisas pelo fato de que o Uruguai, em 1950, com uma taxa de analfabetismo de 15% (calculada entre indivíduos de 15 anos e mais), vinha logo atrás da Argentina (14%) no que concernia à educação elementar da população em toda a América Latina. (Na mesma época, a taxa de analfabetismo era de 68% na Bolívia, 51% no Brasil, 71% na Guatemala, 89% no Haiti, 43% no México, 48% na Venezuela. Na Itália era idêntica à Argentina, 14%).

Os aspectos negativos, que foram sem dúvida dominantes, só se manifestaram progressivamente. A criação de uma camada média de funcionários, burocratas e pensionistas do Estado, a liberalidade no acesso à função pública, à aposentadoria, às pensões, engendraram rapidamente um sistema de nepotismo, de clientelismo eleitoral, de corrupção e parasitismo, que dava sustentação ao sistema de poder das classes dominantes. Entre uma minoria de grandes criadores, banqueiros e grandes comerciantes e um proletariado combativo, mas jovem e pouco numeroso, tornou-se dominante no país um sólido conservadorismo pequeno-burguês, que assegurava uma paz social duradoura.

A carne bovina era suficientemente abundante para que a classe média pudesse desfrutar de um bom padrão de vida. Cerca de 30% da população ativa era constituída por empregados do Estado (função pública, empresas estatais, ensino, saúde pública etc.). Bride e Rochefort, após terem notado que "mais da metade dos indivíduos ativos têm sua ocupação principal no setor terciário" e que essa taxa figura "entre as mais elevadas do mundo", chegam à conclusão de que o fato se explica pela "baixa industrialização do país"<sup>13</sup>. Para não falar do caráter enganador da noção de "setor terciário", elaborada pelo economista burguês Colin Clark, basta questionar se esse setor diminui quando a industrialização aumenta, coisa que, evidentemente, não ocorre. Todo mundo sabe que os serviços e outras atividades "terciárias" tornam-se cada dia mais importantes nos países muito industrializados. E isto mostra que a explicação de Bride e Rochefort não é uma explicação.

As dificuldades do Uruguai começaram no momento em que suas posições no mercado mundial, principalmente da carne, foram batidas por uma concorrência à qual ele não pôde, ou melhor, não soube fazer face. A pradaria natural esgotou-se pouco a pouco: as pastagens artificiais supunham investimentos aos quais os grandes latifundiários uruguaios não estavam habituados. A formação do Mercado Comum, o desenvolvimento da criação de gado na Nova Zelândia e na Austrália, utilizando técnicas mais modernas e, por isso mesmo, apresentando produtividade muito superior, aumentaram tanto as dificuldades econômicas do Uruguai, que ele acabou perdendo progressivamente seus principais clientes, a começar pela Grã-Bretanha.

O desenvolvimento industrial, que havia sido muito limitado (não apenas pela estreiteza do mercado interno, mas sobretudo porque os excedentes da balança comercial haviam sido dilapidados du-

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 101.

rante décadas pela oligarquia fundiária e pela grande burguesia bancária e comercial de Montevidéu, drenados para o estrangeiro por grupos financeiros e gastos pelo Estado na forma de despesas improdutivas) não podia constituir uma alternativa à depressão do comércio exterior.

Os capitais faltaram, nesse país outrora tão rico. A partir de 1955, a crise se declarou e o espectro da estagnação econômica tornou-se cada vez mais ameaçador. Enquanto em 1949, o valor total das exportações havia atingido 191,6 milhões de dólares e a Guerra da Coréia, prolongando o boom comercial do após-guerra, elevou as exportações uruguaias a 254,2 milhões de dólares em 1950, depois a 269,5 em 1953, em 1956 elas desceram a 215,7 milhões e em 1960 a 129,4 milhões! Eis como se paralisa um país...

Os privilegiados sempre se arrumam para descarregar sobre os menos favorecidos os efeitos da crise econômica. Se alguns banqueiros faliram, se alguns grandes comerciantes e criadores tiveram de parar suas atividades, enquanto outros fugiam à desvalorização do peso, comprando divisas, que deixavam dormir nos bancos suíços (prova eloquente de que o Uruguai já não era a Suíça da América Latina), no conjunto, os grandes capitalistas e "estancieros" acabavam sempre por tirar vantagem. Os sindicatos operários, agrupados na poderosa e combativa C.N.T. (Confederação Nacional dos Trabalhadores) não se mostraram dispostos a arcar com o custo da estagnação econômica e ainda menos com as clássicas "medidas de austeridade" e outras "soluções" do mesmo gênero, que a oligarquia fundiária e a burguesia locais, em acordo com os Estados Unidos, tentaram aplicar numa vã tentativa de endireitar a situação.

Esta deteriorou-se continuamente desde então. Fuga de capitais, combinada a empréstimos onerosos, que aumentavam a dívida externa sem trazer solução para a crise; alta do custo de vida, que, em 1967 (ano em que uma nova constituição, que reforçava consideravelmente

os poderes do Executivo e abolia o sistema colegiado de governo, foi adotada) atingiu 136%; queda do salário real, notadamente na função pública (para um índice de 100 em 1961 os salários dos funcionários e trabalhadores do setor público passaram a 87,3 em 1968). Em suma, agravamento da crise, com dificuldades crescentes para a grande maioria da população.

Mas na medida em que o inchaço da camada de funcionários expressava uma política que visava a assegurar às classes dominantes o apoio das camadas médias, e que estas, habituadas ao sistema de prebendas, se mostravam menos capazes do que a classe operária de defender seu nível de vida, a crise teve o curioso efeito de atingir mais as camadas médias que o proletariado. A subida da inflação forçava o Estado a diminuir as despesas, seja demitindo funcionários supérfluos, seja diminuindo seus salários. Como a demissão em massa corria o risco de provocar uma crise social de proporções catastróficas, preferiu-se baixar os salários e dificultar o acesso à função pública. Daí a pauperização contínua das camadas médias, combinada à ausência cada vez mais grave de possibilidade de carreira para a nova geração, criada em um país, onde, como vimos, mais da metade da população ativa estava empregada no "terciário", mais de 30% da qual pelo Estado. Os 213.000 empregados do Estado (de acordo com estimativas de 1968) foram, portanto, as primeiras vítimas da crise. Mas outros setores médios, em especial os estudantes, que deixavam a Universidade mais ou menos certos de não conseguir emprego, foram pegos pela engrenagem infernal da estagnação/desemprego/queda do nível de vida etc.

Dezenas de milhares migraram para o Brasil, a Argentina ou a América do Norte. Outros preferiram lutar, o que explica a receptividade dos Tupamaros entre essas camadas. Chegou-se a dizer, com ironia próxima à amargura, que a pequena-burguesia uruguaia tinha um passaporte na mão direita e uma bomba na mão esquerda. As

últimas eleições mostraram, entretanto, que os dois velhos partidos, blanco e colorado, conservam ainda uma influência não desprezível entre as camadas médias. Mas estão divididos em numerosas facções e principalmente desacreditados por sua incapacidade de resolver a crise. Tendo feito os militares saírem da caserna para esmagar a resistência armada dos Tupamaros, as classes dominantes estão agora horrorizadas com a perspectiva de uma ditadura militar, bastante tranquilizadora do ponto de vista da repressão, mas ambígua demais na atitude com relação aos grandes problemas econômicos e políticos. O progresso eleitoral e político da esquerda unida (a "Frente Amplia") constitui um dado positivo no momento em que os Tupamaros sofrem uma ofensiva política e militar que nada deixa a desejar aos métodos de repressão de outros países da América Latina. A combatividade do movimento operário e do conjunto dos trabalhadores permanece intacta.

## 8. As violências da via pacífica<sup>14</sup>

Luta armada ou luta pacífica? Reforma ou Revolução? Modelo internacional ou via nacional para o socialismo? Estas alternativas, e muitas outras do mesmo gênero, em torno das quais se dividiam as forças populares, anti-imperialistas e socialistas da América Latina (mas sabemos que por todo lado podemos encontrar os mesmos problemas e as mesmas polêmicas) foram submetidas à dura prova dos fatos: como sempre, a realidade concreta, a experiência direta da luta colocaram em seu devido lugar as querelas partidárias e o choque de doutrinas.

A Unidade Popular chegou ao governo no Chile graças a uma vitória eleitoral alcançada nos marcos da legalidade republicana burgue-

<sup>14</sup> Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 35, de 23 de julho a 5 de agosto 1973, pp.37-39.

sa. Essa vitória, que certos meios esquerdistas, entre os quais o M.I.R., haviam julgado impossível, foi saudada pelas forças revolucionárias mais importantes da América Latina, a começar pelo governo cubano, como um passo adiante de grande importância para o desenvolvimento da luta anti-imperialista. Ela tornaria possível uma experiência que céticos de toda sorte consideravam de antemão condenada: ultrapassar a dominação burguesa a partir da legalidade burguesa, transformar o conteúdo econômico, respeitando as formas políticas, em resumo, a via legal, pacífica, de transição para o socialismo.

Mas o que é a via pacífica? E por que seria ela possível no Chile, mais do que em outras partes? Evidentemente, poderíamos responder dizendo que a prática mostrou que os métodos pacíficos de luta são possíveis no Chile, que eles efetivamente abriram nesse país a via para a transformação da sociedade. Um militante revolucionário só pode sorrir diante desse argumento, pois a prática só demonstra uma teoria demasiado tarde. Uma vez que um método tenha demonstrado sua eficácia na prática, é muito fácil constatar que ele era bom. Ora, o revolucionário não é aquele que aplaude as revoluções vitoriosas, mas aquele que contribui para que vençam. No início, portanto, os que viam a experiência chilena da Unidade Popular com ceticismo, ou mesmo desconfiança, podiam justificar-se dizendo que a via pacífica poderia levar ou à capitulação ou à guerra civil. No primeiro caso, por força de querer contentar a todo mundo, abandonar-se-ia o objetivo final; no segundo caso, permanecer-se-ia fiel ao objetivo, mas dando, por isso mesmo, a prova do caráter ilusório da via pacífica.

Em certo sentido, a experiência da Unidade Popular já resolveu a questão: seu programa, cujo caráter revolucionário não se poderia, seriamente, pôr em dúvida, foi aplicado, no essencial. A reforma agrária, a expropriação dos monopólios privados, a começar pelos pertencentes aos imperialistas norte-americanos, a constituição de um setor

de propriedade social (área social), transformado em centro de gravidade de uma economia cujo motor principal já não é o lucro, mas a melhoria geral das condições de existência da população, das crianças aos aposentados, o aumento dos salários reais (da ordem de 10 a 15%, de acordo com as categorias), mostram que o objetivo final não foi perdido de vista, mas, ao contrário, vai ficando mais visível à medida em que o tempo passa.

A resistência das classes exploradoras faz-se, entretanto, ainda mais obstinada. A luta pacífica, quando desenvolvida por um movimento popular revolucionário consequente, como no Chile, não poderia constituir um freio ao avanço das massas, nem esse ópio social-democrata que consiste em fazer crer que os senhores da terra e os homens do capital respeitariam a legalidade republicana mesmo quando esta se voltasse contra seus interesses. Ela consiste simplesmente na idéia de que a guerra civil não é uma fatalidade, já que o grau de violência na transição para o socialismo é determinado não apenas pelos meios de que dispõem as classes contra-revolucionárias para defender seus privilégios, mas também, e fundamentalmente, pelos meios de que o povo dispõe para impor sua vontade. O presidente Allende sempre deixou claro que faria todo o possível para evitar a guerra civil, mas que se os inimigos chegassem a provocá-la, eles seriam esmagados pela violência revolucionária das massas. Em todas as circunstâncias difíceis dos últimos anos, desde o assassinato do general Schneider por um comando fascista, em outubro de 1970 (Schneider, cujo apego à legalidade republicana havia sido demonstrado por ocasião do putsch do general fascista Viaux, em outubro de 1969, era o comandante em chefe das forças armadas chilenas), até o recente levantamento de um regimento blindado, em 29 de junho último, o governo da Unidade Popular provou que estava perfeitamente disposto a passar das palavras aos atos.

O grupo de extrema-esquerda mais conhecido no Chile, o M.I.R., que nunca conseguiu fixar uma posição a respeito do governo da Unidade Popular, oscilou continuamente entre a denúncia de seu caráter "reformista" e a afirmação de apoio "crítico" a um governo cujo caráter popular e anti-imperialista não podia deixar de reconhecer. Insistiu constantemente, no entanto, no que considerava serem as duas "fraquezas" maiores da coalizão dirigida pelo presidente Allende: ausência de uma mobilização suficiente das massas (mas as centenas de milhares de trabalhadores, que, em várias ocasiões, ocuparam o centro de Santiago e todas as cidades do Chile para dar apoio ao governo popular e a seu programa desmentiram ruidosamente essa crítica) e, sobretudo, ausência de um "exército próprio" (sem o qual as forças armadas regulares, que constituem a peça essencial do aparelho de repressão das classes dominantes, mantêm poder de veto sobre as conquistas revolucionárias do povo).

Esta segunda objeção merece um exame mais atento. A situação concreta no Chile é bastante contraditória no que diz respeito à democracia burguesa: os direitos de que dispõem os trabalhadores em todos os níveis, principalmente o direito de se organizar com independência para defender suas condições de existência e de trabalho, não foram dadas de graça pela burguesia. Foram conquistados na luta. A unidade do movimento sindical agrupado na C.U.T. (Central Única dos Trabalhadores) é o resultado de um combate que dura há décadas. As repressões violentas, às vezes seguidas de combates de rua e mortes, foram numerosas. Através dessas lutas, o movimento operário adquiriu uma força determinante no movimento social, que se expressa na existência de dois grandes partidos de massa, comunista e socialista. É esta força, e não a boa vontade da burguesia, dos latifundiários e dos agentes do imperialismo que assegura a existência, nos marcos do Estado burguês, de um certo número de direitos do povo, inclusive o de chegar ao governo por intermédio de seus partidos políticos.

Isto não muda a natureza do Estado, não faz desaparecer o aparelho repressivo das classes dominantes, retrucam os críticos. Certamente, não os faz desaparecer de um só golpe. A via pacífica está forrada de violências, de sangue, de ódio e de lágrimas. Mas num país como o Chile, as classes possuidoras não reinam do modo que desejam. O exército sabe que tem diante de si um movimento popular organizado, combativo, potente. Enquanto "destacamento especial de homens armados, separados da sociedade", os militares são o braço armado do "partido da ordem". Mas que fazer quando essa ordem significa a Unidade Popular no governo? Se, em bloco, as forças armadas passassem para o lado dos reacionários, não resta dúvida de que, no melhor dos casos, haveria uma guerra civil no Chile e, no pior, uma nova "Jacarta"<sup>15</sup>. (Os grupos fascistas chilenos divertem-se, aliás, pichando nos muros o nome da capital da Indonésia, para não deixar dúvida nenhuma sobre suas intenções, no caso de vitória de um golpe de Estado reacionário).

Mas logo o governo popular fará três anos, três anos de profundas transformações na sociedade chilena, que já levaram à liquidação da classe dos latifundiários, à expropriação das empresas monopolistas mais importantes (tanto estrangeiras quanto nacionais) e ao aumento do nível de consciência e organização das amplas massas populares. Vale dizer que o tempo trabalha em favor da revolução e que enquanto o exército não se mexer, as coisas continuarão a caminhar. A tática que consiste em não provocar inutilmente os setores conservadores das forças armadas mostrou-se, portanto, acertada. Ora, a proposta esquerdistas de criar um "exército próprio" teria, primeiramente, o efeito de lançar no campo da contra-revolução uma parte considerável do corpo de oficiais, cujo comportamento, até o presente, caracterizou-

<sup>15</sup> Na Indonésia, o exército executou sumariamente mais de 500.000 comunistas e progressistas durante o golpe de Estado de 1966.

se pelo espírito corporativista: eles se consideram funcionários armados, e sua principal preocupação consiste em não prejudicar a carreira em uma aventura fascista de resultados imprevisíveis.

Poder-se-ia censurar a Unidade Popular e o presidente Allende por terem insistido muito, publicamente, na vocação democrática dos militares chilenos, dando-lhes um crédito de confiança e, sobretudo, uma caução junto às massas, suscetível de semear perigosas ilusões. Mas é preciso não exagerar o alcance dessa crítica. Ninguém no Chile ignora a existência, no seio do corpo de oficiais, de uma corrente contra-revolucionária que conspira em ligação direta com a direita. Insistindo, às vezes demais, nas convicções democráticas e legalistas do exército, o governo tenta justamente isolar os elementos fascistas e estimular aqueles chefes militares cuja lealdade ao regime foi mais de uma vez confirmada na prática.

A luta de classes na sociedade chilena passa pelos quartéis. Se o governo acompanhasse o M.I.R. e lançasse a palavra de ordem de formação de um "exército próprio", a massa dos oficiais que constitui a "maioria silenciosa", composta de militares preocupados primeiramente com a carreira e a promoção, seria bruscamente propelida à direita e daria muito mais ouvido aos agentes do imperialismo e da burguesia monopolista local e a seus cães de guarda, os grupos fascistas. Para compreender até que ponto a tática esquerdista faz o jogo da reação, basta atentar para as declarações feitas em uma entrevista coletiva à imprensa, dada em 8 de julho passado, em Santiago, pelos líderes da oposição, entre os quais o ex-presidente Eduardo Frei, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, onde a oposição de centro-direita é majoritária, e os principais dirigentes dos partidos Democrata Cristão e Nacional. Esses personagens, após terem cinicamente protestado inocência com relação ao fracassado golpe de 29 de junho, foram arrogantes a ponto de denunciar o fato de que os trabalhadores, a

chamado da C.U.T., ocuparam as fábricas em torno de Santiago no momento em que tomaram conhecimento do início do ataque contra o palácio presidencial. "Houve distribuição de armas, adotaram medidas de ordem estratégica e deram instruções como se a guerra civil fosse iminente no Chile", acrescentam os porta-vozes da reação. A Unidade Popular, proclamam, pretende "criar um exército civil".

Acusado por uns de não querer organizar um "exército próprio" e, por outros, de querer criá-lo, o governo popular deve agir com prudência. Porque caso se constitua no interior da hierarquia militar uma maioria que aceite a idéia da destituição de Allende, ou pelo menos (idéia igualmente intolerável) o "controle militar" sobre o governo, poderá ocorrer o pior. Gritar alegremente que é necessário organizar milícias populares em toda parte não ajuda muito a resolver o problema. Nesse tipo de questão, a dificuldade não está em lançar palavras de ordem, mas em aplicá-las sem quebrar a cara.

Uma guerra civil revolucionária no Chile só será vitoriosa (no caso em que a reação obstinada das classes dominantes levasse as coisas a esse extremo) se, além da ampla e enérgica mobilização dos trabalhadores, as forças populares conseguirem isolar os oficiais reacionários, neutralizar os "militares profissionais" e contar com o apoio dos militares progressistas. O comportamento do grosso da tropa também será determinante, mas a unidade da classe operária e do conjunto do povo constituirá, em última análise, o ponto essencial. Mesmo no Uruguai, os militares foram abalados e paralisados durante duas semanas pela greve geral. Na Argentina, no Chile, e em toda parte, aliás, os militares são forçados a levar em conta a força do povo unido e organizado. O fato de que a Democracia Cristã seja capaz de influenciar uma certa aristocracia operária (como na recente greve na mina El Teniente) é mais preocupante que a sinistra aventura de um coronel fascista. Sem a unidade do povo na base, não haverá "via pacífica" para o socialismo.

## 9. Ditadura militar cripto-fascista no Uruguai<sup>16</sup>

Os acontecimentos do Chile deixaram em segundo plano os do Uruguai, onde, na seqüência do golpe de Estado de 27 de junho, os militares reacionários empregaram metódicamente o arsenal repressivo que vinha sendo utilizado nos últimos anos para quebrar a resistência popular. Em 30 de novembro de 1973, sentiram-se bastante fortes para impor a "ditadura total", jogando na ilegalidade o Partido Comunista, o Partido Socialista e doze outras formações políticas de esquerda. Os bens dos partidos interditados foram apreendidos, suas sedes foram fechadas assim como seus jornais. Uma caçada policial de amplitude sem precedentes foi desencadeada. O Partido Comunista uruguai, um dos mais fortes da América Latina, esforçou-se para se organizar na clandestinidade, bem como o pequeno mas muito combativo Partido Socialista. No Uruguai, como no Chile, a sombra do fascismo cobriu o horizonte e anunciou lutas muito duras e sacrifícios redobrados para os trabalhadores e para todo o povo.

É sempre aleatório determinar o momento no qual começou a gestação do processo do qual constatamos no presente o sinistro resultado. Alguns marcos entretanto são claros na longa via da regressão econômica, social e política na qual enveredou o Uruguai que, durante um longo período, tinha figurado entre os raros países prósperos da América Latina.

Não nos deteremos nas condições econômicas gerais que estão na origem das crises sociais e políticas que o Uruguai atravessa há vários anos. Contentar-nos-emos em sublinhar que este pequeno país, muito dependente do comércio internacional, experimenta dificuldades mais e mais graves para manter o lugar que ocupou no mercado mundial como exportador de carne e lã.

<sup>16</sup> Publicado originalmente, sob o pseudônimo Fernando Moraes, na revista *Afrique-Asie*, nº 46, de 24 de dezembro 1973 a 6 de janeiro de 1974, pp. 34-36.

Com efeito, a produtividade média desses setores econômicos foi consideravelmente inferior à de seus concorrentes no mercado internacional. A presença dos monopólios norte-americanos controlando os setores mais rentáveis da indústria local contribuiu para agravar a situação, deteriorando a vida das massas populares e estagnando a economia. O Uruguai permanece, mais que nunca, malgrado sua taxa de urbanização de 82% (cifra mais elevada que em numerosos países desenvolvidos), um país industrialmente subdesenvolvido. A Comissão Econômica da O.N.U. para a América Latina (C.E.P.A.L.) revelou, em seu boletim anual sobre o continente que, em 1971, o produto interno bruto do Uruguai diminuiu 1% em relação a 1970, e que a produção agro-pecuária diminuiu 2%, com repercussões muito negativas sobre a balança comercial. Com efeito, as exportações baixaram 10%, e isto malgrado a alta dos preços da carne no mercado internacional. É que o volume físico das exportações de carne caiu 40%. Mas dada a alta de preços, as perdas em divisas para os exportadores uruguaios foram de apenas 20%. (Em contrapartida, o volume das exportações de lã aumentou ligeiramente em relação a 1970 mas seus preços diminuíram aproximadamente 10%: em resumo, o Uruguai perdeu de quase todos os lados...). Faltando divisas para importar máquinas e equipamentos, já que o déficit da balança de pagamentos não cessa de aumentar, submetido a um governo reacionário, o Uruguai está condenado a uma sombria política "de austeridade", isto é, de estagnação econômica, de miséria para os trabalhadores e de submissão total ao diktat do Fundo Monetário Internacional.

Estas graves dificuldades econômicas não datam de ontem. Mas seus efeitos sociais e políticos são mais recentes, na medida em que o Uruguai foi antes vítima de uma lenta asfixia do que de uma súbita catástrofe econômica. Em 1967, o primeiro marco importante ao qual é preciso remontar para compreender a situação política atual, regis-

trou a mais alta taxa de inflação do mundo. Naquele ano, a 15 de fevereiro, uma nova Constituição, demasiado autoritária para um país habituado às mais amplas liberdades políticas, tinha entrado em vigor.

É muito importante compreender a natureza dessa mudança, assim como a batalha política à qual ela deu lugar. Em 1966, o descontentamento popular contra a carestia e a erosão de salários, consequências da alta da inflação, criaram as condições para a abolição do sistema político liberal que, durante alguns decênios, tinha feito do Uruguai, segundo um chavão sempre repetido, a "Suíça da América Latina". (Como a Suíça, o Uruguai era governado por um colégio executivo, com poderes limitados). Na base deste sistema político, havia dois partidos tradicionais, o "blanco" e o "colorado", o primeiro ligado à oligarquia rural, sobretudo os proprietários de vastas campinas consagradas à pecuária; o outro representando sobretudo os círculos industriais e financeiros da capital, mais diretamente ligados aos monopólios estrangeiros, particularmente os norte-americanos (no passado, os monopólios britânicos eram muito poderosos na região, mas com a decadência do imperialismo britânico, foram substituídos pelos norte-americanos).

Uma pequena burguesia de funcionários e profissionais liberais relativamente prósperos, uma classe operária pouco numerosa, com condições de existência menos lastimáveis que no restante da América Latina, a partilha "amigável" dos recursos do Estado, bastante rico graças ao imposto sobre as exportações, em uma época em que a carne era um próspero negócio, loteamento de cargos públicos entre as clientelas eleitorais dos dois partidos tradicionais, tal era a sociedade que naufragou nas grandes tempestades dos anos 60.

A miséria não é forçosamente revolucionária, nem a prosperidade sempre garante a paz social. É óbvio porém que um povo que sofre é mais impelido à luta que um povo bem provido. No Uruguai, en-

quanto durou a prosperidade, a ideologia liberal, combinada ao forte apoio do Estado à educação, à cultura, à segurança social, criou um clima de conformidade social pouco propício à propaganda revolucionária. O movimento operário, entretanto, conseguiu, em 1967, unificar-se em torno de uma grande central sindical, a C.N.T., superando divisões antigas, que remontam à época em que o anarco-sindicalismo era a tendência dominante entre os trabalhadores (a combativa Federação Autônoma da Carne ainda era controlada, até recentemente, pelos anarquistas). Mas essa reunificação não teria podido, por si só, mudar os dados do sistema político uruguai. Mais exatamente, a crise econômica desacreditou completamente o regime "colegial" no qual as responsabilidades políticas se diluíam, e também no qual a função pública constituía uma sinecura que os dois partidos tradicionais repartiam num pretenso "acordo de cavalheiros," que lembra muito um pacto de mafiosos, conhecido sob o nome de sistema do tres y dos (três quintos dos postos disponíveis "pertenciam" ao partido vencedor nas eleições e dois quintos ao partido derrotado). A necessidade de acabar com esse sistema e de pôr no lugar um regime fundado num executivo forte se impôs às próprias classes dominantes que, tal como o ladrão que grita "pega ladrão!", esforçavam-se por tomar a dianteira das forças revolucionárias na denúncia de um regime desmoralizado.

Em 27 de novembro de 1966, o povo uruguai foi chamado a decidir, pela via do referendo, o projeto de reforma constitucional que devia entrar em vigor, como vimos, em 15 de fevereiro de 1967. A esquerda havia apresentado um projeto de constituição democrática e anti-imperialista, que asseguraria os mais amplos direitos e garantias sociais aos trabalhadores, assim como a defesa da economia nacional. Mas a tática da grande burguesia, operacionalizando os recursos financeiros e os meios de propaganda à sua disposição (para não falar da grande clientela eleitoral obtida graças às sinecuras da função pública),

mostrou-se mais eficaz. Uma constituição autoritária foi aprovada por 40% dos votantes. Ela reforçou o aparelho repressivo e concedeu ao presidente da República o poder de dissolver o parlamento, suspender as garantias constitucionais decretando as “medidas prontas de segurança”<sup>17</sup> (que se tornariam tristemente célebres num país outrora orgulhoso de suas liberdades) e controlar o conjunto dos recursos financeiros do Estado. (O último ponto, por outro lado, foi o único que verdadeiramente provocou divergências no seio das classes dominantes: o partido “blanco” reivindicava particularmente o controle das finanças locais devido à sua forte influência nas zonas rurais onde tinha numerosos eleitos...).

O presidente eleito segundo o novo sistema, general Gestido, foi ainda de alguma maneira um sobrevivente de uma época finda. Tentava mesmo, no início, distinguir-se dos setores mais reacionários do partido “colorado” que o havia levado à chefia do Estado. As múltiplas pressões às quais se submeteu, tanto no plano interno como no plano internacional, rapidamente o forçaram a fazer a política dos grupos financeiros locais ligados aos monopólios norte-americanos. Era, como notou na época o deputado de esquerda A. Collazo, o resultado de uma “profunda transformação” da burguesia uruguaia. “Os interesses dos latifundiários se associam mais e mais com os do capital financeiro, que em nosso país sempre controlou as indústrias por intermédio dos mecanismos bancários. E ambos se ligam cada vez mais firmemente ao imperialismo, através dos empréstimos, da integração dos capitais, etc... Os latifundiários são convidados a participar da direção dos grandes bancos e os velhos banqueiros vendem suas ações aos banqueiros norte-americanos: a maioria das ações do mais antigo e mais importante banco privado de nosso país, o Banco Commercial, passaram para as mãos do Chase Manhattan Bank.”

<sup>17</sup> “Medidas rápidas de segurança”.

Gestido não teve tempo de levar mais longe sua capitulação diante do imperialismo: morreu antes de acabar o primeiro ano de seu mandato, e o trabalho sujo, entreguista e repressivo que, um pouco contra a vontade, havia assumido, encontrou na pessoa de seu sucessor, o vice-presidente Pacheco Areco, um executor apaixonado. Gestido havia deixado em herança a seu povo um decreto que estabelecia o bloqueio dos salários. Combinado à desvalorização do peso, fez dobrar, da noite para o dia, o preço dos artigos de primeira necessidade. Pacheco Areco adotou as medidas policiais que constituíam a consequência lógica das medidas econômicas adotadas por seu predecessor. Entre o dia 12 de dezembro de 1967, quando todos os partidos de esquerda, salvo o P.C., foram postos na ilegalidade sob o pretexto de que se deixavam dirigir por Cuba (era a época do lançamento da Organização Latino-americana de Solidariedade, O.L.A.S.), e o fim de seu mandato, não cessou de aplicar as famosas “medidas prontas de seguridad”, tanto mais que a luta popular sob todas as formas, das greves gerais às ações de “propaganda armada” dos Tupamaros, ia se intensificando. Todavia, as tradições democráticas tinham no Uruguai a força de um hábito arraigado. Pacheco Areco governou em um regime de exceção, mas a “regra” ainda não estava abolida...

Foi este o penúltimo ato da marcha do Uruguai para o despotismo militar: para reprimir os trabalhadores e os Tupamaros, a oligarquia fez o exército intervir, mais e mais, na vida nacional. As eleições de novembro de 1971 constituíram uma breve trégua no agravamento contínuo da situação. A vitória de Bordaberry, candidato de Pacheco Areco, foi obtida por pouco contra o candidato do partido “blanco” que apresentava uma plataforma liberal. A esquerda unida (o Frente Amplio) chegou apenas em terceiro lugar mas registrou um progresso considerável em relação a 1966. O último ato é conhecido: guerra total contra os Tupamaros, controle crescente dos

militares sobre o aparelho de Estado e, finalmente, golpe de Estado, em 27 de junho de 1973. A então instaurada ditadura militar reacionária e pró-americana está agora levando às últimas consequências a supressão das liberdades populares.

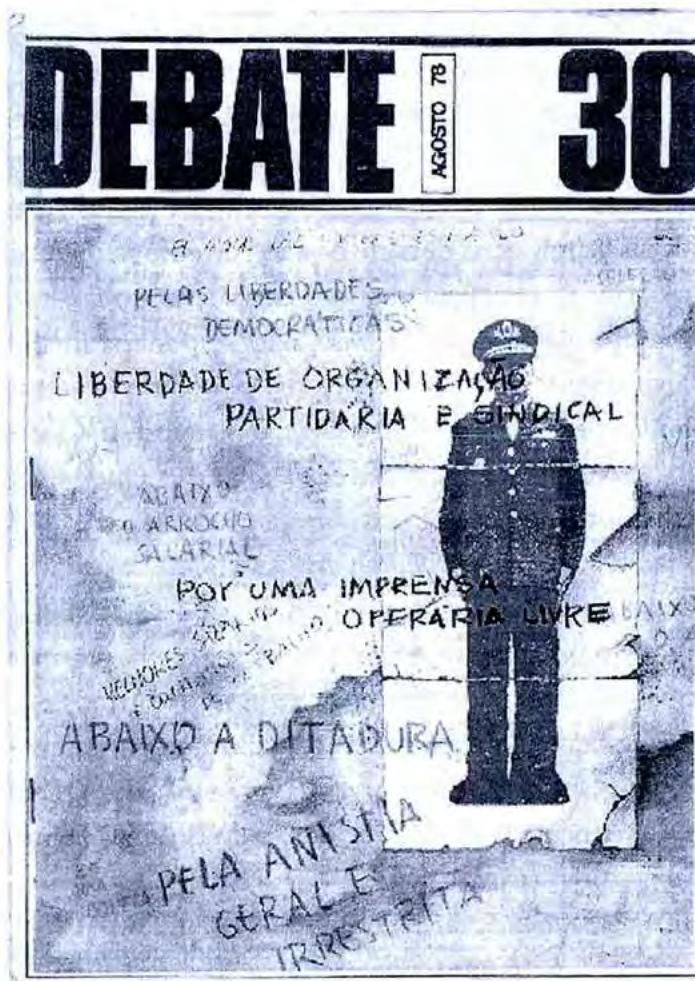
## 10. Refluxo da maré militar?<sup>18</sup>

Os regimes militares não constituem uma característica particular da América Latina. Encontrâmo-los em quase todo o Terceiro Mundo, da África Negra ao Sudeste asiático, sem esquecer os países árabes, onde o nasserismo, em seu ciclo ascendente, ultrapassou amplamente as fronteiras do Egito. Mas é na América Latina que o fenômeno da contra-revolução militar assumiu maior amplitude. Dos dezesseis países da América central e do sul, treze estão atualmente submetidos a ditaduras militares. As exceções são: Colômbia, Costa Rica e Venezuela. (Deixamos de lado a Guiana e o Suriname, antigas colônias britânica e holandesa que conheceram uma evolução histórica, cultural, e política muito diferente daquela de todo o resto do continente). Destas treze ditaduras, nove constituem, por sua origem como por sua orientação, respostas reacionárias ao avanço das forças revolucionárias durante o período que seguiu a vitória da Revolução Cubana. Destroçaram não somente os movimentos de guerrilha, mas também as forças políticas mais representativas do movimento de massas nos países já relativamente industrializados do Cone Sul do continente.

No que concerne aos regimes militares de orientação ou, ao menos, de auto-definição progressista, o Peru, o Panamá e, em menor medida, o Equador e Honduras, somente o do Panamá mantém-se fiel a suas motivações originais ligando seu nome indelevelmente ao com-

<sup>18</sup> Publicado originalmente na revista *Afrique-Asie*, nº 145, de 3 a 16 de outubro de 1977, pp. 61-63.

bate tenaz pela reconquista da zona e do canal dito do Panamá, enclave colonial dos Estados Unidos. Após o período de anti-imperialismo e de reformas sociais avançadas empreendidas por Velasco Alvarado (1968-1975), o regime peruano, sob o general Morales Bermudes, virou para a direita. Quanto ao Equador e às Honduras, os militares não ultrapassaram o estágio das veleidades progressistas. No Equador, preparam-se para deixar na desordem um poder que ocuparam na confusão.



Revista *Debate*, nº 30, agosto de 1978.

Se o balanço dos regimes progressistas é mediocre, o dos regimes contra-revolucionários é catastrófico. Durante alguns anos, a expansão econômica do Brasil, a mais antiga ditadura militar da América do Sul<sup>19</sup> pareceu confirmar a idéia de que a contra-revolução latino-americana, reforçando a autoridade do Estado e assegurando uma paz de cemitérios, constituía um poderoso instrumento do desenvolvimento capitalista. Mas nenhuma das outras ditaduras contra-revolucionárias que se instauraram depois – Bolívia (1971), Uruguai (1973), Chile (1973), Argentina (1976) –, para não falar das três “autocracias bananeiras” da América Central – Guatemala, El Salvador e Nicarágua –, teve êxito em promover algo mais que um arremedo de desenvolvimento econômico. Nos últimos anos, o mito do “milagre brasileiro”, correndo para a bancarrota, desnudou o imenso cortejo das misérias sociais acumuladas durante os anos de euforia mercadológica.

Se é verdade que, considerando o papel político das forças armadas no conjunto do Terceiro Mundo, não se poderia lhe atribuir um papel exclusivamente contra-revolucionário, como o testemunham os regimes anti-imperialistas e de orientação socialista da África negra, não é menos verdade que na América Latina a intervenção militar merece, na maioria dos casos, essa apreciação. A onda militar-fascista, por outro lado, não deixou de exercer uma forte influência sobre os dois regimes militares de orientação progressista da América do Sul; a guinada à direita do regime peruano se explica, em boa medida, pelo contágio que sofreu de seus vizinhos chilenos, bolivianos e brasileiros.

Todavia, estamos longe de uma estabilização contra-revolucionária. O êxito de um golpe militar não assegura, por si só, o do regime por ele instaurado. Certamente (e ainda aqui, o caso do Brasil é exemplar) a idéia

<sup>19</sup> Com exceção do regime do general Stroessner, no Paraguai, “caudilho” à moda antiga, que exerce poder pessoal em uma sociedade dominada pelos grandes latifundiários, os regimes militares contemporâneos são ditaduras das forças armadas enquanto aparelhos.



## CHILI: LE FASCISME!



*Afrique-Asie*, n° 40, p. 9, outubro 1973.

de que o recurso a uma ditadura militar fascizizante exprimia a crise do Estado capitalista e constituía, nesse sentido, a antecâmara da revolução, levou a muitas ilusões mortíferas. A liquidação, no início dos

anos 70, da maior parte dos movimentos de luta armada que se levantaram, de um extremo a outro do continente, contra a miséria e a opressão, é característica. Mostrou não somente a obstinação do imperialismo norte-americano em impedir, por todos os meios, o surgimento de uma nova revolução cubana na América Latina, mas também a capacidade das burguesias locais, aliadas aos grandes latifundiários, de mobilizar politicamente o conjunto das classes possuidoras, aí compreendidas camadas populares (os pequenos campesinos bolivianos contra a guerrilha de Guevara em 1967, os caminhoneiros e pequenos comerciantes chilenos contra Allende em 1972-3), de maneira a barrar o caminho às forças da revolução.

O interesse do exemplo brasileiro reside no fato de que a burguesia fez um teste não somente de sua capacidade de resistir à revolução, mas também – durante alguns anos – de sua capacidade de governar o país por intermédio da ditadura militar. Donde a importância crucial que apresenta, para a evolução geral do fascismo militar latino-americano, a evolução particular do fascismo militar no Brasil. A ditadura militar brasileira, além de sua longevidade, distingue-se das que foram instauradas em data mais recente pelo fato de ter sempre se esforçado por manter uma fachada semi-parlamentar e semi-constitucional. Assim, o Estado não se separa em demasia da sociedade civil e o exercício do poder não se identifica completamente com o aparelho militar.

Graças a essa coexistência de uma ditadura de fato e uma legalidade de forma, o regime pôde sempre alegar que se esforçava para “aperfeiçoar as instituições” e que, gradualmente, “restabeleceria a democracia em sua plenitude”. Enquanto a existência de um movimento de luta armada tornou credível a “ameaça subversiva” e o crescimento econômico deixou eufóricas as classes possuidoras, essa solução política bастarda pôde aparecer como uma fórmula viável do Estado da “contrarrevolução preventiva”. Na prática, o que tem ocorrido é um movimen-

to contínuo de oscilação: tentativas liberalizantes brutalmente interrompidas pelos Atos Institucionais que restabelecem em sua integralidade os poderes discricionários do Alto-Comando militar.

Contrariamente à fórmula brasileira, a ditadura militar chilena dispensou qualquer fachada parlamentar ou constitucional. Assumiu, desde logo, a máscara hedionda do terror fascista. Mais de dois anos foram necessários para iniciar um processo dito de normalização no qual não estava em pauta sequer uma aparência de liberalização, mas somente a definição, através de atos discricionários da junta militar, de um certo número de instituições cuja inspiração fascista salta aos olhos. Assim o Ato Constitucional nº 1, de 30 de dezembro de 1975 (manifestamente inspirado nos Atos Institucionais postos na moda pela ditadura militar brasileira), estabeleceu um Conselho de Estado de dezoito personalidades ligadas ao regime, que deviam colaborar, a título consultivo, com a junta no poder. Em 11 de setembro de 1976, três novos atos constitucionais foram promulgados com o evidente objetivo de lançar as bases de um modelo sul-americano de estabilização do fascismo militar. As pressões do presidente Carter, alarmado com os métodos peculiares de repressão utilizados pelos regimes militares latino-americanos, por outro lado, contribuíram para acelerar o processo. No mês de agosto de 1977, Pinochet anunciaava a supressão da sinistra D.I.N.A. (polícia política do Exército) substituída por um serviço de informação. Na verdade, tratava-se apenas de uma mudança de nome.

“Os fascistas tentam enganar a opinião pública, mantendo a essência repressiva da D.I.N.A. e as prerrogativas da tirania, isto é, a detenção ilegal, a tortura sistemática, os ‘desaparecimentos’ e toda sorte de violações dos direitos humanos e das garantias individuais”, declararam os porta-vozes no estrangeiro da Unidade Popular comentando essa medida hipócrita. E para confirmar, se necessário fosse, que não se deve tomá-lo a sério quando fala de normalização, o gene-

ral Pinochet decidiu prolongar mais uma vez o estado de sítio, desmentindo os que esperavam que ele o suprimisse no 11 de setembro de 1977, ocasião do quarto aniversário do golpe sangrento que depôs o governo democrático de Salvador Allende.

Os militares uruguaios, que já tinham emparelhado o passo com seus colegas chilenos na fúria repressiva, seguiram-nos igualmente na tentativa de institucionalização da ditadura militar através de quatro atos constitucionais. Estes textos consagram, sob o nome de "democracia autoritária", a tentativa de estabilização do regime de terror implantado com o lançamento da campanha de aniquilamento do movimento de guerrilha dos Tupamaros. Por sua vez, os regimes militares peruano e equatoriano anunciam para o próximo ano a convocação de uma Assembléia Constituinte que marcará o retorno às instituições liberais.

Parece portanto que a maré militar está atingindo seu ponto de refluxo na América Latina. Seria vão, entretanto, acreditar que a este refluxo corresponda um novo fluxo revolucionário. Com exceção do Peru e da Nicarágua, as forças revolucionárias capazes de travar um combate ofensivo pelo poder foram aniquiladas. As consequências mais prováveis do ocaso do militarismo serão transformar em combate político aberto no seio da sociedade as contradições de classe que o poder militar reprimiu e freqüentemente afogou num banho de sangue. Anuncia-se, em todo caso, um certo desbloqueio da situação, do qual, todavia, seria demasiado ousado querer prever os prazos. Contentemo-nos em constatar uma tendência que parece se acelerar sobretudo no Brasil, onde a contestação do regime, após ter ganho as ruas<sup>20</sup> assume as proporções de uma ofensiva política nacional pelas liberdades democráticas.

<sup>20</sup> Alusão ao artigo "Brésil, le réveil du géant", publicado em *Afrique-Azie* n° 137, pp. 94-95, sob o pseudônimo de Fernando Moraes, em que se comentam as manifestações estudantis de 1977.

## Capítulo VI

# Figueiredo, Sarney e a transição liberal no Cone Sul

### 1. Argentina, Brasil: comparações pejorativas<sup>1</sup>

É sempre possível sustentar, a propósito de duas situações políticas, que elas não são comparáveis. Mas, na verdade, esta conclusão já é o resultado de uma comparação. A esquerda latinoamericana gastou muita tinta para decidir se as ditaduras militares contrarrevolucionárias instauradas em todo o “Cone Sul” do continente durante os anos 70 deviam ou não ser consideradas como “fascistas”. Uns, insistindo nos aspectos do terrorismo contra-revolucionário de Estado, da liquidação das instituições liberais, da estreita articulação de interesses entre grandes agrários, grandes industriais e o poder político, respondiam que sim. Outros, apontando para a inexistência de um grande partido reacionário de massas e de seu complemento dialético, o Ditador Carismático, opinavam que não.

Uns e outros tinham razão de seus pontos de vista respectivos. Vale dizer, o debate reduziu-se à contraposição unilateral de pontos de vista opostos e por isso mesmo tornou-se interminável, ou melhor, terminou da pior forma, pelo cansaço, como de resto terminara o também prolixo debate sobre o feudalismo. E tinha mesmo que terminar assim. Comparar é discernir a identidade na diferença, determi-

---

<sup>1</sup> Originalmente publicado em *Presença*, nº 2, fevereiro de 1984, pp. 19-22.

nando dialeticamente uma pela outra. Toda a dificuldade está em conferir caráter historicamente concreto a esta determinação recíproca. As ditaduras militares do Cone Sul identificam-se ao fascismo enquanto soluções contra-revolucionárias às contradições do desenvolvimento capitalista. Mas enquanto que no fascismo a força política portadora desta solução foi um movimento ultranacionalista com fortíssima capacidade de arregimentação de massas, que desencadeou a contra-revolução "na rua", isto é, *fora* (embora com a complacência) do aparelho de Estado, no Cone Sul dos anos 60 para cá, a contra-revolução foi organizada *dentro* do aparelho estatal sob a forma do "pronunciamento" militar. Donde o caráter burocrático do poder político oriundo da contra-revolução no Cone Sul e a consequente ausência de um apoio organizado de massas servindo de correia de transmissão entre a cúpula estatal e a base social.

À primeira vista, estas características da contra-revolução no Cone Sul tornam-na menos apta que o fascismo para cumprir seu objetivo histórico: a estabilização conservadora numa situação de crise da hegemonia burguesa. Quanto mais se acentua o caráter burocrático do poder político, mais se aprofunda a contradição entre o Estado e a sociedade civil, arrojando para o combate "antiestatal" as próprias classes possuidoras, interessadas na manutenção de uma ordem social da qual tiram seus privilégios, mas asfixiadas pela gigantesca jibóia estatal que estrangula as forças criadoras da vida social. O fascismo conseguiu evitar esta polarização da sociedade civil contra o Estado ao galvanizar as energias nacionais em torno do mito genocida de sua supremacia étnica sobre os outros povos, que lhe autorizaria a expandir-se subjugando-os. Mas este projeto imperial, fértil em crimes contra a humanidade, continha os germes de sua autodestruição. O expansionismo belicista levou à guerra mundial e a guerra liquidou o nazi-fascismo.

Já o ocaso das ditaduras militares do Cone Sul-americano não vem assumindo a forma de um apocalipse de bombas, aço, fogo e sangue, mas a de um desgaste “lento e gradual”, o qual, no caso brasileiro, vem durando há já um década, se considerarmos que o primeiro passo no rumo da “abertura” foi dado em 1974, sob a tutela do general Ernesto Geisel e de sua parda eminência, o general Golbery. Podemos hoje medir o custo social deste processo em câmara lenta de reconversão liberal do regime militar: a grande maioria de nossa população (a quinta do mundo, como gostam de lembrar os ufanistas) definha a olhos vistos, descendo a um nível de miséria da existência igual aos piores de nosso continente, enquanto os responsáveis pela ruína econômica do país se curvam diante do FMI para “acertar as contas” com os agiotas da alta finança imperialista.

A grande vitória democrática do povo argentino veio iluminar com luz crua estas amargas debilidades de nossa evolução liberal a longuíssimo prazo. Por isso mesmo, é muito significativo o modo como vêm repercutindo entre nós as notícias que nos chegam de Buenos Aires. Que as autoridades de Brasília tenham reagido com fria polidez, já era de esperar. Como haveriam de se entusiasmar com o advento de um governo oriundo de expressão livre, direta e majoritária da soberania popular? Mais curiosa e instrutiva é a atitude de certos órgãos da chamada “grande imprensa” (isto é, a imprensa grande) que admiram profundamente as liberdades políticas desde que o povo delas não se sirva para fazer valer seus próprios interesses e aspirações.

O semanário *Veja*<sup>2</sup>, por exemplo, trouxe em matéria de capa intitulada “Paralelos inúteis” a mais clara ilustração desta atitude. A tese a demonstrar é de que “Brasil e Argentina vão da ditadura à abertura por homens e caminhos diferentes”. Sem dúvida, os homens são dife-

<sup>2</sup> *Veja* nº 800, de 4 de janeiro de 1984.

rentes, um se chama Raul, o outro João, mas nem o Conselheiro Acácio consideraria esta constatação uma descoberta teórica. Quanto aos caminhos, escapou ao articulista a diferença mais importante: o tempo do verbo “ir” não pode ser o mesmo nos dois casos. Se, com algum otimismo, admitimos que o Brasil vai (no presente) da ditadura à abertura (mais exatamente, está indo há dez anos), a Argentina já foi, isto é, já chegou à democracia (liberal-burguesa, evidentemente). Bem mais depressa que nós.

Uma vez escamoteada esta diferença crucial (a saber, que o povo argentino já obteve aquilo por que o povo brasileiro está lutando há tanto tempo), a argumentação do semanário busca mostrar que entre nós e os argentinos, qualquer semelhança política “é mera coincidência”. Do ponto de vista do método, o raciocínio de que se serve padece do mesmo vício que apontamos naqueles que, a propósito das duas principais formas de contra-revolução no século XX, insistem apenas no que distingue fascismo e ditadura militar, desconhecendo os fatos universais das lutas políticas de nossa época. A esse vício metodológico, *Vejá* acrescenta um mal-disfarçado intuito apologético da ditadura brasileira. Sem exceção, as diferenças que enumera entre ela e a argentina consistem em erros desta, contrastando com acertos daquela. De tal forma que o leitor crédulo só poderá exclamar ao terminar a leitura do artigo: “Que sorte tivemos!”.

Primeira diferença: a ditadura militar argentina fez a guerra das Malvinas, a nossa não fez guerras. A diferença é incontestável. Nesse ponto a contra-revolução militar argentina, como a grega, se assemelha ao fascismo, buscando, como este, galvanizar a nação pelo apelo ao patriotismo guerreiro. Como os gregos, os militares argentinos colheram inglória derrota e a nação constatou que a coragem que lhes sobrara quando torturaram e massacraram dezenas de milhares de presos algemados, lhes faltou diante de verdadeiros profissionais da

guerra, enviados por Sua Majestade Britânica para preservar o estatuto colonial das Malvinas.

Segunda diferença: “a interferência militar no poder” foi muito maior na Argentina do que no Brasil. A diferença é verdadeira. Só que *Veja* não lhe explica a razão. No Brasil, desde a preparação do golpe de 1964, houve estreita articulação entre o aparelho militar e os círculos dirigentes do latifúndio e da burguesia. Na Argentina, onde o peso da burguesia nacional é muito maior, a contra-revolução militar só recebeu apoio pleno da oligarquia agrária. Seria no entanto errôneo concluir – como o insinua *Veja* – que o odioso regime instaurado pelo “pronunciamento” do general Videla tenha sido exclusivamente militar. Basta lembrar que o principal artífice da política econômica ultra-liberal que arruinou a Argentina foi o milionário Martinez de Hoz, ministro das Finanças de Videla e representante direto dos grandes agrários.

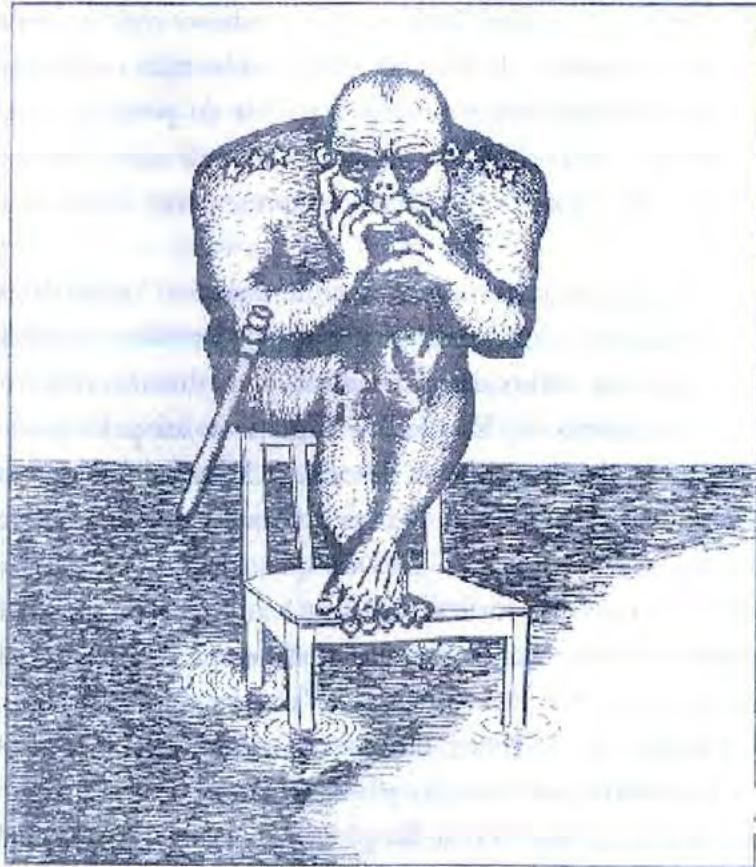
Terceira diferença: na Argentina a ditadura fez “talvez 30.000 vítimas”; o “processo” (admirável eufemismo!) “brasileiro entre 1968 e 1974” “custou em torno de 200 vidas”. Sem dúvida, o terrorismo contra-revolucionário de Estado na Argentina foi pelo menos tão longe, senão mais longe que o de Pinochet. Como o de Hitler foi bem mais longe que o de Mussolini. Mas as diferenças quantitativas, embora importantes, não anulam o fato de que, em todos estes casos, a tortura foi utilizada sistematicamente para aniquilar os que se ergueram contra o regime, muitos dos quais não empunhavam armas. Isso sem contar as mortes “acidentais” ou “por engano”. Ainda que no Brasil, as vítimas da tortura e das execuções secretas se contem por centenas e não por milhares, o problema moral permanece. Nesse sentido, embora estejamos hoje longe da Argentina – já que ainda nos querem negar até o direito de eleger o chefe da Nação – o que as forças democráticas reivindicam não é a chamada “revanche”, mas a

possibilidade de confiar politicamente e moralmente no governo que o povo terá livremente escolhido.

# DEBATE

NOVEMBRO  
78

# 31



Revista *Debate*, nº 31, novembro de 1978.

## 2. Uruguai: a democracia dos generais<sup>3</sup>

No Uruguai, a hora do retorno a algum tipo de democracia parece pelo menos estar iminente. Depois de prolongadas negociações com os partidos políticos, durante as quais usaram o porrete mais freqüentemente que a argumentação sóbria, os generais se inclinaram finalmente à vontade do povo uruguai. Concordaram oficialmente em transferir o poder em 15 de março de 1985. Em 15 de agosto deste ano, o regime militar promulgou o Ato Institucional nº 19, que será provavelmente a última das "medidas excepcionais" impostas ao país durante onze anos.

Ao contrário das leis de emergência que o antecederam, o Ato 19 não objetiva reforçar a ditadura, mas sim levá-la ao fim. O ato prevê eleições tanto parlamentares quanto presidenciais, que deverão ocorrer em 25 de novembro. A primeira sessão do parlamento recém-eleito terá início em 15 de fevereiro do ano que vem. O candidato presidencial que for eleito tomará posse um mês depois. Além disso, serão revogadas a legislação de emergência e os poderes usurados pelo regime militar, para que a Constituição de 1967 (convertida em letra morta pelo golpe de estado de 1973) entre novamente em vigor até que se reuna uma nova assembléia constituinte, no fim do ano que vem.

As barreiras no caminho da transição da ditadura para a democracia parecem portanto ter ruído. Mas o caminho mesmo assim será difícil, uma vez que os generais pretendem ainda jogar uma última carta. Eles não só esperam ficar impunes pelos crimes de uma década no poder, incluindo a prisão e a tortura de inúmeros adversários, como também querem manter tutela sobre a política. Formalizando um compromisso ao estilo brasileiro, os generais chegaram a um acordo com os partidos políticos, quanto ao estabelecimento de um Conse-

<sup>3</sup> Originalmente publicado em *AfricAsia*, nº 10, outubro de 1984, pp. 46-47.

lho de Segurança Nacional que terá, entre outros, o poder de declarar o “estado de emergência” (outra denominação do estado de sítio). A autoridade do candidato presidencial eleito em 25 de novembro não atravessará portanto os portões dos quartéis.

Nos círculos progressistas, o acordo político que levou à promulgação do Ato Institucional nº 19 é visto como um grande passo adiante, a despeito do alto preço que teve de ser pago. As concessões aos generais podem, com efeito, ter sérias consequências para o futuro. “Nem mesmo na Bolívia e na Argentina, onde a democracia parece ter ganho a batalha em 1982 e 1983, respectivamente, pode-se des- cartar o risco de ações militares contra-revolucionárias”, afirmou um observador uruguai. “O povo ganhou uma batalha, mas ainda está longe de ganhar a guerra. Não é sequer o caso de temer a volta dos generais: eles não foram embora para muito longe. Em troca das con- cessões que fizeram às forças democráticas, exigiram partilha do po- der durante prazo indeterminado, além de imporem um veto aos diri- gentes políticos mais populares do país, Wilson Ferreira Aldunate e Liber Seregni, impedindo-os de disputar as eleições presidenciais de novembro”. Esses dois homens representam, cada um à sua maneira, a oposição tenaz do povo uruguai a um regime militar que apontou suas armas contra a própria nação. Os movimentos políticos que os legitimam são no entanto muito diferentes.

Wilson Ferreira Aldunate pertence ao Partido Nacional, conhe- cido como “blanco”, historicamente associado aos grandes latifundiá- rios e aos pequenos fazendeiros sob sua influência. Durante a primei- ra metade do Século XX, a vida política foi dominada pela luta entre os *Blancos* e os *Colorados*, que representam os interesses urbanos. No entanto, à medida em que a economia sustentada pelas exportações de carne começou a sofrer os efeitos lentos mas inexoráveis da perda progressiva da maioria dos mercados, depois da Segunda Guerra

Mundial, todos os pilares da estrutura social do Uruguai foram profundamente desestabilizados. As velhas diferenciações políticas se tornaram nebulosas. Durante a década de 1960, parte da classe dominante tradicional pendeu para a idéia de uma repressão violenta à crescente inquietação popular, enquanto que um segmento significativo da esquerda acabou envolvido no movimento armado dos Tupamaros. Esse foi o pretexto para a intervenção militar. Entretanto, a despeito da institucionalização do terrorismo de Estado na repressão dos Tupamaros e seus supostos simpatizantes, os uruguaios foram convocados a eleger um novo presidente, em 1971. O candidato dos blancos era Ferreira. Em sua campanha eleitoral, assumiu uma posição clara contra o militarismo fascistófilo. Adotou um programa moderadamente reformista, seguindo as linhas dos partidos social-democratas europeus. Como candidato, conquistou a maioria dos votos, mas, em função de casuismos do sistema eleitoral, o candidato da direita (partido “Colorado”), Juan María Bordaberry, acabou vencendo.

Com a instalação da ditadura militar fascista, em 27 de junho de 1973, Ferreira preferiu o exílio à prisão e se instalou em Buenos Aires, do outro lado do estuário do Rio da Prata.. Quando as Forças Armadas assumiram o poder também na Argentina, ele foi para a Europa. Voltou à Argentina em abril de 1984, como hóspede pessoal de seu amigo Raul Alfonsin, que acabara de se tornar presidente após o colapso do regime militar. Em 16 de junho, Ferreira deu o último passo em sua rota de retorno, embarcando em um navio argentino para cruzar mais uma vez o Rio da Prata, no sentido inverso da curta viagem que marcaria o início de seu longo exílio.

Esse retorno foi um ato de desafio. Aos olhos do regime, Ferreira era um foragido, odiado especialmente pelos generais, por nunca ter deixado passar uma ocasião de denunciar os crimes da ditadura militar. Antes de partir para a Europa, Ferreira quase tivera o mesmo

destino de dois senadores uruguaios que, como inúmeros dirigentes dos movimentos democráticos chilenos, bolivianos e brasileiros, foram assassinados em Buenos Aires. Escapou por pouco de uma tentativa de seqüestro. Além disso, os militares uruguaios tinham outra razão ainda mais imperiosa para impedir seu retorno. De acordo com as pesquisas de opinião, ele chegaria bem à frente de qualquer outro candidato presidencial nas eleições que seriam realizadas em novembro. Foi precisamente por estar visando à presidência que o líder "blanco" havia embarcado no navio para Montevidéu. Preso em alto mar pelas forças armadas do Uruguai, Ferreira desembarcou em sua terra natal apenas para ser levado para a prisão.

O General Liber Seregni, a outra figura política mais popular nos meses anteriores à eleição, era em 1971 o candidato presidencial do "Frente Amplio", a coligação dos partidos de esquerda. Com antecipação de dois anos, ele havia solicitado transferência para a reserva, manifestando dessa forma sua oposição às tendências fascistas no interior do aparelho militar uruguai. Preso no início de julho de 1973, à frente de uma manifestação contra a tentativa de golpe que ocorreu alguns dias antes, Liber Seregni foi colocado atrás das grades. Exceto por um breve período de liberdade entre novembro de 1974 e janeiro de 1976, só saiu da prisão em março último. Ao contrário de Ferreira, que também tinha sido privado de seus direitos políticos, Seregni anunciou sua disposição de renunciar à disputa eleitoral de novembro, se esse fosse o preço a ser pago pela realização de eleições. "-Você não discute questões legais ou morais com uma ditadura", disse ele recentemente. "-Você só discute questões políticas".

Essa observação carregava uma crítica implícita à decisão de Ferreira, de não renunciar à sua própria candidatura. Depois de passar dois meses na cadeia e menos de três meses antes das eleições, Ferreira parecia haver adotado uma tática semelhante àquela usada pelos peronis-

tas na Argentina, em 1973, quando o General Lanusse concordou em realizar eleições presidenciais desde que Peron não se candidatasse. Os peronistas apoiaram então Hector Campora, que, assim que foi empossado, realizou uma nova eleição onde Peron foi conduzido ao poder com maioria absoluta. Inspirando-se nesse exemplo, o partido blanco havia lançado como candidato Alberto Zumaran, que se comprometeu publicamente a realizar uma nova eleição, caso conquistasse o poder. Essa lealdade ao velho dirigente do partido e a firmeza perante os generais poderiam ter efeitos mais negativos do que positivos, por três razões principais. Em primeiro lugar, a Frente Ampla havia concordado, conforme à posição publicamente assumida por Liber Seregni, em apresentar outro candidato presidencial, Juan Crotoginié. "Os objetivos políticos são mais importantes que o candidato", explicam seus militantes. "Nosso candidato sempre foi Liber Seregni, mas converter a indicação em uma questão de princípio seria nos colocar nas mãos dos linha-dura do regime, fornecendo-lhes um pretexto para adiar as eleições, talvez indefinidamente. Esse não é um risco que estamos dispostos a assumir". Em segundo lugar, o próprio Partido Nacional, levando em conta o dispositivo eleitoral que permite apresentar diversos candidatos, cujos votos são transferidos ao mais bem colocado, indicou dois outros candidatos, além de Alberto Zumaran: Darto Ortiz e José Poyse, prefeito de Montevidéu, que pertence à ala direita dos blancos e desfruta da confiança dos generais. Enfim, aos olhos do público, a firmeza de Ferreira começava a parecer intransigência.

O General Hugo Medina, ministro do Exército, apoia a liberalização com objetivos diferentes daqueles do chefe de Estado, general Gregorio Alvarez, mas tornou muito clara sua posição em relação ao compromisso de Alberto Zumaran em transmitir o cargo a Ferreira, caso se torne presidente. Referindo-se ao recente acordo entre os militares e os partidos políticos, expresso no Ato 19, Medina decla-

rou: "Veremos o que iremos fazer se o acordo não for respeitado. Respeitaremos nossos compromissos, mas não permitiremos que ninguém trapaceie conosco".

Os colorados, que nunca tinha estado tão à direita no espectro político uruguai, apresentaram dois candidatos: Julio Sanguinetti, membro da direita liberal, que tem o apoio dos Estados Unidos e o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, que organizou a caça aos Tupamaros em fins da década de 1960. Além dos três candidatos blancos, dos dois candidatos colorados e do candidato do Frente Amplio, há ainda na disputa um certo Juan Chiarino, lançado pela União Cívica, pequeno movimento de direita. No entanto, a batalha real será travada entre Alberto Zumarán e Julio Sanguinetti, de acordo com as pesquisas de opinião pública. Se Ferreira não mudar de idéia antes de 25 de novembro, existe uma forte probabilidade de que a vitória de Zumarán possa levar a um grave confronto no Uruguai.

### 3. Da abertura política considerada como consolidação institucional: notas críticas<sup>4</sup>

Colocar, como no tema sobre o qual somos convidados a refletir, a questão da continuidade da abertura em termos de consolidação das instituições políticas implica em certas pressuposições que convém explicitar. A primeira, que não nos parece cabível contestar, é de que nos encontramos num processo de abertura. Observaremos tão somente que há aqui duas constatações: a de um *fato político* passado (mais exatamente, de um processo passado, que poderíamos, apenas para assentar as idéias, fazer corresponder ao governo Geisel, cujo

<sup>4</sup> Originalmente publicado sob o título "Perspectivas do processo de abertura: consolidação das instituições políticas", in *Militares: pensamento e ação política*, Papirus, Campinas, 1987.

resultado foi a abertura) e a de um *processo em curso*, cujo ponto de partida foi a abertura, mas cujo resultado constitui um objetivo futuro. A segunda, que nos parece discutível, está em conceber a continuidade deste processo em curso como uma consolidação. Com efeito, só se pode consolidar o que já existe. Pressupõe-se, portanto, que a abertura já teria atingido seus objetivos essenciais e que o objetivo a ser alcançado em seus ulteriores desdobramentos consistiria principalmente em assegurar a conservação do até agora adquirido. A terceira, enfim, menos evidente que as duas primeiras, mas não menos importante, é a de que o estágio já atingido pela abertura configura globalmente – ainda que imperfeita e incompletamente – um regime democrático. Na realidade, o enunciado de nosso tema pressupõe não uma tese, mas uma alternativa a esse respeito. Ou, conforme a ideologia oficial, admitimos que a democracia surge da abertura como o ovo de sua casca ou o metal de sua ganga – o que implica que de alguma maneira ela já existia antes da abertura, mas estava, justamente, oculta pelo “fechamento” – ou então consideramos que a situação política criada pela abertura é ainda demasiado ambígua e incerta para ser tipificada com segurança. Nesse sentido, só depois de terem sido consolidadas as instituições políticas é que se poderá caracterizar com rigor o regime oriundo da abertura em curso.

Como esta, de qualquer modo, constitui um fato político indiscutível, a primeira questão a analisar é em que consiste este fato. Seu traço mais característico nos parece ser aquele que os franceses chamam de mudança na continuidade. A mudança consistiu numa liberalização; a continuidade concerne às camadas dirigentes. A fórmula *reconversão liberal do regime militar* nos parece exprimir adequadamente o duplo caráter (conservação-evolução) deste processo.

Ela implica, incontestavelmente, numa apreciação de fundo sobre o conteúdo político da abertura: trata-se de uma *liberalização* e não de uma *democratização*. Antes de mais nada porque, considerada em seu

conteúdo institucional, a abertura se concretizou numa série de medidas de caráter *negativo*: ela não criou, suprimiu. A principal supressão, que condicionou e resumiu todas as outras foi evidentemente a do Ato Institucional n.5. Abrogando-o, o regime renunciou a seus poderes ditoriais ("revolucionários", na retórica oficial)<sup>5</sup>. Mas não renunciou ao poder "tout court". Ao contrário, despojando-o de seus aspectos discricionários, pretendeu assegurar por outros métodos a continuidade da política de estabilização conservadora que constituiu, desde 1964, a razão de ser do regime militar.

Por menos que se pretenda fixar artificialmente o significado de uma categoria política tão carregada de conotações como a de democracia, parece-nos incontestável que ela se distingue da de liberalismo na medida em que este exige do Estado que intervenha o mínimo possível na sociedade, enquanto que há democracia quando o povo (= a sociedade considerada como sujeito) exerce o poder, fazendo do Estado um instrumento sob seu controle. A fórmula constitucional "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido" traduz imprecisamente este núcleo semântico que remonta às origens etimológicas do termo democracia. Ora, é evidente que a abertura representa sobretudo uma redução da intervenção do Estado (=uma liberalização) e não um aumento do controle do povo sobre o Estado (=uma democratização). Sem dúvida, a liberalização favorece a democratização, mas não em qualquer circunstância. Trata-se de processos políticos independentes um do outro e, em certas condições históricas, opostos um ao outro. Basta lembrar a República Velha, muito liberal e profundamente antidemocrática. O fato de que, nas condições históricas em que a abertura veio se inserir, a liberalização possa abrir

<sup>5</sup>É notável, neste aspecto, a convergência ideológica do fascismo e das ditaduras militares latino-americanas: movimentos contra-revolucionários e fortemente reacionários que se pretendem revolucionários.

caminho para a democratização, não significa que tenha sido este o objetivo dos que a promoveram. Ao contrário, reduzindo a intervenção do Estado na sociedade, pretendiam evitar que a sociedade intervisse no Estado: outorgaram a abertura antes que o povo conquistasse a democracia.

Ninguém exprimiu melhor que o general Golbery o significado desta operação política. É verdade que estava singularmente bem colocado para apreciá-la. Quando pronunciou, 1º de julho de 1980, a famosa conferência em que expôs ao selecionado público da Escola Superior de Guerra os objetivos da "liberalização democratizante" iniciada pelo governo Geisel, ainda cumulava a função oficial de chefe da Casa Civil da Presidência e a oficiosa de eminência parda do regime. Donde a importância tanto analítica quanto documental desta exposição, que apresenta sem rodeios a abertura como uma contra-ofensiva política visando a desarticular "a frente oposicionista".

Do ponto de vista teórico, a exposição padece de um esquematismo antihistórico que reduz a relação entre sociedade e Estado à secular monotonia de uma alternância entre períodos de hipertrofia do Executivo e períodos de descentralização. A função ideológica desta concepção pendular salta aos olhos: a alternativa ditadura-democracia, "desdramatizada" politicamente, se converte em oscilação mecânica das instituições entre o pólo estatal e o pólo social. Mas se o fundo filosófico da análise do general Golbery apresenta escasso interesse, as razões que invoca para justificar a necessidade da abertura merecem reter a atenção. A razão fundamental é que a "hipertrofia do Executivo" tornou-se politicamente disfuncional, já que, não assegurando mais, como o fez na fase da contra-revolução triunfante, a estabilização conservadora da ordem social, converteu-se em fator de desestabilização. Na linguagem do general Golbery criou-se uma situação "duplamente bipolar: o governo contra a oposição, a Revolução contra a anti-revolução".

Há pelo menos três idéias importantes nesta apreciação: (1) O pêndulo da História inclinou-se para o lado da descentralização; (2) O regime tardou em compreender esta mudança de sentido da dinâmica institucional; (3) Por ter sido tardia, a abertura foi empreendida em condições menos favoráveis.

A primeira idéia implica no reconhecimento de que a única manobra possível para o regime tinha que ir no sentido da abertura. O "statu quo" instaurado pelo Ato 5 punha em perigo a própria resistência do "sistema". Embora o general Golbery evite alardear a força do adversário é evidente que a ameaça de desmoronamento do "sistema" provinha não tanto da "bipolarização" enquanto tal, mas do fato de que ela estava levando ao fortalecimento da "frente oposicionista". Hipertrofiado, enfeixando todos os poderes, o Executivo assumiu todas as responsabilidades. Nada mais comprehensível que se tornasse o alvo de todos os descontentamentos.

A segunda idéia comporta uma crítica ao governo do general Garrastazu Médici, que, por razões protocolares, não é expressamente citado: ocasiões "muito mais favoráveis (para a abertura) foram perdidas no passado", isto é, antes de 1974, quando com a posse do general Ernesto Geisel, Golbery tornou-se superministro. Numa entrevista publicada em *O Estado de São Paulo* de 13-8-1980, duas semanas após a conferência do general Golbery na Escola Superior de Guerra, o general Rodrigo Otávio Jordão desenvolveu a mesma idéia de maneira mais precisa e incisiva, afirmando que "a democratização já era possível em 1972" e que por terem mantido uma "posição de tutela" as Forças Armadas provocaram, "sem necessidade", "o agravamento do impasse político".

A terceira idéia aponta, com espírito realista, para as condições mais dificeis, tanto politicamente (desgaste do regime numa dinâmica bipolar que favorece a oposição) quanto economicamente (da euforia do "milagre" à depressão da recessão), em que se empreendeu a abertura

ra. Para contrabalançar estas dificuldades, a estratégia da abertura contava com a "heterogeneidade inata da oposição", cuja unidade repousaria exclusivamente na comum hostilidade aos detentores do poder central. Quando a descentralização diluisse, multiplicando-os, os alvos do descontentamento social, a "frente oposicionista" desagregar-se-ia.

Foge a nosso íntuito avaliar em que medida a abertura, enquanto manobra estratégica de estabilização conservadora, foi bem sucedida. Por mais que em 1979-1980 a hiperinflação, o estrangulamento financeiro, o aprofundamento da recessão e a perversidade de seus efeitos antisociais fossem claramente perceptíveis, a extensão e a intensidade do desastre econômico-social que o país iria enfrentar nos anos seguintes teriam naquele momento parecido inconcebíveis. Neste sentido, a mais importante medida de descentralização até agora adotada — o restabelecimento das eleições diretas para governador — embora tenha aberto caminho para importantes vitórias políticas da oposição, trouxe para os novos chefes dos Executivos estaduais a responsabilidade de gerir uma crise que não tinham provocado e cuja superação depende de decisões de exclusiva competência do Executivo central. É inegável que neste aspecto a abertura correspondeu ao cálculo tático de seus promotores, dispersando os alvos do descontentamento popular e dissociando a frente oposicionista pelo fato mesmo de associar alguns de seus chefes à gestão da crise.

Todavia, o sucesso tático da abertura enquanto manobra liberal de estabilização conservadora encontrou seu limite na dinâmica unitária da luta de massas pela democracia, tal como veio a se exprimir eminentemente na mobilização popular pelas eleições presidenciais diretas. Por isso mesmo a questão sobre as perspectivas da abertura coloca-se menos em termos de consolidar o liberalismo outorgado do que de conquistar a democracia postergada. Essa alternativa evidentemente não se reduz à luta pelas eleições diretas do presidente, até porque o que está

em jogo nesta luta não é o princípio mesmo da eleição do chefe de Estado pelo sufrágio universal direto, mas a data em que entrará em vigor. A questão da instauração democrática vai muito mais longe, porque supõe que o fundamento jurídico-constitucional das instituições políticas nacionais repouse na expressão livre e soberana da vontade da cidadania e não, como é o caso ainda hoje no Brasil, sobre textos outorgados por um poder discricionário. O caminho que leva da abertura à democracia deve portanto passar necessariamente pela convocação de uma Assembléia Constituinte. Atalhos ou desvios que pretendam evitar esta etapa serão apenas descaminhos relativamente à meta final. Se estas considerações procedem, o tema específico que aqui nos preocupa, a saber a postura das Forças Armadas face à abertura e a função dos militares num Brasil democrático, se desdobra em duas teses complementares: (1)- As Forças Armadas enquanto instituição aceitaram a outorga liberal, mas (2) resistem à instauração democrática. A própria liberalização pelo alto só foi aceita com atraso e relutância, com sete anos de atraso, como sugere o general Golbery e como afirmou o general Rodrigo Otávio. Quanto à relutância, só foi decisivamente vencida em outubro de 1977, quando o general Silvio Frota foi destituído do Ministério do Exército.

Deixando de lado as rivalidades entre facções e grupos de interesse na cúpula das Forças Armadas e do Estado (retratadas pelo general Hugo Abreu em *O outro lado do poder*), estava em jogo neste conflito a própria concepção da função dos militares. A abertura liberal supunha a “volta aos quartéis”, vale dizer a dedicação exclusiva dos militares a suas tarefas profissionais. O que implicava não somente em restituírem aos civis o exercício do poder de Estado, mas também em abandonarem as atividades de repressão política. A desativação dos DOI-CODI, efetuada, no essência, entre janeiro de 1976 (quando o general Ednardo D'Ávila foi destituído do comando do II Exército)

e outubro de 1977 (quando fracassou, com a destituição do general Silvio Frota, a contra-ofensiva dos adversários da liberalização) constituiu a primeira repercussão importante da política de liberalização nas atribuições das Forças Armadas.

Quanto à restituição do poder político aos civis, é compreensível que constitua atualmente a questão crítica por excelência da vida nacional, aquela cuja solução determinará – num sentido ou no outro – o destino da abertura. Não há de ser, com efeito, por acaso que a outorga liberal não abrangeu as eleições presidenciais e que o regime pretende impor, para 1985, um presidente escolhido exatamente pelos mesmos critérios discricionários com que foram escolhidos os cinco generais que governaram o país desde 1964. Os otimistas de plantão apontariam duas diferenças notórias entre a escolha do sucessor do general Ernesto Geisel e a do general Figueiredo: a presidência, desta vez, está sendo disputada por vários candidatos e, em princípio, o escolhido deverá ser um civil. Não nos parece necessário insistir no caráter mistificador destas diferenças. Elas não enganam ninguém, como o mostram de resto as pesquisas de opinião a respeito das eleições diretas, exigidas por cerca de 90% dos cidadãos. Mas é justamente por não enganar ninguém que a tentativa de substituir mais uma vez o sufrágio universal por um Colégio Eleitoral composto sob medida para levar à presidência o candidato do “Sistema” constitui um desafio aberto à soberania popular.

Mais grave ainda é o fato de que os chefes militares, ao mesmo tempo que declaram estarem as Forças Armadas fora do processo sucessório, exercem pressões evidentes em favor do Colégio Eleitoral. Grave sobretudo porque anuncia a persistência, em plena abertura, de um poder de veto exercido pela alta hierarquia militar sobre as decisões políticas fundamentais para a vida nacional. Que esse poder permaneça virtual a maior parte do tempo (exprimindo-se sob a for-

ma de “advertências”), não lhe tira a eficácia. Ainda que só venha a ocorrer “em última instância”, a possibilidade de uma nova intervenção militar paira sobre o destino da abertura. Nestas condições, mesmo que viessem as eleições diretas para presidente, ainda estariamos longe da democracia. No melhor dos casos, viveríamos uma situação política análoga àquela que vigorou no país durante a década que precedeu à derrubada do Presidente João Goulart, marcada por cinco golpes militares: em 1954, deposição de Getúlio, em 1955, tentativa de impedir a posse do recém-eleito Kubitschek, frustrada em seguida pelo contragolpe legalista do General Lott, em 1961, golpe parcialmente frustrado contra a posse de João Goulart e enfim, em 1964, golpe derrubando Goulart.

Para que a abertura não desemboque neste já vivido liberalismo sujeito a veto militar (que alguns ideólogos da direita designam pelo elegante eufemismo de “poder moderador”), é *necessário* (saber quando e como será *possível* é outra discussão) que se instaure uma concepção democrática da função dos militares. Já vimos quão ambíguas e enganosas são as fórmulas com que o liberalismo outorgado procura resolver a questão. A “volta aos quartéis” entendida como dedicação exclusiva às tarefas profissionais será em boa medida ilusória se estas tarefas continuarem a abranger a fixação das diretrizes políticas e ideológicas ditas de “segurança nacional” que regem o destino histórico da Nação. Numa sociedade democrática, a função dos militares só pode ser a de assegurar a defesa nacional contra uma agressão externa. No plano interno, as Forças Armadas, enquanto instituição, devem ser politicamente neutras e, conforme o preceito do general De Gaulle, politicamente mudas.

O que não significa que seja possível ou mesmo desejável que os militares, enquanto cidadãos, se tornem apolíticos. Em última instância, o melhor antídoto contra o militarismo é a difusão a mais ampla

dos valores democráticos entre os militares. A crença de que o profissionalismo engendra o apoliticismo e por conseguinte o não-intervencionismo militar na política sofreu no Uruguai e no Chile (cujos Exércitos eram apresentados pelos polítólogos antes de 1973 como modelos de profissionalismo apolítico) um cruel desmentido.

#### 4. A derrota do malufismo<sup>6</sup>

A hipótese de que o “malufismo” constitui a expressão de uma “nova” direita vem sendo sugerida pela maioria dos polítólogos que se propuseram analisar a trajetória do truculento ex-governador de São Paulo. Como o novo se contrapõe ao velho, a suposta novidade do malufismo se determinaria pela negação de pelo menos duas velharias. A primeira é óbvia: salta aos olhos que o monopólio exercido pela cúpula militar sobre o poder de Estado tem seus dias contados. A estabilização conservadora não pode mais se efetuar pelos mesmos métodos em vigor desde 1964. O malufismo seria justamente o método novo. A segunda remete ao delicado domínio das análises políticas comparativas. Sua novidade não diria apenas respeito à forma política com que a direita veio governando o país nos últimos vinte anos (o regime militar) mas também a outras formas conhecidas de estabilização conservadora pela via ditatorial e notadamente a sua expressão mais completa e radi-

<sup>6</sup> Originalmente publicado em *Presença*, nº 5, janeiro 85. A imagem do malufismo, como se sabe, mudou a partir das eleições presidenciais de 1990, relativamente à que era apresentada em 1984: chefe “dos elementos mais continuistas, mais rancorosos e mais hostis à democracia” da direita brasileira, congregando em torno de seu nome e de suas mesquinhas ambições os nostálgicos do terror, do arbitrio e da intolerância fascistóide do *Brasil ame-o ou deixe-o* (fórmula aliás servilmente plagiada de um slogan macartista). Seis anos e quatro derrotas sucessivas depois, Maluf mudara de maquiagem: a fórmula “direita pragmática” refere-se, obviamente, à imagem retocada com que se apresentou nas eleições presidenciais de 1989 nas governamentais de 1990 e enfim na disputa da Prefeitura de São Paulo em 1992.

cal em nossa época, o fascismo. Num sentido, vamos ainda mais longe que os adeptos da hipótese da novidade do malufismo. Não somente reconhecemos as diferenças tipológicas que o separam de outras formas de manifestação da síndrome contra-revolucionária, isto é, não somente concordamos a respeito daquilo que o malufismo não é, mas inclusive nos perguntamos se o malufismo é. Não é evidente, com efeito, que o termo denote algo mais que a imagem pejorativa que a esmagadora maioria da opinião pública de nosso país associa à desenvoltura política do milionário Paulo Salim Maluf e de seus fâmulos. O "ismo" agregado ao sobrenome do personagem designaria apenas o maquiavélico vulgar, a esperteza rasteira, a indigência intelectual, a redução da coisa pública à "cosa nostra", para mencionar algumas das conotações com que a expressão é empregada. Nada disso configura uma corrente ou tendência política no sentido sério do termo.

No entanto, é incontestável que o milionário Maluf é hoje o chefe da direita brasileira. Mais exatamente, dos elementos mais hostis à democracia do eufemisticamente chamado "Sistema". Nisto consiste a novidade política associada a seu nome: congrega o "bunker" de um regime em inexorável desagregação e configura, por conseguinte, uma nova forma de articulação daquilo que o regime tem de mais velho: os nostálgicos do terror, do arbítrio e da intolerância fascistóide do "Brasil ame-o ou deixe-o". Não foi por acaso que o general Garrastazu Medici sustentou calorosamente sua candidatura.

Embora Maluf não se permita, por razões óbvias, contestar frontalmente a evolução liberal do regime militar, dela nada tem a esperar senão fragorosas derrotas<sup>7</sup> como as que começou a sofrer a partir do processo de escolha dos delegados estaduais ao Colégio Eleitoral. Os métodos "peculiares" de aliciamento a que deveu sua ascensão política,

<sup>7</sup> Os fatos, infelizmente, desmentiram nossa otimista confiança no corpo eleitoral (nota de outubro 1998).

em particular os que lhe permitiram tornar-se governador biônico de São Paulo, só foram eficazes à sombra do arbítrio. E nem mesmo a suprema arbitrariedade de confiscar à Nação o direito de eleger o presidente foi suficiente para torná-lo o herdeiro civil do “ciclo dos generais”. A violência cometida a 25 de abril contra os 90% de brasileiros que exigiam eleições diretas terá constituído para Maluf como para o “Sistema” a mais desastrada das manobras. Mostrou o desprezo acintoso com que trataram uma aspiração quase unânime da cidadania, sem assegurar ao candidato governamental a maioria no colégio eleitoral.

O semanário *Pasquim* observou na época com razão que Maluf era o candidato do consenso nacional. Uniu o país contra ele. Exatamente por isso, não constituiu a *solução* de direita para a continuação da política de estabilização conservadora nas novas condições institucionais criadas pela abertura, mas o *impasse* criado pelos setores mais empoderados da velha direita (os nostálgicos do governo Garrastazu Medici) na fase mais crucial da transição liberal, quando se colocou concretamente a questão da alternância política. Donde a conclusão que soa como óbvia, mas cujas graves consequências merecem ser examinadas com atenção: Maluf não foi capaz de ser o candidato da estratégia de abertura, vale dizer, não representou a continuação do processo iniciado em 1974 pelo general Ernesto Geisel e seu conselheiro Golbery, que redundou na abrogação do Ato 5 e abriu caminho para as medidas liberalizantes adotadas pelo general Figueiredo, notadamente a anistia e as eleições diretas para governador.

Para que a transição continuasse transitando em direção das instituições liberais era necessário, do ponto de vista do regime (isto é, do ponto de vista da compatibilização de uma ordem social de modernização conservadora com a vigência das liberdades públicas) que se consolidasse, em torno do partido do regime (ARENA, depois PDS) um bloco político conservador eleitoralmente majoritário no

país. O general Golbery exprimiu-se clarissimamente sobre este ponto quando ainda era o chefe da casa civil de Figueiredo. O sucesso da estratégia da abertura dependia, como expôs com amplos detalhes em sua referida conferência de julho de 1980 na Escola Superior de Guerra, da "desagregação da frente oposicionista". Graças, em larga medida, à candidatura Maluf, quem se desagregou foi o PDS, colocando o "Sistema" diante da perspectiva imediata da alternância política. Graças ainda a Maluf, o regime, isto é, a forma política do poder de Estado, reduziu-se ao próprio "Sistema", isto é, ao núcleo do aparelho coercitivo do Estado. Em consequência, quando ficou patente, em meados de outubro, o esgotamento da capacidade de manobra política do candidato governamental, o "Sistema" começou a agitar o espectro da desestabilização. Fracassadas as manobras eleitorais, o último recurso dos "bolsões de resistência" anti-democráticos foi a manobra golpista. Mas para dar o golpe, o "Sistema" não precisava de Maluf. Precisava dele para se manter no poder sem golpe.

O sucesso do "malufismo" como corrente política só teria sido possível na crista de um movimento reacionário disposto de bases sociais significativas. Mas para sua desgraça e para a felicidade geral da Nação, o ano de 1984, ao menos no Brasil, não teve nada que ver com a sinistra anti-utopia de George Orwell. As forças democráticas obtiveram duas vitórias sem precedentes em nossa história contemporânea. Uniram a nação no combate pelas eleições diretas e uniram-na novamente em torno da candidatura presidencial de Tancredo Neves. Deixemos aos puristas de esquerda a denúncia da "excessiva" abertura à direita da Aliança Democrática. Gostariam, para adequar seu doutrinarismo à realidade, de confinar a classe operária num esplêndido isolamento, onde seus interesses históricos não seriam maculados por alianças com a burguesia liberal. Quanto a nós, sem nos iludir minimamente com o fato de que a direção política da frente

anti-ditadura se encontra nas mãos das notabilidades liberais e de intelectuais vagamente social-democratas, constatamos sobretudo que foi a extrema-direita golpista e terrorista que ficou isolada graças ao combate unitário da Aliança Democrática.

## 5. A vitória reacionária de Jânio Quadros<sup>8</sup>

Em que medida a vitória de Jânio Quadros nas eleições municipais de 15 de novembro último em São Paulo configura a reativação de uma síndrome reacionária na sociedade brasileira? Expliquemos-nos um pouco sobre nossa pergunta. Antes de mais nada, queremos deixar claro não estarmos embarcando na perplexidade de muitos liberais de esquerda e austro-marxistas nossos conterrâneos, que a partir do pressuposto de que a consciência política das massas se desenvolve de maneira (mais ou menos) paralela ao desenvolvimento das forças de produção, refugiam-se em considerações de tática eleitoral para dar conta do inquietante sucesso das forças obscurantistas no mais moderno município do país. Quem não tem memória demasiado curta lembrar-se-á certamente da euforia um tanto arrogante dos deslumbrados da modernização face aos resultados das eleições de 1982, que teriam reduzido o PDS à condição de “partido nordestino”. Sem dúvida, o PDS, enquanto conglomerado de áulicos e de pequenos sátrapas da ditadura militar, caminhava rapidamente para a bancarrota política. Mas, ironicamente, não foi no Nordeste e sim em São Paulo que a massa falida dos veteranos da ARENA e do PDS lograram, aliando-se a seus ex-correligionários do PFL e empunhando, para a circunstância, a vassoura do Homem Providencial, escapar “in extremis” do destino que a História reserva a seus detritos.

<sup>8</sup> Originalmente publicado em *Presença*, nº 7, março de 1986, pp. 45-52.

Nossa questão, no entanto, concerne menos à vitória eleitoral da coligação PTB-PFL-PDS no município de São Paulo do que seu significado enquanto momento da rearticulação da direita nas condições da impropriamente autodesignada "Nova República". Trata-se, essencialmente, de examinar se esta rearticulação se reduz a uma manobra de estado-maior conjunto da direita da Aliança Democrática com a extrema-direita janista e malufista ou se configura um fenômeno político mais profundo, deitando raízes nas entradas da sociedade civil. Em suma, se a reação, no Brasil de hoje, dispõe ou pode vir a dispor de uma base de massas.

O ministro do Exército da "Nova República", tomado de súbita inspiração filosófica, proclamou que "quem olha para o passado fica de costas para o futuro". No mesmo registro acaciano, poderíamos redargüir que quem ignora o passado está condenado a repeti-lo. O passado do qual estamos tentando sair são vinte e um anos de ditadura militar. Para a geração que despertou para a luta política depois de 1964, a reação, embora tenha assumido formas ignóbeis e atrozes, consistiu essencialmente num processo repressivo concebido e executado pelo aparelho coercitivo do Estado. Houve sem dúvida muitos milionários que contribuíram para a caixinha da OBAN e mesmo vários que "botaram a mão na massa". Houve também, em diferentes meios profissionais, alcaguetes, delatores e provocadores que não sossegaram enquanto não viram seus colegas "subversivos" pendurados no pau de arara. Mas estes amadores do terror contrarrevolucionário estavam enquadrados pelos profissionais do terrorismo de Estado. Não consta ter havido, durante os longos anos da ditadura militar, nenhum movimento contra-revolucionário de massas, inclusive porque não interessava ao regime, por razões que seria demasiado longo expor aqui, estimular tais movimentos. Compreende-se assim, de resto, que para esta geração seja grande a tentação de

conceber a ditadura em termos da oposição, tão cara à ideologia liberal, da sociedade ao Estado.

Quando se tratou, a partir de 1969, de justificar o regime de ditadura militar e de terrorismo de Estado instaurado no país pelo Ato 5 a 13 de dezembro de 1968, a retórica reacionária já não mais procurou, como na mobilização golpista de 1964, ativar os sentimentos arcaicos da pequena-burguesia e de outras camadas populares pré-capitalistas, mas sim o ufanismo perverso dos deslumbrados com o “milagre” econômico do general Garrastazu Médici e de seu sócio Delfim Neto.

O conteúdo fascista da propaganda governamental, durante o quinquênio infame 1969-1973, assumiu portanto explicitamente os anti-valores da expansão capitalista acelerada e da estabilização social “induzida” nos porões da OBAN e dos DOI-CODI. As fantasias megalômanas investidas na imagem do “Brasil Grande Potência”, a intolerância nazistóide da campanha “Brasil, ame-o ou deixe-o” (tradução servil de uma fórmula macartista), o culto descarado da esper-teza financeira, a exibição insolente de um luxo grosseiro, expressão da prosperidade de uma burguesia arrivista bajulando os generais e bradando “Prá frente, Brasil!”, configuraram uma nova síndrome reacionária, que, contrariamente à de 1964, dispensava a manipulação mistificadora dos fantasmas arcaicos da pequena burguesia pré-industrial. A modernização conservadora assumiu sua própria máscara, mais feia ainda por dentro do que por fora.

Os regimes militares latino-americanos, embora tenham, em geral, cooptado para suas equipes governamentais representantes diretos do Grande Capital, além de tecnocratas e porta-vozes da direita e extrema-direita, nunca se dispuseram a partilhar efetivamente o comando supremo do poder de Estado com uma força política organizada fora do aparelho militar. Mesmo quando criaram ou deixaram criar partidos governamentais (como no caso da famigerada

ARENA), foi apenas, como ninguém ignora, para dispor de uma “fachada legal” de baixíssimo custo político (já que integrada por aventureiros e arrivistas vulgares, bem como por notabilidades latifundiárias e burguesas bajulando incansavelmente os generais empenhados na caça aos comunistas e “subversivos” em geral). Mas as decisões finais ficavam restritas ao círculo estreito das altas instâncias hierárquicas das Forças Armadas. Donde o caráter essencialmente burocrático do poder político exercido pela ditadura militar.

Se a síndrome reacionária do quinquênio infame não tivesse encontrado forte resistência no corpo social, se o general Ernesto Geisel, não houvesse aberto, no próprio cúpula do regime, a perspectiva dita de “normalização gradual e controlada”, talvez então se tivessem confirmado as previsões sombrias que um dos mais sérios “brasilianistas” norte-americanos, Philippe Schmitter, formulara em 1972 num ensaio significativamente intitulado “A portugalização do Brasil”, no qual investiga as condições para a consolidação do “poder autoritário” em nosso país. Aponta dois aspectos característicos de um “authoritarian rule” estabilizado: (a) um padrão de participação e de acomodação configurando um “apoio passivo” por parte de uma burguesia que, conforme a expressão de Marx no *18 Brumário* (citada por Schmitter), trocou “seu direito de governar” por seu “direito a ganhar dinheiro”; (b) o fenômeno que Marx, também no *18 Brumário*, chamara de “autonomização do poder executivo”, ou ainda, o processo através do qual o Estado, enquanto aparelho, força de dominação (*Macht*), se torna independente (da sociedade). Felizmente, a evolução política dos anos seguintes não somente afastou a perspectiva sombria da “portugalização” do Brasil (isto é, a cristalização de um salazarismo sul-americano), mas através da “Revolução dos Cravos”, livrou Portugal do regime colonialista e clérigo-fascista que o relegara, durante meio século, à condição de espantalho político da Europa Ocidental.

A História não é feita de possibilidades não-realizadas. Mas só os filisteus positivistas se desinteressam pelos riscos intrínsecos às situações de ativação da síndrome reacionária. Afinal, provavelmente sem ter lido o estudo de Schmitter, o cantor Chico Buarque evocou a deprimente perspectiva de que, durante o quinquênio infame, o Brasil poderia ter se transformado “num imenso Portugal”.

Neutralizada pelo governo Geisel, o “Senhor fechado da abertura”, como disse um jornalista com talento para as fórmulas dialéticas, a extrema-direita militar refugiou-se no terrorismo de Estado, nas provocações mortíferas, na histeria anti-comunista a mais descontrolada. Não sem antes ter tentado, com o general Sílvio Frota à frente, mais um dos muitos golpes no golpe que pontilharam a história política da ditadura militar. O período que precedeu o golpe fracassado do general Silvio Frota (outubro 1977) foi justamente marcado pela escalada dos elementos ultra-reacionários que detinham o controle dos serviços secretos e dos órgãos de terrorismo de Estado e deles se serviram para torpedear a “normalização”. Nessa escalada foram assassinados Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho no DOI-CODI de São Paulo. A destituição, por intervenção direta do general Geisel, do general Ednardo Dávila, comandante do II Exército e um dos mentores da escalada terrorista, freou o impeto dos “ultra” e a sanha dos torturadores. Nem por isso cessou a ofensiva reacionária.

Ao contrário, deslocou-se para o campo das “advertências” militares à Nação e de outras formas de intoxicação da opinião com a paranóia do anti-comunismo o mais doentio, principal alimento intelectual dos articuladores do complô fascista coordenado no gabinete do então ministro do Exército, general Silvio Frota. Para aquilarar o grau de obscurantismo e de indigência mental da vaga reacionária de 1975-1977, basta mencionar, entre muitos exemplos do mesmo teor, a grave denúncia formulada, em novembro de 1975 (quando os esbir-

ros do DOI-CODI matavam Herzog) por um certo tenente-coronel Carlos Oliveira, ajudante geral da Terceira Brigada de Infantaria Motorizada do III Exército (então comandado pelo general Oscar Luís da Silva, um dos mais excitados caçadores de comunistas da época). Segundo o citado tenente-coronel (cujas declarações foram reproduzidas em *O Estado de São Paulo* de 19/11/1975), através da "Psicopolítica", "ciência que visa ao domínio das mentes e à domesticação dos povos e das nações e, quem sabe, até da noosfera, que seria a alma da terra", "tem a Rússia conseguido alterar a literatura democrática dos EUA e tem introduzido naquela nação os princípios de Karl Marx... até o ponto em que qualquer um que estuda a fundo a psicologia se converterá em candidato a comunista militante". E, por conseguinte, podia ter acrescentado o zeloso oficial, em candidato ao pau-de-arara...

Os desdobramentos mais recentes do anti-comunismo democratizada da extrema-direita encastelada nos organismos coletivamente designados pelo eufemismo de "comunidade de segurança" estão frescos na memória de todos: a vaga terrorista de 1980-1981, que culminou no Rio-Centro (atentado de puro estilo hitleriano, tanto mais que, como no caso célebre do incêndio do Reichstag, o crime infame deveria ser atribuído aos comunistas) e as tentativas golpistas de 1984, últimos estertores de um regime repudiado pela nação. Com o advento da "Nova República" (isto é, para se exprimir com algum rigor teórico, do governo provisório encarregado de gerir o país durante o processo constituinte), a direita teve de mudar suas formas de ação. Já não mais dispunha, no interior dos serviços secretos, da ampla liberdade de ação de que gozara durante duas décadas. Doravante, seria no terreno eleitoral que se decidiria, pelo menos a curto prazo, seu destino político.

A ressurreição do janismo mostrou, entre outras coisas, que a reação também pode ser temível na luta pelo voto. Embora, na opinião

dos analistas eleitorais, os virulentos ataques ao comunismo que marcaram a campanha do candidato do PTB-PFL-PDS não tenham contribuído decisivamente para sua vitória nas urnas, constituíram o cimento ideológico das forças que apoiaram o Homem da Vassoura e lhe financiaram a propaganda. Foi menos para a platéia do que para os banqueiros, grandes industriais e outros milionários que o sustentaram nos bastidores que o velho demagogo investiu seu talento declamatório na demonologia anti-comunista. Um investimento indispensável para se tomar o chefe político da direita no Brasil. Nesta perspectiva, a despeito do caráter municipal e eleitoreiro da vitoriosa aliança tripartite (um tripartitismo envergonhado, já que o PDS, espantalho político, só foi autorizado a empunhar a Vassoura nos bastidores) o conteúdo cripto-fascista de sua campanha não foi circunstancial, mas correspondeu à reativação, no terreno eleitoral, da síndrome reacionária. Resumindo: a aliança PFL-PTB-PDS no município de São Paulo em 1985 foi circunstancial, mas não o fato de que, uma vez aliados, estes três partidos tenham imediatamente encontrado uma retórica e mesmo uma plataforma inequivocamente polarizada à direita. Tomados um a um, nem o PTB, balcão de negócios políticos, nem o PDS, massa falida dos nostálgicos da ditadura, nem o PFL, confraria de ex-serviços da ditadura que a abandonaram quando ela já não mais podia render sinecuras e outras vantagens, podem ser considerados como fascistas. Mas reunidos à sombra da Vassoura do velho demagogo, de seu anticomunismo grosso e provocador, de seu rancor contra as expressões culturais e políticas do renascimento democrático do Brasil, de seu culto filisteu do gendarme e da autoridade do uniforme, de seu apego às formas mais acanhadas da respeitabilidade burguesa, os partidos da aliança janista compuseram um quadro inquietante para qualquer democrata.

Dir-se-á que a vitória da reação em São Paulo se deveu mais aos erros e fraquezas dos dois partidos democráticos – PMDB e PT – do que à força própria da direita. Pode até ser verdade, no que concerne ao PMDB, que pagou o preço de gestões mediocres (e não somente em São Paulo), de sua tibieza e falta de determinação no enfrentar os problemas verdadeiramente decisivos para o futuro democrático do país. É muito grave, para este futuro, que Jânio tenha triunfado não somente em seus redutos eleitorais dos anos 50 e 60, não somente entre as camadas economicamente mais pauperizadas e culturalmente mais amorfas e desenraizadas das favelas e cortiços, entre os recém-chegados da periferia, mas também nos bairros populares tradicionais. Ao passo que o distinto e brilhante candidato peemedebista obteve seus melhores resultados nos “beaux quartiers” da capital paulista.

Não nos parece, no entanto, que as considerações de geografia eleitoral ou de tática partidária sejam, neste caso ao menos, determinantes. Acusou-se o PT de haver dividido o eleitorado democrático, favorecendo assim o sucesso do “homem da vassoura”. Mas, em 1982, o PT também lançou um candidato (Lula) contra Montoro, candidato a governador pelo PMDB. O que não impediu a este de derrotar por ampla margem o candidato da ditadura, Reinaldo de Barros, bem como o “homem da vassoura”, que chegou em terceiro, correndo pela direita em faixa própria, além de Lula, que ficou num discretíssimo quarto lugar. Se a presença de um candidato petista não impediu, em 1982, uma larga vitória do PMDB, tampouco a teria impedido em 1985 se a imagem do PMDB junto à maioria do eleitorado não se tivesse degradado tanto e tão depressa. Deste desgaste se alimentou a síndrome reacionária ativada pelo janismo. Foi pescando nas águas turvas da frustração dos “humilhados e ofendidos” que Jânio conseguiu enfim, após duas derrotas separadas por vinte anos de mediocre ostracismo (em 1962 foi derrotado, nas eleições para o governo

do Estado de São Paulo, por Ademar de Barros), "tornar a reação popular", para usarmos a fórmula concisa com que Barrington Moore caracterizou o fascismo<sup>9</sup>.

Que não nos acusem de alarmismo: a direita ganhou em São Paulo uma batalha, mas as forças democráticas, em novembro último, ganharam muitas outras através do Brasil. O vírus democraticida ativado em São Paulo pode ser debelado sem danos maiores para o país e para o povo. Sobretudo se atentarmos para duas lições que nos sugere a análise dos fatores que permitiram a ressurreição do "homem da vassoura". Uma é que a modernização perversa induzida pelo capitalismo periférico reproduz em larga escala fenômenos política e culturalmente regressivos, que favorecem inclusive a reativação de curiosos arcaísmos. Um exemplo bem recente, foi, também por iniciativa explícita e formal de Jânio Quadros – neste ponto de perfeito acordo com a Igreja Católica – levar o presidente da república, malgrado sua condição de protetor das artes e das letras, até por ser dotado, ele próprio, de picante estro poético, como o atestam seus "marimbondos de fogo", a se inclinar diante das vespas incandescentes do moralismo o mais tacanho e intolerante, proibindo no Brasil a exibição do filme *Je vous salut Marie*, que trata de uma jogadora de bola ao cesto que se chamava Maria e apresentava alguma semelhança com a Maria do Evangelho. A outra lição está na imperiosa necessidade, para as forças democráticas, de saírem do pântano onde se atolaram os projetos de reforma social que outrora nutriam a retórica do PMDB, mas não inspiram suficientemente seus representantes no governo e no Congresso.

<sup>9</sup> A fórmula é: "O fascismo foi uma tentativa de tornar a reação e conservantismo populares e plebeus". (*Social origins of dictatorship and democracy*, Boston, 1966, p. 447).

## 6. A transição bloqueada<sup>10</sup>

*"maffiosità di comportamento quando ad esempio i diritti diventano favori, quando non contano i meriti, ma i legami di comparaggio politico"*  
 (de uma encyclopédia jurídica italiana)

Que o Brasil atolou-se até o pescoço numa crise, só não o admitem os ufanistas profissionais. Nem todos, aliás. Admitem-no, de seu ponto de vista doentio, os nostálgicos entusiastas do “Brasil, ame-o ou deixe-o”, das investigações elétricas do DOI-CODI e da euforia perversa do “milagre econômico” de Delfim Neto e consortes. Quase vinte anos depois de terem os inquisidores dos porões da OBAN lançado aquela palavra de ordem liberticida, vêem-na realizar-se não à maneira como desejavam (mandando para fora do Brasil, quando não para fora da existência, os que não curvavam a espinha diante do terrorismo de Estado da ditadura militar) mas, ironicamente, sob a forma de emigração, economicamente motivada, de um número crescente de cidadãos politicamente desmotivados, buscando em países de capitalismo de bem-estar (Austrália, Canadá, Japão, etc.) o antídoto para o mal-estar do capitalismo brasileiro. Ainda não chegamos à situação em que se encontra o Uruguai desde os anos 1960, quando, ao influxo de brutal e precoce decadência econômica, tornou-se país de emigração num ritmo tão rápido que espíritos sarcásticos sugeriam que se colocasse no aeroporto de Montevidéu uma tabuleta com os dizeres: “O último a sair apague a luz”<sup>11</sup>. No plano estritamente demográfico, demorará muito para que cheguemos a uma situação comparável, de temer

<sup>10</sup> Originalmente publicado em *Presença*, nº 12, julho de 1988, pp. 24-32.

<sup>11</sup> Revendo este artigo, uma década depois, para incluí-lo no presente livro, pareceu-me útil mencionar que segundo uma pesquisa do Núcleo de Estudos de População, coordenada pela profa. Neide Patarra (IFCH/UNICAMP), cerca de 1% dos brasileiros (isto é, 1.250.000 pessoas) havia deixado o país. Cf. *Jornal da UNICAMP*, 106, dezembro de 1995, p.9.

pelo esvaziamento relativo de nosso país. Embora em queda rápida, a taxa de natalidade é ainda suficientemente elevada para inquietar os Roberto Campos, Delfim Neto e outros malthusianos do aparelho ideológico do Capital. Mas o significado econômico e cultural de nos tornarmos, ainda que em pequena escala, pela primeira vez em nossa história, um país de emigração, constitui um dos múltiplos sintomas de que a “crise”, desta vez, não é de crescimento, nem se limita a fatores conjunturais. Algo está podre na República do Brasil.

Há, neste sentido, algo de irrisório nos diagnósticos bem comportados que as assim chamadas ciências sociais colocam à nossa disposição. Que diria do Brasil o Conselheiro Acácio? Sem sombra de dúvida, que está mergulhado em profunda crise. O senador Fernando Henrique Cardoso propôs um diagnóstico teoricamente mais prudente. Entrevistado num canal de televisão de São Paulo alguns dias depois que o Congresso Constituinte, em decisão duplamente fisiológica (cobiça das sinecuras governamentais e medo do golpe) fixara em cinco anos o mandato presidencial, o ilustre pensador discorreu sobre o novo partido que gostaria de fundar após deixar o de Roberto Cardoso Alves. Com lapidar concisão caracterizou o objetivo essencial do partido anunciado como sendo de “modernizar o Brasil”. Há uma década atrás, o celebrado cientista social descrevia a vocação política que pretendia imprimir ao então MDB dizendo que ele devia se transformar no “partido dos assalariados”. Em São Paulo, Quêrcia enterrou de vez este devaneio otimista, submetendo os assalariados do setor público a um arrocho tão descarado quanto aquele que tinham sofrido durante o governo infame de Paulo Maluf. Compreende-se assim a prudência programática expressa em tão considerável recuo: nos anos 1970, a ambição era de transformar a frente anti-ditadura (MDB) em partido a serviço dos trabalhadores assalariados; nos anos 1980, Cardoso e amigos não encontram nada melhor para definir a

formação política a ser criada após romperam com o PMDB do que a tarefa, excessivamente genérica, convenhamos, de modernizar o Brasil. Acácio, sem sombra de dúvidas, teria achado a idéia excelente.

Para ir mais além do “vago específico” em que banham as fórmulas sociológico-acacianas a respeito da catástrofe que nos ameaça e dos meios de conjurá-la, é indispensável repensar certas evidências falidas responsáveis pelo aspecto mais crítico de nossa crise nacional brasileira. A começar pela dispersão política e programática das forças democráticas e socialistas e sua consequente incapacidade de pesar decisivamente no curso dos acontecimentos, numa hora em que pontificam, no topo do poder de Estado, ao lado do lastimável José Sarney (“tudo pelo social!”), o general Leônidas Gonçalves, o ministro A.C. Magalhães e toda uma galeria de personagens (Saulo Ramos, Roberto Cardoso Alves, Fiúza, Carlos Santana e tantos outros) dos quais uma pessoa sensata jamais compraria um carro usado. Não espanta que a pretensa “transição democrática”, após as grandes jornadas cívicas de 1984, as grandes jornadas fúnebres de 1985 e as grandes “journées des dupes” de 1986 (nas quais alguns líricos quiseram ver o parto místico da Cidadania Popular) tenha a tal ponto perdido o rumo que suas principais “lideranças” (para usar este cacoete léxico dos chefes peemedebistas) experimentam crescente dificuldade em sair na rua sem o amparo de forte dispositivo policial e/ou militar.

Embora a boa saúde de que goza o atual chefe de Estado, após ter promovido sua grande reforma agrária, sua profunda reforma administrativa (o Estado, anunciou, iria passar “a pão e água”), após ter anunciado o controle definitivo da inflação tantas vezes quanto um fumante inveterado anuncia que largou o cigarro, após promover, com o auxílio de seu adiposamente pernóstico ministro da Justiça, o “mutirão contra a violência”, após ter concedido plenos poderes aos “fiscais do Sarney” para extirpar a carestia, etc., etc., prove irrefuta-

velmente que, pelo menos no Brasil, o ridículo não mata, gostaríamos, antes de nos lançar na crítica das evidências em que se escoram os pensadores oficiais e oficiosos da “Nova República”, de deixar bem claro que o que segue não passa de uma modesta contribuição à análise desta sociedade de mal-estar em que nos toca viver, exposta sob a forma de hipóteses indisfarçavelmente desconexas, exatamente porque, resultando de observações fragmentárias, não podem se exprimir de maneira sistemática.

- a) O Brasil carece de duas condições essenciais da cidadania democrática, a saber, uma cultura democrática (acrescentar “de massas” seria pleonâsmo puro: não há democracia de “elites”) e partidos políticos de expressão nacional portadores do projeto de instauração de uma sociedade democrática. Por cultura democrática entendemos uma normatividade ético-civil profundamente arraigada nos meios populares que faça cada cidadão detentor de direitos e das responsabilidades sociais correspondentes. Não nos escapa a circularidade da definição: para que os cidadãos tenham direitos e sejam socialmente responsáveis, é preciso que a lei exprima a vontade geral, vale dizer, que seja percebida como expressão do interesse coletivo. Numa palavra, e aqui terei Acácio de meu lado, é preciso haver democracia para que haja cultura democrática. Contrariamente, no entanto, ao que parecem supor numerosos amigos da democracia em nosso país (e aqui nos afastamos do mencionado Conselheiro) os bloqueios à evolução democrática de nossa sociedade e de nossa cultura não provêm, no essencial, da persistência daquilo que a ideologia dita “neoliberal” (que tanta influência exerce sobre amplos setores de nossa esquerda) chama de “autoritarismo” e sim da falta de autoridade da lei enquanto expressão do interesse coletivo. Somos, para nossa desgraça, um país onde a lei não é levada a sério, onde os “de cima” que *fazem as leis têm sua*

impunidade assegurada e os “de baixo” consideram – em boa medida com razão- que só são feitas para valer as leis protetoras de uma ordem social iníqua. No espaço deixado aberto pela falta de autoridade da lei, pululam a esperteza, o “salve-se quem puder”, o “quem pode mais chora menos”, enfim, todos os efeitos perversos daquilo que alguns chamam elegantemente de “corporativização das demandas sociais”, e que encontra, no movimento sindical, sua mais recente expressão no auto-intitulado “sindicalismo de resultados”. Resultados corporativos, evidentemente. Ora, a perversidade do corporativismo, especialmente num país sem cidadania democrática como o nosso, consiste em circunscrever ao âmbito de determinada categoria profissional ou estamento privilegiado (no sentido quase medieval do termo “privilégio”) a articulação de interesses sociais e a própria condição social de cada um: para ser alguém, no Brasil, é preciso ser membro de alguma corporação. A importância pessoal de cada um está na razão direta da importância da corporação a que pertence. A ação político-partidária, ação dos cidadãos enquanto cidadãos, reduz-se, para a grande maioria da população, ao exercício do voto e, ainda assim, como sabemos todos, este direito vem sendo desde 1964 confiscado à cidadania no que concerne a seu exercício o mais decisivo, a eleição do Presidente.

- b) O PMDB nunca levou a sério o projeto de se transformar no partido da reforma social e cultural da sociedade brasileira. A função historicamente positiva do antigo MDB (expressão legal da frente anti-ditadura) esgotou-se com a abrogação do AI-5 e a consequente liberalização dos dispositivos legais regulamentando os partidos políticos. O surgimento, no campo democrático, ao lado do PMDB, do PDT e do PT, colocou na ordem do dia, para o partido que herdava a sigla e a imagem da antiga frente, a inexorável necessidade de redefinir sua identidade. Sabemos que não o fez. Fez

o contrário. Triunfante, em 15 de novembro de 1986, do Oiapoque ao Chuí, o PMDB reunia, em seu efemeramente apoteótico festim da vitória, apetites, interesses e até convicções tão dispare, que qualquer tentativa de caracterizar em bloco seus integrantes atuais seria necessariamente injusta. É possível, por exemplo, botar um Miguel Arraes no mesmo saco que um Prisco Viana ou um "Robertão"? Evidentemente, não. Se o PMDB, como um todo, tornou-se hoje um estorvo para a evolução democrática do Brasil, seria dar provas de um sectarismo infantil excluir do campo democrático aqueles peemedebistas que, com motivações politicamente honestas, ainda não estão convencidos de que seu partido é a ARENA da "Nova República" e que, por conseguinte, pensam ainda poder "renová-lo". O que se deve recusar com inflexibilidade é qualquer pretensão hegemônica dos peemedebistas no campo democrático.

- c) Apresenta particular atualidade, neste sentido, a avaliação do significado político das "dissidências" peemedebistas anunciadas nos últimos meses. Sua composição essencialmente paulista e mineira sugere, para adaptarmos nosso léxico político tradicional aos tempos industrializantes atuais, chamá-la de "aliança do café solúvel". Montoro, Covas, F. H. Cardoso, Pimenta da Veiga e demais amigos situam-se, socialmente, naquela burguesia letrada, mas nem por isso menos hábil nos negócios, para a qual o liberalismo avançado constitui, antes mesmo de uma posição política, um estilo de vida. (Montoro é menos típico, a este respeito, do que Cardoso e amigos mais chegados: o velho prócer democrata-cristão hesita ainda, o que faz supor que hesitará sempre, entre a doutrina social da Igreja e a do capitalismo socialdemocraticamente temperado). A performance dos dissidentes no Congresso Constituinte, sem se confundir com a dos "moderados", vale dizer, com a de Ulysses Guimarães e de outros "históricos" que acabaram compondo com

o Centrão em questões decisivas, não chegou tampouco a configurar um exemplo de consequência com as posições políticas que pretendem ocupar. Omitiram-se na questão liminar e decisiva da “Constituinte separada”. Colaboraram com a direita na recusa de anistia plena aos militares punidos em 1964 por se terem negado a participar do golpe reacionário. O senador F. H. Cardoso chegou mesmo a invocar o “argumento da força” (isto é, o perigo de abortecer as cúpulas militares) para explicar sua conivência, neste episódio, com o poder das armas. O mesmo argumento que mais tarde serviria para convencer muitos hesitantes a votar a favor do mandato presidencial de cinco anos.

- d) Mais comprometedoras para a credibilidade política do “moderno” partido de “centro-esquerda” que os dissidentes se propõem criar são as arcaicas manobras eleitorais e as vetustas articulações parlamentares em que se resume seu esforço fecundante. Preparam uma máquina de arrecadar votos a mais. Ora, às vésperas das eleições municipais, que os dissidentes se apressam em disputar, convém notar que, do ponto de vista administrativo, a gestão Covas na prefeitura do maior aglomerado urbano do país foi simplesmente pífia se comparada à do Homem da Vassoura. Dizêmo-lo tanto por uma questão de honradez intelectual (não temos estritamente nada a retirar do que afirmamos sobre o caráter reacionário da campanha eleitoral e das idéias políticas de Jânio Quadros ao examinarmos a “síndrome reacionária do janismo”), quanto por nos colocarmos, enquanto democrata, no ponto de vista do cidadão comum, que pela primeira vez constata, por exemplo, que medidas severas e eficazes foram adotadas para proteger os pedestres da barbarie dos automobilistas e outros motoristas. Que não torçam o nariz aqueles democratas que só se deslocam de automóvel ou avião: a questão é gravíssima, posto que constitui a principal causa de mor-

te violenta no Brasil. Qualquer medida concreta no sentido de reduzir tal hecatombe será benvinda. A primeira medida séria não foi tomada por Covas, em sua insignificante passagem pela prefeitura paulistana, mas pelo "homem da vassoura": 27.000 cruzados de multa para os que estacionam o carro na calçada, 54.000 em caso de reincidência, e isto desde 1º de janeiro de 1988. Contra esta decisão firme e consequentemente aplicada, até pelo próprio Prefeito em carne e osso, saltando de seu automóvel e multando aqueles infratores contumazes para os quais o "outro" (sobretudo o "outro-a-pé") simplesmente não existe, indignaram-se não somente os apologistas da impunidade (*soi-disants* "anti-autoritários"), mas também lídimos representantes do mais inconsequente liberalismo de esquerda, como a pequena burguesia intelectual petista que tomou acintosamente a defesa dos comodistas que atravancam as calçadas para não ter que andar um pouquinho a pé e obrigam crianças e idosos, além dos não-idosos, a arriscar a pele no meio da rua. Em compensação, a decisão de Jânio foi muito bem acolhida pelos pedestres paulistanos, grande maioria da população. O povo, humilhado e ofendido, não tem tempo a perder com a fraseologia oca dos que não sabem servi-lo em atos e pensam impressioná-lo oferecendo-lhe frases. Como o fizeram Covas e seu então secretário municipal de Transportes, Getulio Hanashiro, encontrando um método profundamente "anti-autoritário" para combater o morticínio do trânsito. Mandaram imprimir centenas de milhares de papeluchos exortando os motoristas, que nem sequer os liam, a respeitar a sinalização. O morticínio, obviamente, continuou. Mas Covas e Hanashiro haviam lavado as mãos: seus papeluchos, colados no vidro lateral dos táxis, estavam a testemunhar as elevadas preocupações educativas do então Prefeito.

Enfim, para que não nos atribuam alguma antipatia esquerdista pelos dissidentes, fazemos questão de enfatizar que, comparado ao governo de auto-promoção desabrida, de desenvoltura financeira, de arrocho brutal do sr. Orestes Quércia, que entre outras coisas está tratando a escola pública à moda de Maluf, o governo de Montoro, em que pese sua proverbial falta de firmeza (inclusive na questão dos direitos humanos: os PM criminosos de Leme e de Presidente Venceslau não foram incomodados; a propósito de Leme, a cúpula peemedebista de então julgou mais fácil jogar a culpa nos grevistas do PT ...) aparece, retrospectivamente, como um feliz hiato entre a truculência reacionária de Maluf e o arrivismo sem princípios de Quércia<sup>12</sup>.

- e) Não poderíamos deixar de lado a avaliação do processo constituinte. A auto-intitulada Assembléia Nacional Constituinte não passa da junção, chamada de Congresso, das duas casas parlamentares tradicionalmente conhecidas como Câmara dos Deputados e Senado. É portanto o velho Congresso da ditadura com nova roupagem. Não é uma assembléia *nacional* (isto é, dos cidadãos brasileiros enquanto tais), já que se compõe de delegados territoriais (os senadores, um terço dos quais, de resto, nem sequer foi eleito em 1986) e de deputados (isto é, de representantes políticos dos cidadãos) eleitos por um voto de peso brutalmente desigual<sup>13</sup>. Embora não sejam monopólio do sistema eleitoral brasileiro, tais desproporções no peso representativo do voto através dos Estados falseiam o ca-

<sup>12</sup>A esta altura não podíamos ainda saber que o pior legado do governo Quércia foi seu sucessor Fleury, alcunhado “marechal do Carandiru”, politicastro incapaz e em matéria de dinheiro público tão desenvolto quanto seu predecessor.

<sup>13</sup> Os dois senadores por São Paulo tiveram 7.785.667 e 6.223.995 votos respectivamente ao passo que o Acre elegeu os seus com 41.080 e 20.762 votos respectivamente. Isso numa pretensa Assembléia Nacional Constituinte onde o voto deveria ser estritamente igual. (Em Roraima, um constituinte elegeu-se com 2.372 votos!).

ráter nacional da delegação do poder constituinte do povo e só poderiam ser sanadas, do ponto de vista democrático, por um plebiscito onde o povo aceitaria ou recusaria a Constituição elaborada por seus “representantes”. Quando se sabe que no mínimo 80% do corpo eleitoral rejeita os cinco anos de mandato presidencial, comprehende-se porque a idéia de um plebiscito constitucional nem passa mais pela cabeça dos caciques da “Nova República”.

- f) Os constituintes receberam um mandato sem conteúdo político, já que os eleitores escolheram seus “representantes” sem saber que posições iriam defender no Congresso constituinte. É verdade que a confusão em que se desenrolou o processo constituinte, com projetos de Constituição sucedendo-se uns aos outros a partir de gabinetes et de *petits comités* (o ante-projeto Arinos, o projeto Cabral, o projeto-revanche do Centrão, as fórmulas conciliatórias de Ulysses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte, etc.) acabou favorecendo a participação de movimentos, organizações e entidades extra-parlamentares nos debates, pressões e contra-pressões que marcaram a elaboração do novo texto constitucional. Nunca uma Constituição terá sido tão discutida no Brasil: na falta de outras, esta qualidade ninguém lhe pode negar. Só que discutida depois do poder constituinte originário da cidadania haver sido transferido ao Congresso, não por cidadãos optando conscientemente sobre os temas essenciais da nova Constituição (e escolhendo representantes políticos identificados com aquelas opções), mas por corporações multiformes defendendo interesses francamente antipáticos ou razoavelmente simpáticos, mas tendo em comum aquilo que Antonio Gramsci chamava de degenerescência econômico-corporativa da ação política. Ou, como diria o poetastro politiqueiro que malfadadas circunstâncias tornaram presidente da república: “tudo pelo social!”. A democracia brasileira que espere o elevador de serviço.

## 7. A cultura política da Nova República: raízes históricas de uma transição sem rumo<sup>14</sup>

*"Há dois PMDBs no Brasil. Um forte, realista, coerente e de bom senso. Outro fraco, com meia dúzia de radicais desinformados. Mas o primeiro é o que conta, está comigo e me dá amplo e total apoio."* (Bresser Pereira, *O Estado de S. Paulo*, 23 de agosto de 1987)

*"O realismo é o bom senso das calhordas."* (Georges Bernanos, *A França contra os robôs*)

Enquanto durou a ditadura, o recurso ao eufemismo, particularmente na esfera política, justificou-se por razões evidentes, embora, sobretudo a partir da revogação do Ato Institucional nº 5, também se tornou evidente que em muitos casos o medo da censura se interiorizava sob a forma de autocensura e o gosto pela expressão verdadeira se estiolava, em proveito do temor de desgostar os poderes constituídos. O exemplo mais característico, nesse período, foi a caracterização da ditadura militar como “regime autoritário” ou, mais simplesmente, como “autoritarismo”. Por si só, substituir uma fórmula específica por uma qualificação genérica constitui um retrocesso teórico. Para não sair do Brasil, quase todos os regimes políticos de nossa história nacional merecem ser qualificados de autoritários: o Império, a República oligárquica dita República Velha, o bonapartismo de Getúlio Vargas e a ditadura militar. Sobra a República liberal de 1946-1964, que o brasilianista liberal norte-americano Thomas Skidmore caracterizou como “um interlúdio entre governos autoritários”<sup>15</sup>. Nesta fórmula justifica-se o uso do qualificativo “autoritário” por se tratar

<sup>14</sup> Este tópico e o seguinte foram extraídos do estudo “O argumento da força”, publicado em *As Forças Armadas no Brasil*, obra em coautoria, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.

<sup>15</sup> Thomas Skidmore, “Politics and economic policy making in authoritarian Brazil”, in *Authoritarian Brazil*, editado por Alfred Stepan, 1972, p.3.

de uma apreciação genérica, denotando uma característica *negativa* comum a todas aquelas formas de governo, a saber, a de *não* serem democráticas. Mas para caracterizar *positivamente* um regime político determinado, deve-se, antes de mais nada, chamá-lo por seu nome, que é o nome com que passou à história. O pedantismo sociológico tem sido, a esse respeito, um eficiente instrumento no sentido de reescrever a história – sobretudo a mais recente. Empresta à edulcoração eufemística um verniz de científicidade graças ao qual quem se refere ao regime instaurado pelo golpe militar de 1964 como “autoritarismo” parece mais objetivo do que aqueles que persistem em chamá-lo de ditadura militar. Não é de estranhar que o ocultamento, no léxico político oficial da “Nova República”, da expressão “ditadura militar” ou mesmo “regime militar” tenha sido acompanhado, nos debates do Congresso Constituinte, pelo ocultamente da própria questão do estatuto das Forças Armadas na nova ordem jurídico-constitucional que se pretendia implantar.

Ficaríamos frustrados se déssemos ao leitor a impressão de estarmos sustentando uma “logomaquia”, um combate de palavras. Estamos apenas lembrando que o léxico – notadamente o político – é carregado de historicidade. O sentido de um termo e, *a fortiori*, de uma expressão, por exemplo, “segurança nacional”, apresenta um valor semântico determinado por seu emprego, isto é, pelas significações que foi veiculando ao longo de sua trajetória. Nenhuma é politicamente neutra e alguma são escandalosamente mistificadoras. Basta lembrar a fórmula “comunidade da segurança” que designa, no léxico político oficial e oficioso (a grande imprensa) do país, o conjunto de órgãos de espionagem, de repressão política, de “inteligência” e em geral, os serviços secretos e “especiais”, responsáveis pelos crimes da “guerra suja” (1969-1973), da repressão anticomunista de 1974-1975 e da longa série de atentados terroristas que culminou no do Riocentro em 1981.



*Revista da Folha de 18 de outubro de 1998, Ano 7, nº 338.*

O advento da 'Nova República' veio exacerbar o conteúdo eu-femístico-mistificatório da cultura política dominante (que é, segundo uma fórmula célebre, a cultura das classes dominantes), na medida em que, abandonando seus poderes discricionários de coerção, os círculos dirigentes do país passaram a depender um pouco mais da opinião pública e, portanto, a se preocupar cada vez mais com os meios de

influenciá-la. Ao passar a fazer parte, e mesmo parte majoritária, desses círculos, a cúpula do PMDB, que aparecia revestida da respeitabilidade adquirida ao longo de duas décadas de oposição bem comportada, reforçou o léxico propagandístico do aparelho estatal com sua retórica liberal-democrática adaptada à lógica da “Aliança Democrática”, isto é, à aliança concluída, nos estertores do “ciclo dos generais”, entre os veteranos da oposição consentida (PMDB) e os noviços da oposição da vigésima quinta hora (PFL). Filha desta aliança e engendrada no ambiente duvidoso do Colégio Eleitoral, a “Nova República” cometeu sua primeira mistificação na pia batismal. De há muito, a historiografia já havia consagrado a expressão “República Velha” para designar a República oligárquica de 1899-1930. Evidentemente, não é a ela que se quis contrapor o regime nascido da vitória da chapa Tancredo Neves-José Sarney no Colégio Eleitoral, mas sim ao regime imediatamente anterior, a ditadura militar, aliás, o “autoritarismo”. Batizando de “Nova República” o regime que acabava de dar à luz, a Aliança Democrática, *ipso facto*, batizou retrospectivamente de “Velha República” aquele instaurado pelo golpe de 1964 e consolidado pelo Ato I-5 e pela sanha repressiva dos DOI-CODI.

Esperteza semântica à sombra da qual, com desenvolta esperteza política, o homem que até a véspera fora o presidente do PDS e, nessa qualidade, o grande articulador das manobras e pressões que acabaram impedindo a emenda pelas diretas de ser aprovada pelo Congresso, ungiu-se vice-presidente e, com a mortal enfermidade de que foi acometido seu companheiro de chapa, o presidente eleito Tancredo Neves, acabou se tornando o primeiro presidente do regime instaurado em 15 de março de 1985. A (efêmera) euforia do Cruzado Um e a (ainda mais efêmera) ilusão de que a vitória esmagadora do PMDB nas eleições de 15 de novembro de 1986 abria caminho para a evolução democrática do país ajudaram a tenaz e onipresente propaganda

governamental a silenciar, durante algum tempo, o espanto provocado até mesmo nos observadores mais insuspeitos de "esquerdistas", pela literalmente inacreditável metamorfose do notável udenista, arenísta e pedessista em ardente partidário das liberdades e das reformas sociais. Extinta a euforia dos que se euforizaram, desfeitas as ilusões dos que se iludiram, o governo José Sarney foi coincidindo, cada vez mais, ao longo de 1987, e sobretudo após a aplicação do odioso programa de compressão salarial do Plano Bresser, com o político José Sarney de sempre, isto é, com a oca fraseologia de uma retórica provinciana sempre pronta a edulcorar os interesses adquiridos e os interesses a adquirir dos áulicos do poder.

À luz do Plano Bresser, isto é, do plano de estabilização monetária baseado na supressão do chamado "gatilho salarial" e, portanto, no agravamento da perda de poder aquisitivo dos salários (o salário mínimo desceu a seu mais baixo nível histórico quando o ex-gerente do grupo Pão de Açúcar e ex-crítico da "tecnoburocracia" se tornou ministro da Fazenda) a réplica dirigida ao então senador José Sarney por Ulysses Guimarães quando, em 1983, o Congresso debatia o Decreto-lei 2.045, dá a medida da inconseqüência ético-política do PMDB desde quando se tornou partido de governo. Em 1983, Sarney era um dos muitos porta-vozes parlamentares do regime militar. Defendeu o Decreto-lei 2.045 como defendera, ao longo das duas décadas precedentes, a ditadura instaurada pelo golpe de 1964. Defendeu-a, como faziam os áulicos do "ciclo dos generais", atacando o programa econômico da oposição de então, isto é, do PMDB. Donde a réplica de Ulysses Guimarães, sob forma de artigo publicado na *Folha de S. Paulo* de 25 de setembro de 1983, da qual, para efeito de contraste com as posições assumidas pelo PMDB do Plano Bresser retomamos duas conclusões: "O senador Sarney conseguiu a mágica verbal de fazer crer que a baixa compulsória do salário real que está impon-

do o governo (Figueiredo) favorece mais os trabalhadores do que a desconcentração de renda proposta pelo PMDB". Mais incisiva ainda foi a peroração final: "a resposta do eminentíssimo senador José Sarney é a opção pela política recessivista tendo como apocalíptico cavaleiro o continuísmo entreguista exercitado pelo senhor Delfim Neto". Quando Bresser Pereira repetiu a mesma mágica em 1987, Ulysses, discreto, guardou para si a sensação de *déjà vu* que terá experimentado em seu foro íntimo. Eximiu-se de classificar a política do pensador do Grupo Pão de Açúcar. Na prática, senão na teoria, solidarizou-se com ela.

## 8. Dos conúbios espúrios ao argumento da força

No espúrio conúbio com Sarney<sup>16</sup>, a oposição tinha mais a perder do que seu adversário da véspera. Fora longa, com efeito, a caminhada que permitira ao MDB deixar de ser mera oposição consentida à ditadura para se tornar a frente democrática, na qual, até 1979, agruparam-se praticamente todas as forças que resistiam ao poder discricionário dos generais e de seus acólitos civis. Ao se lançar na campanha pelas diretas para presidente, o PMDB, cuja credibilidade junto a

<sup>16</sup> Não foi somente à esquerda do espectro político que causou escândalo o lançamento da candidatura de Sarney como candidato oposicionista à vice-presidência. Sob o título "Sarney pela Oposição: escárnio, aberração", Mauro Chaves, articulista de *O Estado de São Paulo*, explicou o fenômeno pelo caráter gelatinoso da cultura política brasileira. "Neste país em que as convicções doutrinárias, a coerência político-partidária, a inteireza de pensamento, palavra e ação dos homens públicos, ao longo de suas carreiras, pouquíssimo valem, ante a práxis generalizada da vassalagem fisiológica, que leva ao troca-troca de siglas em função da irresistível grudadura ao poder, parece que ninguém se escandaliza com o fato de... Sarney, um mês após ter-se tornado dissidente de tudo aquilo que defendeu fervorosamente por 20 anos, venha a se tornar candidato... de uma Oposição, que por definição deveria ser o oposto a tudo aquilo que tal candidato foi e defendeu, em toda sua carreira política" (grifado no original).

importantes setores da opinião democrática, sensíveis às posições mais avançadas do PDT e do PT, começara a baixar seriamente, recuperou em ampla medida sua imagem de partido da transição democrática. A decisão de participar do Colégio Eleitoral, após o bloqueio pelo Congresso das *diretas-já* (orquestrado principalmente, nunca será demais repeti-lo, pelo então senador José Sarney), justificou-se pela necessidade de utilizar todas as formas legais de luta para barrar o caminho da extrema-direita malufista. Ao fazer concessões políticas em nome de um objetivo maior, um partido não está tramando seus objetivos históricos, mas apenas cumprindo sua obrigação. A traição começa quando insidiosamente o recuo tático se transforma em recuo programático, quando, sob pretexto de conquistar uma posição mais favorável para levar adiante a transição (no caso, a conquista da presidência), o partido em questão está, na verdade, se acomodando às vantagens da posição conquistada. Os fins só justificam os meios quando os meios permanecem fiéis aos fins. Atribuiu-se ao general Golbery do Couto e Silva a *bontade* segundo a qual, em caso de adoção do parlamentarismo, o primeiro gabinete seria chefiado por Mário Covas, o segundo por Ulysses Guimarães e o terceiro pelo general Urutu. No que à classe operária se refere, os urutus já entraram em cena: muitos piquetes tiveram de operar sob sua mira incômoda e ninguém deve duvidar de que, se necessário, aqueles blindados de fabricação genuinamente nacional garantirão, com sua espessa presença, o “sucesso” do Plano Bresser. Aos que se espantam de ver a “anti-autoritária” “Nova República” recorrer a tanques para intimidar grevistas, não será inútil recordar a reiterada advertência de chefes militares do governo Sarney, de que, “esgotada a força dos argumentos”, não hesitarão em recorrer “ao argumento da força”.

Uma pesquisa de opinião realizada na Grande São Paulo em julho/agosto de 1986, cujos resultados foram divulgados no mês de

outubro seguinte, constatou que 45% dos entrevistados desejavam a volta dos militares ao poder, 78% eram favoráveis à pena de morte, e 85% consideravam os políticos como demagogos. Descontadas as notórias manipulações de que são suscetíveis pesquisas de opinião desse gênero, sobretudo quando ao crivo dos pesquisadores se sobrepõe o dos divulgadores (a imprensa apresentou conclusões opostas sobre seu significado) é inegável que ela confirma, segundo a supracitada expressão de Barrington Moore, a existência de inquietantes sintomas de que "a reação e o conservadorismo" penetraram nos meios "populares e plebeus". A vitória de Jânio Quadros nas eleições de novembro de 1985 para a prefeitura de São Paulo, após uma campanha agressivamente reacionária, já fora bastante reveladora a esse respeito. Só um grande partido democrático de massas (e não um partido grande manipulando para fins estreitamente eleitorais a retórica democrática, como é o PMDB) poderia transformar em força organizada e consciente de transformação social a esperança sempre frustrada de uma vida melhor e a resignação insatisfeita das multidões imensas de brasileiros para os quais os direitos elementares da cidadania não passam de amargas quimeras a cada passo desmentidas pelas brutais condições de existência a que os condenou uma sociedade onde a desigualdade é uma das mais gritantes do planeta.

Na falta de um tal partido, ou, mais exatamente, dadas as limitações políticas e orgânicas dos pequenos partidos que se lançaram há muito ou há pouco tempo nesta grandiosa empreitada, permanece aberta a possibilidade de que os setores culturalmente e socialmente mais pauperizados da população se deixem manipular pela pressão convergente do poder do dinheiro (não apenas do dinheiro que compra votos de cabos eleitorais, mas também daquele que controla monopolisticamente os meios de comunicação de massa) e de uma propaganda habilmente reacionária que aponta exutórios falsos para pro-

blemas verdadeiros, atribuindo por exemplo ao respeito pelos direitos do homem e do cidadão a responsabilidade pela criminalidade crescente, como se só fosse eficiente a polícia que agisse à margem da lei. O desrespeito sistemático pelas normas jurídicas e ético-civis não só não é um monopólio dos criminosos que povoam as delegacias e as penitenciárias (isto é, os criminosos oriundos das classes subalternas), como tampouco se limita, entre as classes endinheiradas, aos crimes financeiros estimulados pela impunidade. Se as taxas de acidentes de trânsito são escandalosamente altas no Brasil, notadamente as que concernem os mais desprotegidos (atropelamento de crianças), é porque o desrespeito generalizado às regras da cidadania se estende até esferas onde não estão envolvidos interesses e compulsões materiais elementares. O “informalismo” do relacionamento social, mais do que uma peculiaridade “culturológica” (como diria Oliveira Vianna), constitui um sintoma inequívoco de que as leis não são concebidas como expressão da vontade geral (=do interesse coletivo), não exprimem valores ético-civis e não têm como fonte a soberania popular. Elas só dispõem da autoridade que lhes confere o emprego (socialmente seletivo) da força coercitiva do Estado contra aqueles que as violam – e que não pertencem ao círculo de privilegiados secularmente habituados à impunidade. Como se espantar, nessas condições, que os desprezados de sempre não distingam lucidamente as virtudes cívicas da autoridade da lei da crua eficácia da autoridade da força? Se a perversa hipótese da volta dos militares ao poder ativa sentimentos reacionários nos setores culturalmente mais pauperizados da população, boa parte da responsabilidade histórica por este fenômeno de regressão política se deve aos chefes da “Nova República”, sobretudo aos do PMDB (do PFL nenhum democrata sério poderia esperar muita coisa) que adaptaram a “democracia” aos interesses estabelecidos das minorias privilegiadas de sempre, a ponto de torná-la praticamente indiscernível do libe-

ralismo sob tutela militar que o general Ernesto Geisel deixou implantado no Brasil ao término de seu mandato.

Sem dúvida, a esmagadora vitória do PMDB nas eleições de 15 de novembro de 1986 mostrou que o vírus reacionário não contamina em profundidade o eleitorado popular e que fenômenos como o culto filistéu das virtudes salvadores da disciplina militar ou o cesarismo circense do "homem da vassoura" exprimem mais a perplexidade e as desilusões da opinião pública diante da versão gelatinosa da democracia que lhes ofereciam os chefes da "Nova República" do que um deslocamento para a direita de parcelas crescentes da massa dos cidadãos. Não deixa, no entanto, de ser significativo o fato de que na maior concentração urbana e industrial do país, o PMDB, em 1985, tenha sido derrotado. Sobretudo se considerarmos que seu enorme sucesso no resto do país, em 1986, foi em larga medida fruto do Plano Cruzado I, jogado ao lixo logo na abertura das urnas. A indignação dos eleitores face a esta indecente manipulação de suas aspirações as mais justas e as mais elementares tende a favorecer uma justificável descrença nos "políticos", propícia a toda sorte de golpismos. Dir-se-á que o desgaste de um *partido* infiel a seu programa não implica no desgaste das *instituições* democráticas; ao contrário, estas se fortalecem quando os eleitores, traídos pelo partido em que depositaram sua confiança, sancionam-no nas eleições seguintes, recusando-lhe o voto. O problema é que este argumento, justo no abstrato, pressupõe aquilo que entre nós está em jogo: a possibilidade de construir a democracia. A infidelidade peemedebista ao ideário que encamou ao longo dos anos de chumbo e em nome do qual conquistou a maioria absoluta no Congresso Constituinte e elegeu a esmagadora maioria dos governadores, constitui, nas condições históricas que são as nossas, um rude golpe contra a credibilidade da própria "democracia dos partidos".

O ufanismo, isto é, o patriotismo dos tolos e dos conformistas, responderia a estas e outras constatações, amargas mas irrecusáveis, que o processo constituinte, com todas as limitações que se lhe possam imputar, garante, por sua própria realização, o caráter democrático das instituições da “Nova República”. O argumento ufanista passa por cima das condições indispensáveis para qualificar, com um mínimo de objetividade, uma Constituição como democrática.

Tomemos, por exemplo, os princípios enunciados no artigo 3 da Constituição francesa de 1958, elaborada sob a inspiração do general De Gaulle e por isso mesmo insuspeita de qualquer “radicalismo” ou “esquerdismo”: “A soberania nacional pertence ao povo que a exerce por seus representantes e pela via do referendum”. O exemplo é tanto mais significativo que a França vivia, naquele período, uma crise política provocada pela obstinação dos chefes da IV República em negar independência ao povo argelino. Em plena guerra colonial, à beira da guerra civil, com o espectro do golpismo militar-fascista dos generais Salan e Massu se delineando no horizonte, e com os partidos liberais e social-democratas totalmente desmoralizados, o aspecto *representativo* da democracia estava profundamente debilitado. Ao chamarem De Gaulle ao poder, os partidos dominantes estavam, “faute de mieux”, optando pelo bonapartismo. De Gaulle, no entanto, era um general vitorioso numa das mais difíceis guerras patrióticas do povo francês (1940-1945). Jamais lhe ocorreria (como ocorreu aos generais brasileiros em 1967 e em 1969) aproveitar a fraqueza dos partidos para impor à nação uma Constituição a um Legislativo sem representatividade. Por isso, recorreu ao *referendum*, isto é, à fonte originária da legitimidade que é o povo soberano. Se, a despeito de seus fortes traços bonapartistas, a Constituição francesa de 1958 ainda está viva, é porque foi aprovada por um consenso majoritário, sufragado nas urnas pelo povo francês. Embora admitam a fraqueza dos partidos no Bra-

sil, sua escassíssima representatividade (menos para lamentá-la do que para utilizá-la como pretexto para se oporem ao parlamentarismo), os chefes da "Nova República" não se mostram particularmente interessados em compensá-la através da expressão direta da soberania popular que é o recurso do referendum.

Em suma, a tutela política exercida pelas forças armadas reconfigura, nas condições históricas da transição liberal controlada, controle semelhante (embora numa dinâmica distinta) ao mantido durante a República Liberal, nascida do golpe anti-getulista de 1945, e, antes de ser trucidada pelo golpe de 1964, "tutelada" a tal ponto pelos militares que o único presidente civil que chegou ao fim de seu mandato, Juscelino Kubitschek, só conseguira tomar posse graças ao contragolpe preventivo do general Lott em novembro de 1955. Naquele conturbado período, os golpes militares tiveram sempre como objetivo derrubar ou impedir a posse de presidentes cuja orientação política não agradava às cúpulas das Forças Armadas. Com Sarney na presidência, este "perigo" evidentemente não existe. O poeta dos *Marimbondos de fogo* manifestamente foi bem além, no rumo da aceitação do controle militar sobre o Estado, do que fora estipulado no entendimento secreto entre Tancredo Neves e o general Leônidas Gonçalves, no qual se negociaram as condições do apoio do Exército à posse dos candidatos vitoriosos no pleito presidencial realizado pelo Colégio Eleitoral reunido a 15 de novembro de 1984<sup>17</sup>. Sacrificou a suas mesquinhas ambições a esperança na evolução democrática da sociedade brasileira.

<sup>17</sup> Basta reler a imprensa de setembro a novembro de 1984, quando já estava configurada praticamente a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, para se dar conta do clima de intoxicação política fabricado pelos chefes militares do governo do general Figueiredo. Anunciava-se, com a vitória do candidato da Aliança Democrática, uma vaga de "revanchismo" de "consequências imprevisíveis", ao mesmo tempo que, na penumbra dos bastidores do poder, urdiam-se as últimas tentativas de um golpe de Estado militar-fascista, para cujo fracasso contribuiram os

# DEBATE

JULHO 77

# 26



Capa da Revista *Debate*, nº 26, julho de 1977.

oficiais que iriam comandar as Forças Armadas na “Nova República”, inclusive o general Leônidas Gonçalves. Em troca, este último obteve, em seus conciliábulos com Tancredo Neves, toda uma série de garantias, cujo teor exato permanece secreto, mas que sem dúvida incluiam a impunidade não somente para os crimes cometidos pelo aparelho repressivo dos DOI-CODI, durante o nefando governo de Garrastazu Médici e a primeira parte do governo de Ernesto Geisel (que soube em seguida marginalizar os torturadores dentro do Exército), mas também para os odiosos atentados terroristas praticados depois da anistia de 1979 pelos “bolsões radicais” do Exército.

## Capítulo VII

### A tutela militar na “Nova República”

#### 1. O Congresso Constituinte e a “profissão militar”

Se acreditarmos na auto-imagem que nos propõem os chefes militares da auto-intitulada Nova República, as Forças Armadas brasileiras estariam hoje compostas de “soldados profissionais”. Como porém a fronteira entre a “nova” República e a velha ditadura é tão tênue quanto a que separa a profissão militar sob a presidência de José Sarney da intervenção militar sob o governo de seu predecessor, o general Figueiredo, foi com fundadas preocupações que se abriu no Congresso Constituinte o debate sobre as funções dos militares. De nada serve, com efeito, garantir que temos hoje “soldados profissionais” se não nos explicam claramente em que consiste a profissão de soldado. Formulando a questão na perspectiva hipotética de um Estado democrático: qual a natureza do serviço público a ser prestado pelos militares à coletividade?

No plano jurídico-constitucional a questão é mais clara e por isso mesmo, as respostas se contradizem frontalmente. Como é notório, a cúpula militar, o governo Sarney e a direita, ideológica e fisiológica, do Congresso mobilizaram-se para preservar, na futura Constituição, a responsabilidade das Forças Armadas pela manutenção da “segurança interna”. Ao passo que, no centro e na esquerda do espectro

político, bem como no anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, preconiza-se a dedicação dos militares à “segurança externa”.

No plano histórico-sociológico a questão é mais complexa. Ao longo da evolução das sociedades humanas, os soldados assumiram as mais diversas funções e defenderam os interesses os mais opostos. Vale para eles o que Gramsci notou a respeito dos intelectuais. Os soldados, com efeito, não são uma classe, mas toda classe que logra se afirmar socialmente tem seus soldados. A tão celebrada democracia ateniense não foi afogada no berço pelos aristocratas e oligarcas graças à evolução da técnica militar que assegurou o predomínio da formação cerrada de infantaria (os “hoplitas”) sobre a cavalaria. Mais tarde, duas célebres formações de combate, a falange macedônica e a legião romana, aprimoraram as técnicas militares dos *hoplitas* atenienses para impor não a democracia, mas o Império de ambição mundial. Analogamente, na Modernidade, as formações maciças de infantaria, alimentadas pela conscrição universal, surgiram com a Revolução Francesa: para defendê-la, cada cidadão se tornou soldado. Logo em seguida, combinadas ao também maciço emprego da artilharia, asseguraram o sucesso das campanhas napoleônicas e do projeto imperial de Bonaparte.

Parece lícito inferir destes exemplos clássicos que (a) existe uma relação determinada entre as características sociais de uma formação militar e os objetivos políticos que persegue; (b) esta determinação obedece a uma dialética (muitas vezes perversa) entre meios militares e fins políticos: a eficácia de uma nova forma de organização bélica criada num e para um determinado contexto político pode ser utilizada para fins distintos e até opostos num contexto político modificado.

## 2. Burocratização e autonomização da função militar

O traço sociológico mais característico das Forças Armadas contemporâneas é a burocratização de seus quadros permanentes, especialmente da oficialidade. O “soldado” (entre aspas, porque não se trata do soldado no sentido corrente, que é um recruta, mas do militar de carreira) é um funcionário do Estado. A burocratização da função militar constitui pois um componente da burocratização do Estado. Os meios sociais de coerção e de violência armada, como os de gestão dos assuntos públicos, transferem-se a corpos especiais de funcionários separados da sociedade. Significativamente, teóricos situados em pólos tão opostos como Max Weber e Lênin, vêem no monopólio da força armada atributo constitutivo do Estado. A possibilidade de que esta organização de poder separada da sociedade se erija em poder autônomo face à sociedade é pois intrínseca ao Estado moderno. Mais do que um valor, a democracia constitui hoje um problema universal justamente porque a tendência do Estado a escapar ao controle da sociedade é universal. Sua gestão, com efeito, implica em especialização crescente de funções, sejam elas coercitivas, administrativas ou ideológicas e, consequentemente, em nítida diferenciação de suas atribuições e competências e dos funcionários que as exercem.

Estas funções só se articulam (aqui também convergem as análises de Lênin e de Max Weber) no mais alto nível, de modo que do ponto de vista do funcionamento global da máquina estatal um regime militar, no sentido contemporâneo (distinto do velho caudilhismo), caracteriza-se pelo fato de que a cúpula das Forças Armadas assume o controle da cúpula do Estado. Que o Estado seja essencialmente concentração organizada dos meios de dominação e direção da sociedade e que as Forças Armadas constituam exatamente a organização dos meios decisivos da coerção estatal, não explica, entretanto, porque em determinadas sociedades a tendência à autonomização

seja mais forte do que em outras, nem porque naquelas sociedades em que o Estado historicamente se erigiu em poder autônomo sobre a sociedade, nem sempre foi o Exército (ou as Forças Armadas em seu todo) que assumiu o poder usurpado à cidadania. Nem toda ditadura, com efeito, é militar. (Sem esquecer, por outro lado, de que os militares não constituem uma classe e de que portanto nunca são autônomos face às relações econômicas dominantes na sociedade. Na prática, terão sempre que optar entre servi-las, que é o caso mais freqüente, ou tentar mudá-las).

Foi sobretudo no “terceiro mundo”, particularmente na América Latina, que a autonomização do Estado assumiu a forma de autonomização das Forças Armadas relativamente ao Estado, isto é, de ditadura burocrática das Forças Armadas. No fascismo e no nazismo, as Forças Armadas, embora apoiando a fundo o regime (só se voltaram contra ele em 1943, na Itália e em 1944, na Alemanha, quando e porque a guerra estava perdida), mantiveram-se sempre em suas funções “profissionais”, isto é, bélicas, e portanto permaneceram obedientes ao poder político discricionário de Mussolini e de Hitler.

Os politólogos norte-americanos e seus epígonos costumam enfatizar o que chamam de tendências “pretorianas” dos regimes militares. Dispensando as analogias, em nosso entender indevidas, com as instituições políticas da velha Roma, notaremos simplesmente que, no poder, os militares tendem a (a) se comportar como “casta” privilegiada, embora nem sempre o consigam e (b) encarar a relação da corporação das armas em seu todo com os chefes militares exercendo o poder político em termos de *mandato*. Relativamente a (a), um regime militar constitui sem dúvida um fator de prestígio (que não exclui o ódio dos que o vêem como usurpador e opressor) para a profissão militar. Esse prestígio pode trazer vantagens materiais, embora a possibilidade de aumentar proventos seja limitada por fatores objetivos,

variando na razão inversa do número de oficiais e sub-oficiais a serem beneficiados. Subir muito o salário de todos os militares implica em aumentar muito as despesas orçamentárias; subir principalmente os das patentes superiores conferiria caráter de privilégio econômico às diferenças hierárquicas. Nos dois casos, os riscos de desgaste político são claros. Um regime civil temeroso de golpes militares ou desejoso de “comprar” apoio militar pode se mostrar mais pródigo em matéria de soldos do que um regime militar que mantenha firme controle sobre seus funcionários uniformizados...

### 3. Sobre o refluxo da ditadura militar no Brasil

No Brasil, conhecemos no último meio século duas formas de ditadura: a militar e a bonapartista, se for correto, como pensamos, enquadrar sob este conceito a ditadura de Getúlio Vargas. Levar-nos-ia muito longe discutir aqui se o “Estado Novo” pode ser classificado como fascista. Foi certamente um regime diretamente dependente da cúpula do Exército, tanto assim que foi instaurado (em 1937) e derrubado (em 1945) pelos mesmos chefes militares, Goes Monteiro e Dutra. Daí em diante, o espectro da ditadura assumiu, até refluir em meados dos anos 80, entre nós e em quase toda a América Latina, a forma de ditadura militar.

Entre nós, como se sabe, tal refluxo foi “lento e gradual”. Iniciou-se em 1974, com o projeto dito de descompressão política e de normalização institucional promovido pelo general Ernesto Geisel. Teria terminado, segundo a Rede Globo e demais aparelhos ideológicos do Capital, com a eleição de Tancredo Neves para suceder ao general João Figueiredo em 1985. Qualquer análise minimamente objetiva do desempenho dos chefes militares da chamada “Nova República” mostra entretanto que sob esta fórmula descartável forjada

pelos mesmos sicofantas que haviam alugado seus serviços à ditadura militar (a começar pela referida Rede Globo), persistiram métodos e procedimentos singularmente semelhantes aos daquela ditadura. Sem dúvida, com uma notável diferença relativamente aos anos sombrios do "Ato 5", em que a tortura e o terrorismo de Estado constituíam métodos regulares de governo, mas a mudança já ficara nítida no final do governo Geisel, com a desativação dos DOI-CODI e a destituição dos generais que defendiam a manutenção do Estado terrorista<sup>1</sup>. Muito antes da "Nova República", portanto. A única mudança notável que esta introduziu nas funções dos militares ocorreu no dia de seu nascimento, 15 de março de 1985, quando o general João Figueiredo deixou pela porta dos fundos o Palácio onde residira seis anos sem mandato legítimo da cidadania brasileira e a presidência foi transferida ao vice-presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, José Sarney.

Fora esta diferença, pequena se considerarmos que Sarney havia sido sempre um áulico da ditadura, a presença militar no poder de Estado permaneceu substancialmente idêntica ao que estava sendo durante os últimos anos da ditadura. Com efeito, a ingerência militar nas questões políticas e sociais se faz sentir com a mesma intensidade, orientação e desenvoltura que durante os últimos anos da ditadura. Repitamos: a mudança notável ocorreu no final do governo Geisel, quando foram desativados os organismos militares paralelos que impunemente aterrorizavam e torturavam os cidadãos considerados como nocivos à "segurança nacional".

<sup>1</sup> Cabe notar que, em depoimento memorialístico póstumo, o general Ernesto Geisel pronunciou-se favoravelmente à tortura em casos de ameaça à "segurança nacional". Disse em voz alta o que seus consortes também pensaram e praticaram em escala industrial. Com a circunstância atenuante, para ele, de que, no poder, enfrentou os torturadores. Segundo a atual legislação brasileira, a tortura é crime hediondo. Proíbe-a também a Carta da ONU. No Estado de Israel, entretanto, a tortura de presos políticos palestinos é autorizada pela lei. Com o apoio envergonhado, mas nem por isso menos efetivo, do Império estadunidense.

Dentre os numerosos sintomas e casos da aludida ingerência militar, alguns são especialmente gritantes. A começar pela presença institucional das Forças Armadas no governo. São seis os Ministérios de caráter militar da "Nova República": Exército, Aeronáutica, Marinha, Estado-maior, Casa Militar, que inclui o secretariado-geral do Conselho de Segurança Nacional e Serviço Nacional de Informações, o famigerado SNI, cujo titular é um militar. Tão forte presença na cúpula do Estado encoraja toda sorte de arrogância e desenvoltura. Um exemplo corriqueiro, entre dezenas de outros é a "advertência" do general Sebastião de Castro, comandante militar do Sudeste, que pela data em que foi proferida pode ser considerado um peculiar voto de feliz ano novo (de 1987) aos brasileiros. Irritado com sindicatos e greves que "procuram desestruturar a produção e levar as classes sociais a um confronto", o general Sebastião ponderou que "se queremos caminhar para a democracia, vamos deixar que os radicais existam, mas não vamos deixar que as idéias deles predominem". Como? "Apelando para o bom senso e agindo com energia quando necessário"? Por "energia" o general certamente não estava entendendo energia elétrica, como nos tempos da OBAN e dos DOI-CODI, mas o emprego de blindados para reprimir a greve na Companhia Siderúrgica Nacional em outubro e a greve geral em dezembro de 1986. Comprova-se assim que os meios repressivos empregados contra os que não partilham da mesma noção de bom senso dos generais são realmente enérgicos.

De resto, se as formas de energia utilizadas pelos aparelhos de repressão social restringiram-se, os alvos continuam sendo os mesmos: o movimento sindical, obviamente, mas também a mobilização dos "sem terra" pela reforma agrária e, no plano ideológico, a "esquerda radical". Na expressão do rancor que lhe consagram, as cúpu-

<sup>2</sup>O *Estado de São Paulo* de 7-1-1987.

las militares, sempre prontas a vociferar contra a falta de bom senso dos agitadores sociais, ignoram o mais elementar bom senso histórico. Ano após ano, com efeito, reativam, em cerimônia ritual celebrada a 27 de novembro, o ódio contra autores e participantes da "Intentona" de 1935, ao mesmo tempo que vituperam o "revanchismo" dos que solicitam, por razões familiares ou de solidariedade ético-política, esclarecimentos sobre o destino dos "desaparecidos" nas garras da OBAN e dos DOI-CODI entre 1969 e 1976. Recusam-se portanto, em nome da necessidade de apaziguar os espíritos, a permitir que se esclareçam crimes cometidos num passado recente pelos eufemisticamente chamados "serviços de segurança", ao mesmo tempo que reativam morbidamente a hostilidade contra um levante da esquerda militar ocorrido há mais de meio século<sup>3</sup>. A ingerência militar na "Nova República" não se limita, entretanto, à vontade de preservar as funções de repressão social e de impedir que se faça luz nas trevas da "guerra suja". Afeta decisões que envolvem os princípios mesmos da soberania popular. Já nos referimos ao tenaz costume militar de "advertir" quem incomoda (popularmente: dar puxões de orelha). O ministro do Exército de Sarney, general Leônidas Gonçalves, levou o hábito das "advertências" a extremos limites de arrogância ao fixar limites ao poder constituinte. Como veremos mais adiante, suas reiteradas "advertências" ao Congresso Constituinte de que as Forças Armadas não aceitariam nenhuma "redução" do mandato presidencial, isto é, de que recusariam ao Poder Legislativo o poder de legislar sobre o assunto, contribuíram decisivamente para que Sarney lograsse permanecer um ano a mais na presidência da República.

<sup>3</sup> À sombra do jesuitismo tão arraigado em nossa cultura, nunca faltam sicofantas para preconizar em tom melifluo, mas sentencioso, o esquecimento das atrocidades praticadas contra os que se opuseram à ditadura militar, ao mesmo tempo que vituperam com a truculência de sempre os "subversivos" de ontem e de hoje.

Se levam tão longe a desenvoltura, não é de espantar que, em matéria militar, permitem-se tomar decisões essenciais sem dar a mínima satisfação a quem de direito. Suprimiram assim os antigos 4 Exércitos (o Iº com sede no Rio de Janeiro, o IIº com sede em São Paulo, o IIIº com sede no Rio Grande do Sul e o IVº com sede em Pernambuco), substituindo-os por uma dezena de “Comandos Militares” distribuídos segundo um critério, implícito, mas evidente, de *controle interno* do território nacional. Vale dizer: adotaram por conta própria um modo de organização que acentua a função de controle dos movimentos sociais.

#### 4. O conceito de tutela militar

Os estudos recentes sobre as funções das forças armadas no Brasil apresentam notável convergência a respeito de ao menos duas questões essenciais: sua posição no aparelho de Estado e sua relação com o poder político central. Concordam em caracterizar a primeira como de autonomia e a segunda como de tutela. Concordam também em vincular esta àquela como o condicionado à condição: é por disporem de autonomia no seio do Estado que os militares podem tutelá-lo.

Por *autonomia* das forças armadas entendemos que todos os assuntos a) internos à instituição; b) relativos à articulação da instituição com as instâncias constitucionalmente investidas da responsabilidade de controlá-la e c) relativos a atos praticados por membros da instituição e/ou eventos provocados por ela ou por seus membros *fora* de seu âmbito, são resolvidos segundo critérios e procedimentos próprios à instituição, que trata qualquer “ingerência exterior”, mesmo se apoiada na lei, como ameaça às suas prerrogativas. É evidente que a autonomização, permitindo aos militares agir por conta própria, favoreceu o intervencionismo e o golpismo.

Esquematicamente, considerando apenas o período aberto pelo golpe cripto-fascista de 31 de março de 1964, o Brasil passou da *ditadura militar limitada* (1964-1968), depois abertamente terrorista (1968-1973), ainda discricionária e terrorista mas buscando a "normalização gradual" (1974-1979), enfim liberalizante (1979-1985), à *tutela militar*, ou, desdobrando analiticamente a fórmula, a um regime liberal militarmente tutelado. Vale a pena analisar mais de perto esta caracterização.

Relativamente ao regime de terrorismo aberto instaurado a 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar sofreu dois recuos notáveis, que configuraram passos decisivos no rumo da liberalização: (a) desativação dos DOI-CODI e abrogação das leis celeradas em cuja sombra moviam-se os tentáculos da tortura e do terrorismo de Estado, pelo general Ernesto Geisel; (b) recuo do exercício ditatorial do poder para a tutela sobre o poder, com o encerramento, na mediocre figura do general João Figueiredo, do "ciclo dos generais" e a chegada à presidência de José Sarney, síntese paradigmática de todos os vícios e espetezas da politicagem brasileira.

A tutela militar determina-se, nesta perspectiva, pela distância remanescente, após aqueles dois recuos, entre as funções atualmente exercidas pelas forças armadas e aquelas que deveriam exercer num Estado democrático, isto é, num regime em que os serviços públicos estivessem a serviço do público e por conseguinte, os funcionários militares prestassem o serviço público de defesa nacional sem jamais se permitir usar contra a soberania popular as armas que lhes foram confiadas para defendê-la.

A baixíssima representatividade dos partidos, as fortes tendências corporativas da chamada sociedade civil e a dramática intensidade assumida pelas grandes questões sociais (a começar pela questão da terra), tornavam por si só extremamente complexa a determinação de

um consenso majoritário da cidadania a respeito das grandes opções em jogo na instância legalmente investida do poder constituinte, a saber o Congresso eleito a 15 de novembro de 1986 (sem esquecer um terço dos senadores, eleitos a 15 de novembro de 1982). Mas as dificuldades objetivas para atingir tal consenso teriam sido aplacadas se a eleição dos constituintes não tivesse sido politicamente banalizada pelas eleições simultâneas para os governos estaduais (que polarizaram a atenção dos votantes) e se os cidadãos, ao votarem nos deputados e nos senadores, soubessem que opção estavam fazendo a respeito do conteúdo do futuro texto constitucional, o que só teria sido possível se os partidos tivessem divulgado com suficiente antecedência um esboço sintético das posições que iriam defender no Congresso Constituinte, em vez de se omitirem (com as honrosas exceções de alguns pequenos partidos de esquerda), obrigando o eleitor a votar no escuro.

A confusão em que se desenvolveram os debates do Congresso Constituinte foi, portanto, consequência inevitável, e em boa medida programada pelos chefes da "Nova República", da ignorância em que foi mantido o eleitor (e em que estava boa parte dos candidatos) sobre o que estaria em jogo no processo constituinte. Donde o caráter *compensatório* da intervenção da opinião pública na elaboração do texto constitucional. Intervenção improvisada (salvo para os círculos e sindicatos patronais, para algumas categorias profissionais e a UDR, que organizaram minuciosamente seus grupos de pressão), mas politicamente positiva, compensando pela *participação* dos cidadãos a falta de *representação* dos partidos.

A essas pressões sociais se contrapuseram, no entanto, aquelas oriundas do aparelho de Estado, sobretudo as da Presidência e as do Exército. Estes "poderes constituídos" não pouparam esforços para reduzir as atribuições e fixar limites às deliberações do poder constitu-

inte. Desde a abertura do debate sobre a nova Constituição, os círculos dirigentes da burguesia trataram de banalizar-lhe o alcance e a significação, deixando claro que a "soberania" do Congresso Constituinte deveria se limitar à redação do novo texto constitucional. No plano filosófico e jurídico, uma soberania limitada é uma aberração: o poder capaz de limitar a soberania é um poder que de fato já a usurpou. A essência da soberania consiste, com efeito, em ser a instância cuja decisão prevalece sobre todas as demais e, portanto, que fixa os limites do exercício de todos os poderes da sociedade. Os princípios do constitucionalismo democrático estavam longe de integrar, entretanto, as preocupações dos donos do poder.

Nas pressões convergentes e crescentes exercidas a partir do Executivo sobre o Congresso Constituinte, além de ambições pessoais, evidentes no caso de Sarney, e fantasias bonapartistas, prováveis no caso do general Leônidas, estão em jogo os interesses adquiridos da alta burocracia estatal e especialmente os do aparelho militar e, indiretamente, os das camadas sociais que extraem seus privilégios da "ordem" vigente. Qualquer inventário, minimamente objetivo, daquelas pressões identificará, em suas motivações de fundo, a vontade de preservar aquelas duas ordens de interesses.

No que concerne aos interesses da corporação militar, trata-se de preservar: a) sua autonomia no interior do aparelho de Estado; b) o controle militar de organismos não-militares do aparelho estatal e do setor estatizado da economia e c) a tutela militar sobre o poder político. O objetivo a) condiciona os demais. Se as Forças Armadas se comportassem como um serviço público normal, se o ministro do Exército considerasse seu cargo – como o fazem seus homônimos dos países de cultura democrática – em termos de uma responsabilidade administrativa específica no interior de uma equipe governamental da qual é um membro como os demais, ele não agiria como porta-

voz de uma corporação que se define em relação ao governo, ao Estado e à sociedade e que portanto funciona como um “Estado dentro do Estado”. Os objetivos b) e c) correspondem à expansão das áreas controladas, no Estado e na sociedade, por este “Estado dentro do Estado”. Em b) incluem-se, além dos seis ministérios e sete funções ministeriais ocupadas pela cúpula militar (os do Exército, Aeronáutica, Marinha, Estado Maior das Forças Armadas, SNI e Chefia da Casa Militar da Presidência, exercida cumulativamente com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional), o controle de tecnologias de ponta (átomo, informática, pesquisa bélica etc.), do DENTEL, da repressão política e social (por vias diretas e pelo controle das polícias militares), dos tribunais de exceção (justiça militar) etc. Finalmente, o objetivo c) constitui a projeção, sobre o centro do poder político, dos controles setoriais exercidos autonomamente pela corporação militar.

Na “Nova República”, o controle do poder central pelas cúpulas militares deixou de ser exercido diretamente, como o fora durante os vinte e um anos em que o cargo de presidente ficou privativamente reservado a generais de quatro estrelas, assumindo, com a posse de Sarney, a forma indireta que, como assinalamos no início do presente estudo, vem sendo caracterizada pelos analistas como *tutela política*. Essa tutela se exerce através de *pressões constantes* sobre o Congresso e mesmo sobre organismos governamentais suspeitos de “esquerdismo” (um exemplo característico: o levantamento, por ordem do general Leônidas Gonçalves, das fichas no SNI de vários diretores do INCRA). Comparada aos métodos discricionários da ditadura militar, a tutela das Forças Armadas repousa não no emprego direto do poder da força coativa, mas na ameaça de seu emprego, isto é, *no argumento da força*. Assim caracterizada, a tutela política dos militares reconfigura, nas condições históricas da transição liberal controlada, o controle exercido pelas Forças Armadas sobre o poder legal.

Apontamos, a título meramente exemplificativo, alguns sintomas e casos de ingerência militar na política da "Nova República". Poder-se-ia, a rigor, numa interpretação otimista, considerá-los como meras "recaídas" nos maus hábitos da ditadura. Vimos, porém, que tais abusos estão associados a uma forte presença militar no governo e, mais ainda, ao hábito arraigado de agir como um "Estado dentro do Estado". Não são pois acidentais. Remetem ao processo que acima caracterizamos como a forma predominante da autonomização do Estado no terceiro mundo, a saber a autonomização da corporação militar relativamente ao poder político, conduzindo, via de regra, ao controle deste por aquela, isto é, à ditadura militar, aberta ou encoberta.

Analiticamente convém entretanto distinguir, em tal processo, ou, mais genericamente, em tal tendência, a autonomia "*stricto sensu*" e a extração. Autonomia significa obedecer a normas próprias. Como o aparelho do Estado não é um arquipélago e sim uma totalidade funcionalmente articulada, a "autonomização" de um de seus órgãos (no caso, de seu "braço armado") repercute necessariamente no funcionamento do conjunto do aparelho estatal. Neste sentido, a fórmula "Estado dentro do Estado", embora sugestiva, não pode ser tomada ao pé da letra. Se o "braço armado" adquire "cérebro próprio", cedo ou tarde, e mais cedo do que tarde, logo que surja uma situação exigindo decisões soberanas em questões fundamentais, será preciso decidir quem decide, se o cérebro regular ou o cérebro armado. O dilema admite duas soluções: ou os detentores regulares do poder supremo de decisão logram se impor ou convertem-se em marionetes, isto é, mexem a boca, assinam papéis, mas quem fala são os militares.

A autonomização das Forças Armadas engendra, em qualquer hipótese, uma instabilidade institucional na cúpula do poder de Estado. Configura sempre, portanto, uma situação transitória. No caso de

golpe militar conduzindo à instauração de uma ditadura, a *autonomização* converte-se imediatamente em *extrapolação* funcional. Ao tomar o poder, os militares estão *ipso facto* decidindo que não obedecem, mas mandam. Por isso, na tomada do poder pelos militares, o fenômeno da autonomização tende, via de regra, a ficar oculto atrás da *extrapolação*. A regra, entretanto, admite exceções. Assim, no Uruguai, entre 1969 e 1973, a cúpula do Exército, incumbida de aniquilar o movimento guerrilheiro dos Tupamaros, assumiu completa autonomia no desenvolvimento da “guerra suja”. Só em 1973, entretanto, tomou o poder inteiro, oficializando a ditadura militar.

A “Nova República” corresponde não à entrada mas à saída dos militares, não ao começo, mas ao fim da ditadura. Mais exatamente, corresponde à situação em que, encerrada formalmente a ditadura, a autonomia institucional e a *extrapolação* funcional, embora tendo sofrido notável encolhimento, asseguram ainda à cúpula das Forças Armadas o controle de alavancas decisivas do poder de Estado. É esta a situação que se pode pertinentemente caracterizar como tutela militar.

## 5. A tutela militar: efeitos políticos perversos

Aspectos complementares de uma mesma “disfunção” político-institucional, autonomização e *extrapolação* se interpenetram e se determinam reciprocamente. No limite, uma não se mantém sem a outra: forças armadas cumpridoras das leis são as que desempenham as funções que a constituição lhes atribui. (Obviamente, estamos nos referindo a constituições legítimas e não a constituições espúrias e a atos institucionais celerados). Exatamente quando não são autônomos, isto é, quando não ditam eles próprios as normas a que devem obedecer, os militares tampouco extrapolam o exercício de suas funções, não se arrogam o exercício de funções que institucionalmente

não lhes cabem. Neste sentido, a situação político-institucional dos militares na "Nova República" caracteriza-se por uma dialética peculiar. De um lado, foi fixada a data para a supressão da autonomia e da extração funcional dos militares e portanto da tutela militar: o dia da promulgação da nova Constituição. Como porém até lá, isto é, enquanto prossegue o debate constitucional, prossegue também a tutela militar, fica em aberto a questão de saber se são os militares que vão se adaptar à Constituição futura ou se, ao contrário, esta se adaptará às aspirações dos militares que pretendem manter parcelas substanciais de sua "função tutelar". Daí a importância do debate sobre a manutenção ou não das chamadas "funções internas", em torno do qual polarizou-se, como notamos acima, o Congresso Constituinte.

De um lado, com efeito os governistas, a direita e os liberais fisiológicos que, como se sabe, são muitos, sustentam a posição das cúpulas militares, pela manutenção da "segurança interna" como atribuição constitucional das forças armadas. De outro, os liberais ideológicos e a esquerda preconizam a restrição da função dos militares à defesa do país contra ameaças externas. Para compreender o alcance deste debate convém examinar mais de perto como se manifesta a autonomização corporativa e a extração funcional das forças armadas no contexto da *tutela militar*.

Já nos referimos à ingerência das cúpulas militares bem como à hipertrofiada presença institucional das forças armadas no governo da "Nova República". Elas exercem também controle permanente sobre outros organismos estatais e para-estatais, como grandes empresas públicas, telecomunicações, centros de tecnologia de ponta e instâncias judiciais como os tribunais militares em tempos de paz. Estas diversas formas de extração configuram a extensão das atribuições "para-profissionais" dos militares brasileiros e mostram como é falacioso o mito do "soldado profissional" e ainda mais falaciosa a

noção de “novo profissionalismo” inventada pelo sociólogo norte-americano Alfred Stepan em 1972. Na mesma linha de raciocínio, são muitos os que agora sustentam que a “segurança interna” constitui parte integrante da “profissão” militar.

Embora não se manifeste tão ostensivamente quanto a extração funcional, a autonomia corporativa dos militares tem raízes profundas em nossa história nacional. Convém entretanto deixar clara a diferença, nem sempre compreendida, entre interesse de corporação e interesse corporativo ou corporatista. O léxico sociológico brasileiro está, com efeito, repleto de termos contrabandeados do norte-americano, em geral impropriamente traduzidos e por isso criando confusões e ambigüidades terminológicas como as provenientes de indevida adaptação do termo “corporation” e derivados. Em nosso idioma, a expressão “interesses corporativos”, insanavelmente ambígua, pode significar tanto interesses de um corpo profissional determinado (sem sentido crítico nem muito menos pejorativo) quanto interesses corporativistas. Ora, corporativismo denota a organização medieval das profissões em corporações de artes e ofícios e, já no século XX, a organização do trabalho na Itália fascista. A partir destes dois sentidos, o segundo pejorativo, mas não o primeiro (na verdade o corporativismo fascista caricaturou grotescamente, em plena era do imperialismo capitalista, instituições econômicos do burgo medieval), generalizou-se o uso, também pejorativo, do termo corporativismo para designar o egocentrismo de corpos profissionais sempre empenhados em fazer prevalecer seus interesses particulares sobre os interesses coletivos. Por extensão, critica-se também como corporatista ou corporativista a situação em que, num corpo profissional, predominam os interesses particulares de seus membros sobre a função social que lhe é atribuída. Para evitar tanto quanto possível as ambigüidades, acataremos este uso, reservando os termos corporação e

corporativo para significar, sem sentido pejorativo, aquilo que é relativo a um corpo profissional.

A coesão corporativa de uma organização rigidamente disciplinada e hierárquica como a militar é determinada pela própria natureza de seus fins (defesa nacional e, para a direita, segurança nacional) e dos meios correspondentes. Obviamente, a autonomia e a extrapolação funcional, reforçando o peso do aparelho militar no Estado, favorecem os abusos corporatistas daquela coesão corporativa. Exemplo público e notório é a assimilação de qualquer contestação ou crítica formulada a membros ou aspectos da corporação a ataques feitos à corporação enquanto tal. Já nos referimos à denúncia da tortura e “desaparecimentos” de militantes da esquerda clandestina durante a “guerra suja”. Numa completa inversão de responsabilidades e de valores, as cúpulas militares, com a complacência da direita, desculparam os torturadores, acusando entretanto os que os denunciavam de “revanchistas”. Foram mais longe, sempre com o beneplácito da pior direita: brandiram o fantasma do “revanchismo” exatamente quando vislumbrou-se a possibilidade de que o candidato daquela mesma direita à sucessão do general Figueiredo, o reacionário de choque Paulo Maluf, fosse derrotado no “colégio eleitoral” pelo candidato da oposição, Tancredo Neves. Quotidianamente, ao longo do segundo semestre de 1984, a opinião pública foi bombardeada por tentativas de intoxicação ideológica como a seguinte: “Ontem, foi a vez do senador malufista Moacyr Duarte (PDS/RN) sair de uma audiência com o presidente da República falando como seu porta-voz...” Em nota divulgada logo após o encontro, Duarte anunciou os temores de Figueiredo de que “a eleição de Tancredo Neves ensejará a deflagração de um processo de revanchismo jamais visto na História de nosso país”<sup>4</sup>. Se não impediu a derrota de Maluf, a intoxicação do “revan-

<sup>4</sup> *Jornal da Tarde* de 18-9-1984.

chismo” serviu para colocar mais ainda na defensiva os setores da Aliança Democrática em princípio dispostos a conceder pelo menos uma satisfação moral às vítimas. Serviu pois para assegurar impunidade aos membros da corporação militar culpados das atrocidades da “guerra suja” e mesmo de dezenas de outros crimes praticados depois da anistia de 1979. (Vale lembrar que um dos argumentos esgrimidos pelos que pretendem varrer para debaixo do tapete os crimes da repressão político-militar é que estes estão cobertos pela anistia de 1979).

## **6. O caráter corporativo da participação dos militares no governo e a questão do Ministério da Defesa Nacional**

Além da hipertrofia da presença militar no governo, o complexo autonomia/extrapolação se exprime no modo de articulação das forças armadas com os poderes da República. No que concerne ao Congresso, a autonomia corporativa se apóia numa omissão: os membros do Legislativo não assumem a obrigação elementar de deliberar a fundo sobre os gastos militares. Em parte pelo freqüentemente invocado argumento do medo. Melhor não agastar os generais perguntando como e em vista de que fins gastam a parte que lhes toca do orçamento nacional. Em parte também, por incompetência pura e simples. Com efeito, poucos parlamentares seriam capazes de responder com clareza e pertinência à questão colocada ao Congresso Constituinte: qual a natureza do serviço público a ser prestado pelos militares à coletividade? Dir-se-á que nossa “tradição” consiste em subordinar os militares ao Presidente. Somos, de fato, ricos em tradições de usurpação da soberania popular. Nossa presidencialismo (e nisso não estamos sós) contém fortes elementos bonapartistas, embora, desde a destituição de Getúlio Vargas em 1945, temos visto não presidentes que se tornam ditadores e sim generais que se tornam presidentes,

com poderes ditoriais que não são pessoais como o bonapartismo, mas delegações da cúpula das Forças Armadas.

No que concerne ao Executivo, a autonomia corporatista dos militares se manifesta claramente no caráter não-subordinado da articulação de cada Arma com o governo federal. As três Armas, com efeito, são autônomas relativamente ao poder político e cada uma delas em relação às demais, embora seja notória a preponderância do Exército. Por articulação não-subordinada entendemos que as três Armas *se fazem representar* no governo através de seus ministros respectivos, em vez de receber do governo os ministros encarregados de executar a política por ele determinada. No papel, sem dúvida, os ministros militares são auxiliares do Presidente. Na prática da "Nova República", são delegados de suas Armas. Prova eloquente é a tenaz resistência da cúpula das Forças Armadas à criação do Ministério da Defesa, isto é, a uma esfera da atividade governamental definida por seus fins (defesa da nação, de seu território, de sua soberania) e não pelos meios (terrestres, aéreos e navais) como ocorre até agora, em que temos um Ministro do Exército, outro da Aeronáutica e outro da Marinha, aos quais se acrescentam, como já notamos, o do Estado-Maior, o da Casa Militar e o do SNI. Um ministro da Defesa Nacional, num governo democrático, aplica, em sua esfera de responsabilidade, a política do governo de que faz parte, o qual, por sua vez, recebeu dos cidadãos o mandato para aplicá-la. Ao passo que os ministros das três Armas são os mediadores e porta-vozes, no governo, das corporações a que pertencem. Tal segmentação corporatista do poder político explica, entre outras disfunções, as contradições de nossa política externa. Enquanto o Itamaraty defende orientação anti-blocos e portanto contra alinhamentos automáticos, as cúpulas militares continuam aferradas às obsessões da guerra fria e ao cabresto norte-americano. A mesma perspectiva corporatista explica a hostilidade das

cúpulas militares ao parlamentarismo. É, com efeito, muito difícil para elas admitir que ministros militares possam ser derrubados, juntamente com seus colegas civis, por um voto do Legislativo.

## 7. O golpe palaciano de José Sarney

Agrava ainda mais a situação o fato de que a ingerência militar no poder político é via de mão dupla. Durante a ditadura militar, a cúpula das Forças Armadas mandava. Na “Nova República”, ela exerce pressões, mas não tem a última palavra, já que a cúpula do Executivo não é mais cadeira cativa dos generais. Se na presidência estivesse um cidadão de espírito democrático e não um velho serviçal da ditadura, os efeitos perversos da tutela militar poderiam ser controlados e limitados. Entretanto, para infelicidade geral da nação, o ocupante da cadeira presidencial é José Sarney. Eleito vice-presidente nas ambíguas e duvidosas circunstâncias de 1984, ele foi, como se sabe, guindado à presidência pela mortal enfermidade que sofreu o presidente eleito Tancredo Neves. Até a véspera, havia sido presidente do PDS, o partido da ditadura. Nesta qualidade, havia articulado as manobras, pressões e chantagens que desafiaram despudoradamente os milhões de brasileiros mobilizados para exigir, com o apoio da imensa maioria da nação, o direito de eleger o presidente da República. Graças a Sarney, a emenda constitucional assegurando este direito não logrou obter no Congresso a maioria de dois terços necessária para sua aprovação. O que não o impediu, quando percebeu que fazia água, no colégio eleitoral, a candidatura de Paulo Maluf, de efetuar a acrobacia política que o levou, da direção do partido cujo candidato à presidência era Maluf, a candidato a vice-presidente da oposição a Maluf. Com ele pularam fora do barco malufista os numerosos integrantes do batalhão dos oposicionistas da vigésima quinta hora, adep-

tos do princípio “é dando que se recebe”. Graças a esta pírueta coletiva, desagregou-se o PDS. Os dissidentes fisiológicos adotaram novo uniforme e marca registrada, lançando o Partido da Frente Liberal, o PFL. Obviamente, trocaram de camisa, mas não de cabeça e de caráter. Transportaram sua experiência e hábitos políticos de serviços da ditadura para a “Nova República”, aliando-se ao PMDB.

Nas eleições legislativas de 15 de novembro de 1986, o PMDB beneficiou-se largamente da efêmera euforia suscitada pelo Plano Cruzado (estabilização monetária sem recessão nem aperto salarial). No Congresso então eleito, investido de poderes constituintes, a aliança PMDB-PFL obteve larga maioria. Ao votar maciçamente nesta aliança, os cidadãos brasileiros ofuscaram-se com a luz de uma estrela já morta. Sem mesmo respeitar um prazo de decência, mal se fecharam as urnas de 15 de novembro, o governo Sarney, com a vitória no bolso, abriu o dique da alta galopante dos preços, contidos até a data das eleições. A oposição de direita, por uma vez com razão, queixou-se de “estelionato eleitoral”. Sarney entretanto logo se encarregaria de confortá-la. Encarregou o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de preparar um plano de estabilização monetária que suprimia, em plena alta galopante de preços, o chamado “gatilho salarial”, precária, mas única defesa legal dos trabalhadores diante da erosão acelerada do poder aquisitivo dos salários. Ao longo de 1987, o “Plano Bresser” logrou reduzir o salário mínimo a seu mais baixo nível histórico.

Foi exatamente neste contexto que Sarney, contando com o apoio ostensivo do general Leônidas Gonçalves, tratou de extorquir do Congresso um mandato presidencial suplementar. Havia um acordo de princípio de que a duração de seu mandato, mais exatamente, do mandato de Tancredo Neves, seria de quatro anos. Era, afinal, um governo de transição, eleito por um colégio eleitoral inventado pela ditadura e repudiado pela imensa maioria dos cidadãos. Politicamente

configurava um mal menor: afinal, a alternativa à eleição de Tancredo teria sido a de Paulo Maluf.

No início de 1987, entretanto, Sarney, interessado, como sempre por motivações fisiológicas, em esticar sua permanência no cargo que obtivera em fúnebres circunstâncias, passou a pressionar fortemente o Congresso Constituinte para que este fixasse em cinco anos seu mandato, "esquecendo" o consenso de que duraria quatro anos. Baseava sua pretensão num argumento turvo: os mandatos presidenciais dos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo haviam sido de seis anos. Reconhecendo implicitamente tratar-se de mandatos outorgados por leis espúrias de um regime de exceção, a saber, a Constituição outorgada em 1969 por uma junta liberticida de generais ultra-reacionários e o "pacote de abril" (de 1977), Sarney dispôs-se a aceitar um de cinco. Uma barganha bem a seu estilo. Ganhava um ano a mais relativamente a seu compromisso inicial, mas "perdia" um ano relativamente à duração do mandato daqueles seus dois predecessores do regime ditatorial.

Não estava garantido, entretanto, que houvesse no Congresso Constituinte uma maioria disposta a legalizar tal escambo. Na incerteza, Sarney apelou para o argumento da força. Em "comunicado" transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão a 18 de maio de 1987, sobrepujou sua vontade discricionária à própria Constituinte, *informando que decidira* permanecer cinco anos na presidência. O tom insolentemente audacioso do pronunciamento sugeriu um comentário convergente: ele tinha antes consultado os chefes militares e deles recebido sinal verde para desafiar os constituintes. Talvez tenha ocorrido apenas um exercício de ventriloquia: Sarney movia os lábios mas quem falava era o general Leônidas.

Salvo os comensais e outros áulicos inveterados do Palácio presidencial, praticamente todos os setores da opinião pública repudiaram ou pelo menos desaprovaram o insólito pronunciamento. O Jor-

*nal do Brasil* de 19 de maio noticiou-o de maneira a deixar claro seu conteúdo golpista: "Sarney avisa que fica cinco anos"; "Sarney ignora Constituinte e fixa mandato". *O Estado de São Paulo* de 20 de maio foi



Parceiro de Sarney no golpe dos cinco anos e no massacre de Volta Redonda.

*Veja*, nº 967, 18 de março de 1987.

mais longe, classificando o ato do chefe de Estado, no título do editorial, como de um “Luís Bonaparte tupiniquim”. O mesmo jornal, em editorial de 22 de maio, intitulado “O preço do 18 de maio”, denunciou o alto custo, financeiro e moral, da operação, “montada com evidente sabedoria política (provinciana, eleitoreira, danosa para os costumes políticos): impede-se a votação na reunião do PMDB e adia-se a decisão para a convenção, em junho. Até lá, os governadores dos três grandes Estados (São Paulo, Minas e Rio) cuidarão de convencer os delegados convencionais de que a salvação do Brasil -- e de posições pessoais- depende de seu voto, concordando com a decisão do sr. José Sarney. O custo disso são empregos (adeus Reforma Administrativa) e liberação de verbas que em outras circunstâncias não estariam disponíveis”. Mais graves ainda, assinala adiante o editorial, “são as deletérias consequências morais que vêm na esteira do golpe de 18 de maio: a troca de favores entre chefe do Executivo e governadores, usando meios administrativos e sempre públicos, acaba transformando a democracia numa pantomima, a majestade da Presidência da República numa mentira, as noções de dignidade e decência na esfera pública em motivo de galhofa”.

A seqüência da “operação cinco anos” foi ainda mais burlesca do que previa o acima citado editorial. O PMDB, de quem dependiam os votos necessários à legalização “ex post” do golpe palaciano, para ganhar mais tempo, após postergar durante dois meses a tomada de decisão sobre o ano a mais que queria Sarney, tomou uma não-decisão, deixando em aberto a questão. Cada congressista podia decidir segundo sua consciência (no mais das vezes, segundo sua fisiologia) como votaria. A pressão militar, de um lado (o general Leônidas multiplicou declarações a respeito das graves consequências de eventual recusa, pelo Congresso, dos cinco anos de mandato), a pressão fisiológica, de outro, convergiram eficazmente para dar a Sarney o que ele exigia, tudo con-

forme ao princípio “é dando que se recebe”. Grandiloquentes, os notáveis que articularam, na convenção nacional do PMDB, a opção pela omissão, proclamaram haver salvo a “unidade do Partido”. Talvez, mas enterrando de vez o que talvez lhe restasse de dignidade.

Ao renegar em atos as convicções democráticas que proclamara em palavras, Sarney, fiel ao mais profundo de si mesmo, voltava a coincidir com o que sempre fora, com os métodos e interesses políticos que constantemente haviam sido os seus, como golpista de 1964 e agente civil da ditadura militar durante duas décadas. Quem se renegou não foi ele, mas aqueles que, para ficarem em seu governo, perderam a alma. Os mais pessimistas diriam que só podemos perder aquilo que possuímos, e que se cabe, no caso, falar em “pacto com o diabo”, então a cúpula peemedebista enganou o diabo, já que não tinha mais alma alguma para lhe oferecer em troca das sinecuras governamentais. De qualquer modo, ao decidir, na patética noite de 19 de julho de 1987, que nada tinha a decidir sobre as duas questões mais importantes da atualidade política (a duração do mandato de Sarney e a alternativa parlamentarismo/presidencialismo), o PMDB assumiu *para si* a gelatina ideológica de que se compunha *em si*.

Seria descabido, entretanto, imputar a Sarney, um politiqueiro provinciano, algo mais do que a mediocre ambição de “esticar” o próprio mandato presidencial. Sete meses depois de seu mini-golpe, o poder mediático não somente o havia perdoado, como cerrava fileiras para garantir o controle da direita (eufermisticamente auto-intitulada “Centrão”) sobre o Congresso Constituinte. É o que mostra, em muitos outros exemplos, uma nota editorial de *O Estado de São Paulo* do dia 11 de dezembro de 1987, que, sob título policialesco (“Planalto descobre trama das esquerdas”)<sup>5</sup>, “alertava” contra “...trama minucio-

<sup>5</sup> Certamente não por coincidência. Veremos no capítulo VIII, nota 2, que na véspera, o *Jornal da Tarde*, também propriedade do clã oligárquico Mesquita, publica-

samente engendrada desde o ano passado pela esquerda do PMDB, visando à tomada do poder". A "trama" consistia em pretender que uma Constituinte fosse constituinte, isto é, que, representando o corpo eleitoral, definisse as novas instituições fundamentais da nação brasileira. Se não tivessem tal pretensão, não estariam assumindo a missão que lhes foi atribuída. Para o editorialista, porém, os membros daquela "minoria ativa" (note-se a expressão típica de comunicados policial-militares), ao não aceitarem, como queria Sarney, concluir os trabalhos constituintes ainda em 1987 e ao incluírem a fórmula "livre e soberana" para caracterizar a assembléia constituinte, estavam tentando "concentrar... um poder que não lhes cabia". Pior: "queriam situar-se acima e além das instituições constituídas". (Para as novas gerações talvez seja útil lembrar que estas instituições haviam sido "constituídas" em 1969, sob vigência do nefando Ato Institucional nº 5, por um triunvirato de generais ultra-reacionários, e implementada com o indispensável auxílio da OBAN e dos DOI-CODI). Em todo raciocínio policial deve haver um culpado ou aliciador. No caso, indica-se também o instrumento do crime: "O parecer do ex-deputado Flávio Bierrembach traduzia essa intenção... A idéia era desconstituir o País...". Enfim, o pior de tudo é que houve "quem pretendesse, até mesmo, a subordinação das Forças Armadas ao poder constituinte". Escândalo supremo, com efeito: querer que os militares obedeçam aos deputados legitimamente eleitos pelos cidadãos! De qualquer modo, agradeçamos ao jornalista esta notável e sem dúvida sincera manifestação do caráter visceralmente reacionário e anti-democrático do "pensamento" das oligarquias liberais!

---

ta nota editorial assinada contendo hipérboles macartistas que teriam espantado até os politólogos do SNI. Por exemplo, apresentando Mário Covas como chefe da "ultra-esquerda" no Congresso.

## APÊNDICE

Reproduzimos, em apêndice, a significativa tomada de posição da Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM) preconizando, em 1984, nos estertores da ditadura militar, uma nova relação das Forças Armadas com a sociedade e distinguindo com lucidez a necessária neutralidade institucional da corporação militar da (ainda mais) necessária consciência democrática dos militares enquanto cidadãos.

### AS FORÇAS ARMADAS E A DEMOCRACIA

#### 1. Introdução

A gravidade da crise sócio-econômica por que atravessa o País exige que seja acelerado o processo de transição do autoritarismo vigente para um regime democrático. A Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM) se propõe a colaborar com a sociedade civil, não só neste período de transição, como também no esforço posterior de criar uma democracia estável.

A essência mesma do regime democrático reside na sua capacidade de absorver e solucionar os conflitos que surgem constantemente entre os diferentes segmentos sociais, através de mecanismos próprios, criados e mantidos sob a égide da sociedade civil. Qualquer interferência de forças estranhas no funcionamento desses mecanismos salutares, há que resultar em prejuízo dos interesses da sociedade. Daí, conclui-se que, se por um lado, é positiva a participação, no processo democrático, de militares como cidadãos integrantes de uma

sociedade em gozo de plena liberdade de organização e de expressão de pensamento, por outro lado, a interferência das Forças Armadas (FFAA), como instituição, no poder político, constitui fenômeno altamente negativo. A estabilidade do regime democrático está na dependência do afastamento definitivo das FFAA do processo político do País. O caminho mais viável passa pela neutralização das FFAA face ao desenvolvimento político nacional. A questão consiste, pois, na criação ou reformulação, pela sociedade civil, de mecanismos que facilitem a consumação dessa neutralidade e assegurem a sua manutenção.

## 2. As FFAA e a Sociedade Civil

Historicamente, até a revolução de 1930, a participação das FFAA no processo de desenvolvimento brasileiro sempre teve um caráter exclusivamente político. Com a crise de 1929, o fortalecimento do fascismo e o surgimento de sua contrapartida, as frentes populares, fundou-se no País a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Desde 1934, a ANL tomou vulto e recebeu a adesão de vastos setores da sociedade, não ficando os militares alheios a essa participação. Pela primeira vez apareceu no conteúdo das lutas a natureza ideológica. O fechamento e dissolução da ANL teve como consequência o movimento de 1935, seguido de severa repressão e do início de implacável e irracional discriminação ideológica em todo o País, mas com particular eficiência nas FFAA.

A derrota do nazi-fascismo, a derrubada do Estado Novo e a volta da Força Expedicionária Brasileira, permitiram que se formassem nas FFAA correntes diversas de pensamento político, a despeito do recrudescimento da discriminação ideológica a partir do início da guerra fria. Essa diversificação possibilitou a manutenção do regime

democrático nos momentos de crise que se sucederam, na vigência da Constituição de 1946. Exemplos de prevalência de soluções políticas graças à neutralidade das FFAA, imposta pelas contradições internas, são a candidatura e posse de Getúlio Vargas em 1950; o desfecho da crise política provocada pelo suicídio de Vargas em 1954, quando os golpistas preconizavam a instauração de um regime autoritário, extra-legal; a candidatura e posse de Juscelino Kubitschek em 1955 e sua consolidação no poder apesar dos episódios de Jacareacanga e Aragarcas em 1956 e 1960 e a posse de João Goulart em 1961, consequência da renúncia de Jânio Quadros.

A partir de 1964, a discriminação exacerbou-se. Adotou-se nova doutrina de segurança nacional. Essa doutrina choca-se com o clima de liberdade exigido pela luta em prol do desenvolvimento. Ela conduziu à instalação, no governo, de sistema militar carente de apoio popular que, para sua estabilidade e permanência no poder, apela fatal e inelutavelmente para a prática constante, quase institucionalizada, de violação dos direitos humanos, terminando por suprimir, completamente, as liberdades democráticas.

Para poder aplicar a nova doutrina de segurança nacional, o “sistema” necessitou de FFAA obedientes, unidas e dóceis a seus propósitos. Adotou, para isso, táticas as mais diversas. Instituiu-se tratamento privilegiado para os militares. Criou-se um dispositivo de comunicações exclusivo para o público interno, os próprios militares. A eles chegam notícias e explicações de fatos, segundo versões cujo conhecimento é vedado ao público externo, a sociedade civil. A legislação militar foi reformulada de modo a permitir a eliminação daqueles que dissidentem de qualquer decisão do “sistema”, ou não se mostrarem bastante fervorosos no apoio à política de segurança.

Por tudo isso, conclui-se que o restabelecimento de um regime democráticoável e duradouro exige que a sociedade civil crie as

condições para que a liberdade de opinião, assegurada na constituição, seja de fato extensiva aos militares. A história nos ensina que os alicerces das FFAA, como instituição – a hierarquia e a disciplina – não serão abalados e que a democracia e a soberania nacional estarão asseguradas. A suposição de que o desgaste decorrente de 20 anos de ditadura militar tenha tornado as FFAA incapazes de nova intervenção, será a consagração do que ocorre em países do Cone Sul, onde, há mais de 50 anos, FFAA conservadoras vêm mantendo sob tutela a sociedade civil. Vez por outra recuam organizadamente e admitem uma incursão no regime democrático, para, na primeira crise, retomar as rédeas do poder.

### **3. Uma proposta à Sociedade Civil**

A tese de que as FFAA, como instituição, devem ser constituídas por cidadãos que reflitam todas as correntes de pensamento da sociedade civil, sofrerá restrições, por parte dos remanescentes do “sistema”. O processo intervencionista destes últimos 20 anos exauriu-se por motivos óbvios. Se não se proceder a uma revisão do papel das FFAA na vida nacional, viabiliza-se uma nova intervenção. É uma questão de oportunidade. Contra essa perspectiva, um conjunto de medidas deve ser levado a cabo pela sociedade civil. Não será tarefa fácil a curto prazo. Mas deve ser perseguida com pertinácia. Ressalta, desde logo, a necessidade de modificação de toda a legislação básica das FFAA a partir da própria Constituição. Em síntese, tratar-se-á de restituir aos militares o direito de, como cidadãos, participarem, democraticamente, da vida política do País, assegurando-lhes tribuna e veículo de manifestação de pensamento. As FFAA, como instituição, deverão retornar ao lugar de onde jamais deveriam ter saído: à posição justa e destacada de defensores da soberania nacional e de coad-

juvantes no processo de desenvolvimento, vedada a sua participação no campo político.

Por outro lado, a sociedade civil deve empenhar-se, lançando mão de todos os meios à sua disposição, no sentido de varrer da consciência nacional toda e qualquer discriminação política e ideológica. A começar no seu próprio seio, de forma a eliminá-la nas FFAA, onde ainda é alimentada com uma sistematização suspeita. Finalmente, a ampliação da anistia, sem restrições de qualquer natureza, de maneira a alcançar todos os punidos após o golpe militar de 1964, é uma iniciativa justa e oportuna, por todos os títulos. Assinale-se que não mais de 10% dos militares punidos foram, apenas parcialmente, contemplados pela Lei nº 6.683/79. E dos 407 oficiais e 7.080 praças afastados do serviço ativo, a partir de 1964, somente 34 praças conseguiram retornar à atividade.

A ampliação da anistia, sob o enfoque político, é o que realmente importa para a sociedade civil. No próximo passo, há que suprimir as restrições da Lei nº 6.683/79, a partir do direito às promoções e da reversão automática à atividade, independentemente da "existência de vaga", do "interesse da administração" e dos pareceres de comissões organizadas com o fim específico de dar continuidade à discriminação. O retorno à atividade dos militares punidos influirá no ânimo daqueles que já integram as FFAA e não encontram estímulo para divergir da orientação imposta pelo "sistema". Por aí terá início, com objetividade, a neutralização das FFAA. De qualquer forma, é de suma importância, com vistas à estabilidade democrática que se pretende alcançar, que os militares tenham consciência e segurança de que os seus atos, como cidadãos livres, nada têm a ver, nem podem ter repercussão alguma, nos seus direitos e deveres como integrantes das FFAA.

#### 4. Conclusão

A atual crise sócio-econômica, a mais grave de nossa história, é, principalmente, uma decorrência da crise política oriunda do golpe militar de 1964 e da ditadura por ele instaurada. Urge que se redemocratize plenamente o País, para que se possa recuperar nossa identidade nacional, superar essa crise catastrófica, incorporar à sociedade civil milhões de brasileiros, hoje marginalizados, e iniciar nossa marcha rumo ao destino de nação independente e livre.

“Um povo sem memória está fadado a repetir os mesmos erros”. Há que tirar partido da experiência destes últimos 20 anos. Se é consensual a causa básica de nosso infortúnio, impõe-se assegurar a continuidade ao regime democrático neste País. A ADNAM tem a pretensão de traduzir a opinião de militares verdadeiramente democratas, em sua quase totalidade já provados na luta pela defesa da democracia. Esta é a sua contribuição à abertura do caminho a ser trilhado pela sociedade civil, na busca de nova etapa em sua história.

## Capítulo VIII

# As Forças Armadas e a Defesa Nacional, da elaboração à aplicação da Constituição de 1988<sup>1</sup>

### **1. O debate sobre os militares: os conceitos e as posições**

Na esquerda, e de modo geral, na opinião democrática brasileira (aí incluídos os “liberais sociais”) são freqüentes as atitudes passivamente defensivas face à corporação militar. Tais atitudes exprimem-se de várias maneiras, servindo-se, conforme as circunstâncias e os valores ético-políticos de cada qual, de uma gama de argumentos que vai da apologia da covardia (não se pode adotar nenhuma medida que aborreça os militares, porque senão eles dão o golpe) ao ato de fé pacifista, que, embora eticamente respeitável, nunca evitou guerra nenhuma, nem obrigou casta militar alguma a respeitar quem estava desarmado. De modo geral, consideramos como politicamente passivas (e portanto, conformistas) todas as tomadas de posição em face das Forças Armadas que não enfrentam a questão de sua função social. Não se trata aqui, evidentemente, de desenvolver e aprofundar teoricamente esta questão, mas de utilizar criticamente a elaboração teórica disponível no acervo intelectual e político dos movimentos

---

<sup>1</sup> Os quatro primeiros tópicos deste capítulo foram originalmente publicados, como artigo, em *Novos Rumos*. Modificámos-los ligeiramente para poupar ao leitor repetições. Há também evidentes acréscimos redigidos em 1998 por ocasião da revisão do texto.

democráticos e socialistas de nossa época. A característica essencial das Forças Armadas em nossa época é a burocratização de seus quadros permanentes, notadamente da oficialidade. O militar é um *funcionário do Estado*. A burocratização da função militar constitui portanto um aspecto parcial do fenômeno histórico mais amplo *da burocratização do Estado* enquanto condensação do poder político num aparelho de controle e de dominação da sociedade. Tanto os meios socialmente organizados da coerção e da violência armada quanto aqueles consagrados à gestão dos assuntos públicos constituem atividade especializada de corpos de funcionários separados da sociedade e subordinados ao comando centralizado do Estado.

Exigência do desenvolvimento histórico do capitalismo em escala planetária, a burocratização do poder político e portanto a separação orgânica entre o Estado e a sociedade constitui o dado objetivo fundamental a ser levado em conta na determinação da função social das Forças Armadas. É extremamente significativo que dois dos mais importantes teóricos políticos do primeiro quarto do século XX, Lênin e Max Weber, embora situados em pólos opostos do espectro ideológico, tenham, cada um de seu lado, apontado no monopólio dos meios organizados da coerção armada o traço essencial do Estado: não há Estado onde falta um corpo especial de funcionários armados.

A questão da função social das Forças Armadas é pois um aspecto – essencial – da questão da função social do Estado. Até este ponto vai a convergência entre Lênin e Max Weber, vale dizer entre as duas maiores expressões teóricas respectivas do pensamento revolucionário e do pensamento conservador de nossa época, o marxismo e a “Sociologia Compreensiva”. Quando passamos, no entanto, da constatação “anatômica” de que a corporação militar constitui a musculatura da corporação estatal, à *interpretação* do significado social do

Estado, surgem imediatamente as divergências. A mais frontal contrapõe a concepção burguesa da neutralidade social do aparelho estatal à concepção marxista do *caráter de classe* do Estado. O esclarecimento das consequências políticas destas posições antagônicas é decisivo para a análise das funções sociais das Forças Armadas. Para não alongarmos demais estas considerações teóricas preliminares, examinaremos quatro posições políticas principais sobre a questão, que poderíamos esquematicamente classificar como respectivamente de direita, de centro-direita, de centro-esquerda e de esquerda.

À direita situam-se os que vêm no Estado a força de coerção e o princípio de estabilidade da ordem social. A concepção específica da função militar que decorre desta concepção genérica do Estado consiste evidentemente na valorização do militarismo, no culto à hierarquia e à disciplina mecânica. A direita neoliberal, herdeira da velha direita ditatorial e pró-imperialista, hoje esconde suas idéias perversas: nem mesmo os reacionários mais doentios, os Roberto Campos e congêneres ousariam confessar que para eles o Exército serve exclusivamente para reprimir agitações e mobilizações populares.

No centro-direita configura-se a concepção liberal do Estado, simpaticamente apresentada por seus defensores como opção pela “sociedade civil”, contra o Estado. Como se sabe, entretanto, a “sociedade civil” que os liberais defendem é menos simpática: sob o verniz do apego às liberdades individuais e públicas defendem, na realidade, a ordem social fundada no poder do dinheiro, por eles poeticamente chamada de “livre iniciativa”. A neutralidade do Estado (e de sua burocracia armada) significa tão somente, nesta perspectiva, que esta ordem social é intocável e que cabe aos militares defendê-la do mesmo modo como cabe aos bombeiros apagar incêndios e aos policiais prender os criminosos. Quanto ao “anti-estatismo” dos liberais, consiste justamente em *reduzir* a ação do Estado à defesa das “leis do

mercado” e do poder do dinheiro. Sem dúvida, convergem com os democratas na preocupação de impedir que o Estado se *autonomize*, isto é, escape ao controle da sociedade civil, entendamos, burguesa. Por isso divergem frontalmente do ideário democrático nas funções que atribuem ao Estado, reduzindo-as, no essencial, à gestão dos meios administrativos e coercitivos necessários à manutenção da ordem capitalista, conforme ao princípio vulgarmente darwiniano de que quem pode mais chora menos. (A isso se resume a sabedoria de um Roberto Campos e congêneres). Por isso, o “anti-estatismo” liberal se dirige contra as funções econômicas e os serviços públicos de interesse social exercidos pelo Estado não somente, como é óbvio, nos países socialistas, mas mesmo nos países ditos de “capitalismo de bem-estar”. Por paradoxal que pareça aos menos avisados, o Estado liberal é um Estado militar policial, não no sentido do terrorismo fascista, evidentemente, mas exatamente como formulamos acima, no sentido de reduzir as funções da máquina estatal à manutenção da ordem, cabendo ao “poder civil” (isto é, ao poder político dos representantes do capital) o controle destas funções (dos instrumentos coercitivos da ordem). Tal foi a posição dos liberais do “Centrão” no Congresso Constituinte (Fiuza, Cardoso Alves, Afif Domingos, etc.): subordinar a força das armas ao poder do dinheiro.

No centro-esquerda a concepção politicamente mais articulada sobre o Estado, sustentada historicamente pelas forças social-democratas européias é a que preconiza a possibilidade de *neutralizar* socialmente o poder político através de reformas democráticas conquistadas pelos sindicatos e partidos operários. As Forças Armadas não caberiam funções “internas” de repressão de greves e outras manifestações dos trabalhadores mas, essencialmente, a função externa da defesa nacional. Este Estado “de bem-estar”, no qual as massas operárias e democráticas teriam imposto ao poder do dinheiro uma

correlação social de forças que lhes asseguraria acesso efetivo aos direitos da cidadania democrática, deixaria de ser um instrumento de dominação de classe dos capitalistas para tornar-se um sistema de serviços públicos.

Na esquerda, a mais importante concepção do Estado é sem dúvida a marxista, particularmente tal como foi desenvolvida por Lênin. Ela sustenta que a organização estatal que serve à dominação de classe da burguesia não pode ser socialmente neutralizada pela classe operária, mas deve ser suprimida para que em seu lugar o proletariado instaure sua própria organização estatal. A supressão revolucionária do Estado capitalista (e de suas respectivas forças militares e policiais) é necessária porque o Estado *não é* um instrumento neutro, que possa ser utilizado por qualquer classe social, mas a cada dominação de classe (aristocrática, burguesa, proletária) corresponde um tipo determinado de Estado e de organização militar. Todas as revoluções sociais da História confirmaram esta tese.

## 2. A tutela militar e o processo constituinte

Em toda parte onde há uma ditadura militar, o objetivo dos democratas é derrubá-la. No Brasil, como resultado histórico da política de “normalização institucional” levada adiante pelo general Geisel, as Forças Armadas preservaram sua *autonomia corporativa* (sua posição de “Estado dentro do Estado”) e, por conseguinte, sua capacidade de intervir na cena política e de reprimir os movimentos sociais, como o vem fazendo ao longo da auto-intitulada “Nova República”. Nesta medida a “abertura” de Geisel constituiu uma manobra bem sucedida: abandonando o controle ostensivo do poder político, recuaram para preservar o essencial. Passaram da ditadura (da *Velha República*, como dizem os tartufos da Rede Globo) à “Nova República” sem sofrer,

enquanto corporação, nenhuma derrota política de envergadura. Sofreu-a o PDS ao votar contra as eleições diretas, exigidas nas grandes jornadas cívicas de janeiro-abril 1984 por milhões de cidadãos mobilizados nas mais amplas manifestações de nossa história política. Mas o acerto de cúpula entre os chefes da aliança PMDB-PFL e os chefes militares dispostos a garantir a posse de Tancredo Neves permitiu a estes aparecer como co-patronos da "Nova República" e desfrutar de todas as vantagens políticas e corporativas daí resultantes.

A instauração do Congresso Constituinte abriu a possibilidade de que a posição de "Estado dentro do Estado" assumida pelas Forças Armadas ao longo do último meio século, bem como o caráter anti-sindical e anti-popular de suas "intervenções internas" fossem postos fora da lei. O texto sobre as funções dos militares proposto pelo ante-projeto da Comissão Arinos dava um passo importante nesta direção, ao concentrá-las na defesa nacional, isto é, na defesa da soberania, independência e integridade territorial do país, admitindo como função "interna" exclusivamente a defesa dos poderes constitucionais. Desde o início dos trabalhos do Congresso Constituinte, no entanto, o PFL e o PMDB adotaram uma atitude capitulacionista em face das exigências da cúpula militar, que recusou frontalmente o texto do ante-projeto Arinos. Designaram, para representá-los na Comissão incumbida de tratar a questão das Forças Armadas, respectivamente os senhores Fiuza e Prisco Vianna, cuja trajetória reacionária é suficientemente conhecida para dispensar apresentações. Confiar a estes turvos personagens a defesa do ponto de vista democrático é como confiar a um bode a defesa da horta.

O Exército distribuiu, no início de abril de 1987, quando estavam sendo elaborados, pelas comissões especializadas do Congresso, os textos que depois seriam sistematizados no Projeto Cabral, um documento de circulação restrita intitulado "Destinação constitucio-

nal das Forças Armadas Brasileiras". Relativamente ao texto constitucional ainda em vigor (o da Carta outorgada em 1969 pela junta militar cripto-fascista que havia ocupado o poder em mais um dos "golpes no golpe" desferidos à sombra do Al-5), o mencionado documento propôs três modificações que, sem tocar nos fundamentos da posição de "Estado dentro do Estado" ocupada pela corporação militar, suprimiam-lhe os aspectos mais acintosamente anti-democráticos.

Duas destas modificações alteravam dispositivos ultra-reacionários introduzidos pela junta de 1969, que não figuravam, portanto, nos textos constitucionais anteriores, nem mesmo na Carta, também militarmente outorgada, de 1967: (1) a fórmula que caracterizava as Forças Armadas como "essenciais à execução da política de segurança nacional" foi suprimida no texto proposto pelo Exército ao Congresso Constituinte e (2) aquela que atribuía às Forças Armadas a missão de garantir "os poderes constituídos" (os poderes de fato, a começar, evidentemente, pelo próprio poder militar que, assim, garantia-se a si próprio) foi substituída, na proposta do Exército pela expressão (consagrada nos textos constitucionais anteriores ao de 1969) "poderes constitucionais".

A terceira modificação incluída na proposta do Exército vai mais longe. Não se contenta em expurgar as fórmulas cripto-fascistas de 1969, já que elimina a chamada cláusula da obediência relativa, que apareceu pela primeira vez na Constituição de 1891. Segundo esta cláusula, as Forças Armadas só devem obediência à autoridade governamental "dentro dos limites da lei". Ficavam assim constitucionalmente investidas da faculdade de apreciar a legalidade de uma ordem do governo e, portanto, de desobedecê-la se a julgassem ilegal. Vale dizer, assumiam função própria de um Tribunal Constitucional.

Embora não sejam insignificantes, estas três concessões da cúpula do Exército à "transição democrática" são claramente insuficientes

para que os militares se tornem funcionários do Estado como outros quaisquer e para que as Forças Armadas se convertam naquilo que devem ser numa democracia: o braço armado da soberania popular. É evidente, com efeito, que para coibir, no plano constitucional e legal, a tradição golpista dos militares brasileiros seria preciso, pelo menos: (a) reduzir suas funções no plano da chamada "segurança interna" à defesa dos poderes constitucionais e (b) conferir ao Congresso poderes de controle sobre a designação dos generais, como ocorre, por exemplo, com a dos embaixadores, sobre a fixação dos efetivos, das despesas e das orientações estratégicas das Forças Armadas. Obviamente, num país onde a mentalidade corporatista é tão arraigada (e não apenas entre os militares), não partiria jamais dos membros de uma corporação fechada, hierárquica e burocraticamente centralizada como o é a das Armas, qualquer iniciativa tendente a limitar o poder de sua própria corporação. Pensar o contrário seria como pedir água à pedra. Era portanto indispensável que as duas mencionadas medidas fossem *impostas* aos militares por uma firme vontade política de banir o golpismo de nossos costumes nacionais. É o que tem tentado, embora com recuos e hesitações, o liberal Raul Alfonsin na Argentina. Em vez disso, nossos "liberais" (no caso os já citados Fiúza e Prisco Viana) já haviam feito prevalecer o ponto de vista da cúpula militar no Projeto Cabral, como foi assinalado acima.

### **3. A capitulação do Congresso Constituinte**

O texto aprovado a 12 de abril de 1988 pelo Congresso Constituinte, substancialmente idêntico ao do Projeto Cabral, atende no essencial às exigências da cúpula militar, com apenas duas diferenças que merecem registro. Primeiramente, no documento apresentado pelo Exército, as funções internas das Forças Armadas deviam consis-

tir na “garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem” dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem”. Talvez a intenção, bem no espírito da ética de ameba que se tornou característica do PMDB, tenha sido de tirar, com a mão esquerda, um pouquinho daquilo que com a mão direita havia sido concedido às exigências militares. Neste mesmo artigo 166 da nova Constituição, afirma-se, de um lado, que as Forças Armadas estão, “sob a autoridade suprema do presidente da República”, como o pretendiam os militares (empenhados em não se subordinar politicamente ao Congresso) e, de outro lado, que qualquer dos três poderes constitucionais dispõe de “iniciativa” para mobilizá-las na garantia “da lei e da ordem”. É evidente que em caso de conflito entre os poderes civis (entre o Presidente e o Congresso ou entre o Presidente e o Judiciário, como tem ocorrido freqüentemente), os militares estarão constitucionalmente investidos da responsabilidade de escolher arbitrariamente a qual deles obedecerão e, portanto, a qual deles desobedecerão. A porta permanece, pois, escancarada para o uso do “argumento da força”. A esperteza dos constituintes ameaça redundar num tiro pela culatra. A segunda diferença digna de registro é que a subordinação das Polícias Militares aos governadores (artigo 170, I V, 4) constitui um pequeno passo adiante no sentido de limitar o monopólio das Forças Armadas sobre o aparelho coercitivo e de restabelecer a autonomia estadual no âmbito da Federação.

As responsabilidades por esta capitulação quase completa do Congresso Constituinte, que traiu as esperanças de libertar a cidadania da longa e pesada hipoteca do golpismo militar, cabem aos pretensos liberais do PFL e do PMDB, que se mostraram, nesta como em outras questões, totalmente inconsequentes com sua retórica civilista. Na verdade, confirmaram, uma vez mais, seu rasteiro fisiologismo, seu caráter interesseiro, incapaz de levar a sério os valores e os ideais

políticos que eles próprios apregoam. Capitularam tranqüilamente no plano dos princípios, já que os princípios que de fato respeitam são a esperteza e a vantagem individual. Politicamente, no entanto, podem considerar-se satisfeitos. Num país de tão profundas e potencialmente explosivas desigualdades sociais como o Brasil, a tutela militar sobre a "ordem" (urutus nas fábricas, repressão militar de manifestações populares, inclusive a odiosa operação contra os movimentos negros nas vésperas do 13 de Maio) ajuda os liberais anti-autoritários e anti-estatizantes do Centrão e da UDR a dormir mais tranqüilos<sup>2</sup>.

Cabe acrescentar que tampouco os "liberais avançados" hoje dissidentes do PMDB (Covas, F.H. Cardoso e consortes) deram provas de fidelidade aos princípios nesta questão. Invocaram o "argumento da força" (perigo de golpe) para votar contra a anistia plena aos militares punidos em 1964 por terem se recusado a participar da quartelada de 31 de março. F.H. Cardoso, claudicando em suas recentes convicções religiosas (descobrira Deus ao constatar que a exploração

<sup>2</sup> Dentre as manifestações da mobilização dos jornalistas e outros "comunicadores" a favor do "Centrão" está o editorial "A Nação em sandálias", do pluminívo José Nêumanne Pinto, publicado no *Jornal da Tarde* de 10 de dezembro de 1987. "A ultra-esquerda, conduzida pelo líder da maioria (PMDB), senador Mário Covas, cometeu um erro elementar de avaliação, que pode custar grandes dificuldades na elaboração do texto da Constituição pelo plenário: pensou que poderia vencer sozinha, sem o apoio da maioria moderada, a batalha pela fixação de certos dispositivos constitucionais". Situar Covas na "ultra-esquerda", mais do que provocação tola, é um reflexo policialesco. Todo mundo sabe como era tratada a "ultra-esquerda" até data recente em nosso país. Enquanto análise das posições políticas do então líder da maioria peemedebista, a fórmula do editorialista dá a medida da indigência intelectual da grande imprensa. Anos depois, governador do Estado de São Paulo, Covas adotou métodos, critérios e orientações tão privatizantes quanto o de qualquer outro neoliberal. Um de seus coadjuvantes, o secretário da Fazenda Yoshiaki Nakano (oriundo, como Bresser Pereira, pensador de plantão do neoliberalismo, do grupo Pão de Açúcar, propriedade do magnata do comércio A. Diniz) investiu não somente contra as Universidades públicas, mas também contra a FAPESP, pretendendo despojá-la de seus fundos (nota de junho de 1998).

eleitoral de sua pouca fé, durante a disputa da Prefeitura de São Paulo em 1985, contribuirá para ser derrotado por Jânio Quadros), declarou, ao ser interrogado por jornalistas sobre a questão da anistia, “que nem Deus sabe qual será a solução” (*Folha de São Paulo* de 25-8-1987). Esta negação da omnisciência divina, que expressou recaída momentânea no agnosticismo<sup>3</sup>, explica-se por seu pragmatismo: terá considerado que Deus está longe, mas os militares estão perto. O mesmo argumento seria utilizado pela direita liberal para conceder um ano de mandato suplementar a Sarney. “Era cinco anos ou golpe”, repetiria em sucessivas declarações à imprensa em março e abril de 1988 o milionário suprapartidário Antonio Ermírio de Moraes, cuja candidatura ao governo estadual de São Paulo em 1986 havia sido discretamente apoiada pelos “cardosistas”...<sup>4</sup>.

<sup>3</sup>Deus passou a preocupar o futuro Presidente da República em 1985, quando disputou a Prefeitura de São Paulo. Transcrevemos no capítulo IX o diálogo que então travou com o reacionário de choque Boris Casoy a propósito de suas convicções teológicas.

<sup>4</sup> Cf. por exemplo nota editorial de *O Estado de São Paulo* de 24-3-1988 (que se refere à “declaração preocupante do general Carlos Olavo Guimarães, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, sobre a certeza de uma intervenção militar na hipótese de se votar os quatro anos”), a de 4-4-1988 (que refere a fórmula “Era cinco anos ou golpe”) e o discurso do magnata do cimento na Associação Comercial do Rio de Janeiro. “Se a Constituinte votasse os quatro anos, haveria intervenção militar” (*O Estado de São Paulo* de 6-4-88). Com a suficiência que lhe assegura a condição de dono do grupo Votorantim e portanto o controle do cimento, cloro e outros produtos cartelizados, diagnosticou, na mesma ocasião, a crise brasileira como “de natureza moral”. Não sem razão: poucas imoralidades são tão frequentes no Brasil quanto a sonegação de impostos por parte dos capitalistas milionários. Instado pelos bajuladores de plantão a confirmar sua candidatura à Presidência, o festejado plutocrata, em arrobo cívico, admitiu indiretamente a hipótese: “Qual é o brasileiro que, amanhã, não estaria disposto a fazer um sacrifício pela sua terra?” (loc. cit.).

#### 4. Objetivos da luta pelo controle democrático das Forças Armadas

O objetivo básico das forças democráticas de nosso país na esfera militar continua sendo, portanto, aquele diante do qual capitularam os liberais do Centrão e adjacências (entendamos, da direita e da extrema-direita): suprimir *em sua raiz político-institucional* a tutela militar sobre a sociedade, suprimindo a *autonomia corporativa* das Forças Armadas, de maneira a que deixem de funcionar como um Estado dentro do Estado para se transformar num serviço de defesa nacional. Três linhas de ação principais se oferecem, neste rumo, ao combate dos democratas brasileiros:

- 1) No plano ético-cívico, considerando-se sobretudo que as Forças Armadas destinam-se à “garantia da lei”, deve-se exigir a apuração e consequente punição dos crimes cometidos por militares; considerando-se também que aqueles crimes cometidos depois da lei da anistia de 1979, entre os quais o atentado do Rio-Centro, para mencionar apenas o mais escandaloso, só não foram apurados por causa da grotesca farsa judiciária que os encobriu, os democratas não podem ter “memória curta”: cabe-lhes empregar com tenacidade todos os meios legítimos para exigir que a lei se cumpra.
- 2) No plano político cumpre empenhar-se a fundo no debate sobre a presença brasileira na cena internacional. Até agora a esquerda se contentou com posições de princípio, alguma das quais francamente ingênuas. É tempo de realizar o esforço necessário à elaboração das diretrizes e bases da política externa de um Brasil democrático. À luz de tais critérios (que obviamente só serão credíveis se elaborados com rigorosa objetividade e não como meros atos de fé) redefinir-se-á a *política de defesa nacional* e portanto a organização, preparo e emprego dos *meios armados* necessários à sua realização. (Note-se que o parágrafo 1º do artigo 166 da nova Constituição

prevê uma lei complementar para essa redefinição. Mesmo no plano legal, portanto, a questão é de atualidade). Redefinição tanto mais urgente que o plano chamado FT-90 que “moderniza” o Exército conservando e exacerbando suas “funções” de ocupação do território nacional está sendo executado desde 1986, à revelia dos cidadãos, mas com a cumplicidade do governo Sarney...<sup>5</sup>

- 3) No plano institucional, o esforço dos partidos democráticos e de esquerda em geral deve se concentrar na criação do Ministério da Defesa no lugar dos atuais ministérios militares. Há atualmente seis ministérios e sete funções ministeriais sob monopólio militar: os ministérios das três Armas, o do estado-maior, o SNI, a Casa Militar da Presidência cujo titular acumula a função de secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. Três destes ministérios devem ser suprimidos:
  - (3.1) Se a própria necessidade do SNI num Estado democrático é discutível, exigindo, no mínimo, um debate público e profundo sobre a natureza dos “serviços de inteligência” a serem prestados por tal órgão, nada, salvo a mentalidade policial das detentores do poder justifica que se lhe confira nível de Ministério.
  - (3.2) Tampouco se justifica que a chefia da Casa Militar da Presidência tenha aquele nível, já que se trata de mera assessoria palaciana. Menos ainda se justifica que este assessor presidencial exerça automaticamente o cargo de secretário do CSN.
  - (3.3) O estado-maior das Forças Armadas deveria ser o órgão técnico de mais alto escalão do Ministério da Defesa. Sua condição de ministério ao lado dos ministérios das três Armas só se explica pela vontade de criar uma vaga de ministro

<sup>5</sup> Sobre o FT-90 vale a pena consultar a matéria do *Jornal do Brasil* de 7-9-1987.

a mais para os generais. Reservadamente, aliás, altos escalões militares reconhecem que o EMFA é um ministério com funções meramente decorativas, tais como enviar à TV anúncios de propaganda do recrutamento militar. Quanto aos ministérios das três Armas, devem ser absorvidos pelo Ministério da Defesa, conforme as considerações que seguem:

- (3.4) A parte propriamente militar das atribuições dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica é muito menor do que se pensa. As atribuições civis de um e de outro podem ser mantidas sob responsabilidade de ministérios autônomos sempre que se reconheça o óbvio, isto é, que os transportes aéreos e marítimos, a gestão de aeroportos e de portos, a construção aeronáutica e naval etc. são atividades *civis*, sendo intolerável o costume de torná-las monopólio ministerial de militares.
- (3.5) A questão decisiva, no entanto, não é a quantidade dos ministérios ocupados por militares, mas o significado político-institucional da presença militar no governo. A autonomia corporativa dos militares se apoia no caráter assumido pela participação no governo de seus respectivos ministérios. Exército, Marinha e Aeronáuticas se fazem representar no governo através de seus ministros em vez do governo dirigir-las através dos seus representantes. Os ministros militares são hoje, como têm sido pelo menos ao longo de meio século, muito mais os delegados de suas Armas respectivas junto ao governo do que os delegados do governo junto às suas Armas. Compreende-se assim a tenaz resistência das cúpulas militares à criação do Ministério da Defesa. Não querem que os meios bélicos de que dispõe o país sejam geridos por uma instância ministerial definida por seus fins (defesa nacional), como ocorre com os demais ministérios (educação, saúde,

transportes, etc.). Querem continuar presentes no governo enquanto representantes das corporações estatais detentoras dos meios (terrestres, anfíbios, navais, aéreos ou quaisquer outros que a aplicação perversa da ciência e da tecnologia na produção de meios de destruição venham a inventar) que deveriam estar estritamente subordinados aos fins políticos legitimamente definidos pelos mandatários do voto popular. Querem portanto preservar a autonomia corporativa que lhes permite utilizar os meios de que são detentores em vista de fins próprios. O Ministro da Defesa, num Estado democrático, aplica a política do governo de que faz parte, o qual, por sua vez, recebeu da cidadania o mandato para aplicá-la. Ao passo que na *Nova República* de Sarney e da Rede Globo os ministros das três Armas, como também os outros três ministros militares, são os mediadores, no governo, das corporações a que pertencem. Esta segmentação corporatista do Executivo leva a flagrantes contradições, como a que opõe a orientação anti-blocos do Itamaraty à orientação pró-americana das cúpulas militares. A democracia não poderá conviver com tais distorções.

## 5. A profissão militar e o poder de Estado: notas teóricas

O significado político da polarização do debate sobre as funções constitucionais das Forças Armadas em torno da questão das “funções internas” é claro. Insistem nas “funções internas” os que pretendem preservar a utilização dos militares na repressão dos movimentos sociais. Insistem na dedicação exclusiva dos militares à defesa nacional aqueles que pretendem pôr fim à tradição intervencionista das Forças Armadas na política nacional.

Colocado nestes termos, o debate versa mais sobre as funções que os militares não devem exercer do que sobre as que devem exercer. Mais exatamente, embora os partidários das “funções internas” pareçam estar respondendo de maneira duplamente positiva à questão das atribuições constitucionais das Forças Armadas, o que pretendem efetivamente é restringi-la a funções internas de caráter predominantemente policial e com objetivo de repressão da contestação à “ordem” social. Nisso estão pensando quando falam em “segurança nacional”. Quanto às “funções” externas, preocupam-se com elas tanto quanto com o sexo dos anjos. Há exceções, sem dúvida, isto é, há partidários da manutenção das “funções internas” que também se preocupam com a defesa nacional, com os meios de afirmação da soberania nacional na cena internacional. Quase todos, entretanto, partilham da idéia de que os inimigos do Brasil são os mesmos que os dos Estados Unidos e de que, portanto, a “defesa nacional” brasileira consiste em se colocar sob um cantinho do guarda-chuva imperial. Em síntese: consideram não haver “funções externas”.

Tampouco os partidários da “função externa” tinham a oferecer propostas concretas e coerentes de defesa nacional. Davam a impressão, no mais das vezes, de que preconizavam a dedicação exclusiva dos militares a assuntos externos apenas para afastá-los tanto quanto possível dos assuntos internos... Resumindo: nem os que queriam empregar os militares como super-pólicia sócio-política, nem os que queriam vedar tal emprego, tinham uma proposta clara a respeito das funções propriamente militares, isto é, bélicas, dos militares. Ninguém examinou seriamente, no Congresso Constituinte, a delicadíssima, mas fundamental questão: afinal, para que servem os militares, qual a natureza do serviço público que devem prestar os funcionários fardados?

A questão apareceu, é verdade, nas discussões paralelas que acompanharam o processo constituinte. Em seminários realizados com

a participação de oficiais da cúpula da Marinha e da Aeronáutica houve um certo consenso em que a reelaboração da doutrina militar brasileira à luz das exigências da evolução democrática pressupunha uma reflexão em profundidade sobre a razão de ser das Forças Armadas. Obviamente, a resposta, em princípio positiva, estava implícita em tal questionamento. A possibilidade de suprimir as Forças Armadas, como a dúvida cartesiana, serviu apenas de método para encontrar uma razão justificando inquestionavelmente a necessidade de mantê-las. A busca de tal razão inquestionável acabou girando em círculo vicioso. Com efeito, à exceção dos pacifistas incondicionais, o único motivo consensualmente aceito para a manutenção das Forças Armadas foi a defesa da soberania nacional na cena internacional. Um país desarmado num planeta armado é forte candidato a se tornar um protetorado. Na falta, entretanto, de um mínimo de clareza sobre as virtuais ameaças à nossa soberania, o consenso sobre a "função externa" tendia a tornar-se uma forma sem conteúdo.

Na verdade nem os seminários organizados por ou com participação de chefes militares da Marinha e da Aeronáutica (os do Exército mostraram-se menos dispostos a debater estas e outras questões fora de sua instituição), nem a própria Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, dita Comissão Arinos, encarregada por Sarney em 1985 de elaborar um ante-projeto de Constituição, nem quaisquer outros círculos envolvidos no debate sobre a destinação constitucional das Forças Armadas, levaram até o fim a tese da dedicação exclusiva dos militares à defesa nacional. A própria proposta inicial da Comissão Arinos, divulgada em junho de 1986, cuja definição da função militar suscitou forte hostilidade por parte dos que consideravam intocável a situação institucional das Forças Armadas, atribuía-lhes uma função interna, a defesa dos poderes constitucionais.

Não sem razão, de resto. Afinal, mesmo as Forças Armadas das grandes potências, efetivamente voltadas, enquanto fatores de poder na cena planetária, para a perspectiva da guerra, ou pelo menos para a manutenção de uma correlação militar de forças favorável a seus interesses internacionais, não exercem funções pura e exclusivamente externas. Por sua simples existência, as colossais máquinas de guerra de que dispõem aquelas potências constituem, virtualmente ao menos, um fator interno de poder. Afinal, são órgãos do Estado, o qual, enquanto tal, não tem funções internas ou externas. É relativamente a ele, com efeito, que se definem o “dentro” e o “fora” de seu território.

Pode-se objetar que a consideração vale para o Estado enquanto princípio de centralização do poder político, vale dizer, enquanto expressão institucional de uma coletividade soberana, mas não para seus órgãos especializados, que justamente por serem tais, são voltados ou para funções internas ou para funções externas (diplomacia, comércio exterior, etc.). A dificuldade, entretanto, está em saber se a organização dos meios humanos e materiais da coerção e da violência armada configura apenas um órgão estatal especializado, entre muitos outros, ou se, como pretendem teorias sociais ideologicamente tão disparem como a marxista de um lado e a weberiana, de outro, constitui atributo essencial do Estado. Hobbes, bem antes de Marx e de Weber e Maquiavel, bem antes de Hobbes, já haviam enfatizado, cada qual com seus próprios critérios teóricos, o caráter decisivo da força enquanto componente essencial do poder de Estado.

Poder-se-á replicar que o gládio de Hobbes designa o braço secular da lei e portanto muito mais uma função policial do que militar. Não nos parece entretanto que convenha interpretar em sentido puramente metafórico a célebre fórmula da “guerra de todos contra todos”. Como se sabe, a experiência dos horrores da guerra civil constituiu o mais forte estímulo psicológico para a elaboração do Leviatã. A instituição do Estado, para Hobbes, decorre da necessidade

viciata. A instituição do Estado, para Hobbes, decorre da necessidade de concentrar num organismo separado as forças dispersas que os homens, em sua condição natural, empregam uns contra os outros. Quer esta força concentrada se empregue para impor as leis no interior da sociedade, quer para opor resistência a agressões externas, ela não deixa de ser, quanto a seu princípio, a *mesma* força, vale dizer o *braço armado* do Estado.

A convergência, neste aspecto, da caracterização do Estado efetuada, em datas muito próximas, por Lênin e Max Weber, é tanto mais notável se levarmos em conta as frontais discrepâncias de seus respectivos pressupostos teóricos e posições políticas. A fórmula definitória do dirigente marxista russo (o Estado é essencialmente força coatora organizada, “destacamento especial de homens armados separados da sociedade”) e a do professor conservador alemão (“monopólio legítimo da coação física para manutenção da ordem vigente”)<sup>6</sup> apresentam, com efeito, manifesta proximidade. A diferença, sem dúvida profunda, consiste em que para Lênin (como para Marx e Engels), a violência como meio está articulada com a função do Estado, que é a dominação de classe, enquanto para Max Weber, os fins do Estado, bem como das “associações políticas” em geral, são praticamente ilimitados<sup>7</sup>. A idéia de que os fins do Estado são indeterminados corresponde aos pressupostos positivistas da sociologia compreensiva weberiana, notadamente ao privilégio que ela confere à racionalidade instrumental e portanto à recusa em buscar, mais além da multiplici-

<sup>6</sup> Cf. Max Weber, *Economía y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, pp.43-44.

<sup>7</sup> Cf. ib., p.44: dos abastecimentos à arte, “não há finalidade alguma que não tenha ocasionalmente sido assumida pelas associações políticas”, nem, por outro lado, “nenhum fim [...] que *todas* essas associações tenham perseguido”. “Por isso, só se pode definir o caráter político de uma associação pelo *meio* (erigido em determinadas circunstâncias em fim em si) que sem lhe ser exclusivo é certamente específico e *indispensável* à sua essência: a coação física”.

dade dos fins subjetivos perseguidos pelos agentes do poder estatal, hipóteses que permitissem aprofundar a questão sobre a natureza do Estado. Weber porém não restringe inteiramente a investigação sociológica ao *meio específico* da política e do Estado, a saber, a “coação física”. Para distinguir a ação propriamente estatal da ação política em geral, apela para a finalidade do Estado, que detém o monopólio da força “para a manutenção da ordem vigente”. (Enquanto que a “associação política” que se opõe ao Estado pode ter como finalidade destruir a ordem vigente). Não é nosso intuito proceder aqui ao exame crítico da conceitualização weberiana, mas, salvo prova em contrário, sua definição do Estado, menos do que “tipológica”, parece-nos meramente nominal. Afinal, a expressão “ordem vigente” é extremamente fluida. Mesmo entendendo-a no sentido restrito de “ordem legal”, ela envolve, como não deixaria de reconhecer o próprio Weber, complexos processos de elaboração legislativa, de execução e de interpretação jurídica, que são ao menos potencialmente conflituais e correspondem sempre a interesses distintos quando não contrapostos.

Para nosso presente escopo bastará assumir a caracterização do Estado como força coatora, convergentemente enunciada por Lênin e Max Weber. Se a força é componente essencial do Estado e se a corporação militar é a instituição fundamental da força organizada do Estado, então impõe-se a conclusão: quaisquer que sejam as especificações funcionais da força estatal (militares, policiais, policial-militares, “de segurança”, etc.), bem como o modo de desempenhá-las (defendendo, atacando, reprimindo, intimidando, etc.) e a esfera geográfica em que atuem (interna, fronteiriça, externa), não há Estado sem organização militar.

Se estas considerações são justas, segue-se que em última análise a profissão militar é a principal expressão concreta da força coativa do Estado e por isso mesmo a mais evidente manifestação de que a reali-

dade efetiva do Estado é a força. Também em última análise, a pergunta: “para que servem as Forças Armadas?”, formulada apenas a título de dúvida metódica durante os debates sobre as funções constitucionais dos militares, é indissociável da pergunta: “para que serve o Estado?”.

## 6. O controle democrático das Forças Armadas: ilusões e imposturas

Certas correntes de esquerda de inspiração humanista, antimilitarista ou anarquista sustentam a necessidade de *democratizar as Forças Armadas*, entendendo este preceito no sentido da supressão de toda disciplina vertical e hierarquia funcional. Mesmo sob fogo inimigo, as decisões só deveriam, nesta ótica, ser tomadas após exaustiva discussão e segundo o princípio “um homem, um voto”. Durante a Guerra Civil espanhola, muitas unidades anarquistas em que prevalecia tal concepção abandonaram a linha de fogo em combates decisivos (na defesa de Madri, especialmente) por divergirem das ordens recebidas, ou simplesmente porque o instinto de conservação falou mais forte que o ardor antifascista.

Todo exército, salvo os de opereta, tem por missão lutar e vencer. A guerra é sempre atroz, a perspectiva de ser estraçalhado pelo fogo inimigo é sempre angustiosa, mas enquanto a Humanidade não ingressar na era da paz perpétua, enquanto a força continuar sendo a “ultima ratio” das relações sociais, renunciar ao princípio da defesa nacional é renunciar ao princípio da independência nacional.

Nenhum exército pode assegurar a defesa nacional se adotar critérios eleitorais e parlamentares de decisão. Pensar que um exército democrático deve adotar tais critérios é confundir hierarquia funcional e igualdade política. Aquela assegura a disciplina coletiva indispensável à

ação organizada (numa formação de combate, numa linha de montagem, num centro cirúrgico, numa sala de aula...); esta define a cidadania democrática. O objetivo essencial da *democratização* da organização militar é fazê-la cumprir, em qualquer situação, as tarefas que lhe forem determinadas pelos legítimos representantes do povo soberano: um exército democrático opera como *braço armado da soberania popular*.

Sem dúvida, o *modo* como se aplica a exigência militar da unidade de comando (portanto a hierarquia e a disciplina funcionais) no exército de um Estado democrático não pode ser o mesmo que o de uma milícia feudal, tropa colonial ou destacamento de mercenários. Nem tampouco a mentalidade de seus membros. Entretanto, por mais democráticos que sejam seus valores políticos e suas normas de organização, um exército é sempre (salvo, repitamos, os de opereta) uma máquina de destruição, cujo objetivo é aniquilar a vontade de combater dos inimigos atuais ou potenciais. Consideremos o exemplo mais importante, o das forças armadas do Império estadunidense, incontestavelmente as mais poderosas do planeta. Absorveram duravelmente a ideologia liberal, como comprova seu disciplinado respeito aos poderes constitucionais. A mentalidade liberal-democrática expressa-se também, no interior da corporação militar, no tratamento dispensado aos subordinados. Mesmo porque é próprio aos Estados e exércitos imperiais conferir a seus soldados e demais agentes privilégios materiais e funcionais contrastantes com a condição dos povos dominados. Como também concentrar os militares nas funções bélicas, deixando os trabalhos mais sujos a organismos de tipo policial, como a CIA. Foi com o mais do que ativo concurso desta central internacional de assassinatos que crápulas genocidas como Suharto na Indonésia, Pinochet no Chile e dezenas de outros foram colocados no poder. (Note-se porém que dificilmente se pode qualificar como limpo o furor com que descarregam sobre seus inimigos, no mais das vezes civis

desarmados, a fúria de seus meios de destruição, e o zelo com que exportam fascismo em larga escala onde e quando a democracia se torna instrumento de transformação social. Avaliado pelo critério estritamente objetivo do número de vítimas por unidade de tempo, o aparato bélico estadunidense detém o “record” absoluto do extermínio: em poucos minutos, quase duzentos mil mortos nos massacres atômicos de Hiroshima e Nagasaki. No Iraque, em 1991, os buldogues do Império agiram com mais moderação: trezentos mil mortos, mas em quase duas semanas de massacre pirotécnico).

Aqueles que na esquerda semeiam ilusões sobre o “valor universal da democracia” deveriam refrescar a memória à luz de tantos crimes contra a humanidade praticados pelo democrático Império estadunidense. Também se iludiram os que, em nome da “análise de classes” subestimaram o rolo compressor da disciplina e hierarquia militar. Recordo-me de discussões travadas entre 1970 e 1973 com amigos comunistas na França a respeito da possibilidade de um golpe militar no Chile de Allende e da Unidade Popular. A grande preocupação de meus interlocutores era saber se no Chile os soldados eram do “contingent” (=recrutas) ou profissionais. Na primeira hipótese, o golpe não seria possível: os filhos de operários e camponeses não iriam atirar em operários e camponeses. Atiraram em 1973. Mesmo porque se não atirassem seriam imediatamente transferidos, por Pinochet e seus asseclas, do pelotão de fuziladores para o paredão dos fuzilados.

Em abstrato, pode-se admitir uma força armada suficientemente legalista e profissional para respeitar, em qualquer circunstância, um governo democraticamente eleito. Quem se arriscaria porém a garantir que entre nós já foi atingido tal objetivo? Basta considerar o descarramento com que nas eleições presidenciais de 1989, bem como nas de 1994, enquanto Lula esteve à frente nas sondagens de intenção de voto, foi esgrimida a ameaça de que sua eventual vitória não seria

aceita pelas Forças Armadas, para desfazer-se da ilusão de que já raiou no horizonte o enterro do golpismo militar.

**CONSTITUINTE**  
**DEBATE** 36 NOV. 80

**A Comissão da Volks**

Pela Central Única • O Inter, Ontem e Hoje • Cristãos e Marxistas • Natalidade Planejada • O Anti-Socialismo • O Valor da Democracia • Transumanismo Democrático • O PCB e a Democracia

Revista *Debate*, nº 36, novembro de 1980.

Como veremos logo adiante, não foi necessária, entretanto, nenhuma perspectiva de vitória eleitoral da esquerda para que a cúpula militar oferecesse ao país sua peculiar hermenêutica das liberdades democráticas amparadas pela Constituição de 1988, entre as quais o direito de greve está (na teoria, mas nem tanto na prática) entre as mais expressivas, exatamente por incomodar os interesses estabelecidos. Não vai aqui nenhuma apologia ideológica do “grevismo” indiscriminado, mesmo porque também a direita recorre à greve para desestabilizar governos progressistas, como ocorreu no Chile em 1972-1973. Vai apenas a constatação de que a dupla Sarney/Leônidas regou com sangue operário a aurora da Constituição de 1988.

## **7. Da ofensiva anti-operária de Sarney e Leônidas à tragédia programada de Volta Redonda.**

No dia 1º de outubro de 1986, quando a opinião pública ainda não sabia que o Plano Cruzado tinha fracassado (Sarney e o PMDB esperavam as eleições de 15 de novembro, em que iriam obter votação maciça, para depois deixar “reajustar” os preços em níveis vertiginosos), uma simples ameaça de greve na Companhia Siderúrgica Nacional bastou para que as instalações do complexo siderúrgico de Volta Redonda fossem ocupadas por um batalhão de Infantaria Motorizada, enviado por ordem do general Leônidas Gonçalves. Não houve incidentes porque os operários recuaram. Não poderiam, entretanto, erigir o recuo em norma de ação, nem muito menos, renunciar ao direito de greve, tão duramente conquistado.

O objetivo de Sarney e Leônidas, porém, consistia em anular aquela conquista, ou, mais exatamente, conforme método habitual da direita liberal, em cercar o exercício do direito de greve de restrições suficientemente rígidas para torná-lo na prática inoperante, ao menos

nos setores-chave da indústria. A 12 de dezembro de 1986, já em plena explosão dos preços, o Exército respondeu a um apelo de greve geral programada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) com a ocupação de todos os estabelecimentos industriais importantes do setor estatal. Houve protestos dos partidos de esquerda, mas o PMDB caucionou de novo a intervenção militar contra a greve. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que antes de ingressar no governo Sarney exibia imagem de simpatia pela causa sindical, embrenhou-se em melíflua fraseologia tentando inutilmente conciliar a velha máscara progressista com sua presente condição. Além da retórica vazia do ministro do Trabalho, não faltaram nas manobras governamentais contra a greve de 12 de dezembro operações de intoxicação da opinião pública, como as “notícias” em velho estilo policialesco, complacentemente reproduzidas na imprensa. Assim, a *Folha de São Paulo* de 10 de dezembro publicou matéria assinada pela “Sucursal de Brasília” denunciando grupos de “extremistas infiltrados” no comando de greve que, no âmbito de uma “ação orquestrada” visando à “desestabilização do país”, estariam querendo “um cadáver”. Profecia fácil, considerando a truculência tradicional dos aparelhos repressivos. Como, entretanto, é muito difícil julgar as intenções alheias, isto é, decidir quem “queria” cadáveres, o critério objetivo consiste em saber quem agiu de maneira a produzir cadáveres: se os operários fazendo uso do direito de greve ou os que enviaram soldados armados até os dentes para reprimir grevistas.

O fato é que as intervenções anti-grevistas das Forças Armadas tornaram-se rotina em 1987. Por exemplo, a 7 de março os onze principais portos brasileiros foram ocupados por fuzileiros navais. O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia justificou a intervenção pelos “efeitos nocivos” da greve dos portuários iniciada a 28 de fevereiro. A 10 de março, o Exército ocupou dez refinarias de petróleo

numa “ação preventiva” para impedir uma greve que o general Leônidas Gonçalves reconheceu não apresentar caráter político. Com sua habitual desenvoltura no assunto, ele justificou a ação militar pelas eventuais “consequências econômico-sociais” do movimento grevista. Estava assim fixando uma linha de conduta que cedo ou tarde desembocaria em confronto sangrento. A capa da revista *Veja* de 18 de março de 1987 mostra sob o título “O aviso dos tanques” o general Leônidas em pose pinochetiana e mais ao fundo um tanque de guerra. O assunto é tratado no artigo “Sarney chama o Urutu”<sup>8</sup>, que oferece uma visão de conjunto das operações militares destinadas a quebrar a mobilização sindical, completando-a com uma análise da situação política nacional.

A mentalidade subjacente ao envolvimento sistemático dos militares na repressão do movimento operário foi explicitada alguns meses mais tarde pelo mesmo general Leônidas Gonçalves ao argumentar contra a proposta da semana de 40 horas, apresentada no Congresso Constituinte. “Um país como o nosso precisa de muito mais horas de trabalho”, declarou a *O Estado de São Paulo* (de 25 de junho de 1987). Escapou ao raciocínio sócio-econômico do general que a maneira mais útil de aumentar as horas trabalhadas seria empregar produtivamente os milhões de desempregados e sub-empregados vegetando à beira da miséria. Tampouco lhe ocorreu que com a redução da semana de trabalho a 40 horas, os operários ficariam em melhores condições físicas e

<sup>8</sup> Em sua sobriedade, linhas como as que seguem do referido artigo mostram através de quais mecanismos o Brasil se faz herdeiro do título que lhe conferiu o historiador Eric Hobsbawm: “monumento à desigualdade social”: “Urutu pesa 13 toneladas, tem 6 metros de comprimento e caminha numa velocidade que chega a 95 quilômetros por hora... Na semana passada, com seu canhão 90 milímetros e sua carcaça sombria, Urutu saiu dos quartéis, onde costuma ficar estacionado e começou a circular por diversas cidades do país. Às 13 horas da última terça-feira, um comboio de dez Urutu tomava a direção da refinaria Duque de Caxias...”. Treino da guerra de classes...

mentais para aumentar o rendimento de seu esforço produtivo, criando-se, ao mesmo tempo, novos empregos para absorver aqueles que não trabalham hora nenhuma, por não ter emprego. Evidentemente, o patronato dispunha, para tratar das questões sindicais, de porta-vozes menos canhestros do que o general Leônidas. Precisava deste para brandir não a força dos argumentos, mas o argumento da força. Dele se serviu, menos de quarenta dias após a promulgação da nova Constituição, na tragédia de Volta Redonda<sup>9</sup>.

A 10 de setembro de 1988, menos de um mês antes da promulgação da nova Constituição, um certo Aristóteles Drummond, cuja participação nas mais sombrias articulações que prepararam o golpe de 1964 está registrada no exaustivo estudo que lhe consagrou René Dreifuss<sup>10</sup>, publicou em *O Estado de São Paulo* um artigo intitulado, sem muita sutileza, “Há um tanque no fim do túnel”. O artigo não difere nem na paranóia anti-subversiva, nem no jargão policiaresco, das “advertências” dos porta-vozes dos DOI-CODI durante os tempos nefandos do Ato-5: “...muitos postos da administração pública foram ocupados por extremados e revanchistas que pretendiam implantar um clima sandinista no País”; para tanto, “as esquerdas”, jogando no “quanto pior, melhor”, empenhavam-se em “destruir o País, desorganizando a produção e agravando a questão social”. Felizmente, porém, erigindo-se em “Poder Moderador”, o presidente estava garantindo a “normalidade institucional”, as “atividades produtivas”, o “res-

<sup>9</sup> A expressão “A tragédia de Volta Redonda” está na capa de *Veja* 21 (46) de 16 de novembro de 1988.

<sup>10</sup> No livro *1964: A conquista do Estado*, Petrópolis, Vozes, 1981, pp.382-383. A. Drummond foi chefe do Grupo de Ação Patriótica (GAP), formado em 1962 por ativistas cripto-fascistas, apoiados pelos *Diários Associados* e *O Globo*, que dispensam comentários. Convocado pela Embaixada estadunidense, que apreciara seu zelo anticomunista, dela recebeu amplo apoio. “A CIA havia feito o contato e A. Drummond faria o resto”, comenta Dreifuss (ib.,p.382).

peito à livre iniciativa”, etc. Por isso, “a comunidade empresarial... onde repousam nossas maiores esperanças e perspectivas de superação da crise”, podia tranquilizar-se, mesmo porque, se necessário, “a presença das armas garantirá sempre a estabilidade do governo, em face das eventuais ações dos que desejam a anarquia e o caos”.

Há maneiras mais inteligentes de preconizar a aliança do poder do dinheiro com o poder das armas e o emprego das armas na repressão dos movimentos sociais. Mas a truculenta intervenção militar em Volta Redonda, dois meses após a publicação deste panfleto cripto-fascista, mostrou que o autor não estava falando sozinho nem inventando nada<sup>11</sup>.

Pelo menos desde o esmagamento do levante da Aliança Nacional Libertadora em 1935 o Exército vinha assumindo funções policiais, com intensidade variável. Atingiram máxima intensidade durante a ditadura militar, entre 1969 e 1973 principalmente, com a “guerra suja” para aniquilar a resistência armada da esquerda revolucionária. A violência repressiva exerceu-se quase sempre (salvo em 1968, quando a oposição ganhou as ruas na trilha aberta pela mobilização estudantil) em ambientes fechados e geralmente insonorizados. Mesmo os torturadores caracteriologicamente mais degenerados sabiam estar executando tarefa sórdida e repulsiva. Na “Nova República” de Sarney e Leônidas, festejada pelos tartufos e pelos tolos como democracia (quase) plena, a repressão readquiriu boa consciência, até por exercer-se com baixa intensidade. No mais das vezes, restringiu-se às ameaças, reiterada periodicamente pelos generais, de acertar contas com os “subversivos”.

<sup>11</sup> O mesmo Aristóteles de porta de quartel havia publicado a 15 de julho de 1988, sempre em *O Estado de São Paulo*, outra peça antológica de provocação cripto-fascista intitulada “Militares: a intervenção possível”.

A invasão pelas tropas de Leônidas do complexo siderúrgico de Volta Redonda na noite de 9 de novembro de 1988, rompeu o ciclo da repressão de baixa intensidade. As imagens registradas pelos cinegrafistas da televisão foram rápidas, fragmentárias, como são em geral as que fixam momentos fugidios de um confrontamento coletivo. Suficientemente nítidas, porém, tanto na dimensão visual quanto na sonora para que os telespectadores pudessem contemplar uma carga de infantaria com baionetas caladas e ouvir estampidos de tiros na noite mal iluminada.



**“Todos os outros foram mortos...”**

Afrique-Asie, n. 45, 10 de dezembro de 1973.

A operação militar começara no dia 8 de novembro, quando cerca de 3.000 soldados do Exército, além de agentes da Polícia Federal e forças da Polícia Militar do Rio de Janeiro ocuparam a cidade de Volta Redonda com o duplo objetivo de cercar os grevistas no interior do complexo siderúrgico e intimidar a população (ligada por múltiplos interesses e vínculos, inclusive familiares e afetivos, aos operários em

luta), dissuadindo-a de lhes prestar solidariedade. Não logrando atingir por sua mera presença o segundo objetivo, acentuaram a violência repressiva que culminou na sangrenta invasão. No saldo da operação, três operários mortos, algumas dezenas de feridos e uma abominável declaração do ministro da Justiça de então, Paulo Brossard, “justificando” a violência. Uma vez mais em nossa cinzenta história republicana, o “Estado de Direito” renascia sob o signo mesquinho, hipócrita e freqüentemente sanguinário, do liberalismo de periferia.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Não contentes de assassinar os três operários, os fascistas do Exército tentaram assassinar-lhes a memória. No dia 1º de maio de 1989 foi inaugurado em Volta Redonda um monumento aos mortos durante a covarde invasão do complexo siderúrgico. Vinte e quatro horas depois, o monumento estava destruído por uma explosão. O autor deste novo crime foi identificado: coronel, hoje general, Álvaro Pinheiro. Permanece totalmente impune. Foi até promovido. Maior recompensa obteve, dez anos mais tarde, o homem que comandou o massacre de 9 de novembro de 1989, general José Luís Lopes da Silva. Fernando II, ou FCH, acentuando o rumo sempre mais entreguista e reacionário de seu governo, após a tentativa frustrada de colocar um ex-torturador à testa da Polícia Federal, em 20 de outubro de 1999, conseguiu que o Senado aprovasse por larga maioria (41 votos contra 24) a nomeação do truculento general para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. Uma corte de exceção para o general da repressão! (Nota de outubro de 1999.)

# DEBATE

problemas  
da  
revolução  
brasileira

nº 8  
dez. 71

Revista Debate, nº 8, dezembro de 1971.

## Capítulo IX

### Imposturas neoliberais

#### 1. Liberalismo e fascismo: afinidades

Os politólogos liberais insistem nas semelhanças entre fascismo e comunismo. Um estudo histórico-estatístico mostraria certamente, porém, que a quantidade de liberais que aderiram ao fascismo é muito maior do que a de comunistas. Não foi nos países do extinto bloco soviético que os exterminadores de judeus e de comunistas, membros da SS ou esquadrões da morte compostos de fascistas locais que atuaram na esteira do avanço dos hitlerianos na Europa oriental em 1941-1942, encontraram refúgio, mas principalmente no muito liberal Canadá, onde, como recentemente comprovaram caçadores de nazistas, centenas de veteranos de pogroms vivem ou viveram em plena tranquilidade e completa impunidade. Confirmou-se também que no pós-guerra bastava mostrar tatuagem de SS para ser imediatamente acolhido pelas autoridades canadenses. Ainda hoje, centenas de veteranos dos exércitos hitlerianos recebem pensões do muito liberal e muito cristão governo alemão<sup>1</sup>.

A Suíça, que lava mais branco todo o dinheiro sujo do planeta, a tal ponto que se o imperialismo estadunidense não fosse o Reino da Hipocrisia, iria incendiar não as plantações de coca dos *cholas* bolivianos e

---

<sup>1</sup>Uma reportagem difundida no canal de televisão GNT em 20 de abril de 1997 confirma ampla e pormenorizadamente a proteção que há meio século o Estado canadense vem dispensando aos facinoras da SS e seus asseclas.

peruanos, mas os bancos helvéticos onde repousam e frutificam os frutos financeiros do tráfico de drogas e de armas<sup>2</sup>, também acolheu de braços e cofres abertos o dinheiro pilhado e extorquido dos judeus por seus algozes nazistas. Tardou mais de sessenta anos, do desencadeamento da furiosa perseguição nazista aos judeus até dezembro de 1997, quando se reuniu, em Londres, uma conferência organizada pelo Conselho Judaico Mundial colocando na ordem do dia a parceria financeira dos banqueiros suíços com os hitlerianos, a revelação de que mais de dois terços (76%) do ouro nazista extorquido das vítimas do extermínio havia sido transferido ao país que “lava mais branco” a sujeira do capitalismo. Tal foi a conclusão de uma comissão de historiadores autorizada a vasculhar a documentação existente. Parte do ouro que frutificou durante seis décadas na exemplar democracia liberal proveio diretamente, segundo a Comissão, dos campos de extermínio. Dentes de ouro, além de pertences do mesmo metal arrancados nas filas das câmaras de gás, ajudaram a fazer da Suíça um modelo de prosperidade capitalista tão celebrado pelos imbecis que para elogiar determinado país, por exemplo, o Uruguai, chamavam-no de “Suíça da América Latina”.

Uma variante extremamente atual da vergonhosa (e envergonhada) convergência entre liberalismo e fascismo é a identidade dos programas econômicos dos cripto-fascistas e dos liberais na América do Sul. Embora vertendo lágrimas de crocodilo face ao “autoritarismo” de Pinochet, os neoliberais brasileiros e seus congêneres prestam convicta homenagem a sua política econômica. Um destes congêneres, o político católico-centrista Bresser Pereira, (ex-conselheiro do milio-

<sup>2</sup> Ou ainda, se os economistas liberais e outros prepostos e coadjuvantes do aparelho ideológico do Capital fossem minimamente coerentes com suas próprias teses, notadamente a de que a demanda cria a oferta, deveriam preconizar um bloquic aeronaval dos próprios Estados Unidos, onde se concentra o maior mercado de drogados do mundo.



O elogio do fascismo.

*Veja*, nº 264, 28 de setembro de 1973.

nário Abílio Diniz, ex-ministro de José Sarney), em dezembro de 1990,<sup>3</sup> enfatizou que só o Chile aplicara consequentemente a política econômica capaz de atingir o objetivo do “ajuste fiscal”, condição sine qua non para resolver a “crise latino-americana”. (Pudicamente, como bom católico, o pensador centrão omitiu o pormenor desagradável de que tal “êxito” fora obtido sob a bota do carniceiro Pinochet). Bresser, entretanto, não é o único admirador discreto das enérgicas medidas implementadas pelo ditador, depois senador vitalício chileno. É difícil encontrar alguma referência ao Chile na grande imprensa brasileira que não saliente o sucesso das furibundamente antisociais medidas de restauração capitalista promovidas pela ditadura militar cripto-fascista que implantou no país a mais cruel versão do privatismo ultra-reacionário.<sup>4</sup>

A simpatia dos liberais por Pinochet foi um caso de amor à primeira vista. A imprensa grande, sem exceção notável, uivou eufórica com os lobos fardados chilenos. *Viva*, já então a mais importante revista semanal do país, estampou na capa de seu nº 264, datado de 26 de setembro de 1973, o retrato do grande carniceiro de Santiago, general Augusto Pinochet, em uniforme de gala, com a severa e dominadora fisionomia de salvador do Ocidente, acompanhado do título: “Chile. A reconstrução armada”. Uma confirmação, entre incontáveis outras, de que em situações de crise revolucionária, os liberais cerram fileiras atrás dos fascistas. Aqui, no Chile e alhures...

<sup>3</sup> Num programa de entrevistas dirigido por um pitoresco e duvidoso canastrão de nome Ferreira Neto.

<sup>4</sup> Um exemplo, entre inumeráveis outros, foi proporcionado por um alto funcionário do Ministério do Meio-Ambiente. Justificando a necessidade de regulamentação pelo Estado brasileiro do uso da água doce, argumentou ser esta “a única forma de impedirmos que as empresas mais ricas comprem todo o poder de uso da água e fiquem com o monopólio, como aconteceu com o Chile” (*Gazeta Mercantil* de 19-11-1997). Do terrorismo do Estado israelense (base militar do Império estadunidense) contra o povo palestino faz parte confiscar para os judeus praticamente toda a água disponível...

Prova contundente da afinidade entre terrorismo militar cripto-fascista e liberalismo reacionário está no elogio de Martinez de Hoz, ministro da Fazenda do celerado general Videla a Roberto Campos, seu colega e inspirador brasileiro. Em discurso de 20 de junho de 1977, quando a Argentina sufocava debaixo de um terrorismo de Estado sem precedentes em sua História, ele assim se exprimiu: "Os senhores devem se lembrar de Roberto Campos... Encontrei-o em julho do ano passado quando viajei para a Europa; estivemos juntos uma noite e me disse...o seguinte: 'tu estás sendo apoiado por todo mundo em teu país; todo mundo está contente...todo mundo aplaude...'"<sup>5</sup> O cripto-fascista Campos nunca desmentiu estas declarações de seu congênere Martinez de Hoz. Abjetamente descaradas ("todo mundo está contente em teu país", isto quando os esbirros da ditadura militar argentina torturavam, estupravam e assassinavam até mesmo secundaristas!) elas não surpreendem, partindo de dois zelosos servidores, em postos da mais alta responsabilidade, portanto da mais alta cumplicidade, de regimes de força culpados de crimes hediondos. Surpreende um pouco a cumplicidade dos liberais com estes e outros veteranos da "estabilização" implementada nas salas de tortura. Mas só um pouco. A facilidade com que os dois principais executores da política econômica da ditadura militar brasileira, o acima referido Roberto Campos e Delfim Neto, aquele até hoje arrotando seu ódio

<sup>5</sup> Cf. Jorge Schvarzer, *Martinez de Hoz: la lógica política de la política económica*, Buenos Aires, CISEA, 1983, p.54.

<sup>6</sup> Quem assistiu, entre outros, ao doloroso filme de Héctor Olivera *La Noche de los lápices*, lançado em 1986 (no Brasil, sob o título *Noite sem fim*), que narra a tragédia de sete estudantes sequestrados pelos esbirros homicidas do governo criminoso do ditador argentino Videla (responsável pelas formas as mais covardes, atrozes e degeneradas de repressão política), do qual Martinez de Hoz foi um dos principais ministros, partilhará certamente do enjôo de estômago que sentimos diante de gente como ele e seu amigo R. Campos. O filme recorda ao espectador que há pelo menos 230 adolescentes "desaparecidos" na Argentina...

senil à esquerda com calúnias descaradas<sup>7</sup>, este carregando em seu currículum o título de co-signatário do nefando Ato 5, lograram virar a casaca para posar como liberais, pontificando na imprensa e na política, explica-se na medida em que, no sentido econômico do termo, sempre o foram, mesmo no tempo em que o primeiro era ministro do ditador Castelo Branco e o segundo, dos ditadores Costa e Silva, Médici e Figueiredo. Seus casos, longe de serem excepcionais, representam apenas exemplos notórios de um fenômeno político geral, a passagem dos porta-vozes do Capital ao campo da contra-revolução armada e do terrorismo reacionário em momentos de grave crise nacional<sup>8</sup>.

A identidade fundamental da ideologia burguesa com os “bons autoritários”, cripto-fascistas ou fascistas assumidos, é, com efeito, reiterada “ad nauseam” e diuturnamente pelo aparelho ideológico do Capital: a “livre iniciativa” ou “iniciativa privada” constitui o fundamento da ordem econômica. Mussolini, nesta questão de princípio, não divergia dos liberais de todos os matizes. Em sua conhecida Carta del Lavoro este sacrossanto princípio vem assim formulado:

<sup>7</sup> Expressão paradigmática da cumplicidade de ideólogos liberais com ditaduras terroristas contra-revolucionárias, R. Campos, em coluna do jornal *Folha de São Paulo*, do qual é colaborador regular e no qual é tratado com reverencial bajulação, publicou a 4 de agosto de 1996, sob o título “A nostalgia das ossadas”, uma repulsiva diatribe contra o capitão Carlos Lamarca, salpicada de afirmações mentirosas: Lamarca “fuzilou o capitão americano Charles Chandler, matou com uma bomba o sargento Mário Kozell Filho... e procedeu ao ‘justiçamento’ de Mário (sic) Leite Toledo”. Nem a indústria da mentira da Rede Globo, nem os torturadores do DOI-CODI, se permitiram imputar aquelas mortes ao capitão da guerrilha.

<sup>8</sup> São os próprios liberais de direita que se encarregam, no mais das vezes, de enfatizar sua concepção fascista do combate político. Num seminário que reuniu na sede da Sociedade Rural Brasileira a fina flor do mais espesso reacionarismo, Delfim Neto, criticando (pela direita, evidentemente) a política econômica do então presidente Sarney, perorou: “Por muito menos, nós colocamos João Goulart para correr” (*Folha de São Paulo* de 7-10-1986). Mais feio ainda por dentro do que por fora, o obeso personagem não estava apenas se vangloriando de seu passado golpista; estava sugerindo (certamente não sem fundamento) que um novo golpe seria possível, caso se tornasse necessário...

*"O Estado corporativo considera a iniciativa privada no campo da produção como o instrumento mais eficaz e mais útil no interesse da Nação..." (Declaração VII).*

Mesmo o estatismo corporativista, principal característica econômica do fascismo, é apresentado na Carta del Lavoro, como substancialmente compatível com a ordem liberal:

*"A intervenção do Estado na produção econômica ocorre somente quando falta ou é insuficiente a iniciativa privada ou quando estão em jogo interesses políticos do Estado" (Declaração IX).*

## 2. Significado histórico das ditaduras militares

Na história dos regimes políticos latino-americanos é difícil, talvez impossível, encontrar uma forma do poder tão amplamente disseminada e tão concentrada num tempo histórico relativamente curto quanto as ditaduras militares que proliferaram durante os anos 60 e 70 e refluíram ao longo dos anos 80. Como os mesmos efeitos obedecem às mesmas causas, é razoável supor que tal proliferação correspondeu a fatores comuns. O mais notório foi o impacto da Revolução Cubana, de um lado encorajando tentativas análogas, de outro suscitando reação contrária orquestrada desde a metrópole estadunidense. É evidente entretanto que o peso determinante deste fator na trama histórica concreta dependeu, em cada caso, da situação política em que se inseria. Entre nós, a simpatia suscitada pela saga de Fidel Castro e de Che Guevara não exerceu praticamente, até o golpe militar de 1964, nenhuma influência na ação da esquerda. Paradoxalmente, seu efeito mais notável foi a condecoração de Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul, por iniciativa do presidente Jânio Quadros. Muito maior foi a influência da antipatia dos meios dirigentes norte-americanos pela Revolução Cubana, que exacerbou-lhes a sanha

anticomunista. A certeza de que poderiam contar com o apoio da CIA, do Pentágono e da Casa Branca, constituiu poderoso estímulo aos golpistas, no Brasil e alhures.

O fato, porém, é que no Brasil e nos demais países do Cone Sul as ditaduras militares se implantaram sem intervenção armada direta dos imperialistas estadunidenses. Nem todas, de resto, se inseriram no rolo compressor contra-revolucionário. No Peru, o regime militar do general Velasco Alvarado originou-se, ao contrário, de uma patriótica indignação contra a descarada pilhagem dos recursos petrolíferos pelo cartel imperialista e prolongou-se numa reforma agrária, após a Revolução Cubana e ao lado da mexicana, a mais avançada da América Latina. No Panamá, o coronel Torrijos, à frente de um grupo de oficiais nacionalistas e com forte apoio popular, enfrentou com exemplar tenacidade as pressões estadunidenses até obter do presidente Carter a assinatura do tratado estipulando a restituição ao Panamá da Zona do Canal.

Não se pode pois explicar a totalidade das ditaduras militares como respostas contra-revolucionárias estimuladas pelo Império estadunidense à maré revolucionária estimulada pelo exemplo cubano. Não se pode tampouco explicar totalmente as ditaduras contra-revolucionárias pelo estímulo imperial. O estímulo nunca faltou, tanto assim que Maurice Duverger, um dos mais respeitados e serenos analistas políticos franceses de sua geração, classificou a política imperial estadunidense como “fascismo exterior”, entendido como “um sistema que desenvolve a liberdade em seu próprio país (*chez soi*) e a opressão nos outros”<sup>9</sup>. Mas o fato de não ocorrerem invasões norte-americanas ao sul do Panamá mostra que na América do Sul a contra-revolução

<sup>9</sup> Maurice Duverger, “La fin du ‘fascisme extérieur’?” in *Le Monde*, 25 de janeiro de 1977.

contou em larga medida com suas próprias forças<sup>10</sup>. Principalmente com as forças armadas, mas ainda aqui impõe-se a distinção entre os golpes operados pelos militares agindo com claro mandato político da reação burguesa e latifundiária, como em 1964 no Brasil e também em 1973 no Chile<sup>11</sup>, daqueles em que a corporação militar assumiu a iniciativa de violentar as instituições, com o apoio apenas implícito e menos compacto das classes dominantes, como em 1966 e em 1976 na Argentina e em 1973 no Uruguai. A explicação desta diferença não reside num maior apego às liberdades políticas por parte da oligarquia e da massa da burguesia argentina ou uruguaia, e sim no fato de que os referidos golpes de Estado foram desfechados quando a direita civil governava, mas sem lograr aniquilar a oposição revolucionária.

Todo mandato, mesmo o mais legitimamente democrático, comporta tensão entre mandante e mandatário. Comprova-o a desafeição, constantemente registrada pelas sondagens de opinião pública, dos eleitores pelos legisladores e executores que elegeram. Por isso, mormente em se tratando de regimes de fato e de força maior, devemos sempre conceber qualquer mandato como comportando um determinado mas cambiante grau de autonomia dos mandatários. A tradição liberal que remonta ao parlamentarismo inglês e a Montesquieu enfatiza exatamente a autonomia dos representantes, ao passo

<sup>10</sup> Já em 1971, num editorial do boletim *Debate* (nº 6), do qual fui um dos editores no exílio parisiense, sustentei a tese, naquele momento um tanto heterodoxa na esquerda marxista brasileira, de que a burguesia dispunha, no Brasil, de base própria de dominação de classe. Retomei-a em artigo publicado no mesmo ano em *Les Temps Modernes*, ao qual já me referi na Apresentação deste livro.

<sup>11</sup> No capítulo III analisamos a intervenção dos estadunidenses no golpe de 1964. A participação da CIA na “desestabilização” do governo de Salvador Allende é notória. Como também o é na reorganização do aparelho repressivo policial-militar boliviano após a revolução operária de 1952. Nestes e outros casos, entretanto, não ocorreu, como ocorre regularmente no Caribe e na América Central, invasão estadunidense, seja com suas próprias tropas, seja através de mercenários “democratas”.

que a tradição revolucionária da democracia, de Rousseau aos jacobinos e aos marxistas, recusa-a, considerando em princípio todo mandato revocável pelos mandantes, isto é, pelo povo soberano.

A evolução político-institucional da ditadura militar brasileira pode ser sintetizada como autonomização crescente dos mandatários (a cúpula das Forças Armadas) relativamente a seus mandantes (os círculos dirigentes da burguesia), culminando no Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968. O terrorismo de Estado então desencadeado pela cúpula militar, embora contando com o apoio explícito dos meios políticos mais reacionários e a “compreensão” no melhor dos casos envergonhada de muitos liberais, correspondeu a uma iniciativa da hierarquia militar que se arrogou plenos poderes e portanto autonomia política relativamente ao patronato burguês, obnubilando a afinidade econômica fundamental entre o Estado terrorista e a ordem do Capital. Compreende-se assim o significado essencial da “rebelião patronal” de 1977<sup>12</sup>: recuperar o controle das decisões econômicas fundamentais retificando, na defesa de seus interesses de classe, o alcance do mandato conferido aos militares em 1964.

O recuo da influência política da corporação militar, evidente em toda a América Latina e em particular no Cone Sul, acompanhou-se, com a mesma evidência, da afirmação da função dirigente da burguesia liberal. No sul do Cone (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Uruguai), a linha de evolução, substancialmente semelhante, apresentou três momentos principais: (a) crise de hegemonia e mobilização revo-

<sup>12</sup> Adriano Codato mostrou, com o necessário rigor histórico-analítico, em sua tese *Estrutura política e interesse de classe. Uma análise do sistema estatal no Brasil pós-1964. O caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico* (IFCH/UNICAMP, 1995, pp.247-254), as motivações de fundo e as limitações da pretensa mobilização “democrática” do grande patronato. A tese de Codato foi publicada sob o título *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64*, São Paulo, Hucitec, 1997.

lucionária; (b) ditadura militar contra-revolucionária; (c) estabilização conservadora liberal-burguesa. No Peru a evolução foi mais complexa, na medida em que (a) a ditadura militar assumiu, entre 1968 e 1974, orientação anti-imperialista e reformadora; (b) ao colapso das reformas nacional-progressistas sob direção militar seguiu uma também fracassada tentativa de estabilização liberal-burguesa; (c) a contestação revolucionária da ordem estabelecida, aniquilada alhures ao longo dos anos 70, lá se desenvolveu durante os anos 80, com os métodos radicais do Sendero Luminoso; (d) Alberto Fujimori, eleito presidente em 1990, quando para os cidadãos peruanos só havia opções reacionárias (derrotou, naquela ocasião, o extremista neoliberal Vargas Llosa), assumiu poderes ditatoriais com o golpe de Estado de 1992, deles se servindo para enfrentar os senderistas com os métodos consagrados da guerra suja.

Sempre compreensivos com ditaduras contra-revolucionárias, sobretudo com as privatizantes, os meios dirigentes estadunidenses não escondem a simpatia que lhes inspira Fujimori. Um certo Geoffrey Shepherd, economista do Banco Mundial que fiscalizou os “ajustes” no Brasil, Chile e Peru, classificou o “modelo peruano de reforma econômica” como “tão profundo e tão rápido que merece virar manual”<sup>13</sup>. Para os manuais da *contra-insurreição* entrará certamente o exitoso assalto por tropas de elite do Exército Peruano, a 22 de abril de 1997, da Embaixada do Japão em Lima, ocupada desde 17 de dezembro anterior por um comando do Movimento Revolucionário Tupac Amaru. O feito de armas das tropas de choque do ditador neoliberal, embora não tão extraordinário quanto a tomada do presídio do Carandiru pelas forças indômitas do governador Fleury, merece registro nos anais bélicos da reação burguesa. Com apenas duas bai-

<sup>13</sup> A declaração está no apólogético *Relatório da Gazeta Mercantil* de 26 de fevereiro de 1996, consagrado ao Peru.

xas, o Exército peruano exterminou o comando guerrilheiro. O comportamento “mediático”, entretanto, foi notavelmente diferente. Longe de denunciar que os derrotados guerrilheiros haviam sido sumariamente executados do mesmo modo que os presos comuns sob custódia do governo do Estado de São Paulo, insistiram quase exclusivamente na triunfal exibição de força dos massacradores. Fleury e coadjuvantes da épica batalha do Carandiru tiveram ao menos o bom gosto de manterem-se discretos. Já Fujimori, mais prudente do que valente, esperou a confirmação de que todos os guerrilheiros haviam sido executados para então, vestido com um colete à prova de balas (nunca se sabe do que são capazes os comunistas), dirigir-se em estilo neomussoliniano a seus soldados vitoriosos no jardim da Embaixada<sup>14</sup>. Alguns jornais ainda esboçaram ou ao menos veicularam comentários de que, não tendo havido resistência por parte dos guerrilheiros, eles tinham sido massacrados. A tônica largamente dominante na imprensa, entretanto, foi uivar com os lobos.

### **3. “Trinta anos de safadeza”: a Rede Globo e a liberdade de desinformar<sup>15</sup>**

*Roberto Marinho: – “Coronel, o senhor não quer colocar em dívida trinta anos de jornalismo?”*

<sup>14</sup> Obviamente a grande imprensa e toda a “mediática” neoliberal exultaram com tão exitoso desfecho. Como notou, com sóbria euforia, a *Gazeta Mercantil* de 23 de abril de 1997: “Todos os extremistas do Movimento Revolucionário Tupac Amaru que mantinham os reféns presos morreram na operação. Havia cerca de 20 deles na casa”. “Morreram na operação”! Como diria Sartre, cis aí um jornalismo de “sale bourgeois”!. Foram massacrados...

<sup>15</sup> Este tópico retoma, com modificações, partes do artigo “A Política e os políticos brasileiros: notas para um retrato”, publicado em *Educação e Sociedade*, XI (37), dezembro de 1990.

*Coronel Cinelli: – ‘Doutor Roberto, não estou colocando em dúvida trinta anos de jornalismo, mas trinta anos de safadeza’<sup>16</sup>.*

<sup>16</sup> Conforme *Veja*, ano 24, nº 18, de 1º de maio de 1991, de onde extraímos o curto diálogo em epígrafe, o coronel Leo Cinelli, que atuou nos serviços secretos do Exército quando o sinistro Garrastazu Medici estava à testa da ditadura militar terrorista, “é capaz de gestos ousados”. Na noite de 1º de maio de 1981, o inevitável *Jornal Nacional* da *Rede Globo*, para proteger os terroristas do Exército e contribuir para a grotesca farsa consistente em atribuir aos “comunistas” o fracassado atentado, exibiu dois cilindros que teriam sido encontrados no automóvel Puma dirigido pelo capitão nazistóide Wilson Machado, onde ocorreria às 9 horas da noite de 30 de abril de 1981, no estacionamento do Riocentro, explosão de uma bomba que este e seu assecla, o sargento Guilherme Rosário, manipulavam na preparação de um atentado terrorista durante um evento musical com artistas conhecidos por sua oposição à ditadura. Entretanto, os dois cilindros apresentados pelo *Jornal Nacional* com o zelo canino de incondicionais defensores da extrema-direita fardada, não passavam de dois tubos de oxigênio, destes usados por bombeiros. Na qualidade de dono da *Globo*, o industrial da mentira R. Marinho foi, no dia seguinte, convocado às pressas ao gabinete do general Gentil Marcondes Filho, um dos promotores da vergonhosa farsa judiciária montada para abafar o *Caso Riocentro*. Lá estava também o coronel Cinelli, que criticou a “barrigada” cometida pela *Rede Globo*. Iói quando ocorreu, entre ele e Marinho, a troca verbal que colocamos em epígrafe. Vale reproduzir a conclusão da reportagem, que ocupa 13 páginas (pp. 60-73) da revista: “Passados dez anos, essa ciranda entre velhas raposas de pijama” (alusão às trapaças, mentiras e obstruções que sofreu o inquérito policial-militar, no qual, entre muitos outros oficiais, sujou as mãos um certo coronel Job Lorena, depois promovido a general pelos serviços prestados à causa da mentira) “aponta para tantos nomes e siglas que é difícil chegar a uma conclusão. O que todos admitem... é que o IPM de Job Lorena vale tanto quanto uma nota de 3 dólares. E todos admitem que o atentado que pretendia bombardear a comemoração do 1º de Maio foi preparado por gente de uniforme verde-oliva. Mesmo fardados, os criminosos não representam o Exército enquanto instituição. No acobertamento do Riocentro, no entanto, o Exército foi manchado enquanto instituição. Foi manchado com sangue, pólvora, urina e impunidade”. A alusão à urina remete a uma das mais grotescas mentiras inventadas pelo coronel Job para acobertar seus colegas. Para sustentar a ridícula hipótese do DOI-CODI e da *Rede Globo*, de que o atentado teria sido obra de comunistas, era preciso que o capitão Machado e seu assecla, o sargento Rosário, tivessem abandonado juntos o carro onde ocorreu a explosão, dando aos presumidos terroristas de esquerda (um porta-voz do Exército chegou a acusar a VPR,

Num dos mais sórdidos crimes políticos da ditadura militar, o atentado do Riocentro, encontramos as impressões digitais do sr. Roberto Marinho e da Rede Globo. Não como autores ou cúmplices da hedionda intentona (felizmente muito mal executada pelo então capitão do Exército Wilson Machado e seu comparsa o sargento Guilherme Rosário, terroristas amadores às ordens de sinistros generais) mas, como de costume, colocando seu império audiovisual a serviço da intoxicação reacionária da opinião pública.

Embora enorme, a capacidade de que dispõe a Rede Globo (e, em menor medida, outras redes privadas de televisão e de rádio) para manipular a opinião pública não é absoluta. Em 1984, com uma desfaçatez que só esqueceram os de memória curta<sup>17</sup>, o triste audiovisual

---

exterminada pelo menos oito anos antes) a oportunidade de nele colocarem a bomba. O motivo invocado para o alegado abandono do veículo "é de um ridículo a troz: o capitão conta que saiu do Puma porque estava com vontade de fazer xixi. Enquanto se aliviava, o sargento ficou perambulando pelo estacionamento". Foi quando, segundo o IPM, os comunistas colocaram no Puma a bomba que iria explodir logo depois, no colo do sargento Rosário. O IPM não levou a palhaçada até o ponto de declarar que Rosário estava dormindo no carro quando os comunistas lhe colocaram a bomba no colo... Assinalemos enfim, sempre a partir da notável reportagem de *Veja*, que o principal mandante do atentado do Rio-Centro teria sido o general Coelho Neto, um dos mais histéricos reacionários do Exército, que quando soube que a direita estava explodindo bancas de jornais indescrivíveis em São Paulo, exclamou "Genial, tem um cara aí que teve uma grande idéia".

<sup>17</sup> Joelmir Belting, conselheiro Acácio do jornalismo econômico, registrou em sua coluna de *O Estado de São Paulo* (de 11-10-1991) que "a indústria brasileira da comunicação, criativa e obstinada, tem tudo a ver com a consolidação da democracia no Brasil: promoveu a campanha das eleições diretas, mobilizou a opinião pública para a feitura da nova Constituição, despertou a sociedade para a questão ecológica e passa a concentrar baterias na guerra santa contra a inefficiência e a corrupção". Esclarece que foi Roberto Civita o autor desta apologia em homenagem recebida em Nova Iorque. Os meios de comunicação ou a mídia, como se diz em latim de texano, estão constantemente se auto-clogiando. Lobo não come lobo. Sem dúvida, se as publicações do grupo Abril não chegaram propriamente a lutar contra a ditadura, tampouco seria

do senhor Roberto Marinho censurou sistematicamente todas as notícias sobre o extraordinário movimento cívico desencadeado em janeiro daquele ano, para exigir eleições presidenciais diretas já, isto é, em novembro do mesmo ano. Quem mais encarniçadamente obrou para que permanecesse confiscado ao povo o direito de eleger o presidente foi, além das cúpulas militares, empenhadas em prolongar a ditadura ou, mais exatamente, em manter o “ciclo dos generais”, com Paulo Maluf (ou qualquer outro agente civil da ditadura) no lugar dos generais, a rede de (des)informação que tinha como dístico a fórmula “o que pinta de novo pinta na tela da Globo”. Sim, quando o novo é politicamente inócuo. Naquele momento, entretanto, a inegável capacidade “global” de manipular a opinião pública mostrou-se inoperante. Após a grandiosa manifestação do dia 10 de abril de 1984 no Rio de Janeiro (cerca de um milhão de pessoas clamando nas ruas pelas “diretas já!”), coube ao povo de São Paulo realizar a maior mobilização cívica de sua história. Talvez um milhão e meio de pessoas (as avaliações, nesses casos, variam segundo o ponto de vista político do observador) concentraram-se no Viaduto do Chá e no Vale do Anhangabaú no dia 16 de abril. Revoltados com a acintosa cortina de silêncio que os “comunicadores” a serviço do senhor Roberto Marinho erguiam em torno de um movimento que se estendera por todo o País e ganhara a adesão das forças mais dinâmicas da sociedade e mais decisivas para a instauração da cidadania democrática (a juventude

---

justo dizer que ajudaram o DOI-CODI). Ao contrário, denunciaram-no contundentemente, como na notável reportagem acima referida. Compreende-se que o jornalista Roberto Civita ao ser homenageado no exterior, até por delicadeza, tenha elogiado a “indústria brasileira de comunicações” em geral em vez de elogiar apenas seu grupo editorial. Daí a servir-se de tal elogio protocolar para colocar a Rede Globo, maior truste da “indústria brasileira da comunicação”, na vanguarda da “campanha das diretas” é simplesmente contar uma descarada mentira.

estudanil, o movimento sindical, os intelectuais ), os manifestantes proclamavam em coro imenso, muitas vezes reiterado, o fato novo que não estava “pintando na tela” do império global da comunicação: “O povo não é boba! Abaixo a Rede Globo!”

A Rede Globo, que além de tampouco ser boba, é um poço sem fundo de hipocrisia friamente meditada, esperou a poeira assentar. Sabia que as grandes mobilizações cívicas, como as marés, têm seu fluxo e seu refluxo: tudo estaria consumado no dia 25 de abril, quando a Emenda Dante de Oliveira seria votada pelo Congresso. Rejeitada a Emenda (faltaram apenas 22 votos para que obtivesse a maioria de dois terços), o público ávido por novelas água-com-açúcar faria esquecer o baixo trabalho de desinformação sobre a campanha pelas “diretas já!”<sup>18</sup>. Com efeito, menos de um ano depois de haver sido estrondosamente vaiada no Vale do Anhangabaú, a Rede Globo já estava perfeitamente identificada com o que havia de mais carcomido na mistificadoramente auto-intitulada Nova República, a começar pelo mediocre politiqueiro José Sarney, conduzido, por um concurso de nefastas circunstâncias, ao exercício da presidência.

Seria o caso de dizer que o povo brasileiro não tem memória e engole qualquer alimento politicamente tóxico, desde que venha acompanhado por uma telenovela de tempero adocicado? Preferimos registrar que, embora amortecida e, com o tempo, esquecida, a indignação cívica contra o triste de manipulação política do senhor Rober-

<sup>18</sup> Não será inútil lembrar que, para obter a maioria de 2/3 necessária à aprovação da Emenda, seria preciso reunir, além da totalidade dos votos da oposição, pelo menos 76 votos de dissidentes do PDS. Moribunda mas ainda peçonhenta, a ditadura militar recorreu a toda a sorte de pressões para dissuadir os dissidentes de votar a favor da Emenda. O Congresso reuniu-se, com Brasília em estado de emergência, graças ao zelo truculento do comandante militar do Planalto, general Newton Cruz. Foi nesse ambiente que se produziram as defecções responsáveis pela não-aprovação da Emenda.

to Marinho comprovou, num momento grave e decisivo da vida nacional, que a capacidade de um indivíduo ou de um punhado de indivíduos de decidir, por serem donos de um grande meio de comunicação social, o que vira e o que não vira notícia, encontra seus limites na capacidade de mobilização dos cidadãos por uma grande causa coletiva, no caso, o direito de eleger seus governantes.

O enterro (formal e tardio) da ditadura militar, de sinistra memória, não impediou os políticos que engordaram à sua sombra e os que, como os presidentes que substituíram os generais no topo do aparelho de Estado, desenvolvem, num outro contexto institucional, a mesma política de “modernização conservadora”, de beneficiar-se da opção preferencial dos grandes meios de comunicação pela direita. Sem dúvida, explicar o sucesso arrasador de Fernando Collor apenas pelos meios de que se serviu, ou, mais exatamente, pelos meios colocados à sua disposição pelos que, servindo-o, dele se serviram (não por acaso nem por mera agressão eleitoral o “caçador de marajás” foi chamado de “produto publicitário da Rede Globo”) é apontar apenas para uma parte da verdade. Sem o apoio da Rede Globo, ele não teria chegado ao segundo turno. Mas, tampouco a Rede Globo teria conseguido “vendê-lo” com tão grande sucesso, se o “produto” não correspondesse a uma “demanda política” a que os demais candidatos não satisfaziam. A questão nos parece suficientemente importante para que nela nos detenhamos. Envolve, com efeito, as relações entre o dinheiro e o poder ou, mais precisamente, a capacidade dos detentores privados dos grandes meios de comunicação social de manipular as camadas culturalmente mais toscas da população.

Há uma triste ironia no fato de que o primeiro presidente eleito pelo povo desde 1960 tenha, em 1984, quando era deputado federal, votado contra a Emenda Dante de Oliveira. Dentro da ironia, há também uma sintomática convergência. A imagem de “caçador de

marajás” graças à qual o primeiro Fernando (o Collor de Mello) tornou-se o maior caçador de votos das eleições presidenciais de 1989 “pintou na tela da Globo” com insistência militante. Inferir daí que fosse “o” candidato do senhor Roberto Marinho seria incorrer num simplismo. Os magnatas dos negócios não costumam amarrar-se a um candidato. Apóiam e financiam, em cada situação, os políticos que lhes pareçam mais confiáveis para defender eficiente e fielmente seus interesses e privilégios e mais capazes de caçar votos no “mercado político” (essa expressão é aliás freqüente nos ideólogos liberais, que concebem a política como um mercado). Tal apoio nunca é incondicional: os presidentes e ditadores passam, os grandes grupos capitalistas vão ficando, porque aqueles estão a serviço destes.

A luta pela instauração da cidadania democrática e de reformas sociais avançadas em nosso país constitui o único caminho para “moralizar” a política. O importante, para as forças da democracia e do progresso social, é engendrar seus próprios políticos e seus próprios intelectuais, capazes de ganhar eleições, de assumir com eficiência responsabilidades administrativas e de quebrar o monopólio da informação que exerce em nosso país o poder do dinheiro. Mais do que nunca, com efeito, para vivermos num país democrático, temos de lutar para não viver no mundo da mentira eletrônica programada em escala totalitária. Sobretudo considerando que a precariedade das instituições democráticas brasileiras, o baixíssimo nível educacional das massas, a espessa vulgaridade das “élites”, o alto grau de concentração da propriedade privada dos meios audiovisuais e impressos de comunicação social permite a um punhado de milionários produzir, selecionar, descontextualizar, martelar, às vezes literalmente fabricar notícias, deformando, obnubilando, quando não intoxicando a opinião pública. Donde a importância imensa de um esforço amplo, tenaz, persistente, do qual a escola e a universidade têm o dever não somen-

te moral mas também profissional de participar ativamente, de fornecer antídotos críticos contra o vírus da “informação” industrialmente manipulada e dirigida. Só então os políticos, sobretudo os psicologicamente mais frágeis ou menos escrupulosos em seus métodos de caça ao voto, serão mais incentivados a respeitar o direito à informação dos cidadãos e, em vez de só criticar os meios sociais de comunicação quando esses, nem sempre sem razão, denunciam mordomias e outras mazelas de parlamentares, governantes e demais detentores indignos de cargos públicos, tenderão a assumir suas responsabilidades, a fim de assegurar o controle democrático sobre os grupos privados monopolizadores dos meios sociais de comunicação. Trata-se, obviamente, não de restringir a liberdade de expressão de quem quer que seja mas de ampliá-la, de maneira que correntes de opinião importantes na vida nacional (não por acaso as que se situam à esquerda no espectro político) não sejam privadas da liberdade de impressão, sem a qual a liberdade de expressão é reservada aos milionários detentores do poder de imprimir.

Um primeiro passo deveria ser a moralização do sistema de concessão de canais de televisão e de faixas de onda sonora, objeto de negociatas e favoritismos, que a nova Constituição, a despeito de sua fraseologia democrática, não inibiu. No que se refere à imprensa *stricto sensu*, isto é, escrita, a esquerda tem grande responsabilidade por omissão, com exceção dos comunistas, formados na escola leninista (a imprensa partidária é a espinha dorsal da ação política coletiva). A esquerda brasileira será a principal responsável por sua carência de órgãos de imprensa coerentemente progressistas. De qualquer modo, não será inútil esclarecer que não estamos reduzindo, em sentido contrário ao de Reagan, o senil cow-boy de Hollywood que à frente do Império Americano classificava, em linguagem haurida na leitura de histórias em quadrinhos, seu oponente soviético como Império do

Mal, o complexo sistema capitalista de comunicação social à sua incontestável porém não única nem exclusiva função de manipular a “informação”. Até a Rede Globo pode defender boas causas, como quando divulgou o vídeo que registrava as atrocidades cometidas em março de 1997 por um pelotão de facinoras da PM em Diadema.

#### **4. Eleições presidenciais e hegemonia liberal**

No Brasil de hoje, onde, contrariamente ao Brasil de ontem (o da ditadura militar), os mandatos executivos são conferidos pelo sufrágio universal e as instâncias parlamentares dispõem de poderes legislativos e de controle reais, todos os políticos são, direta ou indiretamente, caçadores de votos. Se, carentes de espírito dialético, absolutizássemos essa característica, cairíamos no moralismo dogmático: condenaríamos as dispendiosas campanhas eleitorais, o recurso sistemático às técnicas mercadológicas para “vender” um candidato como se vende uma marca de refrigerante ou de dentífricio e proclamaríamos, enfáticos, que os políticos são todos farinha do mesmo saco. Tolice, porque, se a semelhança é inegável, também o é a diferença. Tentaremos ilustrar essa dialética à luz da campanha presidencial de 1989.

Não é nosso intuito discutir aquele processo eleitoral no que toca nem à análise do voto, nem aos mecanismos do escrutínio de dois turnos. Cingir-nos-emos ao retrato dos candidatos à presidência, ou melhor, a anotações sobre as semelhanças e as diferenças entre eles, podendo servir de esboço a seus retratos respectivos. Deixando de lado aventureiros, espertalhões e outros aproveitadores da propaganda eleitoral gratuita nos grandes meios de comunicação, exclusivamente preocupados em vender sua imagem em troca de vantagens inconfessáveis, participaram da campanha do primeiro turno das eleições presidenciais de 1989 três candidatos claramente situados à direi-

ta (Ronaldo Caiado, Paulo Maluf e Fernando Collor de Mello), três à esquerda (Brizola, Lula e Roberto Freire) e três no centro (Mário Covas, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves).

Há quem detecte no comportamento das camadas do povo brasileiro culturalmente mais embrutecidas pela miséria uma admiração masoquista pelos símbolos mais insolentes do luxo, da arrogância, dos privilégios que o dinheiro e o poder asseguram<sup>19</sup>. Por detestar a vida que levam, os miseráveis adoram o “beautiful people”. Não estaria aí um dos fatores importantes do “fenômeno Collor”? Durante a campanha do primeiro turno, com efeito, o caçador milionário de marajás desdenhou sistematicamente todos os convites e oportunidades para debater com os demais candidatos. Sua tática eleitoral não se dirigia à inteligência dos cidadãos. Seu principal “argumento” era pré-discursivo: a exposição de seu retrato em carne e osso, imagem da vulgaridade envernizada. No lugar dos debates que não travou e dos esclarecimentos que não prestou à opinião pública, oferecia declarações e declamações, explorando com o mais torpe tartufismo a imagem de seriedade que lhe proporcionara a “caça aos

<sup>19</sup> Um episódio característico do (mau) caráter do futuro presidente, recolhido de *O Estado de São Paulo* de 10-9-1989, ocorreu no início dos anos 70. O futuro “caçador de marajás” e sócio, no crime organizado, de P.C. Farias, morava no apartamento de seu pai, o senador Arnon de Melo (que se tornou conhecido por assassinar covardemente um colega em pleno Senado). Lá ofereceu um jantar a um certo Markito (sic), costureiro de luxo. “Mesa posta, Collor deteve os olhos numa travessa de macarronada, onde havia um fio de cabelo, e chamou a empregada: —Dona Ana, a senhora usou touca enquanto estava cozinhando? —Sim senhor. —Dona Ana, vou perguntar de novo: a senhora usou touca enquanto estava cozinhando? —Sim, doutor Fernando, usei. —Dona Ana, venha cá. Diante da ordem, a empregada aproximou-se, viu o fio de cabelo, e recebeu no rosto a macarronada atirada por Collor, junto com a recomendação: — Isto é para a senhora aprender a não mentir ... A história da macarronada juntam-se outras... Seus ex-colegas de colégio recordam, por exemplo... que Collor arrebentou com um chute a porta da sala trancada pelo professor para impedir que alunos retardatários assistissem às aulas. Ou quando esbofeteou uma moça chamada Eliane, na pista de dança de uma discoteca, porque ela não queria namorá-lo”.

gem de seriedade que lhe proporcionara a “caça aos marajás” de Alagoas. O método funcionou, como sabemos. Os “descamisados” votaram em massa no candidato de ternos caríssimos, e as “descamisadas” sufragaram convictas os vistosamente anti-ecológicos casacos de pele envergados no inverno europeu pela grotescamente empetecada primeira dama.

Um efeito pouco assinalado mas importante do “fenômeno Collor” no primeiro turno das presidenciais de 1989 foi o esvaziamento (completo no caso do agro-fascista Ronaldo Caiado, parcial no do candidato crônico da reação Paulo Maluf) das duas candidaturas de extrema-direita. Lição importante: o “descamisado”, culturalmente embrutecido pela selvageria moderna das megalópoles e intelectualmente atrofiado pela carência de uma boa escola pública e pela maciça vulgaridade dos meios audiovisuais de comunicação a que tem acesso, preferiu a direita sem programa do insolente play-boy alagoano, ao programa de direita tanto na versão pragmática do malufismo<sup>20</sup> quanto na variante mais sinistra do chefe da UDR<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Referimo-nos mais adiante à mudança da imagem política de Maluf. Vale enfatizar desde logo que por trás do verniz da propaganda eleitoral paga a peso de ouro, persiste em toda sua espessura a irremediável vulgaridade do personagem, em que se combinam a arrogância grosseira do ricaço sem cultura (em que rivaliza com seu acólito Reinaldo de Barros, ultra-reacionário sobrinho do Ademar “rouba mas faz”), o negocismo do espertalhão, a desenvoltura com fundos públicos, o culto ao dinheiro. As velhacarias que lhe balizam a trajetória acumulam-se de ano para ano. Na “nova fase” de reacionarismo pragmático, deixou sua marca registrada em episódios como o da empresa Pau Brasil (em que sujou os dedos um festejado pianista) e, mais recentemente, na financeiramente suspeitíssima venda de frangos próprios (no estilo de um banal ladrão de galinhas) à Prefeitura de São Paulo (dirigida por seu preposto Pita) e, principalmente, no chamado escândalo das precatórias.

<sup>21</sup> Foi nos Estados de capitalismo agrário selvagem, dos garimpeiros assassinos de índios, dos fazendeiros e policiais assassinos de sindicalistas, dos linchadores que tocaram fogo em três assaltantes que se tinham rendido com a promessa de não serem maltratados, que Caiado, o Goebbels da contra-reforma agrária, obteve seus melhores resultados eleitorais. (Seis anos após ter escrito estas linhas, a lista de

Os candidatos do centro colocaram-se todos sob o signo da banalidade e da mediocridade. Aureliano Chaves primou pela insignificância; Ulysses Guimarães, que chefiara com dignidade a oposição nos tempos mais sombrios do terrorismo de Estado, ofereceu o triste espetáculo do orador que persiste em falar sem ter nada para dizer. Mário Covas, enfim, que despontara no início da campanha como o candidato de uma sensata classe média que aspirava a uma "modernização" da qual nosso país infelizmente só tem assimilado os aspectos social e culturalmente perversos, procurou em vão ocultar a superficialidade de suas idéias na profundidade cavernosa de sua voz gutural.

À esquerda, atribuiu-se a modestíssima votação obtida por Roberto Freire ao processo de lenta e contínua desagregação de seu partido. A explicação não é falsa, mas é incompleta. É muito mais fácil para um candidato de direita sem partido, como Collor (o PRN surgiu como mero escritório eleitoral), do que para um candidato de esquerda com um partido fraco, como Freire, enfrentar os gastos enormes de uma campanha presidencial eficiente. O poder do dinheiro é a maior alavanca para colocar o dinheiro no poder: as grandes redes privadas de comunicação social jamais apoiaram um candidato de esquerda, com ou sem partido. Mas a fraca votação de Freire correspondeu também à incompREENSÃO, por parte do eleitorado, da mecânica

---

atrozes massacres de camponeses sem terra e de assassinatos de militantes da reforma agrária alongou-se, como se sabe, mais além do que deixava prever a sanha sanguinária dos Caiado e sequazes. Não é preciso cultura econômica ou sociológica para compreender que o acesso de milhões de despojados famélicos à propriedade da terra, longe de ameaçar o funcionamento do sacrossanto "mercado" e da ordem do Capital, contribuiria para ampliar a oferta de alimentos e o mercado interno, bem como para reduzir o êxodo rural. Em vez disso, os latifundiários mais truculentos reativeram a UDR).

**veja**

**A BATALHA FINAL  
PARA MUDAR O BRASIL**

O que pode ocorrer no país  
com Lula ou com Collor

Luis Inácio Lula da Silva, do PT

Fernando Collor de Mello, do PDS

- / A crença no papel do governo para melhorar a vida dos pobres
- / A confiança na ação das empresas estatais
- / A fé no calote da dívida externa
- / Reforma agrária a partir de 500 hectares
- / O combate aos privilégios na máquina do governo
- / A tentativa de abrir a economia
- / A promessa de privatizar estatais
- / Aumentar o bolo para dividir a renda

**"Informação" objetiva...**

*Veja*, edição 1109, ano 22, nº 49, 13 de dezembro de 1989.

institucional de uma eleição de dois turnos. No primeiro turno, escolhe-se o melhor candidato; no segundo, elimina-se o pior. É o que os franceses, com sua longa experiência de dois turnos, chamam de "dis-

ciplina republicana” do eleitor. O brasileiro, culturalmente carente, por perversos condicionamentos sociais, de autodisciplina (como se pode notar, a cada passo, no comportamento da maioria da população, que desrespeita sistematicamente os espaços públicos, num individualismo selvagem que entre outros horrores, faz de nosso trânsito o mais mortífero do mundo), resolveu tratar o primeiro turno como se fosse o segundo, votando nos candidatos com mais chances de ganhar. Reduzido à irônica condição de “segundo candidato” de muitos eleitores progressistas, Freire obteve resultados pouco encorajadores. Infelizmente, não há como não qualificar de regressiva sua evolução posterior. O adesimo moderado ao imperial-presidencialismo do segundo Fernando, menos constrangedor que o adesimo descarado de Weffort e consortes, não deixa de ser adesão a um governo de centro-direita.

No desempenho de Brizola sobressaiu a altíssima votação que obteve nos dois Estados onde foi governador: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Embora não constitua prova indiscutível da fidelidade do candidato a seus compromissos políticos (todas as provas são suscetíveis de discussão), é muito significativo o fato de receber, apesar da virulenta hostilidade da grande imprensa “bem-pensante”, a preferência dos que o conhecem.

## 5. Lula contra o primeiro Fernando

Se fosse necessário juntar mais fatos para refutar a persistente tolice dos arautos do fim das ideologias, a polarização direita/esquerda no segundo turno das eleições presidenciais de 1989 só não abriria os olhos dos cegos voluntários. É verdade que, durante o primeiro turno, o candidato da direita foi discreto na defesa dos aspectos mais reacionários e cruelmente anti-sociais de sua “plataforma”. Tática

hábil: apresentou-se, para os setores conservadores moderados, como mais confiável do que o histérico Caiado e mais atraente do que o negocista Maluf. No segundo turno, porém, mostrou mais as garras. Tanto na linguagem e nos temas propagandísticos (anticomunismo de estilo macartista) quanto nos métodos baixos de difamação contra Lula, o candidato da reação retomou com arrogante truculência a defesa de uma ordem iníqua cujos indecentes privilégios são reservados a uma minoria de milionários.

Lula, durante o primeiro turno, manteve sua rude eloquência e sentido crítico face às hipocrisias da classe dominante. Manteve também as fraquezas e defeitos que só os petistas que confundem combate político com fé religiosa não enxergam: confusão ideológica entre autoritarismo e autoridade, expressa no culto de um “anti-autoritarismo” inconseqüente que, no país da impunidade, debilita ainda mais o espírito de cidadania (=autoridade da lei) e improvisação programática, que o leva a substituir a análise de problemas e situações concretas pelo apelo a princípios genéricos: mais de uma vez, por exemplo, interrogado sobre as medidas que iria adotar para evitar o colapso hiperinflacionário, respondeu que consultaria a sociedade civil, como se as eleições presidenciais já não fossem a maior consulta concretamente viável a uma sociedade à beira da catástrofe monetária.

Não subestimemos os muitos milhões de eleitores “descamisados” que votaram em Collor de Mello. É evidente que erraram e se tornaram mais “descamisados” do que nunca. Mas o erro não foi tão tolamente masoquista quanto sugere a imagem do famélico desdentado vestido de uma roída camiseta de pano vagabundo, identificando-se eleitoralmente, em cruel auto-ironia, com o milionário empetecado que exala privilégio por todos os poros. Contra a retórica anti-autoritária de Lula, o caçador milionário de marajás assumiu a pose e a retórica da indignação contra os malandros, os aproveitadores, os

corruptos, os oportunistas rasteiros. Não para suprimir a malandragem e a corrupção, mas, com a ajuda de seu assecla P. C. Farias e outros assaltantes dos cofres públicos, para praticá-las em escala industrial e com métodos eletrônicos. Quanto ao estilo político, a fingida veemência do candidato da direita impressionou mais a massa perplexa, desencantada e sub-informada dos “indecisos” do que a generosa mas demasiado evangélica pregação social de Lula.

De qualquer modo, se é certa a hipótese de que a eleição se decidiu no debate final entre os dois candidatos, a vitória do candidato da direita beneficiou-se de dois golpes baixos, um deles diretamente montado por sua assessoria e inescrupulosamente utilizado em sua propaganda eleitoral (as sórdidas acusações da ex-namorada de Lula, envolvendo a filha de ambos), outro, explorado com igual falta de escrúpulos pelos grandes meios privados de comunicação social – a grosseira mas eleitoralmente muito eficaz tentativa de envolver o PT no seqüestro do comerciante milionário Abílio Diniz<sup>22</sup>. Predominou, mesmo entre os eleitores de Lula, a opinião de que ele se saiu mal

<sup>22</sup> A revista *Atenção*, ano 2, nº9, 1996, consagrou aos membros do grupo sequestrador, tratados pelo Judiciário brasileiro com uma severidade malévola, fortemente contrastante com as facilidades que concede a ladrões de casaca, uma reportagem que honra o jornalismo brasileiro. Em abril de 1997, o assunto voltou a sair do esquecimento quando o presidente Fernando II, em discreta negociação com o governo do Canadá, tentou encontrar uma brecha legal para extraditar os presos de nacionalidade canadense. A truculência de artigos então publicados contra a eventualidade de uma atenuação da dura pena é antológica. Até a “soberania nacional” foi invocada por sicosfantas que em matéria econômica são partidários do sucateamento das riquezas nacionais aos milionários estrangeiros. No coro dos inconformados com a perspectiva de atenuação da pena imposta aos seqüestradores não podia faltar o deputado ex-radialista Afanásio Jazadi. Em carta publicada no *Jornal da Tarde* de 6-5-98, agride com a grosseira que constitui sua marca registrada o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, porque este ousara lembrar que os seqüestradores haviam sido barbaramente torturados após sua rendição. Surpreendeu, porém, a presença, no mesmo coro, do jornalista Elio Gaspari, que em geral toma da pluma ou do computador para defender melhores causas.

nesse debate decisivo. Visivelmente, permaneceu na defensiva, acuado e atemorizado. Não há de ter sido por causa do segundo golpe baixo (que, além de montado com policialesca torpeza, não envolvia em nada a pessoa do candidato) e sim por causa do primeiro (que o feria num ponto extremamente vulnerável, o amor paterno), que o vimos acabrunhado, desencorajado e fragilizado, a ponto de terminar o debate, sua última ocasião de se dirigir aos eleitores, com trocadilhos constrangedoramente infantis, sobretudo considerando a gravidade da circunstância: “o caçador de marajás não passa de um caçador de maracujás”. A tolice dessa pígia peroração final mostrou que o candidato da esquerda não estava à altura da missão que assumira. Deixou-se intimidar pelo superficial play-boy da direita.

Desferir um golpe baixo revela a baixeza de quem desfere. Mas pode revelar também o grau de vulnerabilidade do golpeado. Não eram maracujás, mas infâncias que estivera caçando naquela noite o caçador de marajás. Afinal, a ignóbil denúncia da ex-amiga de Lula não constituía novidade: ela já se prestara ao mesmo papel anteriormente. Podia-se prever que, convenientemente “estimulada” pela direita, ela voltaria ao ataque. Por que então Lula se defendeu tão fracamente? Por que não desacreditou com a necessária firmeza a imagem falsa que os adversários solertes apresentaram ao público como seu retrato verdadeiro? A questão é importantíssima, porque, se Lula fosse um político como qualquer outro fisiológico de plantão, teríamos de reconhecer, desiludidos, que o mais votado e prestigiado dirigente político da esquerda pós-ditadura não merece mais respeito, como pessoa e como cidadão, do que a triste fauna de espertalhões cuja regra de conduta é a chamada “lei de Gerson”.

Digamos desde logo: pensamos que pelo menos duas fraquezas de Lula tornaram-no vulnerável ao golpe baixo do adversário, mas que ambas resultaram de pressões culturais e políticas a que se subme-

teu. Todo político é forçado a caçar votos. Não é o fato de caçá-los, mas os critérios com que os caça que permitem qualificá-lo objetivamente. Eleitoralmente, isto é, no terreno da caça aos votos, o golpe baixo sofrido por Lula atingiu sobretudo a faixa católica de seu eleitorado potencial. A torpe namorada acusara-o de haver tentado induzi-la a abortar e, mais tarde de se haver desinteressado da filha surgida daqueles malfadados amores. A criminalização do aborto constitui uma das piores hipocrisias da cultura cristã e um dos aspectos mais retrógrados da mentalidade religiosa. Lula poderia ter respondido a seus hipócritas censores na linguagem da religião: "Atira a primeira pedra quem nunca pensou em abortar ou em fazer abortar"... De qualquer modo, não houve aborto nesse caso e, portanto, mesmo do ponto de vista hipócrita da criminalização de um drama infelizmente corriqueiro, que atinge milhões de mulheres, ano após ano, não se pode acusar o dirigente petista de algo que não ocorreu. O problema é que, para o eleitorado católico-fundamentalista, a simples intenção ou mesmo suspeita de intenção de recorrer ao aborto depõe fortemente contra o candidato: a fraqueza, no episódio, não foi tanto de Lula individualmente quanto de seu contexto.

Contexto político, antes de mais nada. O PT incumbira o conhecido frei Beto<sup>23</sup> de redigir uma biografia de Lula que deveria ficar pronta no primeiro semestre de 1989, a fim de que pudesse ser utilizada durante a campanha presidencial. Em sua versão original, a biografia evoca com franqueza a vida pessoal do dirigente petista, inclu-

<sup>23</sup> Persistimos em escrever Beto com um só "t", embora seja difícil escapar do zelo anti-ortográfico de certos revisores. Será preciso dizer que, não havendo razão fonética alguma para o redobro da consoante intervocálica, ele constitui mero pedantismo, frescura pura, para nos exprimirmos coloquialmente. O pior é que a mania do redobro foi popularizada pelos ridículos quatro "l" de Collor de Mello. Há mesmo em São Paulo um restaurante para ricaços deslumbrados que se chama Leopolddo.

sive o episódio com a enfermeira Miriam Cordeiro, por ela e por seus "protetores" da direita tão indignamente explorado. Faltou, entretanto, à cúpula petista a coragem moral para enfrentar os fariseus e os provocadores profissionais. Em vez de permitir que se difundisse a imagem do Lula real com suas fraquezas humanas, preferiu censurar o livro do frei Beto, que compôs uma nova versão, revista, corrigida e amputada de aspectos desagradáveis. Em vez de se antecipar aos caçadores de infâmias, divulgando a versão do próprio Lula, o PT tentou infantilmente tapar o sol com a peneira, dando a seus solertes adversários a oportunidade de "revelar" ao corpo eleitoral, com previsível falta de escrúpulos, a miserável versão de Miriam Cordeiro.

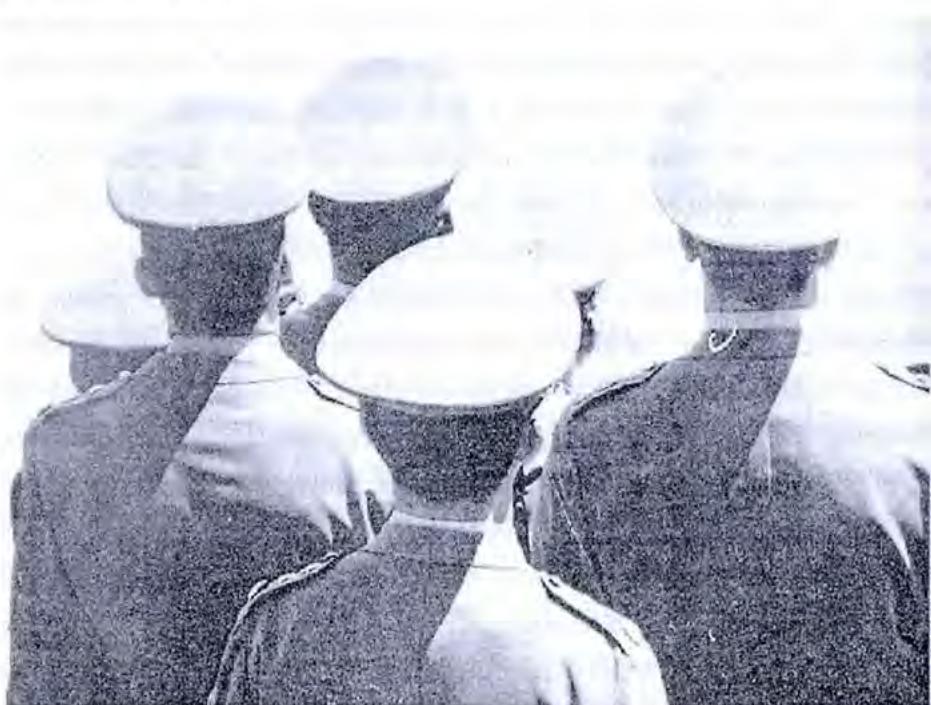
Contexto cultural, também. O código de valores do meio operário brasileiro, fortemente influenciado pelo imenso contingente de emigrantes fugitivos, em fluxo maciço e constante, da miséria rural, comporta noções primitivas e retrógradas sobre a sexualidade. À tosca e supersticiosa religiosidade das massas rurais acrescenta-se a influência dos preconceitos e dogmas das religiões estabelecidas, especialmente a católica, que, como se sabe, não admite sequer o divórcio. O declínio da influência comunista e a ascensão do petismo no meio operário vieram acentuar esses preconceitos. O PT, a despeito de contar com materialistas dialéticos e históricos é ideologicamente um partido da esquerda cristã: a influência intelectual largamente predominante no partido de Lula é a do catolicismo. Compreende-se que em tal contexto teria sido muito difícil e psicologicamente muito desgastante para o dirigente petista conviver com a filha nascida antes e fora do casamento.

A falta de sinceridade e de coragem moral para assumir publicamente suas convicções filosóficas e religiosas, longe de ser característica do PT, afeta sobretudo as correntes centristas e de centro-esquerda que se apresentam como porta-vozes da "modernidade", uma das expressões mais mistificadoras e confusas de nosso léxico

político. A direita, habituada a associar Deus à garantia da propriedade privada (embora, na verdade, sob o nome de Deus adore um ídolo pagão, o “Bezero de ouro”), usa, e sobretudo abusa, da fé religiosa do eleitorado para caçar votos. Até o golpe militar cripto-fascista de 1964, contou com o apoio explícito da hierarquia católica para defender a ordem iníqua de que extraí seus escandalosos privilégios. Felizmente para o Brasil, e a despeito dos esforços do ultra-reacionário João Paulo II, parte da Igreja católica tem mantido, tanto nas zonas urbanas quanto nas áreas rurais, as posições corajosas, generosas e profundamente democráticas, que assumiu ao longo do último quarto de século de nossa história. Embora não seja representativas do aparelho eclesiástico internacional, essa postura configura uma tendência suficientemente forte para resistir às pressões retrógradas do Vaticano. O retorno de eclesiásticos obscurantistas a posições-chave no catolicismo brasileiro pode revertê-la, mas é incontestável que o PT conferiu-lhe organicidade política: os melhores católicos são petistas.

Não insistiremos nas contradições político-culturais objetivamente inevitáveis entre a esquerda católica e o ideário socialista ou, mais abrangentemente, entre a concepção religiosa e a concepção leiga da democracia e do progresso social. A laicidade do Estado, da escola pública, das instituições culturais e dos meios de comunicação social, a descriminalização (que não significa apologia) do aborto, a superação das posturas morbidamente puritanas face à sexualidade, ao divórcio etc. constituem pontos essenciais do programa histórico da esquerda esclarecida e configuraram, portanto, outros tantos pontos de conflito com a esquerda religiosa. Mas num país como o nosso, onde a miséria da existência, combinada à fragilidade da cultura democrática, coloca para o conjunto da esquerda prioridades muito mais elementares e urgentes, essas contradições, sem perder sua importância intrínseca, não devem ser tratadas como pomes de discórdia. Seria

injusto, entretanto, não reconhecer que a forte presença do catolicismo no PT não tem impedido a maioria de seus deputados e senadores de tomar posição a favor de causas progressistas (que são também a causa de todo povo intelectualmente esclarecido), mesmo quando, como no caso do aborto, elas são mais suscetíveis de fazer perder do que ganhar votos.



**Em que ponto está a maré militar?**  
*Afrique-Asie*, 3 de outubro de 1977.

## 6. A sombra de Deus na apoteose do segundo Fernando

A fragorosa derrota de Lula diante de F.H. Cardoso, nas eleições seguintes, deveu-se, em larga medida, como se sabe, ao sucesso do Plano Real. A “sociedade civil” preferiu ao candidato que se propunha, uma vez eleito, consultá-la sobre os meios de combater a inflação,

o candidato que na condição de ministro de Itamar, associou seu nome ao controle da inflação. Inútil argumentar com as conseqüências perversas do chamado *Consenso de Washington*. Mais perceptíveis no curto prazo (o prazo das eleições) eram os efeitos da inflação galopante.

Não que o festejado sociólogo se distinguisse pela firmeza caracteriológica. Ao contrário. Muitos dos tropeços de sua carreira política decorreram de sua pusilanimidade. Um dos episódios mais burlescos, a esse respeito, ocorreu em 12 de dezembro de 1985, quando ele disputava a prefeitura de São Paulo. Num debate pela TV, o jornalista Bóris Casoy, reacionário de choque, travou com o ilustre sociólogo e senador o seguinte diálogo:

Casoy – Senador, o senhor acredita em Deus?

Cardoso – Essa pergunta o senhor disse que não me faria.

Casoy – Eu não disse nada.

Cardoso – Perdão, foi num almoço sobre este mesmo debate.

Casoy – Mas eu não disse se faria ou não.

Cardoso – É uma pergunta típica de alguém que quer levar uma questão íntima para o público...<sup>24</sup>.

Compreende-se o embaraço do senador. Livre-pensador, liberal ultramoderno, ídolo dos intelectuais de centro e de centro-esquerda, ou de esquerda moderada, dos yuppies e outros deslumbrados vagamente letRADOS e, em geral, da ala menos mal-educada da selvagem burguesia engendrada por nosso capitalismo selvagem, tido por seus admiradores como o Príncipe dos sociólogos brasileiros, o então candidato do PMDB à prefeitura não queria nem perder prestígio diante dos intelectuais de espírito crítico – que não têm grande simpatia pelos adoradores de Deus, sobretudo do Deus das eleições – nem perder os votos

<sup>24</sup> O texto do diálogo entre Casoy e Cardoso foi reproduzido na *Folha de S.Paulo*, 2-XI-1986.

dos fiéis a Deus. Daí sua ridícula perplexidade diante da pergunta do entrevistador, um especialista do jornalismo provocador num estilo copiado da aguerrida revista macartista *Seleções do Reader's Digest*<sup>25</sup>.

Após tão vacilante confissão de semi-atéismo, F.H. Cardoso deu-se conta de que embora não sendo Paris, Brasília também valia uma missa. No ano (e na campanha) seguinte (para o Senado, dessa vez), abriu espaço para Deus em sua plataforma: “Ateísmo é coisa ultrapassada. Existe o infinito, o amor, o mistério. Não há nenhuma razão para ser contra a idéia de Deus”. Peregrinou ao santuário de Aparecida, onde rezou (em latim, segundo a imprensa) um padre-nosso, ao lado do arcebispo, confirmando com esse gesto que “crença é uma coisa que se guarda no coração, o que vale é a prática”. Como brinde ganhou uma imagem da Padroeira do Brasil benzida pelo arcebispo d. Geraldo Penido, um dos mais reacionários do clero brasileiro. A miraculosa conversão provavelmente ajudou-o a conquistar a segunda vaga para o Senado<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> *Observatório da Imprensa*, nº 1, agosto de 1997, em página dupla assinada por Alberto Dines (pp. 8-9), consagra um tópico a “Boris Casoy e a síndrome Anti-Globo”. Após notar que a valorização da “escola” Casoy, isto é, do “palpitismo televisivo na base de juízos fáccis e bordões popularescos, é o primeiro passo para o tele-fascismo”, vincula-a à “posta dos empresários de TV na contratação de celebridades por fabulosos salários sem gastar, no mínimo, o equivalente na formação de uma equipe de jornalismo, mistificação que precisa ser combatida”. Contrapõe tal TV de “piruetas marqueteiras em torno de vedetes” a boas reportagens divulgadas pelo “Jornal Nacional” da TV-Globo, mencionando a série de denúncias divulgadas entre 28 de julho e 1º de agosto de 1997 a respeito da “compra de armas e munições de guerra das mãos dos policiais, venda livre de explosivos e grampeamento de telefones...”. Classifica-a de “paradigma para o moderno jornalismo brasileiro...”. Respeitamos a opinião de Dines, mas cabe enfatizar que se há uma “síndrome” anti-Globo, o uso desenfreado da máquina estatal da ditadura para montar a Rede do sr. R. Marinho, as descaradas e indecentes mentiras à opinião pública em casos gravíssimos como no do Riocentro e da campanha das diretas, lhe dão fundadas razões de ser.

<sup>26</sup> “Na corrida pelos votos, Cardoso reconcilia-se com Deus”: esse é o título da matéria da *Folha de S.Paulo* acima citada. O malufista José Maria Marin, que disputa-

Não era possível prever, àquela altura, quão longe a reconciliação com Deus conduziria o festejado sociólogo. A lição teológica de 1986, gravada em seu espírito, continuou, como se sabe, a lhe render estupendos dividendos eleitorais. No lançamento do *real*, a arma decisiva de sua *blitzkrieg* nas presidenciais de 1994, teve o cuidado de mandar corrigir “uma falha técnica registrada nas primeiras matrizes da cédu-  
la: a supressão da expressão *Deus seja louvado* que figurava no cruzeiro real...”<sup>27</sup>. Quem não confunde religião com vulgar tartufismo, se serve de melhores lugares para louvar Deus do que no papel-moeda. Foi o mediocre e provinciano Sarney quem teve a idéia de atropelar a separação entre Estado e Igreja (macaquice servil: no dólar estadunidense lê-se *In God we trust*, que em interpretação libérrima poderíamos verter para *Deus está com os trustes*) colocando em seu efêmero e logo falido

va pelo PFL, uma vaga no Senado, atacou F.H. Cardoso constantemente, durante a campanha, acusando-o de “ateísmo” e “marxismo”. O senhor Marin serviu a uma ditadura militar que mandava os marxistas para o OBAN e para os DOI-CODI. É de imaginar sua frustração de só poder, agora, mandá-los para o inferno. Quanto aos ateus, já há alguns séculos não são enviados à fogueira pela Santa Inquisição. Atualmente, sofrem apenas castigo eleitoral. Fugindo com pleno êxito a tal castigo, F.H. Cardoso replicou às acusações de Marin, atacando “os que usam o santo nome de Deus em vão”: isso “é pecado” (cf. *Folha de S.Paulo*, 2-11-1986).

<sup>27</sup> O episódio está descrito, com pormenores, em *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*, São Paulo, Contexto, 1994, p.56, de autoria dos jornalistas Luciano Suassuna e Luiz Antônio Novaes. Trata-se de uma narrativa sintética e com razoável objetividade, embora não isenta de opiniões esdrúxulas, quando não francamente tolas, como a que encerra o livro. Com Fernando Henrique, “a esquerda terá, enfim, a oportunidade de resgatar parte da dívida social” (p.78). A esquerda! Cartega também o velho e tenaz defeito de chutar quando não sabe. Exemplo divertido é a propósito de uma comparação utilizada pelo PT para cobrar de FHC a aliança com o PFL. Segundo os dois jornalistas, o PT “revelou o que poucos eleitores certamente sabiam: *Ali Babá até que era um bom sujeito. O problema eram seus amigos*” (p.73). A pior ignorância é a que se ignora. O “PT” e os dois jornalistas, que da história de *Ali Babá e os quarenta ladrões* certamente só ouviram falar do título, imaginaram que estes eram amigos daquele. É o caso de sugerir que leiam a história contada pela bela Sherazade. Em todo caso, a maioria dos eleitores, que não sabe nada sobre *Ali Babá*, sabe mais do que os que pensam saber e não sabem. *Abre-te Sésamo!*

cruzado aquela celebração teológica. Deus não o ouviu. Já o culto de F.H.Cardoso ao Deus das eleições foi bem acolhido, confirmando seu conhecido talento de fazer o “discurso do interlocutor”, isto é, quando lhe convém, de dizer sempre a cada qual a palavrinha que agrada e proporciona o melhor retorno<sup>28</sup>.

O único acidente sério na campanha presidencial sofrido pelo candidato do centro-direita em 1994 teve por protagonista o embajador Ricúpero, que o substituiu no Ministério da Fazenda quando ele deixou o cargo para disputar a presidência. Com uma duplicidade que daria inveja a qualquer professor de “Realpolitik” (no duplo sentido do termo “real”), o novo Ministro, ao mesmo tempo que reiterava, em enfáticas declarações públicas, sua completa neutralidade diante da campanha eleitoral em curso, utilizava a fundo os meios de comunicação para celebrar o *real* e portanto seu criador, o segundo Fernando, contribuindo assim decisivamente para a lenta, gradual e aparentemente inexorável ascensão de sua candidatura e pelo correspon-

<sup>28</sup> Já presidente, FHC tomou iniciativas francamente reacionárias para confirmar e ampliar o apoio ao catolicismo. No artigo “Presidente fiel”, in *Veja* 30 (30), 30 de julho de 1997, a jornalista Sandra Brasil comenta criticamente três graves concessões do ex-livre pensador arrependido ao clericalismo: FHC “pode não acreditar em Deus, mas tem seguido com fidelidade os ditames católicos, ora contrariando os praticantes de outras religiões, ora adotando medidas que não representam mais os anseios de uma sociedade que tenta modernizar-se...”. A mais retrógrada foi a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas. Lei tão “generosa”, que “torna o ensino religioso uma disciplina que fará parte do currículo, como português e matemática”. Pior: tal “ensino” será pago por todos os contribuintes, graças à nova lei sancionada por Fernando II, que revogou dispositivo legal anterior estipulando que o ensino de qualquer religião ocorreria “sem ônus para os cofres públicos”. Observa pertinentemente a supra-citada articulista que embora o texto da lei clerical de FHC “não diga que se vá ensinar a fé católica, sugerindo que todas as religiões serão estudadas, a experiência indica o contrário...o que se ensina na maioria (das escolas) é o catolicismo. É um absurdo num Estado laico como o Brasil... A lei segue na contramão do mundo”.

dente declínio da de Lula. Comediante da imparcialidade, chegou mesmo a ameaçar “dar um cacete no PSDB”, “toda vez que houver uma declaração como a de Gustavo Franco”. (Este, parceiro do segundo Fernando na paternidade do *real*,<sup>29</sup> havia afirmado que “Lula, se eleito, daria um calote na dívida interna, confiscando assim a poupança”. Imputava assim ao candidato da esquerda a intenção de desfechar contra o patrimônio dos portadores de cadernetas de poupança o golpe executado em 1990 pelo vitorioso candidato da direita, o primeiro Fernando).

No dia 1º de setembro de 1994, porém, no auge da campanha presidencial, Ricúpero, no intervalo de uma entrevista para o *Jornal da Globo*, confidenciou a seu interlocutor: “- No fundo é isso mesmo. Eu não tenho escrúulos. O que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde”. Durante cerca de quinze minutos, julgando-se em “tête à tête” com o jornalista que o entrevistava (e que com ele estava enturmado), o ministro continuou a expor suas manobras. De repente, o pânico. Um técnico da *Globo* acabara de avisar: “- Qualquer coisa que vocês estão falando aí a antena parabólica pega. Todo mundo ouve”. Só o tempo do verbo estava errado: “todo mundo” já tinha ouvido. Não houve pois maneira de evitar o pedido de demissão do Ministério. Gentil, mesmo porque o escândalo, contrariamente ao que se poderia temer, não chegou a prejudicá-lo eleitoralmente, o segundo Fernando comentou: “-O que o Ricúpero disse é que o real é bom e é bom mesmo...”<sup>30</sup>.

Houve ingênuos na esquerda que se espantaram com a desenvolta facilidade com que o politólogo F. Weffort, em prazo indecen-

<sup>29</sup> Politicamente, o verdadeiro pai não é nem um nem outro e sim o então presidente Itamar Franco (do qual FHC era, enquanto ministro, mero coadjuvante) responsável pela decisão de criar a nova moeda.

<sup>30</sup> Cf. *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*, op. cit., pp.56-62.



**Tudo pelo social! Bater em operário é preciso...**

*Veja*, nº 1394, 31 de maio de 1995.

temente curto, largou o barco do PT, do qual fora desde o início um dos principais ideólogos, além de secretário-geral, para, numa “pirueta de Gerson”, muito semelhante à de Sarney e do PFL em 1984, tornar-se ministro da Cultura do governo PSDB-PFL-PTB. Muitos petistas desiludidos chegaram a falar em “traição”. Discordamos. Weffort sempre foi coerente em seu anti-comunismo militante; sempre se manteve naquela esquerda de que a direita gosta. Entre muitíssimas outras entrevistas e declarações à mais respeitável imprensa burguesa, vale mencionar a seguinte, onde transparece discretamente, já em 1987, sua admiração pelo PFL. “O principal ideólogo do PT, sociólogo Francisco Weffort, constatou que as perspectivas de as esquerdas aprovarem suas teses na Constituinte são frustrantes... ‘A esquerda tem mais capacidade de fazer onda do que dirigir o navio, completa...’”. Mais adiante constata o “fortalecimento do PFL..., o fiel da balança... (que) tem obrigado o PMDB a submeter-se às suas teses. O quadro não é dos mais otimistas’, conclui o sociólogo”<sup>31</sup>. Oito anos depois, ministro da aliança presidencial em que o PFL tem papel preponderante, poderia manter a mesma análise, com duas pequenas modificações: o PFL obrigou também o ex-dirigente e ideólogo petista a submeter-se a suas teses (bajulou seus novos compadres a ponto de descobrir “sensibilidade social” no truculento cacique do PFL baiano A.C.Magalhães) e o “quadro”, contemplado da janela do Ministério da Cultura, tornou-se, para ele, bastante otimista. Aos que insistem em classificá-lo como traidor, Weffort poderia apoiar-se em Marx para explicar que não devia mesmo permanecer num partido que tinha chegado ao ponto de aceita-lo como secretário-geral. Claro que nos referimos não a Karl, mas a Groucho Marx.

<sup>31</sup> *O Estado São Paulo* de 22 de março de 1987.

Candidato à reeleição, Fernando II chamou de “fascistas”, logo nas primeiras escaramuças da campanha, os peemedebistas que pretendiam lançar candidato próprio e portanto estavam se opondo a apoiar, desde o primeiro turno, sua reeleição<sup>32</sup>. Truculência verbal tanto mais despropositada que não é preciso um estudo politológico sobre o voto do eleitorado de direita para afirmar sem muito risco de erro que boa parte dos fascistas e cripto-fascistas brasileiros votaram na aliança PFL-PSDB. (Salvo os admiradores do ultra-reacionarismo lacônico de Enéas e do PRONA). A ânsia de permanecer no palácio presidencial o levou a superestimar a força política de seu principal oponente. Com efeito, se, na campanha de 1989, Lula foi portador de uma grande esperança (embora, cabe insistir, faltasse-lhe estatura para carregá-la) e, na de 1994, foi atropelado pelo real, em 1998 oscilou, em sua terceira frustrada tentativa de chegar à presidência, entre a mornice e o oportunismo eleitoral. Ousou declarar, num comício em Alagoas, no final da campanha (25-9-1998), que a fuga de capitais era um castigo de Deus! Esta foi apenas uma das várias ocasiões em que deixou passar preciosa oportunidade de ficar calado, em vez de agredir a cultura histórica da esquerda. Como já a havia agredido, e fundamentalmente, o triste espetáculo proporcionado pela senadora petista Benedita da Silva, beijando a mão do chefe reacionário A. C. Magalhães.

<sup>32</sup> A declaração data de 18 de junho de 1998. “Depois amenizou”, comenta *O Estado do Paraná* de 20-6-98, onde lemos a notícia. Já o festejado cacique cripto-fascista A.C. Magalhães anunciou que se Lula fosse eleito haveria o caos.

**GUIA:** Como escolher a melhor escola para os filhos

**VIAGRA:** Impotentes experimentam e contam tudo

# A ESQUERDA COM RAIVA

Inspirados por ideais zapatistas, leninistas, maoístas e cristãos, os líderes do MST pregam a implosão da "democracia burguesa" e sonham com um Brasil socialista

José Pedro Siedle, líder do Movimento dos Sem-Terra



**Diabolizando quem luta contra os privilégios.**

Revista *Veja*, nº 1.549, 30 de junho de 1998.

## **7. Carandiru, Candelária, Eldorado, Diadema e outros massacres: a ordem liberal se defende**

Conforme uma ironia, de gosto discutível mas não inteiramente desprovida de fundamento, que circulou entre os exilados dos anos 70, as ditaduras militares do Cone Sul apenas democratizaram a tortura e as execuções sumárias, até então reservadas aos membros das classes subalternas. Cumprida sua função com o aniquilamento da resistência armada, os órgãos especializados em torturar presos políticos para extorquir-lhes informações suscetíveis de desmantelar organizações revolucionárias clandestinas foram desativados e os esbirros que os integravam retiraram-se pelas portas do fundo da cúpula do Estado. Mas a tortura como método rotineiro de investigação não havia sido inventada pela ditadura militar. Tinha atrás de si longa e constante presença. Às altas taxas de criminalidade decorrentes de fundo grau de miséria e também altas taxas de desemprego, uma polícia com altas taxas de corrupção e brutalidade, baixíssimo grau de preparação profissional, baixos salários e também altas taxas de impunidade responde com métodos repressivos em que tortura e execução sumária constituem as principais “terapias de choque”.

Nesta guerra suja, o governador Luís Antônio Fleury será lembrado pelo merecido epíteto de marechal do Carandiru. Poucas vitórias militares nos anais da História foram tão extraordinárias como a tomada do Presídio situado naquele bairro pela Polícia Militar do Estado de São Paulo em outubro de 1992. Do lado das forças vitoriosas nenhuma baixa. Do lado dos detentos, cento e onze mortos. O secretário da Segurança de então, um certo Pedro Franco de Campos, homúnculo de olhar duvidoso, condenou diante da televisão os que levantaram a suspeita de que na verdade não ocorrera uma batalha e sim uma chacina pura e simples: “- Estão prejulgando”. Difícil decidir se o pior é a espessa tolice do chavão ou cinismo implícito do raciocínio. Pode-se entretanto afirmar com certeza que os métodos nazistas

empregados no Carandiru estavam na lógica da conduta de Fleury e coadjuvantes. O mesmo Campos, meses antes, ao tomar conhecimento de que havia sido saqueado em Mauá um supermercado, rosnera: “- Quem estiver pensando em saquear que se cuide, pois vamos agir com repressão muito forte...”, acrescentando que se tratava “de crime inafiançável”. Um de seus principais colaboradores, o coronel Ubiratan Guimarães, que também se cobriria de louros bélicos na pacificação “sui generis” do motim do Carandiru, deu ordem aos policiais, no centro de Mauá e em todo o ABC, “de prender suspeitos e levá-los à delegacia mais próxima para que expliquem o que faziam ao lado de supermercados e mercadinhos se não pretendiam fazer compras”<sup>33</sup>. Conhecendo a imparcial objetividade do conceito de “suspeito” no pensamento da PM, é fácil imaginar o que tenha ocorrido.

Mesmo quando não são diretamente responsáveis pela barbárie policial, nossos governantes e legisladores são culpados de omissão. Postos diante de um pelotão de celerados fardados, filmados em Diadema em flagrante delito de espancamento, extorsão, tortura e assassinato, tentam encobrir o sol com a peneira, como fez o governador Mário Covas, declarando que as providências devidas já haviam sido tomadas antes do estarrecimento provocado pelo vídeo denunciador. A verdade é que não fosse a difusão do vídeo pela Rede Globo (desta vez do lado da cidadania), Mancha, Rambo e companheiros de pelotão teriam, “comme d’habitude”, logrado fazer prevalecer a versão dos torturadores sobre a dos torturados. A repulsa moral que suscitam cenas como as registradas em março de 1997 por um anônimo cinegrafista não provém somente do espetáculo da brutalidade física associada à covarde deturpação do uso do poder de polícia. Também contribui a aparente banalidade das motivações dos facínoras fardados: humilham, espancam, torturam e matam por nada ou quase nada.

<sup>33</sup> *O Estado de São Paulo* de 16-5-1992.



**Coração sensível.**

*Veja*, nº 1544, 29 de abril de 1998.

Sabemos entretanto que tal “banalidade” é apenas aparente. O desprezo pela vida humana está fundamentalmente entranhado nos costumes nacionais, tanto assim que muitos dos massacres que nos assustam e envergonham não foram cometidos pela PM, e muitos dos que ela cometeu foram encomendados por “autoridade superior”. O delegado psicopata Sérgio Paranhos Fleury, torturador festejado por seus pares e admiradores da extrema-direita, foi gratificado, por um Con-

gresso onde predominavam os sabujos da ditadura, com a lei que lhe assegurou completa impunidade pelos muitos crimes hediondos e crapulosos que cometera. Conhecida como Lei Fleury, ela constitui a prova insofismável da conivência promíscua dos coadjuvantes parlamentares da ditadura com os piores agentes do terrorismo de Estado. Nos anos 70, também em plena ditadura militar cripto-fascista, ocorreram dois crimes hediondos praticados por poderosos celerados, um deles filho de um dos mais repugnantes personagens da ditadura militar, o ministro da Justiça Alfredo Buzaid. Ambos ficaram impunes.

A conivência com a barbárie a serviço da “ordem” se estende das cúpulas do poder político às bases da “sociedade civil”. Nos anos 80, o mais famigerado predecessor do “Rambo”, do “Mancha” e outros homicidas fardados de igual bestialidade, foi um certo cabo Bruno, patrono dos chamados “justiceiros”, que executou, a soldo de comerciantes e outros pequenos empresários da periferia, muitas dezenas de menores de rua, delinqüentes ou presumidos tais. Pioneiros da “privatização da segurança”, aqueles “segmentos da sociedade civil”, para usar o chavão do sociologuês neoliberal, são tão responsáveis pelo extermínio de menores quanto os psicopatas que lhes executam as ordens.

Assim funciona a ordem neoliberal, como funcionara a ordem ditatorial, e antes dessa suas predecessoras. Em todas elas, combateu-se o crime com métodos criminosos. A diferença (sem dúvida não pequena) está em que, havendo liberdades políticas, é sempre possível denunciar tais métodos. Mais difícil é erradicá-los. Ao consagrar nas urnas, em 1998, a reeleição de Fernando II, o eleitor brasileiro, por maioria decantada já no primeiro turno, decidiu não considerar a questão como prioritária. O chefe de Estado já o havia anunciado, num ato falho extremamente sintomático: referindo-se à Comunidade Solidária, dirigida pela primeira dama, chamou-a de Comunidade Soli-

tária. Sem ato falho, classificou de “neobobismo” a denúncia do “neoliberalismo”. “Bobo” vem do latim “balbus”, que denota dificuldades fonatórias (gagueira, lambdacismo, etc.). Há gagos de muito talento, lucidez e retidão de caráter. A gagueira só é nefasta quando se transfere do aparelho fonatório ao caráter. Neste sentido figurado, em que o feio não está na fala, mas no pensamento, ela tende, na ordem neoliberal, a se tornar um mal endêmico entre os intelectuais carateriologicamente frágeis. Também no sentido corrente e coloquial, “bobice” e “bobismo”, disseminam-se em escala industrial através do círculo mediático “globalizado”, que rebaixa ainda mais, com sua espessa e agressiva vulgaridade, o precário referencial cultural da massa amorfa de consumidores atomizados (relacionando-se uns aos outros, para retomar célebre fórmula de Marx no *18 Brumário*, como batatas num saco de batatas).

Há quem se contente com constatar que no liberalismo democrático o povo tem o governo que merece. (Há nisso alguma verdade, mas é bom lembrar que quando o povo se mostra lúcido o bastante para merecer um governo que efetivamente lhe expresse os interesses e as aspirações, o poder do dinheiro costuma recorrer a “outros métodos” para manter o dinheiro no poder). Metade dos eleitores brasileiros merece a permanência de Fernando II na presidência até o início de 2.003. Alguns (os idólatras do mercado) com fundadas razões, a maioria com infundadas ilusões (“quem venceu a inflação vai vencer o desemprego”). Mas os bons resultados da esquerda nas eleições legislativas federais, bem como em várias eleições para os governos estaduais, além do fato de que a votação recebida por Lula não deixou de ser expressiva, confirmaram que sob o pântano neoliberal há um solo fértil. Por ora, entretanto, retomando a metáfora tuberiforme, temos de deixar, conforme o velho adágio, “ao vencedor as batatas”.

## Capítulo X

### O verniz democrático no espelho do trânsito

#### 1. Da dificuldade de ser concretamente democrata em nosso país<sup>1</sup>

Caía uma chuva torrencial. A água despencava obliquamente de todos os pontos cardeais e vinha se espatifar contra os vidros do carro. A duras penas os limpadores de pára-brisa desobstruíam um pedaço do campo visual. Por fora, porque por dentro tudo parecia irremediavelmente embaçado. Já me cansara de esfregar os vidros com uma flanela, com a mão e até com um lenço de papel fornecido por Cândido, que viajava a meu lado, tensamente silencioso. Mas, apenas dissipado, o embaçamento voltava, teimoso e indiferente ao ar frio, ao ar médio, ao ar quente, à ventilação para baixo e à ventilação para cima, enfim, a todos os botões que eu sucessivamente apertara na tentativa de não me ver reduzido ao vôo cego.

O pior é que bruscamente escurecera naquela tarde de janeiro de 1983 em que rumávamos para São Paulo na pista trilhada três séculos antes pelo caçador de índios Bartolomeu Bueno da Silva, dito Anhangüera por suas vítimas. As luzes dos faróis alheios vinham reverberar no espelho retrovisor, atravessando em jorros caóticos a umidade ambiente. Pensei em estacionar o carro no acostamento. Mas, naqueleas péssimas condições de visibilidade, a irresponsabilidade criminosa

---

<sup>1</sup> Originalmente publicado em *Presença*, nº 6, outubro de 1985. pp.53-63.

de um energúmeno que acabara de ultrapassar um caminhão pela direita, isto é, pelo acostamento, mostrara que aquela opção seria pior ainda do que a de continuar guiando em vôo semi-cego.

A tensão da estrada interrompera minha conversa com Cândido. Mais exatamente, impedia-me de prestar atenção na longa réplica que desenvolvia a uma de minhas costumeiras diatribes contra a boa consciência dos intelectuais nossos colegas, puros de toda mácula, sensíveis a todas as belas causas, ardente mente anti-autoritários, levando a tolerância universal até o limite do conformismo e da indiferença. Não que Cândido contrapusesse a minhas observações uma visão idílica dos intelectuais. A sua maneira, ele era até bem mais crítico do que eu. Incomodavam-no sobretudo as “picaretagens teóricas” que grassavam em nosso meio acadêmico e no mundo das letras em geral. Seu ideal era a Universidade francesa, alemã e inglesa e sua infelicidade a constatação da aparentemente intransponível diferença de qualidade que nos separava do modelo europeu. Mas recusava-se a vincular nossa miséria intelectual à miséria de nossa sociedade. Ao contrário, via na idéia de uma responsabilidade política dos intelectuais e, em geral, em qualquer envolvimento dos profissionais do saber em atividades culturais que transcendessem a esfera de suas competências acadêmicas específicas, uma virtual traição à causa do Saber, o qual, para ele, se exauria em seu momento puramente contemplativo.

Progredíamos lentamente através da tempestade e dos caóticos jogos de luz que tornavam ainda mais desorientadora a escuridão, quando Cândido houve por bem chamar-me de volta à discussão. Sentira-se ofendido porque eu dissera que, no fundo, entre os “picaretas” que ele tanto detestava e o aristocrático ensimesmamento que professava havia uma coincidência essencial: o individualismo. O dele era sem dúvida mais respeitável intelectualmente: um eremita todo entregue ao prazer solitário de decifrar os difíceis textos canônicos da

história do pensamento. Enquanto os “picaretas” engalfinhavam-se na disputa dos “pontos de venda” dos produtos lançados na moda pela indústria cultural e os mais bem sucedidos tornavam-se eles próprios produtos na moda. Sarcasticamente observou-me que ao criticar o egocentrismo dos intelectuais deslumbrados com o “show business” da cultura, eu estava apenas contrapondo à moda atual do estrelismo, o velho (e portanto “démodé”) modelo do “intelectual engajado”.

Antes que eu pudesse responder, senti aquele susto animal de quem vê a morte perto. Pisei fundo no freio, estimulado por touco grunhido de Cândido, que também percebera o perigo. Na nossa frente um caminhão, escuro na noite escura, envolto em sufocante nuvem negra de óleo diesel, se arrastava a uns 20 kms. por hora sem nenhuma espécie de luz traseira. O choque foi evitado por alguns milímetros; meu carro dançou na pista encharcada numa longa derrapagem que ameaçou nos pôr fora da estrada. Quando tudo se reaprumou, Cândido, primeiro a recuperar a fala, encontrou logo a fórmula encantatória para suprimir mentalmente a estupidez das circunstâncias e continuar vivendo como se esse fosse o menos pior dos mundos possíveis:

“- O negócio é ir pela Bandeirantes e não pela Anhangüera...”.

Pobre Cândido! O susto engolido e a cólera reprimida haviam-me reacendido a veia polêmica. Moderando-a, contentei-me em declarar enfaticamente que num país civilizado, um veículo sem luz traseira é imediatamente multado e, numa estrada, impedido de continuar circulando.”- É só aqui, ou então em países ainda mais avacalhados que o nosso que ocorrem essas coisas”, concluí.

Cândido contra-atacou pela esquerda: “- Admira-me vê-lo utilizar o conceito de civilização, cuja matriz ideológica colonialista e reacionária você por certo não ignora”.

“- Deixe os efeitos retóricos para quando tiver platéia, meu caro Cândido. Eu disse civilização para não dizer civilidade, que soa pedante. Mas, para ser pedante até o fim, lembrei ao eminente colega que cidadade vem de *cives=cidadão* e *civitas=comunidade política*. É justamente o que não existe entre nós: nem cidadãos nem cidadania e não só no trânsito. O trânsito é um espelho em que se refletem, sem retiques nem fraseologias, pelo menos dois sintomas claríssimos do caráter não-democrático de nossa cultura: o desrespeito generalizado às regras sociais e o desprezo dos “de cima” pelos “de baixo”.

“- Seu pedantismo seria perdoável se ao menos você fosse claro. Mas, ao contrário, você está ficando cada vez mais obscuro. O que tem a ver cultura democrática com as regras de trânsito? Quanto mais totalitário for um país, maior será o respeito que inspiram os guardas de trânsito.”

“- Cândido, você é liberal, não é democrata. O povo no Brasil anda a pé. Os liberais como você em geral andam de automóvel. Não sorria. Eu também ando muito de automóvel. E muitos do povo dirigem caminhões, ônibus e até carros caindo aos pedaços. Sentados no volante, agem exatamente como os liberais de nosso meio social, modestamente auto-intitulado de classe média. Avançam em cima dos pedestres nas faixas de travessia, avançam sinal vermelho, mudam de pista sem dar sinal sempre que o veículo que estão guiando é maior que o que está atrás, etc. Não respeitam regra nenhuma, salvo a do mais forte. Azar dos mais fracos. Morei doze anos na Europa. Lá nunca tive medo de atravessar a rua. Foi preciso voltar para cá para descobrir quanto desrespeito e quantos riscos nossos compatriotas pedestres têm de enfrentar para passar de uma calçada à outra.”

A conversa não foi muito mais longe. Mais interessado em discutir conceitos do que faixas de pedestres, Cândido contra-atacou, pela direita, desta vez, a propósito da contraposição entre democracia e

liberalismo. "Só há uma interpretação coerente para a diferença que você estabelece entre cultura democrática e ideologia liberal. Sua democracia é a ditadura da maioria ou, mais exatamente, das minorias organizadas que se dizem representantes da maioria. Numa palavra, a democracia totalitária. Você gostaria de um trânsito bonitinho como um trenzinho elétrico de brinquedo".

Entrávamos em São Paulo. A chuva amainara. Os gotejantes jardins noturnos das belas mansões do Alto da Lapa distenderam nossos ânimos. Lembrei-lhe que não se podia classificar a França, a Inglaterra, a Alemanha ou a Espanha atuais como democracias totalitárias. E que o exasperante era o contraste: que direito se arroga o automobilista brasileiro para não respeitar as regras elementares de trânsito que os automobilistas daqueles países respeitam escrupulosamente? Cândido só saíra do Brasil uma vez, numa rápida viagem de turismo. O contraste não o impressionava, porque não o *sentia*. E a discussão parou aí.

## 2. Porque o trânsito é um espelho da (falta de) cidadania<sup>2</sup>

O tema deste estudo é dos que mais afetam a vida coletiva. A vida e, em demasiados casos, a morte. Entretanto, embora estejam ganhando, nos últimos anos, atenção crescente das autoridades constituidas, dos meios de comunicação e, principalmente, da opinião pública, o caos e a hecatombe do trânsito constituem, do ângulo em que os analisamos, um terreno em larga medida inexplorado. Com efeito, pretendemos investigar o significado ideológico concreto da tantas

<sup>2</sup> O texto que vai deste tópico até o final do capítulo foi sinteticamente exposto na 6º Reunião Especial da SBPC, realizada em Maringá, de 28 a 31 de outubro de 1998 e publicado no *Programa e anais* dessa reunião, pp. 65-72.

vezes constatada atrofia do sentido de civilidade, de cidadania e de espaço público na sociedade brasileira, tal como se manifesta no trânsito.

Por significado concreto entendemos aquele investido na prática social, isto é, em comportamentos coletivos sistemáticos o bastante para configurar uma “moralidade objetiva”. Sirvamo-nos de uma analogia singela. Diante de duas fotografias, uma em “pose”, com sorriso estereotipado, outra espontânea porque tirada sem prévio aviso, diremos obviamente que a segunda retrata com mais veracidade o fotografado. Se pretendéssemos retratar-lhe não o físico, mas as convicções políticas, chegaríamos mais perto da verdade se em vez de aceitar sem exame a auto-definição do interessado, observássemos como se conduz efetivamente em relação a seus concidadãos. É evidente, com efeito, que, de modo geral, devemos dar preferência, para avaliar alguém, a seu comportamento concreto e não àquilo que ele declara ser. Assim, devemos considerar verdadeiramente democrata quem age democraticamente e não quem apenas se proclama tal. Fazendo-o, entenderemos porque há tantos “democratas” e tão pouca democracia! Embora banal, a constatação merece ser levada a sério: tem aspecto de paradoxo, mas certamente não é mero jogo de palavras.

Como hipótese de trabalho, adotamos a definição que nos parece a mais concisa e expressiva de *democracia: poder do povo enquanto coletividade de cidadãos*. A *moralidade objetiva* de uma sociedade, entendida como sistema de princípios éticos que se concretizam no comportamento coletivo, é democrática na medida em que as normas e valores que incorporou e tende a reproduzir respeitam aqui e agora os direitos dos próprios concidadãos e, por extensão, de toda a Humanidade. Conforme à analogia fotográfica, a moralidade objetiva de uma sociedade, é o modo como seus membros habitualmente se conduzem, quando não estão “posando”.

Partimos da constatação de que no trânsito brasileiro, os direitos do cidadão, reconhecidos pelas leis vigentes, são habitualmente desrespeitados senão pela “esmagadora maioria da população” (para retomar a fórmula estereotípada em uso durante a ditadura militar, durante a qual o problema do trânsito assumiu catastróficas proporções), certamente por uma massa crítica de maus motoristas responsáveis pela hecatombe de massacrados nas vias públicas. Há várias maneiras de “posar” para um retrato. Mas um obeso não pode aparecer como esbelto, por mais habiloso que seja o fotógrafo, nem o idoso parecer jovem. Porém, quando se trata de imagem moral ou ideológica, há mais possibilidades de se apresentar como sendo o que não é. Sobretudo quando a mentalidade do “jeitinho” forja argumentos que embora logicamente pífios, servem de auto-justificação para os violadores contumazes dos direitos alheios. Um dos mais gastos é não respeitar o sinal vermelho por medo de assaltos. É só observar um semáforo para constatar que a esmagadora (no sentido próprio e figurado) maioria dos que assim agem não estaria ameaçada, se tivesse parado, por nenhum “elemento suspeito” (para usarmos a terminologia dos que têm tal mentalidade). Os assaltos a motoristas são em geral praticados em cruzamentos onde o trânsito está saturado, onde portanto só abolindo o princípio da impenetrabilidade da matéria seria possível avançar o sinal vermelho<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Uma reportagem de *O Estado de São Paulo* de 14-7-1991 sobre a selvageria do trânsito noturno registrou depoimentos de infratores contumazes que seriam até pitorescos não fossem as trágicas consequências. Uma assistente de marketing conta que quando só há mulheres em seu carro não hesita em “cruzar o sinal vermelho em velocidade”. Um analista de sistema declara sentir-se “como um bobo” quando fica “com o carro parado na madrugada, esperando o sinal abrir”. Para não se sentir bobo, dá sua contribuição para a barbárie. Tem ao menos a sinceridade de reconhecer que “como há menos guardas nas ruas, temos oportunidade de fazer manobras erradas, sem risco de multas”. Outro “gerson” declara que “depois de enfrentar tanto congestionamento durante o dia não aguento ficar parado”. O reporter assina-

O arraigado respeito não somente dos nórdicos e anglo-saxões, mas de todos os povos do hoje chamado “primeiro mundo” e de muitos do “terceiro mundo” (entre os quais, para vergonha nossa, não nos incluímos de modo algum<sup>4</sup>) pelo direito alheio a ir e vir pelas ruas, estradas e calçadas com um mínimo de segurança corresponde ao processo de interiorização das normas sociais e de rejeição dos comportamentos antisociais que constitui, no sentido genético e estrutural da expressão, o complexo cultural democrático, isto é, o caráter democrático de sua moralidade objetiva. Ao passo que a moralidade objetiva da parcela ponderável das motoristas brasileiros, de todas as classes sociais, que desrespeita constantemente as regras elementares do trânsito civilizado, configura-se como arraigadamente antidemocrática.

Da percepção do *fato social* à determinação de seu *significado* há uma distância intelectual saturada de obstáculos culturais, que com raras exceções, nossos cientistas e pensadores sociais não tem manifestado muito empenho em transpor. O mais notório, porque arraigado como enfermidade crônica da sociedade brasileira é a “cultura da impunidade”, transideologicamente difundida (um de seus mais estri-

---

la que num cruzamento da Avenida Sumaré, 120 carros atravessaram o sinal vermelho entre 23 horas e 23,15. Todos contraventores responsáveis pelo fato de que, conforme dados da Companhia de Engenharia do Tráfego (CET), 50% dos acidentes ocorrem entre as 6 da tarde e as 6 da manhã, quando apenas 20% dos veículos estão circulando.

<sup>4</sup> A diferença começa ao atravessar a fronteira que separa o Brasil do Uruguai. Uma notícia turística informa que deixando Santana do Livramento e entrando em Rivera encontramos “um trânsito bem organizado, onde não funciona o ‘jeitinho’ brasileiro: em caso de acidente o motorista é considerado culpado até prova em contrário. O pedestre tem prioridade: na Avenida Sarandi, por exemplo, onde estão muitas “free shops”, o motorista não pode avançar se houver um pedestre na faixa de segurança, mesmo com o sinal aberto. O infrator é punido e o carro recolhido” (*O Estado de São Paulo* de 30-1-1990).

dentes arautos é o "humanismo antiautoritário" do petismo pequeno-burguês), mesmo porque nesta questão, mais ainda do que em outras, as calhordices dominantes, propagadas pelas classes dominantes, acabam, quando não combatidas com a devida seriedade, infectando a fundo o tecido social. Notadamente ao atrofiarem a noção elementar de que dirigir um veículo é um ato *social* e não meramente individual, como imaginam os broncos, que, no trânsito, são muitos, e violentos.

### 3. Barbárie da "sociedade civil"

Conduzia um visitante norte-americano a um encontro acadêmico na UNICAMP. Num cruzamento em Campinas, parei o automóvel, como se deve, no sinal vermelho, bem aquém da faixa de pedestres. Ao lado, outro automóvel invadiu acintosamente aquela faixa, obrigando os transeuntes a um incômodo e até arriscado desvio. Ninguém protestou entretanto contra tão gratuito e tolo desrespeito ao direito elementar de ir e vir por uma passagem especialmente traçada para tanto. Num país onde, para nossa comum desgraça, a cidadania permanece em larga medida uma ficção jurídica, uma fórmula escrita desvinculada dos fatos e comportamentos, desrespeitos iguais ou piores são corriqueiros. Antecipando-me a um eventual comentário do visitante, que observava a cena com um discreto sorriso nos lábios, admiti acabrunhado:

- "Cenas como esta não são concebíveis em países de trânsito civilizado".

- "Os dois aspectos são chocantes", ponderou o visitante. "Quero dizer: tanto o comportamento assumidamente irregular do motorista quanto a falta de reação das pessoas". Após uma pausa e face a meu silêncio, acrescentou: "As pessoas aqui não sabem que têm direitos".

- "Ou sabem que não têm direitos", repliquei.

Tínhamos ambos razão, em planos diferentes. No tempo longo da evolução social, a consciência de ser detentor de direitos condiciona seu exercício: não há cidadania sem consciência de cidadania. Mas no curto prazo, na temporalidade existencial, a consciência de que *não temos* o direito de atravessar a rua com segurança ajuda a não morrer atropelado.

Uma pioneira reportagem do inicio dos anos 1980 publicada na revista especializada *Quatro Rodas*, sob o significativo título "Cuidado: brasileiro ao volante", abre-se com um diagnóstico geral que vale a pena reproduzir: "O brasileiro médio é gentil, cordial<sup>5</sup>, afável... Menos quando está ao volante de um automóvel: então, não sabe conviver com a máquina nem com as outras pessoas. Não respeita a sinalização ou as faixas de proteção a pedestres. É indiferente ao sinal vermelho, à advertência do guarda, à conversão proibida, à contramão. Autosuficiente, individualista, despreparado, o motorista roda impune. Muitas vezes mata".

Embora vivo e bem documentado, o estudo de *Quatro Rodas*, tanto quanto ocasionais denúncias nos jornais e na TV, constata o problema, aponta suas causas mais evidentes (a "má educação" dos motoristas, o "descaso das autoridades", a "omissão da polícia"), mas não vai mais a fundo na análise. Ora, seria interessante saber o que

<sup>5</sup> A "cordialidade" do brasileiro médio constitui um desses mitos sociológicos que, como os religiosos, prosperam na razão direta do consolo imaginário às misérias reais que oferecem aos simples de coração. Num país que sempre foi muito violento na prática e na ideologia (considera heróis nacionais os "bandeirantes", caçadores de índios e massacradores de quilombos) e que hoje tem um dos piores índices de criminalidade do planeta, o "conceito" eufemisticamente ufano de "homem cordial" do celebrado Sérgio Buarque de Holanda exerce uma função de occultamento ideológico da verdade incômoda para os liberais de que a origem de nossos males está na própria "sociedade civil" e não principalmente, como pretendem, no Estado.

provoca esta singular falta de educação, esta irresponsável omissão das autoridades, desde as de colarinho e gravata até as de farda, e em última instância, compreender o mencionado paradoxo que leva o brasileiro médio (apresentado como gentil, cordial, afável...), a tornar-se um delinquente potencial quando toma posse do volante.

A primeira explicação que pode ocorrer para a atrofia do sentido ético dos automobilistas brasileiros é de ordem política. Duas décadas de ditadura militar reforçaram o desrespeito às leis: há maior desrespeito à lei do que abolir a Constituição, lei maior, pela força das armas dos que são pagos para servi-la? Mas a ditadura militar, embora houvesse engendrado males inéditos, era, por sua vez, consequência de males anteriores, que, sem dúvida, conservara e agravara, sem no entanto havê-los inventado todos. Donde a conclusão de que a explicação por fatores políticos, embora válida, era insuficiente.

Para levá-la adiante, cumpria buscar na própria sociedade os fatores do comportamento antisocial. O trânsito amplia a esfera das relações de força entre os “de cima” e os “de baixo”, entre os mais fortes e os mais fracos. O culto descarado da esperteza financeira, o desprezo sistemático dos “de cima” pelos “de baixo”, o desrespeito da lei pelos mais fortes, haviam instaurado a “lei” do mais forte numa sociedade incivil, o salve-se quem puder numa sociedade que o historiador inglês Hobsbawm classificou como “monumento à desigualdade humana”. Desmentindo a demonologia antiestatal cara aos liberais, este monumento e as misérias que o alicerçam se engendram na “sociedade civil”. No trânsito, em particular, a barbárie não provém do excesso de autoritarismo, mas da falta de autoridade, da anomia, da falta de respeito pelas regras as mais elementares da interação social. O que explica a pouca sensibilidade dos liberais (aí incluídos os “de esquerda”) diante da criminosa brutalidade do trânsito: habituados a ver no Estado em geral o princípio das perversidades da sociedade

civil, dão mostras de singular cegueira para com as perversidades oriundas da própria sociedade, sobretudo para com aquelas em que se manifesta o caráter antisocial do individualismo, ao qual são tão apelados.

Basta abrir os olhos para ver pedestres atravessar a rua esgueirando-se entre pára-choques, apressando-se sob o ronco ameaçador dos motores, arriscando a própria integridade física a cada esquina, e motoristas impacientes, usando e abusando de sua posição de força, não somente física (o aço de seus carros contra o osso dos passantes) mas sobretudo social (o "status" de quem tem carro contra a falta de "status" de quem anda a pé). Todo mundo sabe, ou devia saber, notou um jornalista resumindo a situação na primeira metade dos anos 80, que as cenas de violência no trânsito "certamente, uma das maiores tragédias nacionais",<sup>6</sup> são contínuas e omnipresentes: "o carro, arma violenta nas mãos do motorista, mata mais que a tuberculose, o câncer e as doenças do coração no Rio de Janeiro e tira, em uma só avenida de São Luís... uma pequena capital de 450 mil pessoas, algo em torno de duas dezenas de vidas anualmente. Cifras como essas deram ao Brasil um novo título: é, disparado, com sua frota de 11,5 milhões de veículos, o campeão mundial de acidentes de trânsito".

O desrespeito, freqüentemente acintoso, às regras elementares da direção é constatável a cada passo: ao sinal vermelho, às faixas de pedestres, à calçada, à contra-mão, aos limites de velocidade, etc. Os agressores distribuem-se com homogeneidade por todas as classes e categorias da população (encontrámos-los inclusive nas mais exploradas e sofridas, como naquela ainda pequena fração de trabalhadores rurais que começam a ter acesso à sucata do parque automobilístico). Basta tomar um ônibus para ver como o povo-passageiro é tratado

<sup>6</sup> A expressão é do jornal *O Estado de São Paulo* de 3/6/1984.

pelo povo-motorista<sup>7</sup>. O povo no volante é tão incivil quanto a burguesia. Mas como é a burguesia e não o povo que dirige o país e é o povo e não a burguesia que sofre principalmente as consequências da incivilidade generalizada, é sobre esta que recaem as responsabilidades políticas e éticas do caos do trânsito - bem como de outro caos. Ora, é evidente que não é possível levar a sério como democrata quem não respeita o povo e quem permanece indiferente diante do desrespeito sistemático ao povo.

As vítimas são principalmente crianças (e muito provavelmente, embora não haja dados minimamente confiáveis a esse respeito, crianças pobres, que andam o tempo todo a pé): cerca da metade das

<sup>7</sup> Infelizmente, os atos delituosos dos motoristas de veículos de transportes coletivos não são casos isolados. Vão desde a truculência no modo de dirigir (em alta velocidade, desrespeitando semáforos, freando bruscamente, ignorando a sinalização, dando brutais "fechadas", etc.) até atos mais caracterizados de delinqüência. Certamente, enquanto categoria profissional, os motoristas de ônibus e de utilitários em geral são, na média, péssimos, qualquer que seja o termo de comparação internacional que adotemos. Da massa de informações recolhidos na imprensa sobre o tema, seguem alguns exemplos típicos, extraídos aleatoriamente. *O Estado de São Paulo* de 22-10-1989: "...o ônibus da CMTC de prefixo 1708, dirigido por Luís Carlos Galeto, avançou o sinal fechado da Avenida Gastão Vidigal...bateu num táxi...e matou três dos seus cinco ocupantes...". Revoltados, "taxistas da região" informaram que "os motoristas da CMTC costumam fazer 'rachas' durante a madrugada" naquela avenida. *O Estado de São Paulo* de 24-3-1990: "Depois de uma discussão com duas passageiras...o motorista João Batista da Cunha...obrigou-as a descer do ônibus e acabou atropelando uma delas...Depois de passar com o veículo sobre o corpo da mulher, o motorista fugiu". *O Estado de São Paulo* de 4-10-1990: "Acidentes com ônibus deixam 60 feridos". Declara o operário Wilton da Silva: "O ônibus estava superlotado mas mesmo assim o motorista dirigia a mais de 100 por hora, parecia um louco". Derrubou um poste, estraçalhou um automóvel e, principalmente, matou 2 e feriu 39 pessoas. Sob o título: "Acidentes em ônibus gera (sic) revolta", um jornal de bairro da zona oeste de São Paulo noticia que "usuários da linha Ceasa/Santana ... da CMTC estão indignados...Há casos de idosos que caíram ao tentar entrar ou sair do ônibus, e de crianças que se machucaram em freadas bruscas, mesmo estando sentadas" (*Jornal da Lapa* de 4-5-1991).

que têm morte violenta (acidentes ou crimes) sucumbem vítimas do trânsito. A taxa de vítimas fatais do trânsito relativamente à frota em circulação é, no Brasil, de dez a mais de vinte vezes maior do que em países de trânsito civilizado. Um duplo atestado de criminosa incompetência, dos motoristas e das “autoridades”, complacentes ou omissas, em todo caso, delituosamente irresponsáveis. Que essa tragédia tenha se agravado ao longo da modernização capitalista promovida pela ditadura militar, confirma apenas o que todos sabem: a insensibilidade social, o egoísmo de classe, dos detentores e beneficiários de vinte e um anos de usurpação da soberania popular<sup>8</sup>. Nossa povo, desprezado e agredido, não dispõe sequer do direito de atravessar a rua com um mínimo de segurança como tampouco o de trabalhar com um mínimo de segurança: não há de ter sido por coincidência que os campeonatos mundiais de acidentes de trânsito e de acidentes de trabalho foram conquistados pelo Brasil sob a ditadura dos generais, com as “questões de segurança” confiadas à OBAN, aos DOI-CODI e ao SNI. Mas seria um erro primário de análise confundir o agravamento dos efeitos perversos da modernização capitalista acelerada num país desprovido de cultura democrática e submetido à ditadura da burocracia militar, com a origem social destas perversidades,

<sup>8</sup> Já durante os anos 70 havia consciência de que “o trânsito do Brasil é o que apresenta maior índice de mortes em todo o mundo, com 25,9 vítimas anuais para cada grupo de 10 mil veículos, segundo estatísticas de 1975, o que equivale a oito vezes mais do que nos Estados Unidos, cinco vezes no Japão e na Inglaterra e três na França e na Alemanha”. Acrescenta-se que “segundo estatísticas moderadas, cerca de 400.000 acidentes ocorreram em 1976, em todo o país, com 150.000 feridos e 16.500 mortos”. Cf. *Jornal do Brasil* de 14-5-1978. Segundo o mesmo jornal, das 7.848 mortes violentas no Rio de Janeiro em 1975, 3.099 foram vítimas do trânsito (dos quais 1.633 de atropelamento), para 986 vítimas de homicídios, 561 de acidentes de trabalho e 162 suicidas. Mas também “informa” que naquele ano morreram por dia, no trânsito, 5,6 pessoas: multiplicado por 365 este número dá 2.044 por ano. Como levar a sério tais dados?

isto é, da reprodução de desigualdades, privilégios e discriminações sociais cuja matriz histórica originária está na polarização complementar casa grande-senzala.

#### 4. Miséria sociológica

Embora não tenhamos efetuado busca bibliográfica sistemática, podemos afirmar que a maioria dos estudos disponíveis sobre o trânsito brasileiro são obra de sanitaristas, engenheiros de tráfego, juristas, jornalistas. Os trabalhos sociológicos sobre o tema são raríssimos, a julgar ao menos pelos resultados desencorajadores de um levantamento (reconhecemos que infelizmente demasiado rápido) efetuado nas bibliotecas de ciências humanas das Universidades públicas paulistas. Alguns artigos assinados por sociólogos e professores de ciências humanas aparecem de quando em vez na grande imprensa: embora úteis para alertar a opinião pública, são demasiado episódicos, circunstanciais e esporádicos para influenciá-la em profundidade. Mesmo porque falta-lhes reflexão sistemática sobre tema muito mais complexo do que parece à primeira vista. É comum, por exemplo, em tais artigos, comparar os mortos no trânsito às perdas norte-americanas no Vietnã ou assinalar que se aqueles mortos fossem colocados um ao lado do outro, ocupariam totalmente uma rodovia como a Dutra. O que mostram tais exemplos? Que os mortos contam-se por dezenas e, em uma década, por muitas centenas de milhares. Mas também nos Estados Unidos são válidos exemplos semelhantes. A grande diferença é que lá a taxa de mortos relativamente à quantidade de veículos em circulação é cerca de dez vezes menor. Os exemplos improvisados ocultam o essencial: os motoristas brasileiros matam dez vezes mais do que seus homólogos estadunidenses. Outro freqüente equívoco das “sociologias do trânsito” improvisadas é enfa-

tizar os aspectos psicológicos da questão, por exemplo tentando explicar a truculência dos motoristas de ônibus contra automóveis como uma revanche do pobre contra o rico. Em países de cultura democrática, os motoristas de ônibus encontram outras formas de exteriorizar eventuais ressentimentos. Dentre os poucos que aprofundam a questão, o estudo mais notável que pudemos ler é a brilhante série de quatro artigos que o escritor uruguai Eduardo Galeano consagrou à “automovelcracia”<sup>9</sup>.

Sugerimos alhures<sup>10</sup> algumas explicações para o pouco interesse dos pesquisadores da área de ciências humanas pela mortífera anomia daquela elevada porcentagem de motoristas brasileiros que se guiam pelo “complexo cultural de Gerson”, criando catástrofes coletivas na estulta compulsão de tirar pretensas vantagens individuais que redundam em enormes desvantagens coletivas ou simplesmente pela ignorância (própria ao bárbaro, por oposição ao civilizado) de que calçada, rua e estrada são espaços coletivos, cujo uso deveria se subordinar às regras do interesse comum. Exige explicações, com efeito, o fato de serem tão escassos os estudos numa área que tem a sociedade por objeto, sobre a principal causa de morte violenta em nosso país.

A miséria sociológica começa nas estatísticas. O que, evidentemente, não depõe contra a pesquisa sociológica em si mesma, mas contra a péssima qualidade das estatísticas sociológicas do Estado. Mas se não cabe aos sociólogos elaborar as estatísticas, seria de esperar que ao menos se inquietassem diante da precariedade dos dados divulgados por serviços públicos incompetentes ou por jornalistas para os quais lidar seriamente com números é a última das preocupa-

<sup>9</sup> Na revista *Atenção*, 1996, n°s. 3-4-5-6. Trata-se de um texto indispensável para qualquer sociologia do trânsito que venha a ser escrita. Deveria ser urgentemente republicado.

<sup>10</sup> No artigo “Por uma ciência social eficaz”, *Revista Brasileira de Tecnologia*, volume 19, nº 11, setembro de 1989, p.49.

ções. Para 1983 prevalece a estimativa de que o trânsito matou cerca de 21 mil brasileiros e deixou feridos outros 300 mil. A mesma imprensa, sempre alegremente irresponsável com os dados que menciona, indica também números muito maiores. Como levar a sério as estatísticas em nosso país? Em 1986, as autoridades do trânsito falavam em cerca de 25.000 mortos/ano. Entretanto, o número de vítimas fatais teria sido de cerca de 50.000 em 1987, conforme proclamação, tão bombástica quanto inócula, do então ministro da Justiça Paulo Brossard. Curiosa e sintomaticamente, ninguém pareceu se surpreender com esta inverossímil duplicação dos mortos de um ano para outro. Tudo leva a crer que os dados relativos a 1986 e anos anteriores subestimavam grandemente as proporções da hecatombe do trânsito e que portanto morreriam por ano provavelmente mais do que as 50.000 vitimas fatais anunciadas em 1987<sup>11</sup>. Em 1993, a estimativa de mortos/ano subira para 60.000<sup>12</sup>.

A explicação mais completa (embora muito pouco animadora) que encontramos para a grande discrepância dos dados está no estudo *O acidente de tráfego: flagelo nacional evitável*, publicado em 1987 pelo Ministério dos Transportes. Informa que segundo o Ministério da Saúde, cerca de 1/4 do total de óbitos no Brasil não são registrados. Os acidentes de trânsito são especialmente subestimados. Só se registram como vítimas do trânsito mortos no local, mas a maioria das vítimas morrem a caminho do hospital ou depois de internadas. Uma pesquisa da Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET) descobriu que de 169 pessoas internadas por acidentes de trânsito em

<sup>11</sup> Noticiou-se que nas rodovias os acidentes teriam crescido cerca de 45% em 1986. Em alguma medida este aumento foi consequência da expansão econômica estimulada pelo Plano Cruzado I. Mas certamente, em muito maior medida, por um cálculo mais sério do número completo de vítimas.

<sup>12</sup> *O Estado de São Paulo* 2-3-1993.

setembro de 1981 e falecidas até 30 de novembro daquele ano, apenas 97 passaram pelo Instituto Médico Legal, embora a lei determine que por lá passem todas as vítimas de morte violenta, inclusive do trânsito. Estas e outras graves deficiências das estatísticas governamentais levaram especialistas como Rozestraten, bem como os técnicos do DNER a considerar o total de mortes provocadas pelo trânsito em cerca do dobro daquelas apontadas pelos dados oficiais<sup>13</sup>.

Melhor que afetar inexistente precisão é assumir a precariedade das estatísticas. É certo, em todo caso, que além do imenso cortejo de mortos, a hecatombe se expressa em centenas de milhares de feridos, muitos com seqüelas graves e irreversíveis (cerca de 60% dos leitos da Previdência são ocupados pelos feridos do trânsito), em prejuízos materiais anuais da ordem de alguns bilhões de dólares, em tensões e riscos permanentes, em angústia generalizada (poucos são os brasileiros em cujo círculo direto de relações não há, ou houve, vítimas de colisão ou atropelamento, a ponto de que só ingênuos ou irresponsáveis podem se julgar ao abrigo de acidentes semelhantes).

Razões mais do que suficientes para suscitar interesse concentrado das diferentes disciplinas sociais: antropologia cultural, psicologia social, sociologia urbana, sociologia jurídica, etc. Mesmo porque nenhum comportamento coletivo desafia a compreensão sociológica mais do que a anomia do trânsito brasileiro. As formas dolosas de violência e de homicídio (banditismo de rua, crime organizado, delitos passionais, etc.), embora interessem ao sociólogo, remetem a um complexo de causas predominantemente econômicas (miséria, desemprego, altos lucros das máfias, do contrabando, etc.) ou psicopatológicas (principalmente os chamados crimes passionais) perfeitamente identificadas. Os fatores que favorecem estas formas de criminalidade, ~~por serem transparentes~~, não desafiam a compreensão

<sup>13</sup>O acidente de trânsito: flagelo nacional evitável, Brasília, Ministério dos Transportes, 1987, nota 2, pp. 61-62.

nalidade, por serem transparentes, não desafiam a *compreensão sociológica*: desigualdades sociais abissais, assegurando enormes privilégios de fato aos detentores do poder econômico e político; concepção sinistramente retrógrada do "dever" de fidelidade conjugal feminina.<sup>14</sup>

Já as causas da anomia no trânsito são menos transparentes. Há sem dúvida uma percepção difusa de que "o motorista brasileiro é o mais mal educado do mundo": a fórmula, já notamos, costuma ser evocada nos meios de comunicação de massa quando vem à baila a hecatombe de nossas ruas e estradas. Como tantas outras lugares-comuns da imprensa, este, sem ser falso, exerce efeito exatamente oposto ao que aparentemente pretende. Classificar praticamente todos os brasileiros de mal-educados no trânsito é cometer injustiça contra uma corajosa minoria de motoristas conscientes, oscilando entre irritar-se e conformar-se com a barbárie circundante. É, sobretudo, diluir o problema. A maioria, embora dirija com negligência, imperícia ou truculência (sobretudo em relação aos pedestres) inconcebíveis em países de trânsito civilizado, é "plus bête que méchante", como diriam os franceses. Pode ser educada com campanhas sérias de esclarecimento, desde que acompanhadas de severas penalidades para os que persistirem em dirigir como delinqüentes.

## 5. Políticos irresponsáveis

Constitui irresponsável indignidade subordinar uma tão mortifera questão a considerações estreitamente partidárias quando não mesquinhamente eleitoreiras. Mesmo porque o espectro ideológico atra-

<sup>14</sup> Sobre esta segunda "justificação" cultural do homicídio, as organizações feministas dispõem de listas bem documentadas de assassinos de mulheres que exigem sua acintosa impunidade, no mais das vezes obtida de um júri culturalmente identificado com o criminoso.

vessa obliquamente a moralidade objetiva, e não somente em questões de trânsito. Tanto assim que foram amargamente desmentidos pelos fatos os que esperaram que o fim da ditadura militar seria o começo do fim da barbárie no trânsito. Em São Paulo, maior concentração de veículos a motor do país, a esperança logo se desfez. Mostramos em dois textos publicados na época<sup>15</sup>, o contraste entre a inefficiência e o conformismo do então aparentemente progressista Mario Covas e as atitudes firmes e pioneiras face aos transgressores das leis do trânsito adotadas em São Paulo por Jânio Quadros, eleito pela direita, em novembro de 1985.

Covas e seu secretário municipal de Transportes, Getulio Hanashiro, tinham encontrado um método “antiautoritário” para combater o morticínio do trânsito. Fizeram imprimir centenas de milhares de papeluchos exortando os motoristas (que nem sequer os liam) a respeitar a sinalização. O morticínio, obviamente, continuou. Mas Covas e Hanashiro haviam lavado as mãos: seus papeluchos, colados no vidro lateral dos táxis, estavam a testemunhar as elevadas preocupações educativas do então Prefeito. Nem ele, nem o governador Franco Montoro tomaram qualquer providência séria para reduzir a hecatombe<sup>16</sup>. A desculpa costumeira de que faltavam recursos é, neste

<sup>15</sup> “O argumento da força” in *As Forças Armadas no Brasil*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987, pp.46-47 e “A transição bloqueada”, in *Presença* nº 12, julho 1988, pp. 30-31.

<sup>16</sup> Ao contrário, deixaram o trânsito tão entregue à lei do mais forte quanto durante o tempo em que o Estado era governado pelos sátrapas do regime militar. No que concerne à cidade de São Paulo, o número de vítimas fatais aumentou de 2.267 em 1982 para 2.490 em 1984. Ouçamos o balanço, feito em 1984, por um insuspeito jornal de anúncios distribuído gratuitamente, o *Shopping News*: “São Paulo tem verdadeiras arapucas de trânsito que, de tanto figurarem nos relatórios de ocorrências, acabam sendo chamados de pontos negros, ou seja, aqueles lugares em que se a pessoa não tomar muito cuidado, vira estatística. Um deles é o cruzamento das avenidas Aricanduva com Itaquera onde, em 1983, ocorreram 95 acidentes... Outro

caso, ainda menos aceitável do que em outros. Já o "homem da vassoura" mostrou logo que não estava brincando: declarou guerra aos infratores contumazes. Importa menos, face à gravidade do problema, o estilo exibicionista do ex-presidente e frustrado candidato a ditador em 1961, saltando de seu automóvel e multando ele mesmo os egocêntricos ignaros para os quais o "outro", sobretudo o "outro-a-pé", simplesmente não existe, do que sua decisão firme e consequentemente aplicada de dar um basta à impunidade. Os "antiautoritários" de todos os matizes, incluídos os representantes do mais inconsequente liberalismo de esquerda, tomaram acintosamente a defesa dos comodistas que atravancam as calçadas para não ter que andar um pouquinho a pé e obrigam crianças, pessoas idosas e pessoas não-idosas a arriscar a pele no meio da rua.

Em São Paulo, em anos posteriores, testemunhamos sucessivas e grotescas manipulações demagógicas, provindas de abrangente gama de posições políticas, dos petistas aos malufistas (estes, imbatíveis na espessa vulgaridade reacionária que lhes constitui a marca registrada),

---

ponto perigoso é Faria Lima com Rebouças, que fechou 83 com 84 acidentes. No centro da cidade o grande perigo é o cruzamento Duque de Caxias com Avenida Rio Branco, onde 26 pessoas foram atropeladas em 83. Pior ainda é Paulista com Augusta, responsável por nada menos que 27 atropelamentos em 83". Extraordinário é o comentário do então comandante do policiamento do trânsito, entrevistado nesta mesma matéria do *Shopping News*: "Não consigo entender como alguém consegue ser atropelado na avenida Paulista. Essa avenida é considerada a melhor sinalizada de toda a América Latina". Só um oligofrênico teria dificuldade em explicar que o massacre da Paulista decorre do fato de que bem poucos respeitam esta tão perfeita sinalização. Quanto custaria colocar um policial de trânsito ali e nos demais "pontos negros" de São Paulo? Um policial que estivesse constantemente presente, impedindo os carros de avançar na faixa de pedestres e queimar sinal vermelho e, quando necessário, multando, apreendendo cartas de motoristas e veículos gravemente infratores, reprimindo em defesa dos cidadãos os comportamentos criminalmente anti-sociais. É o que ocorre em todos os países onde se respeitam normas de civilidade.

cada qual tentando imputar ao adversário a imagem de campeão das multas. Em Campinas, que apresentava um dos piores índices de acidentes de trânsito do país e à testa de cuja prefeitura sucederam-se vários partidos, não foi nem a esquerda petista (com o sindicalista Bitar) nem a direita malufista (com o ex-peemedebista Francisco Amaral) que tomou medidas sérias para reverter o caos mas sim o centrista PSDB.

Em praticamente todo o Brasil, aproveitando-se da corrupção dos DETRANS, políticos ainda mais corruptos distribuíam carteiras de motorista em seus currais eleitorais. No DETRAN de São Paulo, em 1995, uma repórter de *Veja São Paulo*, que não sabe dirigir, comprou por 200 reais uma carta de motorista<sup>17</sup>. Os políticos federais não ficam atrás dos estaduais em matéria de criminosa irresponsabilidade. A história da rodovia Régis Bittencourt,<sup>18</sup> que liga São Paulo a Curitiba e a todo o sul, se deixa resumir pelo epíteto com que se tornou mais conhecida: rodovia da morte. Uma reportagem efetuada em 1988 constatou que a Polícia Rodoviária Federal, encarregada de fiscalizar a rodovia, "não faz um concurso para admissão de novos guardas há 14 anos... Seus guardas formam uma espécie de 'Exército de Brancaléone': não têm armas, nem radar; a gasolina é racionada e eles podem usar as viaturas somente para ir a locais de acidentes; para as refeições, usam marmitas ou pedem 'carona'... já houve guardas rodoviários mortos e feridos na BR-116"<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> *Veja São Paulo* 2-8-1995. A reportagem é matéria de capa do número, com o título "Comprei uma carta no DETRAN" e a fotografia da jornalista.

<sup>18</sup> Nome do engenheiro que, chefiando o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) durante o governo de Juscelino Kubitschek, responsabilizou-se pela abertura da estrada. Mal sabia que em matéria de holocausto, a estrada ultrapassaria de longe o famoso dístico do então presidente: "50 anos em 5".

<sup>19</sup> *O Estado de São Paulo* de 5-3-1988.

## 6. Judiciário omissو

Ao longo de nossa História, mais do que boas leis, tem faltado aquilo que os anglo-saxônicos chamam de *law-enforcement*, isto é, respeito à lei. No trânsito, faltam ambas. Até a promulgação do Código de 1997, a legislação em vigor, anterior ao inchaço da produção automobilística nacional, era omissa e inconseqüente. Mesmo leis frouxas, entretanto, como eram os anteriores códigos de trânsito, poderiam ter sido menos ineficazes do que foram se tivessem sido aplicadas com firme sentido de defesa da cidadania.

Alguns dos mais eminentes juristas brasileiros, a começar de Nelson Hungria, sustentaram lúcida e convincentemente a pertinência do conceito de *dolo eventual* para tipificar os delitos do trânsito: "Se a culpa consciente nem sempre denota maior periculosidade, em se tratando de crime automobilístico a regra geral é de que, quando resultante de culpa com previsão, o delito é sintoma de alta periculosidade, tanto mais que em tais infrações difícil será distingui-la do dolo eventual"<sup>20</sup>.

Na prática, entretanto, bem poucos magistrados seguiram esta justa doutrina. Ao contrário, são muitos os casos, alguns especialmente trágicos, como o referido a seguir, em que tomaram atitude oposta. A 9 de fevereiro de 1985, no balneário catarinense de Camboriú, um motorista ricaço, Rogério de Souza, dono do estaleiro Abílio de Souza, dirigindo em forte estado de embriaguês, invadiu a calçada e matou o menino Bruno Eltz, de 11 anos. O homicida, a despeito de ser reincidente (já havia sido processado por matar no volante e sido absolvido!) e de se ter servido, durante o processo, como costumam fazer os delinqüentes ricos, de testemunhas "fabricadas" (nenhuma

<sup>20</sup> Citado por Valdir Sznick, *Acidentes de trânsito. Aspectos jurídicos e criminológicos*, Rio de Janeiro, Forense, 1980, p. 41.

das quais processada), foi condenado, em primeira instância, a uma pena ridículamente indulgente. Arno Eltz, pai do garoto, indignado, recorreu da sentença, que foi porém confirmada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado. Revoltado face à impunidade do homem que lhe matara o filho, publicou uma nota no *Diário Catarinense*, convidando para o “enterro do Judiciário catarinense”. Mostrando então a energia que lhes havia faltado para punir a delinquência no trânsito, os eminentes magistrados processaram Arno por “calúnia, injúria e difamação”<sup>21</sup>...

O episódio revolta por sua trágica ironia. Sabemos porém que a impunidade é crônica: exemplos análogos são abundantes e até corriqueiros. Quando a população de um bairro pobre ou favela, revoltada com sucessivos atropelamentos letais, bloqueia o corredor da morte por onde passam os atropeladores no mais das vezes em velocidade criminosa, aí sim a Polícia Militar, até então omissa, entra em cena para restabelecer na pancadaria a paz de cemitério.

Seríamos entretanto injustos com o Judiciário se generalizássemos sua falta de zelo e às vezes até conivência com os delinqüentes do volante. Vários promotores e juízes destacaram-se, tanto em suas obrigações forenses quanto tomado publicamente posição através da imprensa, no combate pela justiça no trânsito, quer no sentido de assegurar indenizações razoáveis para as vítimas quer no de punir com a devida severidade os delinqüentes e infratores contumazes, dando assim honrosa contribuição para civilizar o trânsito e pôr um paradeiro à impunidade, este câncer das instituições jurídicas brasileiras. Um dos mais conhecidos por sua lúcida e infatigável militância pela cidadania no trânsito é Otávio Valeixo<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Cf. *Jornal do Brasil* de 7-9-1988.

<sup>22</sup> Dentre os muitos artigos que merecem ser lembrados, citaremos algumas passagens de “Crime não pode ser aceito como rotina”, publicado pelo juiz e professor

Persistem, entretanto, no Judiciário, muitos partidários do predomínio do egocentrismo motorizado sobre o direito à vida. Liminares têm sido repetidamente concedidas no mais das vezes com argumentos fúteis (filigranas processuais, formalismo que sufoca o espírito da lei) para impedir a ação fiscalizadora dos funcionários do trânsito. Num país onde é notoriamente enorme a falta de policiais, sobretudo dos que protegem ou deveriam proteger a segurança dos cidadãos, advogados espertos e magistrados insensíveis usaram e abusaram do argumento de que só a PM poderia aplicar multas! Com o novo Código, que tirou qualquer base legal a este grotesco pretexto, novos sofismas, na maioria sintomaticamente tolos e hipócritas, estão sendo utilizados pelos partidários da impunidade. Mencionaremos alguns deles mais adiante.

A ideologia desta mentalidade foi expressa com impertinente clareza por uma promotora da Vara de Trânsito de Brasília, entrevisitada, em março de 1997, no canal Globo da TV a cabo. Ao jornalista que, cumprindo devidamente sua função, denunciava o escândalo da impunidade, a promotora, em tom de condescendente suficiência, pretendeu, atropelando o consenso jurídico de todos os países de

---

Mário Devienne Ferraz em *O Estado de São Paulo* de 22-7-1990. Sintetizando os principais argumentos que confirmam a necessidade de pôr termo à cultura da impunidade, refere firmes tomadas de posição de outros juristas e magistrados, notadamente a do juiz mineiro W. Romualdo da Silva, para quem o automóvel “pede caro pelo seu serviço, transformando-se em algoz implacável...quase sempre esmagando, mutilando, matando...”. Cita também Nelson Hungria que em seus *Comentários ao Código Penal*, vol. V, Forense, 1942, p.166, com admirável antevisão do horror vindouro discerniu, no início dos anos 40, o “flagelo” do trânsito, “a matar mais que a peste branca ou peste céltica”. O articulista acrescenta uma ponderação que compensa a penúria das estatísticas: “quem já não perdeu um amigo, um vizinho, um colega de trabalho, num trágico acidente de trânsito?”. Tanto mais trágico que, como ele também nota, além das crianças, “os homens entre 21 e 30 anos de idade estão entre os que mais morrem em acidentes de trânsito”. Sinistra inversão da lei natural: “....hoje em dia... muitos pais estão enterrando os filhos”.

trânsito civilizado, que os delitos automobilísticos deviam ser tratados com indulgência. Declarou mesmo jamais haver pedido a prisão de um culpado, considerando o que são as prisões brasileiras. Entendemos: são ruins demais para os ricos... É a mesma mentalidade iníqua, conformista e socialmente discriminatória que garantiu quase completa impunidade para os jovens celerados que, também em Brasília, atearam fogo num índio, esclarecendo terem imaginado que se tratava de um mendigo.

Um dos mais revoltantes casos de truculência criminosa é o relatado pelo jornalista Osmar Freitas Jr. Em Santos, no carnaval de 1990, Ronaldo Bueno Géa, dirigindo na contra-mão, após colidir com vários automóveis, “subiu na calçada e ali atropelou quatro pessoas, inclusive crianças”. Voltou à avenida, “desta do lado certo do fluxo”, mas perdeu a direção após topar com uma lombada. Subiu noutra calçada e passou por cima de mais quatro pedestres. Um deles matou na hora. “Outro, uma mocinha de 13 anos, foi arrastada por mais de 20 metros até o carro se chocar contra o muro de uma casa”. Levado à delegacia, fez saber que era filho de um figurão da polícia de São Paulo. O delegado de plantão lavrou um boletim de ocorrência e liberou em uma hora o perigoso homicida, deixando indignados os próprios soldados da PM que o tinham escoltado. Géa “sumiu depois do incidente”.<sup>23</sup>

## 7. O novo Código do Trânsito e o “antiautorismo” antisocial

Antes tarde do que nunca: com décadas de atraso e após cerca de seis anos de lenta tramitação nas altas instâncias do poder político, o

<sup>23</sup> *O Estado de São Paulo* de 1-3-1990.

projeto do novo Código de Trânsito, destinado a substituir o de 1966<sup>24</sup>, após receber 20 emendas em primeira discussão na Câmara Federal, chegou ao Senado em junho de 1996. Em setembro de 1997, foi sancionada pelo presidente, entrando em vigor em 1998. Tudo indica que no conjunto, constitui um avanço relativamente à anomia reinante.

Resta saber em que medida a nova legislação vai ser cumprida, se desta vez e nesta questão haverá algum esforço sério de *law enforcement*. Questão obrigatória, considerando nossa longa e funesta tradição de impunidade. Questão pateticamente atual, considerando deprimentes episódios como o ocorrido em agosto de 1996, de atropelamento culposo, com vítima fatal, seguido de fuga (esta, em qualquer hipótese, crime doloso) em que se envolveram Odacir Klein então ministro dos Transportes (que nesta qualidade, estava à frente de campanhas pela segurança no trânsito) e seu filho, que estava no volante e portanto foi o autor do homicídio. Identificado em flagrante delito, graças à indignação de um motorista que presenciou o crime e a fuga indecente, Klein teve ao menos a dignidade de oferecer sua demissão do Ministério. O que não impediu a mobilização de poderosas personalidades do Congresso, que “iniciaram um movimento para convencer Klein a desistir da renúncia”<sup>25</sup> no exato momento em que estavam ou deveriam estar votando o novo Código, destinado a coibir com a necessária severidade os delinqüentes do trânsito, reforçando assim as dúvidas sobre a seriedade com que aquelas personalidades encaram suas responsabilidades legiferantes. Além da indevida “solidariedade” dos compadres do Congresso ao pai Klein, seu filho homicida desfrutou de não menos acintosa complacência da “Justiça”, sendo condenado a uma pena ridícula.

<sup>24</sup> Precedido por dois outros (um de 1927, outro de 1941) este de 1966 foi na verdade o código da impunidade no trânsito. Claro que não bastam boas leis, mas uma lei feita sob medida para não punir a delinqüência homicida é uma péssima lei.

<sup>25</sup> *O Estado de São Paulo* de 14-8-1996.

A mais pífia atitude de sabotagem do novo Código veio de um personagem do qual nada de bom um cidadão esclarecido poderia esperar, salvo que moderasse sua desenvoltura de caudilho provincial. Referimo-nos ao atual presidente do Senado, A. C. Magalhães, que propôs ao presidente da república, como modo de reverter-lhe a queda nos índices de intenção de voto, reduzir as multas estipuladas pelo novo Código<sup>26</sup>. Logo, porém, nítido avanço de F. H. Cardoso nas sondagens eleitorais de intenção de voto desmentiu a “necessidade” de recorrer a este “eleitoreiro desconto”<sup>27</sup> sobre os valores das multas. Além de moralmente inqualificável, a tentativa de castrar o Código contrariou a análise do político F. Weffort, ex-secretário do PT, ministro do PSDB-PFL, que, num arroubo bajulatório, havia louvado a “sensibilidade social” do velho régulo bahiano.

Dois meses depois desta investida, a espúria ofensiva contra o Código foi retomada por um personagem de menor importância mas de nocividade idêntica. Importância menor mas não nula: o sr. Gidel Dantas mal esperou ser nomeado diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) para anunciar à imprensa que iria reduzir o valor das multas! O indivíduo já tinha péssima folha corrida no assunto: deputado federal pelo Ceará na legislatura 1987-1991, apresentara projeto de lei reduzindo de 18 para 16 anos a idade mínima para obter carteira de motorista. O mortífero projeto foi arquivado<sup>28</sup>, o que

<sup>26</sup> *Folha de São Paulo* de 10-6-1998.

<sup>27</sup> A expressão é do jornalista Luis Weis no excelente artigo “Marcha a ré fora de hora”, in *O Estado de São Paulo* de 21-7-1998.

<sup>28</sup> Em três Estados, Rio de Janeiro, Maranhão e Rio Grande do Norte, a autorização havia sido concedida pelos legisladores locais. No Rio Grande do Norte, o zelo no reforço à barbárie do trânsito chegou a ponto de inscreverem o célebre dispositivo na Constituição estadual. Felizmente, o Supremo Tribunal Federal acolheu a 5 de agosto de 1998 duas ações diretas de inconstitucionalidade oportunamente movidas pela Procuradoria Geral da República, anulando a irresponsável iniciativa dos legisladores dos dois Estados nordestinos. Decisão semelhante já havia sido

não impediu o governo federal de atribuir ao nefasto personagem a responsabilidade (da qual deveria estar a mil léguas de distância, já que demonstrou ser irresponsável contumaz) de dirigir o DENATRAN num momento decisivo para a implantação do novo Código! É verdade que, a 21 de julho, o ministro da Justiça, Renan Calheiros, desmentiu oficial e publicamente o sr. Gidel, classificando como “interpretação equivocada” de suas atribuições a anunciada intenção de baratear as multas. Manter as multas, segundo o ministro “é uma posição do governo”<sup>29</sup>. Porque então colocar o sr. Gidel à testa do DENATRAN? Muito provavelmente pelo maldito sistema de loteamento de cargos públicos a parceiros políticos.

Entre os que atacaram o novo Código alinharam-se também indômitos e festejados jurisconsultos da escola individualista. Simpáticos à causa dos transgressores contumazes, já lograram, com o beneplácito de juízes inconscientes e despreparados, entorpecer o (pouco) controle social sobre o autismo motorizado (impedindo os funcionários da CET de fiscalizar um trânsito cujo policiamento já era notoriamente insuficiente; ganhando mandatos de segurança e ações contra a cobrança de multas, etc.). Estão agora tentando proteger os bêbados do volante com o argumento de que ninguém pode ser obrigado a se submeter ao teste do bafômetro. Assim, o advogado Arnaldo Malheiros Filho ponderou sentenciosamente que “ninguém é obrigado a fazer prova contra si próprio”. Conforme ao mesmo princípio, para citar um exemplo recente, o famigerado estuprador do Parque do Estado não está obrigado a mostrar onde enterrou as vítimas. Já Godfredo Teles, professor emérito da USP, resumiu sua defesa do etilis-

---

adotada pelo STF em relação ao Rio de Janeiro. Registre-se que em São Paulo, dois deputados, Jorge Tadeu Mudalen e Nabi Abid Chedid, apresentaram respectivamente os projetos 375/90 e 388/90 que iam no mesmo sentido. Felizmente a fúnebre iniciativa não prosperou.

<sup>29</sup> O *Estado de São Paulo* de 22-7-1998.

mo motorizado em fórmula que seria ridícula não fosse antes odiosa. “As pessoas têm direito sobre o corpo e não podem fazer o que não desejarem”.<sup>30</sup> Será que não lhe passou pela cabeça que são exatamente os direitos a seus próprios corpos de milhões de atropelados e esmagados que os cidadãos conscientes pretendem defender com um Código minimamente severo? Será que não entende que nenhum atropelado “deseja” ter o corpo esmagado por uma estrutura de aço em movimento?

## 8. O modo petista de desgovernar o trânsito

Em 1988, quando candidata à Prefeitura de São Paulo, Luisa Erundina, interrogada, como os demais concorrentes, a respeito do que projetava para o trânsito, pronunciou-se contra as multas, com o primoroso argumento de que o importante “não é multar, mas educar o motorista”. Tinha obrigação de saber que em todos os países de trânsito civilizado as multas são pesadíssimas. Basta notar que, comemorando o fato de que pela primeira vez em vinte e cinco anos o número de mortos no trânsito francês havia sido inferior a 10.000 durante um período de doze meses (outubro 1986 a outubro 1987) o jornal *Le Monde*, conhecido por seu espírito liberal-humanista, registrou que “...o medo do policial e do juiz mostrou-se eficaz. O governo (socialista) colheu os dividendos da política de reforço da repressão...”. Erundina sustentou portanto o ponto de vista exatamente oposto ao da luta para civilizar o trânsito. Preferiu lançar fórmulas “simpaticamente” eleitoreiras a assumir em relação à delinqüência motorizada a severidade necessária para resguardar o interesse coletivo. Ideologicamente, nesta questão, optou pelo liberalismo selvagem...

<sup>30</sup> *O Estado de São Paulo* de 22-5-1998.

O mais patético é que, ao incentivar a impunidade no trânsito, ela penalizou mais cruelmente aquelas cainadas que prioritariamente pretendia ou dizia pretender defender: os mais pobres que andam a pé e as crianças, vítimas fáceis dos delinqüentes do trânsito. As consequências retrógradas da pretensa postura “educativa” da então candidata petista ficam ainda mais patentes na medida em que o Brasil, além de ter as mais altas taxas de acidentes por veículos em circulação, apresenta um dos socialmente mais perversos perfis de acidente-típo. Enquanto nos países de trânsito civilizado somente um quarto ou mesmo um quinto das vítimas são pedestres (na França, 23% dos mortos no trânsito), entre nós os pedestres atropelados constituem cerca de 60% das vítimas fatais<sup>31</sup>.

<sup>31</sup> Estes dados referem-se à média dos anos 80. No Rio de Janeiro, em 1977, dos 2.214 mortos no trânsito, 1.532, isto é, 69,19% morreram atropelados (Cf. *Jornal do Brasil* de 14-5-1978). Vale insistir: esta taxa revela a barbárie dentro da barbárie. Não somente as piores taxas de acidentados no trânsito, mas também o pior perfil de acidentes fatais: em países de trânsito mais civilizado, os atropelados estão entre 20 e 10% do conjunto dos mortos. Numa matéria intitulada “Atropelados, 70% dos mortos no trânsito”, a *Folha de São Paulo* de 13-6-1983 esclarece que a despeito de altíssima, aquela porcentagem, relativa ao município de São Paulo, havia diminuído de 1977 para 1982 (de 1.771 para 1.487 mortos por atropelamento, ou seja de 77% para 64,6% do total de mortos no trânsito, estabilizado em torno de 2.300 mortos-ano). Além de dados e análises, a matéria traz o relato de um sobrevivente de atropelamento que mostra até onde costuma ir a furiosa bestialidade dos atropeladores. Numa noite de janeiro de 1977 o fotógrafo Gilberto dos Santos foi atropelado na calçada por um Volks que, em alta velocidade, se chocou com um poste. “Parecia um pesadelo. Eu fiquei debaixo do carro, o motorista deu ré e quebrou minhas duas pernas”... Ninguém anotou a placa do delinqüente. “Gilberto ficou um ano internado...”. Critica também “a negligência da polícia, que iniciou investigações apenas três meses depois do acidente”. “Ironia do destino: um homem de 65 anos que testemunhou o caso morreu atropelado, um ano depois, no mesmo local”. Permitimo-nos acrescentar que se tivesse anotado a placa do atropelador de Gilberto, teria ao menos feito algo para reduzir o flagelo do qual também iria ser vítima. Nos anos 90, o número de pedestres mortos no trânsito francês oscilou em torno de 1.000 por ano, ou seja, cerca de 10% do número total de mortos em acidentes de trânsito.

É verdade que, eleita, Erundina deu-se conta, com alguma demora, de que “educar” os delinquentes do trânsito com fórmulas ocas servia apenas para reforçar a sensação de impunidade. Tanto assim que em 1992, disputando sua sucessão, Maluf com sua nunca desmentida falta de escrúpulos, distribuiu farto material de propaganda anunciando uma anistia que poria fim ao sofrimento dos motoristas infratores. A iniciativa costuma render votos, num país onde o ponto de vista dos rudes e ingênuos deslumbrados com o automóvel tem prevalecido sobre o dos sobreviventes dos atropelamentos e demais acidentes do trânsito. Rendeu-lhe o suficiente para ganhar as eleições e iniciar um novo ciclo de retrocesso civilizatório na megalópolis paulistana, que, para infelicidade geral, prosseguiu com o afilhado Pita.

Longe de se cingir a uma atitude individual de Erundina quando candidata a prefeita de São Paulo, o culto à impunidade no trânsito está enraizado no já aludido humanismo pequeno-burguês que constitui a ideologia dominante no PT. A promulgação do novo Código, que qualquer observador de um país de trânsito relativamente civilizado consideraria um avanço relativamente à anomia reinante, ensejou um novo contra-ataque dos apologistas da impunidade, muitos dos quais, para nosso desalento, provenientes de membros do PT. Incapazes de distinguir o caráter globalmente reacionário do governo de Fernando

---

No Brasil, nenhuma melhoria notável na taxa de pedestres mortos relativamente ao total de mortos no trânsito registrou-se desde então. Em São Paulo, a taxa de pedestres atropelados permaneceu entre 70% e 60% do total de mortos por acidente de trânsito, desde a virada dos anos 70 para os anos 80. Ou seja, mais de quatro mortos diários *por atropelamento*. Essa proporção se manteve estável até hoje. Mesmo em 1997, quando já sob o efeito positivo exercido pelo novo Código antes mesmo de entrar em vigor, o número total de mortos caiu, relativamente a 1993, de 2.436 para 2.042, a taxa de mortos por atropelamento embora tenha também melhorado (de 61,33% para 54,30%) ainda é escandalosa. Resta esperar que o novo Código, se não for estropiado em sua aplicação pelos amigos da impunidade, reverta, ainda que um pouco, tamanha perversidade.

Cardoso (continuador da ofensiva neoliberal de seu predecessor Fernando Collor) de medidas objetivamente progressistas como a iniciativa visando a combater a selvagem hecatombe do trânsito, criticaram-na reiteradamente, queixando-se de que as multas ficaram muito altas (lugar comum dos infratores de sempre, que atacam a pretensa “indústria da multa” para inocentar a indústria da morte, da qual eles próprios são carrascos e vítimas virtuais) e reativando, através de porta-vozes significativos, como o vereador Tattó, da Câmara de São Paulo, a fórmula, mais irresponsável do que tola, de que o importante é educar e não multar. Não explicou quem educará os educandos, nem principalmente, quem educará os pretenso educadores<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> Um exemplo entre incontáveis outros: em São José dos Campos, cidade situada à beira de uma das mais mortíferas estradas do país (na via Dutra ocorrem cerca de 10% do total de acidentes em rodovias brasileiras), o presidente da Câmara Municipal, Carlos de Almeida, que se faz chamar de “vereador Carlinhos”, correligionário de Tattó, ilustrou-se por tão tola quanto tenaz campanha contra o novo Código. A taxa de acidentes da cidade, não é inútil lembrar, já bateu várias vezes o recorde mundial. Em 1983, por exemplo, lá morreram em acidentes da circulação 145 pessoas para uma população de 300.000. Em Tóquio, no mesmo ano, para cada grupo de 300.000 pessoas morreram no trânsito 8,7, em Nova Iorque 24 e em São Paulo 78. Cf. *O Estado de São Paulo* de 22-10-1985. Demasiado otimista, o jornalista autor da matéria anunciou que graças a um esforço da prefeitura e outras autoridades locais os dados relativos a 1984 tinham sido muito mais encorajadores. Exemplifica dizendo que “...conseguiu-se acabar com os ‘rachas’ disputados por jovens nas principais avenidas durante as madrugadas”. Quatorze anos depois, já com o novo *Código de Trânsito* em vigor, perigosos imbecis, jovens e menos jovens, não somente em São José dos Campos, continuam a praticar esta forma radical de estultice motorizada. É ainda *O Estado de São Paulo* que informa na matéria “Código não evita rachas em S. José” (21-6-1998): “Jovens de São José dos Campos ainda mantêm o hábito de fazer rachas, apesar das severas punições...”. “Nas avenidas do Bairro Urbanova os “rachas” continuam prosperando”. “Os habitantes temem entrar ou sair de casa à noite”. “Estamos nos tornando reféns desta gente”, resumiu um morador. “Rachas” e “pegas” ocorrem no Brasil todo, em toda parte onde há um bando de perigosos imbecis desocupados: Brasília, São Paulo, Campinas, centros políticos e intelectuais, são infestados por esta fauna perigosa.

*Correio da Cidadania*, semanário dirigido por Plínio de Arruda Sampaio, nome que merece respeito como uma das melhores expressões do PT, também aderiu à apologia da impunidade, com argumentos que não resistem à mais rápida análise. Explica, com efeito, em editorial consagrado ao novo Código do Trânsito<sup>33</sup>, que, “sem poder afetar a indústria automobilística nem os ricos e poderosos, só restou aos dirigentes do país transformar o motorista em vilão”. Não obstante constatar que as causas principais do problema do trânsito brasileiro são o “exagerado crescimento do transporte individual e a impunidade dos infratores” (esta decorrente de haver “uma categoria de pessoas acima da lei” e da “ineficiência do sistema judiciário”), o editorialista classifica a nova lei como “draconiana e inaplicável”.

Além de incoerente, o argumento é inconsistente. Sem dúvida, as montadoras montam nas costas do interesse público, exigindo para se instalar em determinado lugar antes que em tal outro, toda classe de privilégios, vantagens e isenções. Sem dúvida, “os ricos e poderosos” e mesmo os nem tão ricos nem tão poderosos (pensem nos jovens facinoras que queimaram vivo um índio em Brasília e foram condenados a penas ridículamente indulgentes) beneficiam-se de muitas formas de impunidade ou quase-impunidade. Sintomaticamente, não é com a imensa maioria do povo sem-carro que o editorialista se identifica e sim com os motoristas, apresentados como vítimas. Queira ele ou não queira, não foi o novo Código que transformou “o motorista em vilão”, mas são os infelizmente muito numerosos vilões do trânsito que se aborrecem com a possibilidade de virem a ser punidos pelas barbaridades que habitualmente cometem. É a estes que o editorialista presta solidariedade e não aos milhões de brasileiros vitimados pelo trânsito, ou candidatos anunciados a vítimas.

<sup>33</sup> *Correio da Cidadania*, II (76), 24 a 31 de janeiro de 1998.

Os fatos, de resto, têm felizmente desmentido as previsões derrotistas do jornal petista. Nos três primeiros meses de aplicação da nova lei, o número de mortos no trânsito caiu cerca de 31%<sup>34</sup>. Entre dez e quinze mil mortos a menos em um ano, se a média se mantiver! Mas o editorialista, decididamente patético, pergunta “como pode o motorista mover-se sem cometer alguma das numerosíssimas infrações previstas na lei”. Os motoristas responsáveis e respeitadores dos direitos alheios conhecem a resposta.

Algumas ressalvas devem entretanto ser levadas em conta para avaliar os resultados concretos imediatos no novo Código. Antes de mais nada, o fato muito positivo de que o simples anúncio de uma nova postura do Estado face à barbárie do trânsito exerceu por si só um nítido efeito na “moralidade objetiva” dos motoristas. Dados recentes mostram que no município de São Paulo o número de mortos no trânsito caiu de 2.436 em 1993 para 2.042 em 1997, sendo que o de pedestres mortos por atropelamento caiu de 1.494 para 1.109 durante o mesmo período. Ainda assim, a porcentagem de pedestres relativamente ao total de mortos permanece extremamente perversa: nos países de trânsito civilizado, é igual ou inferior a 10%, em São Paulo, conforme aos dados acima, melhorou de 61,3% para 54,3%. Mais da metade das vítimas fatais da hecatombe motorizada são pessoas andando a pé!

## 9. Quem são, nas ruas, os inimigos do povo?

Desnecessário insistir em que não é sério pretender falar em nome do povo sem se dar conta de que a esmagadora maioria dos

<sup>34</sup> Este dado numérico, é referido, por exemplo, em *Veja* (31) 18 de 6-5-1998. De janeiro a abril de 1998, ocorreram 142 mortes nas rodovias federais do Estado de São Paulo, contra 190 no mesmo período de 1997 (*Gazeta Mercantil* de 27-5-1998).

pedestres esmagados por ônibus, caminhões e automóveis pertence às camadas pobres da população, que andam a pé e que, nos transportes coletivos de que se servem, são freqüentemente tratados como gado por motoristas torpes.<sup>35</sup> Mesmo quando a fraseologia “antiautoritária” vem recoberta de um verniz de esquerda, o fundo é o mais irresponsável individualismo liberalóide.<sup>36</sup> Impunidade para os atropeladores. O marxismo bem compreendido nos ensina a buscar as contradições sociais concretas em cada situação social concreta. A contradição ricos contra pobres, a mais importante do ponto de vista do humanismo pequeno-burguês, é pouco importante no referente ao trânsito. Os ricos são muito pequena minoria da população. Os muito ricos, pequena minoria dentro da pequena minoria, deslocam-se em helicópteros e jatinhos. Têm poucas oportunidades de atropelar (no sentido literal, porque no figurado é o que fazem o tempo todo) os pobres. Pouca diferença faz, entretanto, do ponto de vista das vítimas, ser massacrado na rua (ou na calçada, como muitas vezes ocorre), por um ricaço, por um perueiro, motorista de ônibus ou caminhoneiro. O efeito é o mesmo. A contradição principal em matéria de trânsito é a que opõe o aço dos veículos ao osso dos pedestres. Não é do lado destes que se coloca quem ataca demagogicamente o Código de Trânsito agora em vigor. (Seria ridículo, de resto, associar o novo Código a

<sup>35</sup> Aos exemplos típicos referidos na nota 7 poderíamos acrescentar incontáveis outros que conservamos em nosso arquivo de imprensa. Houve casos de greves de motoristas protestando contra as empresas que pretendiam fazê-los pagar as multas que tinham recebido. Uma categoria de trabalhadores solidária de infratores contumazes! Imprimem à própria noção de greve um conteúdo reacionário: deixa de ser luta por melhores salários e melhores condições de trabalho para se tornar escudo da impunidade e do “direito” de tratar mal os usuários!

<sup>36</sup> Liberalóide, porque, justiça se faça, nas metrópoles liberal-capitalistas, o respeito às normas do trânsito é incomparavelmente maior.

este ou a outro governo: tramitou na lesmice parlamentar durante uma década, sob vários presidentes).

Um democrata digno deste nome não preconiza abrandamento da necessária punição dos violadores contumazes dos direitos dos cidadãos sob o pretexto de que alguns ricaços ficarão acima da lei. Mesmo porque não é exato afirmar que os ricaços estão sempre acima da lei e que o Judiciário é sempre ineficiente. Como qualquer outra contradição de interesses, a que opõe os partidários da irresponsabilidade aos da responsabilidade social do motorista penetra e atravessa os aparelhos de Estado e os partidos políticos. É evidente, de resto, que o grau de impunidade depende da correlação de forças entre os que tem uma concepção feudal-mafiosa do poder político e os que lutam pela cidadania democrática. Entre os dois pólos, fica a massa dos tédios e indecisos, que reconhecem em palavras a urgente necessidade de coibir a hecatombe provocada pelos infratores crônicos, mas queixam-se das multas e outras penalidades indispensáveis para reprimir a barbárie.

São com efeito muitos os ricaços que mataram pobres no trânsito e sequer foram incomodados. No domingo 21 de setembro de 1986, o industrial M. Machline, magnata da Sharp e da SID Informática, amigo de Sarney e de muitos figurões da auto-intitulada "Nova República", dirigindo-se no volante de sua Mercedes-Benz ao haras Rosa do Sul, de sua propriedade, situado em Itatiba, fez um curva na contramão, destroçando um modesto Volkswagen que vinha em sentido oposto. Matou no ato três pessoas, inclusive um casal cujos dois filhos pequenos sobreviveram com gravíssimos ferimentos<sup>37</sup>.

<sup>37</sup> A *Folha de São Paulo* de 22-9-1986 reflete bem a atitude bajulatória de um certo jornalismo: afirma que o automóvel de Machline "rodopiou na pista e colidiu...", sem contar que rodopiou por estar em altíssima velocidade, nem enfatizar que fez a curva completamente na contramão. Boa parte da matéria está consagrada a um

Já o chefe malufista Colasuono, um ano depois, tentou, mas não logrou obter igual impunidade para seu filho, que, dirigindo em alta velocidade, invadiu em alta madrugada um sinal vermelho, chocando-se com um automóvel que acreditara no sinal verde e matando a motorista. A violência do impacto foi tal que o carro da vítima, Ana Maria Corban Armando, capotou três vezes. O autor do homicídio, Eduardo Colasuono, que acabara de sair da boate Up and Down, replicou a testemunhas horrorizadas com a cena (Ana Maria teve de ser retirada das ferragens pelo Corpo de Bombeiros): “—Morreu, morreu, dane-se. Eu não machuquei o dedo?”. Embora, como ficou demonstrado no processo, tenham sido usado todos os meios torpes, desde o espancamento de testemunhas verídicas até descarado falso testemunho de amigos do réu e um laudo pericial grosseiramente mentiroso, a Justiça paulista, em duas instâncias, condenou o culpado<sup>38</sup>. Neste caso, ainda que o réu tenha sido condenado a uma pena

---

elogioso “curriculum” do milionário, além de pormenorizadas informações sobre seu estado de saúde. Nenhuma linha, além de nomes e idades, está consagrada à família massacrada.

<sup>38</sup> O juiz Luiz Pantaleão, relator do processo no Tribunal de Justiça, destacou, entre outras tentativas por parte do réu de fraudar a ação da Justiça, “a falta de credibilidade da prova oral apresentada pela defesa”. Posteriormente, como informou o jornalista Milton Contreras em ampla notícia na qual nos apoiamos, “três testemunhas e dois peritos do Instituto de Criminalística foram... denunciados pelo Ministério Público: as três por falso testemunho e os dois por terem elaborado um laudo falso do local do acidente”. Cf. *O Estado de São Paulo* de 22-7-1990. O acidente ocorreu a 7 de outubro de 1987, “por volta das 4h30 da madrugada”. No dia 6 de novembro seguinte, uma testemunha, um vendedor de bilhetes, que ficara “revoltado com a indiferença” do homicida (que “dirigia o carro a mais de 100 quilômetros”), foi “espancado por quatro rapazes” que disseram ... que “sumisse do pedaço”, além de levarem “todos os bilhetes”. No mínimo conivente com todas estas tentativas de entorpecer a Justiça, o político malufista se fez acompanhar, durante o inquérito policial, de agressivos coadjuvantes como um certo Pedro Rota, procurador, que provocou grosseiramente o promotor Dráusio Barreto. Este, porém, longe de se intimidar, apontou todas as torpezas com que se procurou garantir a impuni-

ligeira e, sendo primário, dispensado de cumpri-la, por força da famigerada "Lei Fleury", não houve completa impunidade.

Sem dúvida, não basta reprimir. Uma repressão que não estiver a serviço do cidadão, mas principalmente da arrecadação de multas, não resolverá a questão de fundo. Quando vemos veículos oficiais, civis e militares, policiais e administrativos, violar com a mesma desenvoltura que os particulares as normas elementares do trânsito, quando constatamos, não somente em São Paulo (devastada por Maluf e seu epílogo Pita) mas em toda parte, o péssimo estado da sinalização, assaltanos aquela velha dúvida a que se referiram dois jovens filósofos alemães em meados do século passado: "mas quem educará os educadores?". A resposta, com certeza, é prática: depende do resultado da luta cultural entre o autismo automobilístico e a ética da cidadania. É indispensável compreender que esta luta se inscreve naquela, muito mais ampla e decisiva, para concretizar a democracia. Mais exatamente, para atingir o nível de concretude da moralidade objetiva democrática tal como existe nos países capitalistas liberais.

## 10 - A lógica automobilística do capitalismo periférico

Atribuir ao capitalismo em geral ou mesmo à indústria automobilística em especial a principal responsabilidade pelo caos do trânsito, como faz, entre outros, o supra-citado editorialista do *Correio da Cida-*

---

dade para o homicídio culposo, que num país onde os ricos e poderosos não dispõem dos mesmos meios que no Brasil, seria certamente considerado como dolo eventual. Observou notadamente que "o Instituto de Criminalística", que "leva meses para apresentar um laudo", no caso de Colasuono "apresentou-o em apenas 24 horas. E o que é mais estranho: apesar da violência do acidente, o laudo não aponta vestígio de nada. Não menciona o capotamento... O acidente ocorreu às 4h30 e os peritos somente chegaram ao local por volta das 10h15" (*O Estado de São Paulo* de 18-11-1987).

dania não é apenas simplismo, mas principalmente ocultamento das categorias econômicas concretamente pertinentes à situação de países dominados pelo *imperialismo*, a saber a superexploração dos trabalhadores, os métodos rudimentares e predatórios do lucro rápido, a espoliação das riquezas nacionais pelos trustes e cartéis estrangeiros (hoje eufemisticamente, quando não reverencialmente, chamados de multinacionais), etc. Com efeito, se pretendermos determinar as bases econômicas da questão, devemos antes de mais nada lembrar de que na maioria dos países capitalistas, notadamente nas metrópoles imperiais, o trânsito é razoavelmente civilizado: evocar, em sua planetária universalidade, a contradição fundamental de nossa época, entre o trabalho e o capital, "explica" tanto a barbárie quanto a cidadania no trânsito, tanto um resultado quanto o resultado oposto, portanto não explica diretamente nada.

Mais pertinente é a categoria de capitalismo dominado ou periférico. Ela efetivamente explica o colossal atraso do metrô em megalópolis como São Paulo e Rio de Janeiro, o excesso de ônibus e de automóveis no transporte de passageiros e o criminoso desmantelamento do transporte ferroviário de passageiros. Basta comparar nossa situação caótica com o sistema de transportes dos países capitalistas dominantes, para constatar a que ponto a subordinação irrestrita às montadoras é responsável pela "matriz" perversa do transporte brasileiro. Mais exatamente que "subdesenvolvida", ela é uma expressão concreta do *desenvolvimento* do sudesenvolvimento, dialeticamente compreendido como atraso econômico e cultural provocado não pela ausência de crescimento econômico e sim por um crescimento social e culturalmente perverso.

Incontestavelmente o péssimo estado das vias públicas favorece os acidentes. Mas em sua esmagadora maioria eles resultam de imprudência, imperícia ou negligência. Não é de resto necessário dispor de

fulgurante inteligência para notar que, num determinado estado, melhor ou pior, das vias públicas, a quantidade de acidentes *varia* em função do grau de (ir)responsabilidade dos motoristas. É o caso de lembrar que também no referente às vias públicas o PT adotou posições mais do que irresponsáveis, claramente reacionárias. Em São Paulo, durante a gestão de Erundina, um vereador petista saiu na frente para instaurar os chamados “bolsões residenciais”, eufemismo encobrindo a privatização de ruas (de bairros burgueses, evidentemente).

Tomemos um só exemplo, a degradação das rodovias paulistas. A inoperância administrativa<sup>39</sup> e policial-rodoviária deixa livres as estradas para a ganância de plantadores e usineiros da agroindústria, de donos de frotas de caminhões, de empreiteiros da construção civil e de obras públicas, etc., que se habituaram a violar sistematicamente tanto a legislação do trânsito quanto a trabalhista. Para aumentar seus lucros, sobrecarregam caminhões e carretas muito além dos limites autorizados (e tecnicamente toleráveis) de tonelagem e impõem pés-simas condições de trabalho e segurança para os motoristas seus assalariados, que se vingam nos demais usuários. Num já citado inventário das calamidades da “rodovia da morte”, o jornalista constatou que “...o maior perigo...está mesmo no fato de várias empresas de transportes darem preferência a motoristas jovens demais, que aceitam salários mais baixos. Um ônibus leva 16 horas para ir de São Paulo para o sul, dirigido por dois profissionais em revezamento. Algumas transportadoras exigem que o mesmo percurso seja coberto por ape-

<sup>39</sup> Os que porventura tenham se deixado influenciar pelas imposturas neoliberais a ponto de imaginar que a privatização das rodovias constituirá fator decisivo no soerguimento de “nossa” cambaleante sistema rodoviário, deviam observar o que ocorreu com as ferrovias privatizadas: resultados pífios no transporte de cargas e antisocialmente perversa supressão de praticamente tudo que restava do transporte de passageiros.

nas um motorista...em apenas 19 ou 20 horas. Para suportar isso, é preciso ser jovem mesmo. E nessa idade, além de faltar experiência, existe arrojo demais, aumentando o perigo".<sup>40</sup>

Na Via Dutra, cerca de 80% dos acidentes são provocados por caminhões, entre os quais, assinala uma reportagem, "os mais temidos são os que transportam areia... Não respeitam nada, nem mesmo os guardas rodoviários. Sonegam impostos, transportam cargas acima do peso permitido e, ao retornar aos portos de areia do Vale do Paraíba, dirigem em excesso de velocidade chegando a ultrapassar os 110 quilômetros/hora".<sup>41</sup>

Sabemos que um povo só tem aquilo que conquista. O novo Código foi promulgado, mas, das regiões economicamente mais prósperas às mais pobres, daquelas onde se implantaram alguns critérios de cidadania às que permanecem submetidas ao coronelismo mafioso, multiplicam-se iniciativas visando a castrar a nova legislação. Se prosperarem, se a cidadania brasileira perder este combate, não lhe restará senão o triste conformismo de um dos sobreviventes de um acidente rodoviário, infelizmente rotineiro, ocorrido na noite de 9 de maio de 1998, que matou 16 jovens que se dirigiam a Campos do Jordão para participar de um congresso da Igreja Adventista do Sétimo Dia: "Deus permitiu que isso acontecesse. Estamos preparados porque acreditamos na ressurreição".<sup>42</sup> Em todo caso, não parecem acreditar que o trânsito brasileiro possa se tornar menos mortífero...

<sup>40</sup> *O Estado de São Paulo* de 5-3-1988.

<sup>41</sup> *O Estado de São Paulo* de 7-12-1989.

<sup>42</sup> *Folha de São Paulo* de 11-5-1998.

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÉNCIAS HUMANAS - IFCH

**SETOR DE PUBLICAÇÕES**

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

[pub\\_ifch@obelix.unicamp.br](mailto:pub_ifch@obelix.unicamp.br)

Tel.: (0XX 19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax (0XX 19) 3788.1589